

Direções para a Família

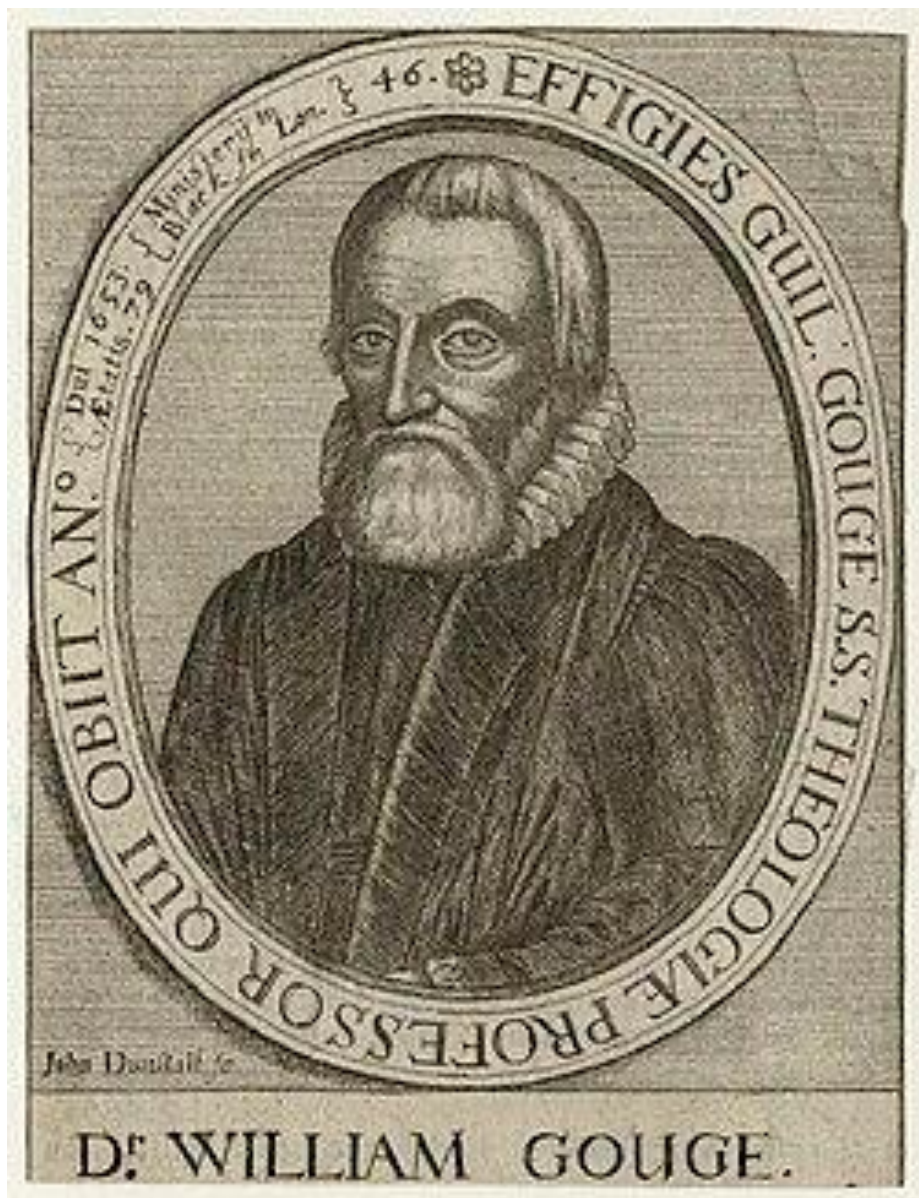
Construindo um lar piedoso

William Gouge



CASUÍSTICA
PURITANA





INFORMAÇÕES EDITORIAIS

Título em português:

Direções para a família: construindo um lar piedoso

Título original:

Of Domesticall Duties: Eight Treatises

Autor:

William Gouge (1578–1653)

Edição original:

Londres: Impresso por Iohn Haviland para William Bladen, e vendido ao sinal da Bíblia, próximo à grande porta norte da Catedral de São Paulo, 1622.

Edição em português:

Tradução, revisão e diagramação: Casuística Puritana
Com auxílio de inteligência artificial

Ano de publicação: 2026

Direitos autorais:

Esta obra encontra-se em domínio público quanto ao texto original.
A presente edição em português foi preparada a partir de fontes públicas, com o objetivo de ampliar o acesso à literatura cristã clássica.

A digitalização, modernização ou formatação de edições específicas utilizadas como base podem estar sujeitas a direitos próprios. Esta edição constitui uma nova tradução independente.

Distribuição:

A versão em PDF deste material é disponibilizada gratuitamente, com o propósito de edificação da Igreja e difusão da teologia reformada clássica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
O Primeiro Tratado	15
Uma Exposição daquela parte da Escritura da qual são extraídos os Deveres Domésticos	15
O Segundo Tratado Parte 1	238
Sobre Marido e Mulher. Quem deve ser assim considerado.	238
O Segundo Tratado Parte 2	278
Dos deveres mútuos comuns entre Marido e Mulher	278
O Terceiro Tratado.....	346
Dos Deveres Particulares das Esposas.....	346
O Quarto Tratado	457
Dos Deveres Particulares dos Maridos	457
O Quinto Tratado	564
Dos Deveres dos Filhos	564
O Sexto Tratado	658
Dos Deveres dos Pais	658
O Sétimo Tratado	781
Dos Deveres dos Servos	781
O Oitavo Tratado	855
Dos Deveres dos Senhores.....	855

PREFÁCIO

à Edição em Português

Apresentar ao público de língua portuguesa a obra *Direções para a família: Construindo um lar piedoso (Of Domestic Duties)*, do teólogo puritano William Gouge, é resgatar um dos mais profundos e influentes tratados sobre o lar cristão já escritos. Publicada originalmente em 1622, esta obra propõe uma visão do casamento e da família que transcende o seu próprio tempo. Como Joel R. Beeke e Randall J. Pederson afirmam a respeito deste clássico: "Embora parte do material de Gouge seja obsoleta, sua ênfase e seus conselhos são em geral atemporais".

Joel R. Beeke e Randall J. Pederson também atestam a vivência prática que embasa esta obra teológica, ressaltando:

Gouge é um expositor habilidoso, que extrai aplicações das Epístolas ao instruir as famílias sobre como andar de maneira digna do Senhor. Como pai de sete filhos e de seis filhas, Gouge sabia do que estava falando.

O pilar central da teologia de William Gouge é a compreensão de que o lar é a base estrutural tanto da fé quanto da vida civil. O próprio William Gouge ensina: "A família é um seminário da Igreja e da Comunidade. É como uma colmeia, na qual está o estoque, e da qual são enviados muitos enxames de abelhas". Além disso, William Gouge declara que

uma família é uma pequena Igreja e um pequeno Estado, ou pelo menos uma representação viva disso, por meio da qual se pode fazer o teste daqueles que são adequados para qualquer lugar de autoridade ou de sujeição na Igreja ou no Estado.

Dividida em oito tratados, a obra delineia as obrigações bíblicas fundamentais e mútuas entre marido e esposa, pais e filhos, bem como mestres e servos. Longe de enxergar a vida em casa como secundária, William Gouge defende que "um consciente cumprimento dos deveres domésticos, no que tange à sua finalidade e fruto, pode ser reputado um trabalho público". Ele eleva a vocação familiar a um nível de exigência e honra integral, garantindo, nas suas palavras: "se os deveres domésticos forem bem e completamente realizados, haverão de ocupar todo o tempo de um homem".

Que esta nova edição possa instruir e inspirar as famílias de hoje a cultivarem lares piedosos, firmados com sabedoria na Palavra de Deus. E que o anseio pastoral do autor ecoe nos corações dos leitores contemporâneos, assim como William Gouge expressou com afeto ao concluir a carta dedicatória de sua obra: "rogo fervorosamente a cada um de vós que ore ardentemente por aquele que diariamente ora por vós — o Vigia de vossas almas, WILLIAM GOUGE".

INTRODUÇÃO

Construindo um lar piedoso

À mui Honrada, mui Respeitável e estimada Comunidade de moradores do recinto de Blackfriars, em Londres, que a graça divina lhes seja concedida em tal medida que os conduza à plenitude da glória. Se nobreza de linhagem, posição elevada, riqueza substancial, devoção constante, generosa benevolência, profunda reverência pela Palavra de Deus e por Seus ministros, e, em particular, sincera afeição pelo autor, podem servir de motivos para a escolha de um patrono para esta obra, então não preciso buscar longe tal patrono. Pois, dentro da minha própria paróquia, todas essas virtudes e graças abundam. A vós, portanto (mui honrados, mui respeitáveis e estimados habitantes, digníssimos de toda estima), dedico estes meus humildes esforços acerca dos deveres domésticos. E, para demonstrar a igual obrigação que reconheço e o imparcial respeito que nutro por cada um de vós, tomo-vos coletivamente como um só patrono. Fostes a primeira congregação confiada ao meu cuidado ministerial, e foi por vossa livre escolha que fui chamado a este sagrado ofício. Quase dois períodos completos de aprendizagem passei entre vós. Sempre acolhestes meus labores e me tivestes em alta estima, de modo que nunca me arrependi de ter aceitado este encargo pastoral, antes agradei a Deus por ele. Meu desejo é, com a bênção da providência divina, dedicar toda a minha vida ao vosso serviço e, enquanto estiver entre vós, promover a vossa edificação espiritual.

Este é o principal propósito da minha vocação e o alvo que tenho buscado tanto no ministério ordinário quanto na apresentação destes oito tratados sobre os deveres domésticos, que vos são dedicados. Assim como preguei diante de vós e

publiquei estes deveres em vosso nome, assim também mostreis, de vossa parte, a graciosa aceitação de meus trabalhos passados e presentes, observando-os diligentemente na medida em que estiverem de acordo com a Palavra de Deus. Deste modo, todos os que vos conhecem perceberão claramente quão profundamente os tendes abraçado e aprovado.

Assim, alcançareis abundante sabedoria, e eu encontrarei grande consolação em meu trabalho. Oh, se os chefes e os diversos membros de cada família fossem persuadidos a cumprir conscienciosamente seus respectivos deveres, que lares harmoniosos e felizes haveria! Que excelentes viveiros se tornariam essas famílias tanto para a Igreja quanto para a sociedade! É, de fato, necessário que haja boa ordem nas famílias, pois elas precederam todas as demais formas de governo e, portanto, são ainda mais importantes. Membros íntegros de uma família tendem a tornar-se cidadãos virtuosos da Igreja e da sociedade. O assunto destes tratados, portanto, merece atenção, se eu fosse capaz de tratá-lo de modo digno de sua importância. Empreguei o máximo esforço, embora não tenha alcançado o nível de perfeição que almejei. Rogo que vós, como Deus, que aceita as ofertas segundo a disposição do coração, reconheçais meus esforços segundo a medida da minha capacidade, não me julgando pelo que me falta.

Embora a obra possa parecer, à primeira vista, extensa demais para um tema como este, confio que o leitor criterioso não a considerará tediosa. A ampliação do volume resulta da diversidade de assuntos, que abrangem muitos pontos, e não de uma excessiva elaboração de poucos. O primeiro tratado (que constitui a quarta parte do livro) apresenta comentários sobre as passagens das Escrituras das quais os deveres domésticos são

derivados. Nessa seção, o apóstolo apresenta Cristo e a Igreja como modelos para maridos e esposas, ilustrando vividamente o grande amor de Cristo por Sua Igreja e a íntima união entre ambos, além de outros profundos mistérios que exigiram maior explicação. Ainda que tenha me detido por mais tempo em assuntos de grande importância, tratei outros com brevidade. Os tratados seguintes, que tratam propriamente dos deveres, são consideravelmente mais curtos que o primeiro. Neles, apenas introduzi e comprovei brevemente a validade e a justiça dos diversos deveres, exceto em alguns pontos de especial importância ou que têm sido muito debatidos devido à negligência; estes desenvolvi com maior extensão. Além disso, considerando que os contrários, quando colocados lado a lado, evidenciam melhor um ao outro, acrescentei a cada dever o seu vício correspondente e desvio. Pois muitos, ao considerar tais deveres isoladamente, os julgam aceitáveis, até que são confrontados com os vícios opostos, que despertam sua consciência.

Quanto às muitas faltas e vícios atribuídos a maridos, esposas, pais, filhos, senhores e servos nestes tratados, rogo-vos que não os apliqueis indiscriminadamente a todos. Não repreendeu o sábio Salomão as mulheres por leviandade, aspereza, orgulho, lisonja e outros vícios? E, ainda assim, deveriam as mulheres virtuosas, mansas, humildes e honestas considerar-se alvo dessas repreensões? Pelo mesmo princípio, mulheres impuras e de má fama, confidentes indignas de confiança, contenciosas e altivas poderiam julgar-se elogiadas pelas recomendações feitas às mulheres virtuosas. Cada um, conforme a própria consciência (um juiz justo e imparcial) testificar, aplique corretamente a si mesmo tudo o que aqui se diz. Assim, nós, ministros, seremos livres de muitas suspeitas

injustas. Recordo-me de que, quando esses deveres domésticos foram primeiramente expostos do púlpito, houve considerável objeção quanto à aplicação da sujeição da esposa, especialmente no que diz respeito ao uso dos bens comuns da família sem o consentimento do marido. Contudo, aqueles que levantaram tais objeções parecem não ter considerado as advertências e limitações então apresentadas e agora reiteradas. Estas determinam que tal restrição não deve estender-se aos bens pessoais da esposa, nem de modo demasiado rigoroso aos bens destinados ao uso da família, nem se aplica a circunstâncias excepcionais, nem depende exclusivamente de consentimento expresso, nem deve ser imposta a maridos incapazes ou ausentes por longos períodos. Se qualquer outra cautela válida me for apresentada, prontamente a reconhecerei, assim como fiz com estas.

Portanto, ao lerdes sobre a limitação da autoridade da esposa na administração dos bens familiares, lembrai-vos dessas advertências, para que minha intenção não seja mal interpretada. Outras exceções foram levantadas contra diversos deveres específicos das esposas. Pois muitos que aceitam pacientemente os deveres quando apresentados de forma geral, acham-nos intoleráveis quando essas generalidades são aplicadas a casos específicos. Isso os atinge mais diretamente. Ainda assim, interpretando tais críticas com amor e caridade, creio que a principal razão dessas objeções foi o fato de que os deveres das esposas (seguindo o método do apóstolo) foram tratados primeiro. Isso exigiu examinar até que ponto a esposa, em plena sujeição ao marido conforme ordenado por Deus, deve obedecer quando ele insiste em exercer plenamente sua autoridade. Isso foi, por vezes, entendido como se o marido pudesse e devesse exigir a máxima obediência, e como se a esposa estivesse

obrigada a cumprir todos os deveres mencionados, independentemente das exigências do marido. No entanto, quando passei a expor os deveres dos maridos, destaquei que eles não devem exigir tudo o que suas esposas estão obrigadas a fazer, mas tratá-las como parceiras iguais na administração da família.

Aos maridos foi recomendado que confiassem à discrição de suas esposas a condução de muitos assuntos, com honra e bondade. Em suma, apresentei os deveres dos maridos de tal modo que, se o marido for sábio e fiel em observá-los, sua esposa não terá motivo legítimo para queixa quanto à sua submissão. O que torna pesado o jugo da esposa é o abuso da autoridade por parte do marido, exigindo excessivamente o dever da esposa e deixando de cumprir o seu próprio, o que é contrário à orientação do apóstolo. Fui levado a oferecer esta justa defesa para não ser injustamente acusado (como alguns fizeram) de depreciar as mulheres. [...] ¹ Também coloquei lado a lado os deveres de maridos e esposas, bem como seus desvios contrários, com referências às seções em que são tratados. Isso demonstra que, se ambos cumprirem fielmente seus deveres, o jugo conjugal repousará igualmente sobre ambos, sem que a esposa suporte maior peso que o marido. Será semelhante ao jugo espiritual de Cristo, que é suave e leve. Além disso, mostra que os maridos frequentemente falham em seus deveres tanto quanto as esposas nos seus. Incluí essa comparação logo após esta epístola. Também acrescentei uma tabela dos diversos assuntos tratados nos oito tratados seguintes, para facilitar a localização de temas específicos. Para demonstrar que os

¹ N.E.: Uma breve sentença foi cortada pelo editor porque dizia respeito a notas que não constam na edição em português.

deveres prescritos a maridos, esposas, pais, filhos, senhores e servos estão fundamentados na consciência e na Palavra de Deus, procurei evidenciar suas bases bíblicas, colocando a maioria das referências nas margens para evitar extensão excessiva. Se tiverdes tempo, examinai essas referências. Dois fatores principais me auxiliaram a identificar os muitos deveres e vícios tratados: observação e método. A observação abrange os deveres e vícios aprovados ou condenados pelas Escrituras, bem como as virtudes dignas de louvor e os vícios reprováveis que testemunhei em maridos, esposas, pais, filhos, senhores e servos.

O método consistiu em organizar cada ponto na melhor ordem possível. Meu modo de proceder trouxe à mente muitos aspectos que, de outro modo, poderiam ter sido negligenciados, pois o método extrai pontos diversos e interligados, como um elo que puxa outro numa corrente. Não há melhor maneira de descobrir muitos aspectos em um texto do que por meio de análise sistemática. O método não apenas auxilia na descoberta, mas também na retenção. Ele é como o fio no qual se enfileiram as pérolas, impedindo que se dispersem. Quando alguém se perde em um labirinto de abundante matéria, o método ajuda a encontrar a saída. Nesse sentido, o método é apropriadamente chamado de mãe do entendimento e mestra da memória. Observando cuidadosamente a ordem e a conexão dos diversos pontos, achareis isso tão útil para compreensão e memória quanto foi para mim na elaboração e organização.

Como não há um termo único que abranja tanto homens quanto mulheres chefes de família, assim como “pais” inclui pai e mãe, e “filhos” inclui filhos e filhas, segui o uso das Escrituras e incluí as senhoras sob o termo “senhores”, de modo que os deveres atribuídos a estes se aplicam a ambos os sexos conforme

o caso. Por fim, como prova de apreço por todo o meu trabalho, rogo sinceramente que cada um de vós ore fervorosamente por aquele que diariamente ora por vós

— O vigia de vossas almas, WILLIAM GOUGE.

O PRIMEIRO TRATADO

Uma Exposição daquela parte da Escritura da qual são extraídos os Vereres Domésticos

Efésios 5:21. Sujeitai-vos uns aos outros no temor de Deus.

1. Sobre a transição do apóstolo dos deveres gerais para os particulares.

Assim como há duas vocações às quais aprouve a Deus chamar cada pessoa — uma geral, pela qual são requeridos certos deveres comuns a todos os homens [como conhecimento, fé, obediência, arrependimento, amor, misericórdia, justiça, verdade, etc.]; e outra particular, pela qual são requeridos certos deveres específicos de diferentes pessoas, conforme os diversos lugares em que a providência divina as colocou na sociedade, na Igreja ou na família — assim também os ministros de Deus devem ter cuidado em instruir o povo de Deus em ambos os tipos de deveres: tanto aqueles que dizem respeito à vocação geral quanto aqueles que dizem respeito à vocação particular.

Assim, Paulo (que, como Moisés, foi fiel em toda a casa de Deus — Números 12:7), depois de ter instruído suficientemente a Igreja de Deus acerca dos deveres gerais que pertencem a todos os cristãos, de qualquer sexo, estado, grau ou condição, passa a estabelecer certos deveres particulares que dizem respeito a vocações e condições específicas; entre os quais escolhe aqueles que Deus estabeleceu na família.

Com grande habilidade ele passa dos deveres gerais para os particulares, estabelecendo uma transição entre ambos nestas palavras: “Sujeitai-vos uns aos outros no temor de Deus”; palavras que se referem tanto ao que foi dito antes quanto ao que se segue depois. A forma de expressar este versículo, com um participio — “sujeitando-vos” — mostra que ele depende do que foi dito anteriormente, e assim se refere a isso. Por outro lado, a própria palavra, sendo a mesma usada no versículo seguinte, mostra que este versículo contém o resumo do que vem depois, servindo como um geral em relação aos particulares.

Este modo de passar de um ponto a outro, por meio de uma transição completa que olha tanto para trás quanto para frente, é não apenas elegante, mas também frequente neste apóstolo. Com isso, ele nos ensina a prestar atenção ao que segue sem esquecer o que já passou: assim como devemos dar diligente atenção ao que ainda resta, também devemos reter bem o que já ouvimos, sem deixá-lo escapar; caso contrário, se (como um prego expulsa outro) um preceito fizer esquecer outro, será inútil acrescentar linha sobre linha e preceito sobre preceito.

2. Sobre unir o serviço aos homens com o louvor a Deus.

Como este versículo se refere ao que foi dito anteriormente acerca do nosso dever para com Deus, ele nos ensina esta lição: é dever dos cristãos, assim como glorificar a Deus, também servir uns aos outros. Por isso, no Decálogo, à primeira tábu — que prescreve o dever que devemos a Deus — é acrescentada a segunda, que declara o serviço que devemos uns aos outros. E aquele que disse: “O primeiro e grande mandamento é este: Amarás o Senhor...” (Mateus 22:38-39), também disse: “O segundo é semelhante a este: Amarás o teu próximo...”; e, por isso, o apóstolo, ao declarar quais são os sacrifícios que agradam

a Deus, une estas duas coisas: dar graças a Deus e fazer o bem ao próximo (Hebreus 13:15-16).

O serviço que, no temor de Deus, prestamos uns aos outros é uma demonstração evidente e real do respeito que temos por Deus. A Deus, nossa bondade não acrescenta nada (Salmos 16:2). Ele está tão acima de nós, é tão perfeito e completo em si mesmo, que nem podemos dar-lhe algo, nem Ele pode receber de nós (Jó 22:3; 35:7). Mas, em seu lugar, Ele colocou o nosso próximo, semelhante a nós; a quem, assim como podemos prejudicar (Jó 35:8), também podemos fazer muito bem por meio do nosso serviço fiel (Salmos 16:3); e nisso Deus é grandemente honrado.

Isso revela a hipocrisia daqueles que fazem grande demonstração de louvar a Deus, mas são arrogantes e desprezam seus irmãos, e são negligentes em servir ao próximo: a religião desses é vã. Por esse critério, os profetas em seu tempo, e Cristo e seus apóstolos no tempo deles, desmascararam a hipocrisia daqueles entre os quais viviam; e assim também podemos fazer em nossos dias. Pois muitos há que frequentemente, em suas casas e nas assembleias, cantam louvores a Deus e praticam outras formas de culto exterior, mas, no trato com os outros, são orgulhosos, duros, invejosos, sem misericórdia, injustos, difamadores e muito tardios em fazer qualquer bem. Certamente, o culto exterior que pretendem oferecer a Deus não remove tanto a mancha da impiedade quanto sua negligência para com o próximo marca suas testas com o selo da hipocrisia (Tiago 1:26; Isaías 58:3 e seguintes; Miqueias 6:6 e seguintes; Mateus 23:14; Jó 4:20).

Quanto a nós, não usemos um dever como pretexto para negligenciar outro, ainda que pareça mais importante; para que

não recaia sobre nós aquele terrível “ai” (Mateus 23:23) que Cristo pronunciou contra os escribas e fariseus. Assim como Deus se preocupa em nos instruir sobre como devemos nos portar tanto diante de Sua majestade quanto uns para com os outros, assim também devemos agradá-lo em ambos: lembrando-nos do que Cristo disse aos fariseus: “Estas coisas devíeis fazer, sem omitir aquelas.” O mesmo Senhor que requer louvor à Sua majestade ordena também serviço mútuo entre os homens; negligenciar um ou outro é demonstrar pouco respeito à Sua vontade. Portanto, o que Deus uniu, não separe o homem (Mateus 19:6).

3. Sobre cada um sujeitar-se ao outro.

Além disso, como este versículo se refere ao que segue, ele apresenta o resumo geral de tudo: sujeitar-nos mutuamente uns aos outros no temor de Deus. As partes disso são duas:

1. Uma exortação.
2. Uma orientação.

Na exortação se observa tanto o dever em si, na palavra “sujeitai-vos”, quanto as pessoas a quem deve ser dirigido: “uns aos outros”. Ambos os aspectos — o dever e as pessoas — ensinam esta doutrina:

É um dever geral e mútuo de todos os cristãos sujeitarem-se uns aos outros. Pois este preceito é tão geral quanto qualquer dos anteriores, pertencendo a todas as pessoas, de qualquer tipo ou condição; como indica a expressão “uns aos outros”. Nesse mesmo sentido, o apóstolo em outro lugar exorta a servir uns aos outros e a buscar o bem do próximo (Gl 5:13; 1Co 10:24).

Quanto aos inferiores, é evidente que devem sujeitar-se aos superiores; e quanto aos iguais, não há grande dúvida de que devem honrar-se mutuamente e assim sujeitar-se uns aos outros. Mas quanto aos superiores, pode surgir a dúvida se também lhes é exigido sujeitar-se aos inferiores. Para resolver isso, devemos distinguir, primeiro, entre sujeição de reverência e sujeição de serviço. A sujeição de reverência é aquela pela qual alguém reconhece a superioridade de outro, seja por palavras de honra, gestos de respeito ou pronta obediência. Esta é própria dos inferiores. A sujeição de serviço é aquela pela qual alguém, em sua posição, está disposto a fazer o bem ao outro. Esta é comum a todos os cristãos: um dever que até os superiores devem aos inferiores, conforme o alcance da expressão “uns aos outros”. Nesse sentido, até o mais alto governante é chamado de ministro para o bem daqueles que estão sob sua autoridade.

Em segundo lugar, devemos distinguir entre a obra em si e a maneira de realizá-la. Uma ação que, em si mesma, é de autoridade pode, na forma como é feita, ser uma ação de submissão — se for realizada com humildade e mansidão. O magistrado, ao governar com mansidão, sujeita-se aos seus súditos.

Em terceiro lugar, devemos distinguir as diferentes posições das pessoas. Aqueles que são superiores a alguns são inferiores a outros. O senhor que tem servos pode estar sujeito a um magistrado; o marido, embora chefe da família, está sob autoridades públicas; os magistrados estão sob outros, e todos sob o rei; e o rei está sob Deus e Sua Palavra. Assim, não há ninguém que, em algum aspecto, não esteja sob autoridade de outro.

A razão pela qual todos devem sujeitar-se uns aos outros é que cada um foi colocado em sua posição por Deus não tanto para si mesmo, mas para o bem dos outros. Até os governantes são elevados para o benefício de seus súditos. Seus ofícios são, na verdade, serviços — até fardos — dos quais prestarão contas a Deus.

Portanto, que todos — altos e baixos, ricos e pobres, superiores e inferiores — reconheçam este dever e o pratiquem: magistrados promovendo o bem do povo; ministros servindo ao povo; pais educando bem os filhos; maridos honrando suas esposas; senhores sendo justos com seus servos; e todos vivendo em amor mútuo. Não sejais orgulhosos nem vos eleveis uns contra os outros. Ainda que alguns sejam mais elevados em posição, em Cristo todos são um. Assim como os membros do corpo natural não se exaltam uns contra os outros, mas cooperam em harmonia, assim também deve ser no corpo social.

Quando todos se sujeitam mutuamente, todo o corpo e cada membro são beneficiados. Por meio dessa submissão mútua, não apenas fazemos o bem, mas também recebemos o bem.

4. Sobre o temor de Deus.

Até aqui, a exortação. Segue-se agora a orientação: “no temor do Senhor”. Esta expressão é acrescentada, em parte, para declarar o meio pelo qual os homens podem ser levados a sujeitar-se prontamente uns aos outros, e, em parte, para indicar a maneira como devem fazê-lo. O temor do Senhor é tanto a causa eficiente que move o verdadeiro cristão a cumprir voluntariamente todo dever para com o próximo, quanto o fim

ao qual ele dirige tudo o que faz. Para melhor compreensão, explicarei brevemente:

1. O que é o temor do Senhor.
2. Como o Senhor é seu objeto próprio.
3. Qual é a sua extensão.
4. Por que é tão enfatizado.

Primeiro, o temor de Deus é um reverente respeito pela majestade divina. Às vezes, ele procede da fé na misericórdia e bondade de Deus: pois, quando o coração humano experimenta a doçura da bondade de Deus e reconhece que toda a felicidade consiste em seu favor, ele é tomado por tal reverência interior que não deseja, de modo algum, desagradar a Deus, mas antes fazer tudo o que sabe ser agradável a Ele.

Desse tipo de temor decorrem dois efeitos:

1. Um esforço cuidadoso para agradar a Deus; nesse sentido, o bom rei Josafá, ao exortar seus juízes a exercerem corretamente o juízo do Senhor, acrescenta: “O temor do Senhor esteja sobre vós”, indicando que esse temor os levaria a buscar agradar a Deus.
2. Um cuidado diligente em evitar tudo o que ofende a majestade divina e entristece o Seu Espírito; por isso o sábio diz: “O temor do Senhor é odiar o mal”; e de Jó se diz que, temendo a Deus, desviava-se do mal.

Outras vezes, esse temor nasce da dúvida e da insegurança: quando o coração do homem duvida da misericórdia de Deus e espera apenas vingança, o simples pensamento de Deus lhe causa temor — ou melhor, terror — e assim ele passa a temê-lo.

Dessas duas origens do temor — uma contrária à outra — surgiu a distinção comum entre temor filial e temor servil. Essa distinção baseia-se nas palavras do apóstolo: “Não recebestes o espírito de escravidão para viverdes novamente com medo” (temor servil), “mas recebestes o Espírito de adoção, pelo qual clamamos: Aba, Pai” (temor filial). O temor filial é como o de filhos obedientes para com seus pais; o temor servil é como o de escravos para com seus senhores. O filho teme ofender o pai — e esse temor está unido ao amor. O escravo teme apenas o castigo — e esse temor está unido ao ódio; ele não teme o pecado em si, mas a punição do pecado.

Abraão, como um filho fiel, temeu a Deus (Gênesis 22:12), quando se dispôs a sacrificar seu único filho para não desobedecer ao Senhor. Já Adão, como um escravo temeroso, temeu a Deus (Gênesis 3:10), quando, após pecar, escondeu-se da presença do Senhor. Esse temor servil é claramente diabólico (Tiago 2:19), pois até os demônios creem e tremem. Ele leva o homem a desejar que não existam inferno, juízo, juiz ou até mesmo Deus. É desse temor que devemos ser libertos ao servir ao Senhor (Lucas 1:74). Submeter-se por esse temor não é agradável a Deus; portanto, é o temor filial que aqui se requer. Segundo, Deus é o objeto próprio desse temor, como demonstram este e muitos outros textos bíblicos que falam do “temor de Deus” ou “temor do Senhor”. Esse temor tem relação tão direta com Deus que a Escritura chega a designá-lo como “o Temor” — por exemplo, quando Jacó fala do “Temor de Isaque” (Gênesis 31:42, 53), referindo-se ao próprio Deus.

Isso significa que é errado temer qualquer outra pessoa? Não. Também se deve temer homens — como governantes, pais, senhores e outras autoridades. O apóstolo, ao dizer que devemos

dar a cada um o que lhe é devido, inclui: “temor a quem temor” (Romanos 13:7). Contudo, Deus continua sendo o objeto próprio do temor, porque todo temor que se deve a qualquer criatura é, em última instância, devido a Deus, cuja imagem essa pessoa representa. Assim, não é tanto a pessoa em si que se teme, mas a autoridade divina refletida nela. Se houver conflito entre temer a Deus e temer aos homens, deve prevalecer a regra de Cristo: “Não temais os que matam o corpo, mas não podem matar a alma; temei antes aquele que pode destruir tanto a alma quanto o corpo no inferno.”

Terceiro, a extensão desse temor filial de Deus é muito ampla. Nenhum tema é mais enfatizado nas Escrituras do que o temor do Senhor. Ele frequentemente é acrescentado a outros deveres como aquilo que lhes dá vida e sem o qual não podem ser corretamente cumpridos. Por isso somos exortados a servir ao Senhor com temor, a aperfeiçoar a santidade no temor de Deus e a desenvolver a salvação com temor (Salmos 2:11; Segunda aos Coríntios 7:1; Filipenses 2:12). As igrejas são elogiadas por andarem no temor do Senhor (Atos 9:31), e o mesmo é dito de indivíduos como Abraão, José e Jó. Em muitos textos, o temor de Deus resume toda a adoração a Deus. Por isso, quando Cristo cita “Temerás o Senhor teu Deus”, Ele interpreta como “Adorarás o Senhor teu Deus”. E quando Isaías diz: “O temor que têm de mim é ensinado por mandamentos de homens”, Cristo aplica: “Em vão me adoram, ensinando doutrinas que são preceitos de homens”. Portanto, o temor de Deus inclui toda a adoração a Deus e todo o dever que temos para com Deus e para com o próximo.

Quarto, a razão pela qual o Espírito Santo enfatiza tanto o temor de Deus é para mostrar a diferença entre a perfeição da

imagem de Deus no homem antes da queda e sua renovação após a queda. No princípio, a imagem de Deus no homem era perfeita, e o amor era suficiente para motivá-lo ao dever. Por isso, quando a Escritura descreve esse estado ideal, enfatiza o amor: amar a Deus, andar em seus caminhos, guardar seus mandamentos; amar o próximo; fazer tudo em amor. O amor resume toda a lei. Mas, após a queda, o amor esfriou no coração humano. Embora os santos sejam regenerados à imagem de Deus, essa imagem não é perfeita nesta vida; a carne ainda permanece. Por isso, Deus implantou o temor no coração humano, para restringi-lo do pecado e incentivá-lo a cumprir o bem.

5. Sobre o temor de Deus que nos move a servir aos homens.

Tendo brevemente exposto a natureza, o objeto, a extensão e o uso do temor, volto ao ponto principal, a saber: mostrar, primeiro, como ele é aqui apresentado como um motivo para levar os homens a cumprir o dever requerido. Pois, por esta expressão — “no temor do Senhor” — o apóstolo indica que é o temor de Deus que leva os homens a se sujeitarem conscienciosamente uns aos outros.

Foi isso que levou Davi a governar bem o povo de Deus (2Sm 23:3), e José a tratar bem seus irmãos (Gênesis 42:18); e isso também é apontado como a causa do governo justo do próprio Cristo (Isaías 11:2-3). O piedoso rei Josafá compreendeu bem isso e, ao estabelecer juízes sobre o povo, disse-lhes, como motivação para julgarem corretamente: “O temor do Senhor esteja sobre vós”. Da mesma forma, Pedro, ao exortar os súditos a honrarem o rei, começa com esta exortação: “Temei a Deus”.

Pelo temor dos homens, alguém pode ser levado a sujeitar-se a outro: um magistrado pode agir com justiça e

moderação por medo de revoltas e rebeliões; súditos podem ser forçados a obedecer por leis severas e tirania; e outros inferiores podem submeter-se por ameaças, maus-tratos e interesses secundários.

1. Ainda que o temor dos homens seja um motivo, isso não significa que o temor de Deus não o seja; antes, é outro motivo — e melhor.
2. A submissão que nasce do temor dos homens é forçada e servil, e não é agradável a Deus; mas a submissão que procede do verdadeiro temor filial de Deus é livre, voluntária, pronta, alegre e consciente. Tal submissão nos leva a fazer o máximo bem possível àqueles a quem nos submetemos; e, por isso, é mais aceitável a Deus, por causa de sua origem, e mais proveitosa ao homem, por causa de seus efeitos e frutos.

Pois o verdadeiro temor de Deus faz com que levemos mais em conta o que Deus ordena do que aquilo que nosso coração corrupto deseja. Ele domina nossas paixões desordenadas e as traz sob o controle do dever. Leva-nos a negar a nós mesmos e aos nossos próprios desejos. E, ainda que, por causa da corrupção da nossa natureza e do orgulho inato, sejamos relutantes em nos submeter, o temor de Deus humilha esse espírito soberbo e nos torna mansos e humildes. Ele impede os que estão em autoridade de caírem em tirania, crueldade e severidade excessiva; e impede os que estão sob autoridade de recorrerem à dissimulação, ao engano e a conspirações ocultas.

Vede, portanto, quão necessário é que o verdadeiro temor do Senhor seja implantado no coração dos homens — no coração dos reis e de todos os governantes, no coração dos súditos e de todo o povo, tanto superiores quanto inferiores. Onde não há

temor de Deus, não haverá verdadeira submissão entre os homens. Abraão pensou que os homens de Gerar não respeitariam nem a ele nem à sua esposa, nem teriam compromisso com a honestidade, nem se absteriam de derramar sangue inocente, porque viu que não havia temor de Deus naquele lugar (Gênesis 20:11). E o apóstolo, depois de enumerar muitos efeitos da corrupção humana, conclui: “Não há temor de Deus diante de seus olhos” (Romanos 3:11).

Portanto, que magistrados, pais, senhores e todos os que estão em autoridade tenham especial cuidado em ensinar e conduzir seus súditos, filhos e servos ao temor do Senhor. Posso afirmar com convicção que aqueles inferiores que são ensinados a temer a Deus prestarão melhor serviço aos seus superiores do que aqueles que apenas temem seus superiores como homens, mas não temem a Deus. Que os ministros, especialmente, insistam e gravem nas consciências dos homens o temor de Deus. E que todos os inferiores orem para que o temor do Senhor seja plantado no coração de seus superiores, para que assim possam viver uma vida tranquila e pacífica, com toda piedade e dignidade sob sua autoridade.

Feliz é o reino onde magistrados e súditos temem ao Senhor. Feliz é a igreja onde ministros e povo temem ao Senhor. Feliz é a família onde marido e esposa, pais e filhos, senhores e servos temem ao Senhor. Em tal reino, igreja e família, cada um se sujeitará ao outro para o bem mútuo. Mas, se aqueles que não temem a Deus se submetem, sejam superiores ou inferiores, fazem-no por seus próprios interesses e vantagens, e não para o bem daqueles a quem se submetem.

6. Sobre limitar todo dever para com o homem dentro dos limites do temor de Deus.

Além disso, como esta expressão — “no temor do Senhor” — indica a maneira da submissão, ela mostra que nenhuma submissão deve ser prestada ao homem que não esteja de acordo com o temor de Deus. Assim demonstramos que temos consideração por Deus e buscamos, acima de tudo, agradá-lo. Assim, Davi foi ordenado a governar no temor de Deus (2Sm 23:3), e outros magistrados a exercerem seu dever no temor do Senhor (2Cr19:9), o que Neemias, aquele bom governante, teve o cuidado de fazer (Neemias 5:15). Do mesmo modo, os súditos devem obedecer no temor do Senhor, como o apóstolo indica ao colocar esta exortação — “Temei a Deus” — antes de “Honrai o rei” (Primeira Epístola de Pedro 2:17); como se dissesse: honrai o rei de tal modo que, nisso, manifesteis o vosso temor a Deus; que este não seja comprometido por aquele. Também os servos são ordenados a obedecer a seus senhores com esta condição: temendo ao Senhor. Expressões como “por amor do Senhor”, “como ao Senhor”, “no Senhor”, “como servos de Cristo” e semelhantes, quando anexadas aos deveres dos inferiores, indicam a mesma verdade (Epístola aos Colossenses 3:22; Primeira Epístola de Pedro 2:13; Epístola aos Efésios 5:22; 6:1,6).

Há grande razão para que todo serviço seja limitado pelo temor de Deus, pois Deus é o supremo Senhor, a quem todo serviço é primária e principalmente devido. Qualquer serviço devido a qualquer homem, seja alto ou baixo, é devido em referência ao Senhor. O Senhor colocou os superiores em posições de autoridade, nas quais eles representam a imagem de Deus. Também colocou os inferiores em suas posições e os confiou ao cuidado dos que estão sobre eles. Aquele que não obedece aos que estão acima dele no temor de Deus não respeita a imagem de Deus; e aquele que não governa os que estão sob

sua autoridade no temor de Deus não respeita aquilo que Deus lhe confiou.

Além disso, Deus é o grande Juiz diante de quem todos, superiores e inferiores, prestarão contas de seu serviço. Ainda que, por nosso serviço, tenhamos agradado plenamente aos homens, se não tivermos considerado a Deus nem buscado agradá-lo, com que rosto compareceremos diante do Seu terrível tribunal? Poderá o favor daqueles a quem agradamos neste mundo nos proteger da ira de Deus?

Vede, pois, a loucura daqueles governantes que procuram agradar ao povo em tudo, mesmo contra o Senhor e Sua Palavra. Assim foi a loucura de Adão (Gênesis 3:6), que, atendendo à sua esposa, comeu do fruto proibido; a de Arão (Êxodo 32:1), que, para agradar ao povo, fez um ídolo; a de Saul (1Sm 15:21), que permitiu ao povo poupar despojos dos amalequitas contra a ordem expressa de Deus; a de Joás (2Cr24:17), que ouviu seus príncipes e levantou ídolos; e a de Pilatos (Mc 15:15), que, para agradar ao povo, entregou Cristo para ser crucificado contra a própria consciência. O terrível desfecho dessa submissão, que não foi guiada pelo temor de Deus, mas contrária a ele, deve servir de advertência a todos os superiores, para que não busquem agradar mais aos que estão abaixo deles do que a Deus, que está acima deles.

Nem é apenas loucura dos superiores submeterem-se aos inferiores contra o Senhor, mas também dos inferiores submeterem-se aos superiores quando isso contraria a Deus; pois assim demonstram que temem mais aos homens do que a Deus — algo que Cristo expressamente proíbe. Os capitães enviados para prender Elias obedeceram ao rei, mas de que lhes serviu isso? Pôde o rei livrá-los do fogo que Deus fez descer do céu?

As mulheres repreendidas por oferecer incenso à rainha dos céus não o faziam sem o consentimento de seus maridos, e ainda assim não foram desculpadas. Os filhos e outros da família que se juntaram a Datã e Abirão, permanecendo à porta de suas tendas contra Moisés, não foram poupados do juízo, porque isso não foi feito no Senhor, mas contra Ele. Portanto, que todos, de qualquer posição, tenham o temor de Deus como alvo em todas as suas ações (Lc 12:4-5; Segundo Livro dos Reis 1:9 e seguintes; Jeremias 44:19; Números 16:32).

Que os superiores não façam nada para agradar seus inferiores que não esteja de acordo com o temor de Deus, nem permitam que seus inferiores façam algo por causa deles que viole esse temor (Números 11:29; 1Sm 24:8). E que os inferiores não façam, nem deixem de fazer, por vontade de seus superiores, qualquer coisa que se desvie do temor de Deus (Gênesis 39:10; 1Sm 22:17; Atos dos Apóstolos 4:19); mas que todos se sujeitem uns aos outros no temor de Deus.

7. Sobre o cumprimento dos deveres das vocações particulares.

Efésios 5:22. As esposas sejam submissas a seus próprios maridos, como ao Senhor.

A partir daquela orientação geral sobre submissão mútua, o apóstolo passa a tratar de casos particulares, pelos quais exemplifica o princípio, ensinando-nos que não basta cumprir os deveres gerais do cristianismo, se não formos também conscientes no cumprimento dos deveres específicos de nossas vocações particulares. O cumprimento fiel desses deveres particulares faz parte do viver digno da vocação para a qual fomos chamados (Epístola aos Efésios 4:1). Por isso o apóstolo,

para ilustrar esse princípio, enumera diversos exemplos tanto nesta quanto em outras epístolas (Epístola aos Colossenses 3:18 e seguintes; Primeira Epístola aos Coríntios 7; 1Tm 3), e outros apóstolos fazem o mesmo (Primeira Epístola de Pedro 2–3). E Tito é instruído a ensinar essas coisas (Epístola a Tito 2). O próprio Deus deu exemplo disso em Sua lei, pois o principal propósito do quinto mandamento é instruir-nos nos deveres particulares de nossas diferentes vocações.

Por meio disso, grande crédito é dado à nossa profissão de fé, e a doutrina de Deus, nosso Salvador, é honrada (Epístola a Tito 2:10; Primeira Epístola de Pedro 3:1-2). Também há grande benefício mútuo, pois nossas posições e vocações são os vínculos que unem firmemente as pessoas, como os membros de um corpo natural são ligados por nervos, artérias e veias, através dos quais a vida, o sentimento e o movimento são compartilhados entre eles.

Portanto, que cada um reconheça a vocação em que Deus o colocou e os deveres que lhe correspondem, e que os pratique com consciência. Não é bom cristão aquele que é negligente nesse ponto. Um mau marido, esposa, pai, filho, senhor, servo, magistrado ou ministro não é um bom cristão.

8. Sobre a legitimidade das funções privadas na família.

Entre as diversas vocações particulares, o apóstolo escolhe aquelas que Deus estabeleceu nas famílias privadas e descreve com precisão suas diferentes ordens [pois a família consiste nestas categorias: maridos, esposas, pais, filhos, senhores e servos — todos os quais ele menciona]. Ele também se mostra abundante e enfático ao insistir nos deveres que lhes pertencem. Daí podemos concluir que as vocações privadas da família e as

funções a elas associadas são chamadas de Deus para os cristãos, e nelas devem e podem empregar parte de seu tempo.

Pois poderíamos imaginar que o Espírito Santo — que nada faz em vão — detalharia tão cuidadosamente esses deveres privados e os enfatizaria com tanta força, se não fossem apropriados e importantes para os cristãos? Todas as passagens das Escrituras que tratam dos deveres familiares confirmam essa verdade.

As razões dessa doutrina são claras: a família é um viveiro da Igreja e da sociedade. É como uma colmeia, onde está o enxame e de onde partem muitos outros; pois nas famílias todos os tipos de pessoas são criados e formados, e delas são enviados à Igreja e à sociedade. O princípio da humanidade e de sua multiplicação começou em uma família. Deus primeiro uniu Adão e Eva em casamento, tornando-os marido e esposa, e depois lhes deu filhos; de modo que marido e esposa, pais e filhos — que são partes da família — existiram antes de magistrados e súditos, ministros e povo, que são partes da sociedade e da Igreja.

Quando, pelo dilúvio, todas as sociedades públicas foram destruídas, uma família — a de Noé — foi preservada, e dela surgiram novamente reinos e nações. O grande povo de Israel, que não podia ser contado, teve origem na família de Abraão. E, até hoje, todas as pessoas vêm de famílias e assim será até o fim do mundo. Disso se conclui que o cumprimento consciente dos deveres domésticos contribui para a boa ordem da Igreja e da sociedade, pois prepara as pessoas para essas esferas.

Além disso, a família é uma pequena Igreja e uma pequena sociedade — ou, pelo menos, uma viva representação

delas — onde se pode avaliar quem está apto para posições de autoridade ou de submissão. Melhor ainda, é como uma escola onde se aprendem os princípios básicos de governo e obediência, preparando os homens para responsabilidades maiores. Por isso o apóstolo afirma (1Tm 3:5) que aquele que não sabe governar a própria casa não está apto para governar a Igreja. Do mesmo modo, os inferiores que não aprendem a ser submissos na família dificilmente o serão na Igreja ou na sociedade — como mostram os exemplos de Absalão e Adonias, filhos de Davi.

Isso deve servir de consolo para certas consciências fracas que pensam que, por não terem um chamado público, não possuem chamado algum, e concluem que todo o seu tempo é gasto fora de uma vocação legítima. Se isso fosse verdade, que consolo teriam muitas mulheres, que não exercem funções públicas na Igreja ou na sociedade? Ou servos, filhos e outros que estão totalmente ocupados com os assuntos da família? Mas essa doutrina demonstra o erro desse raciocínio.

Além disso, quem não sabe que a preservação das famílias contribui para o bem da Igreja e da sociedade? Assim, o cumprimento fiel dos deveres domésticos, considerando seu propósito e fruto, pode ser considerado uma obra pública. De fato, se esses deveres forem bem executados, são suficientes para ocupar todo o tempo de uma pessoa. Se o chefe da família também é marido e pai, encontrará trabalho suficiente; o mesmo se aplica à esposa que é mãe e responsável pela casa; e quanto aos filhos e servos, sua vocação consiste em obedecer a seus pais e senhores em tudo o que for no Senhor. Portanto, aqueles que não possuem um chamado público, sendo diligentes em suas funções privadas, serão tão bem aceitos por Deus quanto aqueles que exercem cargos públicos.

Entretanto, muitos que não têm ocupação pública pensam que podem usar seu tempo como quiserem, entregando-se à ociosidade ou aos prazeres, excluindo-se assim de toda vocação. Assim são muitos chefes de família que deixam todo o cuidado da casa para suas esposas ou servos, desperdiçando o tempo em ociosidade e excessos; assim são muitas mulheres que passam o tempo na cama, cuidando apenas da aparência e conversas inúteis; assim são muitos jovens que, por indulgência dos pais e por sua própria rebeldia, vivem sem disciplina, seguindo seus desejos. Esses e outros semelhantes, embora tenham sido colocados por Deus em vocações legítimas e tenham trabalho suficiente diante de si, tornam-se pessoas sem vocação. E que bênção podem esperar de Deus?

O Senhor costuma abençoar os homens enquanto estão ocupados em suas vocações. O serviço fiel de Jacó (Gênesis 31:42) levou Deus aabençoá-lo. A fidelidade de José (Gênesis 39:2) foi lembrada por Deus, que o exaltou no Egito. Moisés (Êxodo 3:1-2) estava cuidando do rebanho quando Deus lhe apareceu e o chamou. Davi (1Sm 16:11) foi chamado do campo, onde cuidava das ovelhas, para ser ungido rei. Eliseu (Primeiro Livro dos Reis 19:19) estava arando quando foi chamado para ser profeta. Os pastores (Lc 2:8) estavam vigiando seus rebanhos quando receberam a notícia do nascimento do Salvador. E a promessa da proteção divina está ligada às nossas vocações, pois Deus ordena aos anjos que nos guardem “em todos os nossos caminhos” (Salmos 91:11).

Quanto àqueles que exercem funções públicas na Igreja ou na sociedade, não devem pensar que estão dispensados dos deveres familiares. Esses deveres são necessários. Ainda que alguém seja magistrado ou ministro, se também é marido, pai ou

senhor, não pode negligenciar sua esposa, filhos e servos. Aqueles que não têm funções públicas devem dedicar-se ainda mais aos deveres da família, pois têm mais tempo para isso. Mas ninguém deve negligenciá-los completamente. Josué (Livro de Josué 24:15), embora líder de seu povo e ocupado com assuntos públicos, não descuidou de sua família, pois declarou que ele e sua casa serviriam ao Senhor. Ao contrário, parece que Eli (1Sm 2:29; 3:13) foi negligente como pai, e também Davi (Primeiro Livro dos Reis 1:6). E qual foi o resultado? Dois filhos de Eli tornaram-se sacerdotes ímpios, e dois filhos de Davi tornaram-se homens perversos e traidores.

9. Sobre a ordem do apóstolo ao apresentar primeiro os deveres de maridos e esposas.

Havendo três principais graus ou ordens em uma família [como vimos anteriormente], o apóstolo coloca marido e esposa em primeiro lugar e começa expondo seus deveres, e não sem boa razão.

Primeiro, porque marido e esposa foram o primeiro casal que existiu no mundo. Adão e Eva foram unidos em casamento e feitos marido e esposa antes de terem filhos ou servos. E, ainda hoje, ao se formar uma família, o primeiro vínculo é, normalmente, o de marido e esposa. Segundo, porque, na maioria das vezes, o marido e a esposa são os principais membros da família, sendo os demais solteiros e subordinados a eles. Eles governam todos os outros da casa. Portanto, é muito apropriado que sejam os primeiros a conhecer e praticar seus deveres, para que sirvam de exemplo aos demais.

Se falharem em seus deveres um para com o outro, darão ocasião para que todos os que estão sob sua autoridade sejam

descuidados e negligentes em seus próprios deveres. Se o marido for rude com sua esposa e a desprezar, dará ocasião para que filhos e servos também a desprezem e lhe desobedeçam; e até que sejam ásperos uns com os outros, especialmente com aqueles que estão abaixo deles. Se a esposa for infiel e desleal ao marido, furtando-lhe coisas, filhos e servos logo se encorajarão, ou antes, tomarão ousadia para furtar secretamente do pai e do senhor. Assim, a quebra do dever por parte deles é uma dupla falta: contra a pessoa prejudicada e como ocasião para o pecado de outros.

Saibam, portanto, ó maridos e esposas, que vós, mais do que todos os outros na família, estais especialmente obrigados a cumprir conscienciosamente os vossos deveres. Maior será a vossa condenação se falhardes nisso. Atentai nisso acima de tudo e, pelo vosso exemplo, conduzi vossos filhos e servos (se os tiverdes) a cumprir seus deveres; o que certamente farão com mais disposição ao verem que vós mesmos, como guias, ides à frente, cumprindo vossos deveres comuns e particulares.

10. Sobre a ordem do apóstolo ao apresentar primeiro os deveres dos inferiores.

Ao tratar dos deveres do primeiro casal mencionado, o apóstolo começa pelas esposas e expõe primeiro seus deveres específicos. A razão dessa ordem parece ser a inferioridade da esposa em relação ao marido. Entendo assim porque observo que este é o método habitual do apóstolo: primeiro declarar os deveres dos inferiores e depois os dos superiores.

Pois, ao tratar dos deveres de filhos e pais, e de servos e senhores, ele começa pelos inferiores, tanto nesta epístola quanto em outras (Epístola aos Colossenses 3:18,20,22). Pedro

segue a mesma ordem (Primeira Epístola de Pedro 3:1). E até a própria Lei (Êxodo 20:12) menciona primeiro o dever do inferior, implicando o dever do superior como consequência: se o inferior deve honrar, então o superior deve comportar-se de modo digno de honra.

Pergunta: Por que os deveres dos inferiores são mais detalhados e colocados em primeiro lugar?

Resposta: Porque, na maioria das vezes, os inferiores são os mais relutantes em cumprir seus deveres. Quem não está mais disposto a governar do que a obedecer?

Não nego que governar bem seja mais difícil do que obedecer bem. Pois governar exige mais conhecimento, experiência, sabedoria, cuidado e diligência. Quem obedece tem uma regra clara diante de si — a vontade do superior, desde que seja justa e conforme a vontade de Deus. Mas quem governa deve considerar cuidadosamente o que é melhor, inclusive para o futuro, avaliando se algo conveniente no presente não será prejudicial depois.

Por isso, o superior pode pecar ao ordenar algo que o inferior, ao obedecer, não peca. Quem pode acusar Joabe de pecado ao contar o povo, se Davi lhe ordenou? Contudo, Davi pecou ao dar tal ordem. Da mesma forma, Saul pecou ao proibir o povo de comer durante a batalha, mas o povo não pecou ao obedecer. Isso mostra que governar é mais difícil do que obedecer.

Também isso é evidente pela providência de Deus ao ordenar quem governa e quem obedece: geralmente os mais jovens, os mais fracos, os mais pobres e os menos instruídos estão em posição de submissão; enquanto os mais velhos, fortes,

ricos e sábios estão em posição de autoridade. Por isso diz Salomão: “Ai de ti, ó terra, quando o teu rei é criança” (Eclesiastes 10:16); e Isaías declara como juízo que crianças governem o povo (Isaías 3:4,12).

Contudo, embora os governantes tenham maior responsabilidade, os inferiores costumam achar seu próprio fardo mais pesado e são mais inclinados a rejeitá-lo. Isso se deve ao orgulho e à ambição natural do coração humano, que obscurecem o entendimento e levam as pessoas a desejar autoridade e a resistir à submissão. Por isso, em todas as épocas, leis e punições foram estabelecidas para manter os inferiores dentro de seus deveres — e ainda assim muitas vezes sem sucesso. Quem não vê, em todos os tempos, rebelião de súditos, teimosia de servos, desobediência de filhos e presunção de esposas? Não é sem motivo, portanto, que o apóstolo começa pelos deveres dos inferiores.

Além disso, o apóstolo ensina, por essa ordem, como os inferiores podem levar seus superiores a tratá-los com justiça e bondade: cumprindo primeiro seus próprios deveres. Pois o que provoca a ira e a severidade dos governantes? Não é, em geral, a desobediência dos subordinados? Embora alguns governantes sejam tão duros que nada os satisfaça, ainda assim o melhor caminho para os inferiores é cumprir fielmente seus deveres. Mesmo que os superiores não sejam tocados por isso, Deus certamente será.

Por fim, ninguém pode governar bem sem antes aprender a obedecer bem. Aqueles que desprezam a submissão quando estão sob autoridade tendem a ser insuportavelmente arrogantes quando estão no poder. Aprendei, vós que estais sob autoridade, como conquistar o favor de vossos superiores, como tornar

vosso jugo mais leve e evitar muitos males: cumpri primeiro o vosso dever. Há também fortes razões para que os superiores comecem primeiro a cumprir seus deveres:

Primeiro, porque, por sua autoridade, representam a imagem de Deus. Segundo, porque devem servir de exemplo. Terceiro, porque seu bom exemplo ajuda a manter os inferiores em seus deveres. Quarto, porque sua falha é exemplar e leva outros a falharem. Quinto, porque maior será sua prestação de contas, pois a quem muito foi dado, muito será exigido.

Seria desejável que superiores e inferiores competissem entre si para ver quem começa primeiro e quem cumpre melhor seu dever, como corredores em uma corrida. Mas, se houver dúvida sobre quem deve começar, aconselho que os inferiores não resistam, mas considerem que o apóstolo os exorta primeiro e que é mais seguro para eles começar. Pois, nessa disputa, os inferiores tendem a sofrer mais, devido ao poder dos superiores sobre eles.

E, embora seja contrário à nossa natureza orgulhosa submeter-se, devemos nos esforçar ainda mais para fazê-lo. Pois parte essencial da sabedoria espiritual é reconhecer onde nossa natureza mais se inclina ao erro e lutar contra isso, visto que a carne é inimiga de Deus (Romanos 8:7).

11. Sobre as razões pelas quais os deveres das esposas são ensinados primeiro.

Pergunta: Por que, entre todos os inferiores, as esposas são as primeiras a serem colocadas na escola de Cristo para aprender seu dever?

Resposta: Muitas boas razões podem ser dadas para a ordem do apóstolo também neste ponto.

Primeiro, porque, entre todos os inferiores da família, as esposas são, de longe, as mais excelentes, e por isso devem ocupar o primeiro lugar. Segundo, porque as esposas foram as primeiras a quem a submissão foi ordenada: antes de existirem filhos ou servos, foi dito à mulher: “o teu desejo será para o teu marido, e ele te governará” (Gênesis 3:16). Terceiro, porque as esposas são a fonte da qual procedem todos os outros graus da família; e, portanto, devem ser as primeiras a serem corrigidas. Quarto, porque essa submissão serve de bom exemplo para filhos e servos, sendo um grande meio de levá-los à obediência. Quinto, posso ainda acrescentar, como algo claramente demonstrado pela experiência em todos os lugares, que, entre todos aqueles de quem o Espírito Santo requer submissão, as esposas são, na maioria das vezes, as mais relutantes em se submeter aos seus maridos (ver Tratado 3, Seção 4).

Mas vós, esposas que temeis a Deus, sede cuidadosas em cumprir o vosso dever; e, ainda que isso pareça contrário ao costume comum, não sigais a multidão para fazer o mal (Êxodo 23:2). Ainda que isso seja difícil para a natureza corrompida, dominai essa corrupção. Mesmo que vossos maridos sejam negligentes em seus deveres, sede vós diligentes nos vossos e procurai ir adiante deles, lembrando-vos do que o Senhor disse (Mt 5:46-47): “Se amais os que vos amam, que recompensa tendes?” Lembrai-vos também do que diz o apóstolo (1Tm 2:14): que a mulher foi a primeira na transgressão (Gênesis 3:16), e a primeira a receber seu dever, e que foi feita para o homem, e não o homem para a mulher (Primeira Epístola aos Coríntios 11:9).

Assim merecereis o louvor dado às boas esposas: “Muitas mulheres procedem virtuosamente, mas tu a todas sobrepujas” (Provérbios 31:29). Tendo tratado até aqui dessas instruções gerais, passo agora a uma exposição mais detalhada das palavras, extraindo delas observações e, em seguida, declarando particularmente os deveres que as três ordens na família devem umas às outras.

12. Sobre a submissão das esposas.

Efésios 5:22. Esposas, sujeitai-vos a vossos próprios maridos, como ao Senhor.

A palavra pela qual o apóstolo expressa o dever das esposas está na voz média e pode ser traduzida tanto de forma passiva, como muitos fizeram, quanto de forma ativa, como faz a tradução inglesa — “sujeitai-vos” — e isso de modo muito apropriado, pois há uma dupla submissão:

1. Uma submissão necessária, que é a submissão de ordem.
2. Uma submissão voluntária, que é a submissão de dever.

A submissão necessária é aquela condição de inferioridade em que Deus colocou todos os inferiores, submetendo-os aos superiores, isto é, colocando-os em um grau inferior. Por isso, ainda que os inferiores procurem se exaltar acima de seus superiores, continuam sujeitos a eles, pois sua ambição não anula a ordem estabelecida por Deus. A esposa permanece em posição inferior, ainda que tente dominar o marido.

A submissão voluntária é o respeito obediente que os inferiores demonstram para com aqueles que Deus colocou sobre eles, evidenciando disposição para aceitar a ordem

estabelecida por Deus. Porque Deus os colocou sob autoridade, manifestam, em seu comportamento, a submissão que sua posição exige. Como aqui se trata de um dever, é evidente que a submissão voluntária é a que está em vista; e, para expressar isso, o texto diz: “sujeitai-vos”. Embora a mesma palavra seja usada no versículo anterior, aqui ela é aplicada de forma mais específica, referindo-se à submissão de reverência (ver Seção 3, Observação I).

Aprendemos, portanto, que à submissão necessária deve ser acrescentada a submissão voluntária; isto é, devemos cumprir nosso dever conforme a ordem e o grau em que Deus nos colocou. Isso é transformar a necessidade em virtude. Nesta expressão — “sujeitai-vos” — estão incluídos todos os deveres que a esposa deve ao marido, como será explicado mais detalhadamente adiante (ver Tratado 3, Seção 2).

13. Das pessoas a quem as esposas devem estar sujeitas.

Ao estabelecer as pessoas a quem as esposas devem sujeição, o Apóstolo observa uma partícula de restrição, e isso para mostrar que a esposa deve ter apenas um marido, o que é expresso mais claramente em outro lugar pela mesma expressão: cada mulher tenha o seu próprio marido; isto é, apenas um que lhe seja próprio; de modo que (1Co 7:2) (ver Seção 82, 83). É ilícito que uma esposa tenha mais de um marido ao mesmo tempo.

A esposa deve submeter-se somente a esse único marido, que lhe é próprio, e a nenhum outro homem [enquanto é esposa e presta o dever de esposa]; de modo que aqui se exclui a sujeição das adúlteras; e o dever exigido é que

A esposa deve prestar ao seu marido uma sujeição casta, fiel e matrimonial. Aqui, de passagem, observe-se a tola

conclusão dos adamitas, familistas e outros libertinos licenciosos semelhantes, os quais, a partir das palavras gerais que o Apóstolo usa [homens e mulheres], inferem que todas as mulheres são como esposas de todos os homens, e que não é necessária tal união próxima de um homem com uma mulher. Essa opinião bestial, além de ser contrária ao curso das Escrituras e à antiga lei do casamento [os dois se tornarão uma só carne], também é contrária a esta cláusula [seus próprios maridos]. O Apóstolo, ao usar essas palavras gerais, seguiu o modo de falar grego, que emprega esses dois termos [homens, mulheres] para significar maridos e esposas; assim também fazem outras línguas, inclusive o nosso inglês. A relação particular que existe entre as pessoas indicadas por essas duas palavras mostra claramente como elas devem ser entendidas e quando devem ser restringidas a marido e esposa. Para remover essa ambiguidade, o inglês traduziu bem como marido e esposa. Para dirigir e estimular as esposas ao seu dever, o Apóstolo acrescenta esta cláusula [como ao Senhor], a qual é tanto uma Regra quanto uma Razão da sujeição das esposas. Ela dirige as esposas ao indicar o limite da sua obediência e o modo dela.

O limite está em que as esposas devem obedecer aos seus maridos de tal maneira que, ao mesmo tempo, obedeçam ao Senhor, mas não além disso: não devem sujeitar-se em coisa alguma a seus maridos que não possa coexistir com sua sujeição ao Senhor. O modo está em que as esposas devem prestar tal espécie de sujeição a seus maridos que seja aprovada pelo Senhor. Assim o próprio Apóstolo explica esta expressão no capítulo 5, versículos 5 e 6.

Ela também estimula as esposas a se submeterem a seus maridos ao indicar o lugar do marido, que é estar no lugar do Senhor, trazendo a Sua imagem e, nesse aspecto, tendo comunhão e participação com o Senhor; de modo que as esposas, ao se sujeitarem corretamente a seus maridos, estão sujeitas ao Senhor. E, por outro lado, As esposas, ao recusarem sujeitar-se a seus maridos, recusam sujeitar-se ao Senhor.

14. Como o marido é a cabeça de sua esposa.

Efésios 5:23. Porque o marido é a cabeça da esposa, assim como Cristo é a cabeça da igreja; e ele é o Salvador do corpo.

O lugar do marido, indicado na última cláusula do versículo anterior, é mais claramente expresso e plenamente explicado neste versículo. Seu lugar é expresso sob a metáfora de cabeça e ampliado pela sua semelhança, nesse aspecto, com Cristo. A partícula de conexão [porque] mostra que este versículo é acrescentado como uma razão, a qual pode ser apropriadamente referida tanto ao dever em si quanto ao modo de cumpri-lo.

A metáfora de cabeça reforça o dever. A ampliação dela, pela semelhança feita com Cristo, reforça o modo de cumprir o dever. A esposa deve submeter-se ao marido, porque ele é sua cabeça; e deve fazê-lo como ao Senhor, porque o marido é para ela como Cristo é para a igreja. A metáfora de cabeça declara dois pontos:

1. A dignidade do marido.
2. O dever do marido.

1. Assim como a cabeça é mais eminente e excelente do que o corpo e está colocada acima dele, assim é o marido em relação à sua esposa.
2. Assim como a cabeça, pelo entendimento que há nela, governa, protege, preserva e provê para o corpo, assim faz o marido com sua esposa; ao menos ele deve fazer assim, pois este é o seu ofício e dever. Isso é aqui mencionado para mostrar o benefício que a esposa recebe por meio do marido, de modo que dois motivos estão incluídos nesta metáfora.

O primeiro é tomado da prerrogativa do marido, de onde se observa que deve-se prestar sujeição àqueles que estão sobre nós. Pois este é um dos principais propósitos da diferença entre uma parte e outra. Para que fim a cabeça é colocada acima do corpo, se o corpo não estiver sujeito a ela?

O segundo é tomado do benefício que a esposa colhe da superioridade do marido, e mostra que aqueles que não querem submeter-se aos seus superiores prejudicam a si mesmos, assim como o corpo prejudicaria a si mesmo, se não quisesse estar sujeito à cabeça (ver Tratado 3, Seção 73).

15. Da semelhança do marido com Cristo.

Para reforçar ainda mais a razão mencionada anteriormente, o Apóstolo acrescenta a semelhança que há entre o marido e Cristo, como mostra esta expressão comparativa [assim como]; de onde se segue que é apropriado que a esposa se submeta ao seu marido, assim como a igreja se submete a Cristo. Essa ampliação é acrescentada especialmente para os cristãos. Os pagãos podem ser levados a sujeitar-se aos seus governantes pela semelhança tirada de um corpo natural. Quanto mais os cristãos

devem ser levados por meio da semelhança tirada do corpo místico de Cristo?

Estas palavras [e ele é o Salvador do corpo], assim como declaram o ofício de Cristo e o benefício que a igreja recebe, também indicam o propósito pelo qual o marido é constituído cabeça de sua esposa, a saber, que, por seu cuidado diligente, ele seja como um salvador para ela. Isso é mencionado aqui mais para mostrar o benefício que a esposa recebe por meio do marido do que o dever que ele deve cumprir, pois isso o Apóstolo expõe posteriormente, no versículo 25 e seguintes. O sentido, portanto, é que, assim como Cristo foi dado como cabeça da igreja, que é o seu corpo, para protegê-la e prover todas as coisas necessárias para ela, e assim ser seu Salvador, do mesmo modo, para esse mesmo fim, os maridos são designados como cabeça de suas esposas. Com base nisso, o Apóstolo tira a conclusão no versículo seguinte.

16. Da semelhança entre: A igreja para com Cristo. A esposa para com o seu marido.

Efésios 5:24. Portanto, assim como a igreja está sujeita a Cristo, assim também as esposas estejam sujeitas a seus próprios maridos em tudo.

Esta conclusão apresenta não apenas o dever em si, mas também outra Razão e outra Regra para estimular e orientar as esposas a cumprirem o seu dever, e isso sob o modelo da igreja.

A razão pode ser assim formulada: Aquilo que a igreja faz para com Cristo, a esposa deve fazer para com o seu marido. Ora, a igreja está sujeita a Cristo. Logo, a esposa deve estar sujeita ao seu marido. A proposição está fundamentada naquela semelhança que há entre a igreja em relação a Cristo e a esposa

em relação ao seu marido; pois o marido é para a esposa aquilo que Cristo é para a igreja; portanto, a esposa deve ser para o seu marido assim como a igreja é para Cristo. A regra indica tanto o modo [assim] quanto a extensão da sujeição da esposa [em tudo] (ver mais sobre o modo e a extensão da obediência da esposa, Tratado 3, Seção 51 e 63).

Pergunta. Deve o homem mortal e pecador ser obedecido como o Senhor Cristo, o Filho eterno de Deus?

Resposta. Essa extensão deve ser entendida como restrita à generalidade das coisas em questão. Assim como em outros lugares, onde o Apóstolo diz: todas as coisas me são lícitas, ele se refere a todas as coisas indiferentes, pois era disso que tratava naquele contexto. E onde novamente diz: tudo o que vos for posto diante, comei, ele quer dizer: todo alimento bom e saudável; pois era disso que falava.

Assim, quanto ao propósito principal do Apóstolo ao apresentar às esposas o exemplo de Cristo, a quem os maridos se assemelham em dignidade, e o exemplo da igreja, à qual as esposas devem assemelhar-se em dever. Considerarei ainda esses exemplos de Cristo e da igreja de maneira mais distinta em si mesmos, sem qualquer relação com marido e esposa; e, a partir deles, observarei instruções gerais que dizem respeito a todos os cristãos.

17. Da relação entre Cristo e a igreja.

Efésios 5:23, 24. Cristo é a cabeça da igreja; e Ele é o Salvador do corpo.

A igreja está sujeita a Cristo em tudo. Observe aqui a relação mútua entre Cristo e a igreja. Quanto a Cristo, note-se

sua preeminência sobre a igreja [Ele é sua cabeça] e sua bondade para com ela [Ele é seu Salvador]. Note-se também quanto à igreja seu privilégio [ela é o corpo de Cristo] e seu dever. Ao expô-lo, observa-se em que consiste [a igreja está sujeita a Cristo] e até onde se estende [em tudo]. O título de Cabeça é atribuído a Cristo em dois aspectos. Em relação à sua dignidade e domínio sobre a igreja (Carta aos Colossenses 1:18). Em relação à íntima união entre Ele e a igreja (Ef4:15-16). Essa união é mais plenamente expressa posteriormente, no versículo 30.

A dignidade de Cristo é aqui principalmente destacada; de modo que Cristo é o supremo em autoridade sobre a igreja. Os títulos Senhor (2Co 8:6), Pai, Mestre, Doutor (Mt 23:7-9), Profeta (Deuteronômio 18:15), Primogênito (Carta aos Colossenses 1:18), e outros semelhantes, sendo atribuídos a Ele por excelência e propriedade, comprovam isso.

As causas disso são o beneplácito de Deus, seu Pai; a dignidade de sua pessoa, sendo Deus-homem; o mérito de seu sacrifício, pelo qual redimiu e adquiriu a igreja para si; a onipotência de seu poder, pelo qual é capaz de protegê-la; e a suficiência plena de seu Espírito, pelo qual é capaz de conceder a cada membro toda graça necessária. Até que o Papa de Roma possa apresentar razões tão sólidas para este título [Cabeça suprema de toda a igreja], considerá-lo-emos um usurpador blasfemo desse título.

Objeção. Ele não é considerado uma cabeça imperial como Cristo, mas apenas uma cabeça ministerial.

Resposta. Essa distinção não tem qualquer fundamento ou respaldo nas Escrituras. Ela implica uma contradição evidente,

pois ser uma cabeça ministerial é ser cabeça e ministro ao mesmo tempo, o que equivale a ser cabeça e membro em relação à mesma coisa. Embora nessas duas palavras [imperial, ministerial] pareçam elevar Cristo acima do Papa, na interpretação que eles mesmos dão a esses termos, tornam o Papa igual a Cristo, senão até superior a Cristo. Pois dizem que Cristo é uma cabeça imperial para vivificar a igreja interiormente, e o Papa uma cabeça ministerial para governá-la exteriormente.

Observe-se, primeiro, quão pouca coerência essa explicação tem com os termos explicados. A palavra [imperial] indica poder de vivificar? A palavra [ministerial] implica poder de governar? Além disso, não há grande incoerência em dizer que Cristo é a cabeça imperial e, ainda assim, o Papa é uma cabeça para governar? Ademais, isso não divide dois dos ofícios de Cristo, deixando um com Cristo e entregando outro ao Papa, tornando-o assim igual a Cristo?

Se forem observadas as partes específicas desse governo que os papistas atribuem ao Papa em virtude de sua suposta chefia, veremos que nele se cumpre o que o Apóstolo predisse acerca do anticristo: que, como Deus, se assenta no templo de Deus, mostrando-se como se fosse Deus (Segunda Carta aos Tessalonicenses 2:4). Pois lhe atribuem as chaves do céu e do inferno, para fechar ou abrir um ou outro conforme lhe agrada; dão-lhe poder para dispensar as leis de Deus, formular artigos de fé, estabelecer leis que obriguem diretamente e imediatamente as consciências dos homens, conceder perdão de pecados, liberar súditos da fidelidade aos seus soberanos, canonizar santos e muitas outras coisas.

Mas, deixando de lado essas ímpias blasfêmias, além de que essa prerrogativa de Cristo [ser cabeça da igreja] (Ef1:21-23) é incomunicável [pois por ela o Apóstolo prova que Cristo foi exaltado muito acima de todo principado, poder, força, domínio e todo nome, etc.], Cristo não necessita, para a execução de seu ofício, de qualquer vigário ou substituto; pois, como cabeça, Ele preenche tudo em todos, e, por seu Espírito eterno, está no céu, na terra e em todo lugar onde qualquer de seus membros esteja, conforme suas promessas feitas à sua igreja (Mt 18:20; 28:20). Grande consolo e profunda confiança isso necessariamente deve produzir em todos aqueles que têm a certeza de que pertencem a esse corpo; pois, tendo uma cabeça tão poderosa, tão sábia, tão misericordiosa, uma cabeça tão plenamente suficiente em todos os aspectos, que pode instruí-los, dirigi-los, guiá-los, governá-los, protegê-los e socorrê-los em todas as suas necessidades, o que devem temer? Quando somos atacados por Satanás ou de alguma forma investidos por seus instrumentos, ou quando estamos em qualquer aflição ou necessidade, levantemos os olhos da fê mais alto do que podemos levantar os olhos do corpo e contemplemos, no céu, essa nossa cabeça, que é invisível; e não podemos deixar de receber daí grande consolo e encorajamento.

18. Do benefício da chefia de Cristo.

A bondade de Cristo é apresentada nestas palavras [e Ele é o Salvador do corpo]. Quase cada palavra possui sua ênfase. A partícula copulativa [E] mostra que a bondade que Cristo faz à sua igreja, Ele a faz porque é a cabeça dela. Oh, quão feliz é a igreja por ter tal cabeça! Uma cabeça que não tiraniza sobre ela, nem a pisa sob os pés; uma cabeça que não a explora nem a oprime, mas que lhe proporciona paz e segurança. Quando

Noemi procurou promover o casamento entre Boaz e Rute, para que ele fosse sua cabeça, o que ela disse? Não hei de buscar descanso para ti, para que te vá bem? (Rute 3:1). Portanto, é próprio do ofício de uma cabeça ser um salvador, isto é, promover descanso e prosperidade ao corpo do qual é cabeça. Feliz seria para reinos, comunidades, cidades, igrejas, famílias, esposas e todos os que têm cabeças, se estas fossem assim: que, por serem cabeças, se empenhassem em ser salvadores.

19. De Cristo como um Salvador suficiente.

Ao expor a bondade de Cristo, três aspectos são observados. O tipo de bondade, que é salvação [o Salvador]. A pessoa que a realiza [Ele mesmo]. Os que a recebem [o corpo].

A palavra grega traduzida por Salvador é tão enfática que outras línguas dificilmente encontram um termo adequado para expressar toda a sua força; sendo aplicada a Cristo, implica que Ele é um Salvador absolutamente perfeito, plenamente suficiente em todos os aspectos, capaz de salvar perfeitamente até o fim (Carta aos Hebreus 7:25). Ele salva alma e corpo; salva de todo tipo de miséria; o que é indicado por aquilo de que Ele salva, a saber, o pecado: Ele salvará o seu povo dos seus pecados (Mt 1:21). O pecado é o maior e mais grave mal; sim, a causa de toda miséria. Aqueles que são salvos dele são salvos de todo mal; pois nada há que prejudique o homem, a não ser o que é causado pelo pecado ou está ligado a ele.

Antes de o pecado alcançar o homem, ele era completamente feliz, livre de toda miséria; e assim será novamente quando a contaminação, a culpa, a punição, o domínio e os resquícios do pecado forem removidos. Mas aquele que permanece na escravidão do pecado encontra-se em estado

extremamente miserável. Ao salvar do pecado, Cristo salva da ira de Deus, da maldição da lei, do veneno de todas as aflições externas, da tirania de Satanás, do aguilhão da morte, do poder da sepultura, dos tormentos do inferno e de tudo mais.

A pureza da natureza de Cristo e a excelência de sua pessoa é o que o torna um Salvador tão suficiente; razão que o próprio Apóstolo apresenta, pois, ao dizer que Cristo é capaz de salvar perfeitamente, acrescenta como prova que Ele é santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e exaltado acima dos céus (Carta aos Hebreus 7:25-26).

Grande motivo de alegria e confiança isso nos oferece. Quando o anjo anunciou esta notícia — que nasceu um Salvador — disse: eis que vos trago boas novas de grande alegria (Lc 2:10-11). Isso levou a virgem Maria a dizer: o meu espírito se alegra em Deus, meu Salvador (Lc 1:47); e por isso Zacarias bendisse a Deus, que redimiu o seu povo e levantou um poderoso Salvador (versículos 68-69). Quando os olhos do velho Simeão viram essa salvação, ele não desejou mais viver, mas disse: agora, Senhor, podes despedir em paz o teu servo (Lc 2:29-30).

Aqueles que creem nesse Salvador terão a mesma disposição: assim como se alegram nele, também confiarão nele e dirão com o Apóstolo: em todas estas coisas somos mais que vencedores por meio daquele que nos amou (Rm 8:37).

Sendo assim, para que serve o suposto tesouro da igreja, no qual se diz estarem guardadas indulgências, perdões, méritos, obras de supererrogação e outras coisas semelhantes, para acrescentar à satisfação desse Salvador? Ou Cristo não é um Salvador suficiente, ou essas coisas são — para falar o mínimo — completamente vãs. E vãs de fato são: um tesouro vazio,

impuro e detestável, que Deus destruirá juntamente com todos os que nele confiam.

20. De Cristo como o único Salvador.

Esta partícula relativa [Ele] também possui ênfase; pois, ao mesmo tempo que aponta para Cristo como cabeça da igreja, restringe essa grande obra exclusivamente a Ele. Pode ser traduzida assim: Ele mesmo; isto é, Ele em sua própria pessoa, Ele por si mesmo, Ele e ninguém mais. De modo que, falando propriamente, Cristo é o único Salvador dos homens; razão pela qual é chamado de poderoso Salvador (Lc 1:69) e até mesmo de salvação (Lc 2:30); títulos que lhe são atribuídos por excelência e propriedade. Pelo mesmo motivo, o nome Jesus lhe foi dado (Mt 1:21). Observe aqui, de passagem, a arrogância blasfema daqueles grandes sectários entre os papistas, que se chamam jesuítas, assumindo um nome próprio deste grande ofício de Jesus Cristo.

Objeção. Por que esse nome é mais blasfemo do que o título cristãos?

Resposta. Um dos próprios autores dessa religião responde assim: somos chamados cristãos por causa de Cristo, não jesuítas por causa de Jesus, porque participamos daquilo que é significado pelo nome Cristo, isto é, da unção; pois, como diz o Apóstolo, todos recebemos da sua plenitude. Mas Ele não nos comunicou aquilo que é significado pelo nome Jesus; pois pertence somente a Ele salvar, como diz a Escritura: Ele salvará o seu povo; como se dissesse: Ele somente, e nenhum outro. Mas, voltando ao assunto, Pedro prova de maneira clara e completa essa doutrina nas palavras ditas acerca de Jesus Cristo: não há salvação em nenhum outro; porque não há outro nome

debaixo do céu, dado entre os homens, pelo qual devamos ser salvos (Atos dos Apóstolos 4:12). Ninguém é capaz, ninguém é digno de realizar tão grande obra; Ele deve fazê-la, ou ela não será feita. Mas Ele é tão capaz e tão digno que pode realizá-la por si mesmo, sem precisar de ajuda (Isaías 63:3).

Que loucura é confiar em outros salvadores! Os papistas possuem legiões de salvadores aos quais recorrem em suas necessidades. Todos os anjos do céu e todos aqueles que seus papas canonizaram como santos são feitos salvadores por eles. Espantai-vos, ó céus, diante disso; pois cometeram dois males: abandonaram Cristo, a fonte de águas vivas, e cavaram para si cisternas, cisternas rotas que não retêm água (Jeremias 2:12-13). (Ver *The Whole Armour of God*, Tratado 1, Parte 1, Seção 5.) Quanto a nós, corramos somente para este Salvador e confiemos inteiramente nele, se desejamos ser salvos. Assim o honraremos, preferindo-o acima de todos; sim, rejeitando todos, exceto Ele; e assim certamente traremos socorro, alívio e consolo às nossas próprias almas.

21. Da igreja como o corpo de Cristo.

As pessoas que recebem algum benefício do Salvador são todas incluídas sob esta metáfora do corpo, pela qual se entende a mesma coisa que anteriormente foi chamada de igreja.

Igreja, segundo a origem da palavra grega, significa uma assembleia convocada. Nas Escrituras, é usada de modo próprio para aqueles que são chamados para Deus. Esse chamado é duplo: exterior, que é comum a todos os que professam o evangelho — nesse sentido se diz que muitos são chamados e poucos escolhidos; e interior, que é próprio dos eleitos — somente eles, e todos eles no seu tempo, são chamados

externamente pela palavra para professar a Cristo e também internamente e eficazmente pelo Espírito para crer em Cristo e obedecer ao seu evangelho. Esse chamado é denominado celestial (Carta aos Hebreus 3:1) e é próprio dos santos (1Co 1:2).

Estes constituem a igreja da qual Cristo é propriamente a cabeça; e, por isso, em relação à metáfora da cabeça, são chamados corpo, pelos seguintes motivos: estão sob Cristo, como o corpo está sob a cabeça; recebem vida espiritual e graça de Cristo, assim como o corpo natural recebe sensibilidade e vigor da cabeça; Cristo os governa, como a cabeça governa o corpo; e eles estão sujeitos a Cristo, como o corpo está sujeito à cabeça.

22. Da extensão da bondade de Cristo a todo o seu corpo.

Esta metáfora, pela qual são descritas as pessoas que recebem o benefício do ofício de Cristo, indica dois pontos. Todos os que são uma vez incorporados a Cristo serão salvos. O corpo abrange todas as suas partes e membros: não apenas braços, ombros, peito, costas e semelhantes, mas também mãos, dedos, pés, artelhos e tudo mais. Sendo Cristo, sua cabeça, o seu Salvador, quem pode duvidar da salvação deles?

Ninguém, senão aqueles que são incorporados a Cristo, será salvo, pois esse privilégio é próprio do corpo. O primeiro ponto é claramente exposto por uma comparação que o Apóstolo faz entre Adão e Cristo, assim: como pela ofensa de um veio o juízo sobre todos os homens para condenação, assim também pela justiça de um veio a dádiva gratuita sobre todos os homens para a justificação que dá vida. Aqui são apresentados dois troncos: um é Adão, o outro é Cristo. Ambos possuem seus

ramos, aos quais comunicam aquilo que neles está, assim como a raiz comunica a seiva a todos os ramos que dela brotam. A primeira raiz, que é Adão, transmite pecado e morte a todos os que dele procedem; e a outra raiz, que é Cristo, transmite graça e vida a todo aquele que lhe é dado. Pois Ele diz: todo aquele que o Pai me dá virá a mim, e o que vem a mim de modo nenhum o lançarei fora; e, logo depois, apresenta esta razão: esta é a vontade do Pai, que de tudo o que me deu eu não perca nada, mas o ressuscite no último dia.

Objeção. O próprio Cristo faz exceção de um, quando diz: nenhum deles se perdeu, senão o filho da perdição.

Resposta. Essa expressão “filho da perdição” mostra que Judas nunca pertenceu a esse corpo; pois podemos imaginar que Cristo seja Salvador de um filho da perdição?

Objeção. Por que então ele é mencionado como exceção?

Resposta. Em razão de seu ofício e vocação, ele parecia pertencer a esse corpo e, enquanto não foi desmascarado, ninguém poderia julgá-lo de outra forma; nesse sentido, Pedro diz que ele foi contado entre nós (Atos dos Apóstolos 1:17).

Resposta. Cristo fala ali, de modo particular, dos doze apóstolos, e ser apóstolo de Cristo era, em si mesmo, apenas um chamado externo.

Este é um ponto de admirável consolo para aqueles que têm certeza de sua incorporação em Cristo: podem descansar no benefício deste ofício de Cristo, que é ser Salvador. Não precisamos pensar em subir ao céu e investigar os registros de Deus para ver se nossos nomes estão escritos no Livro da Vida. Basta examinarmos se pertencemos ou não a este corpo. Para

nos ajudar nisso, saibamos que esta metáfora do corpo implica duas coisas. Uma união mística com Cristo. Uma comunhão espiritual com os santos.

Em virtude dessa união, aqueles que pertencem ao corpo de Cristo recebem dele graça e vida (Ef4:15-16), são guiados e governados conforme a sua vontade (Jo17:6), procuram honrá-lo em tudo o que fazem (Jo17:10) e se ofendem e entristecem quando ele é desonrado por outros (Gl 3:1; Salmos 116:136).

Em razão de sua comunhão com os santos, sendo membros uns dos outros, amam os irmãos (1Jo 4:11), estão prontos para socorrer os que estão em necessidade (Mt 25:40), edificam uns aos outros (Ef 4:16) e mantêm uma mútua simpatia, alegrando-se e chorando uns com os outros (1Co 12:26).

23. Da restrição do benefício da chefia de Cristo apenas àqueles que são do seu corpo.

Que ninguém, senão aqueles que pertencem ao corpo de Cristo, participará do benefício de seu ofício, é evidente por outros títulos semelhantes de restrição, como “seu povo” (Mt 1:21) e “suas ovelhas” (Jo 10:15); mas especialmente por negar ao mundo o benefício de sua intercessão: “Não rogo pelo mundo”, diz Ele (Jo17:9). Nesse sentido, esta afirmação — “fora da igreja não há salvação” — é absolutamente verdadeira, sem exceção; pois o corpo é a verdadeira igreja católica invisível. Aquele que não é membro dessa igreja, mas está fora dela, não tem Cristo como sua cabeça e Salvador; de onde, então, poderia vir-lhe a salvação?

O ponto anterior não é mais consolador para aqueles que têm certeza de que são membros desse corpo do que este é terrível para aqueles que demonstram amplamente não pertencer

a ele; como todos aqueles que não têm o Espírito de Cristo governando-os, mas antes se rebelam contra Ele; e não têm amor pelos santos, mas antes os odeiam e lhes fazem todo o mal que podem.

24. Da sujeição da igreja a Cristo.

Efésios 5:24. A igreja está sujeita a Cristo em tudo.

O dever que a igreja, em gratidão, presta a Cristo, sua cabeça, por esse grande benefício de ser seu Salvador, é a sujeição. Sob essa palavra está incluída toda obediência e todo dever que Cristo requer da igreja, de qualquer tipo, por meio da palavra.

Pergunta. É possível que a parte da igreja que está aqui na terra preste tal obediência?

Resposta. Ela se esforçará fielmente para fazer tudo o que puder; e esse esforço sincero e máximo Cristo graciosamente aceita como se fosse uma perfeita realização de tudo.

Visto que aqui se toma como certo que a igreja está sujeita a Cristo, pode-se inferir, do geral para o particular, que todo aquele que pertence à verdadeira igreja católica está sujeito a Cristo e obedece à sua palavra. “Correremos após ti”, diz a igreja a Cristo. “As minhas ovelhas ouvem a minha voz e me seguem” (Jo10:27), diz Cristo acerca do rebanho que é sua igreja.

Pois Cristo comunica o seu próprio Espírito ao seu corpo místico, a igreja, e a cada um de seus membros; e esse Espírito é muito mais eficaz e vivo do que a alma do homem. Se, portanto, a alma do homem, vivificando cada parte do corpo natural, faz com que elas estejam sujeitas à cabeça, muito mais

o Espírito de Cristo trará os membros de seu corpo místico à sujeição a Ele mesmo. “Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo dentre os mortos também vivificará os vossos corpos mortais pelo seu Espírito que habita em vós” (Rm 8:11).

Por meio disso, pode-se provar tanto as igrejas visíveis quanto as pessoas em particular, se de fato pertencem ou não a essa verdadeira igreja católica. Aquelas igrejas visíveis que se recusam a ser governadas pela palavra de Cristo e são inteiramente governadas por tradições humanas, que se levantam contra Cristo e cometem adultério espiritual por meio da idolatria, não pertencem a essa igreja católica que está sujeita a Cristo. Tampouco pertencem a ela os incrédulos que desafiam a Cristo, os hereges que o negam, os ignorantes que não conhecem a sua vontade, os profanos que o desprezam, os mundanos que o têm em pouca conta, nem quaisquer que o perseguem ou desprezam em seus membros. Assim, vemos que muitos têm o nome de igreja, mas, na realidade, não o são.

Objeção. Muitas dessas pessoas podem pertencer à eleição de Deus e, assim, fazer parte desse corpo do qual Cristo é Salvador.

Resposta. A eleição, de fato, lhes dá um título a Cristo, mas não podem usufruir qualquer benefício desse título enquanto não possuírem a Cristo por meio da união espiritual com Ele. Tampouco podem ter qualquer certeza de sua eleição até que, pela virtude vivificante do Espírito, percebam que estão unidos a Cristo. Portanto, enquanto os homens permanecem destituídos do Espírito de Cristo e dominados por um espírito contrário, podem justamente ser considerados, no presente, como não pertencentes a esse corpo nem tendo parte em Cristo, sendo seu

estado futuro conhecido apenas por aquele que sabe todas as coisas.

25. Da extensão da sujeição da igreja.

A extensão da sujeição da igreja a Cristo não possui qualquer restrição: é em tudo. Pois não há nada que Cristo exija dela que ela não possa, com boa consciência, e deva, em obediência, cumprir. Justos, puros e perfeitos são todos os seus mandamentos; não há erro em nenhum deles, nem qualquer mal ou inconveniente pode resultar de sua observância. Sendo isso tomado como certo, pode-se inferir ainda que aqueles que pertencem à verdadeira igreja católica prestam obediência universal a Cristo: obedecem a Ele em todos e em cada um de seus mandamentos. Davi não se desviou de nada do que o Senhor lhe ordenou (Primeiro Livro dos Reis 15:5). Josias voltou-se ao Senhor de todo o coração, conforme a lei (Segundo Livro dos Reis 23:25). Zacarias e Isabel andavam em todos os mandamentos de Deus (Lc 1:6). Todos esses pertenciam a essa igreja, e todos os que dela fazem parte têm a mesma disposição.

Pois o Espírito de Cristo que está neles opera uma reforma completa: assim como a carne leva o homem natural a todo tipo de pecado, o Espírito de Cristo o move a toda boa obra. Nesse sentido, diz-se que todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado (1Jo 3:9).

Objeção. Os melhores santos, em todas as épocas, tropeçaram em muitas coisas (Tg 3:2).

Resposta. Seus pecados, embora graves, não foram cometidos deliberadamente em rebelião aberta contra Cristo, mas ocorreram em parte por fraqueza própria e em parte pela força de alguma tentação. De modo que o que o Apóstolo diz de si

mesmo pode ser aplicado a todos os que pertencem ao corpo de Cristo: “o que faço, não aprovo; agora já não sou eu quem faz isso, mas o pecado que habita em mim” (Rm 7:15-17).

Essa extensão é uma boa prova da verdadeira sujeição, pois nisso reside uma grande diferença entre o íntegro e o hipócrita; e também entre a graça que apenas restringe e a que realmente transforma. A graça restritiva que está em muitos hipócritas os leva a fazer muitas coisas que Cristo ordena, desde que não contrariem sua honra, proveito, comodidade e semelhantes. Herodes, aquele notório hipócrita, fazia muitas coisas (Mc 6:20). Não há quem leve o nome de igreja que não se sujeite em algumas coisas. Mas somente os íntegros, verdadeiramente renovados pelo Espírito santificador de Cristo, fazem da vontade de Cristo a sua regra em todas as coisas e permanecem firmes nela, preferindo-a ao seu prazer, lucro, promoção ou qualquer outro atrativo exterior. Aqueles que assim procedem dão boa evidência de que pertencem ao corpo de Cristo e podem descansar no fato de que Cristo é o seu Salvador.

26. Do resumo dos deveres dos maridos.

Efésios 5:25. Maridos, amai vossas esposas, assim como também Cristo amou a igreja e se entregou por ela.

Dos deveres das esposas, o Apóstolo passa a insistir nos deveres dos maridos. E, assim como propôs às esposas o exemplo da igreja como padrão, também propõe aos maridos o exemplo de Cristo e (versículos 28, 29) acrescenta a isso o modelo do próprio homem, considerando o afeto natural que ele tem por seu corpo. Assim, ele acrescenta exemplo a exemplo e insiste com mais amplitude e zelo, porque os maridos, tendo uma posição

mais honrosa, tornam suas falhas de dever mais graves, escandalosas e perigosas.

O Apóstolo restringe os deveres dos maridos às suas próprias esposas, assim como restringiu os deveres das esposas aos seus próprios maridos. Pois, embora a mesma palavra não seja usada aqui como antes, é empregada uma palavra de igual ênfase; e há tão boa razão para que os tradutores ingleses tenham inserido esta partícula [próprias] neste versículo quanto no versículo vinte e dois, o que se comprova lendo 1Co 7:2 (ver Seção 82), onde essas duas palavras são usadas e ambas significam “próprias”.

Menciono isso especialmente porque muitos que sustentam que uma esposa deve ter apenas um marido imaginam que um marido pode ter mais de uma esposa, o que esta partícula [próprias] refuta. Todos os deveres do marido estão compreendidos nesta única palavra: amor (ver Tratado 4, Seção 2). Para que o marido seja melhor orientado e mais motivado, o exemplo acima mencionado de Cristo e de seu amor pela igreja é apresentado de forma muito vívida: primeiro, de modo geral, nestas palavras, assim como Cristo amou a igreja; e depois, de modo mais específico, nas palavras seguintes.

27. Do exemplo do amor de Cristo.

A expressão comparativa [assim como] não exige igualdade, como se fosse possível que um marido amasse sua esposa na mesma medida em que Cristo amou sua igreja; pois Cristo, em excelência e grandeza, excede o homem, assim também em amor e ternura. Mas indica equidade e semelhança de qualidade.

Equidade, porque há tanta razão para que os maridos, em virtude de sua posição, amem suas esposas quanto há para que

Cristo, em virtude de sua posição, ame a igreja. Semelhança de qualidade, porque o amor que Cristo tem pela igreja é, em todos os aspectos, irrepreensível e voltado para o bem e benefício da igreja.

Daqui se observam dois pontos. Os maridos devem aproximar-se o máximo possível de Cristo no amor por suas esposas. Nesse sentido, como nunca poderão amar tanto quanto Cristo amou, nunca devem pensar que já amaram o suficiente.

Embora o amor deles, em medida, não possa igualar o de Cristo, ainda assim, no modo, deve ser semelhante ao de Cristo: um amor que se antecipa, verdadeiro, livre, puro, abundante e constante. A medida e o modo do amor de Cristo são apresentados detalhadamente (ver Seção 61). E o amor que o marido deve à sua esposa é comparado e aplicado a esse modelo, aplicação que também pode ser feita ao amor cristão mútuo que devemos uns aos outros. O amor de Cristo pela igreja é ampliado por um efeito desse amor, nestas palavras, Ele se entregou por ela, e pelo propósito desse efeito, exposto amplamente nos versículos 26 e 27.

O efeito é mencionado tanto para confirmar a verdade quanto para mostrar a medida do amor de Cristo. A ação [se entregou] mostra que seu amor foi real e verdadeiro, não apenas aparência ou pretensão. O objeto [a si mesmo] mostra que Ele amou a igreja mais do que a própria vida. Maior prova de amor não poderia ser dada, pois ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a sua vida pelos seus amigos (Jo 15:13).

O propósito do amor de Cristo (apresentado nos versículos 26 e 27) é mencionado para mostrar que Ele amou a

igreja visando o bem e a felicidade dela, e não qualquer vantagem própria. Assim como este exemplo do amor de Cristo pela igreja é proposto aos maridos, também pode e deve ser aplicado a todos os cristãos em dois sentidos: como motivo para levá-los a amar tanto o próprio Cristo quanto os seus irmãos, e como modelo para ensiná-los a amar. É motivo para amar a Cristo, porque o amor merece amor, especialmente um amor como o de Cristo. Além disso, o nosso amor por Cristo é evidência de que somos amados por Ele, assim como a fumaça é sinal do fogo. Portanto, tanto por gratidão a Cristo por seu amor para conosco quanto para termos certeza, em nossas próprias almas, do amor de Cristo por nós, devemos, em tudo o que pudermos, demonstrar nosso amor por Ele. Também é motivo para amar os irmãos, porque Cristo, estando no céu, não recebe diretamente os benefícios de nossas ações (Salmos 16:2); mas nossos irmãos na terra ocupam o seu lugar, e o amor que demonstramos a eles, demonstramos a Ele; e Ele o aceita como se fosse feito a si mesmo: “tive fome e me destes de comer... estive enfermo e me visitastes” (Mt 25:35, 40), diz Cristo àqueles que serviram seus irmãos. Esse amor, o amor pelos irmãos (1Jo 4:20), também é evidência de que somos amados por Deus. Portanto, se Cristo assim nos amou, também devemos amar uns aos outros (1Jo 4:11). Como o amor de Cristo serve de modelo, isso será mostrado posteriormente (ver Tratado 4, Seção 61).

28. De Cristo ter se entregado.

Efésios 5:25. E se entregou por ela.

Este fruto e efeito do amor de Cristo se estende a tudo o que Ele fez ou sofreu para a nossa redenção: que desceu do céu, tomou sobre si a nossa natureza e se fez homem; que se sujeitou à lei e

a cumpriu perfeitamente; que se submeteu a muitas tentações do diabo e de seus instrumentos; que tomou sobre si as nossas enfermidades; que se tornou Rei para nos governar, Profeta para nos instruir e Sacerdote para fazer expiação por nós; que se submeteu à morte, à morte maldita da cruz, tornando-se oferta e sacrifício pelos nossos pecados; que foi sepultado; que ressuscitou; que ascendeu ao céu e ali está à direita de Deus para interceder por nós.

Pois, depois que Cristo assumiu ser nossa cabeça e Salvador, dedicou-se inteiramente ao nosso proveito e benefício; de modo que sua pessoa, seus ofícios, suas ações, seus sofrimentos, sua humilhação, sua exaltação, a dignidade, a pureza e a eficácia de tudo pertencem à igreja e visam o seu bem. Isso, de modo geral, é o alcance deste fruto do amor de Cristo: Ele se entregou por ela. Mais especificamente, podem-se notar três aspectos: a ação — o que Ele fez [se entregou]; o objeto — o que Ele deu [a si mesmo]; e o propósito — por que se entregou [por ela], para o bem da igreja.

A ação, em relação ao objeto, aponta especialmente para a morte de Cristo. A palavra grega é composta e significa entregar-se. Implica duas coisas: que Cristo morreu voluntariamente, o que é indicado pelo verbo simples “entregou”; e que sua morte foi uma oferta, isto é, um preço de redenção ou satisfação, o que é indicado pelo verbo composto “entregou-se”.

29. Da disposição voluntária de Cristo em morrer.

Que Cristo morreu voluntariamente é evidente pelas circunstâncias relacionadas à sua morte. Quando Pedro o aconselhou a poupar-se e não ir a Jerusalém, onde seria morto

(Mt 16:22-23), Ele o chamou de Satanás e disse que lhe servia de escândalo. Quando Judas saiu para traí-lo (Jo 13:27), disse-lhe: “o que fazes, faze-o depressa” (Jo 18:2). Quando Judas saiu para reunir os que o prenderiam, Ele foi ao lugar onde costumava estar, de modo que Judas pudesse encontrá-lo facilmente; mais ainda, foi ao encontro daqueles que vinham prendê-lo e perguntou a quem procuravam, embora soubesse. Quando disseram: Jesus de Nazaré, Ele respondeu: “sou eu”. Quando se aproximaram, Ele os fez recuar com uma palavra, mas não escapou deles. Ele poderia ter pedido ao Pai mais de doze legiões de anjos para livrá-lo, mas não quis (Mt 26:53). Quando foi provocado a descer da cruz, o que poderia ter feito, não quis (Mt 27:42). No momento de entregar o espírito, clamou em alta voz, mostrando que sua vida ainda não havia se esgotado e que poderia tê-la mantido por mais tempo, se quisesse; por isso o centurião reconheceu que Ele era o Filho de Deus (Mc 15:39). Depois de morto e sepultado, ressuscitou (Jo 2:19; Mt 28:6).

Todas essas circunstâncias confirmam o que o próprio Cristo disse: “ninguém tira a minha vida de mim, mas eu a dou por minha própria vontade” (Jo 10:18). Portanto, não foi por necessidade que Ele morreu, mas por obediência voluntária. Cristo é o Senhor, Príncipe e Autor da vida (Atos dos Apóstolos 3:15) e tem poder absoluto tanto sobre a vida dos outros quanto sobre a sua própria.

Assim, vendo que seu sacrifício foi uma oferta voluntária e livre, concluímos que sua causa foi sua própria vontade e beneplácito. Isso engrandece sobremaneira o amor de Cristo e nos assegura que ele é ainda mais aceitável a Deus, que ama quem dá com alegria (2Co 9:7).

Sigamos, portanto, o exemplo de nossa cabeça e façamos voluntária e alegremente aquilo para o qual somos chamados, ainda que pareça vergonhoso aos olhos do mundo ou difícil à nossa carne fraca.

30. Da natureza da morte de Cristo como oblação.

Que a morte de Cristo foi uma oblação e preço de redenção é evidente pela morte dos animais que eram oferecidos em sacrifício, os quais tipificavam a morte de Cristo. Mas isso é afirmado expressamente por este Apóstolo, quando diz: Cristo se entregou por nós como oferta e sacrifício a Deus, em cheiro suave (Efésios 5:2), e ainda: Cristo deu a si mesmo em resgate (1Tm 2:6). As expressões de redimir (1Pe 1:18–19), adquirir (Atos 20:28), comprar (2Pe 2:1) e outras semelhantes, atribuídas a Cristo e ao seu sangue, confirmam ainda mais essa verdade.

Aprendamos, portanto, a considerar a morte de Cristo não como a morte de um homem comum, mas como a de uma pessoa pública, de um fiador, de um substituto, que em nosso lugar foi feito pecado (2Co 5:21) e se fez maldição (Gl 3:13), para nos redimir dos nossos pecados e da maldição que, por causa deles, veio sobre nós. O consolo e o benefício da morte de Cristo se perdem, se isso não for conhecido e crido. Nisso consiste uma grande diferença entre a morte de Cristo e a de todos os outros homens, mesmo dos mais justos mártires. A morte deles foi apenas um dever e uma dívida; não foi uma oblação satisfatória, nem preço, nem resgate, como foi a de Cristo.

31. Do valor infinito do preço da nossa redenção.

O objeto, ou aquilo que Cristo deu como resgate, foi ele mesmo — não apenas o seu corpo, nem somente corpo e alma, mas a sua pessoa, composta de duas naturezas, humana e divina.

Pergunta: Como pôde a natureza divina ser entregue? Poderia ela sofrer? Poderia morrer?

Resposta: A divindade, considerada em si mesma, não poderia morrer. Contudo, o Filho de Deus, ao assumir a natureza humana na unidade de sua natureza divina, unindo-as sem confusão, alteração, divisão ou separação em uma só pessoa, faz com que aquilo que é realizado por uma natureza seja atribuído à pessoa; e, nesse sentido, a Escritura frequentemente atribui a uma natureza aquilo que pertence à outra, como quando diz: crucificaram o Senhor da glória (1Co 2:8) e Deus comprou a igreja com seu próprio sangue (Atos 20:28).

Embora a natureza divina de Cristo não tenha sofrido, ela sustentou a natureza humana e conferiu dignidade, valor e eficácia aos seus sofrimentos. Além disso, a natureza divina teve obras próprias e peculiares na obra da redenção, como santificar a natureza humana, remover nossos pecados, reconciliar-nos com Deus e coisas semelhantes. Assim, em três aspectos, toda a pessoa de Cristo foi entregue por nós: em razão da união inseparável das duas naturezas; em razão do auxílio da divindade nas obras realizadas pela natureza humana; e em razão de certas ações próprias da divindade.

Do fato de que a pessoa de Cristo, Deus-homem, foi entregue, concluo que o preço da nossa redenção é de valor infinito (1Pe 1:19). Nem Cristo, nem o próprio Deus poderia dar algo maior. Céu, terra e tudo o que neles há não têm valor comparável. Com razão, portanto, Pedro o chama de sangue

precioso e o coloca acima da prata, do ouro e de todas as coisas de grande valor.

Que lugar pode restar para o desespero naqueles que conhecem e creem no valor desse resgate? O que pode ser considerado demasiado precioso para aquele que, apesar da excelência infinita de sua pessoa, se entregou por nós? Bens, amigos, filhos, liberdade, vida — ou qualquer outra coisa? Que justa razão temos para oferecer a nós mesmos como sacrifício vivo, santo e agradável àquele que se entregou por nós (Romanos 12:1)? Quão ingratos e indignos de Cristo são aqueles que, por causa dele, não abandonam honras instáveis, riquezas passageiras, prazeres vãos, ornamentos superficiais e semelhantes vaidades?

32. De Cristo buscar o bem da Igreja.

O fim pelo qual Cristo se entregou foi a favor da Igreja; pois, em sua morte, Cristo visou o nosso bem (2Co 5:21). Ele foi feito pecado por nós, para que nele fôssemos feitos justiça de Deus; fez-se maldição por nós e nos redimiu da maldição da lei (Gl 3:13); entregou-se por nossos pecados para nos livrar (Gl 1:4); deu a sua vida pelas ovelhas (João 10:15).

Isso prova que a entrega de si mesmo por Cristo foi fruto do seu amor, pois o amor não busca os seus próprios interesses (1Co 13:5). Aprendamos, portanto, a aplicar a nós mesmos tudo o que Cristo fez. Se por nós ele se entregou, então ele e tudo o que lhe pertence é nosso (ver Seção 28). Aprendamos também como manifestar amor: buscando e promovendo o bem dos outros. Ninguém busque o seu próprio interesse, mas cada um o do outro (1Co 10:24). Se isso fosse praticado, haveria tanta opressão, intriga, engano e injustiça entre os homens como há?

Muito verdadeiramente se cumpre em nossos dias a queixa do Apóstolo: todos buscam o que é seu (Filipenses 2:21). Mas que haja em nós o mesmo sentimento que houve em Cristo Jesus, e assim manifestemos nosso amor, se desejamos participar desse fruto do amor de Cristo.

Disso se segue, por justa consequência, que Cristo não mereceu nada para si mesmo. Havia necessidade de que Cristo descesse do céu à terra para adquirir algo para si? Quando estava para deixar o mundo, ele orou: “Agora, Pai, glorifica-me contigo mesmo, com a glória que eu tive junto de ti antes que houvesse mundo” (João 17:5). Acaso Cristo, por algo que fez na terra, mereceu essa glória que já possuía antes da criação do mundo? Toda a exaltação à qual foi elevado, mesmo em sua natureza humana, era devida à dignidade de sua pessoa.

Objeção: Ele suportou a cruz pela alegria que lhe estava proposta (Hebreus 12:2).

Resposta: Ele usou essa alegria, que lhe era de direito, como auxílio para sustentar a fraqueza de sua natureza humana, não como recompensa que devesse merecer.

Objeção: Tornou-se obediente até a morte de cruz; por isso Deus o exaltou sobremaneira (Filipenses 2:9).

Resposta: A partícula “por isso” não indica causa, mas ordem — mostra a sequência de sua exaltação após sua humilhação. Depois de se humilhar profundamente, foi grandemente exaltado.

Objeção: Sendo homem, Cristo estava sujeito à lei e, portanto, deveria cumpri-la por si mesmo.

Resposta: Se fosse apenas homem, isso seria verdade. Mas, ao unir sua natureza humana à divina em uma só pessoa, sendo Deus e homem, ele não estava obrigado a nada além do que voluntariamente se submeteu por nossa causa.

Além disso, se ele estivesse obrigado a cumprir a lei como dever, como poderia, por esse cumprimento, merecer tão alta exaltação? A ideia de que Cristo mereceu algo para si diminui grandemente a glória de sua graça e bondade ao se entregar.

33. Dos fins particulares pelos quais Cristo se entregou e da condição da Igreja antes disso.

Efésios 5:26. Para a santificar, purificando-a com a lavagem da água pela palavra.

O fim geral da entrega de Cristo já foi indicado na expressão “por nós”; neste versículo e no seguinte ele é explicado mais detalhadamente em dois aspectos: um referente ao estado da Igreja neste mundo, e outro ao seu estado no mundo vindouro. Este último é o principal; o primeiro é subordinado, sendo meio para alcançar o segundo — pois a Igreja é aqui purificada para que depois seja glorificada.

Ao tratar do primeiro, o Apóstolo destaca o objetivo de Cristo — santificar — e os meios pelos quais isso é realizado. A purificação indica nossa justificação, e a santificação indica nossa transformação moral. Os meios são o batismo, chamado de lavagem da água, e a Palavra.

Esses dois aspectos — purificar e santificar — revelam tanto a condição original da Igreja quanto a mudança operada por Cristo. A condição pressuposta é que ela era impura,

corrompida, na mesma situação de todo homem natural. Coisas puras não precisam ser limpas; apenas o que é impuro necessita de purificação. Portanto, a Igreja, em si mesma, era poluída como o mundo.

Essa condição é vividamente descrita pelo profeta Ezequiel, comparando-a a uma criança abandonada, não cuidada, lançada no campo, suja de sangue. O Apóstolo também afirma repetidamente que nós éramos assim (Tito 3:3; Efésios 2:3; 1Co 6:11). A Igreja é composta por aqueles que descendem de Adão; e, assim como todos os descendentes de criaturas venenosas nascem com veneno, todos os filhos de Adão nascem contaminados pelo pecado. O que é nascido da carne é carne — isto é, corrupto. Por isso, ao sermos incorporados à Igreja, precisamos nascer de novo (João 3:3,5).

Essa condição anterior deve ser frequentemente lembrada: para magnificar o amor de Cristo, reconhecendo nossa indignidade; para nos humilhar, evitando orgulho; e para nos mover à compaixão pelos outros, desejando e buscando sua transformação.

34. Da graça preveniente de Cristo.

Ao descrever a transformação da condição anteriormente mencionada, observe-se o modo como ela é apresentada e a substância do que é afirmado.

O modo está implícito nesta conjunção: “para que a santificasse”. Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, não porque ela já fosse santificada, mas para que a santificasse; de modo que a graça que Cristo demonstra à Igreja é graça preveniente. A santificação não é causa, mas efeito do amor de Cristo, e segue-se a ele em ordem. Seu amor procede

inteiramente de si mesmo; naqueles que são amados não havia nada senão motivo de rejeição antes de serem amados. Moisés declara isso acerca do amor de Deus por Israel: o Senhor não pôs o seu amor sobre vós porque fôsseis mais numerosos, mas porque o Senhor vos amou. À primeira vista isso pode parecer uma razão circular, mas, bem considerada, mostra claramente que o fundamento do amor de Deus está somente nele mesmo e em seu beneplácito.

Além disso, sendo afirmado como fim do amor de Cristo que ele santificasse a Igreja, evidencia-se que não foi qualquer previsão de santidade nela que o moveu a amá-la; primeiro ele a amou, e depois procurou torná-la amável e digna de amor. Nisso o amor de Cristo difere do amor dos homens por suas esposas: estes precisam ver algo nelas que os mova a amar; mas Cristo primeiro ama, e depois santifica. Antes de amá-la, não viu nela nada que a distinguisse do mundo. Visto que dele, por meio dele e para ele são toda a beleza e dignidade da Igreja, a ele seja a glória para sempre. Amém.

35. De Cristo buscar a pureza da sua Igreja.

A substância desse fim subordinado, que Cristo teve ao se entregar pela Igreja, está nestas palavras: “para santificá-la, tendo-a purificado”. Em termos gerais, isso mostra que Cristo busca a pureza da sua Igreja. Para esse fim ele derramou seu sangue puríssimo e precioso — pois o seu sangue nos purifica de todo pecado — e comunica seu Espírito Santo ao seu corpo, a Igreja, o qual é chamado Espírito de santificação, porque renova e santifica aqueles em quem habita. Este é o propósito de Cristo: tornar sua esposa semelhante a ele, pura como ele é puro.

Esse fim que Cristo teve deve também ser o alvo daqueles que professam pertencer à sua Igreja: todo aquele que tem essa esperança purifica-se a si mesmo, assim como ele é puro. Portanto, usemos todos os meios legítimos para nos purificar de toda impureza da carne e do espírito. Sendo este o fim que Cristo buscou — purificar a Igreja — aqueles que percebem em si essa purificação têm uma boa evidência de que pertencem a ela; os que não são purificados não podem ter tal segurança.

Quão indignos desse benefício são aqueles que vivem como o mundo e, como porcos, se revolvem na lama a cada ocasião, sendo levados por qualquer tentação ao pecado! Não tornam eles, tanto quanto podem, vã a morte de Cristo e não pervertem o principal propósito pelo qual ele se entregou? E que dizer daqueles que, como Ismael, zombam dos que se esforçam por se purificar?

36. Da justificação da Igreja.

As duas partes particulares desse fim — purificação e santificação — descrevem mais claramente a pureza da Igreja ainda neste mundo. A purificação relaciona-se ao sangue de Cristo e aponta para a nossa justificação. Daqui concluo que nenhum pecado permanece sobre a Igreja, pois o sangue de Cristo purifica de todo pecado. Isso deve ser entendido quanto à culpa do pecado, que pela morte de Cristo é completamente removida, de modo que o pecado que ainda está em nós é como se não estivesse, porque não nos é imputado.

Eis aqui o estado bem-aventurado da Igreja: bem-aventurado aquele cuja transgressão é perdoada, cujo pecado é

coberto; bem-aventurado o homem a quem o Senhor não imputa pecado.

37. Da santificação da Igreja.

Da santificação da Igreja aqui mencionada concluo ainda que a Igreja é feita santa e justa. Isso se refere à justiça inerente que o Espírito de Cristo opera em todos os membros do seu corpo. Por isso são chamados santos. Assim, não apenas a culpa do pecado é removida, mas também o próprio corpo do pecado é de tal modo destruído que já não reina neles, nem eles obedecem às suas concupiscências; antes, o Espírito de Cristo reina neles e os conduz a toda justiça.

Eis aqui o estado de liberdade da Igreja: enquanto o mundo jaz sob a escravidão do pecado e a tirania de Satanás, a Igreja é libertada do pecado e se torna serva da justiça, morta para o pecado e viva para Deus em Jesus Cristo.

38. Da pureza da Igreja diante de Deus e dos homens.

Da conexão entre esses dois benefícios da morte de Cristo — justificação e santificação — vemos que a Igreja é ao mesmo tempo sem mancha diante de Deus e irrepreensível diante dos homens. O sangue de Cristo a purifica de tal modo que, aos olhos de Deus, não há nela mancha de pecado; e o Espírito de Cristo a santifica de tal forma que sua justiça resplandece diante dos homens, pois a graça de Deus a ensina a renunciar à impiedade e às paixões mundanas, vivendo de modo sóbrio, justo e piedoso neste mundo. Nesse sentido, a Igreja é descrita como toda gloriosa por dentro, e suas vestes como sendo de ouro trabalhado. E Zacarias e Isabel são chamados justos diante de Deus e irrepreensíveis diante dos homens.

Não há tal pureza em nenhum outro lugar como na Igreja, pois a verdadeira e perfeita beleza está somente no corpo de Cristo, que é a Igreja, da qual se diz: “Tu és formosa, e em ti não há mancha”.

Pergunta: É possível que nem Deus nem os homens encontrem falha alguma nos membros da verdadeira Igreja enquanto vivem neste mundo?

Resposta: Não. Enquanto a carne permanece até nos melhores, tanto Deus quanto os homens percebem muitas imperfeições. Tudo está patente diante de Deus; e, como ainda há pecado nos santos, isso é evidente diante dele. Além disso, a fraqueza dos crentes faz com que, muitas vezes, a carne prevaleça e produza falhas visíveis também aos homens.

Pergunta: Como então são considerados sem mancha diante de Deus e irrepreensíveis diante dos homens?

Resposta: Deus absolve completamente a Igreja de seus pecados, de modo que, em seu julgamento, é como se não houvesse pecado algum nela. Quanto aos homens, não é um ato isolado, mas o curso geral da vida que determina se alguém é irrepreensível. Como a conduta habitual dos membros da Igreja é íntegra, podem ser considerados irrepreensíveis, embora ocasionalmente falhem.

Eis aqui como os verdadeiros santos podem levantar o rosto com confiança diante de Deus e dos homens: a firmeza da fé produz confiança diante de Deus, e o testemunho da consciência produz coragem diante dos homens. Portanto, todo aquele que deseja essa confiança deve unir fé sincera e boa consciência, buscando a certeza tanto da purificação pelo sangue de Cristo quanto da santificação pelo seu Espírito.

39. Da ordem e dependência entre justificação e santificação.

A ordem e a maneira de conectar esses dois benefícios são dignas de nota. A letra coloca a santificação em primeiro lugar, mas o sentido pressupõe a justificação; pois assim diz: “para que a santificasse, tendo-a purificado”. Como a purificação aqui mencionada é uma obra interior e invisível, e a evidência dela é a santificação, que é uma obra exterior e perceptível, por isso esta é expressa primeiro, e aquela é inferida como algo necessariamente pressuposto. A tradução em inglês, com a partícula “tendo”, explica de modo adequado o particípio grego.

Daqui decorrem estas doutrinas: A justificação, na ordem, precede a santificação — digo na ordem, porque no mesmo momento em que Cristo purifica sua Igreja com seu sangue, ele começa a santificá-la; mas quando começa a santificá-la, ela já foi purificada, isto é, justificada. Portanto, a graça da justificação é totalmente gratuita, pois não é baseada em nenhuma justiça nossa; ao contrário, vem antes dela. Cristo santifica aqueles que ele purificou. Portanto, ninguém deve se gloriar de ter sido purificado pelo sangue de Cristo se não perceber em si mesmo a renovação e santificação pelo Espírito de Cristo. Pois o Apóstolo descreve os justificados como aqueles que não andam segundo a carne, mas segundo o Espírito. A santificação pressupõe a justificação: aqueles que são santificados podem estar certos de que foram purificados e justificados, pois a santificação é fruto da justificação. Grande é o consolo que os santos obtêm disso. Como sua santificação é imperfeita e o pecado ainda permanece neles, muitas vezes são levados a clamar: “Miserável homem que sou!” Se não tivessem outro fundamento além de sua santificação, não resistiriam às tentações. Mas, sabendo que a santificação é

evidência da justificação, são fortalecidos e continuam lutando contra o pecado até que ele seja totalmente removido.

40. Da lavagem sacramental da água.

Um dos meios que Cristo usa para purificar e santificar sua Igreja é expresso na frase “pela lavagem da água”. A água é o elemento externo usado no batismo; a lavagem é o principal rito sacramental.

A água representa o sangue de Cristo; a lavagem indica sua aplicação e eficácia, isto é, a purificação da alma. Assim como a água sem lavagem não limpa nada, também o sangue de Cristo, sem sua aplicação correta, não purifica ninguém. Essa lavagem, aplicada a uma purificação espiritual, refere-se claramente ao sacramento do batismo, no qual se usam tanto a água quanto a lavagem.

Objeção: Há pouca lavagem no batismo, apenas uma pequena aspersão de água.

Resposta: Essa aspersão é suficiente para indicar o uso da água. O objetivo não é limpar o corpo, mas dar certeza da purificação interior da alma. Por isso, o elemento externo é usado apenas o necessário para nos levar ao significado espiritual. O mesmo ocorre na Ceia do Senhor, onde pequenas porções apontam para realidades espirituais maiores.

41. Como o batismo é meio de purificação e santificação.

A forma como essa lavagem sacramental é ligada à purificação e santificação mostra que o batismo é meio de purificar e santificar a Igreja. Diversas passagens que atribuem regeneração, justificação, santificação ou salvação ao batismo confirmam isso.

Para compreender corretamente, consideremos: em que sentido o batismo é meio, que tipo de meio ele é e quão necessário é. Em quatro aspectos principais ele é meio: Primeiro, porque representa vividamente aos sentidos a purificação interior da alma pelo sangue de Cristo e a santificação pelo seu Espírito. Segundo, porque oferece e apresenta a graça da justificação e santificação ao batizado. Terceiro, porque sela essa graça à consciência, assegurando ao crente que ele participa dela. Quarto, porque é um penhor pessoal de que o indivíduo batizado é participante dessas bênçãos; por isso cada pessoa é batizada individualmente, mesmo quando muitos estão presentes.

42. Respostas às objeções contra a eficácia do batismo.

Objeção: Muitos que são batizados não recebem tal graça; não são purificados nem santificados.

Resposta: São apenas lavados exteriormente com água; não são batizados com o Espírito Santo. A falha não está no sacramento, como se nenhuma graça o acompanhasse, mas no fato de que tais pessoas não recebem, antes rejeitam, a graça que a ele pertence. E se alguns não creem, a incredulidade deles anulará a fidelidade de Deus? De modo nenhum.

Objeção: Muitos recebem essas graças antes de serem batizados, como Abraão antes da circuncisão, e outros que creram antes do batismo. Como então o batismo é meio disso?

Resposta: O batismo torna essa purificação espiritual mais claramente manifestada e assegura mais plenamente aquele que a recebe.

Objeção: Muitos, muito tempo após o batismo, viveram em pecado e só depois foram eficazmente chamados. Que efeito teve o batismo nesses casos?

Resposta: A eficácia do batismo não é transitória como o ato em si, mas permanente enquanto a pessoa vive. Sempre que um pecador se arrepende sinceramente e crê nas promessas de Deus, o batismo — como selo dessas promessas — é tão eficaz quanto no momento em que foi administrado. Sua eficácia consiste na oferta gratuita da graça; enquanto Deus continua a oferecê-la, o batismo pode ser eficaz. Por isso somos batizados uma só vez, e as Escrituras falam do batismo como algo presente, dizendo que o batismo salva.

43. Que tipo de meio de graça é o batismo.

O batismo não é um meio físico ou natural de produzir graça, como se a graça estivesse contida na água ou no ato do ministro. Diferente de remédios ou alimentos, cuja eficácia está neles mesmos, o batismo é um instrumento voluntário que Cristo usa conforme lhe agrada, concedendo a graça segundo sua vontade. Assim, a graça não está incluída no batismo, mas o acompanha; e, no uso correto, Cristo, pelo seu Espírito, opera a graça que é recebida por meio dele. Por isso se diz que o ministro batiza com água, mas Cristo com o Espírito Santo e com fogo.

44. Da necessidade do batismo.

Um meio pode ser necessário de duas formas: absolutamente, quando algo não pode existir sem ele; ou por consequência, segundo a ordem estabelecida por Deus.

O batismo não é absolutamente necessário como causa, pois isso o colocaria no mesmo nível do pacto de Deus, do

sangue de Cristo e da obra do Espírito. Se assim fosse, todos os batizados seriam necessariamente salvos. Mas ele é necessário por consequência, em dois aspectos. Primeiro, em relação à ordenança de Deus: tendo Deus instituído esse sacramento, é necessário usá-lo, ao menos como expressão de obediência. Quem o despreza deliberadamente despreza a ordem divina.

Segundo, em relação à nossa necessidade: somos lentos para compreender realidades espirituais e fracos para crer no invisível. Por isso Deus nos deu sinais visíveis da graça invisível e acrescentou aos seus pactos sinais que fortalecem a fé. Embora creiamos na Palavra em geral, temos dificuldade em aplicá-la a nós mesmos; por isso o sacramento serve como selo pessoal da promessa divina.

45. Dos extremos errados sobre o batismo.

Há dois extremos opostos quanto à necessidade e eficácia do batismo. Um é o excesso dos papistas, que atribuem importância exagerada ao batismo, quase transformando-o em ídolo. Outro é a deficiência dos anabatistas e libertinos, que o reduzem a uma mera cerimônia externa.

Os papistas erram em dois pontos: na necessidade e na eficácia. Tornam o batismo absolutamente necessário, afirmando que ninguém pode ser salvo sem ele, nem mesmo crianças que morrem sem culpa. Tal posição não tem fundamento nas Escrituras e contradiz as promessas de Deus, que incluem os filhos dos crentes. Além disso, atribuem ao batismo uma eficácia automática, como se ele, por si mesmo, concedesse graça, igualando-o ao sangue de Cristo e anulando o papel do Espírito, da fé e do arrependimento.

Por outro lado, os anabatistas e libertinos diminuem demais o batismo, considerando-o apenas um símbolo externo de profissão de fé, um sinal de distinção ou comunhão, sem eficácia real. Embora esses aspectos sejam verdadeiros, ao reduzir o batismo apenas a isso, eles eliminam seu verdadeiro benefício e consolo, conforme demonstrado anteriormente.

46. Da lavagem interior pelo batismo

Pelo fato de que, com esta lavagem de água, Cristo purifica a Sua Igreja, observo que: Todos os que são plenamente batizados são purificados do pecado. *Plenamente*, isto é, poderosa e eficazmente, tanto interiormente pelo Espírito, quanto exteriormente pelo Ministro. *Purificados*, tanto da culpa do pecado pelo sangue de Cristo, quanto do poder do pecado pela obra do Seu Espírito. Para este propósito tendem as muitas frases enfáticas atribuídas pelos Apóstolos ao batismo, como: que somos batizados em Jesus Cristo, batizados na Sua morte, sepultados com Ele pelo batismo (Rm 6:3,4); que o batismo nos salva (1 Pe 3:21); que o batismo é a lavagem da regeneração (Tt 3:5), e outras semelhantes.

Vã é a alegria de muitos que se vangloriam do seu batismo e pensam, em virtude dele, ser tão bons cristãos quanto os melhores, e no entanto vivem e jazem em seu pecado, estando mais sujos e contaminados por ele do que estavam quando nasceram. João diz: Cristo batiza com o Espírito Santo e com fogo (Mt 3:11); o Apóstolo diz: Cristo purifica com a lavagem da água. Se esse fogo do Espírito Santo não queimar a escória do pecado em ti, e esta água não lavar a imundície do pecado, tu nunca foste plenamente batizado. Pode ser que a mão de algum Ministro tenha aspergido um pouco de água em teu rosto, mas o sangue de Cristo ainda não foi aspergido na alma; todo o

benefício que colhes do teu batismo é que, em outro dia, responderás caro pelo abuso de uma ordenança tão honrosa.

47. Da união da Palavra com o batismo

O outro meio de santificar e purificar a Igreja aqui expresso é a Palavra. Esta, sendo aplicada ao batismo e unida a ele, deve necessariamente referir-se à promessa da Graça selada no batismo, que é a promessa de Deus de nos justificar gratuitamente e nos santificar eficazmente, claramente dada a conhecer e verdadeiramente crida. Sendo este meio assim adicionado a este sacramento, podemos inferir que: *É necessário que a Palavra e o batismo caminhem juntos*: que onde este sacramento for administrado, a sua doutrina seja ensinada de forma verdadeira, clara e inteligível, de modo que a natureza, eficácia, fim e uso dele sejam conhecidos; e a aliança de Deus, selada por ele, seja crida. Assim diz Cristo: "Ide, ensinai todas as nações, batizando-as" (Mt 28:19). Assim fez o Batista (Lc 3:3) e os Apóstolos; eles pregavam o Evangelho àqueles que batizavam (At 2:38; 8:12,37; 10:47; 16:15,33).

1. Um sacramento sem a palavra não passa de uma cerimônia inútil: não mais do que um selo sem um contrato; pois é a Palavra que torna conhecida a aliança de Deus.
2. É a Palavra que estabelece a maior diferença entre a lavagem sacramental da água e a lavagem comum e ordinária.
3. Pela Palavra, as criaturas comuns que usamos são santificadas; quanto mais as santas ordenanças de Deus, das quais o batismo é uma das principais.

Pergunta: Não é, então, lícito administrar o batismo sem um sermão?

Resposta: Embora seja uma maneira muito louvável e honrosa de administrar esse sacramento fazê-lo quando a palavra é pregada, não creio que um sermão naquele momento seja tão necessário a ponto de ser ilícito administrar o batismo sem um. Pois a união da Palavra e do sacramento aqui mencionada é que aqueles que são batizados, ou que apresentam crianças para serem batizadas e respondem por elas, ou estão presentes na administração do batismo, ou vivem nos lugares onde ele costuma ser administrado, devem ser instruídos no Evangelho e ensinados sobre a aliança que o batismo sela. Além disso, a liturgia e a forma pública prescrita para a administração do batismo, tanto em nossa Igreja quanto em outras Igrejas reformadas, estabelece a natureza, eficácia, fim, uso e outros pontos semelhantes pertencentes ao sacramento, e declara claramente a aliança de Deus selada por ele; de modo que, em nossa e em outras Igrejas semelhantes onde tais formas são prescritas para serem sempre usadas, a Palavra nunca é separada do batismo, embora na administração do batismo não haja sermão.

A Igreja de Roma transgride diretamente a regra mencionada de unir a Palavra e o batismo. Pois, embora tenham uma forma pública prescrita, por ser em uma língua desconhecida, não compreendida pelo povo e não exposta a eles, é o mesmo que se não houvesse forma alguma, nem Palavra alguma; pois aquilo que não é compreendido é o mesmo que se não fosse proferido (1 Co 14:9).

Muito mais grave é a transgressão daqueles que vivem sob o Evangelho, onde ele é pregado claramente à compreensão

e capacidade dos mais simples, e no entanto são negligentes em vir a ele ou em dar atenção a ele, permanecendo tão ignorantes como se vivessem em lugares onde a Palavra não é pregada de todo, ou em uma língua desconhecida. Tais pessoas ignorantes, se não fossem batizadas, não seriam dignas, enquanto permanecem tão ignorantes, de serem batizadas, nem de apresentar seus filhos para serem batizados, nem de estar presentes no batismo de outros. Assim como os Ministros que batizam devem pregar a Palavra, também aqueles que são batizados devem ser instruídos na Palavra.

48. Da inferência da glorificação sobre a justificação e santificação

Efésios 5:27. Para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, etc.

O fim principal, no que diz respeito ao bem da Igreja, que Cristo visou quando se entregou por ela, é o seu estado glorioso no céu: este é o fim do fim mencionado anteriormente. Pois por que Cristo se entregou pela Igreja? Para que pudesse santificá-la, tendo-a purificado. Por que Ele a purificou e santificou? Para que pudesse apresentá-la a Si mesmo como uma Igreja gloriosa. Daqui, note estes três pontos:

1. A justificação e a santificação devem preceder a glorificação.
2. O fim pelo qual os Santos são purificados e santificados neste mundo é para que possam ser apresentados gloriosos a Cristo no mundo por vir.
3. O único meio de nos tornar gloriosos diante de Cristo, nosso esposo, é a justiça.

1. Todas as passagens da Escritura que colocam a nossa justiça neste mundo antes da nossa glória no mundo por vir provam o primeiro ponto. Entre outras provas, note especialmente a ordem dos vários elos daquela cadeia de ouro que alcança desde o conselho eterno de Deus antes do mundo até a nossa glória eterna depois deste mundo: "Aos que predestinou, a estes também chamou; e aos que chamou, a estes também justificou; e aos que justificou, a estes também glorificou" (Rm 8:30).

2. O céu, o lugar da nossa glorificação, é uma Cidade santa, na qual não entrará coisa alguma impura (Ap 21:10,27). Naquele lugar, a Igreja deve se casar com Cristo e estar para sempre com Ele; ela deve, portanto, ser pura como Ele é puro (1 Jo 3:2,3), pois Ele não suportará a sociedade de uma esposa suja e imunda.

Assim como desejamos a certeza da nossa glorificação no céu, busquemos e demos evidências da nossa justificação e santificação na terra. A evidência da nossa justificação é uma fé sã e verdadeira. A evidência da nossa santificação é uma consciência boa e limpa.

As provas e razões mencionadas também confirmam o segundo ponto: que o fim pelo qual os Santos são purificados e santificados neste mundo é para que possam ser apresentados gloriosos a Cristo no mundo por vir. É, portanto, necessário e proveitoso, não apenas em relação à honra de Cristo, mas também à nossa própria glória e felicidade, que aqui, enquanto vivemos na terra, sejamos santificados e purificados. Se Cristo, por nossa causa, teve os olhos postos em nossa glória futura e eterna, e para esse fim preparou meios para nos levar a ela, não deveríamos nós mesmos, muito mais, ter os olhos postos nela, evitando todas as coisas que possam impedi-la e usando todos os meios pelos quais possamos ter certeza dela? Moisés

"atentava para a recompensa" (Hb 11:26). Sim, o próprio Cristo, "pela alegria que lhe estava proposta, suportou a cruz, desprezando a afronta" (Hb 12:2).

3. Que a Justiça é o único meio de nos tornar gloriosos diante de Cristo, nosso esposo, é evidente pelo fato de que Cristo se entregou para operar e efetivar este meio para este fim. O próprio Cristo, por Sua morte, consagrou este e nenhum outro meio. Se houvesse qualquer outro meio além daquele que Cristo, ao oferecer-se a Si mesmo, adquiriu, que necessidade haveria de Cristo ter sido oferecido? Para mostrar que este é o meio de tornar a Igreja gloriosa diante de Cristo, o Espírito Santo compara a justiça dos Santos ao "linho fino, puro e resplandecente" (Ap 19:7,8), com o qual a esposa do Cordeiro se apronta para o dia do casamento. O próprio Cristo ama a justiça e odeia a iniquidade (Sl 45:7); portanto, eles, e ninguém mais senão eles que estão revestidos de justiça, são gloriosos aos Seus olhos.

Notei isto especialmente contra o conceito de nossos adversários, que colocam toda a glória da Igreja na pompa exterior. Por isso, o Papa deles, a quem fazem cabeça da Igreja e, de maneira peculiar, esposo de Cristo, deve ter sua coroa tríplice, suas vestes escarlates, seu trono elevado acima dos reis; homens devem ser seus cavalos para carregá-lo, e reis e nobres devem ser seus servos para servi-lo. Seus sacerdotes também devem estar trajados com capas gloriosas do melhor ouro trabalhado. Seus templos devem ser adornados com imagens curiosas, esculpidas e douradas. Sua hóstia carregada em forma de triunfo. Seu povo todo aspergido com água. Suas casas supersticiosas devem ser os edifícios mais belos de um reino e possuir as maiores rendas de um reino; e coisas do gênero.

Será esta glória adequada para a esposa de Cristo? Provavelmente, então, Cristo tem olhos e ouvidos carnavais e se deleita com as coisas com as quais o mundo se deleita. Os mais sábios entre os pagãos zombavam de tais conceitos baixos que seu povo tinha de seus deuses. Deverão os cristãos pensar de forma mais baixa de Cristo do que os pagãos de seus deuses? Muitas pessoas idolatram demais a glória exterior do mundo, a ponto de negligenciarem a verdadeira justiça.

Quanto a nós, como desejamos aparecer diante de Cristo de modo que Ele nos considere gloriosos, estejamos revestidos de justiça e santidade, "sem a qual ninguém verá o Senhor" (Hb 12:14).

49. Da fruição da presença de Cristo no céu

Efésios 5:27. Para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, mas santa e irrepreensível.

Tendo notado a inferência deste versículo sobre o anterior, irei agora tratá-lo distintamente por si só. Nele está contida uma descrição do estado glorioso da Igreja no céu. Deste estado deve esta descrição ser entendida aqui, pois na terra ela não é simplesmente sem mácula ou ruga, embora esteja sendo preparada para sê-lo.

Este estado é: 1. Proposto geralmente; 2. Exemplificado particularmente. Na proposição geral, nota-se: 1. Sua condição [ela é apresentada a Cristo]; 2. Sua qualidade [gloriosa]. A exemplificação particular disso é:

1. Privativa, pela remoção de toda deformidade: notada em duas palavras: *Mácula, Ruga*.

2. Positiva, pelo adorno com beleza: notada também em duas palavras: *Santa, Irrepreensível*.

A palavra *apresentar* é tirada do costume de solenizar um casamento: primeiro a noiva era cortejada e depois colocada diante de seu marido para que ele a tomasse por esposa, para estar com ele. Assim Eva foi apresentada por Deus a Adão (Gn 2:22); e Ester, entre outras virgens, foi apresentada a Assuero (Et 2:13). Isto mostra que: A Igreja no céu desfrutará da presença de Cristo. O próprio Cristo diz expressamente aos Seus discípulos: "Vou preparar-vos lugar... para que onde eu estiver estejais vós também" (Jo 14:2,3). Com base nisso, o Apóstolo desejava partir, a saber, para estar com Cristo (Fp 1:23) e estar presente com o Senhor (2 Co 5:8).

No céu, o casamento entre Cristo e a Igreja é solenizado, o qual aqui na terra esteve em preparação. Deus Pai deu Seu Filho à Igreja (Jo 3:16) e a Igreja ao Seu Filho (Jo 17:6); sim, o próprio Cristo comprou a Igreja para Si mesmo com o Seu sangue (At 20:28) e prometeu casamento a ela; e, para mais assegurar a Igreja do Seu amor, Ele concedeu muitos dons a ela (Ef 4:8). Ele enviou ainda Seus Ministros em Seu nome para cortejar (Jo 3:29) e rogar à Igreja que dê o seu consentimento (2 Co 5:20), e para prepará-la como uma virgem pura para Si mesmo (2 Co 11:2). Diante disso, a Igreja deu o seu consentimento, pois, como esposa, ela está sujeita a Cristo como a uma cabeça (Ef 5:24). Sendo estas coisas assim, como se pode pensar que Cristo a abandonará e não a receberá para estar com Ele para sempre?

Pode o pensamento da morte ser terrível para aqueles que conhecem e creem na verdade disso? Não irá, antes, a consideração disso fazê-los, com o Apóstolo, suspirar e desejar

partir para estar com o Senhor? O grau mais alto da felicidade da Igreja consiste nesta fruição da presença de seu esposo; pois assim Ele se torna tudo em todos para ela; não por meios, como neste mundo, mas imediatamente por Si mesmo; de modo que não haverá necessidade de Ministro, nem sacramento, nem ordenança para nos apresentar Cristo; nenhum Governante na família, na Igreja ou no Estado para representar Sua pessoa ou nos manter em sujeição; nenhuma luz para nos dirigir, nenhum alimento para nos sustentar; seremos de tal modo assistidos por Cristo que de nada precisaremos. Se aqueles servos eram felizes por estarem continuamente diante de Salomão, o que são aqueles que sempre estão, não como servos, mas como esposa, na presença dAquele que é infinitamente maior que Salomão (Ex 33:23)? Se foi uma grande graça e favor que Moisés visse as "costas" de Deus, que graça e favor é contemplar Cristo face a face! Pois, quando Ele aparecer, "vê-lo-emos como ele é" (1 Jo 3:2). Embora agora estejamos ausentes do Senhor, sustentemo-nos com a expectativa e a certeza de que seremos apresentados diante de Cristo.

50. Da glória da Igreja no céu

A qualidade da Igreja no céu é a mais excelente possível e, portanto, aqui é dita ser *gloriosa*: toda beleza, toda perfeição, toda graça, tudo o que possa tornar a Igreja amável, desejável ou admirável, está compreendido sob esta palavra *gloriosa*. Neste aspecto, diz-se que os Santos brilham, e isso como pedras preciosas (Ap 21:11), sim, como o firmamento (Dn 12:3), como as estrelas e como o sol (Mt 13:43); e que são semelhantes ao próprio Cristo (1 Jo 3:2) e aparecem com Ele em glória (Cl 3:4).

Esta glória dos Santos estende-se tanto à alma quanto ao corpo, e a toda a pessoa.

- Em relação às suas almas, elas serão "todas gloriosas por dentro" (Sl 45:13); pois são "espíritos dos justos aperfeiçoados" (Hb 12:23); conhecimento perfeito, sabedoria e todo tipo de pureza estarão neles (1 Co 13:12).
- Em relação aos seus corpos, eles serão transformados para serem semelhantes ao corpo glorioso de Cristo (Fp 3:21); e isso em incorrupção, imortalidade, beleza, brilho, graça, agilidade, força e afins. É, portanto, verdadeiramente dito que a Igreja, no fim do mundo, espera aquilo que já foi demonstrado no corpo de Cristo.
- Em relação à sua pessoa, assim como uma esposa é elevada à honra e dignidade de seu marido, assim serão eles elevados à honra e dignidade de Cristo, tanto quanto forem capazes; pois estarão próximos de Cristo (Lc 22:30), sim, serão um com Ele (Jo 17:21) e, portanto, acima dos mais gloriosos Anjos (Hb 1:14).

Muito mais poderia ser dito sobre a glória da Igreja; mas nunca se poderá dizer o suficiente, nem mesmo pela língua dos homens ou dos Anjos; pois "o olho não viu, nem o ouvido ouviu, nem subiram ao coração do homem as coisas que Deus preparou para os que o amam" (1 Co 2:9). Quando Paulo foi arrebatado ao terceiro céu e viu apenas um vislumbre desta glória, ouviu "palavras inefáveis, as quais não é lícito ao homem pronunciar" (2 Co 12:4). Por isso, quando ele fala disso, usa um tipo de frase transcendente que não pode ser totalmente expressa em nenhuma língua (2 Co 4:17): traduzimos, como melhor

podemos, por um grau de comparação sobre outro: "um peso eterno de glória mui excelente".

Não é isto suficiente para nos sustentar contra todo o vitupério e desonra que o mundo lança sobre nós por sermos da Igreja de Cristo? O mundo, desde antigamente, considerou aquela a quem Cristo chama *Hephzibah* (isto é, meu deleite nela) e *Beulah* (isto é, casada) como "desamparada e desolada" (Is 62:4), sim, como "o lixo do mundo e a escória de todas as coisas" (1 Co 4:13). Entre os pagãos, ninguém era tão vilmente estimado quanto os cristãos; entre os papistas, ninguém como os protestantes; e entre os evangélicos carnaís, ninguém como aqueles que se esforçam para purificar-se como Cristo é puro (1 Jo 3:3) e evitar os pecados comuns do mundo. Quando, por amor de Cristo, formos considerados desprezíveis, pensemos nisto.

51. Da liberdade da Igreja de toda deformidade no céu

Sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante.

O primeiro ponto observado pelo Apóstolo em sua exemplificação da glória mencionada é a remoção de toda deformidade. A palavra traduzida como *mácula* refere-se a uma mancha em uma veste, uma marca suja no rosto de um homem ou em outra parte do corpo; ou uma cicatriz, ou outro defeito na carne causado por uma ferida, golpe ou algo parecido. A outra palavra (*ruga*) refere-se a um vinco no rosto devido à velhice, pois significa um encolhimento da pele pela idade; por ela entende-se qualquer tipo de definhamento causado pela idade, doença, tribulação, dor ou afins. Como pode haver deformidades de outras formas, o Apóstolo acrescenta esta cláusula (*ou coisa semelhante*). Estas coisas, aplicadas à Igreja, mostram que: Nenhum tipo de deformidade se apegará à Igreja no céu.

Não haverá nela mancha ou contágio de pecado recebido de outros, nenhuma cicatriz de qualquer humor maligno surgido de si mesma, nenhuma ruga, nenhuma falta de umidade espiritual, nenhum sinal do velho homem, nem qualquer coisa que possa, de algum modo, fazê-la parecer deformada ou deselegante aos olhos de Cristo. Não apenas os pecados grandes, hediondos e capitais [que são como tumores e furúnculos, e como feridas abertas e profundas], mas todas as manchas e marcas, todas as rugas e defeitos, todo tipo de imperfeição, seja interna ou externa, serão completamente removidos. O pecado não será apenas subjugado em nós, mas totalmente erradicado: nenhum vestígio, nenhum sinal dele restará. Nesse sentido, diz-se que Deus enxugará todas as lágrimas (Ap 7:17, 21:4), isto é, removerá todo motivo de pranto, tristeza e luto. Ora, não há nada que ministre mais motivo de tristeza aos Santos do que o pecado. Aquele remanescente de pecado que estava no Apóstolo, mesmo após sua regeneração, fê-lo clamar: "Miserável homem que eu sou" (Rm 7:24).

Embora este seja apenas um bem *privativo* [ausência de mal], ele acrescenta muito à felicidade celestial dos Santos. Se fosse possível desfrutarmos do descanso e da glória preparados para os Santos no céu e, ao mesmo tempo, permanecessem em nós as manchas e rugas do pecado, essas manchas e rugas seriam como a escrita que apareceu a Belsazar no meio de sua alegria (Dn 5:5): seriam como fel misturado ao vinho; transformariam toda a nossa alegria em pesadume e tirariam o doce sabor de toda a nossa felicidade. A consideração, portanto, deste benefício privativo não pode senão gerar nos corações de todos os que são membros desta Igreja um desejo ardente por esta purificação perfeita de toda deformidade.

52. Da pureza perfeita da Igreja no céu

Mas que fosse santa e irrepreensível.

O último ramo pelo qual a glória celestial da Igreja é apresentada é a sua pureza perfeita: a partícula adversativa [*Mas*] mostra que a santidade aqui mencionada não é uma santidade imperfeita, como é a santificação dos Santos neste mundo, mas uma santidade absoluta e perfeita em todas as suas partes e graus: tal que é sem mácula ou ruga, sem vestígio ou sinal de pecado; e, portanto, por via de explicação, acrescenta-se: sem defeito, ou *irrepreensível*; tal que nem homem, nem Anjo, nem o próprio Deus possa encontrar falta nela. Este atributo é frequentemente aplicado à pessoa e ao sangue de Jesus Cristo (Hb 9:14; 1 Pe 1:19) e, portanto, deve necessariamente descrever a pureza perfeita. Daqui podemos observar que: A santificação dos Santos será perfeita no céu.

Eles não serão apenas justificados por terem seus pecados cobertos, nem apenas terão sua santificação verdadeiramente iniciada, mas também em cada parte, ponto e grau dela serão absolutamente aperfeiçoados; nesse aspecto, são chamados de "espíritos dos justos aperfeiçoados" (Hb 12:23). Adão em sua inocência não era mais puro do que os Santos serão no céu; sim, eles superarão em muito a Adão, tanto na medida quanto na estabilidade e perpetuidade dessa pureza.

Em nosso esforço pela santidade, tenhamos os olhos postos nesta perfeição; e não desfalçamos se não alcançarmos a medida que desejamos. A perfeição está reservada para o mundo por vir. Contudo, saibamos que quanto mais santos e irrepreensíveis formos, mais nos aproximamos daquele estado celestial; quanto mais manchas e defeitos de pecado tivermos,

mais dessemelhantes seremos dele e menos esperança teremos de desfrutar daquela felicidade celestial.

Todos os pontos mencionados do estado glorioso da Igreja no céu deveriam arrebatrar nossos espíritos e até quebrantar nossos corações com uma santa admiração pela bondade de Cristo, encher nossas bocas de louvores por ela, e fazer-nos suspirar e ansiar por ela, usando com toda boa consciência e diligência todos os meios possíveis para alcançá-la: nenhum trabalho será perdido nisso. Certamente, isso ou não é conhecido, ou não é crido, ou não é lembrado, ou não é devida e seriamente considerado por aqueles que fazem pouco caso disso. Que aquilo que foi apenas brevemente tocado seja mais meditado, e oremos para que os olhos do nosso entendimento sejam iluminados, para que saibamos quais são as riquezas da glória da herança dos Santos (Ef 1:18). Se não fosse por esta esperança, os Santos seriam os mais miseráveis de todos os homens (1 Co 15:19); ao passo que agora são os mais felizes.

53. Da aplicação aos maridos das coisas que Cristo fez pela Igreja

Efésios 5:28. Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres, etc.

A primeira cláusula deste versículo serve tanto para uma aplicação do argumento anterior quanto para uma transição para outro argumento. A partícula de relação [*Assim*] mostra que aquilo que foi entregue anteriormente sobre o amor de Cristo por Sua Igreja deve ser referido e aplicado aos maridos. Pois, como Cristo amou a Sua Igreja, *Assim* devem os maridos amar as suas mulheres.

Pergunta: Por que essas evidências transcendentais do amor insuperável de Cristo por Sua Igreja são colocadas diante dos maridos? Pode-se esperar tais coisas dos maridos para com suas mulheres?

Resposta: Não quanto à medida, mas quanto à semelhança (veja a Seção 27). Pois nesta ampla declaração do amor de Cristo, há dois pontos gerais a serem observados:

1. Que a Igreja em si mesma não era de modo algum digna de amor.
2. Que Cristo se portou de tal modo para com ela que a tornou digna de muito amor.

Esta deve ser a disposição dos maridos para com suas mulheres:

1. Embora elas não sejam de modo algum dignas de amor, eles devem amá-las.
2. Eles devem se esforçar, com todo o engenho e sabedoria que possuem, para torná-las dignas de amor. Digo *esforçar-se* porque não está simplesmente no poder do marido realizar o feito. Contudo, seu esforço fiel será, de sua parte, aceito como o feito.

Sobre esses pontos falarei mais plenamente adiante.

54. Da aplicação ao marido do amor que um homem dedica a si mesmo

Efésios 5:28. Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres como a seus próprios corpos.

A partícula mencionada [*Assim*] também tem relação com outro padrão, a saber, o de um homem para com seu corpo; e assim é uma transição de um argumento para outro. Há uma

ênfase maior usada aqui ao estabelecer o dever do marido do que havia antes (versículo 25). Lá, foi estabelecido por via de exortação: "Maridos, amai vossas mulheres". Aqui, é estabelecido com uma ordem mais estrita: "Os maridos *devem* amar as suas mulheres". De modo que este dever não é uma questão arbitrária, deixada à vontade do marido fazer ou deixar de fazer: há uma necessidade imposta sobre ele; ele deve amar sua mulher. Ai dele, portanto, se não o fizer.

Ao estabelecer este argumento tomado de si mesmo, o Apóstolo compara a mulher do homem ao seu corpo; nisso ele faz relação ao versículo 23, onde disse que o marido é a cabeça da mulher. Com isso, ele mostra que, assim como a posição do marido é um motivo para a mulher cumprir seu dever, também o é para ele mesmo cumprir o seu. Ele é a cabeça dela, portanto ela deve estar sujeita a ele. Ela é o corpo dele, portanto ele deve amá-la.

Este exemplo de si mesmo é tanto uma razão a mais para mover os maridos a amarem suas mulheres, quanto uma regra para ensiná-los como amá-las. A razão está implícita naquela união próxima que existe entre um homem e sua mulher: ela é tão próxima dele quanto seu próprio corpo; portanto, ela deve ser tão querida para ele quanto este. O corpo nunca discorda de si mesmo, nem a alma contra si mesma. Assim também não deveriam o marido e a mulher. A regra é observada sob a maneira de um homem amar seu próprio corpo: tão inteiramente quanto ele ama seu corpo, tão inteiramente ele deve amar sua mulher. Sobre a maneira de um homem amar a si mesmo, veja o Tratado 4, Seções 74 e 76.

Para reforçar ainda mais esta comparação, o Apóstolo acrescenta: "Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo" (Ef 5:28). Por esta cláusula, duas coisas estão implícitas:

1. Que a mulher não é apenas como o corpo do homem, a saber, sua carne externa, mas como sua própria pessoa, seu corpo e alma. Ela é como o corpo dele porque foi tirada do seu corpo (Gn 2:23) e porque está colocada sob ele, como o corpo sob a cabeça. Ela é como ele mesmo em razão do vínculo do casamento, que faz de dois um (Mt 19:5,6). Nesse sentido, a mulher é comumente chamada de "o segundo eu" do homem.
2. Que o marido, ao amar sua mulher, ama a si mesmo: de modo que o benefício de amar sua mulher redundará para si mesmo, tanto quanto para ela.

55. Da amplificação do amor de um homem por si mesmo

Efésios 5:29. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e cuida dela, como também o Senhor à igreja.

O padrão anterior de si mesmo é aqui ampliado. Pois primeiro o Apóstolo prova que o homem ama a si mesmo; e depois mostra como ele se ama. Dois argumentos são usados para provar o ponto. Um é tomado do contrário: *Ninguém jamais odiou a sua própria carne*. Portanto, ele a ama. O outro é tomado dos efeitos do amor: *Alimentar e cuidar da própria carne é fruto do amor*; mas todo homem alimenta e cuida de sua carne. Portanto, ele a ama.

Este último argumento mostra a maneira de um homem amar a si mesmo; e nisso o amor do homem por si mesmo é uma regra para ensiná-lo como amar sua mulher. Esta partícula

indefinida [*ninguém*] deve ser restrita àqueles que possuem o entendimento e o afeto de um homem; como se ele tivesse dito: "nenhum homem em seu juízo perfeito"; pois pessoas furiosas, frenéticas, loucas ou desesperadas cortam seus braços, pernas e outras partes, mutilam sua carne, enforcam-se, afogam-se ou apunham-se. Da mesma forma, agem como homens fora de si aqueles que odeiam ou de qualquer forma ferem suas mulheres; sim, é parte de um louco duvidar de amar e fazer bem a si mesmo.

Estas duas palavras [*alimentar e cuidar*] compreendem a provisão cuidadosa de todas as coisas necessárias para o corpo do homem. *Alimentar* [nutrir] é propriamente dar de comer. *Cuidar* [acalantar] é manter aquecido. O primeiro é feito pelo alimento; o segundo, pelo vestuário. Sob alimento e vestuário, o Apóstolo compreende todas as coisas necessárias para esta vida, quando diz: "Tendo, porém, sustento e com que nos cobrirmos, estejamos com isso contentes" (1 Tm 6:8).

Isso, aplicado ao marido, mostra que ele deve ter um cuidado providente pelo bem de sua mulher em todas as coisas necessárias para ela. Para que possa pressionar ainda mais este ponto, ele retorna novamente ao exemplo de Cristo [*como também o Senhor à igreja*]. O Apóstolo pensou que este prego do amor precisava ser bem batido nas cabeças e corações dos maridos e, portanto, adiciona golpe sobre golpe para cravá-lo profundamente: antes ele confirmou o exemplo de Cristo com o nosso próprio exemplo; aqui ele confirma o nosso próprio exemplo com o exemplo de Cristo novamente. Ele faz isso por duas razões especiais:

1. Para urgir o ponto com mais força: pois dois exemplos acrescentam peso um ao outro; especialmente este

último, que é muito mais excelente, como ouvimos nos versículos 25, 26 e 27.

2. Para dar aos maridos uma direção melhor para sua providência para com suas mulheres, as quais eles devem alimentar e cuidar, não apenas como seus corpos, mas como Cristo alimenta e cuida de Sua Igreja, não apenas com coisas temporais, mas também com coisas espirituais e eternas.

56. Dos afetos naturais do homem para consigo mesmo

Efésios 5:28, 29. Assim devem os maridos amar as suas próprias mulheres como a seus próprios corpos: quem ama a sua mulher ama-se a si mesmo. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e cuida dela, como também o Senhor à igreja.

Tendo mostrado brevemente o escopo geral dos versículos 28 e 29, procederei a um tratamento mais distinto deles. Eles apresentam O afeto natural de um homem para consigo mesmo. Dois pontos devem ser notados aqui:

1. A proposição geral: que o homem é bem afeiçoado a si mesmo.
2. A amplificação e manifestação particular desse afeto. Isso se manifesta de duas maneiras:
3. Negativamente: Ninguém odeia a sua própria carne.
4. Afirmativamente, em dois ramos: 1. Alimenta, 2. Cuida dela.

Ambos são justificados pelo afeto semelhante de Cristo pela Igreja, que é o Seu corpo [*Como também o Senhor à igreja*]. No fato de o Apóstolo propor o afeto natural do homem para com seu corpo como motivo e padrão para os cristãos amarem

suas mulheres, e também justificar o mesmo por um afeto semelhante de Cristo por Sua Igreja, observo que: O afeto natural é algo lícito e louvável.

É um afeto que pode coexistir com uma boa consciência; o qual a palavra de Deus, longe de remover, estabelece. Pois aqueles que são "sem afeto natural" são diretamente condenados (2 Tm 3:3); e somos ordenados a ser tão fraternalmente afeiçoados uns aos outros quanto somos a nós mesmos (Rm 12:10). Sim, a Lei, em seu rigor estrito, estabelece aquele afeto natural que existe no homem para consigo mesmo como regra para o amor ao próximo ["amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22:39)]. Daí vem que os Profetas (Lv 19:18; Is 58:7), Apóstolos (1 Co 12:26; Tg 2:8) e o próprio Cristo frequentemente nos chamam a atentar para aquele afeto que dedicamos a nós mesmos. Sobre este padrão, Cristo diz: "Esta é a lei e os profetas" (Mt 7:12); este é o breve resumo deles, isto é o que eles muito urgem e pressionam.

1. O afeto natural foi originalmente criado por Deus, por Ele plantado no homem, de modo que, assim como a alma, o corpo, os poderes e as partes deles são, em sua substância, coisas boas, este afeto também em si mesmo é bom.
2. Existem as mesmas razões para amarmos a nós mesmos que para amarmos nossos irmãos. Pois nós mesmos somos feitos à imagem de Deus, remidos pelo sangue de Cristo, membros do mesmo corpo místico, guardiões de nós mesmos para prestar contas do bem ou mal que fazemos a nós mesmos, e afins. Na Lei, sob a palavra "próximo", nós mesmos estamos incluídos; e cada

mandamento da segunda tábua deve ser aplicado a nós mesmos.

57. Do amor-próprio natural

Objeção: Os amantes de si mesmos são condenados na palavra de Deus, como em 2Tm 3:2, Filipenses 2:21, 1Co 10:24 e Romanos 15:1.

Resposta: Existe um duplo amor do homem por si mesmo. Um bom e louvável; O outro mau e condenável.

O amor-próprio bom e louvável é: 1. Natural, 2. Espiritual.

O que é natural existe em todos pelo próprio instinto da natureza; foi criado originalmente e ainda é preservado em nossa natureza pela providência de Deus, para a preservação da própria natureza. Se não houvesse tal amor natural por si mesmo em cada um, o homem seria tão descuidado consigo mesmo quanto com os outros, e tão relutante em se esforçar por si mesmo quanto pelos outros. Para que cada um tivesse cuidado de pelo menos um, a saber, de si mesmo, e assim o mundo fosse melhor preservado, Deus reservou no homem este afeto natural, apesar de sua corrupção pelo pecado. Sim, além disso, porque nem todos são capazes de cuidar de si mesmos, ao menos quando são jovens, doentes, velhos ou de qualquer outra forma impotentes, Deus, por Sua sábia providência, estendeu este afeto natural também para com outros que estão intimamente ligados a nós pelos laços da natureza. Os mais próximos ao homem [pelo sangue e vínculo da natureza] são os filhos. Admiravelmente grande é o que os pais fazem pelos filhos, o que nunca fariam se não houvesse neles um afeto natural por eles. Dos filhos, por sua vez, este afeto surge em direção aos pais, para que, quando os

pais envelhecerem, ficarem impotentes ou incapazes de se ajudarem, possam ter socorro de seus filhos. E porque pais e filhos nem sempre estão juntos, ou não podem ajudar-se, ou são desumanos, Deus estendeu ainda mais este afeto natural a irmãos, primos e outros parentes. E para uma extensão ainda maior, instituiu o casamento entre aqueles que não são do mesmo sangue e, por virtude desse vínculo, despertou um afeto natural não apenas entre marido e mulher, mas também em todo o parentesco que se forma por meio dele. Além disso, este afeto é gerado em vizinhos, amigos, companheiros e outros unidos por laços semelhantes, para que o arco da providência de Deus tenha muitas cordas e, se uma quebrar, outra possa sustentar. Em todos esses tipos, quanto mais o homem se aproxima de si mesmo, mais esse afeto se mostra, de acordo com o provérbio: "Perto está minha túnica, mas mais perto está minha pele".² Tendo Deus operado este afeto natural em seus diversos tipos, e havendo bons fins e usos para ele, não deve ser condenado.

58. Do amor-próprio espiritual

O amor-próprio espiritual é aquele que é operado sobrenaturalmente no homem pelo Espírito de Deus: pelo qual ele é tanto iluminado para discernir o que é mais excelente e melhor para si, quanto movido a escolher o mesmo; de modo que este serve para retificar o anterior. Daí resulta que o cuidado principal deles é com suas almas e com a salvação eterna delas; para o avanço da qual eles podem se contentar, conforme a necessidade exigir, em "esmurrar o seu corpo" (1 Co 9:27), negar-lhes às vezes o sustento comum por alimento, descanso e outros meios (2 Co 11:27), sim, e permitir que sejam

² N. E.: Em português, temos o equivalente: "Vão-se os anéis, fiquem os dedos" ou "A pele é mais perto que a camisa".

aprisionados, torturados e que a própria vida lhes seja tirada (Hb 11:36). Isso os homens fazem e sofrem, não por falta de afeto natural, mas em razão do afeto espiritual que os convence de que é bom para eles que assim seja. Não se deve dizer que um homem não ama a saúde e a segurança de seu corpo porque ama algo mais. Pois um homem avarento, embora ame seu dinheiro, pode se contentar em separar-se dele por pão para nutrir seu corpo; assim, um homem espiritual, embora ame sua vida, pode se contentar em perdê-la pela salvação de sua alma. Pois ama a si mesmo suficientemente quem faz o melhor para desfrutar do bem maior e mais verdadeiro. Este afeto espiritual estende-se tanto quanto o afeto natural, a saber, a esposas, maridos, filhos, pais, irmãos, primos, amigos, etc. Isso é muito instado e pressionado nas Escrituras, como em Isaías 55:1-3; Mateus 6:19, 20, 33; João 6:27; 1Tm 6:11, 19.

59. Do amor-próprio mau

O amor-próprio que é mau erra no Objeto e na Medida.

1. No Objeto, quando é lançado sobre nossas corrupções, nossas concupiscências, nossos humores malignos; quando os estimamos e amamos, e por eles perseguimos tudo o que possa satisfazê-los; como os ambiciosos, lascivos, dissolutos, gulosos e outras pessoas semelhantes. Isso é expressamente proibido: "não tendais cuidado da carne em suas concupiscências" (Rm 13:14).
2. Na Medida, quando nosso amor é total e unicamente lançado sobre nós mesmos, buscando o nosso próprio bem de tal modo que não consideramos o bem de ninguém senão o nosso; nem nos importamos com o dano que outro receba, desde que possamos obter

vantagem com isso. Isso também é proibido, pois é contrário à propriedade do verdadeiro amor, que "não busca os seus interesses" (Fp 2:21; 1 Co 13:5; 10:24), a saber, em prejuízo de outrem. A este se aplica o título de "amor-próprio" em sentido pejorativo. Ele brotou da corrupção da natureza e é diariamente aumentado pela instigação de Satanás para a destruição da humanidade. Manifesta-se pelos muitos truques de engano que a maioria dos homens usa em seus tratos com os outros; por tirar vantagem das necessidades alheias, como no caso da usura, do aumento do preço do trigo e outras mercadorias em tempos de escassez, e afins; pela relutância dos homens em ajudar aqueles que necessitam de seu socorro; pela falta de compaixão nas misérias alheias; e por muitas outras indelicadezas semelhantes; todas as quais verificam o provérbio: "Cada um por si".

Mas, ao distinguir os pontos mencionados, podemos ver que, embora o amor-próprio mau seja um vício detestável, é lícito e louvável amar a si mesmo da maneira correta.

60. Do erro dos Estoicos em condenar toda paixão

A tolice dos Estoicos, que queriam que todo afeto natural fosse erradicado do homem, é contrária a este padrão e indigna de encontrar qualquer acolhida entre os cristãos; pois o que eles visam senão arrancar do homem aquilo que Deus nele plantou, e tirar os meios que Deus usou para a melhor preservação do homem? Aquele "homem sábio" que eles moldam para si mesmos é pior do que um animal bruto: ele é um verdadeiro tronco e pedra. Não apenas os melhores e mais sábios homens que já existiram no mundo, mas também o próprio Cristo teve em Si aquelas paixões e afetos que eles consideram impróprios

para um homem sábio. A tolice deles há muito tempo foi vaiada e expulsa das escolas de filósofos; deveria ela, então, encontrar lugar na Igreja de Cristo?

61. Do bom uso do afeto natural

Trabalhem para cultivar este afeto natural em nós e para voltá-lo às melhores coisas, mesmo àquelas que não são apenas aparentemente, mas de fato boas; e, entre as coisas boas, àquelas que são mais excelentes e mais necessárias: as que dizem respeito às nossas almas e à vida eterna. Para este fim, devemos orar para ter nossos entendimentos iluminados [para que possamos "discernir as coisas excelentes e aprová-las" (Fp 1:10)] e para ter nossas vontades e afetos santificados, a fim de que abracemos, busquemos e nos deleitemos naquilo que sabemos ser o melhor. Assim, nosso afeto natural será transformado em um afeto espiritual.

Aqui vemos como podemos fazer da natureza um pedagogo para nós: pois assim como Cristo nos envia às aves do céu e aos lírios do campo para aprendermos com eles (Mt 6:26,28), o Apóstolo aqui nos envia ao nosso próprio instinto natural. Não podemos reclamar que não temos mestre perto de nós [como muitos no campo cujos filhos, por falta de um, são criados rudemente]; nós mesmos somos mestres de nós mesmos. Portanto, assim como o Apóstolo por meio disso ensina os maridos a amarem suas mulheres, aprendamos todos nós, de modo mais geral, a amar uns aos outros: pois somos todos membros mútuos de um mesmo corpo (1 Co 12:12); e nosso irmão ou próximo é a nossa própria carne (Is 58:7).

62. Da abstenção do homem de prejudicar a si mesmo

Efésios 5:29. Porque nunca ninguém odiou a sua própria carne; antes a alimenta e cuida dela.

A primeira partícula [*Porque*] mostra que neste versículo é dada uma evidência e manifestação do amor de um homem por si mesmo. A primeira parte, estabelecida negativamente, mostra que: É contra o instinto comum da natureza que um homem odeie a si mesmo.

Nota-se como evidência de que havia demônios no gadareno o fato de ele se cortar com pedras (Mc 5:5): se os demônios não o tivessem forçado, ele nunca o teria feito. O ódio é o contrário do amor: tendo sido provado anteriormente que todo homem por natureza ama a si mesmo, segue-se por consequência necessária que ninguém odeia a sua carne; pois dois efeitos contrários não procedem da mesma causa: nenhuma fonte pode dar água salgada e doce ao mesmo tempo (Tg 3:12).

Objeção 1: Muitos maceram seus corpos com jejuns, vigílias, trabalhos, viagens e afins; outros rasgam e retalham sua carne com chicotes, facas, espadas, sim, e até com os dentes; outros lançam mãos tão violentas sobre si mesmos que tiram a própria vida.

Resposta 1: Nenhuma dessas coisas é feita pelo instinto da natureza que Deus colocou no homem, mas pela corrupção da natureza que o diabo causou. Ora, a natureza e a corrupção da natureza são duas causas contrárias; não é de admirar, então, que delas venham efeitos contrários.

2. Eles pensam que fazem essas coisas por amor a si mesmos; como pessoas supersticiosas que maceram o corpo para merecer a salvação; outros para se livrarem da ignomínia, penúria, escravidão, tormento ou males semelhantes; de modo que há um

bem aparente que os leva a agir assim, e não o simples ódio por si mesmos. Os que assim procedem estão ou possuídos por um demônio, ou cegos em sua mente, ou privados de seus sentidos, ou sobrecarregados por alguma paixão, de modo que não sabem o que fazem; não o fazem, portanto, por ódio.

Objeção 2: Homens santos e sábios, deliberadamente e com bom conselho, esmurraram seus corpos (1 Co 9:27) e permitiram que suas vidas fossem tiradas, não aceitando o livramento (Hb 11:35).

Resposta: Isso esteve longe de ser ódio, e foi feito em grande amor por si mesmos, como foi mostrado anteriormente (veja a Seção 56).

63. De práticas antinaturais contra si mesmo

A doutrina mencionada revela que muitas práticas usadas por diversos homens são contra a natureza e, nesse aspecto, horríveis e detestáveis.

1. A prática dos idólatras baalitas, que, para mover seu ídolo a ouvi-los, se retalhavam com facas e lancetas até que o sangue jorrasse sobre eles (1 Rs 18:28). Não muito diferentes deles são os eremitas papistas, anacoretas, monges flagelantes, grandimontenses, diversos tipos de franciscanos e outros frades, dos quais alguns usam camisas de crina, outros camisas de malha de ferro junto ao corpo, alguns andam descalços, alguns se chicoteiam diariamente até sair sangue, e alguns definham seus corpos dormindo no chão duro, em vigílias, jejuns, peregrinações, etc.
2. A prática de gulosos, bêbados, pessoas impuras e voluptuosas, que, para satisfazer seus humores

corruptos, prejudicam a saúde, atraem doenças sobre si e encurtam seus dias.

3. A prática de brigões, que por contendas fazem com que sua carne seja ferida e suas vidas tiradas. Entre estes podem ser contados os que se colocam em grandes apertos, angústias e perigos por amor ao lucro; e aqueles que por roubo, traição e crimes semelhantes se lançam sobre a espada do Magistrado.
4. A prática daqueles que dão rédeas soltas à tristeza, ao medo, à ira e outras paixões violentas semelhantes, de modo que enfraquecem seus corpos e encurtam seus dias.
5. A prática dos suicidas: os quais, nisto, quebram a regra do amor ["como a ti mesmo" (Mt 22:39)] e terminam seus dias em um pecado horrível, privando-se do tempo, lugar e meios de arrependimento; de modo que, qualquer que seja o pretexto tolo que deem para seu pecado, pouco melhor se pode pensar deles senão que lançam suas almas de cabeça no inferno, a menos que o Senhor, entre o ato feito e a expiração do fôlego, toque extraordinariamente seus corações. A religião, a natureza, o bom senso e tudo o mais abominam este ato terrível; de modo que não apenas os que foram iluminados pela palavra de Deus, mas também os pagãos, que não tinham outra luz senão a da natureza, julgaram ser este um pecado desesperado.

64. Dos que odeiam os outros

Pelo afeto que a natureza move os homens a terem por sua carne, podemos ver como a natureza prevalece mais com os homens do que a consciência e a obediência à palavra de Deus, sim, do que

o Espírito; pois, enquanto a natureza impede todos os homens de odiarem sua própria carne, nada consegue impedir muitos maridos de odiarem suas mulheres, e mulheres a seus maridos; nem irmãos, primos e vizinhos [embora estes sejam nossa própria carne (Is 58:7)]; nem mesmo muitos daqueles que professam ser do corpo místico de Cristo, de odiarem uns aos outros. O que diremos destes? É a natureza de maior poder e mais poderosa em operação do que o Espírito? Certamente, tais pessoas ou enganam a si mesmas e aos outros ao pretenderem ser membros do corpo de Cristo, ou então o Espírito é muito fraco nelas e a carne exerce um grande domínio. Que os que odeiam seus irmãos pensem nisso e se envergonhem.

65. Do cuidado do homem em prover e usar coisas necessárias para seu corpo

A segunda evidência daquele amor que o homem dedica a si mesmo é notada em dois ramos [*alimenta e cuida*] que compreendem todas as coisas necessárias (veja a Seção 55), de modo que o Apóstolo implica com isso que: A natureza ensina a todos os homens a prover as coisas que lhes são necessárias: necessárias para a vida, como o alimento; e necessárias para a saúde, como o vestuário.

A natureza é aqui proposta como pedagoga para os cristãos; portanto, isto que a natureza ensina é um dever obrigatório. Salomão insiste muito nisso, dizendo a este respeito: "É bom e belo que o homem coma e beba, e goze do bem de todo o seu trabalho" (Ec 2:24; 3:13; 5:18; 8:15).

Se aquele que não provê para os seus é pior do que o infiel (1 Tm 5:8), o que é aquele que não provê para si mesmo? É pior do que um animal: pois a natureza ensinou os animais

brutos a alimentarem e cuidarem de si mesmos. Se alguém pensa que isso convém mais aos animais ou aos homens naturais do que aos Santos, que me diga qual dos Santos, em qualquer tempo guiado pelo Espírito de Deus, negligenciou-se totalmente. Omitindo todos os outros, nota-se expressamente de Cristo que, conforme a ocasião, Ele dormiu (Mt 8:24), comeu (Lc 14:1), descansou (Jo 4:6) e de outras formas se revigorou.

Objeção: Embora estivesse com fome (Jo 4:31) e a comida estivesse preparada para Ele, Ele recusou comer.

Resposta:

1. Abster-se de uma refeição não é um grande impedimento para o cuidado do corpo.
2. Ocasões extraordinárias e pesadas podem legitimamente fazer um homem negligenciar-se um pouco; para que assim ele mostre que prefere a glória de Deus e a salvação de seu irmão ao sustento externo de seu corpo; para esse propósito Cristo diz: "A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou" (Jo 4:34), isto é, prefiro-a à minha comida. E São Paulo diz: "De muito boa vontade gastarei... pelas vossas almas" (2 Co 12:15). Devemos aqui, portanto, ter cuidado com os extremos de ambos os lados:
 - Da negligência indevida e excessiva de nossos corpos, de modo que a força deles se esgote e a saúde seja prejudicada.
 - Do cuidado excessivo com eles, de modo que por nenhuma ocasião percamos uma refeição ou uma noite de descanso. Jejum e vigília, conforme a ocasião exigir, são deveres obrigatórios.

Mas, voltando ao ponto de alimentar e cuidar de nossa carne:

1. Para este fim Deus proveu alimento, vestuário e todas as coisas necessárias para nossos corpos fracos, para que fossem alimentados e cuidados por meio deles; não usá-los, portanto, é recusar a providência de Deus.
2. Ao alimentar e cuidar bem de nossos corpos, eles ficam mais aptos para realizar o trabalho e o serviço que Deus designa; mas, ao negligenciá-los, tornam-se inaptos. Assim como isto é um motivo, deve ser também um fim que visamos ao alimentar e cuidar de nossos corpos.

66. Daqueles que negligenciam o cuidado de seus corpos

Contra este bom instinto da natureza, muitos ofendem:

1. Avarentos miseráveis, que tanto idolatram sua riqueza e tanto se deleitam na abundância de bens entesourados que não se permitem as coisas necessárias para alimentar e cuidar de seus corpos. Salomão muito os taxa: deles diz que "as riquezas são guardadas para o seu próprio dono para seu dano" (Ec 2:23; 5:11-14). A experiência diária dá evidência da verdade disso; pois, além de tais homens fazerem de suas riquezas laços (1 Tm 6:9) e impedimentos (Mc 10:23) para os manter longe da vida eterna, tornam esta vida presente muito penosa, enchendo suas cabeças de preocupações corrosivas (Ec 2:23) e privando-se do descanso tranquilo. Muitos, neste caso, estão tão obcecados que, embora tenham abundância, não se permitem, em saúde, uma boa refeição nem vestes decentes; nem, na doença, o remédio necessário, nem mesmo fogo e coisas comuns

semelhantes. O caso deles é pior do que o daqueles que passam necessidade; pois outros terão piedade e socorrerão os necessitados, mas quem terá piedade e socorrerá a estes?

2. Aqueles que são excessivamente focados em seus afazeres, mesmo nos assuntos de suas vocações legítimas [pois em coisas boas pode haver excesso]. Nisto muitos estudantes, pregadores, advogados, comerciantes, agricultores, trabalhadores e outros ofendem, quando não permitem tempos oportunos de revigoração e descanso para seus corpos, mas jejuam, vigiam e labutam demais em sua vocação. Aqueles que por tais meios se incapacitam tornam-se culpados da negligência de tanto bem quanto poderiam ter feito se tivessem alimentado e cuidado de seus corpos. Alguns são tão ávidos em seus afazeres que pensam que todo o tempo é desperdiçado se for gasto alimentando e cuidando de seus corpos; e, por isso, desejam que seus corpos não precisassem de comida, sono ou outros meios de revigoração. Esses pensamentos e desejos são tolos e pecaminosos em muitos aspectos, como:
3. Ao manifestar um descontentamento secreto e uma murmuração contra a providência de Deus, que assim dispôs nosso estado para a manifestação mais clara da fraqueza do homem e do cuidado de Deus sobre ele.
4. Ao retirar ocasiões de clamar a Deus e dar-Lhe louvores. Pois, se não tivéssemos tanta necessidade da providência de Deus, oraríamos a Ele tão frequentemente por Sua bênção? Se pelos bons meios que Ele nos concede não sentíssemos a doçura e o conforto de Sua providência, seríamos tão gratos a Ele?

5. Ao retirar os meios do amor mútuo: pois se, em razão de nossa fraqueza, não tivéssemos necessidade de socorro e ajuda uns dos outros, que prova haveria do nosso amor?
6. Aqueles que separam estes dois deveres da natureza [alimentar e cuidar] e fazem de um o impedimento do outro: alguns alimentam tanto seus corpos que não podem cuidá-los; isto é, gastam tanto em comer e beber que não têm nada com que se vestir. Outros cuidam tanto deles que não podem alimentá-los; isto é, enfeitam-se tanto com vestes luxuosas acima de suas posses que não têm alimento competente para si mesmos. Estes caem em dois extremos contrários: no excesso em uma coisa e na falta em outra.

67. Do contentamento naquilo que é suficiente

Assim como o Apóstolo, ao nomear estes dois [*alimentar, cuidar*], mostra que ambos são necessários, também ao nomear apenas eles, e nada mais além deles, mostra que os dois são suficientes; de onde aprendemos que: Tendo sustento e com que nos cobrirmos, devemos estar com isso contentes. O Apóstolo, nestas mesmas palavras, estabelece esta doutrina em outro lugar (1 Tm 6:8). A oração de Agur (Pv 30:8) e o teor da quarta petição do Pai Nosso provam o mesmo (Mt 6:11).

Pergunta: O homem está, então, estritamente obrigado a não se importar com nada mais além de comida para se nutrir e vestuário para se aquecer?

Resposta: Desde que este alimentar e cuidar sejam estendidos à condição em que Deus nos colocou, ao encargo que Deus nos

deu e à vocação que Ele nos designou, não devemos nos inquietar por mais nada.

Tenhamos, portanto, cuidado com aquele excesso que surge da corrupção da natureza e contentemo-nos com aquela suficiência que a natureza requer.

68. Da abstenção de Cristo em odiar a Igreja

Efésios 5:29. Como também o Senhor à igreja.

Esta confirmação do padrão do homem para consigo mesmo por um padrão semelhante do Senhor tem relação com ambas as partes da manifestação do amor do homem por si mesmo: tanto com a negativa, e assim mostra que: O Senhor não odeia a Sua Igreja.

E com a afirmativa, e assim mostra que: O Senhor alimenta e cuida da Sua Igreja. Aquela diferença que é feita entre Esaú, um tipo do mundo ["a Esaú odiei"], e Jacó, um tipo da Igreja ["a Jacó amei" (Ml 1:2,3)], mostra que o Senhor está longe de odiar a Sua Igreja. O mundo, não a Igreja, é o objeto do ódio de Deus.

Objecção: A própria Igreja (Dt 1:27) e seus inimigos frequentemente concebem, pelo trato de Cristo com ela, que Ele a odeia (Dt 9:28).

Resposta: É a carne que habita naqueles que são da Igreja que os faz conceber assim, não o Espírito; e nos inimigos da Igreja a carne reina totalmente. Mas as coisas de Deus, e Sua mente e afeto, não podem nem devem ser julgados por olhos carnisais, olhos de carne. O Espírito de Deus considera tais coisas evidências do amor de Deus (Hb 12:6), as quais a carne julga serem sinais de ódio, a saber, as correções.

Não é porque não haja motivo de ódio na Igreja que Cristo não a odeia; pois por natureza todos somos de uma mesma estirpe maldita, filhos da ira (Ef 2:3); e após nossa santificação ter começado, com a carne habitando em nós, damos diariamente muita ocasião de ódio se Cristo tomasse contra nós a vantagem que poderia; mas é aquela união íntima que Cristo fez entre Si mesmo e a Igreja que O impede de odiá-la: Ele a fez Sua esposa, e não odiará Sua esposa; toda a ocasião de ódio que ela der, Ele ou a apagará ou a cobrirá.

Admirável é o conforto que cada membro verdadeiro da Igreja católica [universal] pode colher daqui: pois, enquanto a ira e o ódio do Senhor estiverem desviados de nós, nada pode nos tornar miseráveis; podemos, neste aspecto, nos regozijar não apenas na prosperidade, mas também em todo tipo de aflição. Nenhuma calamidade pode mover Cristo a odiar Sua Igreja, mas antes a ter mais piedade dela, como fazemos com nossos corpos. Mais ainda, embora pelo pecado Ele seja provocado e veja ser necessário corrigir Sua Igreja, contudo em amor, não em ódio, em misericórdia, não em ira, Ele a corrigirá.

E se agora todo o mundo nos odeia? Visto que Cristo não nos odeia, não precisamos temer nem nos importar. O súdito que tem certeza do favor de seu Rei pouco se importa com o ódio dos outros. Isto, portanto, deve ser pensado tanto para nos confortar sob a cruz quanto para nos encorajar contra o ódio do mundo. Para que ninguém perverta esta doutrina consoladora, permitam-me acrescentar duas ressalvas:

1. Que os homens não se enganem com um nome vazio, pensando ser da Igreja quando estão apenas nela; a tais Cristo pode odiar (Jr 12:8).

2. Que, sendo da Igreja, não se tornem insolentes e provoquem demais a Cristo à ira; pois, embora Ele não odeie a tais, em sabedoria Ele pode corrigi-los tão severamente como se os odiasse, e fazê-los arrepender-se de sua tolice e insolência repetidas vezes.

69. De Cristo alimentar e cuidar de Sua Igreja

Que o Senhor alimenta e cuida de Sua Igreja é evidente por Sua contínua providência sobre ela em todas as eras. Quando primeiro criou o homem, proveu de antemão todas as coisas necessárias para alimentá-lo e cuidá-lo (Gn 1:28,29). Quando foi movido a destruir a terra e todos os seres vivos nela, teve cuidado de Sua Igreja e proveu uma Arca para mantê-la fora das águas, e armazenou na Arca todas as coisas necessárias para ela (Gn 6:14,27). Quando propôs trazer fome ao mundo, enviou um homem de antemão para preparar provisão para Sua Igreja (Gn 45:7). Quando Sua Igreja estava em um deserto estéril e seco, deu-lhes pão do céu (Ex 16:15), água da rocha (Ex 17:6) e impediu que suas vestes envelhecessem e que seus pés inchassem (Dt 8:4). Depois disso, trouxe Sua Igreja para uma terra que mana leite e mel e, enquanto ela permaneceu fiel, Ele a preservou naquela terra agradável e farta. Assim Ele lidou com a Igreja em sua menoridade; e assim também tem lidado com ela em sua idade madura sob o Evangelho, como a experiência de todas as eras pode testemunhar. Nem apenas a alimentou e cuidou com bênçãos temporais, mas também com todas as bênçãos espirituais necessárias: Sua palavra e sacramentos, Seu Espírito e as graças dele Ele deu a ela em todas as eras para esse propósito; sim, com Sua própria carne e sangue Ele a alimentou (Jo 6:55) e com Sua própria justiça Ele a vestiu (Is 61:10).

Aprendamos de quem recebemos todas as coisas necessárias, tanto espirituais quanto temporais, para a alma e para o corpo, para que, conseqüentemente, demos a Ele o louvor por tudo. E não sejamos como os ingratos israelitas, que não consideraram os meios de nutrição espiritual (Ez 20:11,12) e atribuíram os meios de seu sustento e cuidado temporal aos seus ídolos (Jr 44:17). Nesse aspecto, o profeta os torna piores do que o boi e o jumento, dois dos animais mais brutos que existem (Is 1:3). Oh, tenhamos cuidado para que o mesmo não nos seja reprovado. O Senhor não poupou, mas mui liberal e generosamente nos alimentou e cuidou nesta terra, tanto com bênçãos temporais quanto espirituais, de modo que Ele pode justamente dizer: "Que mais se podia fazer à minha vinha, que eu lhe não tenha feito?" (Is 5:4).

Aprendamos também a depender de Cristo para todas as coisas que nos faltam: não precisamos temer a penúria; embora não tenhamos aquela fartura que poderíamos desejar, teremos suficiência. Cristo não permitirá que Sua Igreja desfaleça por falta de comida, nem morra por falta de vestuário, seja temporal para o corpo ou espiritual para a alma. Aquele que pode e quer cumprir disse: "Não te deixarei, nem te desampararei" (Hb 13:5). Lázaro não foi desamparado; testemunhem os anjos que carregaram sua alma para o seio de Abraão (Lc 16:22). Se alguém da Igreja de Cristo perece por falta de meios externos, é porque Cristo, por esse meio, os elevará àquele lugar onde não terão necessidade de nada; de modo que Ele não os desampara.

70. Da união entre Cristo e os Santos

Efésios 5:30. Porque somos membros do seu corpo, da sua carne e dos seus ossos.

A razão do mencionado amor de Cristo e dos frutos deste para com Sua Igreja é aqui apresentada, como mostram tanto a partícula causal [Porque] quanto a inferência deste versículo sobre o anterior. Esta razão é aquela união íntima que existe entre Cristo e Sua Igreja, exposta por uma metáfora dos membros do nosso corpo. Com isso, ele implica que, embora não houvesse outra razão para mover um marido a amar sua esposa além da união íntima que há entre eles [sendo eles um só corpo (v. 23), uma só carne (v. 31), um só eu (v. 28)], isso seria o suficiente, pois somente por isso Cristo é movido a amar Sua Igreja.

O mistério da nossa união espiritual com Cristo é aqui apresentado, e isso de forma tão plena e distinta [embora muito sucinta] quanto em qualquer lugar da Escritura. Esforçar-me-ei para explicá-lo da maneira mais clara possível.

[Somos] O Apóstolo aqui muda tanto a pessoa quanto o número: pois antes ele falava da Igreja como de outrem, na terceira pessoa, e como de um só, no número singular; mas aqui ele fala da mesma na primeira pessoa, incluindo a si mesmo, e no número plural, incluindo todos os outros como ele [eleitos de Deus e Santos por vocação], por meio do que nos dá a entender o que ele quer dizer por Igreja, a saber, a companhia dos Santos, à qual, embora fosse um pregador do Evangelho, um pregador extraordinário, um Apóstolo, ele se associa e se junta; notando com isso que ele foi feito participante da mesma graça e salvo pelos mesmos meios que os outros. Bem poderia ele não considerar demais classificar-se neste privilégio, porque é o mais alto grau de honra que pode haver ser um membro do corpo de Cristo: muito mais do que ser um pregador, um profeta e Apóstolo, ou de qualquer outra vocação eminente.

A metáfora aqui usada [*membros do seu corpo*] expõe a união íntima que existe entre Cristo e os Santos. Muitas outras metáforas são usadas na Escritura para o mesmo propósito, como fundamento e edifício (1 Pe 2:4-6), videira e ramos (Jo 15:5), marido e mulher (2 Co 11:2), e outras semelhantes, as quais são todas muito adequadas, mas nenhuma mais própria e pertinente ao ponto do que esta de um corpo, a cabeça e os membros deste. Que união mais íntima pode haver do que entre a cabeça e os membros do mesmo corpo?

Se o Apóstolo tivesse parado aqui, poderíamos ter pensado que ele não queria dizer outra coisa senão o que dissera antes, onde chamou Cristo de cabeça e a Igreja de corpo (Ef 1:23; 4:16; 5:23); mas, ao acrescentar [*Da sua carne e dos seus ossos*], ele declara um mistério ainda maior.

No geral, há uma diferença entre esta frase [Do seu corpo] e estas [Da sua carne; e Dos seus ossos]; a primeira é uma nota do caso genitivo, as duas últimas são uma preposição: para fins de distinção, as duas últimas poderiam ter sido traduzidas como *a partir de sua carne, a partir de seus ossos*, ou *proveniente de sua carne, proveniente de seus ossos* [pois uma frase semelhante é traduzida antes como "De quem" (Ef 4:16)], mas visto que estas partículas "a partir de" ou "proveniente de" são ambíguas, a tradução anterior pode permanecer como a melhor, desde que se faça uma diferença no sentido, embora não haja nenhuma nas palavras.

A primeira [membros do seu corpo] declara a união em si. A segunda [da sua carne e dos seus ossos] declara o meio de realizar essa união. Esta última tem relação com o que Adão disse de Eva: "Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne" (Gn 2:23), o que é manifesto pelo próximo

versículo que o Apóstolo retira do mesmo lugar. Implica, então, que assim como Eva foi feita mulher a partir da carne e dos ossos de Adão, assim a Igreja é feita Igreja a partir da carne e dos ossos de Cristo.

Pergunta: A própria substância dos Santos, sua carne e ossos, foi tirada de Cristo, como a substância de Eva foi tirada de Adão?

Resposta: Não exatamente, se as palavras forem tomadas literalmente. Pois, nesse sentido, poder-se-ia dizer antes que Cristo é da nossa carne e dos nossos ossos, porque Ele assumiu a nossa natureza, e isso de uma filha de Adão; nesse aspecto, diz-se que Ele é da semente de Davi (2 Tm 2:8) e dos judeus, segundo a carne (Rm 9:5). Além disso, o Apóstolo diz expressamente que "Grande é este mistério" (v. 32). O mistério, portanto, deve ser investigado. Para este fim, Cristo deve ser considerado como um outro Adão [e assim o Espírito Santo o denomina "O último Adão", "O segundo homem" (1 Co 15:45,47)], isto é, um tronco, uma raiz que dá existência aos ramos que dele brotam.

Pergunta: Que existência é essa que recebemos de Cristo?

Resposta: Não a nossa existência natural [que temos dos pais da nossa carne], mas uma existência sobrenatural e espiritual, que a Escritura denomina novo nascimento (Tt 3:5), novo homem (Ef 4:24), nova criatura (2 Co 5:17). Esta existência espiritual não é em relação à substância de nossa alma ou corpo, ou de qualquer um dos poderes ou partes, faculdades ou membros deles [pois todos estes temos por descendência linear de Adão, e todos estes têm todos os tipos de homens, tanto os que não são da Igreja quanto os que são dela], mas em relação à integridade, bondade e qualidades divinas que neles existem, inclusive

aquela santidade e justiça com que a Igreja é dotada e adornada. Como somos homens naturais, somos de Adão; como somos homens espirituais, somos de Cristo.

Pergunta: Por que se faz menção de carne e ossos nesta existência espiritual?

Resposta:

1. Em alusão à criação de Eva, para que, comparando esta com aquela, esta pudesse ser melhor compreendida.
2. Em relação à Ceia do Senhor, onde a carne de Cristo nos é misticamente apresentada para ser alimento espiritual para nós. Para que, assim como antes ele mostrou o mistério de um sacramento, o batismo (v. 26); aqui ele pudesse mostrar o mistério do outro sacramento, a Ceia do Senhor.
3. Em relação à natureza humana de Cristo, por virtude da qual passamos a ser unidos a Cristo. Pois a natureza divina de Cristo é infinita, incompreensível, incomunicável, e não há qualquer proporção entre ela e nós, de modo que não poderíamos ser unidos a ela imediatamente. Mas Cristo, ao assumir Sua natureza humana na unidade de Sua natureza divina, fez-Se um conosco, e nós um com Ele: de modo que, por Sua participação em nossa mortalidade, somos feitos participantes de Sua imortalidade.

Pergunta: Somos então unidos apenas à Sua natureza humana?

Resposta: Não: somos unidos à Sua pessoa, Deus-Homem. Pois assim como a natureza divina, em si e por si mesma, é incomunicável; assim a natureza humana, considerada isoladamente, em si e por si mesma, é infrutífera. A Divindade é

a fonte de toda vida e graça: a carne para nada aproveita; mas aquela vida espiritual que original e primariamente flui da Divindade, como de uma fonte, é pela humanidade de Cristo, como por um duto, transmitida a nós.

Pergunta: Como podemos nós, que estamos na terra, ser unidos à Sua natureza humana, que está contida no mais alto céu?

Resposta: Sendo esta união sobrenatural e espiritual, não há necessidade de presença local para a sua realização. Aquele Espírito eterno que está em Cristo é transmitido a cada um dos Santos [como a alma de um homem o é a cada membro e parte de seu corpo], por virtude do qual todos são feitos um com Cristo e uns com os outros: por um só Espírito fomos todos batizados em um só corpo, o qual corpo é Cristo (1 Co 12:12,13).

Isto deve ser notado contra estes dois erros. O primeiro é este: "Somos unidos primeiro à natureza divina de Cristo, que está em toda parte, e por virtude disso à Sua natureza humana".

Resposta:

1. A Divindade [como mostramos] é imediatamente incomunicável: de modo que isto não pode ser.
2. Nossa união com Cristo é espiritual, não física ou natural, de modo que esta presença local não é necessária.

O segundo erro é este: "A natureza humana de Cristo possui todas as propriedades divinas nela, de modo que está presente em toda parte e, por essa razão, somos unidos a Cristo".

Resposta: Isto também é impossível e desnecessário. As propriedades de um corpo verdadeiro não podem possivelmente admitir as propriedades incomunicáveis da Divindade: isso

implicaria contradição direta, que é o finito ser infinito. Desnecessário também é isto, porque a união de que falamos é [como dissemos] espiritual.

Pergunta: Que tipo de união é esta união espiritual?

Resposta: Uma união verdadeira e real de nossa pessoa [corpos e almas] com a pessoa de Cristo [Deus e homem]. Pois assim como o Espírito Santo uniu no ventre da virgem as naturezas divina e humana de Cristo, e as tornou uma só pessoa, razão pela qual Cristo é da nossa carne e dos nossos ossos: assim o Espírito une aquela pessoa de Cristo com as nossas pessoas, razão pela qual somos da Sua carne e dos Seus ossos. Há uma grande diferença entre os tipos dessas uniões: pois a união das duas naturezas de Cristo é hipostática e essencial, elas formam uma só pessoa; mas a união da pessoa de Cristo com as nossas é espiritual e mística: elas formam um só corpo místico. Contudo, não há diferença na realidade e verdade dessas uniões: nossa união com Cristo não é nem um pouco menos real e verdadeira por ser mística e espiritual; aqueles que têm o mesmo espírito são tão verdadeiramente um quanto aquelas partes que têm a mesma alma. Os efeitos que procedem desta união mostram a verdade desta: pois aquele Espírito que santificou Cristo no ventre de Sua mãe santifica-nos também; aquele que O vivificou vivifica-nos; aquele que O ressuscitou da morte resfata-nos (Rm 8:11; Ef 2:6); aquele que O exaltou exalta-nos. As muitas semelhanças que a Escritura usa para expor esta união mostram a verdade desta; mas de forma mais vívida ela é exposta por aquela semelhança que Cristo faz entre ela e Sua união com Seu Pai. "Rogo [diz Ele de todos os Seus Santos] para que todos sejam um, como tu, ó Pai, o és em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós... para que sejam um, como nós somos

um" (Jo 17:21,22). Esta nota de comparação [como] não deve ser tomada quanto ao tipo, mas quanto à verdade dessas uniões; nossa união com Cristo é tão verdadeira quanto a união de Cristo com Seu Pai.

Tão verdadeira é esta união que não apenas o próprio Jesus, mas todos os Santos que são membros deste corpo, juntamente com Jesus, a cabeça deste, são chamados Cristo (1 Co 12:12; Gl 3:16). Isto deve ser notado contra o conceito daqueles que imaginam que esta união seja apenas na imaginação e pensamento; ou então apenas no consentimento de espírito, coração e vontade; ou, no máximo, na participação de graças espirituais.

Pergunta: Qual é o vínculo pelo qual esta união é feita, a saber, pelo qual Cristo e os Santos são feitos um?

Resposta: Há um vínculo duplo: um da parte de Cristo, o próprio Espírito de Cristo [pois nisto conhecemos que permanecemos nele, e ele em nós, porque nos deu do seu Espírito (1 Jo 4:13)]; outro da parte dos Santos, a própria fé [pois Cristo habita em nossos corações pela fé (Ef 3:17)]. O Espírito é transmitido a nós quando estamos mortos em pecados, totalmente carne, mas, estando em nós, ele gera este bendito instrumento da fé, pelo qual nos apegamos a Cristo e crescemos nele como o enxerto no tronco. Assim, Cristo apegando-Se a nós por Seu Espírito, e nós a Ele pela fé, passamos a ser incorporados nele e feitos um só corpo, como o enxerto e o tronco são uma só árvore.

Pergunta: Com que fim Cristo nos uniu assim tão verdadeira e intimamente a Si mesmo?

Resposta: Não para qualquer benefício para Si mesmo, mas meramente para a honra e o bem da Igreja. Por esta união, a

honra de Cristo é comunicada à Igreja, como a honra de um marido à sua esposa, e de uma cabeça ao corpo. Grande também é o benefício que a Igreja colhe por meio disso: pois, por este meio, Cristo torna-Se mais apto para fazer o bem à Igreja, como uma cabeça ao corpo, e a Igreja torna-Se mais capaz de receber o bem de Cristo, como um corpo da cabeça, estando unida a ela pela alma e por veias, tendões, nervos, artérias e outros ligamentos semelhantes.

Tendo assim, tão claramente quanto posso, por meio de perguntas e respostas, exposto este grande mistério, notarei adiante alguns daqueles excelentes privilégios que, por virtude dele, pertencem aos Santos, e também alguns dos principais deveres aos quais, em relação a ele, os Santos estão obrigados.

71. Dos privilégios pertencentes aos Santos ainda nesta vida em razão de sua união com Cristo.

Os privilégios dos Santos que surgem de sua união com Cristo dizem respeito a esta vida, ao momento da morte e à vida por vir. Nesta vida, estes:

1. Uma condição mui gloriosa, que é ser uma parte de Cristo, membro de Seu corpo. Toda a glória de Adão no Paraíso, ou dos Anjos no céu, não é comparável a esta. Nesse aspecto, diz-se que os Santos são coroados de glória e honra, e que têm todas as coisas debaixo de seus pés. Compare Salmos 8:4, 5 etc. com Hebreus 2:6, 7 etc. e verá que o Apóstolo aplica a Cristo o que o Profeta disse indefinidamente do homem. Ora, esses dois lugares não podem ser melhor reconciliados do que por esta união de Cristo e os Santos: pois, visto que ambos formam um só corpo, que é Cristo, o que se diz do corpo

pode ser aplicado à cabeça, e o que se diz da cabeça pode ser aplicado ao corpo: pois a mesma honra pertence a ambos. Nesse aspecto, a Igreja é mais honrosa do que o céu, os anjos e qualquer outra criatura.

2. A assistência dos bons Anjos, que são enviados para ministrar em favor daqueles que hão de herdar a salvação, porque esses herdeiros são do corpo de Cristo, que é o Senhor deles. Estes são aqueles cavalos e carros de fogo que estavam ao redor de Eliseu (Hb 1:14; 2 Rs 6:17): os quais estão também ao redor de cada um dos Santos de Deus em todas as suas angústias, embora não os vejamos mais do que o servo do homem de Deus os viu, até que o Senhor lhe abriu os olhos. Aquela incumbência que é dada aos Anjos sobre o Filho de Deus, para O guardarem em todos os Seus caminhos e O sustentarem em suas mãos para que não tropece com o Seu pé em alguma pedra (Salmos 91:11,12), tem relação com este corpo que é Cristo.
3. Uma honra de tornar o próprio Cristo perfeito: pois, assim como os diversos membros tornam um corpo natural perfeito, assim os diversos Santos tornam este corpo que é Cristo. Nesse aspecto, diz-se que a Igreja é a plenitude daquele que cumpre tudo em todos (Ef 1:23). Cristo preenche todas as coisas, e ainda assim a Igreja O torna pleno: o que deve ser entendido daquela condição voluntária à qual Cristo Se sujeitou, de ser a cabeça de um corpo: de modo que, sem as partes do corpo, Ele é imperfeito, como um corpo natural é mutilado e imperfeito se lhe falta o menor membro que seja. Como podemos agora pensar senão que Ele preservará e guardará em segurança todos os Seus Santos? Ele nos restaurará todas as partes do nosso corpo natural na

ressurreição geral, e perderá Ele qualquer das partes de Seu próprio corpo místico?

4. Uma espécie de posse do céu enquanto estamos na terra: pois aquilo de que a cabeça tem posse, o corpo e os diversos membros também têm posse. Nesse aspecto, diz-se: "ele nos ressuscitou juntamente com ele e nos fez assentar nos lugares celestiais" (Ef 2:6). E: "quem crê nele tem a vida eterna: passou da morte para a vida" (Jo 5:24). E: "quem tem o Filho, tem a vida" (1 Jo 5:12). Isto é algo mais do que esperança: e serve sobremaneira para fortalecer nossa esperança e nos dar a certeza daquela herança celestial.

Não conhecem o poder de Deus, nem a virtude desta união, aqueles que negam que os Santos tenham certeza da salvação. Pois [para seguir um pouco esta metáfora], suponha que um homem fosse lançado em um rio e sua cabeça fosse capaz de se levantar e se manter acima da água; não diríamos que esse homem está seguro o suficiente, ele está acima da água? Este é o caso deste corpo místico: sendo lançado no mar deste mundo, Cristo, a cabeça deste, levantou-Se e mantém-Se no alto, sim, no céu. Há agora algum medo, alguma possibilidade de afogamento deste corpo, ou de qualquer membro dele? Se algum fosse afogado, então ou Cristo teria de ser afogado, ou então aquele membro arrancado de Cristo; ambos os quais são impossíveis. Assim, então, por virtude desta união, vemos como da segurança de Cristo depende a nossa: se Ele está seguro, nós também estamos; se perecermos, Ele também perecerá.

Nesse aspecto, podeis estar seguros, ó carne e sangue: vós alcançastes o céu em Cristo; aqueles que negam o céu a vós, podem também negar que Cristo esteja no céu. Aprendei aqui

como conceber a ressurreição, ascensão e segurança de Cristo, sim, como a ressurreição, ascensão e segurança de uma cabeça, na qual e com a qual seu corpo e todos os seus membros são ressuscitados, exaltados e preservados.

1. Um tipo mui feliz de governo sob o qual os Santos estão: sim, tal como o que os membros de uma cabeça recebem. Uma cabeça governa o corpo não como um senhor cruel e tirano, rigorosa, desumanamente, de forma vil e escrava, mas com mansidão, doçura, com grande compaixão e empatia. Da mesma forma faz Cristo com Sua Igreja, ligando o que está quebrado, curando o que está mutilado, dirigindo o que vaga e vivificando o que está entorpecido; privilégio este que é tanto maior por ser próprio da Igreja. Embora Ele tenha um cetro de ouro de graça e favor para estender à Sua Igreja [como Assuero estendeu o seu a Ester (Et 5:7)], Ele tem também uma vara de ferro para quebrar os homens deste mundo e despedaçá-los como um vaso de oleiro (Sl 2:9). Embora Ele tenha ido preparar um lugar para os Seus Santos, para que onde Ele estiver eles estejam também (Jo 14:3), Ele fará de Seus inimigos o escabelo de Seus pés (Sl 110:1).
2. Uma garantia de suprimento suficiente de todas as coisas necessárias que faltam aos Santos, e de proteção segura contra todas as coisas prejudiciais. Pois, em razão desta união, Cristo, nossa cabeça, tem senso da nossa carência e da nossa dor. Com base nisso, Ele disse àqueles que alimentaram e visitaram Seus membros: "A mim o fizestes" (Mt 25:40) e, novamente, a Saulo que perseguia Seus membros: "Saulo, Saulo, por que me persegues?" (At 9:4).

Objeção: Como é, então, que os Santos carecem de muitas coisas e frequentemente sofrem muita dor e dano?

Resposta: Cristo em Sua sabedoria vê que é proveitoso que eles careçam e sintam dor [e disso devemos estar convencidos], ou então Ele não permitiria que carecessem ou sentissem o que sentem. Portanto, em toda necessidade, em cada angústia e perigo, levantemos nossa cabeça para esta nossa Cabeça.

1. Um direito a tudo o que Adão perdeu. Pois Cristo é o herdeiro de tudo (Hb 1:2) [do Senhor é a terra e a sua plenitude (Sl 24:1)], sim, como mediador e cabeça da Igreja, Ele é herdeiro de tudo: Seu corpo, portanto, tem direito a tudo. Com base nisso, o Apóstolo diz: "Todas as coisas são vossas" (1 Co 3:21). De modo que os Santos, e somente os Santos, podem com boa consciência usar as coisas deste mundo. Aqueles que não são deste corpo [qualquer que seja o direito e título que tenham perante os homens] não passam de usurpadores das coisas que desfrutaram e usam. São como falidos que, não valendo um centavo, pedem emprestado a outros enganosamente e, com isso, mantêm uma mesa farta, adornam e mobiliam suas casas mui suntuosamente, vestem a si mesmos, esposas e filhos com roupas luxuosas, são folgazões e dissolutos: qual será o fim de tais pessoas?
2. Um direito a mais do que Adão jamais teve: a saber, ao próprio Cristo, e a tudo o que a Ele pertence: como à pureza de Sua natureza, à perfeição de Sua obediência, ao mérito de Seu sangue, ao poder de Sua morte, à virtude de Sua ressurreição, à eficácia de Sua ascensão, tudo é nosso: assim como o entendimento, o engenho, o juízo, a visão, a audição e tudo o que está na cabeça

pertence ao corpo. Se a própria Igreja fosse, por si mesma, tão pura em natureza, tão perfeita em justiça, tão poderosa sobre a morte, o mal, a sepultura e o inferno, tão capaz de ressurgir da morte e de ascender ao céu quanto Cristo, ela não poderia receber maior benefício por isso do que recebe por eles na pessoa de Cristo: tão verdadeira e propriamente o próprio Cristo, e todas as coisas a Ele pertencentes, são da Igreja. O que mais se pode dizer? O que mais se pode desejar? Ó bendita união! Benditos os que nela têm parte!

Pergunta: Como é, então, que a Igreja é tão vil e miseravelmente respeitada no mundo?

Resposta: O mundo não nos conhece, porque não conheceu a Cristo (1 Jo 3:1). Não conhece a Cristo, a cabeça deste corpo; não conhece o corpo que é Cristo. Não permitamos que nós, que conhecemos tanto a cabeça quanto o corpo, a união íntima que há entre eles e os privilégios que daí decorrem, sejamos intimidados, nem pelos escárnios ou zombarias do mundo, nem pelas nossas próprias fraquezas externas, carências e calamidades. O que mais desejaria aquele que tem Cristo?

72. Do privilégio da nossa união com Cristo no momento da morte.

O privilégio que os Santos recebem por sua união com Cristo no momento da morte [mesmo todo aquele tempo que passa desde a partida dos Santos deste mundo até a ressurreição geral] é admirável: pois quando corpo e alma são separados um do outro, nem a alma nem o corpo são separados de Cristo, mas ambos permanecem unidos a Ele: assim como, quando o corpo e a alma de Cristo foram pela morte separados um do outro, nem Sua

alma nem Seu corpo foram separados da Divindade, mas ambos permaneceram unidos a ela. Este vínculo inviolável que mantém os Santos [sim, até mesmo seus próprios corpos, bem como suas almas] unidos a Cristo na morte é o benefício de uma união espiritual. Se nossa união com Cristo fosse corpórea, não poderia ser assim.

Objeção: É possível que o corpo que está morto permaneça unido a Cristo, visto que não recebe nenhuma virtude dele?

Resposta:

1. Se um membro de um corpo natural pode fazê-lo, por que não um membro do corpo místico? Que um membro de um corpo natural pode fazê-lo é evidente por aqueles que têm uma mão, braço, pé, perna ou qualquer outro membro atingido por uma paralisia total: eles são às vezes atingidos de tal modo que essas partes não recebem qualquer tipo de sensação, ou qualquer vigor ou vida da cabeça ou do coração; e, no entanto, permanecem membros verdadeiros daquele corpo.
2. Os próprios corpos mortos consumidos por vermes ou de outra forma recebem um grande benefício presente de sua união com Cristo: pois, por virtude desta, há uma substância preservada, e eles são guardados da destruição: nada é destruído nos Santos pela morte, exceto aquilo que, se não fosse destruído, os tornaria mui miseráveis, a saber, o pecado: este é total, completa e finalmente destruído neles, e todas as concomitâncias deste, que são todo tipo de enfermidades; mas o apodrecer do corpo é apenas como o apodrecer do grão na terra, para que possa ressurgir um corpo mais glorioso (1 Co 15:36). A metáfora do sono, atribuída aos Santos

quando morrem (1 Ts 4:13), mostra que seus corpos não são totalmente destruídos.

Objecção: Os corpos de todos os homens, mesmo daqueles que não são desta união, são preservados da destruição total. Isto, portanto, não é um benefício da nossa união com Cristo.

Resposta: Embora na coisa geral em si, que é a preservação da substância do corpo, a mesma coisa suceda aos Santos e aos ímpios, contudo o meio pelo qual ambos são preservados e o fim pelo qual são preservados é mui diferente.

1. Os Santos são preservados por uma influência secreta procedente de Cristo, como uma cabeça: nesse aspecto, diz-se que dormem em Jesus e que estão mortos em Cristo (1 Ts 4:14,16). Mas os ímpios são reservados por um poder onipotente de Cristo, como um Senhor terrível e Juiz severo.
2. Os corpos dos Santos são preservados para desfrutar da glória eterna juntamente com suas almas; mas os corpos dos ímpios são reservados para serem atormentados no inferno.

Em relação a estas diferenças, a sepultura é como um leito para os Santos (Is 57:2), para que nela durmam tranquilamente livres de toda perturbação até o dia da ressurreição; mas é uma prisão para os ímpios para mantê-los presos até o grande Dia do Juízo, para que no dia do juízo final sejam levados a comparecer perante o tribunal de Deus e ali recebam a sentença de condenação.

73. Do privilégio da nossa união com Cristo após a morte.

O privilégio que os Santos, por virtude de sua união com Cristo, recebem após a morte, supera em muito tudo o que veio antes. Pode ser dividido em dois pontos:

1. Sua ressurreição.
2. Sua glória no céu.

O que foi dito antes sobre a diferença entre a preservação dos corpos dos Santos e dos ímpios na morte pode ser aplicado à diferença de sua ressurreição. A ressurreição simplesmente em si mesma não é o privilégio dos Santos, mas a ressurreição da vida; aos ímpios pertence a ressurreição da condenação (Jo 5:29). O benefício da ressurreição surge da glória que se segue a ela no céu. Essa glória o Apóstolo expôs excelentemente antes (v. 27 - Seções 49 e 50).

74. Dos deveres que são exigidos dos Santos por virtude de sua união com Cristo.

O mistério da nossa união com Cristo, assim como é uma questão de grande conforto e encorajamento [que surge dos mencionados privilégios], também é uma questão de direção e instigação para nós para a realização de diversos deveres, dos quais aqueles que desejam a certeza dos mencionados privilégios, e conforto por meio deles, devem ser cuidadosos e zelosos. Alguns dos deveres mais principais são estes:

1. Confiança em Cristo (Hb 3:6). Sendo Cristo nossa cabeça, tão poderosa, tão sábia, tão terna, em todos os sentidos uma cabeça tão suficiente como Ele é, nós O desonraríamos grandemente se não nos repousássemos total e somente sobre Ele para cada coisa boa e contra cada mal.

2. Sujeição correspondente à Sua maneira de nos governar (Mt 6:10). O mundo está sujeito a Cristo por força, como Ele é um Senhor absoluto e Onipotente; mas, governando-nos Ele como uma cabeça, devemos estar sujeitos a Ele como membros, voluntária e prontamente. Que membro se levantará e se rebelará contra a cabeça? Sim, que membro não está tão pronto a obedecer quanto a cabeça a comandar?
3. Uma purificação de nós mesmos de toda imundícia da carne e do espírito (2 Co 7:1; 1 Co 6:15). Defilaremos os membros de Cristo? Os pecados dos Santos são, nesse aspecto, mais hediondos porque aquele corpo, sim, Cristo, do qual são membros, é defilado por eles. Portanto, em relação a Cristo, a cabeça, aos outros Santos, seus companheiros membros, e a si mesmos, devem todos os que professam ser deste corpo vigiar sobre si mesmos e purificar-se de toda imundícia. Caso contrário, dão justa ocasião para se pensar que não são membros deste corpo. Se uma pata de leão ou de urso fosse estendida e dita ser o membro de um homem, alguém acreditaria? Podemos então pensar que mundanos, bêbados, profanos, dissolutos, pessoas impuras e tais membros do diabo são membros de Cristo?
4. Uma conformidade com a imagem de Cristo em verdadeira santidade e justiça (Ef 4:24). Não é, portanto, suficiente para os membros de Cristo absterem-se de se poluírem, pois foram criados em Cristo Jesus para as boas obras (Ef 2:10). "Quem está em mim [diz Cristo], e eu nele, esse dá muito fruto" (Jo 15:5).
5. Afetos celestiais. "Se já ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas que são de cima, onde Cristo está assentado à

destra de Deus. Pensai nas coisas que são de cima, e não nas que são da terra" (Cl 3 :1,2). Onde está nossa cabeça, ali também deve estar nosso coração. Afetos terrenos não vêm daquela cabeça que está no céu, nem daquele Espírito que dele procede. "Os que são segundo o espírito inclinam-se para as coisas do espírito" (Rm 8:5).

6. Coragem contra a morte: visto que na morte somos de Cristo, que causa temos para temer a morte? "Não temais os que matam o corpo e, depois disso, nada mais podem fazer" (Lc 12:4). Os antigos heróis não aceitaram o livramento, para que pudessem obter uma melhor ressurreição (Hb 11:35).

Até aqui, tratamos da união em si. Os meios para realizá-la permanecem para serem tratados.

75. Da regeneração daqueles que são membros de Cristo.

Efésios 5:30. De sua carne e de seus ossos.

Esta cláusula declara os meios pelos quais passamos a ser membros de Cristo, a saber, ao recebermos um novo ser de Cristo, que consiste em ser, não da carne e dos ossos de Adão, mas da carne e dos ossos de Cristo, o que, sendo tomado espiritualmente, como foi exposto anteriormente (veja a Seção 70), mostra que

Aqueles que são membros verdadeiros do corpo de Cristo são verdadeiramente regenerados. Se alguém está em Cristo, é uma nova criatura: estas palavras são assim apresentadas pelo Apóstolo para servirem tanto como uma demonstração quanto como uma exortação [ele é, ou que ele seja uma nova criatura; nenhum dos dois está expresso, mas um ou ambos podem ser entendidos]. Todos quantos fostes batizados

em Cristo [isto é, feitos membros deste corpo] vos revestistes de Cristo (Gl 3:27) [isto é, nascestes de novo]; a primeira parte nota nossa incorporação em Cristo, a segunda nossa regeneração.

Este segundo homem e último Adão, Cristo Jesus, é um espírito vivificante (1 Co 15:45): ele difunde vida e graça em todos os seus membros; se o seu Espírito estiver em nós, ele vivificará nossos corpos mortais (Rm 8:11). Se a cabeça de nossos corpos naturais transmite sensibilidade a todos os nossos membros; se a raiz de uma árvore difunde seiva a todos os ramos; não dará Cristo muito mais vida a todos os seus membros?

Isto, então, é uma questão de prova, pela qual podemos testar se de fato somos deste corpo ou não, e assim temos um direito real aos privilégios mencionados. Muitos se vangloriam desta honra de serem membros do corpo de Cristo e, no entanto, não são de sua carne nem de seus ossos: eles não têm outro ser senão aquele que receberam de seus pais. Esses vãos professores são como pernas ou braços de madeira em um homem, que podem ser cobertos com meias e mangas por um tempo, mas não serão ressuscitados na ressurreição com as outras partes do corpo do homem; da mesma forma, esses professores não serão ressuscitados para a glória com Cristo, embora possam estar cobertos com as meias e mangas da profissão de fé e, assim, parecerem ser membros.

76. De Cristo, o autor de nossa regeneração.

Esta partícula relativa [Seu] repetida duas vezes [de Sua carne e de seus ossos] mostra que A regeneração é de Cristo. O Filho vivifica a quem quer (Jo 5:21).

Objeção. Este trabalho é atribuído na Escritura ao Pai (1 Pe 1:3), ao Espírito (Jo 3:5), à Palavra (Tg 1:18) e aos Ministros da palavra (1 Co 4:15).

Resposta. Cristo pode muito bem coexistir com todos estes. As três pessoas na Trindade são todas uma: uma em natureza e essência; uma em vontade e consentimento; uma em virtude e poder; o que um faz, o outro também faz. No entanto, porque há uma diferença em sua maneira de trabalhar, este trabalho [como outros trabalhos] é distintamente atribuído a cada um deles.

O Pai é [por assim dizer] o iniciador deste trabalho. Foi sua vontade que seu Filho fosse a cabeça de um corpo, e que houvesse membros feitos aptos para aquela cabeça, e que tivessem um novo ser [segundo a sua própria vontade ele nos gerou (Tg 1:18)]; para este fim, ele enviou seu Filho ao mundo para se fazer carne. O Filho executou a vontade de seu Pai: ele tomou a carne sobre si, para que pudéssemos ser de sua carne. Assim diz Cristo de si mesmo: Eu descí do céu, não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou; e a vontade do Pai que me enviou é esta: que nenhum de todos aqueles que ele me deu se perca, mas que o ressuscite no último dia (Jo 6:38,39). O Espírito aplica a nós a virtude e a eficácia da carne de Cristo e, assim, termina este trabalho abençoado. O espírito é o que vivifica, a carne para nada aproveita (Jo 6:63); a saber, por si mesma sem o Espírito.

Assim vemos que a aplicação deste trabalho de regeneração a Cristo não exclui o trabalho do Pai ou do Espírito Santo nele, mas exclui o trabalho do homem; de modo que não é de nós mesmos, nem de nossos pais, nem de qualquer outro homem: pois não nascemos do sangue, nem da vontade da carne,

nem da vontade do homem, mas de Deus (Jo 1:13); em razão do que nosso novo nascimento é dito ser de cima (Jo 3:3).

Objeção. Como é então atribuído à palavra e ao ministério do homem?

Resposta. Como instrumentos que o Senhor se agrada em usar: Da palavra é dito: Deus nos gerou pela palavra (Tg 1:18); de si mesmo como Ministro, assim diz o Apóstolo: Em Cristo Jesus eu vos gerei (1 Co 4:15); de modo que Deus e Cristo estão unidos a esses instrumentos, ou então eles não seriam de modo algum poderosos e eficazes para tão grande obra: pois nem o que planta é alguma coisa, nem o que rega, mas Deus, que dá o crescimento (1 Co 3:7).

A obra da regeneração é uma nova criação, uma obra divina, acima do esforço humano. Deve, portanto, ser realizada pelo Senhor, ou não poderá ser realizada de modo algum. Isto deve ser notado tanto por aqueles que ainda não têm a certeza desta obra abençoada realizada neles, quanto por aqueles que têm essa certeza. Os primeiros podem aqui aprender a quem recorrer para isso: a saber, àquele que desceu do céu para esse propósito e que diz: O que vem a mim de maneira nenhuma o lançarei fora (Jo 6:37). Em todos os meios que usamos, olhemos para ele e busquemos dele a bênção. Os últimos devem, como o décimo leproso, voltar para Cristo e glorificar a Deus (Lc 17:16). Quaisquer que tenham sido os meios, ou quem quer que tenha sido o Ministro, o louvor e a glória de tudo devem ser dados a ele.

77. De Cristo, a matéria de nossa regeneração.

A preposição [De] colocada duas vezes [De sua carne e de seus ossos], sendo uma nota própria da causa material, mostra que

Cristo não é apenas o autor, mas também a matéria de nosso novo nascimento. O novo ser espiritual que os Santos possuem provém dele. Dele todo o corpo, recebendo nutrição, cresce com o crescimento de Deus (Cl 2:19). Nesse aspecto, diz-se que somos abençoados com todas as bênçãos espirituais em Cristo (Ef 1:3). A metáfora de uma videira (Jo 15:5), que Cristo toma para si, também prova o mesmo; assim como estas frases: Minha carne verdadeiramente é comida, meu sangue verdadeiramente é bebida (Jo 6:55).

Cristo passa a ser isso por sua encarnação. Deus em si mesmo é como uma fonte sem fundo e fechada: dele imediatamente nada podemos receber. Mas Cristo feito carne é uma fonte aberta (Zc 13:1): Nele habita toda a plenitude (Cl 1:19). E todos nós recebemos da sua plenitude, e graça sobre graça (Jo 1:16).

Contemplai aqui o benefício da encarnação de Cristo: por ele ter tomado parte de nossa carne mortal, somos feitos participantes de sua carne espiritual, a saber, daquela vida espiritual e graça que provém dele, que se fez carne para transmitir as mesmas a nós. Para fortalecer ainda mais firmemente nossa fé nisso, o Senhor instituiu a santa comunhão de seu corpo e sangue. Com que consciência, reverência e confiança deve este abençoado sacramento ser celebrado?

Por esta doutrina podemos aprender ainda como buscar cada coisa das mãos de Deus que desejamos obter (Jo 16:23), e como oferecer aquele sacrifício de louvor a Deus (Hb 13:15, Cl 3 :17) que desejamos que seja aceito; a saber, em e por meio de Jesus Cristo, por quem somente temos toda a comunhão que temos com Deus. Bem, portanto, a Igreja conclui todas as suas

formas de orações e louvores com esta, ou uma cláusula semelhante: por Jesus Cristo, nosso Senhor.

78. Da excelência da regeneração.

A matéria particular de nossa regeneração [a carne e os ossos de Cristo] aqui expressa, mostra que A regeneração é uma obra excelentíssima. A excelência disso aparecerá melhor se a compararmos com a grande e gloriosa obra de nossa criação e mostrarmos o quanto ela a supera; nisto me mantereí fiel a esta metáfora e tocarei apenas nas diferenças que ela nos aponta.

1. Em nossa criação, Cristo foi apenas um trabalhador; mas ele é a própria matéria de nossa regeneração: somos de sua carne.
2. A relação que então havia entre Cristo e o homem era Criador e Criatura, mas aqui é Cabeça e Corpo. Somos membros de seu corpo. O vínculo agora é muito mais próximo.
3. O ser que então tínhamos era de Adão; mas o ser que agora temos é de Cristo, De Sua carne.
4. Aquele ser era apenas natural. Este é espiritual: pois o que é nascido do espírito é espírito (Jo 3:6).
5. Então nosso ser era diferente do de Cristo; mas agora é o mesmo que o de Cristo, De sua carne.
6. Então o homem poderia cair totalmente daquele estado em que foi criado [como caiu] e, no entanto, Cristo permanecer como era. Agora não pode ser assim. Pois se algum dos Santos agora cair, ou Cristo deve cair com eles, ou eles devem ser arrancados de Cristo, e assim Cristo permaneceria um corpo mutilado.

Contemplai as riquezas da misericórdia de Deus. Alguém poderia pensar que seria suficiente, e mais do que o homem jamais poderia ter sido grato o bastante, que Deus a princípio criasse o homem à sua própria imagem em um estado mui feliz. Do qual, quando caímos consciente e deliberadamente, Deus poderia justamente ter nos deixado, como fez com os anjos maus. Mas ele não apenas nos restaurou novamente àquele estado anterior, mas nos elevou a um estado muito mais excelente e glorioso; no qual sua bondade parece ser como sua grandeza: infinita, incompreensível. Quem pode descrevê-la suficientemente? Pois, como o céu é alto acima da terra, assim é grande a sua misericórdia para com os que o temem (Sl 103:11).

79. Da antiga lei do matrimônio.

Efésios 5:31. Por esta causa deixará o homem seu pai e sua mãe, e se unirá a sua mulher; e serão os dois uma só carne.

Os mesmos pontos que foram anteriormente estabelecidos, concernentes à união íntima entre marido e mulher, e entre Cristo e a Igreja, são aqui confirmados pela antiga lei do matrimônio; a qual o Apóstolo menciona preferencialmente porque ela segue aquele texto ao qual ele aludiu no versículo anterior. Pois quando Moisés alegou estas palavras de Adão concernentes a Eva: Esta é osso dos meus ossos, e carne da minha carne, ele acrescenta esta Lei: Portanto deixará o homem o seu pai (Gn 2:23,24), etc. Neste lugar, estas palavras têm tanto um sentido literal quanto um místico. Um literal, de marido e mulher. Um místico, de Cristo e a Igreja. O objetivo principal que o Apóstolo visa é mostrar quão intimamente marido e mulher estão ligados; para que, por meio disso, sejam movidos a realizar aqueles deveres mútuos e

distintos que devem um ao outro. Mas porque ele propôs aos maridos e esposas os exemplos de Cristo e da Igreja como padrões e motivos para cumprirem seu dever, ele aplica aquilo que foi dito primeiro de marido e mulher a Cristo e sua Igreja, para mostrar que, havendo uma semelhança tão adequada entre esses dois casais, o padrão proposto é o mais pertinente ao propósito, e a razão reforçada a partir dali a mais forte. Porque a abertura do sentido literal dará grande luz ao mistério, tratarei primeiro este texto de acordo com o significado da letra.

A primeira cláusula [por esta causa] implica uma conexão necessária com o que veio antes. A união íntima de marido e mulher, bem como de Cristo e sua Igreja, foi notada anteriormente. A esposa foi dita ser como o corpo do homem (v. 28), sim, como ele mesmo. Adão chamou-a de sua carne e ossos (Gn 2:23). Diante disso, tanto Moisés quanto Paulo inferem: Portanto, ou, Por esta causa deixará o homem o pai. Porque marido e mulher são tão próximos pela instituição de Deus, eles devem também ser mui caros um ao outro em seu afeto mútuo.

O homem [significando um marido] é aqui mencionado em particular, porque na primeira elaboração desta Lei a mulher foi trazida a ele para ver se ele gostaria dela; e tendo ele colocado seu afeto nela, deveria ser obrigado por isto a continuar esse bom agrado para com ela; como também por causa da preeminência que o homem tem sobre sua mulher. No entanto, não apenas o homem está vinculado por isto, mas também a mulher: a natureza e a regra da relação exigem o mesmo: se um homem deve inseparavelmente apegar-se à sua mulher, a mulher deve correspondentemente apegar-se ao seu marido.

Estas palavras [deixará pai e mãe] não devem ser tomadas de modo geral para todos os deveres, como se nenhum

dever devesse ser realizado aos pais pelos filhos depois de casados; nem de modo simples, como se de fato os pais devessem ser totalmente abandonados; mas elas significam:

1. Aquele serviço diário que os filhos sob o governo de seus pais realizam para eles, buscando agradá-los em todas as coisas. Quando os filhos se casam, então sua atenção diária deve ser voltada para suas esposas ou maridos, cuidando de como agradá-los (1 Co 7:33,34).
2. A fundação de uma nova família: para cujo fim a casa de seus pais deve ser deixada, e o marido e a mulher devem habitar um com o outro.
3. A diferença a ser colocada entre os pais e a esposa ou marido. De modo que, se por qualquer ocasião inevitável acontecesse de um homem ter de deixar seu pai ou sua esposa [como no caso de ambos, pai e esposa, estarem prestes a falecer, e em lugares tão remotos que o marido não pudesse possivelmente estar com ambos, embora ambos desejassem instantaneamente sua companhia], por esta Lei ele deve deixar seu pai e apegar-se à sua esposa.

Por meio disso, então, o vínculo do matrimônio é declarado como o vínculo mais inviolável que pode existir. Pois todos os homens sabem que o vínculo entre pai e filho é um vínculo firme e inviolável; mas o vínculo entre marido e mulher é mais firme e inviolável.

Para expor a firmeza do vínculo matrimonial, ele acrescenta esta frase enfática: se unirá [ou, como a palavra propriamente significa, segundo sua notação natural, será colado] à sua mulher. Coisas bem coladas umas às outras são tão firmes, seguras e próximas como se fossem uma peça inteira.

Sim, observamos por experiência que uma tábua muitas vezes se rachará na madeira inteira antes de se separar onde está colada; de modo que um marido deve ser tão firme para com sua mulher quanto para consigo mesmo; e ela para com ele.

Isto concorda perfeitamente com o que se segue [serão os dois uma só carne]. O significado é: eles que eram dois antes do casamento, pelo vínculo do matrimônio são trazidos a uma só carne, para serem como uma só carne; tão intimamente unidos quanto as partes do mesmo corpo e da mesma carne. Esta unidade não é em relação à cópula carnal [pois, se estão casados, são uma só carne, embora nunca se conheçam sexualmente], nem em relação à procriação, porque um filho provém de ambos [pois, embora nunca tenham um filho, ainda assim são uma só carne], mas em relação à instituição de Deus, que estabeleceu como Lei, e como uma outra natureza, que marido e mulher fossem tão próximos um do outro. O consentimento deles no casamento [por virtude da instituição de Deus] faz com que sejam uma só carne.

Bem nota o nosso idioma a ênfase do original nesta partícula Dois [os dois], que mostra que o vínculo do matrimônio une apenas dois: um homem e uma mulher, e nada mais. Esta Lei expõe a união entre marido e mulher. Nela, três coisas são notadas concernentes ao estado do matrimônio:

1. A preeminência dele [o homem deixará pai e mãe].
2. A firmeza dele [e se unirá à sua mulher].
3. A proximidade dele [serão os dois uma só carne].

80. De preferir o marido ou a esposa aos pais.

O primeiro ponto mostra que: Uma esposa ou um marido deve ser preferido aos pais. Os exemplos de Lia e Raquel (Gn 31:14), sim, e de Mical (1 Sm 19:11), são louváveis nesse aspecto.

O vínculo do matrimônio é mais antigo, mais firme, mais próximo. Houve marido e mulher antes de haver pai e filho; e há um tempo em que pais e filhos podem se separar um do outro, e isso enquanto ambos vivem; mas não há tempo em que marido e mulher possam se separar até que a morte os separe. E os filhos, embora venham da carne de seus pais, são feitos dois [de modo que de um se fazem dois]; mas maridos e esposas, embora fossem dois antes, são feitos um [de modo que de dois se faz um].

Que mal fazem, então, tais pais aos seus filhos quando os mantêm, mesmo depois de casados, sob tão estreita sujeição que eles não podem realizar livremente o dever que devem ao seu marido ou à sua esposa? Isto é mais do que a autoridade de um pai alcança. No entanto, muitos pensam que seus filhos lhes devem tanto serviço depois de casados quanto antes; o que é diretamente contra esta Lei.

Maior é o mal, e mais pecaminosa é a prática daqueles que mantêm seus filhos longe de seus maridos ou de suas esposas. O casamento [dizem eles] resultou muito pior do que esperávamos. Mas isto deveria ter sido observado com mais cuidado de antemão. Depois do casamento, é tarde demais para buscar tal reparação.

Por outro lado, há muitos filhos que respeitam tanto seus pais que negligenciam seu marido ou sua esposa. Alguns maridos dão tudo o que podem aos seus pais e mantêm suas esposas mui desprovidas, permitindo que lhes falem coisas

necessárias; não se importando em como as afligem e entristecem, contanto que agradem aos seus pais. Algumas esposas também furtam secretamente de seus maridos para dar aos seus pais.

Outros nunca conseguem ficar fora da casa de seus pais, mas, sempre que podem, vão para lá. Os antigos romanos, para mostrar quão impróprio isto era, tinham o costume de cobrir o rosto da noiva com um véu amarelo e, assim que ela saía da casa de seu pai, giravam-na várias vezes e assim a levavam para a casa de seu marido, para que ela não soubesse o caminho de volta para a casa de seu pai. Todos esses pretextos de amor aos pais são mais preteritórios do que piedosos; e o afeto natural exerce mais domínio em tais pessoas do que a verdadeira religião. O pretexto de piedade aos pais não é justificativa justa para a injúria que fazem ao marido ou à esposa.

81. Da firmeza do vínculo matrimonial.

O segundo ponto concernente à firmeza do nó matrimonial nestas palavras [se unirá à sua mulher] oferece duas doutrinas:

1. Marido e mulher devem associar-se por meio da coabitação contínua: para este fim, eles deixam a família de seus pais e fundam uma nova família (veja Tratado 2, Parte 2, Seção 14).
2. Marido e mulher são unidos por um vínculo inviolável. Ele nunca deve ser cortado até que a morte o corte. Corpo e alma devem ser separados um do outro antes de marido e mulher (veja Tratado 2, Parte 2, Seção 2).

Sede cuidadosos, portanto, em preservar este nó indissolúvel; e vivei juntos de tal modo que possais viver com conforto, porque não podeis vos separar.

82. De apenas dois serem unidos em matrimônio.

O terceiro ponto concernente à proximidade de marido e mulher, nestas palavras [serão os dois uma só carne], oferece outras duas doutrinas: O matrimônio só pode ser entre dois, um homem e uma mulher: pois é impossível que mais de dois sejam tão íntima e firmemente unidos como marido e mulher o são. Quase todas as palavras nesta Lei provam esta doutrina. Pois ela diz um homem, não homens; a uma mulher, não a mulheres; à sua mulher, não à mulher de outro; dois, não mais de dois; os dois, não quaisquer dois; uma só carne, não muitas carnes.

Objeção. Esta partícula [dois] não está na Lei conforme Moisés a registrou (Gn 2:24).

Resposta. Ela está ali necessariamente implícita, pois naquele tempo havia apenas dois no mundo: Deus, falando deles, refere-se apenas a dois. O mesmo Espírito que guiou Moisés guiou também os Evangelistas (Mt 19:5) e os Apóstolos (1 Co 6:16); de modo que, pela inserção desta partícula [dois], é certo que ela foi pretendida por Moisés; como a partícula [só] que Cristo coloca neste texto: só a ele servirás (Dt 6:13; Mt 4:10).

Pergunta. Por que Deus a princípio fez apenas um homem e uma mulher?

Resposta. O profeta responde: para que buscasse uma semente piedosa (Ml 2:15).

Se, portanto, houver mais de dois, é uma semente adúltera que procede dali.

83. Da poligamia e da bigamia.

Podem a poligamia [ter muitas esposas] ou a bigamia [ter duas esposas ao mesmo tempo] ter qualquer boa garantia contra uma Lei tão expressa? Não são ambas contra a primeira instituição do matrimônio, de modo que podemos dizer: desde o princípio não foi assim (Mt 19:8)? Sim, e também contra outras leis particulares (Dt 17:17; Lv 18:18)? Lameque, um da estirpe maldita de Caim, foi o primeiro de quem lemos ter presumido contra aquela antiga lei (Gn 4:19).

Objeção. Depois, muitos Patriarcas e outros Santos tomaram essa liberdade para si mesmos.

Resposta. Foi o pecado deles, e uma grande mancha neles. O erro comum do tempo e o desejo insaciável de crescimento fizeram-nos cair nisso. Muitos inconvenientes seguiram-se dali; nem se pode pensar senão que muito mal deve necessariamente seguir-se de ter mais esposas do que uma: pois, enquanto Deus a princípio fez a esposa para ser uma ajudadora para o homem (Gn 2:18), duas ou mais esposas não podem senão ser uma grande dor e vexação para ele em razão daquela emulação que há entre elas (Gn 16:5). Por meio de Agar, Sara foi instigada contra Abraão, e Abraão entristeceu-se com as palavras de Sara (Gn 21:11). Embora Lia e Raquel fossem irmãs, grandes foram suas emulações; o mesmo é notado de Penina e muitas outras.

Considerando a hediondez deste pecado, nossas leis justamente tornaram crime um homem ter mais esposas do que uma, ou uma mulher mais maridos.

84. Da íntima conjunção entre marido e mulher.

1. Os mais próximos de todos os outros são marido e mulher um para o outro. Cada cláusula na Lei mencionada prova o mesmo.

2. Os pais devem ser deixados pela esposa: quem mais próximo do que pai e filho? Se marido e mulher são mais próximos do que os mais próximos, então eles são os mais próximos de todos.
3. O homem é colado à sua mulher. Esta metáfora expõe a proximidade de uma coisa tanto quanto a firmeza dela: pois coisas coladas são como uma coisa inteira.
4. Marido e mulher são uma só carne: muitos de um são feitos dois, mas nenhuns dois são tão íntima e verdadeiramente feitos um como marido e mulher.

Conforme Deus limitou uma propinquidade e unidade das coisas, assim devem elas ser consideradas; mas Deus assim intimamente uniu marido e mulher, e os fez uma só carne. Aqueles que Deus uniu, diz Cristo sobre marido e mulher (Mt 19:6); em razão do que a conjunção matrimonial é chamada de aliança de Deus (Pv 2:17); de modo que esta aliança não pode ser liberada por ninguém, nem mesmo pelo consentimento mútuo de marido e mulher [O que Deus uniu, não o separe o homem]; no entanto, muitas outras alianças feitas entre parte e parte podem ser liberadas e anuladas pelo consentimento mútuo de ambas as partes.

1. Isto mostra que as transgressões de marido e mulher um contra o outro são de todas as mais hediondas, mais do que as de amigo, companheiro, irmão, filho, pai ou qualquer outro. Quem não clamaria contra aquele filho que odeia seu pai, ou contra aquele pai que odeia seu filho? Os pagãos e selvagens não os considerariam dignos da sociedade humana. O que, então, se pode pensar do homem que odeia sua mulher, ou da mulher que odeia seu marido? Aplicai isto a todas as outras

transgressões; e observai bem como o Senhor é testemunha disso (Mt 2:14).

2. Isto também mostra quão monstruoso é semear quaisquer sementes de discórdia e debate entre marido e mulher. Instrumentos do diabo eles são nisso, e um espírito diabólico está neles. Pois Satanás mais trabalha para desatar aqueles nós que o Senhor une mais firmemente. Filhos de diferentes ventres e diferentes amigos de cada parte são muito culpados nisso. Malditos sejam todos eles diante do Senhor (1 Sm 16:19).
3. Esta íntima conjunção entre marido e mulher é um grande motivo para estimular a ambos a realizarem alegremente todos os deveres que Deus exige de cada um deles. Pois, por meio disso, eles cumprem o dever e mostram bondade à sua própria carne. Nenhum homem pode esconder-se de sua própria carne em sentido amplo; isto é, nenhum homem pode negligenciar qualquer dever de misericórdia ou justiça para com seu próximo, que é da mesma estirpe que ele; negligenciará, então, um marido ou uma esposa um ao outro, que, no aspecto mais íntimo que possivelmente pode existir, são uma só carne? Não porque venham de uma só carne, mas porque se tornam uma só carne.

Até aqui, tratamos do sentido literal deste versículo. O místico segue-se.

85. Da conjunção matrimonial entre Cristo e a Igreja.

A antiga lei do matrimônio mencionada anteriormente é aqui aplicada misticamente a Cristo e à Igreja, como é evidente pelo versículo seguinte, onde o Apóstolo, fazendo referência a este versículo, diz: Grande é este mistério. Há, então, um mistério

contido nele. Mas de quê, ou de quem é esse mistério? O próprio Apóstolo responde nestas palavras: Eu falo a respeito de Cristo e da Igreja.

O mistério em geral é este: Cristo e a Igreja são um para o outro marido e mulher. Os detalhes deste mistério são estes: a conjunção matrimonial entre Cristo e a Igreja é uma conjunção mui preeminente, firme e íntima.

Primeiro, sobre o geral.

Os muitos títulos de sponsais e matrimoniais que na Escritura são dados a Cristo e à Igreja em relação mútua um ao outro, evidentemente mostram que eles estão unidos pelo vínculo honroso, inseparável e inviolável do matrimônio: Ele é chamado de noivo, ela de noiva (Jo 3:29); ele de bem-amado, ela de amada (Ct 1:13,15); ele de marido, ela de esposa (2 Co 11:2); ele de cabeça, ela de corpo (Ef 5:23); ambos uma só carne.

1. Todas as coisas necessárias para unir marido e mulher concorrem perfeitamente entre Cristo e a Igreja.
2. Eles são pessoas aptas para serem unidas. Embora Cristo seja Deus, contudo para este fim ele se tornou homem (Jo 17:19); e embora a Igreja fosse impura, contudo para este fim ela é purificada e santificada.
3. Eles têm o consentimento de seus pais: pois Deus é o pai comum de ambos (Jo 20:17). E Deus deu Cristo à Igreja (Rm 8:32), e a Igreja a Cristo (Jo 6:39).
4. Eles deram seu consentimento mútuo um ao outro (Ct 2:16).
5. Ele nutre um afeto de marido por ela, e ela está disposta a render uma sujeição de esposa a ele (Ef 5:23,24).

6. Ele deu a ela muitos favores e dons como penhores de seu amor (Ef 4:8); e ela, em testemunho de sua fidelidade, foi sob a Lei circuncidada e é sob o Evangelho batizada; e vincula-se com todos os sagrados vínculos e alianças que Deus para esse propósito santificou.
7. Ele preparou lugares de habitação para ambos juntos (Jo 14:3), e ela deseja ardentemente estar com ele (Ap 22:17,20).

Contemplai outra evidência do admirável amor de Cristo pela Igreja e da íntima união entre Cristo e ela. A anterior era que ela era o seu corpo. Esta, que ela é a sua esposa; bem poderia a Igreja dizer como Abigail disse: Eis que a tua serva será uma serva para lavar os pés dos servos de meu Senhor (1 Sm 25:41); e como o filho pródigo: faze-me como um de teus trabalhadores contratados (Lc 15:19); ou como o Batista: não sou digno de abaixar-me para desatar as correias de suas sandálias (Mc 1:7). Que favor é, então, ser feita sua esposa, sua mulher, sua Rainha. Grande foi o favor que Assuero mostrou a Ester quando a fez sua esposa; ele era um grande Monarca, reinando da Índia até a Etiópia sobre 127 províncias; mas Ester era uma pobre órfã e cativa; no entanto, este favor não era comparável ao de Cristo: pois não havia tal disparidade e desigualdade entre Assuero e Ester como entre Cristo e a Igreja; nem a ascensão de Ester deve ser comparada com a da Igreja; e, no entanto, houve alguma causa em Ester para mover Assuero a fazer o que fez, pois ela era mui bela, amável e digna de ser amada; mas na Igreja, quando Cristo primeiro lançou seu amor sobre ela, não havia tal coisa (veja as Seções 33 e 34). Nenhum padrão de amor pode ser dado que seja de algum modo comparável a este.

Que a Igreja, portanto, e todos os que professam ser da Igreja, tomem tal conhecimento disso que se esforcem para portar-se dignamente desta honra e ascensão: não para se tornarem orgulhosos e insolentes por causa disso, mas para desprezarem todos os brinquedos vãos e mundanos; para responderem ao amor com amor, como a Igreja é apresentada no Cântico de Salomão; para estarem sujeitos ao seu marido, para reverenciá-lo e obedecer-lhe, e para realizarem todos os deveres pertencentes a tal esposa; buscando por todos os bons meios manter a honra de sua posição. A Igreja é feita um padrão de dever para todas as esposas; se ela falhasse, maior inconveniência seguiria dali do que da desobediência de Vasti (Et 1:16).

Isto deve ser considerado preferencialmente porque não é apenas uma questão de instrução, mas de prova também, mostrando tanto o que eles que são da Igreja devem fazer, quanto o que de fato farão (veja a Seção 24). Portanto, nenhuma pessoa profana que estima levemente o Senhor Jesus, nenhum idólatra que lança seu amor sobre outros maridos, nenhum jurador ou blasfemador que desonra o grande Nome de Jesus, ninguém que de qualquer modo seja rebelde contra ele, ninguém que odeie, escarneça, zombe ou fira qualquer um de seus membros, pode ter qualquer conforto nesta ascensão da Igreja, porque não tem parte nela, nem direito a ela.

Mas grande é aquele conforto que os verdadeiros Santos podem receber nisso. Pois, por virtude deste vínculo matrimonial:

1. Cristo é feito um companheiro de jugo com sua Igreja, e seu companheiro. Sob todos os fardos que são lançados sobre ela, ele coloca seu ombro para torná-los mais

fáceis; sim, os grandes fardos da ira de Deus, a maldição da Lei e o pecado, causa disso, ele tomou sobre si de tal modo que limpou e libertou sua Igreja deles, porque de outro modo eles a teriam esmagado até o inferno.

2. Cristo é como o seu campeão para responder a todos os desafios enviados a ela, como seu advogado para pleitear e responder a todas as queixas que forem feitas contra ela, como seu fiador para quitar todas as suas dívidas: sendo a Igreja protegida por Cristo, ele é como ela mesma, tudo em todos para ela e para ela.
3. Todas as suas honras, bens e privilégios são dela; ela tem direito a eles e sua parte neles; ela é uma co-herdeira com ele (Rm 8:17), uma Rainha porque ele é um Rei (Sl 45:9) e toda gloriosa, como foi notado (v. 27).
4. Ele certamente realizará todos os ofícios de um marido, como amá-la, suportá-la, prover para ela, e afins. Capaz ele é de fazer tudo, pois é onipotente; disposto também ele deve necessariamente estar, porque voluntariamente tomou sobre si esta posição; ele fez de si mesmo um padrão para outros maridos; não fará ele, então, aquilo mesmo que exige dos outros?

Se alguma esposa pudesse receber conforto em um casamento, a Igreja pode receber conforto neste casamento. O benefício deste casamento aparecerá ainda mais vividamente por uma consideração particular das três propriedades mencionadas deste vínculo matrimonial: a preeminência, a firmeza e a proximidade dele.

86. De Cristo deixar seu Pai e sua mãe por sua esposa.

A preeminência do vínculo matrimonial entre Cristo e a Igreja aparece nisto, que Cristo deixou seu Pai e sua mãe por sua

esposa, a Igreja. Como Cristo é Deus, Deus é seu Pai; como homem, a virgem Maria foi sua mãe. Ora, o deixar seu Pai deve ser entendido apenas por meio de semelhança, no sentido de que ele veio do lugar da habitação de seu Pai para o lugar onde sua esposa estava. A Escritura diz que ele estava no seio de seu Pai (João 1:18): junto a ele, como alguém criado com ele, seu deleite diário, regozijando-se sempre diante dele (Provérbios 8:30); contudo, desceu às partes mais baixas da terra onde sua esposa estava (Efésios 4:9). Ele saiu do Pai e veio ao mundo (João 16:28).

Mas, verdadeira e propriamente, ele preferiu sua esposa à sua mãe. Pois, quando estava instruindo sua esposa e sua mãe veio interrompê-lo, ele disse à sua mãe: quem é minha mãe? e para sua esposa: eis minha mãe (Marcos 3:33,34).

Da mesma mente devem ser a Igreja e todos os que são da Igreja para com Cristo: ela deve se esquecer do seu próprio povo e da casa de seu pai (Salmos 45:10). Visto que Cristo foi adiante de nós e nos deu tão bom exemplo, que alto grau de ingratidão seria para nós preferir pai, mãe ou qualquer outro a Cristo, nosso marido? Notai o que ele diz neste caso: Quem ama o pai ou a mãe mais do que a mim não é digno de mim (Mateus 10:37). E novamente: Se alguém vier a mim e não aborrecer a seu pai e mãe, não pode ser meu (Lucas 14:26). Aborrecer aqui significa estar tão longe de preferir pai e mãe a Cristo que, antes do que não amar a Cristo, aborreceria pai e mãe. Ou amar a Cristo tão inteiramente acima de tudo que nosso amor pelos pais, em comparação, seja como um ódio. Assim Levi disse a seu pai e à sua mãe: Não o vi; pois eles observaram a palavra e guardaram a aliança de Cristo (Deuteronômio 33:9).

Este, então, é o nosso dever: que não permitamos que qualquer afeto natural ou tolice para com nossos pais engula aquele amor que devemos a Cristo, como as vacas feias e magras de Faraó comeram as sete vacas formosas e gordas (Gênesis 41:4). Quanto menos deveria qualquer amor por este mundo, pelos lucros, promoções ou prazeres deste mundo, afastar nossos corações de Cristo; não deveríamos antes dizer e fazer como os Apóstolos fizeram: Eis que deixamos tudo e seguimos a Cristo? (Mateus 19:27).

87. Da união indissolúvel entre Cristo e a Igreja.

A firmeza daquele vínculo pelo qual se diz que Cristo e a Igreja estão colados é maior e mais inviolável do que aquela pela qual marido e mulher são unidos: a morte separa marido e mulher, mas a morte não pode fazer uma separação entre Cristo e a Igreja; de modo que podemos bem inferir desta metáfora que Cristo e a Igreja estão inseparavelmente unidos. Eu te desposarei comigo para sempre (Oseias 2:19), diz Cristo à Igreja. A aliança que Cristo faz com sua Igreja é uma aliança eterna. Os montes se retirarão e os outeiros serão removidos, antes que a sua bondade se retire da Igreja (Isaías 54:10; 61:8).

A constância e imutabilidade de sua vontade é a única causa disso. A quem ele ama, ama até o fim. Seus dons e vocação são sem arrependimento (João 13:1). Ele não é como os judeus de coração duro que, por qualquer motivo trivial, repudiavam suas esposas. O Senhor odeia o repúdio (Malaquias 2:16). Embora, portanto, a Igreja, por sua fraqueza, se afaste dele e se porte como meretriz, ainda assim, volta para mim (Jeremias 3:1), diz o Senhor.

Aprendamos por este padrão a nos apegar estreitamente ao Senhor, que é um dever mui devido a Cristo, que se apega tão estreitamente a nós, e por isso é frequentemente expresso na Escritura (Deuteronômio 10:20; 13:4; Atos 11:23).

Três virtudes existem que são de uso especial para este propósito: fé, esperança e amor.

A fé é a mão pela qual seguramos firmemente a Cristo e, por assim dizer, o unimos a nós mesmos, como ele, por seu Espírito, nos une a si mesmo. Isso nos faz descansar e repousar nele para todas as coisas necessárias, e não o deixar por coisa alguma.

A esperança é a âncora que nos mantém firmes contra todas as tempestades de Satanás, de modo que elas nunca possam nos expulsar do nosso porto, que é o Senhor Jesus Cristo.

O amor é a cola e a solda que nos torna um com Cristo: pois é propriedade do amor unir em um aqueles que se amam. A alma de Jônatas estava ligada à alma de Davi. Por quê? Jônatas o amava como à sua própria alma (1 Samuel 18:1). Aquele que ama está bem satisfeito com aquele a quem ama, e busca também agradá-lo, para que possam mutuamente se deleitar um no outro. Se estas três virtudes estivessem bem enraizadas em nós, diríamos: Quem nos separará do amor de Cristo? Será a tribulação, ou a angústia, etc. (Romanos 8:35).

88. Do privilégio igual de todos os Santos.

Concernente à frase pela qual a proximidade de marido e mulher é exposta [eles dois serão uma só carne], pode-se perguntar como isso pode ser aplicado a Cristo e aos Santos, que são mais de dois?

Resposta: Cristo, por um só Espírito, nos une a todos em um só corpo e, assim, torna todos, considerados conjuntamente, uma só esposa (1Co 12:13). A multidão de Santos não implica mais em muitas esposas do que a multidão de membros que o corpo natural de uma esposa possui. Este ponto, então, ensina-nos que, no casamento místico entre Cristo e a Igreja, todos e cada um dos Santos têm um privilégio igual. Alguns não são concubinas e outros esposas, nem alguns são mais amados ou preferidos a outros, mas todos são uma só esposa. Todos são um em Cristo Jesus (Gl 3:18).

Nem o Pai, que deu todos eles, nem o Filho, que aceitou todos eles, viram algo em um mais do que em outro; sua mera graça os moveu a fazer o que fizeram. Bem pode cada um aplicar todos os privilégios mencionados a si mesmo, e não um invejar o outro.

Isso oferece instrução aos mais eminentes na Igreja, para que, como damas orgulhosas, não insultem os outros como se fossem seus servos; e consolação aos de condição mais humilde, para que possam se sustentar e possuir suas almas com paciência, e não invejar ou se entristecer com a prosperidade externa e os privilégios de outros. No maior privilégio, eles são iguais aos maiores.

Isso se refere às partes unidas a Cristo. Pois estas palavras [eles dois] mostram que todos os Santos são apenas um; Cristo é o outro dos dois. As palavras seguintes [são uma só carne] mostram quão próximos esses Santos estão de Cristo.

89. Da união íntima entre Cristo e a Igreja.

O ponto principal a ser notado aqui é que Cristo e a Igreja estão mui intimamente ligados. O que pode ser mais próximo do que dois se tornarem uma só carne?

Isso é algo mais do que ser da carne de Cristo. Aquilo mostra que somos, por assim dizer, cortados de Cristo; isto mostra que somos novamente unidos a ele. Aquilo foi uma preparação para isto; isto é como a consumação e perfeição de tudo (veja a Seção 70). Muitas metáforas são usadas para expor a união íntima entre Cristo e sua Igreja, mas esta supera a todas. Como aqui se diz que nós e Cristo somos uma só carne, assim em outro lugar, um só espírito (1Co 6:17; 12:12). Bem, portanto, poderia o nome e título Cristo ser dado a esta esposa de Cristo.

Notou-se, em base semelhante a esta, que, de todas as outras pessoas, a transgressão de uma esposa contra um marido é a mais hedionda (veja a Seção 84). O que são, então, as transgressões da Igreja contra Cristo? Visto que somos muito mais devedores a Cristo pelos privilégios que dele recebemos como cabeça e marido, tendo nosso Salvador feito conosco uma aliança eterna de casamento, do que por aqueles que dele recebemos como nosso Criador, Senhor e Mestre, as rebeliões agora cometidas contra ele são mais monstruosas. A Adão, que quebrou a primeira aliança pela qual, como um filho e servo rebelde, pecou contra seu Pai e Mestre, misericórdia e perdão foram dados; mas para aqueles que agora quebram o vínculo desta aliança eterna e fazem uma deserção total e final, renunciando completamente a este marido, ou por seu adultério fazem com que ele lhes dê uma carta de divórcio, não resta mais sacrifício pelos pecados, mas uma certa e terrível expectativa de juízo e indignação de fogo que há de devorar os adversários (Hebreus 10:27). Isso deve ser notado para nos tornar mais

circumspectos em nossos caminhos, resistindo ao pecado no início e olhando diligentemente para que ninguém caia da graça de Deus (Hebreus 12:15) e não dando lugar algum ao diabo (Efésios 4:17). Satanás mais se esforçará para dissolver os vínculos mais próximos que Deus faz. Sendo este, então, o mais próximo de todos, devemos ser os mais cuidadosos em preservá-lo.

90. Do mistério da união de Cristo e a Igreja.

Efésios 5:32. Este é um grande mistério; mas eu falo a respeito de Cristo e da Igreja.

Este versículo é uma conclusão daquela excelente digressão que o Apóstolo fez concernente à união íntima de Cristo e a Igreja. Nele, dois pontos devem ser notados:

1. Uma exclamação patética [Este é um grande mistério].
2. Uma aplicação particular da Lei mencionada [mas eu falo a respeito de Cristo e da Igreja].

Aqui, primeiro notai que a união entre Cristo e a Igreja é um grande mistério. O Apóstolo não poderia ter dito mais sobre isso do que chamá-lo de mistério, um grande mistério (Efésios 6:19).

Um mistério é um segredo divino. É um segredo em dois aspectos:

1. Porque não é conhecido.
2. Porque é inescrutável: sua profundidade não pode ser sondada.

É um segredo divino por outros dois aspectos:

1. Porque não poderia ter sido aberto senão por revelação divina.
2. Porque, quando é aberto, não pode ser concebido senão pela iluminação do Espírito. Aquele Espírito que abre e revela o mistério deve também abrir os olhos do nosso entendimento para discerni-lo corretamente.

Diz-se ainda ser um grande mistério:

1. Simplesmente em si mesmo, porque sua matéria é profunda, difícil, pesada e de grande importância.
2. Comparativamente em relação a outros mistérios: nenhum mistério revelado na Palavra de Deus é comparável a ele.

Não presumamos medi-lo com a linha de nossa própria razão. Sendo um grande mistério, está acima de nossa capacidade; contudo, porque foi revelado, devemos crer nele, como cremos nos mistérios da Trindade, da geração eterna de Cristo, da união pessoal de suas duas naturezas, da procedência do Espírito Santo e afins; porque a Palavra os revelou, embora não possamos ver plenamente a razão deles. Nisto reside uma diferença principal entre nosso estado neste mundo e no mundo por vir: aqui devemos crer no que conhecemos apenas em parte; lá conheceremos perfeitamente tudo o que deve ser crido. Os pregadores podem apenas em parte dar a conhecer este mistério, e os ouvintes podem apenas em parte concebê-lo; esperemos, portanto, pelo entendimento perfeito dele até que todas as coisas sejam aperfeiçoadas em Cristo; mas, enquanto isso, creiamos sem dúvida ou vacilação naquilo que dele foi revelado.

Em nossa meditação sobre este mistério, não concebamos nada carnal, nada terreno sobre ele, porque é um

mistério: é totalmente espiritual e celestial. Da união natural de nossa cabeça e corpo, e da união matrimonial de marido e mulher, podemos e devemos tomar ocasião, por meio de semelhança, para ajudar nosso entendimento na união de Cristo e sua Igreja; para este fim essas semelhanças são usadas, e por este meio nosso entendimento pode ser muito ajudado, como pelos elementos e ritos externos que são usados nos sacramentos; mas se, por causa dessas comparações, arrastarmos isto que é única e totalmente espiritual para qualquer assunto carnal, faremos com que seja uma névoa espessa e uma nuvem escura aquilo que foi dado para ser luz.

A tolice de nossos adversários é aqui claramente descoberta. Eles tornam nossa união com Cristo meramente carnal. Pois imaginam que ela consiste em uma conexão corpórea da carne de Cristo com a nossa, por comermos sua carne com os dentes de nossos corpos, e bebermos seu sangue por nossas gargantas, e digerirmos ambos em nossos estômagos como nosso alimento corporal, para que assim se transforme em nossa substância (João 6:52). Assim, eles se mostram como os cafarnaítas de mente embotada e como o ignorante Nicodemos (João 3:4). Há muita absurdidade grosseira, mas nenhum grande mistério nessa imaginação.

91. Da usurpação do Papa ao pretender ser o esposo da Igreja.

A aplicação do Apóstolo deste mistério a Cristo e à Igreja descobre dois erros grosseiros dos papistas.

Um, que eles fazem do Papa um esposo da Igreja. Com que rosto pode alguém aplicar ao Papa e à Igreja aquilo que o Apóstolo tão expressamente diz que se refere a Cristo e à Igreja?

Sim, que presunção arrogante é atribuir ao homem mortal e pecador aquilo que é próprio do eterno e santo Filho de Deus? Não é isso conferir as prerrogativas de Cristo a si mesmo e, assim, tornar-se o próprio Anticristo? Quem deu a Igreja ao Papa, ou o Papa à Igreja? Quando deu ela o seu consentimento? [Falo da verdadeira Igreja católica de Cristo.] O que ele fez por ela? Ou melhor, o que ele não fez contra ela? A distinção de esposo Imperial e Ministerial não pode aqui servir ao propósito (veja a Seção 17). Assim como a metáfora de uma cabeça, muito menos a metáfora de um esposo admitirá um esposo ministerial. Assim como é adúltero aquele que assume ser um marido ministerial, assim é adúltera aquela que se rende a tal pessoa. O Apóstolo diz: Eu vos desposei com um só marido (2Co 11:2).

92. Do falso sacramento do matrimônio.

O outro erro é que o casamento é um sacramento: o fundamento principal do qual eles tiraram deste texto, fundamento este que, pela aplicação do Apóstolo deste mistério a Cristo e à Igreja, é tão claramente removido como se o Apóstolo tivesse propositalmente ordenado seu estilo para prevenir esta coleta errônea; como se tivesse dito: Para que ninguém se engane quanto a este mistério e o aplique a uma conjunção matrimonial de homem e mulher, saibam que não me refiro a tal coisa; o mistério de que falo é concernente a Cristo e à Igreja. Maravilhoso de como ousam aplicar mal o que está tão claramente expresso. Embora o Apóstolo não tivesse mostrado tão claramente sua mente e significado, a própria coisa em si nos levaria a julgar assim. Pois aquilo que em Cristo e na Igreja é um grande mistério, em marido e mulher é apenas uma questão pequena. A tradução latina Vulgata primeiro os levou a este erro, pois traduz a palavra mistério como sacramento. Mas uma

tradução não é fundamento suficiente para provar uma doutrina. Além disso, a palavra sacramento usada por aquele tradutor tem uma extensão tão grande quanto mistério: se eles fizessem de cada coisa que ele traduz como sacramento um sacramento próprio da Igreja, haveria muito mais sacramentos do que os próprios papistas admitem.

1. Quanto a este suposto sacramento, nenhum papista jamais pôde mostrar quando ou onde Deus o ordenou para ser um sacramento. Pelo contrário, eles não concordam entre si sobre o tempo, há quanto tempo ele tem sido um sacramento. Alguns deles sustentam que, desde a primeira instituição do casamento no Paraíso, ele tem sido um sacramento. Mas o maior número de papistas sustenta que ele é um sacramento do Novo Testamento sob o Evangelho, porque o seu Concílio de Trento assim o decretou. Onde podemos notar como o maior número deles, quando duas absurdidades são questionadas, está pronto para cair na pior. Sob a Lei, a menoridade da Igreja precisava e tinha mais sacramentos do que sob o Evangelho; contudo, aquilo que estava em uso tanto sob a Lei quanto sob o Evangelho, e tinha então tanto para torná-lo um sacramento quanto agora, não era nada então, mas agora é um.
2. Como não podem mostrar onde foi ordenado para ser um sacramento, também não podem mostrar qual é o sinal sacramental dele. Alguns fazem da cópula carnal esse sinal. Mas pode haver um casamento verdadeiro, embora as partes casadas nunca se conheçam sexualmente. Outros fazem do ato dos pais entregarem a noiva o sinal. Mas eles sustentam que é um casamento verdadeiro aquele que é feito sem o consentimento dos pais. Outros,

a bênção do sacerdote. No entanto, sustentam que o casamento de infiéis e heréticos que não têm sacerdotes é um casamento verdadeiro. Outros, o consentimento das próprias partes. Assim, uma parte administraria um sacramento a si mesma. Outros, outras coisas. Assim, carecendo da luz da palavra de Deus, um se desvia por um atalho, outro por outro, e nenhum deles acerta o caminho correto.

3. Uma diferença semelhante existe sobre a forma deste sacramento.
4. Se outras posições entregues por eles concernentes ao matrimônio forem notadas, um homem pensaria que eles deveriam estar longe de torná-lo um sacramento. Eles preferem a virgindade a ele. Sim, eles o consideram um tipo de poluição. Eles sustentam ser ilícito para sacerdotes, monges, freiras e ordens sagradas semelhantes [como eles as estimam] casar-se; de modo que existe um sacramento do qual os seus santos não podem participar. A ordem do sacerdócio é um sacramento [na conta deles], contudo essa ordem impede o casamento, de modo que um sacramento luta contra outro. Sim, infiéis podem ser participantes de um sacramento, e assim as suas coisas sagradas e preciosas serão negadas aos seus santos e lançadas aos porcos. Assim vemos um edifício podre erguido sobre um fundamento de areia: um falso sacramento estabelecido sobre uma aplicação falsa deste texto. Pode ele, então, subsistir?

93. Do resumo dos deveres de maridos e esposas.

Efésios 5:33. Todavia, cada um de vós em particular ame a sua própria mulher como a si mesmo; e a mulher veja que reverencie o marido.

O Apóstolo, tendo feito uma longa digressão sobre a relação mútua entre Cristo e a Igreja, a quem propôs como padrões para maridos e esposas, retorna agora ao ponto principal pretendido, a saber, aos deveres de maridos e esposas; e tanto implica a primeira partícula [Todavia], como se tivesse dito: Embora eu tenha me desviado um pouco para o mistério da união de Cristo e a Igreja, todavia, recordai-vos vós, ó maridos e esposas, daquilo que eu visava principalmente, a saber, os vossos deveres.

Este versículo, então, contém uma conclusão do discurso do Apóstolo concernente aos deveres de maridos e esposas. Nele, dois pontos são especialmente notados:

1. Uma declaração de seus deveres vários e distintos.
2. Uma direção para aplicar seus próprios deveres, cada um a si mesmo.

Seus deveres distintos são notados em duas palavras: amor, temor (reverência). Estes dois, assim como são deveres distintos em si mesmos, são também condições comuns que devem ser anexadas a todos os outros deveres: o Amor como açúcar para adoçar os deveres de autoridade que pertencem ao marido; o Temor como sal para temperar todos os deveres de sujeição que pertencem à esposa. O Apóstolo, portanto, os estabeleceu como dois marcos para maridos e esposas visarem em cada coisa em que tenham de lidar um com o outro.

Sobre estes falarei mais distintamente nos tratados dos deveres particulares de maridos e esposas.

94. De aplicar a Palavra a nós mesmos.

A direção para uma aplicação particular de seus próprios deveres a cada um deles deve ser aqui especialmente notada. Nesta direção, duas coisas devem ser observadas:

1. Que cada pessoa em particular aplique a si mesma aquilo que por um Ministro é entregue indefinidamente a todos. Cada um de vós em particular, diz o Apóstolo; o que é o mesmo que se tivesse expressado sua mente de forma mais ampla: Estabeleci deveres gerais aos quais todos os maridos e esposas, sem exceção de qualquer classe ou grau que sejam, estão obrigados; os quais, embora por nome eu não tenha entregue separadamente a cada um, um por um, mas geralmente a todos vós, todavia, cada um de vós aplique essas coisas a si mesmo em particular.
2. Que cada um aplique seu próprio dever peculiar a si mesmo. Sendo o amor peculiar ao marido, a ele ele diz: Ame a sua mulher; e sendo a reverência peculiar à esposa, a ela ele diz: veja a mulher que reverencie o marido.

A direção em cada uma daquelas várias epístolas que foram enviadas às sete Igrejas da Ásia [nestas palavras: Quem tem ouvidos, ouça o que o Espírito diz às Igrejas (Apocalipse 2:7)] ensina cada membro em qualquer daquelas Igrejas a aplicar a si mesmo aquilo que foi entregue a toda a Igreja; assim também faz uma exortação semelhante que Cristo, com uma exclamação, fez ao povo a quem ensinava em parábolas (Lucas 8:8); e esta declaração da extensão do conselho de Cristo: o que vos digo, digo a todos (Marcos 13:37). Para este propósito, muitos preceitos dados a Igrejas inteiras e a todos os tipos de pessoas são estabelecidos no número singular como dados a um só,

como: Desperta, tu que dormes (Efésios 5:14); Tu estás em pé pela fé; não te ensoberbeças, etc. (Romanos 11:20).

A vida e o poder da palavra de Deus consistem nesta aplicação particular dela a nós mesmos. Isso é misturar a fé com o ouvir: fê, digo, pela qual não apenas cremos na verdade da palavra de Deus em geral, mas também cremos ser ela uma verdade concernente a nós mesmos em particular; e assim cada preceito dela será uma boa instrução e direção para nos guiar no caminho da justiça; cada promessa nela será um grande encorajamento e consolação para nos sustentar e nos fazer prosseguir; e cada juízo nela ameaçado será um freio e rédea para nos conter e nos afastar daqueles pecados contra os quais os juízos são ameaçados. Mas, de outro modo, se não trouxermos a palavra para nossas próprias almas, ela será como uma palavra dita ao ar (1Co 14:9), desvanecendo-se sem qualquer proveito para nós. Nada torna a Palavra menos proveitosa do que o afastá-la de nós mesmos para os outros, pensando que ela concerne aos outros mais do que a nós mesmos.

Para que possamos fazer melhor uso desta doutrina, observemos tanto quais são os deveres gerais pertencentes a todos os cristãos e apliquemo-los como particulares a nós mesmos; e também quais deveres pertencem a tais pessoas que são de nossa posição, vocação e condição, e mais especialmente apliquemo-los a nós mesmos: saibam todos os tipos de maridos e todos os tipos de esposas, de qualquer classe ou grau que sejam, que lerem os deveres que se seguem, que eles são ditos a eles em particular. Reis e rainhas, lordes e damas, ministros e suas esposas, homens ricos e suas esposas, homens pobres e suas esposas, velhos e suas esposas, jovens e suas esposas, todos de todos os tipos, tomem-nos como ditos a eles em particular. Não

é a honra, riqueza, erudição ou qualquer outra excelência, nem a posição, pobreza, falta de erudição ou qualquer outra coisa semelhante que possa isentar um marido de amar sua mulher, ou uma esposa de reverenciar seu marido. Aquele que diz cada um, não excetua ninguém. Portanto, cada um em particular, fazei-o assim. Aplicação semelhante pode ser feita a todos os pais e filhos, senhores e servos, concernente aos seus deveres.

95. De cada um atentar especialmente para o seu próprio dever.

Na aplicação mencionada, deve-se ter um olho antes para o dever que devemos e que deve ser realizado por nós para com os outros, do que para aquele que nos é devido e que os outros devem realizar para conosco; pois o Apóstolo não diz ao marido: vê que tua mulher te reverencie, mas vê que tu a ames; o mesmo diz à esposa.

Para este propósito, o Espírito Santo pressiona deveres particulares sobre aquelas pessoas particulares que devem realizá-los: como a sujeição sobre as esposas; o amor sobre os maridos; e assim nos outros. Isso, portanto, deve ser especialmente considerado por ti: como podes te mostrar irrepreensível. Não nego que um deva estimular o outro, e um ajudar o outro no que puderem para realizar seu dever, especialmente os superiores que têm encargo sobre outros, mas o cuidado mais principal de cada um deve ser para consigo mesmo, e a maior consciência deve ser feita de realizar o seu próprio dever.

1. É mais aceitável diante de Deus e mais louvável diante dos homens cumprir o dever do que exigir o dever. Como em questões de caridade livre, assim também de dever

obrigatório: Mais bem-aventurada coisa é dar do que receber (Atos 20:35). Em particular, é melhor para um marido ser um bom marido do que ter uma boa esposa; o mesmo para a esposa. Ter outros falhando no dever para conosco pode ser uma cruz pesada; falharmos em nosso dever para com os outros é uma maldição terrível.

2. Cada um deve dar conta de seu próprio dever particular (Romanos 14:12). Aquilo que o Profeta fala de pai e filho pode ser aplicado a marido e mulher, e a todos os outros tipos de pessoas: Se um pai fizer o que é lícito e reto, ele é justo, certamente viverá; se ele gerar um filho que não faz assim, este certamente morrerá, seu sangue será sobre ele. Novamente, se um pai fizer o que não é bom, ele morrerá em sua iniquidade; mas se seu filho fizer o que é lícito e reto, certamente viverá. A justiça do justo será sobre ele mesmo, e a impiedade do ímpio será sobre ele mesmo. Que assim será entre marido e mulher pode-se colher destas palavras: Dois estarão em uma cama; um será tomado, e o outro deixado (Lucas 17:34).

Seja isto notado contra as apologias vãs e comuns que são feitas para a negligência do dever, que é esta: O dever não é realizado para comigo, por que eu cumprirei o meu? Quando meu marido cumprir o seu dever, eu cumprirei o meu, diz a esposa. E eu o meu, diz o marido, quando minha esposa cumprir o dela. E se ele nunca cumprir o dever dele e assim for condenado, tu nunca cumprirás o teu? Esta expectativa de dever das mãos alheias torna-nos mais descuidados com o nosso próprio.

Portanto, vós, ó maridos, atentai especialmente para os vossos próprios deveres, amai as vossas mulheres; e vós, ó

esposas, atentai especialmente para os vossos, reverenciai os vossos maridos. Para este fim, leiam os maridos mui diligentemente aqueles deveres que concernem aos maridos, e as esposas aqueles que concernem às esposas. Não diga o marido sobre os deveres da esposa: "aí estão boas lições para minha mulher", e negligencie os seus próprios; nem diga a esposa o mesmo sobre os deveres dos maridos, e não considere os seus próprios. É isso que torna a sujeição de muitas esposas mui áspera e enfadonha para elas, porque seus maridos, que as instam e pressionam a isso, mostram pouco ou nenhum amor para com elas; e é isso que torna muitos maridos mui relutantes em mostrar amor, porque suas esposas, que esperam muito amor, mostram pouca ou nenhuma reverência para com seus maridos. Portanto, cada um de vós em particular ame a sua própria mulher como a si mesmo; e a mulher veja que reverencie o marido.

96. Do significado do primeiro versículo do sexto capítulo.

Dos deveres particulares que concernem a maridos e esposas, o Apóstolo passa a estabelecer aqueles que concernem a filhos e pais. Assim como antes ele estabeleceu os deveres das esposas antes dos maridos, aqui ele começa com os dos filhos [que são inferiores aos seus pais], e pelas mesmas razões que foram apresentadas anteriormente (veja a Seção 10). Além disso, os filhos são os frutos da conjunção matrimonial, portanto, apropriadamente colocados logo após o marido e a mulher.

O que concerne aos filhos está estabelecido no sexto capítulo de Efésios, versículos 1, 2 e 3. Abriremos distintamente o seu significado.

Efésios 6:1. Filhos, obedeei a vossos pais no Senhor: porque isto é justo.

A primeira palavra [filhos] é no original uma palavra tão apropriada quanto poderia ser usada, pois, de acordo com sua etimologia, significa aqueles que são gerados e nascidos. Correspondente é a outra palavra [pais], que significa aqueles que geram e dão à luz filhos. No entanto, elas não devem ser tomadas de forma tão estrita como se apenas aqueles que geraram e deram à luz, ou aqueles que foram gerados e nascidos deles, fossem pretendidos: pois sob o título pais, ele inclui todos os que estão no lugar de pais naturais, como avôs e avós, sogros e sogras, pais e mães adotivos, guardiões, tutores e governantes semelhantes; e sob o título filhos, ele compreende netos, genros e noras, tutelados, pupilos e afins. Pois há uma honra e sujeição devida por todos os que estão no lugar de filhos a todos os que estão no lugar de pais, embora de um tipo diferente, como mostraremos depois (veja Tratado 5, Seções 56 e 57). Esta palavra filhos, que no original é do gênero neutro, inclui ainda ambos os sexos, machos e fêmeas, filhos e filhas: de modo que cada um deles deve aplicar tão cuidadosamente os deveres aqui expostos a si mesmos como se, em particular, ambos os tipos tivessem sido expressos.

Ele expressa pais no plural, para mostrar que se refere aqui também a ambos os sexos, pai e mãe, como a Lei expressa ambos: e acrescenta esta partícula relativa vossos, tanto como forma de restrição, para mostrar que nem todo filho está vinculado a todo pai, quanto como forma de extensão, para mostrar que, qualquer que seja a condição dos pais, honrosa ou humilde, ricos ou pobres, instruídos ou não instruídos, etc., seus próprios filhos não devem se envergonhar deles, mas render-lhes todo o dever obrigatório: se eles são pais de filhos, devem ser honrados pelos filhos.

A palavra [obedecei], sob a qual todos os deveres dos filhos estão compreendidos, de acordo com a etimologia grega, significa escutar com uma submissão humilde, isto é, atender e dar ouvidos aos mandamentos, repreensões, direções e exortações que lhes são dados, e isso com um respeito tão reverente pelas partes que os entregam, que eles se tornem conformáveis a isso. Um dever próprio dos inferiores, e que implica tanto reverência quanto obediência: o verbo denota obediência; a preposição, reverência. Sob esta palavra [obedecei], o Apóstolo compreende todos aqueles deveres que, ao longo da Escritura, são exigidos dos filhos: como é manifesto por sua própria exemplificação disso no segundo versículo pela palavra honra, que a Lei usa: de modo que esta palavra [obedecei] deve ser tomada em uma extensão tão ampla quanto aquela palavra [honra].

Pergunta: Por que a obediência é colocada por todas as outras coisas?

Resposta: 1. Porque é a mais difícil de todas, e aquela que os filhos são mais relutantes em realizar: aqueles que voluntariamente cedem a isto, não hesitarão em nenhum dever. 2. Porque é a evidência mais segura daquela honra que um filho deve ao seu pai: e assim de cumprir o quinto mandamento. 3. Porque os filhos estão vinculados aos seus pais: os deveres que eles realizam não são de cortesia, mas de necessidade. Seus pais têm poder para comandar e exigir-los.

A cláusula adicionada [no Senhor] é, em efeito, a mesma que foi usada antes [como ao Senhor] e denota uma limitação, direção e instigação: uma limitação mostrando que a obediência dos filhos aos seus pais deve ser restrita à obediência que devem a Cristo, e não pode ir além dos limites desta; uma direção

mostrando que, ao obedecer aos seus pais, eles devem ter um olho em Cristo, e assim obedecê-los como Cristo possa aprovar; uma instigação mostrando que os pais carregam a imagem de Cristo e, nesse aspecto, os filhos devem, com mais razão, obedecer aos seus pais.

A última cláusula deste versículo [porque isto é justo] é uma razão expressa para reforçar o ponto mencionado da obediência: e é extraída da equidade: e mostra que é um ponto de acordo com toda lei: sim, que em forma de recompensa é devido: e se os filhos não são obedientes aos pais, eles fazem o que é mais injusto, eles defraudam seus pais de seu direito. A frase anterior [no Senhor] implicando uma razão, esta claramente denota outra, como a primeira partícula [porque] declara.

97. Do significado do segundo versículo.

Efésios 6:2. Honra a teu pai e a tua mãe [que é o primeiro mandamento com promessa].

As próprias palavras do quinto mandamento são aqui alegadas pelo Apóstolo como uma confirmação da razão mencionada, de que é justo e reto obedecer aos pais porque Deus, na Lei Moral, ordena o mesmo. A Lei é mais geral do que o preceito do Apóstolo: pois a Lei compreende sob si todos aqueles deveres que todos os tipos de inferiores devem aos seus superiores, quer estejam na família, na igreja ou no Estado: mas o preceito do Apóstolo é dado apenas a um tipo de inferiores na família: no entanto, o argumento é muito sólido e bom de um geral para um particular, assim: Todos os inferiores devem honrar seus superiores, portanto, os filhos aos seus pais.

Ao adicionar as palavras expressas da Lei, o Apóstolo mostra que a sujeição que ele exigia dos filhos não é um jugo que ele, por sua própria cabeça, colocou em seus pescoços: mas aquele que a Lei Moral colocou sobre eles: de modo que isto pode ser notado como uma terceira razão, a saber, a ordem expressa de Deus em sua Lei Moral.

Se eu tratasse esta Lei de acordo com sua extensão total, eu me desviaria demais do escopo do Apóstolo. Portanto, não a abrirei além do que possa concernir ao ponto em questão, a saber, o dever dos filhos.

Honra compreende aqui todos aqueles deveres que os filhos, em qualquer aspecto, devem aos seus pais. Implica tanto uma estima reverente interior quanto uma submissão obediente exterior. Sim, implica também recompensa e sustento. Honra, em relação aos pais, é usada por duas razões especialmente: 1. Para mostrar que os pais carregam a imagem de Deus, pois a honra é propriamente devida apenas a Deus: à criatura ela é devida apenas enquanto ela está no lugar de Deus e carrega sua imagem. 2. Para mostrar que é uma honra para os pais ter filhos obedientes: assim como é uma desonra para eles ter filhos desobedientes.

Tanto pai quanto mãe são expressamente mencionados, para tirar todo pretexto dos filhos de negligenciar qualquer um deles: pois, através da corrupção da natureza, somos propensos a buscar muitas esquivas para nos isentar de nosso dever obrigatório; e se não no todo, pelo menos na maior parte que pudermos. Alguns poderiam pensar que, se honrarem seu pai, que é a cabeça de sua mãe, fizeram o que a Lei exige: outros podem pensar que fizeram o mesmo se honrarem sua mãe, que é o vaso mais fraco: mas a Lei, expressando pai e mãe, condena

aquele que negligencia qualquer um deles. No entanto, para mostrar que, se surgisse oposição entre eles e, por essa razão, ambos não pudessem ser obedecidos juntos, o pai comandando o que a mãe proíbe, o pai deve ser preferido [especialmente se não for contra o Senhor], o pai é colocado em primeiro lugar.

Estas palavras seguintes [que é o primeiro mandamento com promessa] estão apropriadamente incluídas em um parêntese, porque não são as palavras da Lei, mas inferidas pelo Apóstolo como uma razão para reforçar a Lei, e assim constituem uma quarta razão.

Pergunta: Em que aspecto este mandamento é chamado de o primeiro com promessa?

Resposta: 1. A palavra aqui usada pelo Apóstolo significa propriamente um preceito afirmativo, como a nossa palavra [mandamento] faz. Ora, então, dos preceitos afirmativos, ele é o primeiro com promessa. 2. A Escritura frequentemente apropria a Lei à segunda tábua, como onde diz que aquele que ama a outrem cumpriu a lei (Rm 13:8), e assim em outros lugares. Ora, este é o primeiro mandamento da segunda tábua. 3. É geralmente verdadeiro para todos os mandamentos: pois entre os dez, é o primeiro com promessa.

Objeção: O segundo mandamento tem uma promessa anexa a ele.

Resposta: 1. O que está anexo ao segundo mandamento não é expressamente uma promessa, mas sim uma declaração da justiça de Deus, ao tomar vingança dos transgressores, e de sua misericórdia ao recompensar os observadores da Lei: no entanto, não nego que uma promessa por consequência esteja implícita: mas aqui ela é expressa. 2. A promessa ali implícita é apenas

uma promessa geral feita aos observadores de toda a Lei, e por isso ele usa o número plural, mandamentos: mas aqui há uma promessa particular feita àqueles que guardam este mandamento em particular.

Pergunta 2: Por que é então dito o primeiro, quando nenhum outro mandamento com promessa se segue?

Resposta: Esta partícula [primeiro] nem sempre tem referência a algum outro seguinte, mas é frequentemente tomada de forma simples, para mostrar que nenhum estava antes dele: assim é a palavra primogênito usada na Lei (Ex 13:2) e assim Cristo é chamado o Filho primogênito de Maria (Mt 1:25).

A palavra promessa mostra que esta quarta razão inclui algum benefício que redunde para os próprios filhos que honram seus pais: o benefício é expressamente mencionado no próximo versículo, que consideraremos distintamente depois.

98. De visar o nosso próprio bem ao buscar o bem dos outros.

Aqui, em geral, podemos notar que não é ilícito visar o nosso próprio bem e benefício ao cumprir os deveres que Deus exige de nossas mãos para com os outros: pois aquilo que o próprio Deus propõe e coloca diante de nós, podemos buscar e visar. Muitas promessas semelhantes existem na Escritura, e muitas orações aprovadas fundamentadas nessas promessas pelas quais a verdade da doutrina é confirmada para nós. Ezequias faz do bom serviço que prestou a Deus e à sua Igreja um fundamento para obter uma vida mais longa (Is 38:2,3): assim outros. Pois Deus não impõe dever a homem algum sem que nele vise o bem daquele que realiza o dever, bem como daquele a quem o dever é realizado. Com isso, ele quer mostrar que seus mandamentos

não são jugos estreitos e fardos pesados, mas meios de buscar o bem daqueles que os cumprem.

Quão altamente isto recomenda o bom respeito que Deus nutre por todos os filhos dos homens: buscando o bem deles em cada lugar em que os coloca, seja de autoridade ou de sujeição? Como isto deve nos estimular a observar voluntária e alegremente as leis que Deus nos ordena, e realizar os serviços que ele exige de nós, vendo que por meio disso buscamos o nosso próprio bem? Quão plenamente isto pode satisfazer e até fechar a boca de todos aqueles que estão descontentes com seus lugares e murmuram contra aquela sujeição que Deus lhes impõe? Que boa direção e resolução pode ser esta para muitos que, sendo movidos em consciência a buscar o bem dos outros, duvidam se nisso podem visar o seu próprio bem ou não? Para tornar este caso claro por um exemplo, que pode servir em vez de muitos: um Ministro fiel em seu lugar, e muito diligente, e nesse aspecto de boa consciência, mas ao mesmo tempo de consciência terna e fraca, duvida se por meio disso pode buscar sustento para si mesmo, temendo que assim busque a si mesmo, e não simplesmente a edificação da Igreja de Deus. Mas pela doutrina mencionada vemos que ambos podem ser visados: pois Deus ordena um e promete o outro. Assim como temos um olho no mandamento de Deus para direção, podemos ter outro em sua promessa para encorajamento.

No entanto, porque através da corrupção de nossa natureza somos muito propensos a buscar a nós mesmos, algumas cautelas devem ser cuidadosamente observadas neste ponto: 1. Que não busquemos o nosso próprio bem por qualquer transgressão, pois ele é prometido à obediência. 2. Que não busquemos tão totalmente a nós mesmos e ao nosso próprio bem

que negligenciemos os outros: pois Deus tendo unido ambos, nenhum homem pode separá-los. 3. Que visemos o nosso próprio bem como uma recompensa que segue o dever que Deus ordena, e assim estejamos tão dispostos a cumprir o dever quanto desejosos da recompensa. 4. Que o nosso próprio benefício não seja a única, nem a principal coisa que visamos ao cumprir o nosso dever, mas sim venha como um motivo para adicionar vigor e aguçar outros motivos de maior importância. E tudo isto a ordem que o Apóstolo observa ao estabelecer suas razões nos indica: pois as três primeiras têm respeito a Deus e àquela boa consciência que os filhos devem carregar para com ele: a primeira aponta para a imagem de Deus que os pais carregam [no Senhor]; a segunda expõe aquele direito que Deus prescreveu aos filhos; a terceira declara a ordem de Deus; esta quarta apenas, que é a última, tem respeito ao proveito e benefício dos próprios filhos.

99. De preferir a honestidade à conveniência.

Da ordem mencionada podemos colher ainda que a equidade e a boa consciência devem nos mover mais a cumprir o nosso dever do que o nosso próprio proveito e o benefício que daí nos redundam. Se viesse a haver tal oposição entre estes que ambos não pudessem subsistir juntos, mas que para fazer o que é justo e o que Deus ordenou, nossa prosperidade devesse ser impedida e a vida encurtada, deveríamos permanecer tão firmes naquilo que é justo e ordenado por Deus, que a prosperidade, a vida e tudo o mais fossem deixados de lado. Para este propósito tendem todas as exortações na Escritura, para abandonar bens, terras, vida e tudo o mais por amor à justiça. Tão claro é este ponto que os pagãos o discerniram pelo vislumbre daquela luz da natureza

que tinham: pois podiam dizer que aquilo que é honesto e justo deve ser preferido àquilo que é cômodo e proveitoso.

Não há comparação entre honestidade e conveniência, justiça e lucro. Um é absolutamente necessário para alcançar a salvação eterna, o outro dá apenas um pouco de quietude e contentamento neste mundo: aliás, se o lucro for sem justiça, não pode dar nenhum verdadeiro contentamento ou quietude de modo algum. Indignos, portanto, são do nome de cristãos aqueles que visam tão total e unicamente o seu lucro e prosperidade externos que não consideram o que é justo e o que Deus ordenou. Se, ao obedecer a Deus e fazer o que é justo, puderem colher algum benefício para si mesmos, podem contentar-se em ceder a isso: mas se não, adeus a toda justiça, adeus a todos os mandamentos de Deus. Embora pensem que tudo o que é proveitoso, seja certo ou errado, é bom, a palavra de Deus não considera nada bom exceto o que é honesto: tais pessoas, portanto, não podem esperar nenhuma bênção do Senhor.

100. Do significado do terceiro versículo.

Efésios 6:3. Para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra.

A promessa mencionada antes em geral é aqui estabelecida particularmente. As primeiras palavras [para que te vá bem] não estão no texto hebraico onde a Lei é registrada pela primeira vez (Ex 20:12) e, por isso, não constam naquela forma usual dos Dez Mandamentos que está em uso entre nós: mas em outro lugar onde a Lei é repetida, elas estão estabelecidas (Dt 5:16): e a tradução grega, comumente chamada Septuaginta [que (como é provável) a Igreja no tempo do Apóstolo usava], notou-

a expressamente em ambos os lugares. Ora, esta parte da promessa [para que te vá bem] é prefixada como uma amplificação da outra parte concernente à vida longa, que é a coisa principal pretendida, como aparece no fato de que apenas ela é mencionada onde a Lei é registrada pela primeira vez. Ela mostra que a vida longa que Deus promete não será uma vida de ai e miséria [pois então não seria bênção, mas quanto mais a vida durasse, pior seria], mas uma vida cheia de conforto e felicidade: portanto, Moisés coloca esta cláusula anterior no lugar posterior, após a vida longa, assim [para que se prolonguem os teus dias, e para que te vá bem], para mostrar que o bem-estar aqui falado é uma amplificação do benefício da vida longa.

Enquanto o Apóstolo estabelece o lugar onde o benefício desta promessa deve ser desfrutado em uma frase mui ampla, assim [sobre a terra], a Lei o traz a um compasso mais estreito, assim [na terra que o Senhor teu Deus te dá], referindo-se à terra de Canaã, que foi dada por Deus como uma herança peculiar aos judeus: de modo que a promessa [como a Lei a estabelece em particular para os judeus] implica vida longa e prosperidade em sua própria herança: pois a vida longa para os judeus não era considerada vida fora de seu próprio país. Mas o Apóstolo, escrevendo a todas as nações, deixa de lado aquela descrição de Canaã e retém apenas a substância geral nesta palavra [sobre a terra], que ele estabelece para mostrar que até mesmo a prosperidade externa e uma vida longa neste mundo são aqui prometidas.

101. Da prosperidade: até que ponto ela pode ser uma bênção.

Para maior esclarecimento deste texto e para melhor aplicação dele, resolverei diversas questões que dele surgem e colherei as

instruções proveitosas que ele oferece. A promessa consiste em dois ramos.

O primeiro ramo [para que te vá bem] é muito amplo e grande: todas as coisas boas, todos os tipos de bênçãos, espirituais e temporais, pertencentes à alma e ao corpo, concernentes a esta vida e à vida por vir, contribuem para o bem-estar de um homem. De onde se pode primeiro perguntar:

Pergunta 1: Qual pode ser a extensão desta frase neste lugar?

Resposta: Ela pode geralmente ser estendida a todos os tipos de coisas boas. Pois a piedade tem a promessa da vida que agora é e da que há de vir (1 Tm 4:8). Mas [como eu entendo] a prosperidade temporal é aqui principalmente pretendida: e isso por estas razões: 1. Ela está unida à vida longa, que é uma bênção temporal. 2. Aquela última palavra [sobre a terra] pode ser referida a este ramo do bem-estar, bem como ao outro da vida longa. Na Lei [de onde esta cláusula é tirada], está expressamente estabelecido assim: para que te vá bem na terra, etc. (Dt 5:16).

Pergunta 2: É então a prosperidade temporal externa [como honra, saúde, paz, liberdade, bens, etc.] um sinal do amor e favor de Deus?

Resposta: Sim: em si mesma é uma bênção e fruto do amor de Deus: como aparece por estas razões: 1. Como foi feita e ordenada por Deus no início, é uma coisa boa. 2. Ela tende ao bem do homem, se for usada corretamente. 3. Foi concedida ao homem antes que ele tivesse ofendido. 4. É prometida por Deus como uma recompensa para aqueles que o temem e guardam os seus mandamentos (Lv 26:4; Dt 28:1). 5. Os Santos oraram por ela e foram gratos por ela (Gn 28:20; 32:10,11). 6. O contrário

foi primeiro infligido como punição do pecado, e é frequentemente ameaçado como um sinal da ira de Deus, e assim também tem sido infligido aos transgressores (Lv 26:15; Dt 28:16).

102. Da prosperidade concedida aos ímpios, como ela se torna uma maldição.

Pergunta: Por que então ela é concedida aos ímpios, mesmo àqueles que odeiam a Deus e são odiados por ele? E por que os amigos de Deus, aqueles que são amados por ele e o amam de volta, são privados dela? Este escrúpulo doloroso fez Davi tropeçar e moveu outros profetas a reclamar (Sl 73:13; Jr 12:1; Hc 1:3). Mas a resposta está pronta.

Resposta: A prosperidade externa é de tal natureza que pode se transformar em bem ou dano para aquele que a possui. E nisto se vê a sabedoria admirável e inescrutável de Deus, no fato de ele ser capaz de transformar bênçãos em maldições e maldições em bênçãos. Ele pode trabalhar por contrários.

Pergunta: Como a prosperidade é uma maldição para os ímpios?

Resposta: Por mera consequência, através do abuso que fazem dela. Deus a dá a eles para mostrar as riquezas de sua misericórdia: e para que todos possam provar dela, ele faz o bem aos maus e aos bons (Mt 5:45). Além disso, ele assim testa se por algum meio eles podem ser levados ao arrependimento (Rm 2:4): dom este que, por não possuírem, sua prosperidade prova ser um meio para torná-los mais inescusáveis e para aumentar ainda mais sua justa condenação. Pois quanto mais as bênçãos de Deus abundam para com eles, mais eles as abusam, adicionando a todos os seus outros pecados aquele pecado mais odioso da ingratidão, que completa o monte de todos. E nestes

aspectos posso dizer da prosperidade dos ímpios, como o profeta disse de seu Rei: Deus a dá em sua ira e a tira em seu furor. Pois pelo abuso que fazem dela, ela prova ser a isca de Satanás para atraí-los, seu laço para pegá-los e seu anzol para afogá-los na perdição e destruição (1 Tm 6:9). Em uma palavra, portanto, os ímpios são alimentados em um pasto fértil como bois destinados ao matadouro: eles são exaltados no alto, como em uma escada ou cadafalso, como ladrões e traidores, para serem derrubados com vergonha e destruição, assim como o padeiro de Faraó foi levantado (Gn 40:19).

103. Como tanto ter quanto carecer de prosperidade é uma bênção para os Santos.

Pergunta: Como o usufruto ou a falta de prosperidade é uma bênção para os justos?

Resposta: Deus, em sabedoria, sabendo o que é melhor para eles, lida com eles de acordo; ele concede prosperidade a eles na medida em que vê que ela se transformará em seu bem: e nega a eles na medida em que vê que ela se transformará em seu dano. Sempre que, portanto, Deus concede qualquer bênção temporal aos seus Santos, é um sinal de seu favor: e sempre que ele nega qualquer uma, a própria negação é também um fruto de seu favor. Nisto se verifica que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus (Rm 8:28), de modo que, se eles abundam, lhes irá bem: se carecem, lhes irá bem: se estão em posição elevada, lhes irá bem: se em posição humilde, lhes irá bem: se estão em liberdade, se na prisão: se estão com saúde, se doentes: em qualquer estado que seja, lhes irá bem.

Pergunta: Como é então que os Santos são frequentemente levados a tais extremidades que são forçados a reclamar que as coisas vão muito mal com eles?

Resposta: Há carne e sangue neles, em razão da fraqueza dos quais são forçados a reclamar: mas a apreensão presente da carne fraca não é suficiente para impugnar a verdade da promessa de Deus: eles não consideram em sua extremidade presente qual é a mente de Deus, qual a sua maneira de lidar com eles, quão necessário é que assim se lide com eles, que fim e desfecho o Senhor dará: na verdade, as coisas estão melhores com eles do que eles imaginam. Algumas razões de peso existem que movem Deus a trazê-los àquela extremidade em que estão, e essas respeitando a sua própria glória (Jo 9:3; 2 Co 12:9), ou a edificação de outros (Ef 3:1), ou o seu próprio bem, como curar alguma doença perigosa (Sl 119:67), manifestar a graça de Deus concedida a eles (Jo 1:12), atraí-los para mais perto de Deus, fazê-los ansiar mais pelo céu (2 Co 5:2), e afins.

104. Da vida longa; até que ponto ela é uma bênção.

Concernente ao segundo ramo da promessa de Deus [vida longa], outras questões devem ser resolvidas.

Pergunta 1: É a vida longa uma bênção?

Resposta: Sim, do contrário Deus não a teria prometido aqui e em outros lugares como uma recompensa, nem a teria concedido aos seus Santos. As razões para provar que ela é uma bênção podem ser divididas em três pontos: 1. A glória de Deus, 2. O bem da Igreja onde vivem, 3. O seu próprio bem.

1. A glória de Deus é muito avançada pela vida longa dos Santos: pois quanto mais tempo vivem, mais eles

mesmos observam as obras maravilhosas de Deus, e mais as tornam conhecidas e as declaram aos outros. Mas na sepultura tudo é esquecido (Sl 6:5; Is 38:18).

2. A Igreja de Deus é grandemente edificada por meio disso: aspecto no qual o Apóstolo diz: ficar na carne é mais necessário para vós (Fp 1:24). Nos Santos é verdade o que Eliú diz que deveria ser, a saber, que os dias falem, e a multidão dos anos ensine a sabedoria (Jó 32:7). Quanto mais os Santos vivem, mais bem eles fazem: mas após a morte não fazem nenhum: quando vem a noite, ninguém pode trabalhar (Jo 9:4): base sobre a qual o Apóstolo exorta a fazer o bem enquanto temos tempo (Gl 6:10).
3. Os Santos, por viverem muito tempo, adquirem para si grande honra e dignidade entre o povo de Deus, e uma confiança forte e firme em Deus. Os homens respeitam um bom e velho servo: muito mais o fará Deus. Dois suportes fortes têm os velhos Santos para estabelecê-los e torná-los corajosos: um é a lembrança dos favores anteriores de Deus, pela qual sua esperança de vida eterna se torna mais segura para eles; outro é um tipo de expectativa presente do cumprimento das promessas de Deus pelas quais esperaram por muito tempo.

Por isto aparece que esta promessa particular não é assunto leve, de pequeno momento: mas um motivo forte para estimular os filhos à obediência.

1. Da vida longa tornando-se uma maldição para os ímpios.
2. Pergunta. Por que, então, a vida longa é dada a muitos ímpios? E por que muitos santos são ceifados?

Resposta. A vida longa é do mesmo tipo que a prosperidade: pode ser transformada em maldição, assim como pode provar ser uma bênção.

Os ímpios, ao viverem muito tempo na terra, fazem com que seus pecados cresçam até a plenitude [como se sugere sobre o amorreu (Gn 15:16)]; fazem com que seu nome feda ainda mais na terra, como uma carniça que, quanto mais tempo permanece sobre o solo, mais fede; e fazem com que um tormento maior no inferno lhes seja infligido; pois, conforme o pecado aumenta, também esse tormento aumentará (Rm 2:5). Os justos têm seus dias encurtados para o seu próprio bem, quando são encurtados, e isso nestes e em outros aspectos semelhantes:

1. Para que sejam tirados do mal vindouro (1 Rs 14:13; Is 57:1).
2. Para que sirvam de exemplo para os outros (1 Rs 13:14).
3. Para que, por uma morte temporal, a condenação eterna seja evitada (1 Co 11:32).
4. Para que sua principal e maior recompensa seja apressada (Gn 5:24; Hb 11:5).
5. Da limitação das promessas de bênçãos temporais.

Assim vemos que pode haver causa justa para alterar tanto o primeiro ramo desta promessa, a prosperidade, quanto o segundo ramo, a vida longa, e ainda assim nenhum dano redundar para o justo, nem benefício para o ímpio.

Pergunta. A verdade da promessa não é impugnada por isso?

Resposta. De modo nenhum. Pois, primeiro, todas as promessas de bênçãos temporais são limitadas por uma condição como esta: se o cumprimento dela for compatível com a honra de Deus e o

bem da parte a quem é feita. 2. Deus nunca simplesmente priva seus santos do que foi prometido, mas apenas dá algo melhor em seu lugar: como ao tirar a riqueza, ele dá maior abundância de graça; ao restringir a liberdade do corpo, ele dá liberdade de consciência; com a aflição, ele dá paciência; ao tirar esta vida temporal, ele dá a vida eterna. Deus age nisto como alguém que, tendo prometido certa quantidade de ferro, desse em seu lugar a mesma quantidade de prata; ou, em vez de prata, desse ouro; e assim, por uma libra, desse o valor de centenas ou milhares.

1. Da atribuição da prosperidade e da vida longa à obediência que os filhos prestam aos seus pais.
2. Pergunta. Por que a vida longa e a prosperidade são atribuídas a este tipo de justiça?
Resposta. Não são atribuídas a isto como se não pertencessem a nenhum outro: pois em outros lugares são prometidas em geral aos observadores de toda a Lei, e a outros ramos particulares dela além deste (Dt 6:2); contudo, nestes e em outros aspectos particulares semelhantes, são aplicadas à obediência dos filhos (Sl 34:12-14).
3. Porque a obediência aos pais é uma das evidências mais seguras de nossa conformidade com toda a Lei: nisto mostramos nosso respeito pela imagem de Deus e lançamos um bom fundamento para o cumprimento de todo dever para com o homem.
4. Porque o cumprimento do dever de um filho para com seus pais é, sob Deus, um meio especial para que eles fiquem bem e vivam muito [pois assim como filhos rebeldes fazem seus pais chegarem mais cedo à sepultura com tristeza, filhos zelosos fazem com que continuem por mais tempo em prosperidade]; o Senhor, em

recompensa, promete a tal filho prosperidade e vida longa.

5. Porque os pais são um meio especial para promover o bem-estar e a vida longa de seus filhos, em parte por seu cuidado providente, como Noemi disse a Rute: não buscarei descanso para ti, para que te vá bem (Rt 3:1)? e em parte por sua oração insistente: pois a oração fiel dos pais tem grande força diante de Deus pelos filhos obedientes; de onde surgiu o costume de os filhos pedirem a bênção de seus pais, e de os pais abençoarem seus filhos. Nesse aspecto, a Lei assim apresenta a bênção do quinto mandamento: eles prolongarão os teus dias.
6. Porque a desobediência aos pais traz muitos males sobre a cabeça dos filhos e frequentemente encurta seus dias, e isso de muitas maneiras.
7. No fato de que os pais são frequentemente provocados pela desobediência de seus filhos a deserdá-los, ou pelo menos a lhes conceder uma porção menor, de modo que por isso não lhes vai tão bem; sim, alguns são levados a levar seus filhos rebeldes ao Magistrado, que pela Lei de Deus deveria eliminá-los, de modo que por isso sua vida é encurtada (Dt 21:21).
8. No fato de que os pais são levados a queixar-se a Deus da desobediência de seus filhos, e Deus, por isso, é movido tanto a lançar pesados juízos sobre tais filhos durante sua vida, quanto a encurtar seus dias: pois a queixa dos pais faz um clamor alto aos ouvidos de Deus. Diz-se que Deus, ao eliminar Abimeleque com uma morte prematura, retribuiu a maldade que ele fizera a seu pai (Jz 9:56).

9. No fato de que, quando os pais são excessivamente indulgentes com seus filhos, Deus pune o pecado tanto do pai quanto do filho, encurtando os dias do filho. Citem-se os exemplos de Hofni e Fineias (1 Sm 2:34), Absalão (2 Sm 18:14) e Adonias (1 Rs 2:25).
10. No fato de que a desobediência aos pais é um pecado que raramente anda sozinho: pois um filho desobediente é comumente uma pessoa muito devassa em muitos outros aspectos. Considerando a inclinação de nossa natureza para todo pecado, não se pode evitar que aqueles que no início sacodem o jugo do governo corram desenfreadamente para toda sorte de desordem, frouxidão e licenciosidade: assim, então, sendo o pecado adicionado ao pecado, ele necessariamente traz mal sobre mal, até que finalmente a vida seja cortada. Portanto, visto que esses males são evitados pelo cumprimento da devida obediência aos pais, pode-se bem dizer que irá bem com os filhos obedientes e eles viverão muito.
11. De Deus ordenar seus favores de modo que pareçam ser verdadeiras bênçãos.

Tendo os ramos particulares da promessa de Deus sido distintamente abertos, nós os consideraremos conjuntamente, pois eles amplificam imensamente um ao outro: a prosperidade adoce a vida longa e a torna aceitável; do contrário, viver muito, a saber, em miséria e desgraça, é muito enfadonho e penoso. Novamente, a vida longa adicionada à prosperidade torna-a uma bênção tanto maior. Pois uma coisa boa, quanto mais tempo continua, melhor é. Se a prosperidade fosse apenas como uma flor, que logo se vai, o próprio pensamento da vaidade dela

diminuiria muito a alegria e o conforto dela. Mas ambas unidas mostram que esta não é uma pequena bênção a que é prometida.

Da conexão de ambas, observo que Deus ordena seus favores de modo que pareçam ser verdadeiras bênçãos, tendendo de fato ao bem daqueles sobre quem ele as concede. Assim, quando Deus deu um filho a Abraão, ele estabeleceu sua aliança com ele (Gn 17:19), para que esse presente pudesse ser uma verdadeira bênção.

O mesmo eu poderia exemplificar em todos os filhos da promessa, como Sansão, Salomão, João Batista, etc. Assim em outros favores. Quando Deus acrescentou quinze anos à vida de Ezequias, ele também lhe prometeu livramento de seus inimigos, e paz e verdade em todos os seus dias (Is 38:5,6; 39:8). E quando Deus deu a Davi um reino, deu-lhe grandes vitórias e vida longa, e estabeleceu seu reino para sua posteridade (2 Sm 7:9): assim também lidou ele com Salomão. Mas, para não insistir em mais detalhes, esta doutrina é excelentemente confirmada no Salmo 128. Assim Deus mostrará que, em amor, ele concede até as bênçãos temporais que dá aos seus santos, para que eles as estimem adequadamente e para que seus corações sejam mais alargados tanto para admirar sua bondade quanto para serem gratos por ela.

Este uso devemos fazer das coisas que o Senhor se agrada em nos conceder, como vida longa, boa saúde, honra, paz, fartura, liberdade e toda prosperidade: devemos recebê-las e usá-las como Deus as concede, a saber, como sinais de seu favor; e, por meio disso, sermos mais estimulados a realizar os deveres que ele exige de nós, e não abusar delas para sua desonra e nosso próprio dano; mas antes de modo que ele tenha honra e nós proveito por meio delas.

Aqui está a tradução completa do texto para o português brasileiro, seguindo rigorosamente as suas instruções de manter apenas os títulos numerados em negrito e o restante do texto em formato padrão.

105. Da vida longa tornando-se uma maldição para os ímpios.

Pergunta. Por que, então, a vida longa é dada a muitos ímpios? e por que muitos santos são ceifados?

Resposta. A vida longa é do mesmo tipo que a prosperidade: pode ser transformada em maldição, assim como pode provar ser uma bênção.

Os ímpios, ao viverem muito tempo na terra, fazem com que seus pecados cresçam até a plenitude [como se sugere sobre o amorreu (Gn 15:16)]; fazem com que seu nome feda ainda mais na terra, como uma carniça que, quanto mais tempo permanece sobre o solo, mais fede; e fazem com que um tormento maior no inferno lhes seja infligido: pois, conforme o pecado aumenta, também esse tormento aumentará (Rm 2:5).

Os justos têm seus dias encurtados para o seu próprio bem, quando são encurtados, e isso nestes e em outros aspectos semelhantes:

1. Para que sejam tirados do mal vindouro (1 Rs 14:13; Is 57:1).
2. Para que sirvam de exemplo para os outros (1 Rs 13:14).
3. Para que, por uma morte temporal, a condenação eterna seja evitada (1 Co 11:32).
4. Para que sua principal e maior recompensa seja apressada (Gn 5:24; Hb 11:5).

106. Da limitação das promessas de bênçãos temporais.

Assim vemos que pode haver causa justa para alterar tanto o primeiro ramo desta promessa, a prosperidade, quanto o segundo ramo, a vida longa, e ainda assim nenhum dano redundar para o justo, nem benefício para o ímpio.

Pergunta. A verdade da promessa não é impugnada por isso?

Resposta. De modo nenhum. Pois, primeiro, todas as promessas de bênçãos temporais são limitadas por uma condição como esta: se o cumprimento dela for compatível com a honra de Deus e o bem da parte a quem é feita. 2. Deus nunca simplesmente priva seus santos do que foi prometido, mas apenas dá algo melhor em seu lugar: como ao tirar a riqueza, ele dá maior abundância de graça; ao restringir a liberdade do corpo, ele dá liberdade de consciência; com a aflição, ele dá paciência; ao tirar esta vida temporal, ele dá a vida eterna. Deus age nisto como alguém que, tendo prometido certa quantidade de ferro, desse em seu lugar a mesma quantidade de prata; ou, em vez de prata, desse ouro; e assim, por uma libra, desse o valor de centenas ou milhares.

107. Da atribuição da prosperidade e da vida longa à obediência que os filhos prestam aos seus pais.

Pergunta. Por que a vida longa e a prosperidade são atribuídas a este tipo de justiça?

Resposta. Não são atribuídas a isto como se não pertencessem a nenhum outro: pois em outros lugares são prometidas em geral aos observadores de toda a Lei, e a outros ramos particulares dela além deste (Dt 6:2); contudo, nestes e em outros aspectos particulares semelhantes, são aplicadas à obediência dos filhos (Sl 34:12-14).

Porque a obediência aos pais é uma das evidências mais seguras de nossa conformidade com toda a Lei: nisto mostramos nosso respeito pela imagem de Deus e lançamos um bom fundamento para o cumprimento de todo dever para com o homem.

Porque o cumprimento do dever de um filho para com seus pais é, sob Deus, um meio especial para que eles fiquem bem e vivam muito [pois assim como filhos rebeldes fazem seus pais chegarem mais cedo à sepultura com tristeza, filhos zelosos fazem com que continuem por mais tempo em prosperidade]; o Senhor, em recompensa, promete a tal filho prosperidade e vida longa.

Porque os pais são um meio especial para promover o bem-estar e a vida longa de seus filhos, em parte por seu cuidado providente, como Noemi disse a Rute: não buscarei descanso para ti, para que te vá bem (Rt 3:1)? e em parte por sua oração insistente: pois a oração fiel dos pais tem grande força diante de Deus pelos filhos obedientes; de onde surgiu o costume de os filhos pedirem a bênção de seus pais, e de os pais abençoarem seus filhos. Nesse aspecto, a Lei assim apresenta a bênção do quinto mandamento: eles prolongarão os teus dias.

Porque a desobediência aos pais traz muitos males sobre a cabeça dos filhos e frequentemente encurta seus dias, e isso de muitas maneiras.

No fato de que os pais são frequentemente provocados pela desobediência de seus filhos a deserdá-los, ou pelo menos a lhes conceder uma porção menor, de modo que por isso não lhes vai tão bem; sim, alguns são levados a levar seus filhos

rebeldes ao Magistrado, que pela Lei de Deus deveria eliminá-los, de modo que por isso sua vida é encurtada (Dt 21:21).

No fato de que os pais são levados a queixar-se a Deus da desobediência de seus filhos, e Deus, por isso, é movido tanto a lançar pesados juízos sobre tais filhos durante sua vida, quanto a encurtar seus dias: pois a queixa dos pais faz um clamor alto aos ouvidos de Deus. Diz-se que Deus, ao eliminar Abimeleque com uma morte prematura, retribuiu a maldade que ele fizera a seu pai (Jz 9:56).

No fato de que, quando os pais são excessivamente indulgentes com seus filhos, Deus pune o pecado tanto do pai quanto do filho, encurtando os dias do filho. Citem-se os exemplos de Hofni e Fineias (1 Sm 2:34), Absalão (2 Sm 18:14) e Adonias (1 Rs 2:25).

No fato de que a desobediência aos pais é um pecado que raramente anda sozinho: pois um filho desobediente é comumente uma pessoa muito devassa em muitos outros aspectos. Considerando a inclinação de nossa natureza para todo pecado, não se pode evitar que aqueles que no início sacodem o jugo do governo corram desenfreadamente para toda sorte de desordem, frouxidão e licenciosidade: assim, então, sendo o pecado adicionado ao pecado, ele necessariamente traz mal sobre mal, até que finalmente a vida seja cortada.

Portanto, visto que esses males são evitados pelo cumprimento da devida obediência aos pais, pode-se bem dizer que irá bem com os filhos obedientes e eles viverão muito.

108. De Deus ordenar seus favores de modo que pareçam ser verdadeiras bênçãos.

Tendo os ramos particulares da promessa de Deus sido distintamente abertos, nós os consideraremos conjuntamente, pois eles amplificam imensamente um ao outro: a prosperidade adoce a vida longa e a torna aceitável; do contrário, viver muito, a saber, em miséria e desgraça, é muito enfadonho e penoso. Novamente, a vida longa adicionada à prosperidade torna-a uma bênção tanto maior. Pois uma coisa boa, quanto mais tempo continua, melhor é. Se a prosperidade fosse apenas como uma flor, que logo se vai, o próprio pensamento da vaidade dela diminuiria muito a alegria e o conforto dela. Mas ambas unidas mostram que esta não é uma pequena bênção a que é prometida.

Da conexão de ambas, observo que Deus ordena seus favores de modo que pareçam ser verdadeiras bênçãos, tendendo de fato ao bem daqueles sobre quem ele as concede. Assim, quando Deus deu um filho a Abraão, ele estabeleceu sua aliança com ele (Gn 17:19), para que esse presente pudesse ser uma verdadeira bênção. O mesmo eu poderia exemplificar em todos os filhos da promessa, como Sansão, Salomão, João Batista, etc. Assim em outros favores. Quando Deus acrescentou quinze anos à vida de Ezequias, ele também lhe prometeu livramento de seus inimigos, e paz e verdade em todos os seus dias (Is 38:5,6; 39:8). E quando Deus deu a Davi um reino, deu-lhe grandes vitórias e vida longa, e estabeleceu seu reino para sua posteridade (2 Sm 7:9): assim também lidou ele com Salomão. Mas, para não insistir em mais detalhes, esta doutrina é excelentemente confirmada no Salmo 128.

Assim Deus mostrará que, em amor, ele concede até as bênçãos temporais que dá aos seus santos, para que eles as estimem adequadamente e para que seus corações sejam mais

alargados tanto para admirar sua bondade quanto para serem gratos por ela.

Este uso devemos fazer das coisas que o Senhor se agrada em nos conceder, como vida longa, boa saúde, honra, paz, fartura, liberdade e toda prosperidade: devemos recebê-las e usá-las como Deus as concede, a saber, como sinais de seu favor; e, por meio disso, sermos mais estimulados a realizar os deveres que ele exige de nós, e não abusar delas para sua desonra e nosso próprio dano; mas antes de modo que ele tenha honra e nós proveito por meio delas.

109. Da alta estima de Deus pelos filhos obedientes.

Mais particularmente, por esta promessa podemos aprender quão alta estima e grande conta Deus faz dos filhos obedientes e daquela obediência que eles prestam aos seus pais; o que deve tanto mais provocar os filhos a toda obediência, se ao menos eles têm algum cuidado com o favor de Deus e com os sinais de seu amor. Ó considerai isto, todos vós que tendes pais a honrar: considerai quão cuidadoso, quão zeloso Deus é em todos os sentidos e por todos os meios para atrair-vos à obediência: ele não se contenta em urgir a equidade do ponto, a posição de seu pai, a ordem que ele mesmo deu, mas mais pressiona o vosso próprio proveito; e isso não apenas na esperança pelo tempo vindouro, mas até no usufruto presente para esta vida; e isso porque nós, através de nossa infantilidade, somos mais afetados pelas coisas sensíveis e presentes: lidando conosco como um pai terno que provê não apenas uma boa vocação e uma bela herança para seu filho, mas dá-lhe também ameixas, peras e coisas com as quais ele se deleita no presente, para mais atraí-los.

110. Dos filhos fazendo bem a si mesmos ao honrarem seus pais.

Os filhos podem aprender ainda com esta promessa que, ao cumprirem seu dever, fazem bem não apenas aos seus pais, mas também a si mesmos: eles garantem seu próprio bem-estar e vida longa. Que tolos insignes são, então, os filhos desobedientes: eles não respeitam nem a Deus, nem a seus pais, nem a si mesmos, mas privam-se de sua felicidade eterna, impedem seu bem-estar e encurtam seus dias. Apropriadamente, posso aplicar aos filhos desobedientes estas palavras do salmista: Observa o filho obediente, pois o fim dele é paz; mas os rebeldes serão destruídos; ele será cortado (Sl 37:37,38); e estas do sábio: Eu sei que irá bem com o filho obediente, mas não irá bem com o desobediente, ele não prolongará seus dias (Ec 8:12,13), e estas do profeta: Dizei ao filho obediente que lhe irá bem, pois comerá do fruto das suas obras; mas ai do transgressor, mal lhe irá (Is 3:10,11).

111. Dos pais fazendo bem aos seus filhos ao mantê-los sob obediência.

Desta promessa os pais podem aprender como fazer o bem aos seus filhos, como prover para o seu bem-estar e como preservar por muito tempo sua vida na terra [coisa à qual a maioria dos pais é naturalmente inclinada e da qual muito desejam], a saber, ensinando aos filhos o seu dever, mantendo-os sob obediência: assim eles têm a promessa de Deus para lhes assegurar que irá bem com seus filhos e que eles viverão muito. Quando os pais estão em seus leitos de morte, podem descansar mais seguramente nesta promessa do que em grandes tesouros acumulados para eles e grandes rendas reservadas para eles. Muitos pais negligenciam a si mesmos: eles se afadigam e

labutam, inquietam-se e preocupam-se, poupam e economizam para deixar aos seus filhos abundância de riqueza, pensando assim fazer o bem aos seus filhos, quando, ao mesmo tempo, mimam demais seus filhos, dão-lhes as rédeas e não se importam com quão pouco dever eles realizam. A maldição de Deus repousará sobre toda a reserva acumulada para tais filhos, como um fogo para consumir tudo. A experiência diária não verifica a verdade disso? Os juízos que são lançados sobre alguns desses filhos manifestam evidentemente a justa indignação de Deus contra todos. Não pensem os homens ricos, portanto, que deixaram seus filhos bem o suficiente se lhes deixarem uma grande porção, mas antes se observarem que eles são filhos obedientes; e se os filhos dos homens pobres forem tais, não temam eles, pois lhes irá bem.

Diz-se que um bom ofício é melhor do que casa e terra, mas por virtude desta promessa podemos dizer que a obediência em um filho é melhor do que ofício e tudo o mais: este é o caminho em que o filho deve andar e que os pais devem ensinar aos filhos (Pv 22:6). Portanto, assim como os pais desejam o bem de seus filhos, devem ser sábios em procurá-lo, o que se faz ensinando-lhes este caminho da obediência; e assim trarão muito conforto para si mesmos enquanto viverem, e bem para seus filhos depois deles.

112. Da perpetuidade da substância de tais coisas que, em suas circunstâncias relativas aos judeus, desapareceram.

Ao estabelecer esta promessa particular, o Apóstolo, em vez da limitação dela aos judeus nestas palavras [na terra que o Senhor teu Deus te der], coloca uma palavra geral, que a estende a todas as nações, a saber, esta [na terra]; de onde colho que

A substância daquelas coisas que, em algumas circunstâncias, eram de modo peculiar restritas aos judeus, permanece em vigor para todos os cristãos. A substância desta promessa era que iria bem com os filhos obedientes enquanto vivessem aqui na terra, e que nesse bem-estar viveriam muito. A circunstância era que em Canaã eles desfrutariam dessa bênção. Embora os cristãos não vivam em Canaã, que é a circunstância, contudo bem lhes irá e muito viverão, que é a substância. Assim, embora a circunstância da aliança de Deus com Abraão [que era a circuncisão] tenha sido abolida, contudo a substância [que é ser o nosso Deus e o Deus da nossa semente] permanece. Isto poderia ser exemplificado em muitos centenas de casos: pois a substância de todos os sacrifícios e sacramentos judaicos, tanto ordinários quanto extraordinários, de seus sábados, de seus jejuns, de suas festas e afins, permanece, embora as circunstâncias, como sombras, tenham desaparecido. Daí vem que muitas promessas feitas a eles são aplicadas pelos Apóstolos aos cristãos, como esta: não te faltarei, nem te desampararei (Hb 13:5); e em geral se diz: A promessa é para vós e para vossos filhos, e para todos os que estão longe (At 2:39).

Por meio disso podemos aprender que uso fazer do Antigo Testamento, mesmo daquelas promessas e privilégios que em alguns aspectos particulares foram apropriados aos judeus: a saber, observando a substância e distinguindo-a da circunstância; assim descobriremos ser verdade o que o Apóstolo fala de todas as coisas que dantes foram escritas, a saber, que para nosso ensino foram escritas (Rm 15:4). Nesse aspecto, o mesmo Apóstolo diz das coisas registradas sobre Abraão: não foi só por causa dele que está escrito (Rm 4:23); e novamente das coisas registradas sobre os israelitas: estas coisas foram escritas para aviso nosso (1 Co 10:11). Por isto podemos

aprender como aplicar o prefácio aos Dez Mandamentos, que menciona o livramento de Israel da servidão do Egito. Orai, portanto, pelo espírito de iluminação para discernir entre substância e circunstância, especialmente na leitura do Antigo Testamento.

113. Do período determinado da vida humana.

Tendo declarado tais pontos ortodoxos que este texto oferece, notarei ainda duas posições heréticas que nossos adversários daí extraem. Uma é daqueles que, para a desonra daquele que Deus levantou para ser um instrumento digno em dissipar a névoa do papado, que muito havia obscurecido a luz do Evangelho, chamam-se a si mesmos luteranos; a outra é dos papistas.

A primeira é esta: Deus não determinou o período fixo dos dias do homem, mas está no poder do homem prolongá-los ou encurtá-los; pois, se fosse de outro modo, dizem eles, esta e outras promessas semelhantes de vida longa seriam inúteis, assim como as ameaças contrárias de encurtar os dias do homem. Para resposta completa a isto, mostrarei primeiro que a posição em si é diretamente contrária ao fluxo da Escritura, e então revelarei a fragilidade de sua consequência.

Tocante ao período determinado dos dias do homem, assim fala a Escritura: Não tem o homem tempo determinado sobre a terra? Não são os seus dias como os dias do jornaleiro (Jó 7:1)? Notai com que ênfase o ponto é apresentado; de tal modo que parece ser um ponto tão claro que ninguém poderia duvidar dele. Notai também duas metáforas aqui usadas, que muito esclarecem o ponto: uma tirada de soldados, a outra de servos contratados. A dos soldados está implícita no significado da palavra original traduzida como tempos determinados, mas

que propriamente significa aquele que tem seu tempo designado para a guerra, ou o próprio tempo assim designado; a outra está expressa. Ora, sabemos que esses tempos são designados até a hora: assim é o tempo da vida do homem. Nesse aspecto, Jó diz novamente: todos os dias do meu tempo determinado esperarei, etc. (Jó 14:14), onde ele usa a mesma palavra que antes no mesmo sentido. Para este propósito, estas e outras frases semelhantes são frequentemente usadas na Escritura: dias determinados, número de dias, hora, etc. (Jó 14:5; Ec 2:3; Jo 7:30). Não declarou o profeta expressamente a Ezequias que ele viveria exatamente 15 anos após sua doença (Is 38:5)? Ele não poderia tê-lo dito se o Senhor não tivesse antes fixado esse período. Cristo diz que os nossos cabelos estão contados (Mt 10:30); não estão muito mais os nossos dias? Novamente ele diz: quem pode acrescentar um côvado à sua estatura (Mt 6:27)? Pode então alguém acrescentar aos seus dias? Tão evidente é este ponto que até os pagãos o notaram.

Tocante à consequência deles [se o tempo do homem está determinado, todas as promessas de vida longa são inúteis], respondo que Deus, que estabeleceu o tempo justo e o período da vida do homem, também estabeleceu os meios para atingir esse período. Ora, o tempo ele guardou em segredo para si; os meios ele revelou a nós. Em relação a nós, portanto, que não conhecemos o tempo designado pelo Senhor, pode-se dizer que, ao usar tais e tais meios, prolongamos nossos dias, ou ao fazer tais e tais coisas, nós os encurtamos. Ora, porque esses meios apenas mostram que eles serão longos ou curtos, o decreto de Deus permanece firme e estável, e não é alterado por isso; contudo, este trabalho de prolongar ou encurtar é atribuído a nós, porque fazemos o que em nós cabe para isso, e isso livremente, sem qualquer compulsão. Pois o decreto de Deus, embora cause

uma necessidade no evento, não impõe constrangimento à vontade do homem, mas deixa-a tão livre [em relação ao modo de agir] como se não houvesse decreto nenhum. E nisto se manifesta a admirável sabedoria de Deus: que, não obstante seu propósito determinado das questões, o homem não tem base de desculpa para dizer que foi forçado a isto ou àquilo. O conhecimento deste período determinado da vida do homem é de grande utilidade; pois ensina-nos:

1. A submeter-nos inteiramente a Deus: e a estarmos preparados ou para logo partirmos deste mundo, ou para vivermos muito nele, conforme Deus dispuser do nosso tempo; não desejando viver mais do que Deus designou, nem sofrendo por viver tanto quanto ele designou.
2. A não temer as ameaças de homem algum, para por elas sermos afastados de Deus (Dt 3:17,18).
3. A fazer a obra de Deus enquanto temos tempo, etc. (Jo 9:4).

114. De recompensa prometida à obediência, que ela não implica mérito.

A outra heresia que os papistas colhem deste texto é esta: a obediência do homem é meritória.

Resposta. A recompensa aqui prometida não é questão de salário e merecimento devido, mas de mero grace e favor. Deste erro já falei mais amplamente em outro lugar (veja Tratado 2, Parte 4, Seção 7).

115. Da conexão do dever dos pais com o dos filhos.

Efésios 6:4. E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira: mas criai-os na doutrina e admoestação do Senhor.

Tendo o Apóstolo instado os filhos a cumprirem seus deveres para com seus pais, ele volta sua fala aos pais, dizendo: E vós, pais, etc. Aquela partícula copulativa E, unindo uma exortação aos pais para cumprirem seus deveres à exortação mencionada feita aos filhos, dá-nos a entender que

Os pais estão tão obrigados ao dever quanto os filhos. Seus deveres, de fato, são diferentes, contudo [não obstante sua superioridade e autoridade sobre seus filhos] eles estão obrigados ao dever. Todas as direções e exortações ao longo da Escritura dadas aos pais, concernentes ao seu dever, e todas as ameaças denunciadas e juízos executados sobre os pais por negligência de seu dever, são provas eloquentes deste ponto.

Embora os pais estejam sobre seus filhos e por eles não possam ser comandados, contudo estão sob Deus: e é ele quem lhes impôs o seu dever; de modo que estão obrigados a ele, conforme darão conta ao seu Pai no céu.

A autoridade que os pais possuem não é tanto para sua própria promoção, mas para o melhor governo de seus filhos; sendo assim, o seu próprio governo é um dever.

Objeção. Na Lei Moral, apenas o dever dos filhos está expreso.

Resposta. O dever dos pais [como o dever de muitos outros] está implícito por consequência justa e necessária, o que é equivalente e obriga tanto quanto se estivesse expreso. Está assim implícito: aqueles que recebem honra devem portar-se de modo digno de honra. Ora, a maneira de portar-se dignamente de honra é ser cuidadoso em cumprir o dever para com aqueles que os honram. Isto é tão equitativo que não precisava ser expreso. Portanto, que os Ministros sigam este padrão do Apóstolo e mantenham a mão equilibrada para com todos de

todos os tipos: não sejam parciais ao lançar todo o fardo do dever sobre o pescoço dos filhos e nenhum sobre o dos pais; contendo os filhos mui rigidamente, mas deixando os pais à sua própria vontade. Os pais são carne e sangue tanto quanto os filhos, e tão propensos a transgredir em seu lugar quanto os filhos no deles. Sim, os Ministros deveriam, dos dois, ser mais zelosos em instar os pais a cumprirem seu dever, porque eles não estão sob tal poder e autoridade como os filhos estão. O medo da autoridade dos pais mantém os filhos muito em respeito. Não há tal coisa para manter os pais em respeito. Eles estarão mais prontos, portanto, para tomar a maior liberdade, se pelo temor de Deus e por uma boa consciência não forem mantidos nos trilhos.

Agora vós [ó pais], assim como esperais honra, portai-vos dignamente de honra; assim como esperais dever de vossos filhos, realizai o dever para com eles. Sabei que, em outro dia, até vós sereis chamados a prestar contas perante o Juiz supremo: vossa autoridade não será então pretexto para desculpa, mas uma evidência para agravar vossa falta. Pois vós, sendo mais velhos em anos e mais eminentes em posição, de mais experiência e tendo um encargo sobre vossos filhos, deveis ser uma luz para lhes mostrar o caminho e um exemplo para atraí-los, para que eles, vendo-vos cuidadosos e zelosos no cumprimento de vosso dever, possam ser mais estimulados a cumprir o deles, ou pelo menos fiquem envergonhados de sua negligência. Mas, se fordes descuidados com o vosso dever, como podeis esperar dever das mãos deles? Aliás, se por vosso mau exemplo eles foram feitos negligentes, o sangue deles será exigido de vossas mãos.

116. Da extensão destas palavras, pais, filhos.

Embora a palavra [pais] seja aqui usada, a qual propriamente designa os pais naturais, e dos pais naturais o gênero masculino,

contudo [como em muitos outros lugares] ela deve ser tomada em uma extensão maior: tão grande quanto a palavra [filhos] foi antes, para que haja uma relação justa e igual entre filhos e pais; portanto, ambos os sexos de pais naturais estão compreendidos nela, tanto a mãe quanto o pai; e também aqueles que estão no lugar de pais, seja por casamento, como todos os tipos de sogros e madrastras, ou por designação, como todos aqueles que de direito têm a custódia e o encargo de crianças, como guardiões, tutores e outros governantes semelhantes; e assim ela é em tudo correspondente à palavra [pais] usada no primeiro versículo; e a palavra [filhos] também deve ser aqui tomada na mesma extensão que foi lá.

117. Dos pais provocando os filhos.

A frase seguinte [provoqueis à ira] é a exposição de uma palavra grega que, sendo uma palavra composta, não pode ser plenamente expressa por uma única palavra em português: a melhor e mais próxima que consigo pensar é [exasperar]. A palavra significa uma extremidade no uso da autoridade: até mesmo austeridade e severidade excessivas, pelas quais os filhos são provocados à ira; o que, por ser uma falta, é aqui expressamente proibido [não provocando, etc.]. Nesta palavra há um tropo: o efeito é colocado pela causa. O significado do Apóstolo é que os pais devem ter tal cuidado com seu comportamento para com seus filhos, que não lhes deem ocasião de serem estimulados à ira. Sob esta palavra, então, são proibidas todas as coisas que possam acender a ira nos filhos, como austeridade excessiva no comportamento, aspereza no semblante, ameaças e insultos em palavras, tratamento muito duro, correção severa demais, restrição excessiva da liberdade, concessão muito pequena das coisas necessárias, e afins. Os

pais, sendo carne e sangue, estão sujeitos neste aspecto a abusar de sua autoridade; sim, até mesmo aqueles que caem no outro extremo de muita indulgência e bajulação de seus filhos são muito propensos a cair também neste extremo: como muitos que, na maior parte do tempo, permitem demais que seus filhos corram para toda desordem sem a devida contenção e correção, às vezes, de repente, como leões, voarão sobre eles e, conforme seu próprio prazer, os corrigirão (Hb 12:10), e assim provocam imensamente seus filhos. Aqueles que são mais bajulação são os mais propensos a provocar à ira: pois, 1. Tais pessoas menos sabem como manter o meio-termo: alguém saltará mais depressa de um extremo para outro do que irá de um extremo para o meio. 2. Os filhos de tais pessoas são mais depressa provocados.

Pergunta. É algo lícito e justificável nos filhos serem provocados à ira por seus pais?

Resposta. No (veja Tratado 5, Seções 31 e 41). Esta proibição não pretende tal coisa: o Apóstolo aqui trata com os pais; e instrui-os sobre como prevenir tais males nos quais seus filhos, através de sua fraqueza, podem cair. De modo que aqui ele apenas mostra o que é ilícito para os pais, não o que é lícito para os filhos. Daqui, então, de passagem, observo que

Os pais devem ser tão vigilantes sobre seu comportamento que, por meio dele, não façam seus filhos pecar. Se o fizerem, tornam seu próprio pecado mais hediondo e também atraem sobre suas próprias cabeças uma vingança muito mais pesada, a saber, a vingança de seu próprio pecado e a vingança do pecado de seu filho. Pois cada pai é constituído um vigia sobre seu filho. Se um vigia não faz o que pode para impedir o pecado daqueles que estão sob seu encargo, ele atrai o sangue deles sobre seu próprio pescoço (Ez 3:18). O que fazem,

então, aqueles que, sendo vigias, ministram ocasião de pecado aos que estão sob seu encargo?

118. Dos pais buscando o bem de seus filhos.

Para que os pais, ao evitarem a rocha da provocação, não caiam no abismo da bajulação, o Apóstolo acrescenta um Mas, que serve como um freio para eles, e ensina-lhes que não é suficiente para os pais prevenir tais males nos quais os filhos possam cair, mas eles devem também buscar o bem deles. Todos os preceitos na Escritura que ordenam aos pais buscar o bem de seus filhos provam o ponto. Nisto reside uma diferença principal entre o afeto que pais e estranhos devem nutrir pelos filhos, e o dever que uns e outros lhes devem. Meros estranhos não devem provocá-los; mas os pais devem, além disso, buscar o bem deles de todas as formas.

O bem principal que os pais devem especialmente buscar em favor de seus filhos é indicado nestas palavras: Criai-os na doutrina e admoestação do Senhor. A palavra traduzida como [criar] significa propriamente alimentar ou nutrir com todas as coisas necessárias; é a mesma que é usada antes no capítulo 5, versículo 29, e ali traduzida como alimenta. Não inadequadamente o significado próprio da palavra poderia ser mantido aqui, como a melhor tradução latina, a francesa e outras mantiveram.

Esta palavra, unida às outras que se seguem, pode parecer à primeira vista estar aqui colocada apenas para completar o sentido, como se ele tivesse dito: educai vosso filho nos caminhos de Deus. Mas, se o escopo do Apóstolo e a significação da palavra forem bem pesados, descobriremos que

ela implica ainda um dever geral, que a própria natureza ensina aos pais, a saber, que

Os pais devem prover todas as coisas necessárias para seus filhos: mesmo as coisas que tendem ao sustento de seus corpos e à preservação de sua saúde e vida: pois esta frase [para traduzi-la palavra por palavra] nutri-os na disciplina, ou na instrução, é uma fala concisa, implicando tanto quanto se ele tivesse dito: nutri-os e educai-os, ou alimentai-os e instruí-os. Mas o Apóstolo os uniu de forma tão próxima e concisa para mostrar que a educação e a instrução são tão necessárias e proveitosas quanto o alimento e o vestuário.

119. Dos pais educando seus filhos.

A palavra traduzida como doutrina [ou educação] significa tanto correção quanto instrução: como em Hebreus 12:7 — Se suportais a correção; e 2Tm 3:16 — A Escritura é proveitosa para instruir em justiça. Ambos os sentidos cabem aqui, e a nossa palavra [bem como a grega] suportará ambos: pois educar os filhos é tanto corrigi-los quanto instruí-los. Mui apropriadamente este conselho, nesta acepção ampla, é inferido sobre a proibição anterior: pois, para que os pais não tomassem dali ocasião para soltar as rédeas sobre o pescoço de seus filhos e deixá-los correr para onde quisessem, o Apóstolo por meio disto ensina que os pais, assim como não podem ser austeros demais, também não podem ser remissos demais. Eles não devem provocar seus filhos à ira, contudo devem mantê-los sob disciplina. A palavra traduzida como doutrina, de acordo com a etimologia grega, apresenta ainda o meio-termo entre os dois extremos mencionados: pois ela denota uma disciplina tal como convém a um rapaz ou a uma criança pequena; de modo que a coisa em si, a disciplina, pela instrução e correção, evita o

extremo da remissão; o tipo ou modo de disciplina, sendo tal como convém a uma criança, evita o outro extremo do rigor e da crueldade. Extremos de qualquer lado são perigosos e perniciosos, tanto para o pai quanto para o filho. Pois a remissão tornará os filhos descuidados de todo dever para com Deus e os pais; o rigor os tornará desesperados. Mas a virtude e a segurança consistem no meio-termo entre ambos.

120. Dos pais fixando preceitos na mente de seus filhos.

A palavra [admoestação], de acordo com sua notação, possui uma relação particular com a mente e aponta para um informar e instruir dela. Ela é tomada tanto pela ação de admoestar [como em Tito 3:10, "ao homem herético, depois da primeira e segunda admoestação, evita-o"] quanto pela coisa admoestada, sentido este último que a maioria aqui adota; contudo, eu não gostaria que o primeiro fosse totalmente excluído, pois, de acordo com o significado pleno da palavra, entendo que se pretende o seguinte:

Assim como os pais entregam bons preceitos e princípios aos seus filhos, eles devem ser cuidadosos, por meio de admoestações fortes e frequentes, para fixá-los e estabelecê-los na mente de seus filhos. A Lei expressa o mesmo por outra metáfora que utiliza, em uma direção que dá aos pais, dizendo: "tu as afiarás ou aguçarás [as Leis de Deus] sobre teus filhos". Isto é, tu as ensinarás diligentemente a eles.

Quanto mais esforço for dedicado a esse tipo de trabalho, menos trabalho será perdido. Aquilo que a princípio é pouco notado, por meio de muita insistência e pressão, será retido para sempre, como um prego que, a um só golpe, mal entra, mas com muitos golpes é cravado até a cabeça.

121. De adicionar informação à disciplina.

A adição da palavra admoestação à nutrição não é [como alguns entendem] uma mera explicação do mesmo ponto, mas também uma declaração de um dever adicional, que é este: Assim como os pais, pela disciplina, mantêm seus filhos sob controle, pela informação eles devem direcioná-los no caminho certo. Salomão tanto apresenta o ponto quanto adiciona uma boa razão para reforçá-lo: pois, diz ele, "Ensina a criança no caminho em que deve andar"; aí está o dever: "e, quando envelhecer, não se desviará dele" (Prov. 22:6): aí está a razão.

Manter uma criança sob controle por meio de uma boa disciplina pode torná-la obediente enquanto o pai estiver sobre ela; mas informar bem o seu entendimento e julgamento é um meio de sustentá-la no caminho certo enquanto ela viver.

122. Dos pais ensinando a seus filhos o temor de Deus.

A última expressão [do Senhor] indica o melhor dever que um pai pode cumprir por seu filho. A admoestação do Senhor declara princípios tais como os que um pai recebeu do Senhor e aprendeu da palavra de Deus: tais que podem ensinar uma criança a temer ao Senhor, tais que tendem à verdadeira piedade e relação: de onde observo adiante que,

Os pais devem especialmente ensinar aos seus filhos o dever para com Deus. "Vinde, filhos", [diz o salmista] "ouvi-me; eu vos ensinarei o temor do Senhor". Sobre este particular, falaremos mais amplamente adiante (ver Tratado 6, Seção 34).

123. Da sujeição que os servos crentes devem.

Porque existe ainda outra ordem na família além daquelas que foram observadas anteriormente, a saber, a ordem de senhores e servos, o Apóstolo prescreve também a eles o seu dever. Como

ele começou com esposas e filhos, nas duas ordens anteriores, aqui ele começa com os servos, que são os inferiores, pelas mesmas razões apresentadas anteriormente (ver Seção 10).

O apóstolo é um tanto copioso ao expor os deveres dos servos e ao instá-los a cumprir seu dever; e isso por duas razões especiais: uma em relação àqueles cujos senhores eram infiéis; outra em relação àqueles cujos senhores eram santos.

1. Havia muitos servos naqueles dias em que o Evangelho foi pregado pela primeira vez aos gentios que, pela pregação deste, foram convertidos, mas cujos senhores não abraçaram o Evangelho: por isso, esses servos começaram a conceber que, sendo cristãos, não deveriam estar sujeitos aos seus senhores que eram infiéis.
2. Havia outros servos cujos senhores criam no Evangelho tanto quanto eles: agora, porque o Evangelho ensinava que não há nem escravo nem livre, mas todos são um em Cristo Jesus, eles pensavam que não deveriam estar sujeitos ao seu senhor, que era seu irmão em Cristo. Essas duas concepções absurdas e presunçosas o Apóstolo insinua e enfrenta expressamente em outro lugar (1 Tim. 6:1,2). E porque elas haviam criado raízes profundas na mente de muitos servos, o Apóstolo aqui, neste lugar, trabalha com mais empenho para arrancá-las, e isso por meio de uma pressão minuciosa sobre a consciência deles acerca daquela sujeição à qual estão vinculados aos seus senhores, como senhores, qualquer que fosse a disposição deles. Sobre isso, falaremos mais depois (ver Tratado 7, Seções 2 e 3). Aqui, de passagem, observe três pontos.

- a. O Evangelho não liberta os inferiores daquela sujeição aos homens à qual, pela Lei moral, estão vinculados.
- b. Os homens estão prontos a transformar a graça de Deus em libertinagem.
- c. À medida que os erros começam a brotar na Igreja, os Ministros devem ser cuidadosos em arrancá-los.

124. Do significado do quinto versículo.

Efésios 6:5. "Servos, obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo."

Este título [servos] é um título geral, que pode ser aplicado a todos aqueles que, por qualquer vínculo civil externo ou direito, devem seu serviço a outrem: de qualquer sexo que sejam as próprias pessoas, ou de que tipo for sua servidão, seja ela mais servil ou liberal.

Servil, como os nascidos servos, ou vendidos como servos, ou tomados em guerra, ou resgatados; pois, antigamente, eram chamados de servos aqueles que, sendo tomados em guerra, eram poupados da morte.

Liberal, como sendo por contrato voluntário tornados servos, seja por vontade própria, como alguns empregados domésticos, jornaleiros e trabalhadores; ou por um certo termo de anos, como aprendizes, escreventes e afins. Portanto, qualquer que tenha sido o nascimento, parentesco, estado ou condição anterior de qualquer um; sendo servos, eles devem ser sujeitos e cumprir o dever de servos: o título indefinido do Apóstolo [servos] não admite exceção de ninguém.

O outro título [senhores] tem uma extensão tão ampla que compreende ambos os sexos, senhores e senhoras: e destes, todos os tipos, grandes e pequenos, ricos e pobres, fortes e fracos, fiéis e infiéis, verdadeiros professos e profanos; pessoas supersticiosas, idólatras, heréticas ou semelhantes: de modo que nenhuma condição ou disposição do senhor isenta o servo de cumprir o dever para com ele.

Entre outros graus e diferenças, note-se especialmente que ambos os sexos, senhoras tanto quanto senhores, são aqui pretendidos, para que os deveres que são ordenados a serem realizados aos senhores possam ser realizados de forma correspondente às senhoras [na medida em que são comuns a ambos] e isso tanto por servas quanto por servos que estão sob o comando de senhoras. Nas famílias, as senhoras são tão comuns quanto os senhores e, portanto, julguei bom dar um aviso especial sobre isso. Sob esta palavra [obedecer] estão compreendidos todos aqueles deveres que os servos devem aos seus senhores: é a mesma palavra que foi usada anteriormente no primeiro versículo: e tem uma extensão tão grande aqui, sendo aplicada aos servos, quanto tinha lá, sendo aplicada aos filhos: ela mostra que A regra dos servos [como servos] é a vontade de seu senhor.

Esta cláusula [segundo a carne] é por alguns referida à ação de obediência, como se fosse adicionada pelo Apóstolo para mostrar que tipo de obediência os servos devem aos seus senhores, a saber, uma obediência civil, corporal em coisas temporais, oposta àquela obediência espiritual que é devida somente a Deus. Embora se possa fazer distinção entre o serviço que é devido a Deus e o que é devido ao homem, esta aplicação desta frase neste lugar pode dar ocasião aos servos de pensarem

que, se realizarem o serviço externo aos seus senhores, tudo está bem, eles não devem nenhum temor ou honra interior, o que é um erro ao qual o Apóstolo aqui se opõe principalmente.

Mas porque esta cláusula [segundo a carne] está imediatamente ligada a senhores, eu a refiro à pessoa a quem a obediência deve ser dada, e assim a tomo como uma descrição deles, como se ele tivesse dito: a senhores carnis ou corporais.

O Apóstolo descreve assim os senhores por estas razões:

1. Para distinção: para mostrar que ele se refere a senhores que são do mesmo molde que os servos: distinguindo-os assim de Deus, que é espírito: assim o Apóstolo distingue entre os pais de nossa carne e o Pai dos espíritos (Heb. 12:9).
2. Para prevenção: para que os servos não digam: nossos senhores são carne e sangue como nós, por que então deveríamos estar sujeitos a eles? Para enfrentar esse pensamento, o Apóstolo diz expressamente que a obediência é devida aos senhores segundo a carne.
3. Para mitigação de sua servidão: pois sendo seus senhores carne, eles não têm poder senão sobre os corpos de seus servos: seus espíritos estão livres deles: aspecto em que o Apóstolo chama os servos cristãos de libertos do Senhor (1Co 7:22).
4. Para consolação contra sua condição atual, que é apenas por um tempo, porque seus senhores são carne: tudo o que é segundo a carne não tem longa duração, mas tem seu prazo.
5. Para direção: para mostrar em que coisas consiste especialmente aquela obediência que pertence propriamente a um senhor: a saber, em coisas civis,

externas: pois cada um deve ser servido de acordo com sua natureza. Como Deus, sendo espírito, deve ser servido em espírito: assim o homem, sendo carne, deve ser servido na carne. Agora, este serviço na carne não se opõe ao serviço sincero e íntegro, mas ao espiritual. Assim, por consequência, pode-se pretender aquilo que alguns gostariam que fosse o significado principal.

Objeção: Senhores podem ordenar coisas espirituais, a saber, adorar a Deus, e de tal e tal maneira.

Resposta: Por sua própria cabeça, ele não pode ordenar tais coisas: deve haver uma garantia superior para a realização delas do que o mandamento do homem.

Um ponto principal aqui pretendido é este: que os Senhores não devem ser desrespeitados levemente porque são segundo a carne: isto é, fracos, frágeis, de curta duração, da mesma natureza que os servos são.

Para que, diante da descrição supracitada dos senhores, os servos não tomem para si ousadia excessiva, o Apóstolo anexa esta cláusula [com temor e tremor, etc.], que tem relação com a maneira de sua obediência. Nenhum medo servil é aqui pretendido, como se os servos devessem viver em pavor contínuo ou tremer à vista de seus senhores: um servo, pela tirania de algum senhor, pode ser levado a agir assim: mas agir assim não é um dever cristão: o que o Apóstolo aqui exige é um dever pertencente a todos os servos cristãos para com todos os tipos de senhores, mesmo os mais brandos que existam. É, portanto, um respeito reverente à autoridade de um senhor e uma reverência zelosa à sua pessoa o que é aqui exigido: e opõe-se à insolência, petulância, audácia, arrogância, retrucar, murmurar e

resmungar contra seus senhores, e outros vícios semelhantes. Para mostrar quão graves são essas faltas e que grande respeito os servos devem ter para com seus senhores, estas duas palavras [temor e tremor] são unidas: as quais, em efeito, declaram uma mesma coisa: mas, para fins de explicação, podem ser distinguidas. Pois temor significa um respeito reverente por alguém: é aquilo que no capítulo anterior foi exigido das esposas: embora a coisa em geral que é exigida de esposas e servos seja a mesma, o modo e a medida particular do temor de um servo são muito diferentes.

Tremor é mais próprio dos servos: é um pavor da punição: e é exigido dos servos, não como se devessem fazer todas as coisas simplesmente por medo da punição, mas porque Deus colocou um cajado nas mãos do senhor, os servos devem tremer diante desse poder que seus senhores têm e temer provocá-los ao castigo. Para este propósito diz o Apóstolo aos súditos em relação ao poder que um Magistrado tem: "teme, porque não traz a espada em vão" (Rom. 13:3,4).

Daí aprendemos que a autoridade de um senhor deve incutir pavor no coração de um servo. O pavor que os servos devem ter do poder e autoridade de seu senhor faz com que muitos não se preocupem com nada mais do que evitar o desagrado de seu senhor: por isso o Apóstolo adiciona um grau adicional da sujeição de um servo, a saber, que seja em singeleza de coração, isto é, honesta, inteira, íntegra: pois isso se opõe à hipocrisia, dissimulação e fraude: sim, de Vosso coração, não de outro: outro, na simplicidade de seu coração, pode pensar que você faz uma coisa melhor do que faz, por uma construção caridosa de tudo, mas se na singeleza de seu próprio coração você o faz, será em verdade como parece ser. De modo que

Todos os serviços que os servos realizam para seus senhores devem ser feitos em verdade e integridade. O Apóstolo dá esta direção aos cristãos que têm a ver não apenas com senhores segundo a carne [que apenas veem a aparência externa], mas também com o Senhor dos espíritos, que olha para o coração (1 Sam. 16:7): e, portanto, ele também adicionou esta cláusula, "como a Cristo": ensinando aos servos, por meio disso, que os servos, em sua obediência aos seus senhores, devem aprovar-se a Jesus Cristo tanto quanto aos seus senhores segundo a carne. A frase [como a Cristo] implica tanto quanto aquele [no Senhor] de que falamos antes (ver Seção 96).

125. Do significado do sexto versículo.

Efésios 6:6. "Não servindo à vista, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus."

Este e o versículo seguinte são adicionados como uma explicação adicional da última cláusula do versículo anterior. Parece que os servos, embora pudessem em certa medida cumprir o dever principal da obediência, falhavam excessivamente na maneira de realizá-lo. Porque os senhores eram apenas homens, senhores segundo a carne, que não tinham poder sobre o coração nem podiam discernir a disposição deste, os servos pensavam que haviam cumprido bem o seu dever se tivessem realizado exteriormente o que o seu senhor exigia: agora, para arrancar esta erva amarga e reformar este conceito corrupto, o Apóstolo é mais extenso em esclarecer o ponto do serviço sincero e íntegro: portanto, para expressar mais plenamente sua mente e significado, primeiro ele apresenta o vício contrário à referida sinceridade [pois os contrários postos juntos realçam um ao outro] e então retorna mais distintamente

para declarar a virtude. De onde se nota: Aqueles pontos devem ser mais instados sobre as pessoas nos quais elas mais falham.

O vício aqui notado como contrário ao serviço sincero é chamado de serviço para os olhos. Nossa palavra em inglês responde de forma própria e adequada ao original, tanto na notação quanto no seu verdadeiro sentido e significado. Ela implica um mero serviço externo apenas para satisfazer o olho do homem: e isso é duplo: hipócrita e parasítico.

O serviço hipócrita é aquele que é meramente aparente: quando se finge fazer o que de fato não se faz; como se um servo viesse do trabalho de seu senhor todo suado, como se tivesse feito um esforço extraordinário, quando na verdade não fez nada, mas se fez suar de outra forma, ou apenas fez uma simulação de suor.

O serviço parasítico é aquele que é de fato feito, mas na presença do senhor: tais servos são aqueles que serão muito diligentes e fiéis ao fazer as coisas que seus senhores veem, ou que chegarão ao conhecimento deles: mas, de outra forma, pelas costas de seu senhor, e em coisas que esperam que nunca cheguem ao conhecimento dele, serão tão negligentes e infiéis como se não fossem servos. No entanto, para satisfazer seus senhores e bajulá-los, farão qualquer coisa, por mais ilícita que seja.

Deste vício assim descoberto, note que Deus exige mais do que aquilo que pode satisfazer o olho do homem. O olho de Deus é um olho penetrante e pode ver muita impureza onde, para o olho do homem, tudo parece muito belo: de modo que muito se enganam aqueles que pensam que tudo está bem porque ninguém pode lhes dizer: "teu olho é mau". Aqueles que se

contentam em prestar serviço para os olhos, o Apóstolo aqui os denomina bajuladores de homens: título que ele lhes dá por duas razões especiais:

1. Para mostrar o fundamento do serviço para os olhos: que é porque todo o cuidado deles é agradar ao seu senhor, que é um homem: pois bem sabem que o homem só pode ver a aparência externa, ou aquilo que é feito diante de sua face.
2. Para mostrar a gravidade desse pecado: pois ele está contaminado com o ateísmo, na medida em que o homem culpado disso não tem respeito a Deus, mas prefere seu senhor a Deus: ele não se importa em agradar a Deus, desde que agrade ao seu senhor: pois esta é a ênfase daquela palavra [bajuladores de homens]. É dita em oposição a Deus, como o Apóstolo insinua em outro lugar, dizendo: "Se eu ainda agradasse aos homens, não seria servo de Cristo" (Gl 1:10).

Objeção: Como pode ser um pecado tão grave ser bajulador de homens, quando o Apóstolo aconselha os servos a agradarem aos seus senhores em todas as coisas (Tito 2:9)?

Resposta: O conselho ali dado não é simplesmente agradar, mas agradar bem, como a palavra original propriamente significa.

Resposta: Aquela partícula geral [todas as coisas] deve ser restrita aos deveres de um servo e a todas as partes da obediência, que ele menciona nas palavras imediatamente anteriores. Os servos, portanto, devem agradar aos seus senhores em todas as coisas que seus senhores têm poder para exigir de suas mãos e que eles são obrigados a fazer. O "agradar a homens" aqui

mencionado opõe-se ao agradar a Deus. O agradar a homens ali mencionado é subordinado ao nosso agradar a Deus: aqui, agradar a homens é bajulá-los em tudo, seja bom ou mau: lá, agradá-los é obedecê-los conscientemente em toda coisa lícita. Aqui é condenado o buscar agradar aos homens em primeiro lugar, e isso apenas e totalmente em tudo, enquanto deveríamos primeiro buscar a aprovação de Deus, depois o testemunho de uma boa consciência e, após estes, o agradar aos homens, mas em Deus, por Deus e sob Deus.

Observe, então, que um servo não deve se entregar totalmente a bajular e agradar ao seu senhor: pois assim pode ele, em muitas coisas, desagradar profundamente ao Deus Todo-Poderoso. Para evitar os dois pecados supracitados, o serviço para os olhos e o agradar a homens, o Apóstolo dá uma excelente direção nestas palavras: "como servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus", onde podemos observar que servos de Cristo se opõe a bajuladores de homens, e fazer a vontade de Deus de coração se opõe ao serviço para os olhos.

Servos de Cristo são aqueles que sabem que seus senhores estão no lugar de Cristo, carregam sua imagem, têm sua autoridade dele e estão sob ele: de modo que, ao servirem seus senhores, servem a Cristo: e, na medida em que puderem servir a ambos juntos, o farão: mas se eles se provarem senhores contrários e, por isso, um necessariamente tiver de ser deixado, então eles se apegarão ao senhor supremo, que é Cristo: e, neste aspecto, são chamados de libertos do Senhor (1Co 7:22). Assim vemos como um servo pode não ser um servo [de homens], se fizer todas as coisas para o Senhor. Desta oposição entre bajuladores de homens e servos de Cristo, note que aqueles que

em todas as coisas se entregam para agradar aos homens não são servos de Cristo.

Para que possamos saber melhor quem são os servos de Cristo, o Apóstolo adiciona uma descrição deles nestas palavras [fazendo de coração a vontade de Deus]. A vontade de Cristo é a vontade de Deus: pois, como Cristo é Deus, a vontade do Pai e a dele são uma só: como ele é homem, ele ordena totalmente sua vontade pela de seu Pai; ele não busca sua própria vontade, mas a vontade do Pai que o enviou (João 5:30).

Esta descrição de um servo de Cristo o Apóstolo adiciona em parte como uma direção aos servos para ensiná-los como, ao servirem seus senhores, podem ser servos de Cristo [a saber, tendo um olho na palavra de Deus, pela qual sua vontade é revelada tanto para a matéria quanto para a maneira de todas as coisas que fazem] e em parte como um motivo para persuadi-los a estarem contentes com seu lugar e a cumprirem alegremente seu dever, porque assim é a vontade de Deus.

A vontade de Deus é o que deve dirigir e estabelecer cada um nas coisas que faz: pois a vontade de Deus é a regra do que é certo. Tudo é muito certo quando ele o quer: e nada é certo se se desvia de sua vontade.

Para colocar uma diferença entre Cristo e outros senhores, e para mostrar que ele não olha [como o homem faz] para a aparência externa, mas contempla o coração, o Apóstolo anexa esta cláusula [de coração]. E ela declara que Uma coisa boa deve ser bem feita. Fazer o que é a vontade de Deus, comentada por sua palavra, é, quanto à substância, uma coisa boa: fazê-lo de coração é a maneira correta de fazê-lo:

aquilo que, sendo bom, é feito de uma maneira correta, é bem feito.

126. Do significado do sétimo versículo.

Efésios 6:7. "Servindo de boa vontade como ao Senhor, e não aos homens."

Neste versículo, o Apóstolo inculca mais uma vez o ponto supracitado concernente à maneira dos servos obedecerem aos seus senhores e ao seu cuidado em se aprovarem perante o seu senhor supremo: de onde se observa que pontos necessários e pesados devem ser instados repetidamente. Este é um ponto necessário, porque os servos falham excessivamente nele: e é um ponto pesado, porque todo o conforto e benefício do serviço consistem na aprovação de Deus. Mas o ponto anterior não é aqui meramente e puramente repetido, mas apresentado de tal forma que outras boas direções são oferecidas aos servos para a sua maneira de obediência.

1. Servir de boa vontade é algo mais do que com singeleza de coração. Pois implica adicionalmente:
 - a. Uma prontidão e alegria ao fazer uma coisa; um fazê-lo com uma mente boa, como mostra a notação da palavra grega.
 - b. Um desejo e esforço para que seus senhores possam colher lucro e benefício de seu serviço: por meio do qual mostram que nutrem uma boa vontade e boa mente para com seus senhores. Ao estabelecer os deveres dos servos, o Apóstolo usa outra palavra diferente daquela do quinto versículo, a saber, esta [servindo/prestando serviço], pela qual mostra que o lugar e o dever

de um servo são de um tipo mais abjeto e inferior do que o lugar e o dever de um filho ou de uma esposa: a palavra anterior [obedecer] era comum a todos: esta palavra [servindo] é própria dos servos: e o próprio título de servo deriva-se daí. Daí note que

- c. Embora esposas e filhos sejam inferiores tanto quanto os servos, os servos não podem esperar por tais privilégios como eles têm. Outro tipo de sujeição deve ser realizado pelos servos. A cláusula anexada [como ao Senhor] é, em efeito, a mesma que a do quinto versículo [como a Cristo], pois por Senhor ele aqui entende o Senhor Cristo. Mas ela é adicionada para enfrentar uma objeção secreta. Pois, se os servos dissessem: "Vós nos exigis que sirvamos aos nossos senhores de boa vontade, mas e se eles forem de coração duro e não considerarem nossa boa vontade, mas perverterem nossa boa mente?", o Apóstolo lhes dá esta resposta: "Não olheis tanto para os homens e sua recompensa, mas para Deus e sua recompensa: servi aos homens no Senhor e pelo Senhor, como se servisseis a Deus: assim o vosso serviço não será em vão". A inferência do oitavo versículo sobre este mostra que é isso que o Apóstolo aqui pretende. Aprenda, portanto, que o olho deve estar voltado para Deus mesmo naqueles deveres que realizamos para com os homens: e isso tanto para aprovação quanto para recompensa da parte de Deus.

- d. A cláusula negativa que se segue nestas palavras [e não aos homens] não deve ser tomada de forma absoluta [pois então contrariaria o escopo principal do Apóstolo neste lugar], mas comparativamente em relação a Deus, e isso em dois aspectos:
 2. Que o serviço não seja feito apenas aos homens.
 3. Que o serviço não seja feito aos homens em si mesmos e por si mesmos. O serviço deve ser feito a Deus tanto quanto aos homens: sim, naquele serviço que fazemos aos homens, devemos servir a Deus. Os homens devem ser servidos por amor ao Senhor, porque o Senhor o ordenou, porque eles carregam a imagem do Senhor e estão em seu lugar: no Senhor e sob o Senhor. Desta ampla declaração da maneira de prestar serviço aos senhores, note a diferença entre tais servos que são servos de homens e tais que são servos de Cristo.
 4. Aqueles fazem tudo para o olho. Estes, tudo de coração.
 5. Aqueles buscam agradar aos homens. Estes fazem a vontade de Deus.
 6. Aqueles fazem seu serviço com descontentamento. Estes, alegremente.
 7. Aqueles fazem tudo por amor-próprio. Estes, com boa vontade.

127. Do significado do oitavo versículo.

Efésios 6:8. "Sabendo que cada um receberá do Senhor todo o bem que fizer, seja servo, seja livre."

Grande é a ingratidão de muitos senhores: eles exigirão todo o serviço que um pobre servo possivelmente possa fazer, mas recompensarão escassamente seus esforços: sim, pode ser

que recompensem muito mal o mesmo, não oferecendo alimento, vestuário ou alojamento competentes, mas sim carrancas, repreensões e golpes. Agora, para sustentar os servos em tais apertos e encorajá-los a cumprir seu dever, quer seus senhores o considerem ou não, o Apóstolo neste versículo trabalha para elevar suas mentes a Deus: e para mostrar-lhes que Ele os considera e os recompensará suficientemente, de modo que o trabalho dos servos não será em vão no Senhor. Para pressionar mais este encorajamento sobre eles, ele o apresenta como algo aceito por todos, tão claro que nenhum deles pode ignorar [sabendo], como se dissesse: "todos vós bem sabeis que o que agora digo é a mais pura verdade": daí note que o respeito de Deus pelos servos fiéis é tão bem conhecido que ninguém que tenha qualquer entendimento pode ignorá-lo.

O argumento do Apóstolo é extraído do geral para o particular, e a generalidade é notada na coisa feita [todo o bem] e na pessoa que o faz [cada um]. Mas porque a generalidade da coisa poderia ser esticada demais, ele adiciona esta limitação [bem] e porque a generalidade da pessoa poderia ser restringida demais, ele adiciona esta explicação [seja servo ou livre]. Esta distinção é usada porque naqueles dias muitos servos eram escravos e escravas. Agora, o argumento do Apóstolo pode ser assim formulado: Cada um, de qualquer estado e grau que seja, será recompensado por Deus por cada coisa boa que fizer, seja grande ou pequena. Portanto, cada servo será recompensado por Deus por cada bom serviço.

A recompensa prometida é apresentada sob uma fala concisa [receberá o mesmo], significando que receberá uma recompensa pelo mesmo: essa frase tem relação com a colheita que um agricultor recebe do grão que semeou, que é do mesmo

tipo que semeou: sendo a semente trigo, a colheita é de trigo (1Co 15:38): sendo a semente abundantemente semeada, a colheita será abundante (2Co 9:6): para o mesmo propósito diz este Apóstolo em outro lugar: "tudo o que o homem semear, isso também ceifará" (Gál. 6:7). Agora, para aplicar isso, os servos que, por seu serviço fiel, trazem honra e glória a Deus, receberão novamente honra e glória. Se perguntarem de quem a receberão, o Apóstolo responde expressamente: Do Senhor: pois é o Senhor quem disse: "Aos que me honram, honrarei" (1 Sam. 2:30). Deus não se esquecerá deles, embora seus senhores possam esquecer. Deste versículo assim aberto, colho estas observações particulares concernentes aos servos:

1. Os servos podem e devem aplicar a si mesmos as promessas gerais feitas aos cristãos. Caso contrário, este argumento geral do Apóstolo teria pouco propósito neste lugar.
2. Um cristão pode ser um escravo: pois o Apóstolo dirige este encorajamento aos cristãos, entre os quais pressupõe que alguns sejam escravos, opondo-os aos homens livres, que também eram servos.
3. O serviço fiel prestado aos homens é uma coisa boa: pois as coisas boas que os servos fazem especialmente estão em seu serviço.
4. Assim como Deus não aceita os homens porque são livres, também não os rejeita porque são escravos. Não é a pessoa, mas a obra que Ele considera.
5. O serviço fiel dos servos é como uma boa semente semeada: produzirá uma boa colheita. A metáfora aqui insinuada implica isso.

6. Deus é honrado pelo serviço fiel dos servos: isso é indicado pela aplicação da recompensa de Deus a eles, pois Deus não honra a ninguém senão aos que o honram.

128. Da conexão dos deveres dos senhores com os dos servos.

Efésios 6:9. "E vós, senhores, fazei o mesmo para com eles, deixando as ameaças, sabendo que o Senhor deles e vosso está no céu, e que para com ele não há aceção de pessoas."

Uma doutrina semelhante foi notada da conexão dos deveres dos pais com os dos filhos: lá você pode ver este ponto geral mais ampliado (ver Seção 115). Aos deveres dos servos, o Apóstolo adjunta os deveres dos senhores, dizendo: "E vós, senhores": de onde se aprende que os senhores estão tão obrigados ao dever quanto os servos.

1. A Lei de Deus exige tanto: pois ela ordena expressamente muitos deveres aos senhores [como veremos no oitavo tratado a seguir].
2. O mesmo faz a lei da natureza, que uniu senhor e servo por um vínculo mútuo e recíproco de fazer o bem, bem como de receber o bem.
3. A lei das nações também exige tanto: pois em todas as nações onde quer que tenha havido qualquer bom governo, e onde leis sábias e boas foram feitas, leis particulares sobre os deveres dos senhores foram estabelecidas.
4. A lei da equidade também o faz. Um bem merece outro bem: portanto, o Apóstolo diz aos senhores: "dai aos vossos servos o que é de justiça e equidade" (Col. 4:1). Agora, que os senhores tomem nota disso: e saibam que

Deus, o grande Senhor de todos, fez esta relação entre senhor e servo, e colocou cada um deles em seus lugares distintos e diversos para o bem mútuo de um e de outro, de modo que os servos não existem mais para o bem dos senhores do que os senhores para o bem dos servos. Portanto, assim como esperam pelo dever, que realizem o dever: se os servos falham em seu dever, que os senhores vejam se eles mesmos não são a causa disso, por falharem no deles. A autoridade deles não será desculpa diante de Cristo, mas um meio para agravar sua falta e aumentar sua condenação: pois quanto maior o talento, mais diligência é esperada e contas mais rigorosas serão exigidas.

129. Sobre o significado da frase: "Fazei o mesmo para com eles".

Estes dois títulos [senhores, servos] são aqui utilizados da mesma forma que no quinto versículo (veja a Seção 124). Todos os deveres dos senhores estão compreendidos nesta frase: "fazei o mesmo para com eles". À primeira vista, isso pode parecer estranho, pois alguém poderia dizer: "As coisas que os servos devem fazer são temer, obedecer e prestar serviço; devem os senhores fazer as mesmas coisas?".

Resposta 1. Estas palavras não se referem aos deveres particulares que são próprios dos servos, mas às regras gerais de equidade que são comuns tanto aos senhores quanto aos servos; a saber: que, em suas respectivas posições, ajam com sinceridade de coração, como para Cristo, não com um serviço apenas para as aparências (como quem busca agradar a homens), mas como servos de Cristo, fazendo a vontade de Deus de coração.

1. Essas palavras podem referir-se ao oitavo versículo, o versículo imediatamente anterior, que estabelece uma regra geral para que todos os homens, em suas diferentes posições, façam o que é bom em seus cargos. Assim, da mesma forma que os servos devem estar atentos às suas posições para cumprir o que é bom nelas, os senhores devem fazer o mesmo: ou seja, devem estar atentos às suas posições para cumprir o que é bom nelas.
2. Essas palavras podem ser interpretadas sem referência a palavras anteriores, sendo expostas como um dever mútuo, recíproco e proporcional que deve existir entre senhor e servo. Não nos detalhes específicos — como se os mesmos deveres devessem ser realizados por ambos, pois isso subverteria a ordem e os graus que Deus estabeleceu entre senhor e servo, contrariando a ordenança divina e gerando contradição — mas, em geral, que deveres devem ser prestados de um para com o outro. Nesse sentido, o Apóstolo disse anteriormente sobre todas as classes (veja a Seção 3), superiores e inferiores: "Sujeitai-vos uns aos outros". E assim, por meio desta frase, confirma-se a doutrina mencionada anteriormente de que os senhores estão tão obrigados ao dever quanto os servos.

Nenhuma dessas respostas anula a outra; todas podem ser admitidas e coexistir perfeitamente. Todas implicam uma equidade comum entre senhores e servos, mas não uma igualdade; deveres mútuos, porém deveres diversos e distintos, pertencentes às suas respectivas posições. Compare este texto com o que o próprio Apóstolo anotou de forma mais clara e completa em Colossenses 4:1, e observaremos que ele mesmo explica seu significado; pois o que aqui ele implica sob a frase

"o mesmo", lá ele expressa sob as palavras "justo" e "equitativo", das quais falaremos mais detalhadamente adiante (veja o Tratado 8, Seções 20 e 44).

O Apóstolo propositalmente envolve os deveres dos senhores sob esta frase geral, "fazei o mesmo", para prevenir uma objeção oculta vinda da eminência e superioridade dos senhores sobre os servos, o que os faz pensar que os servos existem apenas para o uso dos senhores, e que os senhores não possuem obrigações para com seus servos. Mas se, no geral, os senhores devem fazer o mesmo, então eles existem para o bem de seus servos, assim como os servos para o deles.

130. Sobre os senhores evitem as ameaças.

O Apóstolo, nestas palavras ["deixando as ameaças"], não proíbe simplesmente toda forma de ameaça, mas prescreve uma moderação nelas; e isso os tradutores do Rei bem expressaram na margem deste texto. Ameaçar é um dever que, conforme a ocasião exigir, os senhores devem usar, inclusive para evitar castigos físicos. No entanto, homens em posição de autoridade são naturalmente propensos a insultar seus inferiores e a pensar que não podem demonstrar autoridade exceto pela austeridade. Por essa razão, o Apóstolo desaconselha os maridos da amargura (Colossenses 3:19) e os pais de provocarem seus filhos à ira (Efésios 6:4).

Além disso, os gentios e pagãos pensavam que tinham poder absoluto sobre os servos, inclusive de vida e morte (veja o Tratado 8, Seção 14); por isso, os imperadores romanos criaram leis para restringir esse rigor, pois eles tratavam seus servos como animais. Para que os senhores cristãos não tivessem a mesma mentalidade, o Apóstolo os exorta a deixar as ameaças.

Daqui, observe que: A autoridade deve ser moderada e mantida sob controle; caso contrário, será como um rio transbordante sem margens ou muros.

"Ameaça" aqui representa todo tipo de rigor, seja no coração, no olhar, nas palavras ou nas ações; pois é comum na Escritura usar um exemplo para representar todos do mesmo tipo. "Deixar" ou "evitar" implica uma restrição de todo tipo de excesso, como:

1. No tempo e na continuidade: quando há ameaças contínuas por qualquer motivo pequeno e leve.
2. Na medida: quando a ameaça é muito feroz e violenta, de modo que faz o coração inchar de raiva, saindo fogo pelos olhos e trovões pela boca, fazendo o corpo tremer.
3. Na execução: quando toda vingança outrora ameaçada é certamente executada, mesmo que a parte culpada esteja arrependida, humilhe-se, prometa mudança e dê boas esperanças de correção. Ai de nós, servos do Deus Altíssimo, se Ele lidasse conosco dessa maneira.

Note aqui que os homens podem exceder-se ao cumprir um dever obrigatório, transformando uma virtude necessária em um vício prejudicial; portanto, deve-se ter grande respeito à maneira de realizar coisas boas e lícitas. Ainda sobre a extensão desta proibição, devemos saber que, sob o vício proibido, as virtudes contrárias são ordenadas, como a mansidão, a gentileza, a paciência e a longanimidade.

131. Sobre a sujeição dos senhores a um Senhor maior.

A última parte deste versículo contém um motivo para reforçar as orientações da parte anterior. O motivo, em suma, estabelece a sujeição na qual os senhores estão perante Deus. Um ponto que

nenhum deles poderia ignorar, e por isso ele escreve: "sabendo que"; pois, todos os homens sabem que existe alguém superior ao mais alto na terra. A luz da natureza revela isso; nenhum pagão, muito menos um cristão, pode ignorar tal fato. Ao dizer aos senhores que eles têm um Senhor, ele os faz entender que aqueles que estão em autoridade também estão sob autoridade: senhores têm um Senhor. Pois Deus é Senhor dos senhores e Mestre dos mestres (1Tm 6:15). Nesse sentido, disse José, um grande governante: "Acaso estou eu no lugar de Deus?" (Gênesis 50:19).

Estas duas pequenas partículas ["vós mesmos", ou "vós também"] acrescentam ênfase, referindo-se aos servos, como se ele dissesse: "tanto o vosso Senhor quanto o Senhor do vosso servo". Algumas cópias em grego, para maior clareza, leem: "o Senhor tanto deles quanto vosso". O sentido é o mesmo: mostra que, em relação a Deus, Senhores e servos estão na mesma sujeição e sob o mesmo comando. Há um só Senhor, Cristo; e todos os homens, quem quer que sejam, são irmãos e conservos.

132. Sobre o fato de Deus estar no céu.

Aquele grande Senhor, sob o qual todos os senhores da terra estão, é aqui dito estar no céu, para melhor recomendar e destacar Sua dignidade e autoridade, e para fazer com que os senhores tenham mais temor d'Ele. Com propósito semelhante, Davi, tendo descrito Deus sentado nos céus, infere esta exortação aos grandes comandantes da terra: "Agora, pois, ó reis, sede prudentes; deixai-vos instruir, juízes da terra. Servi ao Senhor com temor e alegrai-vos com tremor" (Salmo 2:4, 10, 11).

Objeção: Este posicionamento de Deus no céu torna aqueles que não temem a Deus mais insolentes e seguros de si; pois estarão prontos a dizer: "Como sabe Deus? Pode ele julgar através da escuridão? Nuvens espessas o cobrem, de modo que não vê; e ele passeia pelo circuito do céu" (Jó 22:13, 14).

Resposta 1. O Apóstolo escreveu para senhores cristãos, que tinham uma visão melhor de Deus do que tais ateus.

Resposta 2. O fato de Deus estar no céu não O limita a esse espaço, pois o céu e o céu dos céus não podem contê-Lo (1 Reis 8:27). Ele enche o céu e a terra (Jeremias 23:23). Embora o céu seja Seu trono, a terra é o estrado de Seus pés (Mateus 5:34, 35). Mas porque o Senhor manifesta Sua glória mais plenamente no céu e a partir do céu, diz-se, por excelência, que Ele está no céu; e isso em três aspectos especiais:

1. Para mostrar que não há proporção entre Ele e os senhores terrenos, por maiores que sejam. Pois, assim como o céu é mais alto que a terra, Deus é mais excelente, sim, infinitamente mais excelente que qualquer homem. "Quem é semelhante ao Senhor, nosso Deus, que habita nas alturas?" (Salmo 113:5). Não há tal diferença entre senhores e servos na terra.
2. Para mostrar que Ele tem Seus olhos continuamente sobre todos os Seus servos: Ele vê tudo o que fazem, como alguém posicionado acima dos outros vê todos os que estão abaixo. "Do céu olhou o Senhor para a terra" (Salmo 102:19). "O Senhor olha dos céus e vê todos os filhos dos homens" (Salmo 33:13). "Os olhos do Senhor estão em todo lugar, contemplando os maus e os bons" (Provérbios 15:3). Assim, esta frase indica exatamente o contrário do que foi objetado pelos ateus perversos.

3. Para mostrar que Ele é Todo-Poderoso: capaz tanto de recompensar Seus servos fiéis [pelo que Davi diz: "A ti levanto os meus olhos, ó tu que habitas nos céus" (Salmo 123:1)] quanto de executar vingança sobre aqueles que são infiéis a Deus e cruéis com seus servos [pelo que diz Salomão: "Se vires a opressão... não te maravilhes; pois o que é mais alto que o mais alto vigia" (Eclesiastes 5:8)].

Desta localização de Deus [no céu], aprendemos estas lições:

1. O olho da fé é necessário para contemplar a Deus, pois o céu é alto demais para qualquer olho físico penetrar. Mas, pela fé, Moisés viu Aquele que é invisível (Hebreus 11:27).
2. Embora os senhores não tivessem ninguém acima deles na terra, há um superior a eles. Há um Senhor no céu.
3. Aqueles que não podem ser ouvidos na terra têm a quem apelar. Há um Senhor no céu.
4. O comando sob o qual os senhores terrenos estão é muito maior do que o que eles possuem, pois o Comandante deles está no céu.

133. Sobre Deus não fazer acepção de pessoas.

O Apóstolo acrescenta ainda sobre Deus, o grande Senhor de todos, que para com Ele não há acepção de pessoas. A palavra hebraica usada para este ponto significa "rosto"; o mesmo ocorre com a palavra grega aqui traduzida como "pessoa": significa tanto rosto quanto pessoa. Ora, sabemos que o rosto de um homem é exterior, e é a parte que mais o torna agradável aos olhos de outro. Ele se opõe ao que é interior, o coração; nesse sentido, diz-se que o Senhor não vê como vê o homem, pois o

homem olha para a aparência externa, mas o Senhor olha para o coração (1 Samuel 16:7). Aqui, "rosto" ou "pessoa" representa toda qualidade externa, estado ou condição que faz alguém ser preferido em relação a outro na aprovação humana, como beleza, elegância, estatura, riqueza, honra, autoridade e afins. O fato de Deus não aceitar ou respeitar pessoas mostra que Deus não prefere ninguém por qualquer um dos aspectos externos mencionados ou outros semelhantes. Eliú explica claramente esta frase: "Ele não aceita a pessoa de príncipes, nem estima o rico mais do que o pobre" (Jó 34:19). A frase é tirada daqueles que se sentam em tribunais de julgamento, onde seus olhos deveriam estar vendados para não verem o rosto ou a pessoa dos que são trazidos perante eles, mas apenas ouvirem a causa.

Isso é observado aqui especificamente sobre Deus para combater a vaidade de muitos senhores que, embora saibam que Deus é o Senhor deles tanto quanto dos servos, pensam que Deus não os chamará a contas de forma tão rigorosa, mas que os tolerará por serem de uma classe superior e estarem em melhor condição que os servos. Mas, por esta frase, o Apóstolo mostra que: Para Deus, todos são iguais: Ele não faz diferença entre ninguém. Ele mostrará favor ao mais humilde, assim como ao maior; Ele se vingará do maior, assim como do mais humilde.

Muitas lições boas podem ser aprendidas daqui, como:

1. O mais pobre e humilde pode ter acesso tão livre a Deus quanto o mais rico e poderoso; e seu pedido será recebido com a mesma prontidão.
2. Os grandes da terra têm tanto motivo para temer a mão vingadora de Deus por qualquer pecado quanto os humildes.

3. Cabe aos magistrados e a todos em autoridade portarem-se de forma imparcial com todos os que estão sob seu comando, pois estão no lugar de Deus. A acepção de pessoas é a causa de toda injustiça e erro que os magistrados cometem.
4. Cabe aos Ministros serem fiéis em toda a casa de Deus e, com mão equilibrada, semear a semente da palavra de Deus, mantendo-se limpos do sangue de todos os homens; pois são mordomos e embaixadores de Deus e, portanto, não devem fazer acepção de pessoas.

O SEGUNDO TRATADO | PARTE 1

Sobre Marido e Mulher.

Quem deve ser assim considerado.

1. Sobre aqueles que podem buscar o casamento.

Tendo no tratado anterior estabelecido o fundamento de todos os deveres domésticos, expondo as palavras do Apóstolo, pretendo agora apresentá-los distintamente em ordem, começando com o primeiro e principal casal da família: Marido e Mulher. Aqui devemos primeiro falar das pessoas que devem ser consideradas verdadeiros e legítimos marido e mulher, e depois dos deveres que devem um ao outro. Assim, este Tratado consiste em duas partes:

1. A primeira declara quem são marido e mulher.
2. A segunda aponta os deveres mútuos comuns que devem um ao outro. Primeiro, sobre a primeira parte.

Marido e mulher são aqueles que estão devidamente unidos pelo vínculo do matrimônio, pelo qual dois se tornam uma só carne (veja o Tratado 7, Seções 82 e 84). Para melhor esclarecimento deste ponto, consideraremos tanto as partes que podem ser unidas tão proximamente, quanto a maneira como são devidamente unidas em uma unidade tão firme. Sobre as partes, devemos investigar:

1. Quem pode buscar um parceiro para o casamento.
2. Que tipo de parceiro deve ser escolhido.

3. Todos aqueles que são capazes, sem perigo inevitável para o seu companheiro, de realizar os deveres essenciais do casamento, podem se casar.

Desta proposição surgem três questões a serem discutidas:

1. Quem deve ser considerado capaz?
2. Que perigo é inevitável?
3. O casamento é livre para todos, exceto para esses?

2. Sobre a maturidade de idade naqueles que vão se casar.

Devem ser considerados capazes aqueles que já passaram da flor da idade e não estão, por defeito de natureza ou qualquer outra ocasião, impotentes.

A maturidade de idade é absolutamente necessária para a consumação de um casamento justo e lícito. Por isso, como Deus no princípio fez Adão em idade adulta, quando buscou uma esposa para ele, também a fez em idade adulta; Ele fez uma mulher, não uma criança (Gênesis 2:22). Onde o Apóstolo aconselha os pais a cuidarem do casamento de seus filhos, ele coloca esta ressalva: "se passarem da flor da idade" (1Co 7:36). A infância é contada como a flor da idade. Enquanto a flor da planta brota, a semente é verde, imprópria para ser semeada.

Pergunta: Quanto tempo dura a flor da idade?

Resposta: A lei civil, e também a lei comum, estabelecem doze anos para a flor da idade feminina e quatorze para a masculina, que é o mínimo. Pois, antes desses anos, eles não têm necessidade de casamento, nem estão aptos para ele; de modo que, se esperarem alguns anos mais, será muito melhor para as próprias partes que se casam, para os filhos que gerarem, para a família da qual serão chefes e para o Estado do qual são

membros. Note as idades dos reis de Israel e Judá quando se casaram pela primeira vez, e descobriremos que poucos tinham menos de vinte anos, e esses poucos não tinham mais de um ou dois anos a menos; e, no entanto, de todas as classes de pessoas, os reis costumavam casar-se mais cedo para terem herdeiros a tempo.

Objeção: Salomão era apenas uma criança quando assumiu a coroa (1 Crônicas 22:5; 29:1) e, no entanto, já tinha um filho de pelo menos um ano de idade (2 Crônicas 12:13).

Resposta: Ele era chamado de criança não de forma absoluta, mas comparativa, em relação aos seus outros irmãos que eram mais velhos que ele (1 Reis 2:22) e em relação à grande obra que deveria realizar (1 Reis 3:7). No tempo de seu reinado, ele é dito ser velho (1 Reis 11:4), o que não poderia ser se ele fosse cronologicamente uma criança ao começar a reinar, pois reinou apenas quarenta anos.

Objeção 2: Acaz tinha apenas vinte anos quando começou a reinar e reinou apenas quinze anos; no entanto, quando morreu, seu filho Ezequias tinha vinte e cinco anos. Por esse cálculo, Acaz teve um filho quando tinha apenas onze ou doze anos, no máximo (2 Crônicas 28:1; 29:1).

Resposta 1: Alguns dizem que isso foi extraordinário e dão esta razão: Acaz, sendo um pai tão jovem quanto Isabel foi uma mãe idosa, deveria ter esperança no Emanuel vindo de uma virgem.

Resposta 2: O início daquele reinado, quando Acaz tinha vinte anos, refere-se a Jotão, seu pai; pois Acaz tinha vinte anos quando ele [Jotão] começou a reinar, assim como Joaquim tinha oito anos quando ele [seu pai Joaquim] começou a reinar (2

Crônicas 28:1; 29:1), pois Joaquim tinha dezoito quando ele mesmo começou a reinar (2 Reis 24:8).

Objeção: Jotão tinha apenas vinte e cinco anos quando começou a reinar (2 Crônicas 27:1); como poderia seu filho Acaz, naquela época, ter vinte?

Resposta: Jotão tinha vinte e cinco anos quando seu pai Uzias foi ferido com lepra, época a partir da qual ele reinou como rei ainda durante a vida de seu pai (2 Crônicas 26:21). Mas, após a morte de seu pai, o reino foi estabelecido a ele sozinho de maneira mais solene; nesse aspecto, diz-se que então ele começou a reinar, e então seu filho Acaz tinha vinte anos, estando o próprio Jotão com cerca de quarenta.

Contrário à mencionada maturidade é a prática de pais ou amigos de crianças que arranjam casamentos para elas na infância, movendo-as a consentir e fazendo-as casar. Tais casamentos são casamentos de fachada e meras nulidades. Pois as crianças não podem saber o que pertence ao casamento, muito menos realizar o que é exigido de pessoas casadas; seu consentimento, portanto, é justamente considerado nulo, a menos que o ratifiquem após atingirem a idade adequada.

3. Sobre pessoas impotentes que não devem buscar o casamento.

Devem ser considerados impotentes e, nesse aspecto, incapazes de realizar os deveres essenciais do casamento, aqueles que [para usar a frase bíblica] "nasceram eunucos do ventre de sua mãe" (Mateus 19:12), ou que por qualquer ocasião acidental tornaram-se assim, como os que possuem defeitos ou obstruções em suas partes íntimas, ou foram acometidos por uma paralisia incurável, ou possuem frigidez ou qualquer outro impedimento

semelhante. Estes não devem buscar o casamento, pois, por esses sinais de impotência, Deus mostra que os chama para viverem solteiros. Contrário a esta manifestação da vontade de Deus, pecam aqueles que escondem sua impotência e se unem em casamento, frustrando assim um dos principais fins do matrimônio, que é a procriação de filhos, e causando tal dano à parte com quem se casam que uma satisfação suficiente jamais poderá ser feita.

4. Sobre a esterilidade, que não impede o casamento.

Pergunta: Devem os estéreis ser classificados entre as pessoas impotentes?

Resposta: Não, há uma grande diferença entre impotência e esterilidade.

1. A impotência pode ser conhecida e discernida por sinais externos sensíveis; a esterilidade não, ela só é percebida pela ausência de filhos.
2. Pessoas impotentes não podem prestar o "devido dever conjugal", mas as estéreis podem.
3. A impotência é incurável, mas a esterilidade não o é de forma absoluta. Muitos, após serem estéreis por muito tempo, tornaram-se frutíferos; e isso não apenas por uma obra extraordinária de Deus acima do curso da natureza [como Sara (Gênesis 18:11) e Isabel (Lucas 1:7), para quem, pela idade, já havia cessado o costume das mulheres], mas também por uma bênção que condiz com o curso da natureza, obtida por meio da oração [como Rebeca (Gênesis 25:21) e Ana (1 Samuel 1:5, 20)], do que a experiência diária dá evidência, pois muitos, após 10, 15, 20 ou mais anos de esterilidade, tiveram filhos.

Por esses motivos, muitos santos que eram estéreis se casaram, e sua prática não foi desaprovada, nem seu casamento dissolvido. Pois, embora a procriação de filhos seja um fim do casamento, não é o único; e tão inviolável é o vínculo matrimonial que, embora seja feito por causa dos filhos, na falta deles não pode ser quebrado.

5. Sobre o perigo inevitável que impede o casamento.

Aqueles que estão infectados com doenças contagiosas que se espalham para quem tem convívio com eles, infectando-os também, não devem buscar o casamento; pois isso certamente resultará em perigo para a parte com quem se casarem. Foi para o bem mútuo que Deus ordenou a lei do casamento (Gênesis 2:18); usá-lo para o dano e perigo do outro é contra o fim principal da primeira instituição.

A lei de isolar o leproso de todo convívio social prova o mesmo (2 Crônicas 26:21); pois, se os leprosos não podiam ter convívio social com nenhum homem, muito menos poderiam ter convívio matrimonial com esposa ou marido. Por doenças contagiosas, não apenas ambas as partes que coabitam serão infectadas, mas também sua descendência; assim, a doença, que de outra forma morreria com eles, é propagada para a posteridade. Uma restrição semelhante pode ser aplicada a doenças repugnantes e asquerosas que tornam a companhia e o convívio da pessoa infectada algo insuportável e odioso para seu companheiro. Contrário ao fim e uso do casamento, pecam aqueles que escondem tais doenças e se unem em matrimônio, causando um prejuízo irreparável à parte com quem se casam.

6. Sobre a legalidade do casamento para todos os tipos de pessoas.

Onde não houver tal impedimento justo como os mencionados anteriormente, é lícito para todos os tipos de pessoas, de qualquer vocação ou condição, casar-se. Pois "honroso é entre todos o matrimônio", ou seja, entre todos os tipos de pessoas (Hebreus 13:4); por isso, considera-se uma "doutrina de demônios" proibir o casamento (1Tm 4:1, 3). Pois é uma doutrina contrária à palavra de Deus, e uma doutrina que causa muita queimação interior e poluição exterior, transformando seus corpos, que deveriam ser templos do Espírito Santo, em estábulos de demônios.

A doença para a qual o casamento foi santificado como remédio é uma doença comum que infectou todos os tipos de pessoas; por que, então, o remédio não seria igualmente comum?

Neste caso, o Apóstolo diz indefinidamente a todos, sem exceção: "para evitar a fornicação, cada um tenha a sua própria esposa, e cada mulher tenha o seu próprio marido". E novamente: "Se não podem conter-se, casem-se. Porque é melhor casar do que abrasar-se" (1Co 7:2, 9).

Objeção: Há eunucos que se fizeram eunucos [isto é, abstiveram-se do casamento e viveram uma vida de solteiro em continência] por causa do reino dos céus (Mateus 19:12).

Resposta: Isso é dito de algumas pessoas específicas a quem o dom da continência foi dado, não de condições ou vocações distintas, como se todos e cada um desta ou daquela vocação tivessem feito ou fossem capazes de fazê-lo. Por isso, Cristo acrescenta esta cláusula: "Quem pode receber isso, receba-o"

(Mateus 19:12), e o Apóstolo, com o mesmo propósito, diz: "cada um tem de Deus o seu próprio dom" (1Co 7:7).

Contrário a esta liberdade necessária e garantida está a restrição impura e tirânica da Igreja de Roma, pela qual todos os que entram em qualquer de suas ordens sagradas são impedidos de casar. Não estariam eles, nisto, tentando a Deus ao colocar um jugo sobre o pescoço dos homens que nem nossos pais nem nós podemos suportar? (Atos 15:10). Nenhuma restrição desse tipo foi jamais imposta pela palavra de Deus a qualquer uma das funções sagradas que Ele ordenou: pois, sob a Lei, era lícito para os sumos sacerdotes, sacerdotes comuns, todos os tipos de levitas e profetas extraordinários casarem-se; e, sob o Evangelho, para apóstolos, bispos, diáconos e todos os ministros da palavra. Terríveis têm sido os efeitos desta doutrina diabólica: como fornicação, adultério, incesto, sodomia, bestialidade e tudo o mais. Muitas esposas foram separadas de seus maridos porque estes eram ministros, e muitos ministros foram afastados de sua vocação porque tinham esposas; muitos filhos nasceram ilegítimos por esse meio e, entre eles, muitos foram cruelmente assassinados na infância. Seis mil cabeças de bebês foram encontradas nos tanques de uma casa religiosa. Quantos outros milhares foram, ao longo do tempo, lançados em outros tanques, ou enterrados em jardins, ou ocultados de outras formas? Diabólica deve ser essa doutrina que produz tais efeitos diabólicos. Bem desejou aquele que disse: que todos os que não podem conter-se tomem cuidado para não professarem temerariamente a perfeição e fazerem votos de virgindade.

7. Sobre as coisas que são absolutamente necessárias para tornar uma pessoa apta para o casamento.

Aqueles que têm o poder de casar devem ser cuidadosos em escolher uma "ajuda que lhe seja adequada", pois este foi o cuidado de Deus quando instituiu o casamento pela primeira vez (Gênesis 2:18). Para que alguém seja uma ajuda adequada para o casamento, algumas coisas são absolutamente necessárias para a própria essência ou ser do matrimônio; outras são necessárias para o conforto e a felicidade da união. Em relação ao primeiro tipo, deve-se escolher:

1. Alguém da mesma espécie ou natureza: pois entre todas as criaturas que foram feitas, não se achou ajuda adequada para o homem (Gênesis 2:20); portanto, Deus, de seu osso e carne, fez uma mulher de sua própria natureza e espécie. Contrário a isso é o pecado detestável da bestialidade com animais, expressamente proibido pela lei (Levítico 18:23). Um pecado pior que o animal: pois os animais brutos contentam-se com sua própria espécie. É monstruoso em sua natureza e causa de monstros abomináveis. Contrário também é o ato sexual que bruxas teriam com demônios; nada é mais antinatural, nada mais prodigioso e odioso.
2. Alguém do sexo oposto: o homem deve escolher uma mulher; a mulher, um homem. Assim, Deus, tendo feito Adão homem, fez Eva mulher e os uniu em casamento. A conjunção desses sexos diferentes é a única adequada para o aumento da humanidade e outros deveres matrimoniais. Contrárias são aquelas misturas não naturais de partes do mesmo sexo, que o Apóstolo enumera como julgamentos infligidos aos gentios porque mudaram a verdade de Deus em mentira e adoraram e serviram à criatura mais do que ao Criador (Romanos 1:25, 26).

3. Alguém fora dos graus de consanguinidade e afinidade proibidos pela Lei de Deus: esses graus estão expressos por Moisés (Levítico 18:6, 7 etc.) e explicados em uma tabela de graus de parentesco e afinidade dentro dos quais ninguém pode casar, designada para ser afixada em cada Igreja. Contrário é o incesto, um pecado não apenas proibido pela palavra de Deus, mas tão horrível até para os pagãos que [para usar as palavras do Apóstolo (1Co 5:1)] "nem ainda entre os gentios se nomeia". Excelentemente essa censura é verificada pela exclamação patética de oradores pagãos contra uma certa Saffia, que se casou com seu genro, nestas palavras: "Ó incrível maldade de uma mulher, não ouvida em nenhuma época exceto esta! Ó luxúria desenfreada e indomável! Ó audácia singular! Não temer o poder de Deus e a reputação entre os homens!". Luxúria, impudência e loucura superaram a vergonha, o medo e a razão. O que podemos pensar agora das dispensas que o Papa concede para casamentos incestuosos, permitidos a grandes Príncipes até mesmo pelo Concílio de Trento? Não se mostra ele, nisto, o homem do pecado, que se opõe e se levanta contra tudo o que se chama Deus?
4. Alguém que esteja livre: nem casado, nem prometido a outro. A lei do casamento indica isso na cláusula: "E serão os dois uma só carne" (Mateus 19:5). E no fato de que a lei inflige a mesma punição à pessoa que, estando prometida (noiva), comete impureza (Deuteronômio 22:22-24) que inflige a uma pessoa casada, é evidente que é ilícito casar-se com alguém prometido a outro, tanto quanto com alguém casado com outro. Tão firme é um contrato que a Lei chama a moça prometida de "esposa", e uma moça prometida não poderia ser

repudiada sem uma carta de divórcio. Contrário é a bigamia e a poligamia, das quais falamos antes (veja Tratado 1, Seção 83); a este tópico podem ser referidos os casamentos com aqueles que já foram desposados por outros anteriormente. Estes são totalmente ilícitos.

8. Sobre a legalidade de outros casamentos após a morte de um dos cônjuges.

Pergunta: Aqueles que enterraram seu marido ou esposa estão tão livres que podem se casar novamente?

Resposta: Sim, tão livres quanto aqueles que nunca se casaram antes. A Lei não apenas permite que uma viúva se case novamente, mas, se o marido morresse antes de ter filhos, ordenava que o parente mais próximo que estivesse vivo e livre se casasse com ela, para que pudesse dar descendência ao seu irmão falecido (Deuteronômio 25:5, 9). Se ele se recusasse a fazê-lo, uma penalidade de ignomínia (desonra pública) lhe era imposta: a viúva rejeitada deveria tirar o sapato do pé dele e cuspir em seu rosto na presença dos anciãos. O Apóstolo diz expressamente que a mulher, quando seu marido morre, está livre para se casar (1Co 7:3, 9); sim, falando de viúvas jovens, ele diz ainda: "Quero que se casem" (1Tm 5:14).

Esta liberdade que o Profeta de Deus e o Apóstolo de Cristo concedem à esposa não pode, por nenhuma razão lógica, ser negada ao marido; pois o vínculo do casamento dá a ambos o mesmo poder sobre o corpo do outro (1Co 7:4) e une um tão inviolavelmente quanto o outro (Mateus 19:6). Portanto, tanto maridos quanto esposas têm usado esta liberdade, como Abraão (Gênesis 25:1). O Apóstolo que concede esta liberdade apresenta uma razão para isso, baseada na limitação do tempo em que as

pessoas casadas têm poder uma sobre a outra, que é apenas o tempo desta vida: "Pois a mulher casada está ligada pela lei ao marido, enquanto ele viver; mas, se o marido morrer, ela está livre da lei do marido", etc. Com base nisso, todos os motivos que justificam ou movem aqueles que nunca se casaram a se casar (veja a Seção 24) podem ser aplicados àqueles que, pela morte, tiveram seu cônjuge retirado deles.

Pergunta: Pode esta liberdade ser estendida além de um segundo casamento?

Resposta: Não encontramos restrição a um terceiro, quarto ou mais casamentos, se pela providência divina tantas esposas ou maridos forem sucessivamente retirados enquanto houver necessidade de a parte sobrevivente usar o benefício do casamento. A mulher de Samaria, que teve cinco maridos um após o outro, não é repreendida por ter sido casada com tantos, mas por viver com um [após a morte dos outros] que não era seu marido (João 4:18). Nem o Senhor condenou aquela mulher que se dizia ter tido sete maridos, um após o outro (Mateus 22:25, etc.).

Contrária a isso é a opinião dos montanistas e catafrígios, antigos heréticos que consideravam adúlteros os casamentos que o sobrevivente realizava após a morte do cônjuge; heresia pela qual Tertuliano, um antigo e douto pai da igreja, foi tão infectado que escreveu um tratado em sua defesa. Parece, por seus argumentos, que um dos principais fundamentos de seu erro foi uma interpretação equivocada das Escrituras que proíbem os homens de terem duas esposas ao mesmo tempo, e as mulheres de terem dois maridos ao mesmo tempo, como: "Os dois serão uma só carne" (Gênesis 2:24); "O Bispo e o Diácono devem ser marido de uma só mulher" (1Tm 3:2, 12); "Seja inscrita a viúva

que tenha sido mulher de um só marido" (1Tm 5:9). Estes são, de fato, textos expressos contra os digamistas (que se casam com duas pessoas ao mesmo tempo) e polígamos, como descrito antes (veja Tratado 1, Seção 83); mas eles não pesam mais contra segundos ou outros casamentos posteriores (estando um cônjuge morto) do que contra os primeiros casamentos. No rol desses heréticos podem ser colocados aqueles que negam tais casamentos posteriores a qualquer tipo de Ministro. Assim fazem nossos adversários: eles excluem das funções de ordens inferiores aqueles que se casaram novamente após a morte da primeira esposa, embora admitam aqueles que se casaram apenas uma vez. Eles alegam muitas das Escrituras que os montanistas alegavam (como 1Tm 3:2, 12 e 5:9), o que mostra que estão infectados com a mesma heresia, embora pretendam renunciá-la.

9. Sobre a igualdade de anos entre marido e mulher.

Para que a sociedade matrimonial seja confortável, é requisito que haja alguma igualdade entre as partes que se casam em Idade, Bens, Condição e Piedade.

Quanto à Idade: assim como a parte que busca um parceiro deve ter idade madura, estar apta a dar consentimento e ser capaz de realizar os deveres do casamento, o parceiro escolhido deve ter uma idade correspondente: se um é jovem, ambos devem ser jovens; se um é de meia-idade, ambos também; se um é idoso, o outro também. Nota-se de Zacarias e Isabel que ambos eram "avançados em idade" (Lucas 1:7). Se ambos eram velhos juntos, então ambos também foram jovens juntos. A igualdade de anos torna as pessoas casadas mais aptas para a procriação de filhos, para o desempenho mútuo dos deveres

conjugais e para tornar sua companhia e sociedade mais feliz em todos os sentidos.

Esta igualdade não deve ser interpretada de forma excessivamente rigorosa, como se o casal devesse ter exatamente a mesma idade, mas apenas uma correspondência de anos; o que pode ocorrer mesmo que haja uma disparidade de cinco, dez ou um pouco mais de anos, especialmente se o excesso de anos for por parte do marido. Pois, além de que, segundo o curso comum da natureza, a força e o vigor do homem duram mais que os da mulher, é muito apropriado que o marido seja um pouco mais velho que sua esposa, porque ele é o cabeça, o governante e o protetor dela. A Escritura observa muitos maridos como sendo mais velhos que suas esposas [como Abraão era dez anos mais velho que Sara (Gênesis 17:17)]; e se observarmos atentamente as circunstâncias das histórias de Isaque e Jacó e suas esposas, descobriremos que os maridos eram mais velhos]. Que eu me recorde, não se pode dar um exemplo aprovado na Escritura de um marido mais jovem que sua esposa.

Contrário a esta igualdade de anos é a prática de muitos homens e mulheres que, sendo idosos, para satisfazer sua luxúria ou por algum outro interesse secundário, casam-se com pessoas que estão na flor da idade; nisto, muitas vezes falham em sua expectativa, pois esses jovens, achando a companhia de idosos pesada e irritante, logo começam a detestá-la, causando assim mais dor e vexame do que jamais deram conforto e contentamento.

Por outro lado, há outros que, no auge e força de sua idade, por riqueza, honra ou motivos semelhantes, casam-se com aqueles que, pela idade, começam a estar decrépitos e inaptos

para o casamento, esperando que não vivam muito, e que, com um pouco de incômodo, adquirirão muita dignidade ou riquezas e, depois de um tempo, estarão livres novamente. Mas Deus frequentemente os pune na mesma moeda, prolongando a vida dessas pessoas idosas e tornando o fardo muito mais pesado e tedioso do que se imaginava, e levando embora esses jovens mais cedo do que esperavam, fazendo com que todas as suas esperanças pereçam. Os pagãos observaram que a desigualdade de anos era ocasião de muitos males e, por isso, prescreveram regras contra ela.

10. Sobre a igualdade de bens e condição entre aqueles que vão se casar.

1. Alguma igualdade em bens externos e riqueza também é adequada às partes que vão se casar, para que a disparidade [especialmente se for excessiva] não faça um humilhar o outro mais do que é correto. Pois, se um homem de grande riqueza se casa com uma mulher pobre, ele pensará em tratá-la como sua serva e esperará que ela se porte com ele de uma forma que não convém a uma companheira e consorte; de modo que tal mulher pode ser dita ter sido levada à servidão, e não ao casamento. E se uma mulher rica se casa com um homem pobre, ela desejará ser a senhora e governá-lo; de modo que a ordem que Deus estabeleceu será totalmente pervertida, e a honra do casamento será lançada ao pó. Pois onde não há ordem, não pode haver honra.
2. O mesmo pode ser dito da condição social: que nela também haja alguma igualdade; que príncipes, nobres e cavalheiros se casem com quem é de sua própria classe, e os de classe mais humilde com os de seu nível. Note

que tipo de esposas Abraão, Isaque e Jacó escolheram, e aparecerá que eles respeitaram essa paridade. A disparidade de condição, assim como a de bens, é um meio de fazer homens e mulheres se envaidecerem e insultarem além do que é justo; sim, e de lançarem em rosto um do outro sua antiga condição e estado.

Contrárias, por um lado, são as práticas daqueles que buscam casar-se acima de seus próprios bens e classe, pensando em se promover por tais casamentos. Esta é a única coisa que muitos buscam ao procurar esposas e maridos; por meio disso, frequentemente encontram os piores parceiros e fazem de seu casamento uma espécie de escravidão. Grandes dotes tornam muitas mulheres orgulhosas, exigentes, esbanjadoras, ociosas e descuidadas; um homem estaria muito melhor, mesmo para o auxílio de suas finanças, casando-se com uma esposa prudente, sóbria, econômica, cuidadosa e diligente, ainda que com um dote pequeno. Um dorso orgulhoso (vaidade nas roupas), um paladar refinado (gastos com luxo) e uma mão esbanjadora logo consumirão um grande dote; mas "a mulher sábia edifica a sua casa" (Provérbios 14:1) e "a mulher virtuosa é a coroa do seu marido" (Provérbios 12:4). Muitas esposas também, casadas com maridos muito ricos, são mais limitadas e privadas em seus gastos do que aquelas casadas com homens de posses mais humildes. Não são os meios que um homem possui, mas sua mente e disposição que o tornam generoso e liberal para com sua esposa.

Contrários são os casamentos que homens de grande autoridade e capacidade fazem com mulheres humildes, sim, muitas vezes suas próprias criadas, e aquelas do escalão mais baixo, como ajudantes de cozinha. E os que mulheres de sangue

nobre e grandes posses fazem com seus servos. Não traem eles, nisto, muita baixeza de espírito e violência de luxúria? Se for dito que tais casamentos não são simplesmente ilícitos, a regra da lei civil dá uma boa resposta: "Sempre, nos casamentos, deve-se considerar não apenas o que é lícito, mas o que é honesto e decoroso".

11. Sobre a igualdade de piedade e religião entre aqueles que vão se casar.

A paridade que é de maior consequência entre as partes a serem casadas é na piedade. Nesse aspecto, é adequado que, assim como um cristão se casa com uma cristã, aquele que verdadeiramente teme a Deus se case com alguém da mesma mente e disposição, como se nota de Zacarias e Isabel: "ambos eram justos diante de Deus", etc. (Lucas 1:6). Um casal digno: um digno do outro; sendo ambos iguais em qualidades tão excelentes, não poderiam deixar de colher um do outro muito conforto e proveito em todos os sentidos.

Este é um dos pontos mais principais compreendidos naquela ressalva dada pelo Espírito Santo ao escolher um cônjuge, nestas palavras: "No Senhor" (1Co 7:39). Não há outro meio para aumentar o amor, preservar a paz, incentivar todo dever e tornar um prestativo ao outro em todas as coisas e em todos os momentos como esta paridade. Por meio dela, ambos serão capazes de fazer mais bem um ao outro e capazes de receber mais bem um do outro, especialmente nas melhores coisas, aquelas que concernem à sua edificação espiritual neste mundo e à salvação eterna no mundo vindouro. Pois Cristo é a fonte e o cabeça de toda vida espiritual e graça [aproveu ao Pai que nEle habitasse toda a plenitude (Colossenses 1:19), de modo que é Ele quem enche tudo em todas as coisas (Efésios 1:23)].

Ora, Cristo comunica essa vida e graça que há nEle àqueles que são membros de Seu corpo. Se eu, então, sendo membro desse corpo místico, estiver ligado pelo vínculo próximo e inviolável do casamento a um dos membros desse corpo, que esperança há de comunicação mútua e participação mútua daqueles dons e graças que cada um de nós recebe de Cristo, nosso Cabeça? Se uma esposa descrente pode ser salva por um marido crente, e um marido descrente por uma esposa crente, quanto mais um crente será cada vez mais edificado por outro.

Feliz é a família onde ambos os governantes, marido e mulher, são membros mútuos do corpo de Cristo: ali a casa se tornará a Igreja de Deus, como era a casa de Áquila e Priscila (Romanos 16:5). O culto a Deus ali será mantido. Os filhos ali serão treinados na disciplina e admoestação do Senhor, e os servos também ensinados no temor de Deus; pois aqueles que são de fato do reino de Cristo serão como o fermento que leveda toda a massa (Mateus 13:33). Veja-se a declaração que Josué faz para este propósito (Josué 24:15) e o efeito que se nota do oficial cujo filho Cristo curou: "creu ele e toda a sua casa" (João 4:53).

Aqui, de passagem, permitam-me exortar os pais e outros tutores de crianças, tanto a treinar seus próprios filhos na verdadeira piedade e temor de Deus, quanto a buscar tais uniões para eles, de modo que tenham alguma garantia de que são da mesma fé, da mesma mente e do mesmo coração: assim proporcionarão aos seus filhos muita felicidade em seu casamento, como Abraão fez para Isaque (Gênesis 24).

12. Sobre casamentos entre crentes e infiéis.

Contrários são os casamentos com ateus, infiéis e pessoas semelhantes (Gênesis 6:4; Deuteronômio 7:3; Esdras 9:2; Neemias 10:30; Malaquias 2:11; 2Co 6:14).

13. Sobre o agrado mútuo que deve passar entre as pessoas antes de se casarem.

Tendo mostrado quais pessoas estão aptas a serem unidas em casamento, resta mostrar de que maneira devem ser unidas. Há na Escritura três passos ou graus recomendados a nós, pelos quais as partes em idade de casar devem proceder em ordem rumo ao matrimônio:

1. Um agrado mútuo.
2. Um contrato (noivado) formal.
3. Uma solenização pública do casamento.

O primeiro agrado às vezes parte dos pais ou outros amigos e, então, por eles é dado a conhecer à parte que vai se casar, como os amigos de Rebeca, agradando-se da oferta de Isaque feita pelo servo de Abraão, deram-na a conhecer à própria Rebeca (Gênesis 24:58). Outras vezes, o primeiro agrado parte da própria pessoa que vai se casar; e então, se essa pessoa estiver sob o governo dos pais, o assunto deve ser levado a eles antes de qualquer outro procedimento, como Sansão que, vendo e agradando-se de uma filha dos filisteus, contou-o a seu pai e sua mãe (Juízes 14:2). Sim, mesmo que a pessoa não esteja sob o governo de ninguém, é muito adequado que se tome conselho de amigos sábios e compreensivos; para que, em um assunto tão sério quanto o casamento, haja o conselho de mais de uma cabeça, para prevenir males que poderiam surgir pela pressa. Após esse agrado ser tomado por uma das partes em relação a um parceiro adequado, esse interesse deve ser levado à outra

parte, para saber se há um afeto recíproco. Assim, Sansão foi e conversou com aquela mulher de quem se agradara para ser sua esposa (Juízes 14:7). Se, de início, houver um bom agrado mútuo e profundamente estabelecido no coração de ambos, o amor provavelmente continuará neles para sempre, como coisas que são bem coladas e assentadas antes de serem sacudidas; elas nunca se separarão.

O amor mútuo e o bom agrado um pelo outro são como a cola. Que as partes a serem casadas estejam bem firmadas nisso antes de passarem pelas provações da coabitação, e esse amor não será facilmente afrouxado por nenhuma provação.

Contrária é a prática adúltera e brutal daqueles que, assim que põem os olhos em alguém de quem gostam, nunca se aconselham ou consultam sobre um procedimento correto e devido rumo ao casamento, mas instantaneamente, com toda a avidez e velocidade que podem, como animais brutos, buscam ter seu desejo e luxúria satisfeitos. Embora, para se manterem livres da penalidade das leis sob as quais vivem, procurem meios de se casar, eles demonstram uma mente luxuriosa e adúltera. E sua prática é muito semelhante à dos benjamitas, que capturaram esposas entre as filhas de Siló enquanto elas dançavam (Juízes 21:23); ou então à prática do mundo antigo, que tanto entristeceu o Espírito de Deus que Ele se arrependeu de ter feito o homem e, por isso, foi movido a trazer um dilúvio geral sobre todo o mundo. A prática deles era esta: "tomaram para si mulheres de todas as que escolheram" (Gênesis 6:2), ou seja, casaram-se precipitada e subitamente com quem quer que lhes agradasse, sem qualquer consideração pela condição da pessoa.

14. O que é um contrato (noivado)?

Quando ambas as partes manifestaram um agrado mútuo e, após madura deliberação e bom conselho, concebem um ao outro como um par adequado, é requisito que um consentimento conjunto e uma promessa absoluta de se casarem perante testemunhas suficientes sejam feitos. Isso, feito corretamente, é um contrato, que é o início de um casamento.

A realização correta de um contrato firme consiste em duas coisas:

1. Em um ato de aceitação mútua como homem e mulher desposados.
2. Em uma promessa direta de se casarem dentro de um tempo conveniente. Assim, uma forma de contrato pode ser feita para este propósito: primeiro, o homem, tomando a mulher pela mão, diz: "Eu, A., tomo a ti, B., para minha esposa desposada, e prometo fielmente casar-me contigo em tempo oportuno e conveniente". E então a mulher, tomando o homem pela mão, diz: "Eu, B., tomo a ti, A., para ser meu marido desposado, e prometo fielmente aceitar casar-me contigo em tempo oportuno e conveniente". Esta aceitação mútua e real um do outro como desposados no tempo presente, e uma promessa direta de se casarem depois, estabelece tal direito e propriedade de um sobre o outro que não pode ser alienado sem licença obtida do grande Juiz do céu, que por Sua ordenança divina estabeleceu esse direito.

15. Sobre os fundamentos de um contrato.

Pergunta: É um contrato absolutamente necessário?

Resposta: Embora tenha sido um costume antigo continuado em todas as eras, não ousou declará-lo absolutamente necessário, a

ponto de sua falta anular um casamento e torná-lo ilegítimo. Mas certamente é tão adequado e requisito que eu aconselharia todos os cristãos que desejam uma bênção e bom sucesso em seu casamento a se contratarem antes de se casarem. Se não houvesse outro fundamento senão este, que Deus o santificou e o recomendou a nós por Sua palavra, seria o suficiente para persuadir aqueles que temem a Deus a usá-lo. Pois pergunto: por que Deus recomenda algo à Sua Igreja por Sua palavra, senão para que Sua Igreja tenha consciência de usá-lo? Ora, que pela palavra de Deus ele é recomendado, é, sem contradição, mais que evidente. Pois, para não insistir naquele argumento que, não sem boa probabilidade, é alegado para a antiguidade do contrato, e assim coletado da ordenação de Deus daquele primeiro e antigo casamento entre Adão e Eva: Deus trouxe Eva a Adão no primeiro dia em que foram criados para ver como ele se agradaria dela e, ao vê-la e notar quem ela era, pela sabedoria que Deus lhe deu, ele então a tomou para si (Gênesis 2:22); ato que se supõe ser apenas um contrato, porque ele não a "conheceu" até depois da queda (Gênesis 4:1). Se for objetado que Adão e Eva são chamados de marido e mulher no tempo de sua inocência (Gênesis 2:25), pode-se responder que esses títulos são dados na Escritura àqueles que estão apenas contratados (noivos), para mostrar a união próxima e firme entre as partes desposadas (Deuteronômio 22:24; Gênesis 19:14).

Mas, para não insistir no que é apenas provável, é mais que provável que as filhas de Ló estivessem contratadas; pois é dito que Ló tinha genros que se casaram [ou melhor, deveriam se casar] com suas filhas (Gênesis 19:14, 8); e, ao mesmo tempo, diz-se que elas não haviam conhecido homem. Segue-se, então, que eles eram chamados genros de Ló porque suas filhas estavam desposadas com eles. Mas o mais evidente para este

propósito é a diferença que a lei estabelece entre uma virgem casta, uma moça desposada e uma esposa casada (Deuteronômio 22:22). Assim, as pessoas contratadas estão em um grau intermediário entre solteiros e casados: não são simplesmente solteiras, nem estão de fato casadas. Para mostrar que este costume de um contrato antes do casamento continuou na Igreja de Deus entre os santos, nota-se expressamente que Maria, a mãe do Senhor Jesus, que viveu muitos séculos depois daquela lei, estava contratada (Lucas 1:27).

16. Das razões que mostram quão necessário é um contrato.

Muitas razões boas e ponderosas podem ser alegadas para mostrar quão necessário é que um contrato preceda o casamento. Pois:

1. Acrescenta muito à honra do casamento que ele seja consumado e concluído deliberadamente e com conselho, passo a passo, grau por grau.
2. Estabelece uma diferença entre aqueles que pretendem o casamento no temor do Senhor, para fins sagrados garantidos na palavra, e aqueles que o pretendem apenas para satisfazer sua luxúria ou outros fins carnavais semelhantes. Pois estes não admitem demora, como notado antes (no fim da Seção 13). Mas os que usam esta preparação solene por um contrato antes do casamento mostram que desejam que todas as coisas para um assunto tão sagrado sejam devidamente realizadas; e, portanto, contentam-se em esperar um pouco para o melhor efeito disso.
3. É um meio de unir os corações das duas partes a serem casadas de forma mais firme e inviolável antes de passarem a morar juntas. Pois, sendo o contrato o início

de um casamento, é uma demonstração evidente do conselho de Deus sobre as partes contratadas, de que Deus as preparou uma para a outra para serem marido e mulher; de modo que, após o contrato ser feito, eles podem simples e absolutamente orar um pelo outro, para que Deus os abençoe mutuamente, para viverem confortável e felizmente juntos. Antes de um contrato ser feito, eles só podem orar um pelo outro sob suposição [se Deus os designou para serem marido e mulher]. Pois frequentemente ocorre que, após muitas esperanças e probabilidades de prosseguir em tal união, por algum motivo ou outro, ela é totalmente rompida; mas um contrato legítimo une um nó tão firme que não pode ser desfeito; de modo que um homem pode concluir que, estando contratado a uma mulher, ela será sua esposa; e o mesmo a mulher em relação ao homem. A consideração disso os moverá ainda mais a observar atentamente quais boas qualidades, ou outras coisas que os tornem mais amáveis um ao outro, existem em cada um.

4. É um meio de fazê-los preparar-se antecipadamente para realizar os deveres matrimoniais que a palavra de Deus exige de marido e mulher. Pois um contrato lhes dá a garantia do casamento, se viverem até lá; de modo que não podem deixar de saber que é hora de pensarem em como devem se portar quando passarem a viver na mesma casa; e, ao mesmo tempo, considerar quais cruces e dificuldades ordinariamente acompanham o estado de casado, para que estejam preparados antecipadamente para superá-las com sabedoria ou suportá-las com paciência.
5. Pode ser um meio de descobrir muitos inconvenientes ocultos e próximos que, de outra forma, nunca viriam à

luz. Pois muitos amigos, temendo que a descoberta de alguns males mantidos em segredo cause uma ruptura entre eles e seus amigos, não os revelarão até que vejam alguma necessidade urgente para fazê-lo. Embora o mal seja tal que, se conhecido, impediria o casamento, enquanto não virem uma evidência segura de que eles de fato se casarão [se nenhuma exceção justa for apresentada], esperarão que alguma outra ocasião surja para impedir a união e, nesse aspecto, ocultarão sua objeção. Mas, porque o contrato é o início do casamento, após terem notícia dele, não deixarão de revelar o que sabem. É para este fim que o contrato é publicado abertamente três vezes na Igreja, para que, se alguém souber de qualquer causa justa pela qual tais pessoas contratadas não possam legalmente proceder ao casamento, o declare. Um costume louvável; e é uma grande pena que seja tão negligenciado como é.

6. Pode prevenir muitos planos e práticas de aliciamento ou roubo de moças e viúvas. Pois frequentemente ocorre que, quando pais ou outros amigos providenciaram um bom par para sua filha, ou para outra pessoa sob seu governo, e todas as coisas estão concluídas, o dia do casamento marcado e tudo preparado para a solenização, alguns, desejando antecipar esse casamento, por dispositivos secretos e astutos levam a noiva embora poucos dias antes, se não na própria manhã do dia pretendido, e casam-se com ela às pressas com outro. O que torna os homens tão ousados é saberem que um casamento clandestino, uma vez consumado, será mantido firme por lei. Mas um contrato legal previne tais males, porque torna tal casamento furtivo totalmente nulo. Ninguém, portanto, sabendo que um contrato foi

legalmente feito de antemão, será tão ousado, ou melhor, tão louco, a ponto de tentar frustrar um casamento dessa maneira.

7. É um meio de estimular as partes que vão se casar a providenciarem com mais cuidado e diligência todas as coisas necessárias para sua moradia e a boa ordem de sua casa antecipadamente; para que não fiquem procurando o necessário quando deveriam usá-lo. Pois, estando contratados, sabem que não pode demorar muito para que passem a morar juntos.

17. Sobre o abuso ou a negligência do contrato.

Existem dois extremos contrários à doutrina do contrato mencionada anteriormente. Um é atribuir demais a ele; o outro é depreciá-lo excessivamente. Muitos o transformam no próprio casamento e, por isso, realizam uma solenidade maior no contrato do que no casamento; sim, muitos tomam a liberdade, após o contrato, de ter relações com seu cônjuge como se já estivessem casados — uma prática injustificável e desonesta. As filhas de Ló estavam contratadas a maridos (veja a Seção 15) e, no entanto, diz-se que não haviam conhecido homem algum. A lei chama aquela que está contratada de "moça" (virgem), para mostrar que ela deve se manter virgem até que o casamento seja consumado (Deuteronômio 22:24). Portanto, Maria é assim descrita: "uma virgem desposada" (Lucas 1:27). No entanto, é o curso comum da maioria dar pouca importância a este procedimento legítimo e honroso de ir ao casamento por meio de um contrato. Poucos são, em comparação com as multidões que se casam, os que têm consciência disso. Pensam ser desnecessário e o negligenciam totalmente. Não é de admirar que encontrem muitos males e inconvenientes quando os meios

de preveni-los não são utilizados. Que tais pessoas pesem devidamente as razões apresentadas na seção anterior.

18. Sobre o intervalo de tempo entre o contrato e o casamento.

Pergunta: Quanto tempo deve passar entre a realização de um contrato e a consumação do casamento?

Resposta: Isso deve ser deixado à sábia consideração das partes contratadas e de seus amigos, pois o mesmo tempo não pode ser prescrito precisamente para todos. Podem surgir ocasiões tanto para apressar quanto para adiar o casamento. Apenas os extremos de ambos os lados devem ser evitados. O casamento não deve ser solenizado muito subitamente após o contrato [pois assim os fins e as razões do contrato, antes mencionados, tornam-se nulos], nem deve ser adiado por tempo demais [para que Satanás não aproveite a ocasião para tentá-los devido à sua inconveniência]. O costume louvável de nossa Igreja e de outras mostra que pelo menos três semanas devem passar entre o contrato e o casamento. Pois o contrato deve ser publicado três vezes, e isso apenas uma vez por semana antes da celebração das núpcias. E lemos que a virgem Maria esteve pelo menos três meses contratada antes de José a receber como esposa (Lucas 1:27, 56). Pois, quando o Anjo veio a ela pela primeira vez, ela estava desposada; depois disso, ela foi para sua prima Isabel, com quem permaneceu três meses; e então, tendo retornado para casa, José foi avisado por um Anjo para recebê-la como esposa (Mateus 1:20). Não observo isso como uma regra para que todos sigam precisamente. Pois a virgem Maria teve uma razão justa para demorar três meses com sua idosa prima Isabel; e assim outros podem ter motivos para adiar seus casamentos, o que pode ser lícito, desde que o casamento não seja adiado por tempo

excessivo e que haja um consentimento mútuo e conjunto de ambas as partes. Pois, após o contrato ser feito, nem o homem nem a mulher têm poder sobre o seu próprio corpo.

Contrário a isso é o curso injustificável que muitos tomam: tornarem-se noivos e assegurarem uma esposa, e então viajarem para o exterior ou para qualquer outro lugar, ausentando-se de seu cônjuge por um, dois, três ou talvez mais anos. Se um homem não podia ir à guerra, nem ser encarregado de qualquer negócio que o afastasse de sua esposa no primeiro ano de seu casamento, muito menos pode ausentar-se por longo tempo após estar contratado, mas ainda não casado (Deuteronômio 24:5). Isso pode ser um meio de alienar o coração de seu cônjuge para sempre.

19. Sobre a consagração religiosa do casamento.

O último grau de consumação de um casamento é a solenização aberta e pública do mesmo, que consiste em:

1. Uma consagração religiosa.
2. Uma celebração civil.

A consagração religiosa do casamento é realizada pela bênção de um Ministro público da palavra, perante a Igreja, durante o dia. Isso tem sido usado pelos cristãos desde a antiguidade e ainda continua entre nós. Embora não tenhamos preceito expresso nem padrão particular na palavra de Deus para esta forma de solenizar um casamento [pois não há uma forma específica estabelecida na Escritura], sendo ela condizente com as regras gerais da mesma, devemos, em consciência, sujeitar-nos a ela.

As regras gerais são estas: "Faça-se tudo decentemente e com ordem" (1Co 14:40); "As igrejas de Deus têm tal costume" (1Co 11:16); "Sujeitai-vos a toda ordenação humana por amor do Senhor" (1Pe 2:13), e outras semelhantes. Ora, a referida forma de consagrar o casamento é muito decente e ordenada, um costume louvável das Igrejas e uma ordenança dos governantes sob os quais vivemos. Portanto, é legítima e deve ser observada. Nem esta ordem, costume e ordenança foram designados sem razões justas e ponderosas. Pois:

1. O casamento é um tipo de ação pública: a boa ou má ordenação dele tende muito para o bem ou dano da família, da Igreja e do Estado. Pois, pelo casamento, as famílias são erguidas, e a Igreja e o Estado são aumentados e continuados.
2. O casamento é honroso (Hebreus 13:4). O vínculo mais sagrado e inviolável que une quaisquer duas pessoas (veja Tratado 1, Seções 80-82).
3. O casamento é a aliança de Deus (Provérbios 2:17), na qual Ele mesmo tem uma participação principal. Pois Deus é o agente principal na união do homem e da mulher no casamento.

Com base nisso, considerou-se muito necessário que o casamento fosse solenizado durante o dia [como uma obra da luz que não precisa ser feita de forma oculta ou secreta] e em um lugar público, onde qualquer pessoa que deseje possa ter livre acesso, seja para se opor a ele e impedi-lo [se houver causa justa], seja para ser testemunha e acrescentar sua bênção. E, entre os lugares públicos, a Igreja é considerada o mais adequado, porque é a casa de oração, onde pessoas e ações são mais solenemente abençoadas. E, de todas as pessoas, um

Ministro público é considerado o mais apto para celebrar o casamento e unir as partes, porque ele está no lugar de Deus e, em e por seu ministério, Deus os une e os abençoa; de modo que, após o Ministro ter unido corretamente marido e mulher no matrimônio, pode-se bem dizer: "O que Deus ajuntou, não o separe o homem". A forma de consagrar o casamento, prescrita em nossa liturgia ou livro de oração comum, estabelece de forma tão distinta, perspicua e completa tudo o que deve ser observado e feito pelas partes, seus pais ou tutores, e o Ministro, que nada posso acrescentar. Ali são declarados os fundamentos, fins e usos do casamento. Ali é feita a proclamação aberta para saber se alguém pode se opor ao casamento pretendido. Ali cada parte é solenemente instada a revelar se conhece algum impedimento para o casamento lícito. Ali também se pergunta abertamente a cada parte se, livre e voluntariamente, aceitam um ao outro como marido e mulher. Ali os deveres das pessoas casadas são declarados, e pergunta-se a cada um se se sujeitarão a eles ou não. Após tudo isso ser professado abertamente, o pai (ou alguém em seu lugar) é chamado para entregar a Noiva ao Noivo. Então, os dois aceitando-se mutuamente como marido e mulher, e testificando o mesmo por palavras expressas e por penhores mútuos (alianças), o Ministro, em nome de Deus, os une, declara-os marido e mulher legítimos e, por meio da oração, suplica a bênção de Deus sobre a ação e sobre suas pessoas. Assim o casamento é consagrado, e os dois tornam-se uma só carne, isto é, legalmente unidos pelo vínculo inviolável do matrimônio.

20. Sobre os casamentos clandestinos.

Contrários a isso são os casamentos clandestinos, como os realizados em casas particulares ou outros lugares secretos, ou

em Igrejas sem um número suficiente de testemunhas, ou durante a noite, ou sem um Ministro legítimo da palavra, e coisas semelhantes. Como tal busca por segredo retira muito da honra e dignidade do casamento, isso implica algum mal a ele aderido: "Pois todo aquele que faz o mal odeia a luz" (João 3:20). Há pouca esperança de que tais casamentos tenham bom sucesso. Pois, onde os meios santificados para obter a bênção sobre o casamento são negligenciados, que bênção se pode esperar?

21. Sobre a celebração civil do casamento.

Embora, após a referida consagração, o casamento esteja plenamente consumado quanto à sua substância, para a maior solenidade de algo tão honroso, é muito necessário que se acrescente uma celebração civil. Sob este termo, compreendo todos os costumes lícitos usados para destacar a solenidade externa, como o encontro de amigos, o acompanhamento do Noivo e da Noiva tanto para a Igreja quanto no retorno, o uso das melhores vestes, banquetes e outros sinais de regozijo; para os quais temos garantia expressa na palavra de Deus.

No geral, que o tempo do casamento é um tempo de alegria, alguns deduzem da própria palavra (em inglês, *marriage*), como se fosse um estilo de "idade alegre" (*merry age*). Mas, deixando isso de lado, a Escritura costuma descrever um tempo de regozijo pela "alegria do noivo com a noiva" (Isaías 62:5) e chama a voz do noivo e da noiva de "voz de gozo e de alegria" (Jeremias 33:11). E, ao contrário, considera um julgamento quando a alegria é tirada do noivo e da noiva (Jeremias 7:34; Joel 2:16). Quanto ao encontro de amigos no tempo do casamento, nota-se que Labão reuniu todos os homens do lugar quando sua filha se casou (Gênesis 29:22). E quando Sansão se casou, trouxeram-lhe trinta companheiros (Juízes

14:11). E quando um amigo da virgem Maria se casou, Jesus e Seus discípulos, além de muitos outros, foram convidados (João 2:2). E na parábola do casamento do filho do Rei, nota-se que muitos convidados foram chamados para as núpcias (Mateus 22:3). Em todas essas histórias, nota-se ainda que banquetes foram feitos na solenização desses casamentos. E as frases que o Profeta usa sobre o noivo se enfeitar com ornamentos e a noiva se adornar com joias dão garantia para o uso das melhores vestes naquele momento (Isaías 61:10; Jeremias 2:32).

Aqui, de passagem, tome-se cuidado para que as coisas que podem ser usadas licitamente não sejam abusadas ilicitamente, como comumente são as festividades de casamento, especialmente nos banquetes.

22. Sobre a má ou boa ordenação dos banquetes de casamento.

Os banquetes de casamento são abusados:

1. Quando são feitos em tempo inoportuno: como no dia do Senhor (domingo) ou em tempo de luto (Isaías 22:12, 13).
2. Quando excedem as posses de quem faz o banquete (Lucas 15:13).
3. Quando a abundância preparada é consumida imoderadamente, chegando à glotonaria e à embriaguez. A prática perversa de brindar à saúde do noivo e da noiva frequentemente causa muita embriaguez excessiva (Lucas 21:34).
4. Quando se gasta tempo excessivo neles (Isaías 5:11).

5. Quando Deus é totalmente esquecido neles, e a companhia é envenenada com conversas corruptas, canções impuras e afins (Isaías 5:12).
6. Quando os necessitados e aflitos não são lembrados (Amós 6:6).

Para prevenir esses abusos, deve-se escolher um tempo oportuno para celebrar o casamento; e a moderação deve ser usada tanto por quem faz o banquete quanto por quem dele participa: moderação, digo, na medida do comer e beber, e no tempo gasto nisso. Esse tempo deve ser santificado com conversas que sejam boas para a edificação, para que ministrem graça aos ouvintes. E para maior alegria, perguntas engenhosas e charadas podem ser propostas [como Sansão fez] para exercitar a inteligência e o julgamento dos convidados (Juízes 14:12); pode haver também o canto de salmos, hinos e cânticos espirituais, entoando louvores no coração ao Senhor (Efésios 5:19). Sim, além disso, para que a reunião, a alegria e o banquete sejam melhor santificados, deve-se fazer uma boa escolha dos convidados. Disso temos um padrão digno naqueles que se casaram em Caná da Galileia e convidaram para seu banquete Jesus, Sua mãe e Seus discípulos (João 2:1, 2). Pessoas como Jesus proporcionarão ocasiões para conversas proveitosas e santificadas, pelas quais todos os convidados podem ser muito edificados. Pessoas como a virgem Maria serão um bom exemplo de modéstia, sobriedade e outras graças cristãs. Pessoas como os discípulos estarão longe de zombar e ridicularizar instruções saudáveis e boas, mas, antes, darão toda a atenção diligente a elas e as guardarão em seus corações.

Acima de tudo, para que a alegria do casamento não seja abafada, como foi a de Belsazar (Daniel 5:5), que os casados e

todos os que vêm se alegrar com eles tenham a certeza de sua união espiritual com Cristo e de um direito legítimo nEle sobre as criaturas que utilizam. Caso contrário, seus pecados serão como aquela escrita na parede que apareceu a Belsazar (Daniel 5:5). Finalmente, em relação à liberdade que Deus dá com fartura e abundância para comer do que é gordo e beber do que é doce, que os pobres que mal têm o suficiente sejam lembrados (Neemias 8:10). Assim, por uma celebração correta, o casamento é muito honrado; e marido e mulher são unidos com muita honra.

23. Sobre a honra do casamento em relação à sua primeira instituição.

Há uma grande razão para que o casamento seja solenizado com tal honra. Pois é algo extremamente honroso. Honroso em sua instituição, fins, privilégios e mistério. Nenhuma ordenança foi mais honrosa em sua primeira instituição, como é evidente pelo seu Autor, o Lugar onde foi instituído, o Tempo em que foi instituído, as Pessoas que primeiro se casaram e a Maneira de uni-las.

1. O Autor e primeiro Instituidor do casamento foi o Senhor Deus (Gênesis 2:18, 21, 22). Poderia haver um Autor maior ou, de qualquer forma, mais excelente?
2. O Lugar foi o Paraíso; o lugar mais belo, glorioso, agradável, honroso, cômodo e, em todos os sentidos, mais excelente que já existiu neste mundo. O lugar, embora seja apenas uma circunstância, acrescenta muito à honra de uma coisa. Ordenanças solenes são feitas em lugares honrosos. Assim, entre nós, os casamentos são solenizados em Igrejas, não em casas particulares.

3. O Tempo foi o tempo mais puro e perfeito que já houve no mundo, quando nenhum pecado ou poluição do homem o havia manchado, o tempo da inocência do homem. A pureza acrescenta muito à honra de uma coisa.
4. As Pessoas foram as mais honrosas que já existiram, os primeiros pais de toda a humanidade, aqueles que tinham poder e domínio absoluto sobre todas as criaturas e a quem todos estavam sujeitos. Ninguém além deles jamais teve uma verdadeira monarquia sobre o mundo inteiro.
5. A Maneira foi com a maior deliberação que já se usou ao instituir qualquer ordenança. Pois, primeiro, as três gloriosas pessoas da Trindade se reúnem para aconselhar-se sobre isso. Pois "Disse o Senhor Deus" (Gênesis 2:18), e com quemalaria Ele? Não com qualquer poder criado, mas com Aquele que dEle foi gerado, aquele Maravilhoso, Conselheiro, etc. Nesta consulta, esta ordenança é considerada muito necessária: ["Não é bom que o homem esteja só"]; sobre isso, estabelece-se uma determinação: "far-lhe-ei uma ajuda que lhe seja adequada". Para melhor efetivação disso, o Senhor procede de forma muito deliberada, por vários passos e graus:

Todas as criaturas que viviam na terra ou respiravam no ar são trazidas perante o homem, para ver se uma ajuda adequada para ele poderia ser encontrada entre elas. Sendo cada uma delas minuciosamente vista e considerada inadequada, outra criatura é feita, e esta a partir da substância e do lado do homem, e segundo a sua imagem. Esta excelente criatura, assim feita, é apresentada ao homem pelo seu Criador, para ver como ele se agradaria dela. O homem manifestando um bom agrado por ela, ela lhe é dada

para ser sua esposa. A lei inviolável da união próxima e firme de marido e mulher é promulgada.

Que todos os ramos mencionados sobre a primeira instituição do casamento, expressamente registrados pelo Espírito Santo, sejam bem pesados, e veremos facilmente que não há ordenança agora em vigor entre os filhos dos homens tão honrosa em sua instituição quanto esta.

24. Sobre os fins do casamento.

Os fins para os quais o casamento foi ordenado acrescentam muito à sua honra. Eles são especialmente três:

1. Para que o mundo fosse aumentado; e não simplesmente aumentado, mas com uma descendência legítima e famílias distintas, que são os seminários de cidades e Estados. Sim, também para que, no mundo, a Igreja fosse preservada e propagada por uma semente santa (Malaquias 2:15).
2. Para que os homens evitassem a fornicção e possuíssem seus vasos em santidade e honra (1Co 7:2). Em relação à propensão que há na natureza corrupta do homem para a luxúria, este fim acrescenta muito à honra do casamento. Mostra que o casamento é um porto para aqueles que estão em perigo de perder sua salvação devido às rajadas de tentação da luxúria. Nenhum pecado é mais hereditário; nenhum do qual mais filhos de Adão participem do que este. Bem pôde Cristo dizer: "nem todos podem receber esta palavra" (Mateus 19:11). De todos os filhos de Adão que já existiram, nem um em um milhão daqueles que chegaram à maturidade foram verdadeiros eunucos durante toda a vida. Contra esta

doença hereditária, nenhum remédio é tão soberano quanto este. Sim, para aqueles que não têm o dom da continência, este é o único remédio garantido e santificado.

3. Para que marido e mulher fossem uma ajuda mútua um para o outro (Gênesis 2:18). Uma ajuda tanto para gerar quanto para criar os filhos; e tanto para erguer quanto para bem governar sua família. Uma ajuda também para bem ordenar a prosperidade e bem suportar a adversidade. Uma ajuda na saúde e na doença. Uma ajuda enquanto ambos vivem juntos, e quando um é retirado do outro pela morte. Nesse aspecto, diz-se: "O que acha uma esposa, acha o bem" (Provérbios 18:22), o que, pela regra da relação, também é verdade para o marido. Nenhuma ajuda tal o homem pode ter de qualquer outra criatura como a de uma esposa; nem a mulher como a de um marido.

25. Sobre os privilégios do casamento.

Se [como outrora sobre a circuncisão (Romanos 3:1)] se perguntar qual é o privilégio, vantagem e proveito do casamento, respondo: Muito, em todos os sentidos.

1. Por ele, homens e mulheres tornam-se Maridos e Esposas.
2. É o único meio lícito de torná-los Pais e Mães.
3. É o meio comum de torná-los Senhores e Senhoras (chefes de casa). Todas estas são grandes dignidades, nas quais consistem a imagem e a glória de Deus.
4. É o meio mais eficaz de continuar o nome e a memória de um homem neste mundo. Os filhos são monumentos vivos e representações vivas de seus pais.

5. Muitos privilégios foram antigamente concedidos aos casados. Ao pleitear causas ou dar sentenças, eles tinham o primeiro lugar; e na escolha de cargos eram preferidos. Nas reuniões, tinham a precedência. E, se tivessem muitos filhos, eram isentos de vigílias e outras funções pesadas semelhantes. Entre nós, se a irmã mais nova se casa antes da mais velha, a preeminência e precedência são dadas à mais nova. Os privilégios e honras dados às pessoas casadas foram, sem dúvida, o fundamento daquele costume que Labão menciona de sua terra: que a mais nova não deveria se casar antes da mais velha (Gênesis 29:26).

26. Sobre o mistério do casamento.

Grande é o mistério que é apresentado pelo casamento, a saber: a união sagrada, espiritual, real e inviolável entre Cristo e Sua Igreja; que é excelentemente descrita no Cântico de Salomão e no Salmo 45, e expressamente notada em Efésios 5:32. Por meio disso, marido e mulher que se amam inteiramente, como devem, têm uma demonstração evidente do amor de Cristo por eles. Pois, assim como os pais, pelo afeto que dedicam aos filhos, podem discernir melhor a mente e o significado de Deus para com eles do que aqueles que nunca tiveram filhos, assim as pessoas casadas podem conhecer melhor a disposição de Jesus Cristo, que é o esposo de toda alma fiel, do que as pessoas solteiras.

27. Sobre o casamento e a vida de solteiro comparados.

Que agora os admiradores e louvadores do estado de solteiro tragam todas as suas razões e as coloquem no outro prato da balança contra o casamento. Se estes dois forem devidamente

equilibrados e pesados, descobriremos que a vida de solteiro é leve demais para ser comparada ao casamento honesto. Tudo o que se pode dizer em favor do estado de solteiro baseia-se em ocasiões acidentais. São Paulo, que de todos os escritores da Sagrada Escritura foi o que mais falou a favor dele, direciona todos os seus elogios ao tópico da Conveniência e restringe tudo à "necessidade presente" (1Co 7:26).

Objeção: Ele usa as palavras "bom" (1Co 7:1) e "melhor" (v. 38).

Resposta: Essas palavras têm relação não com a virtude em si, mas com a conveniência; nem são ditas em oposição ao vício e ao pecado, pois então seguir-se-ia que casar [que é ordenança de Deus e honroso em todos] seria mau e pecaminoso — o que seria reviver aquela antiga heresia de que o casamento é do diabo. Antigamente, dizia-se que aqueles que chamavam o casamento lícito de "contaminação" tinham o dragão apóstata habitando neles. Mas o Apóstolo chama de "bom" aquilo que é cômodo, e de "melhor" aquilo que é mais conveniente; e, ainda assim, não simplesmente mais conveniente, mas para algumas pessoas em alguns momentos. Pois, se alguém não tem o dom da continência, não é apenas cômodo ou mais conveniente que se case, mas absolutamente necessário. Eles são ordenados a fazê-lo (1Co 7:9). Por outro lado, se alguém tem o dom da continência, não está simplesmente proibido de casar; há outras razões, além de evitar a fornicação, para movê-los ao casamento. Portanto, diz-se verdadeiramente que a Virgindade não é ordenada, mas aconselhada. Não temos preceito para ela, mas a deixamos ao poder daqueles que têm esse dom. Na medida em que homens e mulheres veem justa ocasião de se absterem do casamento [sendo pelo menos capazes de fazê-lo], eles são persuadidos pelo Apóstolo a usar sua liberdade e manter-se

livres. Mas todas as ocasiões que os movem a permanecer solteiros surgem da fraqueza e da maldade dos homens. A maldade daqueles que levantam problemas contra os outros; a fraqueza daqueles que se deixam inquietar e distrair demais com os assuntos da família, cuidado com esposa, filhos e afins. Não fosse pela maldade de uns e fraqueza de outros, agradar a um marido ou a uma esposa não seria impedimento para agradar ao Senhor. Se, portanto, o homem tivesse permanecido em seu estado íntegro e inocente, nenhuma maldade ou fraqueza tal teria se apoderado dele; e então, em nenhum aspecto, o estado de solteiro poderia ter sido preferido ao de casado. Mas, desde a queda, a virgindade [onde é concedida] pode ser de bom uso; e, portanto, a Igreja dá a devida honra tanto à virgindade quanto ao casamento (1Co 7:32-34).

28. Sobre celebrar o casamento com tristeza.

Contrários à referida celebração alegre do casamento são todos aqueles cursos indiretos que trazem muita dor, problema e vexame: como casamentos forçados, roubados, desiguais ou de qualquer outra forma ilícitos; casamentos sem o consentimento dos pais ou outros tutores e amigos; ou feitos às pressas para evitar o perigo da lei por impurezas cometidas anteriormente, e coisas semelhantes. Muitos, por realizarem de forma preposterada e indevida um assunto tão sério, não apenas causam grande problema e inquietação no dia do casamento, mas também muita tristeza em todos os dias de sua vida. Se tais pessoas não encontram alegria, conforto ou ajuda no casamento, mas sim o contrário, não culpem a ordenança de Deus, mas sua própria tolice e perversidade.

O SEGUNDO TRATADO | PARTE 2

Dos deveres mútuos comuns entre Marido e Mulher

1. Dos tópicos desses deveres mútuos comuns.

Na primeira parte deste Tratado sobre Marido e Mulher, declarou-se quem deve ser assim considerado; nesta segunda parte, seus deveres mútuos comuns devem ser apresentados. Estes são ou absolutamente necessários para a existência e permanência do casamento, ou úteis e requisitos para o bem-estar e a boa preservação dele — isto é, para o bom estado do matrimônio e para uma vida conjunta louvável e confortável.

Existem dois tipos do primeiro grupo: 1. Unidade Matrimonial; 2. Castidade Matrimonial.

O segundo grupo também pode ser dividido em dois tópicos: pois são ou deveres que o casal deve realizar mutuamente um para com o outro, ou deveres que ambos devem realizar conjuntamente para com terceiros.

Os deveres mútuos são: 1. Um afeto amoroso de um pelo outro; 2. Um cuidado providente de um para com o outro.

Sob esse "cuidado providente", compreendo tanto o Meio pelo qual ele pode ser melhor exercido [que é a Coabitação] quanto a Matéria em que ele consiste. E isso diz respeito ao seguinte em cada cônjuge: 1. A Alma; 2. O Corpo; 3. O Bom Nome; 4. Os Bens.

Os deveres conjuntos que devem ser realizados para com terceiros dizem respeito a: 1. Aqueles que estão na casa; 2. Aqueles que estão fora da casa.

Os que estão na casa são: 1. Membros da família; 2. Convidados que vêm à família.

Muitos outros detalhes estão compreendidos sob esses tópicos gerais, os quais pretendo entregar distintamente à medida que chegar a eles em seus respectivos lugares apropriados.

2. Da unidade matrimonial.

O primeiro, mais alto, principal e mais absolutamente necessário dever mútuo comum entre marido e mulher é a Unidade Matrimonial, pela qual marido e mulher consideram um ao outro como uma só carne e, conseqüentemente, preservam a união inviolável pela qual estão ligados. Este é o dever que o Apóstolo impõe a maridos e mulheres nestas palavras: "Que a mulher não se aparte do marido" e "Que o marido não repudie sua mulher". Ele fala ali de renunciar um ao outro e tornar o vínculo matrimonial frustrado e sem efeito; vínculo este que ele deseja que seja mantido firme e inviolável, e que os dois que por ele se tornaram um, permaneçam constantemente um, e não se tornem dois novamente. Esta unidade matrimonial é tão necessária que não pode ser desunida ou dissolvida mesmo que um seja cristão e o outro pagão. "Se algum irmão", diz o Apóstolo, "tem mulher descrente, não a repudie. E a mulher que tem marido descrente, não o deixe".

As razões para esta união inviolável são especialmente duas: uma tirada do Autor do casamento; a outra, da Natureza dele.

1. O Autor do casamento é Deus. É Sua ordenança; e é Ele quem, por Sua ordenança, fez de dois uma só carne. Note a consequência que Cristo, como um caso julgado e princípio inegável, infere disso: "O que Deus juntou, não o separe o homem". Se nenhum homem pode separar, então nem a mulher, nem o próprio marido podem fazê-lo.
2. Tal é a Natureza do vínculo matrimonial que ele faz de dois um, e liga esses dois mais firmemente do que qualquer outro vínculo pode ligar quaisquer outras duas pessoas; como, então, poderiam eles ser dois novamente?

3. Da deserção.

O vício contrário à unidade matrimonial é a Deserção, quando um dos cônjuges, por indignação contra a verdadeira religião e total detestação dela, ou por alguma outra causa semelhante, renuncia aparente e totalmente a toda unidade matrimonial, retirando-se de todo convívio com o outro para viver entre infiéis, idólatras, heréticos ou outros perseguidores com os quais um cristão fiel não pode habitar com segurança de vida ou boa consciência; e embora todos os bons meios imagináveis sejam usados para recuperar a parte que partiu, nada prevalece, e ela persiste obstinadamente em renunciar a toda comunhão matrimonial.

Esta deserção é, no caso do casamento, tão grave que liberta a parte inocente de qualquer busca posterior pela outra. Nesse sentido, o Apóstolo diz: "Se o descrente se apartar, aparte-se. Em tais casos, não está sujeito à servidão nem o irmão, nem a irmã" (1Co 7:15). Por "servidão", ele se refere à sujeição matrimonial [pela qual nenhum dos cônjuges tem poder sobre o

próprio corpo, mas sim o outro]. Ora, aqueles que não estão sob essa servidão não são obrigados a buscá-la. Portanto, essa deserção por parte do delinquente é tal dissolução do casamento que liberta a parte inocente do vínculo do mesmo. Em muitas igrejas reformadas no exterior, a deserção é considerada como dissolvendo o próprio vínculo do casamento a ponto de ser dada liberdade à parte abandonada para se casar com outra; e isso também é aplicado a outros casos além do mencionado acima: como quando um infiel, idólatra ou herético abandona alguém da verdadeira religião por outras causas que não o ódio à religião; ou quando marido e mulher, tendo vivido como idólatras entre idólatras, um deles se converte à verdadeira fé, deixa a habitação entre idólatras e vai para junto dos que professam a verdadeira fé, mas não consegue de modo algum fazer com que a outra parte se mude; ou quando alguém da verdadeira religião abandona outro da mesma profissão e não pode, de forma alguma, ser levado a viver com a parte deixada, manifestando abertamente uma obstinação peremptória; sendo o assunto ouvido e julgado pelo Magistrado, o vínculo matrimonial pode ser quebrado e dada liberdade à parte abandonada para se casar com outra. Mas, como nossa Igreja não possui tal costume, nem nossa lei determinou tais casos, deixo-os ao costume de outras Igrejas.

4. Da castidade matrimonial.

O segundo dever matrimonial mútuo e necessário é a Castidade Matrimonial. A castidade, em sentido amplo, é entendida como todo tipo de pureza na alma ou no corpo; nesse aspecto, o Apóstolo chama a Igreja de Deus de "virgem casta". Mas, no sentido em que a usamos aqui, ela pertence especialmente ao corpo: é aquela virtude pela qual possuímos nossos vasos [para

usar a frase do Apóstolo] em santidade e honra; ou, mais claramente para o nosso propósito, pela qual mantemos nossos corpos sem mácula.

A castidade assim restrita ao corpo divide-se em: 1. Vida de solteiro; 2. Matrimônio.

A da vida de solteiro opõe-se à fornicação e pertence ou àqueles que nunca se casaram — como era São Paulo, que por isso desejava que todos fossem como ele (1 Co 7:7) — ou àqueles que estão legalmente libertos do vínculo do casamento, como a que o Apóstolo chama de "verdadeira viúva". A castidade do matrimônio é aquela virtude pela qual as partes casadas, observando o uso lícito e honesto do casamento, guardam seus corpos de serem contaminados com "carne estranha" (adultério); assim, o Apóstolo ordena que as esposas sejam castas (Tito 2:5). De modo que aqueles que guardam as leis do matrimônio são tão castos quanto os que se mantêm em continência.

Aqui, de passagem, note a insensatez de nossos adversários, que pensam que não há castidade exceto entre pessoas solteiras; por isso, em seus discursos e escritos, opõem a castidade e o matrimônio como dois contrários. Alguns de seus "Santos Padres" e Papas, e não os menos doutos nem os de pior reputação entre eles, inferiram em seus argumentos contra o casamento dos sacerdotes que o Matrimônio é um "viver na carne", um "semear para a carne", uma "poluição da carne". Para esse fim, o conselho de São Paulo para que marido e mulher se abstenham para se dedicarem ao jejum e à oração é usado, mas de forma diretamente contrária à intenção do Apóstolo. Pois: 1. Ele fala ali de uma humilhação extraordinária. 2. Ele interpõe esta limitação: "por algum tempo". 3. Ele não diz simplesmente "para que possais orar", mas "para que vos dediqueis [ou tenhais

lazer] à oração"; como se o ato apenas impedisse temporariamente, mas não poluísse a oração.

Mas como podem as referidas manchas e borões do casamento coexistir com aquela beleza e glória com que o Apóstolo o apresenta nestas palavras: "Honroso é entre todos o matrimônio" (Hebreus 13:4)? Se o casamento fosse como os papistas o descrevem, o leito matrimonial seria muito inadequadamente chamado de "leito sem mácula". Veja quão contrários eram os pontos de vista de São Paulo e dos Papas deles. Creio que muito mais contrários do que a castidade e o matrimônio.

Mas, voltando ao nosso assunto, está claro que as pessoas casadas podem ser castas e, conseqüentemente, devem sê-lo. Para esse propósito, o Apóstolo, aconselhando homens e mulheres a terem esposas e maridos para evitar a fornicção, insere esta partícula: PRÓPRIA [cada homem tenha a sua PRÓPRIA mulher, e cada mulher o seu PRÓPRIO marido], indicando que não devem ter relações com nenhum outro. O que Salomão expressa sobre o marido, pela regra da relação, deve ser aplicado à esposa. Assim como o homem deve se satisfazer em todo o tempo em sua mulher e ser arrebatado pelo seu amor, também a mulher deve se satisfazer em todo o tempo em seu marido e ser arrebatada pelo amor dele. Pela mesma regra, o preceito dado às esposas para serem castas deve ser tomado pelos maridos como dirigido a eles também. Este dever Isaque e Rebeca realizaram fiel e mutuamente um para com o outro.

1. Um dos principais fins para os quais o casamento foi ordenado [especialmente após a queda do homem] foi para que se vivesse castamente. O Apóstolo implica isso quando diz: "para evitar a fornicção, cada um tenha a

sua própria esposa...". E novamente: "Se não podem conter-se, casem-se".

2. Pela castidade, uma descendência piedosa é preservada na terra. Por esta razão, o profeta Malaquias reforça este dever. Pois, após dizer que o Senhor fez um só — referindo-se a dois tornarem-se uma só carne pelo casamento — ele infere esta exortação: "Portanto, guardai-vos em vosso espírito, e ninguém seja infiel para com a mulher da sua mocidade".
3. Uma parte especial da honra do casamento consiste na castidade; por isso, o Apóstolo, tendo dado este alto elogio ao casamento, de que é honroso entre todos, acrescenta esta cláusula ["e o leito sem mácula"] para mostrar a razão dessa honra. Como se dissesse: "Porque o leito matrimonial é em si mesmo um leito sem mácula, o casamento é, portanto, em si mesmo honroso, e permanece honroso enquanto o leito permanecer sem mácula".

5. Do adultério.

O vício contrário à castidade matrimonial é o Adultério, um dos vícios mais graves nesse estado; um vício pelo qual se abre caminho para o Divórcio, como é claro e evidente pela determinação do próprio Cristo sobre esse ponto, primeiro proposta em Seu sermão no monte e repetida em Sua conferência com os fariseus, onde, condenando divórcios injustos, Ele excetua o divórcio feito por adultério. E há uma grande razão para isso. Pois o adúltero faz-se uma só carne com sua meretriz. Por que, então, deveria ele permanecer sendo uma só carne com sua esposa? "Os dois", diz a Lei, "serão uma só carne"; não três. O mesmo pode ser dito da esposa que comete adultério.

6. Do perdão ao adultério mediante o arrependimento.

Pergunta: Visto que pelo adultério se dá justa causa para o divórcio, pode essa falta, mediante o arrependimento da pessoa delinquente, ser perdoada de modo que nenhum divórcio seja buscado pela parte inocente, mas ambos continuem a viver juntos no matrimônio como antes?

Resposta: Embora não seja adequado, neste caso, impor como uma lei inviolável à parte inocente que retenha o delinquente por causa do arrependimento [pois não temos um mandamento direto e estrito para isso], não duvido que possam fazê-lo, se quiserem, e que, sem uma exceção justa em contrário, devam fazê-lo. Pois a lei do divórcio não obrigava necessariamente ninguém a processar o libelo de repúdio, mas apenas oferecia a liberdade de usar esse castigo se vissem causa para tal. Não duvido que, para garantir essa liberdade, possamos tomar o padrão de Deus ao manter Igrejas e povos após terem cometido adultério espiritual; e o perdão de Cristo à mulher que fora pega em adultério. Pois, vendo que Cristo disse a uma adúltera: "Eu não te condeno; vai e não peques mais", quem não conceberia que um marido deve perdoar aquilo que ele vê que o Senhor tanto do marido quanto da esposa perdoou? E que ele não deve considerá-la uma adúltera, cuja falta ele crê ter sido apagada pela misericórdia de Deus, mediante o arrependimento dela?

7. Da diferença do adultério no homem e na mulher.

Pergunta: O vínculo do casamento é tão violado por parte do homem quando ele comete adultério quanto por parte da mulher quando ela o faz?

Resposta: Embora os antigos romanos e os canonistas tenham agravado a falta da mulher neste tipo muito acima da do homem,

e dado ao homem mais privilégios que à mulher, não vejo como essa diferença no pecado possa subsistir perante o teor da palavra de Deus. Não nego que mais inconvenientes possam seguir-se da falha da mulher do que da do homem: como maior infâmia perante os homens, pior perturbação da família, mais incerteza sobre filhos legítimos ou ilegítimos, e coisas semelhantes. O homem não pode saber tão bem quais são seus próprios filhos quanto a mulher; ele pode tomar filhos ilegítimos como seus e, assim, transferir a herança a eles, e suspeitar que os seus próprios sejam bastardos, privando-os de seu patrimônio. A mulher, porém, está livre de tais equívocos. No entanto, em relação à quebra do matrimônio e à transgressão contra Deus, o pecado de ambas as partes é igual. A palavra de Deus não faz disparidade entre eles. No princípio, Deus disse de ambos: "eles dois serão uma só carne"; não apenas a mulher com o homem, mas o homem também com a mulher torna-se uma só carne. O poder deles um sobre o outro, neste aspecto, também é igual. Se por ocasião justa se abstêm, deve ser com consentimento mútuo. Se o marido deixa sua mulher, ela está livre, como ele estaria se ela o deixasse. Consequentemente, a punição que pela lei de Deus devia ser infligida aos adúlteros é a mesma, seja o homem ou a mulher o delinquente (Deuteronômio 22:22). Se houver diferença, é justo que os maridos adúlteros sejam punidos com tanto mais severidade quanto mais lhes compete exceder em virtude e governar suas esposas pelo exemplo.

8. Da atrocidade do adultério.

Mas, voltando à descoberta da gravidade do adultério, não encontro pecado em toda a Escritura que seja apresentado de forma tão notória em suas diversas cores como este. Pois, além

de ser proibido nominalmente no Decálogo, é ainda expressamente marcado como sendo cometido:

1. Contra cada pessoa da Santíssima Trindade: o Pai [cuja aliança é quebrada], o Filho [cujos membros são feitos membros de uma meretriz] e o Espírito Santo [cujo Templo é poluído].
2. Contra o próximo: como a parte com quem o pecado é cometido [pois este pecado não pode ser cometido sozinho por um indivíduo]; o marido ou esposa de cada parte [que não podem descansar satisfeitos com qualquer compensação]; os filhos nascidos no adultério [a quem marcam com um caráter indelével de infâmia e privam de muitos privilégios que de outra forma desfrutariam]; os parentes e amigos de cada parte [a quem a dor e a desonra deste pecado imundo alcançam]; toda a família pertencente a qualquer um deles [pois isso é como um fogo em uma casa]; a vila, cidade e nação onde tais "aves impuras" se aninham [pois todos ficam expostos à vingança de Deus por este pecado]; e a própria Igreja de Deus [cuja semente santa é impedida por este pecado].
3. Contra as próprias partes que cometem este pecado, e isso contra suas almas, corpos, nome, bens e tudo o que lhes pertence.

Como este pecado é em si mesmo um pecado pecaminoso, pelos frutos amargos e malditos que dele procedem, ele se torna pecaminoso além da medida. Pois:

1. Por ele, o afeto de maridos e esposas [que acima de todos deveria ser o mais inviolável] é tão alienado que raramente se reconcilia novamente.

2. Por ele, os bens da família são muito desperdiçados: o marido adúltero gastando com sua meretriz aquilo com que deveria prover sua família; e a esposa adúltera desviando o que pode de seu marido.
3. Por ele, maridos e esposas são instigados a desejar e ansiar pela morte um do outro; e não apenas interiormente no coração, mas também exteriormente na prática.
4. Se deste pecado não surgir uma consciência atormentada e aterrorizada [como frequentemente ocorre], então [o que é pior] surge uma consciência cauterizada, um coração endurecido, um senso depravado e um rosto impudente.

Por isso, Deus lida adequadamente com tais pecados. Em Sua alma, Ele os odeia; por Sua palavra, Ele denunciou muitos julgamentos terríveis contra eles, tanto neste mundo quanto no mundo vindouro [contra nenhum pecado mais]. Este pecado é considerado uma das causas principais dos maiores julgamentos que já foram infligidos no mundo: como o dilúvio universal; o fogo e enxofre que destruíram Sodoma e Gomorra; o fato de Canaã ter "vomitado" seus habitantes; a praga que destruiu 24.000 em um dia; e o cativeiro dos israelitas, entre outros. Por tudo isso, vemos verificado aquele terrível veredito: "Aos fornicadores e adúlteros, Deus os julgará". Considere agora quão terrível coisa é cair nas mãos do Deus vivo.

9. Dos remédios contra o adultério e, em particular, da devida benevolência, e do defeito ou excesso nela.

Para prevenir este pecado atroz (omitindo muitos outros remédios que a palavra de Deus prescreveu, como o guarda diligente do coração [para que pensamentos luxuriosos não

procedam dali], dos olhos [para que não vaguem sobre a beleza ou elegância da pessoa de alguém, ou sobre imagens lascivas, ou quaisquer outros atrativos semelhantes], dos ouvidos [para que não escutem as seduções de outros], da língua [para que não profira comunicações impuras e corruptas], dos lábios [para que não se deleitem em beijos lascivos], das mãos [para que não usem carícias impuras], dos pés [para que não te levem para perto do lugar onde o adultério pode ser cometido], das companhias [para que não sejas contaminado pela lascívia e impureza de outros], da dieta [para que não seja imoderada], das vestes [para que não sejam espalhafatosas e lascivas], do tempo [para que não seja gasto vã e ociosamente] — omitindo, digo, estes e outros remédios semelhantes). Um dos melhores remédios que podem ser prescritos às pessoas casadas [depois de um temor reverente a Deus e um contínuo colocar de Deus diante de si, onde quer que estejam] é que marido e mulher se deleitem mutuamente um no outro e mantenham um amor puro e fervente entre si, prestando aquela *devida benevolência* um ao outro que é garantida e santificada pela palavra de Deus, e ordenada por Deus para este fim particular. Esta "devida benevolência" [como o Apóstolo a chama] é um dos atos mais próprios e essenciais do casamento, e necessária para os fins principais dele: como para a preservação da castidade naqueles que não têm o dom da continência, para aumentar o mundo com uma descendência legítima e para ligar os afetos do casal mais firmemente. Estes fins do casamento, ao menos os dois primeiros, tornam-se nulos se este dever não for realizado.

Assim como é chamada de "benevolência" porque deve ser realizada com boa vontade e deleite, voluntária, pronta e alegremente; também se diz ser "devida" porque é uma dívida que a esposa deve ao marido, e ele a ela. Pois a esposa não tem

poder sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido; e, da mesma sorte, o marido não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas sim a esposa.

Tenho minha garantia do Apóstolo para prescrever este dever como um remédio contra o adultério. Pois, para evitar a fornicação, ele aconselha marido e mulher a prestarem a devida benevolência um ao outro. Se, então, for feita esta pergunta: "Como o casamento guardará homens e mulheres do adultério?", esta resposta, baseada nas palavras do Apóstolo, pode ser dada: "pela prestação da devida benevolência". Ele reforça isso declarando o mal que pode seguir-se da negligência deste dever, a saber, o lançarem-se nas ciladas de Satanás. Bem pôde ele enfatizar este dever para esse fim, porque nenhum outro meio tem força igual: nem jejum, nem vigília, nem cama dura, nem longas viagens, nem muito trabalho, nem frio, nem solidão, nem qualquer outra coisa. Alguns que por esses meios tentaram muito castigar seus corpos e subjugar a luxúria [mas negligenciaram o remédio mencionado] sentiram, apesar disso, a luxúria fervendo neles.

Existem dois extremos contrários a este dever: um no Defeito; outro no Excesso.

O **Defeito** ocorre quando, em caso de necessidade, o dever não é solicitado ou, sendo solicitado por um, não é concedido pelo outro. A modéstia é alegada por alguns para não solicitá-lo; mas em um dever tão legítimo e necessário, a pretensão de modéstia é [para dizer o mínimo] um sinal de grande fraqueza e causa de muita iniquidade. Negar este dever quando justamente solicitado é negar uma dívida devida e dar a Satanás grande vantagem. A punição infligida a Onã (Gênesis 38:9, 10) mostra quão grande erro é este. Dessa punição, os

hebreus deduzem que este pecado é um tipo de assassinato. É tanto mais atroz quando o ódio, a obstinação, o melindre, o medo de ter filhos demais ou quaisquer outros motivos semelhantes são a causa disso.

O **Excesso** ocorre ou na medida, ou no tempo. Na medida, quando marido ou esposa é insaciável, provocando em vez de aplacar a luxúria, e enfraquecendo seu vigor natural mais do que suprimindo seu humor não natural. Muitos maridos e esposas são muito oprimidos pela insaciabilidade de seus companheiros de leito neste aspecto.

No tempo, ocorre quando é contra a Piedade, a Misericórdia ou a Modéstia.

1. Contra a Piedade: quando nenhum dia, nem dever de Religião, nem mesmo dias extraordinários e deveres de humilhação os fazem abster-se. O Profeta ordenando que o noivo e a noiva saiam de seu quarto no dia de Jejum, e o Apóstolo excetuando a oração e o jejum onde ele impõe este dever da devida benevolência, mostram que no tempo de Jejum ele deve ser suspenso.
2. Contra a Misericórdia: quando um dos cônjuges está fraco por doença, dor, trabalho, viagem ou qualquer outro meio semelhante e, por essa fraqueza, não está em condições de realizar este dever, mas o outro, apesar disso, exige que seja realizado. "Misericórdia quero, e não sacrificio", diz o Senhor. Se o Sacrifício de Deus deve dar lugar à misericórdia, não deveria a luxúria do homem ou da mulher? Pois assim posso bem chamar esse desejo irracional.

Pergunta: E se um marido ou esposa continuar doente por tanto tempo, ou de outra forma fraco, que o outro não consiga se conter?

Resposta: Em tais casos de necessidade, o corpo deve ser castigado e oração fervorosa deve ser feita pelo dom da continência; pois certamente o Senhor, que te trouxe a essa necessidade, te dará graça suficiente.

Contra a Modéstia: quando os maridos exigem este dever naquele tempo que, sob a Lei, era chamado o tempo da separação da esposa por sua enfermidade (Levítico 15:19, etc.). Pois o que se pode esperar de tal união poluída senão uma geração leprosa e repugnante? Este tipo de intemperança é expressamente proibido (Levítico 18:19) e uma punição capital era infligida aos que ofendiam nisso (Levítico 20:18). A abstinência nesse tempo é colocada no catálogo das notas que declaram um homem como justo (Ezequiel 18:6) e a intemperança contrária é posta no rol das abominações que provocaram Deus a vomitar os cananeus (Levítico 18:28) e a abandonar Sua própria herança (Ezequiel 22:10).

A este tipo de intemperança alguns referem o homem conhecer sua esposa após ela ter concebido um filho. Mas não encontro tal assunto condenado na palavra de Deus; nem ousou tornar pecado aquilo que ali não é condenado. Certos sectários entre os judeus são marcados por este erro.

Objeção: Nenhuma outra criatura faz isso; logo, parece ser contra a natureza.

Resposta 1: Nego o argumento; embora alguns se abstenham, nem todos o fazem.

Resposta 2: Nego a consequência; pois outras criaturas não estão ligadas um macho a uma fêmea como um marido à sua própria esposa. Além disso, aquilo a que os animais estão ligados por natureza deve ser deixado à discrição do homem.

Objeção 2: Após a mulher ter concebido uma vez, não se podem esperar mais concepções até que ela dê à luz.

Resposta: A concepção não é o único fim deste dever; pois ele deve ser prestado também aos que são estéreis.

Pergunta: Se a esposa estiver amamentando seu filho, não deveria o marido abster-se?

Resposta: Porque amamentar é um dever da mãe, o homem deve fazer o que puder para se conter.

10. Do amor mútuo entre marido e mulher.

Até aqui tratamos daqueles deveres mútuos comuns que tendem à preservação da própria existência do casamento e são, nesse aspecto, absolutamente necessários. Os outros deveres mútuos comuns [embora não sejam de necessidade tão absoluta quanto os anteriores] são necessários em seu gênero para o bom estado do casamento e para a melhor preservação desse nó; de modo que, se não forem realizados, o fim e o uso correto do casamento serão pervertidos, e esse estado se tornará desconfortável e muito pesado. O primeiro destes é o amor. Um afeto mútuo amoroso deve passar entre marido e mulher, ou então nenhum dever será bem realizado: este é o fundamento de todos os outros. Em alguns aspectos, o amor é próprio e peculiar ao marido, como pretendo mostrar quando falar dos deveres particulares do marido. Mas o amor também é exigido das esposas, e ordena-se que elas sejam amantes de seus maridos,

assim como os maridos devem amar suas esposas; de modo que é um dever mútuo comum pertencente tanto ao marido quanto à esposa: e isso é o verdadeiro matrimônio, quando homem e mulher estão ligados pelo vínculo do amor. Sob o amor, todos os outros deveres estão compreendidos: pois sem ele nenhum dever pode ser bem realizado. O amor é o cumprimento da Lei, isto é, a própria vida de todos os deveres que a lei exige. É o vínculo da perfeição, que une todos os deveres que passam entre as partes. Onde o amor abunda, ali todos os deveres serão realizados pronta e alegremente. Onde o amor falta, ali todo dever será ou totalmente negligenciado, ou realizado de forma tão descuidada que é como se não fosse realizado; nesse aspecto, o Apóstolo deseja que todas as coisas sejam feitas com amor. O amor, assim como instiga a parte em quem ele governa a fazer todo o bem que pode, também estimula a parte amada a retribuir bem com bem. É como o fogo, que não é apenas quente em si mesmo, mas também transmite calor de um para o outro. Note como admiravelmente isso é apresentado entre Cristo e Sua Esposa no Cântico de Salomão; e é manifestado ainda nos exemplos de todos os bons maridos e esposas notados na Escritura: eles nutriam mutuamente um afeto muito amoroso um pelo outro.

Embora o amor seja um dever geral que cada um deve ao outro, até mesmo ao seu inimigo, quanto mais Deus ligou as pessoas, mais elas estão obrigadas a este dever e mais devem abundar nele. Mas, acima de todos os outros, marido e mulher estão mais próxima e firmemente ligados. Portanto, acima de todos os outros, eles são os mais obrigados a isso, e no mais alto grau possível, semelhante ao amor de Jônatas, que amava Davi como à sua própria alma. Salomão diz: "O que acha uma mulher acha uma coisa boa e alcançou o favor do Senhor"; o que, pela

regra da relação, também é verdade para o marido: "Ela que acha um marido acha uma coisa boa e alcançou o favor do Senhor". Marido e mulher, portanto, são um para o outro um penhor especial do favor de Deus e, nesse aspecto, acima de todos os outros abaixo de Deus, devem ser amados. Se este for o fundamento [como deve ser] de seu amor mútuo, o amor deles será fervente e constante. Nem a falta ou o murchar de quaisquer atrativos externos, como beleza, aparência, linhagem, amigos, riquezas, honras ou afins, reterá ou retirará, extinguirá ou atenuará o amor deles; nem quaisquer excelências de natureza ou graça em outros maridos e esposas desviarão seus corações dos seus próprios para aqueles outros; nem o amor por um cônjuge anterior, morto e sepultado, diminuirá em nada o amor pelo companheiro vivo.

Mencionei este exemplo porque em muitos, que estão longe de colocar seu afeto em "carne estranha", o amor por um marido ou esposa falecido está tão fixo no coração que nunca mais conseguem amar outro tão inteiramente. Aqueles que pensam assim não estão aptos a se unirem a outro companheiro após serem libertos de um. Se casam novamente e manifestam tal mentalidade, mostram claramente que respeitam mais esta ou aquela pessoa do que a ordenança de Deus. Pela ordenança de Deus, marido e mulher não estão mais ligados um ao outro do que enquanto vivem juntos. A morte é uma separação absoluta e faz uma dissolução total do vínculo matrimonial. Se o homem morreu, a mulher está livre da lei do marido, de modo que pode tomar outro homem. Liberdade esta que também é dada ao homem. Estando agora livres, se casam com outro [sendo este outro agora um verdadeiro marido ou esposa], o amor deles deve ser tão inteiro para com este outro quanto era para com o anterior; sim, e mais inteiro, se houve qualquer defeito no

anterior. Pois, assim como os filhos casados fora da casa de seus pais não devem reter tal amor pelos pais que engula o amor pela parte com quem se casaram, mas devem, segundo a lei, deixar pai e mãe e apegar-se ao seu cônjuge; assim também o amor por um marido ou esposa anterior não deve ser predominante quando se casam com outro. A este outro devem se apegar tão estreitamente como se nunca tivessem sido unidos a um anterior. O marido ou esposa vivo é o penhor presente do favor de Deus. Ele é agora o teu próprio marido; e ela é agora a tua própria esposa; e não a parte que está morta. Não nego que a memória de um marido ou esposa virtuoso deva ser preciosa para a parte sobrevivente; pois a memória do justo é abençoada. Mas, assim como a virtude de uma pessoa falecida não deve ser enterrada com o cadáver, também a pessoa não deve ser mantida "acima do solo" com a memória de sua virtude; o que, de certa forma, é feito quando o amor pela parte falecida ou retira ou atenua o amor pela viva. Isso é dar domínio ao morto sobre o vivo, o que é mais do que a lei impõe.

11. Sobre o ódio mútuo de maridos e esposas, contrário ao amor.

Existe uma geração de disposição tão rabugenta e torta que não consegue amar, mas antes odeia um ao outro pelo simples fato de serem marido e mulher. Pois muitos maridos, tendo esposas, e esposas, tendo maridos, dignos de serem amados em todos os sentidos, dirão, para o espanto dos ouvintes: "Eu tenho, de fato, um bom marido" ou "Eu tenho uma boa esposa, mas não consigo amá-lo(a)". E, ao se lhes exigir uma razão, não hesitam em responder aberta e impudentemente: "Acho que eu poderia amá-lo se ele não fosse meu marido" ou "Acho que poderia amá-la se ela não fosse minha esposa". Ó impudência mais que

monstruosa! Não é isto opor-se diretamente à ordenança de Deus e à ordem que Ele estabeleceu entre homem e mulher? Não é isto pisotear o favor de Deus? Ainda que não houvesse outro motivo para mover o amor senão este — que tal pessoa é teu marido ou tua esposa —, isto já deveria ser motivo suficiente. E será isto o fundamento do teu ódio? Certamente, tal espírito é um espírito puramente diabólico, contrário ao Espírito que vem do alto; e, se não for expulso, lançará aqueles a quem possui no fogo do inferno.

12. Sobre a paz mútua entre marido e mulher.

Entre outros meios de manter um afeto amoroso interior entre marido e mulher, a paz, a concórdia e o acordo mútuo exterior são dos principais. Por isso, o Apóstolo exorta a guardar a unidade do espírito pelo vínculo da paz; pois a paz é um vínculo que une um ao outro e os faz ser como um só, até mesmo um só em espírito; ao passo que, pelo contrário, a discórdia exterior desune os espíritos dos homens. Somos ordenados a seguir a paz com todos os homens; quanto mais, entre todas as pessoas, devem os maridos ter paz com suas esposas, e as esposas com seus maridos? Eles são mais próximos que irmãos e irmãs. Vede, pois, quão bom e agradável é que habitem juntos em unidade. Habitar juntos eles devem; mas, sem paz, não há habitação conjunta: "Melhor é morar num canto do eirado do que com a mulher rixosa numa casa ampla". Pessoas em conflito estariam muito melhor fora da vista e do lugar uma da outra do que presentes juntas. Fora da vista e do lugar marido e mulher não devem estar; portanto, em paz eles devem estar. A paz mútua entre eles é um grande refrigério para suas mentes, quando açoitadas pelas discórdias de outros. Diz-se que a esposa é, nesse aspecto, um porto para o homem [quanto mais o homem para

sua esposa?]. Se o porto estiver calmo e livre de tempestades e tormentas, que refrigério será para o marinheiro que foi jogado no mar pelos ventos e ondas!

Para manter a paz:

1. Todas as ofensas, tanto quanto possível, devem ser evitadas. O marido deve vigiar a si mesmo para não dar motivo de ofensa à sua esposa; e o mesmo deve fazer a esposa. Ofensas causam contendas.
2. Quando uma ofensa é dada por uma das partes, não deve ser aceita pela outra, mas antes relevada; e assim a paz não será quebrada. É o segundo golpe que faz a briga.
3. Se ambos se enfurecerem juntos, o fogo tende a ser maior; portanto, com maior rapidez devem ambos trabalhar para apagá-lo. A ira não deve deitar-se na cama com dois companheiros de leito; nem devem eles separar as camas por causa da ira. Para que este fogo seja extinto mais cedo, ambos devem lutar para serem os primeiros a oferecer reconciliação. A glória é daqueles que começam primeiro, pois são, mais propriamente, os benditos pacificadores. Não aceitar a paz quando oferecida é algo pior que pagão; mas, quando a ira se acende, buscar a reconciliação é o dever de um cristão e uma graça que vem do alto.
4. Filhos, servos ou qualquer outro na família não devem ser apoiados por um contra o outro. O homem tomar o partido de alguém da casa contra sua esposa, ou a esposa contra seu marido, é uma causa comum de contenda entre o casal.
5. Devem abster-se de lançar em rosto um do outro os maridos ou esposas de outras pessoas, ou seus próprios

cônjuges anteriores [caso tenham tido algum]. Comparações desse tipo são odiosas. Elas despertam muita paixão e causam grandes contendas.

6. Acima de tudo, devem ter cuidado com o ciúme precipitado e injusto, que é a ruína do casamento e a maior causa de descontentamento que pode haver entre marido e mulher. Pessoas ciumentas estão prontas para criar brigas e buscar ocasiões de discórdia; interpretarão cada palavra, olhar, ação e movimento da pior forma, ofendendo-se onde nenhuma ofensa foi dada. Uma vez aceso o ciúme, ele é como um fogo flamejante que dificilmente se apaga. Torna implacável a parte que ele possui.
7. Em todas as coisas que condizem com uma boa consciência, devem esforçar-se para agradar um ao outro; e cada um deve permitir que sua própria vontade seja contrariada, antes que o descontentamento seja dado ao outro. São Paulo nota isto como um dever mútuo comum pertencente a ambos, e expressa o cuidado deles com uma palavra que significa mais do que o cuidado comum, implicando uma divisão da mente em diversos pensamentos, lançando para um lado e para o outro, e de todas as formas, como dar o melhor contentamento.

13. Sobre as contendas entre marido e mulher.

Contrárias à paz mútua são as contendas entre marido e mulher, que são frequentes demais na maioria das famílias e pelas quais o bem comum é muito prejudicado. A discórdia entre marido e mulher em uma casa é como a contenda entre o mestre e o piloto em um navio: não se deve temer, com razão, grande perigo e muito mal dali? Ouvimos antes que o homem para sua esposa, e

ela para ele, é como um porto. Ora, por experiência descobrimos que, se o porto for tempestuoso, é muito mais problemático e perigoso para o marinheiro do que o mar aberto. Portanto, que marido e mulher tenham a mesma mente um para com o outro como Abraão teve para com Ló e, quando ocasiões de discórdia forem oferecidas, digam: "Não haja contenda entre ti e mim, pois somos marido e mulher; não mais dois, mas uma só carne".

14. Sobre maridos e esposas habitarem juntos.

De um afeto mútuo de amor procede um cuidado providente mútuo no marido e na esposa um pelo outro. Ao tratar disso, notaremos primeiro o meio pelo qual sua providência mútua pode ser melhor efetuada e manifestada, e depois a matéria sobre a qual ela deve versar. O meio, em uma palavra, é a coabitação. Pois é um dever que marido e mulher habitem juntos. A frase usada ao descrever a criação da mulher ["ele edificou uma mulher", pelo que se insinua a ereção de uma família] implica o mesmo; assim como a lei do casamento, pela qual o homem é ordenado a deixar pai e mãe e a apegar-se à sua mulher, isto é, sair da casa de seu pai e habitar com sua esposa; e o mesmo faz esta frase ["esquece a casa de teu pai"], tirada do dever de uma esposa e misticamente aplicada à Igreja. São Pedro ordena expressamente aos maridos que habitem com suas esposas; e São Paulo impõe tanto aos maridos quanto às esposas que não se deixem um ao outro, mas habitem juntos, mesmo que um deles seja infiel. Certamente foi a consciência deste dever que fez o levita ir atrás de sua esposa, que se afastara dele, para trazê-la de volta para casa; e o que fez as esposas de Jacó deixarem a casa de seu pai e irem com seu marido. A palavra sob a qual São Pedro compreende este dever é um título apropriado a um marido; e um título correspondente é apropriado a uma esposa; do que a

etimologia de nossas duas palavras usuais em inglês [*husband* (marido/administrador), *housewife* (dona de casa)] não difere muito.

O poder que um tem sobre o corpo do outro e a vantagem que, ao viverem separados, dão a Satanás [ambos expressamente notados em 1Co 7:4,5] mostram a necessidade deste dever; e os muitos benefícios que daí advêm reforçam ainda mais a justiça dele. Pelo fato de maridos e esposas habitarem juntos, todos os deveres matrimoniais são melhor realizados: o amor mútuo é melhor gerado, preservado e aumentado; os bons dons de cada um são melhor observados pelo outro; melhor ajuda e socorro são mutuamente prestados; e, com o tempo, tornam-se mais capazes de fazer o bem um ao outro e de receber o bem um do outro. Por que, então, deveriam ter qualquer intenção de viver separados, a menos que sejam forçados por ocasiões extraordinárias, como cativo, prisão solitária, doença contagiosa e afins, que não são faltas deles, mas cruces a serem suportadas com dor; e oração insistente, junto com todos os outros bons meios, deve ser usada para reuni-los novamente? Sim, se a prisão, o banimento ou outro tipo semelhante de ausência for tal que um possa, se quiser, ir ter com o outro, a parte que está livre deve ir ao encontro da outra, ao menos se esta o solicitar.

15. Sobre os motivos pelos quais marido e mulher podem viver separados por um tempo.

Pergunta: Pode haver causas justas para marido e mulher viverem separados voluntariamente?

Resposta: Não pode nem deve haver causa para o abandono total um do outro, o que é um tipo de deserção; mas para viverem separados por um tempo pode haver causas justas, como:

1. Assuntos ponderosos e urgentes que concernem ao bem da Igreja ou do Estado: como quando um homem é enviado para a guerra ou em uma embaixada [caso em que, embora possa levar sua esposa consigo, não está necessariamente obrigado a isso, especialmente se o lugar para onde é enviado for distante, a passagem difícil e perigosa, e sua permanência lá não for longa]. Quando Rúben, Gade e a meia tribo de Manassés atravessaram o Jordão para ajudar seus irmãos em suas batalhas contra os cananeus, deixaram suas esposas para trás em suas famílias; quando Urias foi para a guerra, deixou sua esposa em casa; e quando Moisés deveria tirar Israel do Egito, sua esposa permaneceu na casa de seu pai.
2. Deveres principais de sua vocação particular: como os marinheiros, que frequentemente devem estar no mar; mercadores que negociam em outros países; advogados que frequentam tribunais públicos; cortesãos que, em seus meses ou trimestres, servem ao seu Príncipe; cuidadores de mulheres em puerpério e pessoas doentes; e outras amas.

Desde que, sempre, nestes e em outros casos semelhantes, haja um consentimento conjunto e mútuo de ambas as partes; pois se marido e mulher não podem defraudar um ao outro por um tempo para se dedicarem ao jejum e à oração sem consentimento, muito menos podem, por ocasiões mais leves, viver qualquer tempo separados sem consentimento. Desde que, também, não tenham prazer em viver separados, mas antes se

entristeçam por serem forçados a fazê-lo; e, em testemunho disso, aproveitem todas as ocasiões que puderem para manifestar seu desejo ardente um pelo outro por meio de cartas, mensagens, presentes e outras gentilezas semelhantes, retornando com toda a rapidez que puderem. Nenhuma distância ou ausência deve diminuir em nada o amor mútuo.

16. Sobre o erro dos papistas acerca da separação de marido e mulher.

Contrária ao dever da coabitação é a doutrina dos papistas, pela qual ensinam que: A separação pode ser feita entre marido e mulher por muitas causas, quanto ao leito ou à coabitação, por tempo determinado ou indeterminado. O Concílio de Trento ousa pronunciar anátema contra aqueles que dizem que a Igreja erra nisso. Se as muitas causas que alegam, além do adultério, forem bem pesadas, descobriremos que carecem de qualquer garantia da palavra de Deus. Eles as dividem em dois tópicos: 1. Consentimento mútuo. 2. Demérito.

Pelo consentimento [dizem eles] de ambas as partes casadas para atingir um estado maior e mais perfeito, o casamento consumado pode ser dissolvido quanto ao leito e à coabitação.

Resposta: No casamento há uma aliança de Deus (Provérbios 2:17), bem como das duas partes; o consentimento das partes, portanto, não é suficiente para quebrá-la. Nenhum estado neste mundo pode ser maior ou mais perfeito do que o que é adequado para pessoas casadas. Adão e Eva, em seu melhor estado, eram casados; e agora o casamento é honroso em todos. Os estados que eles consideram mais perfeitos são ou aqueles que não estão no poder do homem [como a continência perpétua] ou aqueles

que podem ser tão bem realizados por pessoas casadas quanto por solteiras [como as funções eclesiásticas], se ao menos forem funções garantidas pela palavra de Deus. Sumos sacerdotes e outros sacerdotes, todos os tipos de levitas, profetas extraordinários e apóstolos eram casados. Que funções maiores que estas?

As causas que, por demérito, dizem eles, justificam a separação são: 1. Adultério. 2. Afastamento da fé católica. 3. Solicitação ou incitamento ao pecado. Quanto ao adultério, não negamos que dê justa causa para o divórcio; mas, ao mesmo tempo, dizemos [conforme temos boa garantia nas palavras de Cristo] que é a única causa de divórcio justo. Pois fazer uma separação por afastamento da fé católica é diretamente contrário à doutrina de São Paulo e São Pedro (1Co 7:12-14; 1Pe 3:1). Quanto à solicitação e incitamento ao pecado, embora possa ser causa para mover um marido ou esposa a caminhar com mais cautela e sabedoria e, em extremidade, evitar o convívio por um tempo, ou queixar-se ao Magistrado para obter alívio — o qual pode considerar adequado prender a parte delinquente ou mantê-los separados até que o delinquente seja recuperado e levado a uma mente melhor —, ainda assim não é causa suficiente para dissolver finalmente o casamento no que tange ao leito e à coabitação.

Eles alegam que, se o olho direito causa ofensa, deve ser arrancado.

Resposta 1: Isso é apenas uma metáfora e pode ser aplicada de várias outras formas.

1. As palavras não devem ser tomadas de forma absoluta, mas por via de comparação: antes arranca-o do que ser levado a tropeçar por ele.
2. O "arrancar", aplicado ao ponto em questão, pode ser feito de muitas outras formas que não a dissolução do casamento.
3. Aquela proibição geral ["qualquer que repudiar sua mulher... faz com que ela cometa adultério"], restringida apenas com a exceção de fornicção, não admite nem esta, nem qualquer outra causa semelhante para dissolver o casamento.

17. Sobre maridos e esposas que se ausentam ilegalmente um do outro.

Contrária também ao referido dever de coabitação é a prática de muitos homens que, vivendo eles mesmos em um lugar [suponhamos, em Londres], enviam suas esposas para alguma casa de campo e ali as enclausuram, como falcões, nunca se importando em visitá-las, sentindo-se mais alegres quando suas esposas estão mais longe. Se suas esposas vivem em casa, eles estarão fora, comendo e dormindo onde suas esposas não saibam; sua própria casa é como uma prisão para eles; não se sentem bem senão quando estão fora dela. De igual conceito e prática leviana são muitas esposas que, por nenhuma outra razão senão mera levandade, sendo ávidas em perseguir seus prazeres e satisfazer seus desejos, vadiam fora de suas próprias casas durante o dia, dormem fora delas à noite e permanecem em outra companhia dias e noites; ou, ao menos, alegram-se quando seus maridos têm ocasião de estar fora de casa; não muito diferentes da dona de casa leviana que Salomão descreve (Provérbios 7:10, etc.). Falo de assuntos famosos demais, ou melhor, infames.

Quisera eu que não houvesse causa justa para censurar esta leviandade. Mas que aqueles que desejam aprovar-se diante de Deus ou dos homens tenham cuidado com estes vícios atrozes e mais que pagãos. Ainda que Israel se prostitua, não se faça culpado Judá.

Muito próximos do referido tipo de separação ilegal chegam aqueles que, embora vivam ambos em uma só casa, fazem dessa casa, pelo seu distanciamento mútuo, como se fossem duas casas: o homem permanecendo em uma extremidade dela, sua esposa na outra; e assim têm seus quartos separados, mesas separadas, servos separados, tudo separado. Ou, se a estreiteza de sua casa não permitir que dividam outros cômodos, ainda assim terão quartos de dormir separados, ou ao menos camas separadas; de modo que aqueles que os chamarem de "companheiros de leito" estarão apenas lhes dando um apelido falso. Assim, roubam um ao outro daquela devida benevolência que mutuamente devem; expõem-se às ciladas do diabo; distanciam cada vez mais seus corações um do outro e privam-se de tais confortos e ajudas mútuas que, pela sociedade matrimonial, poderiam prestar e receber um do outro.

18. Sobre as orações mútuas de maridos e esposas.

A matéria sobre a qual a providência mútua de maridos e esposas deve versar é, em geral, o bem um do outro; que cada um faça pelo outro aquilo que Salomão aplica em particular a uma esposa, a saber: o bem e não o mal todos os dias de sua vida. Ora, o bem do homem estende-se à sua alma, corpo, bom nome e bens. Um dever geral que tende ao bem de todos estes é a oração. São Pedro exige tal comportamento de marido e mulher um para com o outro, para que suas orações não sejam impedidas; pelo que ele dá como certo que a oração é um dever

mútuo que um deve ao outro; dever este que Isaque realizou por sua esposa. Nisto podem marido e mulher ser úteis um ao outro em todas as coisas necessárias a qualquer um deles; pois é o meio que Deus, em sabedoria, santificou para a obtenção de cada bênção necessária para nós mesmos ou para outros. Por muitos é considerado apenas um dever leve e de pouco uso; mas a verdade é que realizá-lo corretamente, em verdade e fé, é tanto difícil no ato quanto poderoso no efeito. É o melhor dever que um pode realizar pelo outro, e o que menos deve ser negligenciado. Ouvimos antes que Isaque orou por sua esposa; e para mostrar o bem que ele lhe fez com isso, nota-se que o Senhor ouviu as suas súplicas; de modo que ela, sendo estéril antes, por esse meio concebeu. Toda a medicina do mundo não poderia ter-lhe feito tanto bem. Portanto, sem cessar, este dever deve ser realizado. Sempre que marido e mulher fizerem qualquer oração, nela devem lembrar-se um do outro; sim, e frequentemente devem, de propósito, tomar ocasião para fazer orações especiais um pelo outro; e isso tanto na ausência quanto na presença um do outro.

Este último ponto concerne especialmente ao marido, que é como um sacerdote para sua esposa e deve ser a boca dela para Deus quando os dois estão juntos; contudo, não duvido que a esposa possa orar na presença do marido quando os dois estão a sós, seja para prova [para que ele tenha conhecimento da habilidade e dom dela nesse tipo] ou para ajuda [se a esposa for muito mais capaz de realizar esse dever do que o homem, como muitas esposas são]. Não sem causa, portanto, incluí isto entre os deveres mútuos comuns.

19. Sobre as coisas pelas quais maridos e esposas devem orar a sós.

Existem diversas bênçãos necessárias pelas quais maridos e esposas devem orar e que pertencem apenas a eles mesmos, sendo mais adequadas para serem mencionadas em oração privada entre os dois, como:

1. Que, assim como os dois são uma só carne, também sejam um só espírito: que seus corações sejam como um só, unidos por um amor matrimonial verdadeiro e espiritual; sempre se deleitando um no outro, sempre ajudando um ao outro e prontos, com toda a vontade e alegria, para realizar todos os deveres que devem um ao outro.
2. Que seu leito matrimonial seja santificado e, como é pela ordenança de Deus, assim permaneça para eles, pelo seu bom uso, um leito sem mácula. Não há outra coisa pela qual a oração mútua em particular entre marido e mulher seja mais necessária; e isso tanto mais por causa do calor natural da luxúria que há na maioria; o qual, se não for pela oração [o melhor meio para esse propósito] mitigado, pode tornar-se uma contaminação do leito imaculado; e marido e mulher tornarem-se adúlteros um para com o outro. Como outras coisas, esta também é santificada pela palavra e pela oração. A palavra dá garantia e direção para o uso dela; a oração tanto a tempera quanto alcança uma bênção sobre ela.
3. Que possam ter filhos, e que estes sejam tais que possam ser herdeiros da salvação e vivam neste mundo para o seu próprio bem e o de outros: que sejam filhos belos e bem proporcionados; nem desprovidos de razão no entendimento, nem monstros na forma corporal, nem ainda perversos e infames em suas vidas; o que não

poderia deixar de ser uma dor para seus pais e poderia também abrir a boca dos ímpios contra eles.

4. Que Deus lhes dê o sustento necessário dos bens deste mundo e outros bons meios para bem nutrir, educar e encaminhar seus filhos; e o suficiente para a manutenção de sua família e daquele estado em que Deus os colocou.
5. Que os dons e graças necessários que faltam em qualquer um deles sejam operados; e que os vícios e enfermidades a que estão sujeitos sejam corrigidos.

Estas e muitas outras coisas semelhantes dão ocasião a marido e mulher, de maneira especial, para orarem um pelo outro e um com o outro.

20. Sobre as imprecações e desejos odiosos de maridos e esposas um contra o outro.

Contrárias a esse dever santo e celestial da oração são aquelas terríveis e infernais imprecações e execrações que ordinariamente saem da boca de muitos maridos e esposas contra o outro [e isso muitas vezes por ocasiões muito leves], amaldiçoando o dia em que se conheceram e desejando que um deles estivesse debaixo da terra antes de se unirem. Odiosíssimas são estas e tais execrações na boca de qualquer homem, mas mais que odiosíssimas na boca de marido e mulher um contra o outro.

Muitos que, por vergonha exterior, abstêm-se de vomitar tal fala podre e fedorenta, fazem pouca consciência de desejar o mesmo em seus corações. Se um marido é um tanto áspero e uma esposa megera; ou se, por doença ou qualquer outra ocasião semelhante, parecem pesados um ao outro; ou se qualquer aversão por um surge no coração do outro; ou se seus corações

estão postos em outros; ou se o sobrevivente deve herdar os bens e terras, seus corações se encherão de mil desejos da morte do outro. Sim, muitas vezes, tais que têm maridos ou esposas muito bons, sem qualquer sombra de razão [apenas por uma corrupção interior de seu coração e instigação maliciosa de Satanás, não percebendo o seu próprio bem], estão prontos a desejar que o outro estivesse no céu; fazendo com isso um pretexto da eterna bem-aventurança daquele a quem assim desejam, quando, na verdade, seu único desejo é ser solto e livre dele. Deus frequentemente castiga tais desejosos perversos [pelo que mostra quão odiosos Lhe são tais desejos], pois às vezes, de acordo com o desejo deles, Ele retira bons maridos e esposas daqueles que são maus; e, quando eles se vão, faz com que sua perda seja sentida tão sensivelmente que esses desejosos ímpios, em cada fibra de seu coração, arrependem-se de seus desejos precipitados. Sim, para agravar ainda mais sua miséria, Ele lhes dá maridos e esposas tão rabugentos e perversos no lugar daqueles bons [pois raramente vem um melhor] que são forçados, com muitos suspiros e gemidos profundos, a desejar [mas tudo em vão] suas esposas e maridos anteriores vivos novamente, e assim verificar o provérbio: "Uma coisa boa não é tão bem discernida pelo desfrute, quanto pela falta dela". Outras vezes, Deus, em ira, contraria seus desejos e primeiro retira os que desejavam a morte de outros; ou então prolonga a vida de ambos para sua maior vexação.

21. Sobre a negligência da oração mútua por maridos e esposas.

A própria negligência da oração mútua em maridos e esposas um pelo outro é também um pecado contrário ao referido dever da oração; do qual, se todos os culpados fossem tão bem conhecidos

pelo homem quanto o são por Deus, quantos maridos e esposas indelicados e descuidados com o bem um do outro seriam notados, mais do que são? Raros são os maridos e esposas que têm seus momentos para orar a sós juntos um com o outro, se é que algum dia oram um pelo outro. Embora em cumprimentos exteriores possam parecer muito gentis e, nas coisas exteriores deste mundo, muito providentes, contudo, se não oram um pelo outro, não são nem gentis, nem providentes. A oração sincera, fervorosa e frequente é o maior sinal de gentileza e a melhor parte da providência que pode haver.

22. Sobre o cuidado mútuo de maridos e esposas pela salvação um do outro.

Do dever geral da oração, que é proveitoso para todas as coisas, passo aos ramos particulares do cuidado providente mútuo de marido e mulher: e começarei primeiro com aquilo que deve ser buscado em primeiro lugar, o bem da alma um do outro, o qual o Apóstolo insinua ser algo a ser buscado quando diz: "Porque, de onde sabes, ó mulher, se SALVARÁS teu marido? ou, de onde sabes, ó homem, se SALVARÁS tua mulher?". São Pedro ordena às esposas que se esforcem para ganhar seus maridos, e São Paulo coloca diante dos maridos o padrão do amor de Cristo, que teve especial respeito à alma e à salvação dela; de modo que este é um dever mútuo pertencente a ambos, o qual São Pedro reforça ao chamá-los de coerdeiros da graça da vida. É o maior bem que alguém pode possivelmente fazer por outro: ser um meio de ajudar a promover sua salvação. E não há nada que possa unir o coração de um ao outro de forma mais sólida e firme do que ser um meio para isso.

23. Sobre o cuidado de maridos e esposas em ganhar um ao outro, quando um deles não é chamado.

Para que a salvação da alma seja melhor efetuada, deve-se ter respeito ao estado presente e particular do marido ou da esposa. Se um é crente e o outro não, o crente deve usar todos os meios possíveis para atrair o outro também a crer. Se ambos forem crentes, seu cuidado mútuo deve ser edificar um ao outro em sua santíssima fé.

Quanto ao primeiro ponto, é o objetivo principal da exortação de São Pedro às esposas crentes, sobre seu comportamento, para atrair seus maridos descrentes à verdadeira fé. Sua frase ["para que possam ser ganhos"] tem respeito, em geral, à salvação de suas almas e, em particular, à sua primeira conversão. Ora, se este dever pertence à esposa, muito mais ao marido, que é designado cabeça de sua esposa e salvador. Para este fim, São Paulo aconselha maridos e esposas crentes que são casados com descrentes a habitarem com eles. Pois que coisa deplorável é que dois que neste mundo estão tão intimamente ligados a ponto de formarem uma só carne, devam no mundo vindouro estar tão separados um do outro quanto o céu está do inferno. Isto, de fato, ocorrerá com muitos; pois Cristo predisse expressamente que, de dois que estivessem em uma cama juntos [quem são mais adequadamente descritos por esta frase do que marido e mulher, que usualmente são chamados companheiros de leito?], um será tomado [para a misericórdia e glória] e o outro será deixado [ou abandonado à tortura e tormento infundáveis e sem alívio]. Mas, embora esteja predito que assim ocorrerá com muitos casais, nosso cuidado deve ser, e isso com todo o nosso poder, evitá-lo, tanto em nós mesmos quanto em nosso companheiro de leito. Se aprouver ao Senhor dar tal bênção ao esforço de um marido ou esposa, a ponto de ser um meio da conversão de seu companheiro, então a parte convertida tanto amará inteiramente a outra quanto também bendirá a Deus

de coração [como há justa causa] por terem sido tão intimamente ligados. Este dever de ganhar um ao outro deve ser aplicado àqueles que são casados não apenas com infiéis declarados, mas também com papistas ou outros idólatras semelhantes, com ateus ou quaisquer outras pessoas profanas, com heréticos, separatistas, cismáticos ou quaisquer que não creiam retamente.

24. Sobre maridos e esposas edificarem-se mutuamente.

O segundo dever que tende à salvação da alma é que dois crentes, estando casados, esforcem-se mutuamente para se edificarem cada vez mais. Um cristão deve este dever a outro; quanto mais marido e mulher. "Tende cuidado", diz o Apóstolo, "que ninguém se prive da graça de Deus". Se ninguém, então nem a esposa, nem o marido. Uma edificação espiritual mútua é o melhor uso que podemos fazer [e devemos fazer] daquelas juntas e vínculos pelos quais estamos unidos uns aos outros. Por virtude deles, o corpo [a saber, o corpo místico de Cristo] recebe aumento para a edificação de si mesmo e cresce com o aumento de Deus. Ora, sendo o vínculo do casamento o mais firme de todos e aquele pelo qual estamos mais estreitamente unidos, por virtude de qual vínculo deveríamos edificar uns aos outros, se não por virtude do vínculo matrimonial?

25. Sobre maridos e esposas impedirem o pecado um no outro.

Duas coisas são requisitos para a edificação espiritual. Uma diz respeito aos impedimentos do crescimento na graça. A outra, aos auxílios para o mesmo. Os impedimentos da graça são todos os tipos de pecados. O pecado para a graça é como a água para o fogo: arrefece o calor dele e, se for derramada sem medida, apagará totalmente a chama. Em relação a isso, deve haver um

cuidado mútuo nos maridos e esposas, tanto para prevenir o pecado antes que seja cometido, quanto para fazer a correção que puderem após ele ser cometido.

Que é um dever mútuo para maridos e esposas, tanto quanto puderem, prevenir o pecado um no outro, é evidente por aquela razão que o Apóstolo usa para impedi-los de se defraudarem mutuamente, nestas palavras: "para que Satanás não vos tente". Pois, do escopo e da matéria dessas palavras, pode-se colher esta doutrina geral: maridos e esposas devem ser cuidadosos em guardar um ao outro das tentações de Satanás, isto é, do pecado, para o qual todas as suas tentações tendem. Rebeca realizou o dever de uma boa esposa ao impedir Isaque de abençoar Esaú; o que, se ele tivesse feito, teria pecado contra a palavra expressa de Deus. Embora ela tenha falhado na maneira de fazê-lo, seu fim foi bom.

Assim como o amor que devem um ao outro, também o cuidado que devem ter de si mesmos exige o mesmo, pois o pecado provoca a ira de Deus; Sua ira envia a vingança; aquela vingança que cai sobre o marido dificilmente poupará a esposa, ou a que cai sobre a esposa dificilmente poupará o marido; e isso por causa de sua união próxima: embora não caia sobre as cabeças de ambos, não pode deixar de afetar muito, e até afligir, a parte que escapa. As esposas daqueles rebeldes que foram engolidos vivos no deserto pereceram da mesma maneira que seus maridos. Pois aqueles que são tão próximos como maridos e esposas, e não fazem o que podem para prevenir os pecados um do outro, tornam-se cúmplices deles.

Para a melhor efetivação deste dever, maridos e esposas devem vigiar um ao outro e observar a quais pecados cada um é propenso, ou quais ocasiões são oferecidas para atrair qualquer

um deles ao pecado. Se um deles for colérico ou propenso a irar-se subitamente, o outro deve esforçar-se para retirar todas as ocasiões de ofensa; e se ambos forem irritadiços e apressados na ira, quando um vir o outro primeiro movido, a parte cuja paixão ainda não foi despertada deve, antes, manter-se calma e composta em toda mansidão e paciência, para que, se ambos forem provocados juntos, toda a casa não seja incendiada. Se um deles for dado à embriaguez, à cobiça ou a qualquer outro pecado, o outro deve, por persuasões sábias e gentis, guardá-lo [tanto quanto puder] desses pecados. Sim, podem também buscar outros, que sejam discretos e capazes, para dissuadi-los; ou usar quaisquer outros bons meios que puderem para esse propósito.

26. Sobre maridos e esposas corrigirem o pecado um no outro.

Quando o marido ou a esposa cai em algum pecado, é um dever mútuo do outro buscar a correção desse pecado; assim como, se um deles estivesse ferido, o outro deveria cuidar da cura dessa ferida. Abigail cumpriu seu dever nesse sentido quando, após ouvir sobre o tratamento rude que seu marido deu aos servos de Davi, apressou-se em levar provisões a Davi e humilhou-se diante dele, movendo-o a aplacar sua ira; sim, ela também escolheu um momento oportuno para dizer ao marido sua falta e o perigo em que ele se havia colocado. De forma mais direta e com melhor sucesso, Jacó corrigiu a superstição, ou melhor, a idolatria de sua esposa Raquel, como se pode depreender comparando Gênesis 31:29, 34 e Gênesis 35:2, 4.

Um irmão em sentido amplo não deve permitir que o pecado permaneça sobre seu irmão; muito menos podem o marido ou a esposa permitir isso um ao outro.

"Não odiarás o teu irmão no teu coração", diz a lei, "nem sofrerás pecado sobre ele". Fazer isso, portanto, é um sinal e fruto de ódio. Se um marido visse sua esposa, ou uma esposa seu marido, caído no fogo ou na água, prestes a ser queimado ou afogado, e não oferecesse sua melhor ajuda para retirá-lo, não poderiam ser justamente considerados como quem os odeia? Mas o pecado é como fogo e água, que queimarão e afogarão os homens na perdição.

Este dever pode ser realizado por instruções mansas, persuasões profundas e repreensões gentis; sim, e com a ajuda de algum bom Ministro ou outro amigo discreto e fiel.

27. Sobre maridos e esposas ajudarem no crescimento da graça um no outro.

Até aqui falamos sobre prevenir e corrigir os impedimentos da graça. A isto deve-se acrescentar o auxílio ao crescimento dela, o qual marido e mulher devem mutuamente se esforçar para efetivar um no outro. O cuidado que Elcana tinha de levar suas esposas consigo ao Tabernáculo do Senhor ano após ano mostra que seu desejo era mantê-las no temor de Deus; sim, os presentes e porções que ele costumava lhes dar naquela época implicam o cuidado que tinha de encorajá-las a perseverar no serviço ao Senhor. Foi, sem dúvida, o objetivo principal da sunamita ao providenciar alojamento para o Profeta: que tanto ela quanto seu marido pudessem ser edificadas na Graça. Este dever pode ser melhor realizado pelos seguintes meios:

1. Notando o início e a menor medida de Graça, e aprovando-a.
2. Por meio de conferências frequentes sobre coisas que a ela concernem: propondo mutuamente perguntas um ao outro sobre o assunto e respondendo-as.

3. Pela prática e exemplo mútuos: tornando-se um para o outro um padrão de piedade.
4. Realizando exercícios de religião juntos, como orar, cantar salmos, ler a Palavra e afins.
5. Mantendo exercícios santos e religiosos na família. Embora este dever pertença especialmente ao marido, a esposa deve lembrá-lo disso, caso ele se esqueça; e estimulá-lo, caso ele seja vagaroso. Assim fez a boa sunamita (2 Reis 4:9, 10). A persuasão de ninguém pode prevalecer tanto com um homem quanto a de sua esposa.
6. Estimulando um ao outro a ir à casa de Deus, ouvir a palavra, participar do sacramento e realizar conscientemente todas as partes do culto público de Deus.

Há grande necessidade de que maridos e esposas se esforcem para ajudar no crescimento da graça um no outro, porque todos somos propensos a nos desviar e esfriar, assim como a água se o fogo se apaga e não se coloca mais combustível. E, acima de todos, maridos e esposas podem ser os mais úteis nisso, porque podem perceber mais cedo o início da decadência devido à sua proximidade e familiaridade contínua.

28. Dos pecados de maridos e esposas contrários ao cuidado mútuo pela salvação um do outro.

Os vícios contrários a esse dever mútuo geral de maridos e esposas em buscar a Salvação um do outro, e aos ramos particulares compreendidos nele, são muitos:

1. Uma negligência descuidada: quando maridos e esposas se ocupam tanto com as coisas terrenas que pensam ser suficiente serem providentes um para com o outro nas

coisas desta vida. Disto a maioria dos que vivem nesta terra é culpada; e, entre outros, até muitos daqueles que têm fama de serem maridos e esposas muito bons e gentis. Mas, qualquer que seja a opinião de outros sobre eles, a verdade é que, se falham neste ponto, não vão além do que os próprios pagãos fizeram, e sua gentileza pode ser como um "carinho sufocante", que causa a morte (por sufocamento no abraço).

2. O comportamento indigno e a conduta não cristã de um crente casado com alguém que não crê: por meio disso, o descrente é impedido de abraçar o Evangelho e levado a desgostar e detestar ainda mais a fé. Se um marido papista ou profano for casado com uma esposa que professa a verdade do Evangelho, e ela for obstinada, orgulhosa, lasciva, ranzinza, esbanjadora ou dada a outros vícios semelhantes, não estará ele pronto para atacar a religião que ela professa e protestar totalmente contra ela? O mesmo vale para uma esposa papista ou profana casada com tal marido.
3. Negligência em observar a disposição ou a conduta um do outro: por meio da qual ocorre que não impedem nem restringem um ao outro de cair em pecado, mas provam ser um para o outro o que Eli foi para seus filhos; de onde resultou que a severa vingança de Deus caiu sobre o pescoço de um e de outro. A esposa de Pilatos, embora pagã, levantar-se-á em juízo contra muitas dessas esposas, pois fez o que pôde para impedir seu marido de derramar sangue inocente.
4. Uma lisonja bajuladora do humor um do outro, buscando agradar-se mutuamente em todas as coisas, sem respeito ao bem ou ao mal. A tais pessoas a Escritura chama de "bajuladores de homens". Daí resulta que maridos e

esposas estão tão longe de afastar um ao outro do pecado que o melhor acaba cedendo ao pior, e ambos correm para o mal, como Adão foi persuadido por sua esposa a transgredir contra a ordem expressa de Deus; e o sábio Salomão foi atraído por suas esposas à idolatria (1 Reis 11:4), e Safira consentiu no sacrilégio de Ananias, seu marido (Atos 5:2).

5. Um medo indevido de ofender um ao outro por meio de instrução cristã, admoestação, repreensão e afins. Muitos que são frequentemente movidos em consciência a revelar aos seus maridos e esposas os pecados em que vivem e o perigo em que se encontram, abstêm-se de fazê-lo por um medo descuidado e sem causa.
6. Uma disposição ímpia e invejosa, pela qual muitos maridos e esposas são movidos a zombar e escarnecer daquele zelo santo e prontidão que observam em seus companheiros de leito; como Mical, que comparou Davi a um tolo ou homem fútil, porque ele manifestou seu zelo dançando diante da Arca. Assim, muitos cortam a obra do Espírito ainda no broto e fazem a graça murchar rapidamente. Maldito seja o marido ou a esposa que assim perverte o fim principal de sua união próxima.

29. Do cuidado mútuo de maridos e esposas pelo corpo um do outro.

Após o bem da alma, segue-se o bem do corpo, no qual marido e mulher devem mostrar seu cuidado providente um pelo outro, e fazer o que estiver ao seu alcance para promover o bem-estar da pessoa do outro, e nutrir e cuidar do corpo um do outro. O Apóstolo estabelece este dever sob a comparação de um corpo que ele chama de carne, dizendo: "Ninguém jamais odiou a sua

própria carne; antes a nutre e dela cuida". Ora, marido e mulher são uma só carne. O Apóstolo aplica este dever em particular aos maridos. Na primeira instituição do casamento, ele foi aplicado em particular à esposa, a quem Deus fez para ser uma ajuda adequada para o homem; de modo que é um dever mútuo pertencente a ambos. Parece que Rebeca era tão cuidadosa com Isaque nesse aspecto que podia prontamente fazer-lhe pratos saborosos, tais como ele amava.

Este dever estende-se a todos os estados, tanto de prosperidade quanto de adversidade, de saúde e de doença; pois assim eles mutuamente pactuam e prometem quando se unem pela primeira vez no casamento: "Eu te recebo", diz cada um ao outro, "para o melhor ou para o pior, na riqueza ou na pobreza, na doença e na saúde, para amar e cuidar". Portanto, devem mutuamente alegrar-se com o bem-estar um do outro e também socorrer e consolar um ao outro em toda aflição, colocando os ombros sob o fardo do outro e ajudando a aliviá-lo tanto quanto puderem. O que Salomão disse de um amigo e de um irmão pode ser aplicado adequadamente neste caso ao marido e à esposa: "O amigo ama em todo o tempo; e para a angústia nasce o irmão", isto é, um amigo fiel e de confiança é constante em sua boa vontade e pronto para realizar todos os deveres de gentileza a qualquer momento, seja na prosperidade ou na adversidade; a mudança do estado externo não altera seu afeto amoroso e conduta amigável; sim, ele parece ter nascido e sido trazido ao mundo para o tempo da tribulação e aflição, porque é então que seu cuidado providente e terno afeto mais se manifestam. De todos os amigos, nenhum deve ser mais cuidadoso, nenhum mais fiel um ao outro do que marido e mulher. Como, então, devem amar em todo o tempo e, se qualquer provação sobrevier a um deles, o outro portar-se de tal modo que se possa dizer

verdadeiramente que foram unidos para a adversidade? Assim verificarão a verdade do motivo que levou Deus a criar a humanidade macho e fêmea, a saber, que não era bom que o homem estivesse só, mas que era antes bom — isto é, necessário, proveitoso e confortável — que o homem e a mulher estivessem juntos. Nesse aspecto, o sábio diz: "O que acha uma esposa acha o bem"; e pela regra da relação podemos inferir: "Ela que acha um marido acha o bem".

30. Da relutância de maridos e esposas em ajudar um ao outro em tempo de necessidade.

Contrário a este dever é um certo afeto antinatural em diversos maridos e esposas, que muito se ressentem de prover as coisas que são necessárias um ao outro. O homem comumente acha o custo alto demais; a mulher acha o trabalho excessivo. Eles se tratam como se fossem meros estranhos; aliás, muitos estranhos estarão mais prontos e serão mais alegres em realizar deveres necessários [conforme a ocasião se ofereça] do que tais maridos e esposas antinaturais. Se uma pequena doença ou outra cruz semelhante cai sobre um deles, o outro pensa: "ninguém jamais teve tal fardo"; e, pelo seu descontentamento, tornam o fardo muito mais pesado do que seria de outra forma; assim como quando dois bois estão sob o mesmo jugo e um deles recua, a tração torna-se muito mais difícil para o outro. Assim, pervertem um dos principais fins do casamento, que é ser um conforto e ajuda contínua um para o outro, e aliviar os fardos mútuos; razão pela qual são chamados de companheiros de jugo. A esposa de Jó, por sua conduta antinatural para com ele em sua aflição, agravou muito sua miséria; quando ele mais precisava da ajuda dela, ela menos lhe ofereceu, como aparece na queixa de Jó: "O meu hálito é intolerável à minha mulher", indicando que ela o

negligenciou totalmente em sua miséria. A fala comum de muitos, após o falecimento do marido ou da esposa que esteve muito tempo doente, trai seu afeto antinatural; dizem: "se meu marido [ou esposa] tivesse morrido tanto tempo antes, eu teria economizado tanto dinheiro". O que isso insinua senão que poderiam ter ficado satisfeitos se o cônjuge tivesse morrido antes para que pudessem ter poupado mais?

31. Do respeito mútuo de maridos e esposas pelo bom nome um do outro.

O cuidado providente de maridos e esposas deve estender-se ainda ao crédito e ao bom nome um do outro. Tão caro deve ser o bom nome da esposa para o marido, e do marido para a esposa, quanto o seu próprio. O grande respeito que José teve pelo crédito de Maria, sua esposa desposada, fê-lo pensar em deixá-la secretamente quando observou que ela estava grávida e não sabia de quem; pois não queria fazê-la um exemplo público. O mesmo respeito moveu Bate-Seba a enviar secretamente a Davi e dizer-lhe que estava grávida. O elogio que o bom marido [notado por Salomão] dá à sua esposa, sendo aprovado pelo Espírito Santo, mostra como marido e mulher devem, nesse aspecto, honrar um ao outro; e isso com bons fundamentos. Pois:

1. O bom nome é uma coisa preciosíssima: melhor do que o unguento precioso, que dá um cheiro suave, e deve ser escolhido antes que as grandes riquezas.
2. Tão proximamente estão unidos marido e mulher que o bom nome de um não pode senão tender à honra e ao crédito do outro; de modo que, nisto, buscam também sua própria honra.

32. Sobre maridos e esposas prevenirem o descrédito um do outro.

Para direção nisto, consideremos como este dever pode ser realizado e como pode ser manifestado. Para melhor realizá-lo, deve-se ter cuidado tanto em prevenir e corrigir um mau nome, quanto em buscar e preservar um bom nome. Para prevenir um mau nome, deve-se ter respeito a estas três coisas seguintes:

1. O que um relata do outro, e como.
 2. Que ouvidos dão às coisas relatadas por outros.
 3. Que julgamento fazem um do outro.
- Quanto ao primeiro, maridos e esposas em caso algum devem ter prazer em descobrir a outros e espalhar as enfermidades e imperfeições um do outro, ou qualquer coisa que possa tender ao descrédito de qualquer um deles; mas antes devem cobri-las e ocultá-las tanto quanto puderem com uma boa consciência. Está expresso que José, sendo um homem justo, trabalhou para ocultar aquela mancha que imaginava haver em sua esposa, de modo que isso condiz com a justiça; sim, também é uma parte do amor, pois o amor cobre uma multidão de pecados.

Quanto ao segundo, maridos e esposas não devem ter seus ouvidos escancarados para ouvir cada fofoca e relato que for trazido contra o outro, mas antes mostrar-se descontentes e ofendidos com aqueles que estão prontos a relatar coisas de má fama. Se um marido ou esposa manifesta disposição para dar ouvidos a fofocas e relatos um do outro, o diabo instigará instrumentos suficientes para encher suas cabeças com contos, e estes, na maioria das vezes, tanto frívolos quanto forjados; não apenas estranhos, mas filhos, servos e os que são da mesma

família estarão sempre contando algum conto ou outro para "ganhar favor", como dizemos. Mas uma total aversão a tais fofoqueiros bajuladores retirará deles a ocasião de contar relatos falsos ou levianos.

Quanto ao terceiro, o julgamento e a censura que maridos e esposas fazem um do outro devem ser ou muito caridosos, ou muito comedidos. Se um ouve relatar algum crime notório do outro, não deve ser precipitado ou apressado em julgar e condenar, mesmo que pense ver alguma evidência disso, mas antes deve suspender seu julgamento. Esta parece ter sido a mente de José: embora tenha observado Maria grávida, não quis imediatamente julgá-la como uma adúltera notória, nem condená-la como uma hipócrita indigna de viver, e por isso não quis fazer dela um exemplo público.

Em suma, para que maridos e esposas sejam mais comedidos em censurar um ao outro, não devem crer apressadamente em qualquer mau relato um do outro, mas antes suprimir todas as suspeitas leves tanto quanto puderem. Para que o julgamento que fazem um do outro seja caridoso, ao julgar devem observar bem as propriedades do amor, que são: 1. Interpretar coisas duvidosas da melhor forma. 2. Mitigar, tanto quanto a verdade e a justiça permitirem, as faltas que são evidentes. Mical ofendeu contra o primeiro ponto em alto grau e foi amaldiçoada. Abigail observou o segundo e foi abençoada.

33. Da sabedoria de maridos e esposas em corrigir o mau nome um do outro.

Para corrigir um mau nome, maridos e esposas devem primeiro dar um ao outro notícia do relato que corre sobre eles, e esforçar-se para produzir neles tanto a visão quanto o senso daqueles

males que estão na boca de outros; após dar o aviso, devem trabalhar para levá-los ao arrependimento daqueles pecados pelos quais são mal falados, e a uma manifestação de arrependimento, fazendo coisas dignas de arrependimento, que é pela prática zelosa e consciente de virtudes que sejam totalmente contrárias aos vícios pelos quais foram mal falados. Pode-se colher com boa probabilidade da história do levita, cuja esposa se prostituiu, que foi assim que ele lidou com ela. E assim Abigail procurou lidar com seu marido.

34. Do cuidado de maridos e esposas em buscar o bom nome um do outro.

Para buscar um bom relato, maridos e esposas devem: Primeiro, notar as boas qualidades que existem um no outro e, quando se tiver ocasião de falar do outro, tornar essas boas qualidades o assunto de sua fala; como ouvimos antes ser recomendado no marido daquela esposa descrita por Salomão.

Segundo, devem emprestar um ouvido disposto e alegre àqueles que [tanto quanto possam conceber] falarem verdadeira e sinceramente, sem lisonja ou hipocrisia, qualquer coisa em elogio de um ou do outro; não se sentindo desprezados [o que é o conceito de muitos] quando seu companheiro de leito é elogiado; mas antes tendo seus corações mais alargados para louvar a Deus por lhes conceder tão excelente sinal e penhor de Seu favor.

Terceiro, devem imitar as coisas boas que veem ou ouvem haver um no outro, e imitá-las de tal modo que aqueles que conheceram anteriormente tanto o marido quanto a esposa possam dizer: "isto ela aprendeu dele" ou "isto ele aprendeu dela".

35. Da sabedoria de maridos e esposas em preservar o bom nome um do outro.

Para preservar um bom nome, será adequado que o marido ou a esposa, de forma sábia e oportuna, dê ao outro notícia daquela boa fama que se levantou sobre eles, para assim provocá-los tanto a dar glória a Deus por isso [como o Apóstolo agradece a Deus pelo relato que se espalhou da fé e do amor dos colossenses] quanto a andar dignamente desse bom relato [como o Apóstolo, que tendo dado um grande testemunho da generosidade dos coríntios, exorta-os fervorosamente a completar sua benevolência, para que — diz ele — eu não me envergonhe nesta minha constante glória]. Pois se aqueles de quem se levantou um bom relato decaírem, esfriarem, retrocederem ou caírem em pecados notórios e escandalosos, extinguirão totalmente seu bom nome entre os homens e o transformarão em um mau relato, segundo o que Salomão diz: "As moscas mortas fazem que o unguento do perfumista exale um mau cheiro; assim é para o que é tido em estima por sua sabedoria e honra um pouco de estultícia".

36. Do afeto semelhante de maridos e esposas pelo crédito um do outro.

Em último lugar, para manifestar um cuidado providente mútuo pelo bom nome um do outro, maridos e esposas devem ser tão afetados pelo relato que corre de qualquer um deles como se o relato fosse de si mesmos. Se o relato for bom, alegrar-se com ele; se for mau, entristecer-se e, de maneira santa, afligir-se com ele; assim mostrarão uma verdadeira simpatia e sentimento mútuo pelo crédito um do outro, segundo aquela regra geral do Apóstolo: "Alegrai-vos com os que se alegram e chorai com os que choram".

37. Dos vícios contrários ao cuidado mútuo que marido e mulher devem ter pelo crédito um do outro.

Os vícios contrários a estes deveres concernentes ao bom nome do marido e da esposa são, em geral, dois. Um é a prontidão em desonrar e desacreditar um ao outro, como Mical, a esposa de Davi, de quem ouvimos antes. Este é um vício odioso e detestável, que não pode coexistir com o verdadeiro amor matrimonial, mas antes argumenta uma aversão total e um ódio declarado um pelo outro. Maridos e esposas desacreditam um ao outro, seja buscando um mau nome, seja impedindo um bom nome.

Um mau nome é buscado por estes meios seguintes:

Alardeando as enfermidades um do outro: como quando comadres fofoqueiras se encontram, sua conversa usual é sobre seus maridos, queixando-se de algum vício neles. "Meu marido", diz uma, "é avarento; não consigo dele quase nada; ele me faz andar como ninguém anda". "E o meu marido", replica outra, "é tão furioso que ninguém sabe como falar com ele". Assim, uma após outra segue nessa trilha, algumas descobrindo enfermidades que deveriam ser ocultadas; outras [o que é pior] claramente mentindo sobre seus maridos. Da mesma maneira, os maridos, quando se encontram com seus companheiros de farra, fazem de suas esposas o assunto comum de toda a sua conversa: um acusando sua esposa de um vício; outro a sua, de outro. Há dois aspectos pelos quais este vício [detestabilíssimo em si mesmo] torna-se mais odioso no marido ou na esposa: 1. Porque conhecem mais do que qualquer outro as enfermidades um do outro; de modo que, se tiverem má intenção, podem desacreditar um ao outro muito mais do que qualquer outro poderia. 2. Porque, em razão de sua união próxima, são os mais obrigados

a ocultar e cobrir a nudez um do outro; mas uma maldição mais horrível merecem os maridos e esposas que assim agem.

Abrindo seus ouvidos e dando crédito a cada relato leviano que alguém levantar. Mais ressentimento secreto de um contra o outro, e mais brigas e contendas abertas entre eles, surgem ordinariamente disto do que de qualquer outra coisa.

Pervertendo e interpretando mal as ações, palavras, sim, e até os pensamentos um do outro: interpretando tudo da pior forma.

Ocultando um do outro os rumores maus comuns que se levantam sobre eles e que estão na boca de todos: acima de todos, os companheiros de leito são os mais aptos para revelar tais coisas um ao outro; e os mais obrigados a fazê-lo. Mais aptos, por causa de sua familiaridade mútua; mais obrigados, por causa de sua união próxima. Muitos maridos e esposas impedem o bom nome um do outro invejando o bom relato que se faz do outro e contradizendo-o; como se o crédito de um devesse necessariamente resultar no descrédito do outro. Assim, como a água apaga o ferro quente, esta disposição invejosa é um meio de extinguir o calor da fama e apagar a luz gloriosa de um bom nome. Com isso, assim como prejudicam o crédito e a honra um do outro, eles se desacreditam e se desonram monstruosamente.

O outro vício geral neste gênero é um descaso descuidado ou negligência total pela fama um do outro: quando o marido não é de modo algum afetado por qualquer relato que corre de sua esposa, nem a esposa por qualquer do marido; mas, como se fossem meros estranhos, ignoram todos os relatos feitos um do outro. Que amor mútuo pode haver em tais pessoas? Por mais que suas mãos tenham sido unidas, certamente seus

corações nunca foram unidos; de modo que teria sido melhor que nunca tivessem se conhecido, a menos que o Senhor depois una seus corações e suas afeições de forma mais próxima e firme.

38. Da providência mútua de maridos e esposas sobre os bens da família.

Resta ainda uma coisa sobre a qual maridos e esposas devem manifestar um cuidado providente mútuo: os bens deste mundo. Embora o marido, enquanto vive com sua esposa, tenha a propriedade mais real sobre eles e o maior título sobre eles, refiro isto aos deveres mútuos que marido e mulher devem um ao outro em três aspectos:

Primeiro, porque em consciência eles pertencem ao uso da esposa, tanto quanto ao do marido. Segundo, porque a esposa é, pela providência de Deus, designada como governante conjunta com o marido sobre a família e, nesse aspecto, deve ser uma ajuda em prover a suficiência de bens deste mundo necessária para o estado em que Deus os colocou e para o encargo que Deus lhes confiou. Terceiro, porque a esposa, se sobreviver ao marido, deve ter a porção desses bens adequada ao seu lugar e encargo.

Nesses aspectos, vemos ser requisito, sim, um dever obrigatório, que marido e mulher, mesmo em um respeito mútuo um pelo outro, sejam tão providentes quanto puderem com uma boa consciência em obter, guardar e dispor de bens e riquezas competentes para o bem mútuo. Quanto ao dever do marido nesse aspecto, não se faz questão: a prática de todos os bons maridos mencionados na Escritura, o cuidado de prover para os seus que lhes é imposto, seu lugar e ofício de ser o cabeça de suas esposas, com muitos outros argumentos semelhantes, dos

quais falaremos mais distintamente quando declararmos os deveres particulares dos maridos, provam-no. A maior questão é concernente à esposa: se ela está obrigada a ter qualquer cuidado com os bens. Mas, se a Escritura for minuciosamente pesquisada, encontraremos prova suficiente para mostrar que até ela está obrigada a isso. Pois, primeiro, o fim geral que Deus visou ao criar a mulher [a saber, ser uma ajuda para o homem] implica isso; pois nisto pode ela ser uma ajuda muito grande, como veremos logo em diversos detalhes. Segundo, aquela propriedade geral atribuída a uma esposa de ser "uma coisa boa" confirma o mesmo: pois o que é proveitoso é chamado bom; e é um aspecto pelo qual a esposa é chamada de coisa boa o fato de ela poder, por sua providência e diligência, trazer muito lucro ao seu marido; e, portanto, neste, entre outros aspectos, a boa esposa que Salomão descreve é dita fazer o bem ao seu marido todos os dias de sua vida: pois por sua indústria e providência ela preservou e aumentou os bens dele, de modo que o coração de seu marido confiava nela e ele não tinha necessidade de despojo. Se as ações particulares pelas quais aquela boa esposa é descrita forem bem notadas, podemos facilmente observar que ela era uma ajuda especial para seu marido, mesmo em seu estado externo. De tudo isso, podemos inferir estes dois pontos:

Primeiro, que este cuidado providente sobre os bens temporais externos é lícito, não sendo impróprio para um homem ou mulher cristã. Segundo, que é um dever mútuo pertencente tanto ao marido quanto à esposa.

Quanto ao primeiro ponto, quão necessários são os bens deste mundo para a preservação da vida e da saúde, para o estado da família, para o bem da Igreja e do Estado, para o alívio dos pobres, entre outros usos, ninguém pode ignorar. Deus os deu

como bênçãos aos Seus filhos, e muitas vezes em grande abundância; e Seus filhos foram, conseqüentemente, gratos por eles; de modo que um cuidado providente sobre eles não é ilícito, mas muito conveniente e necessário.

Quanto ao segundo ponto, se não houvesse um cuidado conjunto nisto, o cuidado e o trabalho de um poderiam ser totalmente em vão. Pois suponha que um marido seja industrioso, como Jacó foi, e obtenha muito fora de casa; se a esposa, seja por sua falta de economia, ociosidade, negligência ou vícios semelhantes, permitir que o que é trazido para casa seja desviado e desperdiçado; ou por sua prodigalidade, ostentação ou amor por companhias vãs, o consuma ela mesma, onde estará o lucro do trabalho do marido? Ou, por outro lado, se uma esposa fosse tão diligente e próspera em obter bens quanto a boa dona de casa antes mencionada, e o marido, por meio de jogatina, bebida, farras ou outros meios semelhantes, desperdiçasse tudo, que fruto restaria da providência da esposa? Neste cuidado providente mútuo de marido e mulher, cada um deve estar atento ao seu próprio lugar: os assuntos fora de casa pertencem mais ao homem e devem ser especialmente ordenados por ele; aquilo que a esposa deve cuidar especialmente são os afazeres da casa: pois o Apóstolo estabelece como regra para as esposas [como declararemos mais particularmente adiante] que guardem a casa e governem o lar. Por este meio podem ser muito proveitosos um ao outro.

39. Dos vícios contrários à boa providência do marido e da esposa, acerca dos bens da família.

Contrários a esse dever, estão os seguintes vícios.

A avareza e o cuidado excessivo consigo mesmos: como quando um marido tanto junta, e raspa, e acumula para si mesmo que não oferece à sua esposa o que é adequado à posição dela enquanto vive com ela, nem pensa em prover manutenção suficiente para ela, caso ela sobreviva a ele, mas antes pensa em como fraudá-la naquilo que a lei lhe confere. Ou quando uma esposa secretamente acumula tudo o que pode obter, seja por sua própria indústria, ou então por furtos de seu marido: às vezes vendendo grãos, mercadorias, utensílios domésticos ou outras conveniências semelhantes, tão secretamente que o marido nunca saberá; às vezes tirando dinheiro de seu balcão, caixa, bolsa, baú ou algo semelhante, de modo que ou não se sinta a falta, ou, se for sentida, não se saiba quem o pegou. Muitos há que, por desconfiança da providência de seus maridos, ou por desgosto deles, ou por outros interesses secundários, entregam tudo o que conseguem obter à confiança e custódia de outros, pelo que muitas vezes acontece que eles mesmos, encontrando amigos enganosos, são totalmente derrotados, justamente porque não ousam tornar conhecida a sua fraude. Como a avareza é em si mesma um pecado odioso, ela se torna muito mais hedionda ao fraudar o marido ou a esposa, que devem ser tão caros um ao outro quanto a si mesmos.

A prodigalidade e o gasto excessivo consigo mesmos e com as coisas que são mais agradáveis ao seu próprio humor corrupto: como quando os maridos, sem qualquer meio ou medida, gastam seus bens fora de casa em caçadas, falcoaria, jogos de cartas, dados, comida, bebida ou coisas semelhantes, e deixam suas esposas passarem necessidade em casa, e ainda esperavam que suas esposas os mantivessem, e por isso receberam o dote delas. Ou quando as esposas endividam seus maridos e enfraquecem, se não destroem completamente, seu

patrimônio, por meio de ornamentação e decoração luxuosa de suas casas, por roupas elegantes e caras, por iguarias finas, por fofocas fora de casa, e coisas do gênero. Muitas esposas são tão violentas nisso que, se seu desejo e humor não forem satisfeitos, seus maridos não terão descanso [pois, por certo, elas trouxeram um dote e mantidas elas devem e serão; não importa se a condição do marido pode suportar isso ou não], de modo que muitos são forçados conscientemente, por uma questão de paz, a permitir que seu patrimônio afunde. Ó esposas tolas e miseráveis! quão pouco consideram que se casaram para fazer o bem ao marido, e não o mal, todos os dias de sua vida? É isso ser uma ajuda para o homem? Ou antes, não é isso contrariar totalmente o conselho de Deus e perverter o seu propósito? Podemos pensar que Deus se conterà e não se vingará delas? No entanto, com muito mais vontade Deus se vingará dos maridos mencionados, por causa daquela imagem de si mesmo que ele colocou neles, e por causa daquele lugar e autoridade em que os estabeleceu. O Apóstolo diz expressamente sobre eles que são piores que os infiéis, e sendo assim, devem esperar pelo maior julgamento.

A ociosidade e a negligência descuidada de seu patrimônio. Muitos homens passam dia após dia, como um pássaro que voa de um lado para outro, conforme acontece, de árvore em árvore, de galho em galho: vão de lugar em lugar, mas não sabem para que fim; conforme encontram qualquer companhia, ali permanecem enquanto a companhia demora, e então buscam outra companhia, e estão prontos para ir com qualquer um a tavernas, bares, teatros, boliches ou outros lugares semelhantes. Muitas mulheres também passam toda a manhã deitadas na cama e cansando-se, e a tarde, conforme a ocasião se oferece, sentadas ociosamente em casa, ou caminhando para

fora com pouco propósito, a não ser apenas para gastar o tempo, pouco se importando com o patrimônio do marido, se aumenta ou diminui. Assim, pela ociosidade e descuido do marido e da esposa, belos patrimônios muitas vezes chegam à ruína, e ambos são levados à penúria e à mendicância.

40. Do cuidado conjunto do marido e da esposa no governo da família.

Até aqui apresentei os deveres comuns que respeitam mutuamente ao marido e à esposa, e que devem ser realizados de um para com o outro. Existem outros deveres comuns que ambos são conjuntamente obrigados a realizar para com outras pessoas: e esses membros da família, ou estranhos que chegam à família. No que diz respeito aos membros da família, embora existam alguns deveres peculiares pertencentes ao senhor e alguns à senhora, alguns ao pai e alguns à mãe, dos quais falaremos em seu devido lugar; contudo, em geral, o governo da família e de seus diversos membros pertence tanto ao marido quanto à esposa [se, pelo menos, eles tiverem uma família] e é um dever comum conjunto serem úteis um ao outro nisso.

Objeção: Visto que não é necessariamente exigido que um marido e uma esposa tenham uma família para governar, pois dois podem ser casados e não ter filhos nem servos [como muitos são] e ainda assim serem verdadeiros marido e esposa; por que esse cuidado de uma família é classificado entre os deveres de marido e esposa?

Resposta 1. Porque ordinariamente, quando dois são casados, eles formam uma família e são os governantes dela: de modo que, embora falhe em alguns casos particulares, na maior parte das vezes isso se mantém.

Porque o governo conjunto de que falo neste lugar é em virtude do laço matrimonial: pois se um homem e uma mulher vivessem juntos em uma casa e, por consentimento mútuo, tivessem uma autoridade e governo conjuntos, isso seria muito ofensivo para todos os que soubessem disso ou ouvissem falar; nem estariam eles, por qualquer ordenança de Deus, obrigados a ser tão úteis um ao outro como marido e esposa; nem os membros de uma família tão obrigados a sujeitar-se a ambos.

O dever de que falo, embora seja sobre o governo de uma família, ainda assim diz respeito a um marido enquanto marido, e a uma esposa enquanto esposa; a saber, que, em virtude de seu laço matrimonial e união próxima, eles sejam úteis um ao outro na boa ordenação das coisas da família.

Se o homem deve zelar pelo bom governo de sua casa é uma questão fora de qualquer dúvida. Ele é o mais elevado na família e tem autoridade sobre todos, e o encargo de todos é confiado à sua responsabilidade: ele é como um Rei em sua própria casa. Assim como um Rei deve ver que a terra onde é Rei seja bem governada, assim deve ser aquele que é o governante principal em uma casa. O dever que o Apóstolo atribui a todos os maridos é que governem bem sua própria casa honestamente: e, novamente, que sejam tais que saibam governar bem seus filhos e seus próprios lares. O cuidado de muitos maridos é, a esse respeito, elogiado na Escritura, como o de Abrão, de Jacó, de Josué, de Davi, do Governante na Galileia e de muitos outros. Que a esposa também deve ser uma ajuda para ele nisso é muito evidente: pois o Apóstolo coloca expressamente sob a responsabilidade delas que governem a casa: teria o sábio elogiado tão altamente uma esposa por governar bem a casa de seu marido se isso não lhe pertencesse?

É muito provável que a esposa Abigail tivesse grande participação no governo da casa de Nabal, porque os servos se queixaram a ela da grosseria de Nabal, e porque ela tinha os servos sob comando, prontos para fazer o que ela quisesse; sim, também porque ela pôde preparar prontamente tal estoque de provisões para Davi e seus homens, como fez. Daí vem que a esposa é chamada de senhora da casa, assim como o marido é o senhor da casa.

Objeção: A mulher não deve ensinar, nem usurpar autoridade sobre o homem.

Resposta 1. Aquele ramo do ensino diz respeito às assembleias públicas e Igrejas, nas quais ela não pode ensinar: mas não às famílias privadas, nas quais ela pode e deve ensinar: pois Bate-Seba ensinou Salomão. Quando Apolo foi levado à casa de Áquila, Priscila, a esposa de Áquila, ajudou a expor a Apolo o caminho de Deus com mais perfeição.

O outro ramo relativo à autoridade não faz referência aos membros inferiores na família, sobre os quais a esposa de um governante doméstico tem autoridade, mas apenas ao marido, sobre o qual, se ela exercer qualquer autoridade, ela a usurpa. Portanto, nem este lugar da Escritura, nem qualquer outro, exclui a esposa, sendo considerada conjuntamente com o marido, de reger e governar aqueles na família que estão sob ambos.

Objeção: Este governo conjunto da esposa prejudica muito a dignidade e autoridade do marido.

Resposta: De modo algum: pois ela é subordinada ao seu marido e deve governar os outros de modo que esteja sujeita ao seu marido, e não comandar nada contra o comando dele [desde que o comando dele não seja contra o Senhor e sua palavra]. Vemos

que em todos os estados o Rei ou o governante supremo tem outros Magistrados sob ele, que têm comando sobre os súditos, e nem por isso a autoridade suprema do Rei é em nada prejudicada, mas antes melhor estabelecida, e ele mais honrado. Assim acontece em uma família.

Portanto, que maridos e esposas se assistam mutuamente nisso, pois assim podem ser muito úteis um ao outro e trazer, por sua ajuda mútua no governo, muito bem para a família. O marido, ao auxiliar sua esposa, acrescenta muita autoridade a ela e, assim, faz com que ela não seja desprezada nem pouco estimada. A esposa, com sua ajuda, faz com que muitas coisas sejam percebidas e, assim, corrigidas, que de outra forma nunca teriam sido descobertas: pois dois olhos veem mais do que um, especialmente quando um deles está mais à mão e presente, como a esposa está na casa.

Além disso, existem muitas coisas no bom governo de uma família que são mais adequadas para um lidar do que para o outro: como para o marido lidar com os assuntos grandes e pesados da família [como realizar o culto a Deus, designar e estabelecer boas ordens, prover aposentos convenientes e outras necessidades para a família: manter os filhos em respeito quando crescem ou se tornam obstinados: governar os servos homens, e coisas semelhantes]. E para a esposa lidar com alguns assuntos menores, mas muito necessários, como nutrir e instruir os filhos quando são jovens, decorar a casa, ordenar as provisões trazidas para a casa, governar as servas, e coisas semelhantes. Mais ainda, assim como o homem especialmente deve realizar as próprias ações de oração, leitura da palavra, catequese e outros deveres semelhantes na família, assim a esposa pode ser uma grande ajuda lembrando seu marido tanto do dever em si quanto

do tempo de realizá-lo, incentivando-o a fazê-lo, reunindo a família e exortando-os a serem dedicados, fazendo de si mesma um exemplo para os demais por sua atenção diligente e reverente, urgindo e pressionando frequentemente a seus filhos e servos pontos de instrução que seu marido ensinou; sim, orando, lendo, ensinando e realizando exercícios semelhantes ela mesma, tanto quanto for capaz, quando seu marido estiver ausente, ou for negligente e descuidado e não quiser ele mesmo fazê-los; ou talvez, não for capaz de fazê-los: ou, se ela não os realizar ela mesma, conseguindo algum outro para realizá-los.

41. Dos vícios contrários ao cuidado conjunto no governo da família.

A mente e a prática de muitos, tanto maridos quanto esposas, são contrárias a esse dever.

Muitos maridos, porque o ofício da esposa é especialmente permanecer em casa, transferirão todo o governo para a esposa: deixando a cargo dela não apenas ordenar as coisas na casa, mas também trazer todas as coisas necessárias, ordenar e governar os filhos, tanto jovens quanto velhos, sim, até mesmo prover para eles também, admitir ou dispensar e usar todos os tipos de servos como lhe aprouver; sim, se os servos forem obstinados e arrogantes contra ela, ele não tomará conhecimento disso, nem suportará que lhe falem sobre isso, muito menos lhe oferecerá sua assistência, mas permitirá que ela seja desonrada e desprezada. Quanto aos deveres religiosos, ele de forma alguma se envolverá com eles. Ó homens de mente mesquinha, indignos de serem maridos e cabeças de esposas! Vossas esposas, que foram feitas para ser uma ajuda para vós, não terão ajuda de vós, nem mesmo naquelas coisas que pertencem especialmente ao vosso encargo? Devem os vasos

mais fracos carregar todo o fardo? Com certeza, assim como o homem leva a maior reputação e honra quando uma família é bem governada [embora seja pelo cuidado conjunto e sabedoria de sua esposa], assim também ele fica mais exposto ao julgamento de Deus se o governo dela for negligenciado e, pela negligência disso, filhos e servos se tornarem ímpios: como exemplos, Eli e Davi. Pois, como em uma nação, a maior honra do bom governo, batalhas vitoriosas, paz feliz e prosperidade, e a maior desonra e dano do contrário, recaem sobre o Rei, assim recai sobre o homem que é o governante principal em uma família: pois pressupõe-se que todos os que fazem qualquer bem são instrumentos do governante mais elevado; se qualquer mal ou dano ocorrer, é por negligência dele.

Por outro lado, porque o marido é o principal, muitas esposas pensam que o governo da família não lhes diz respeito em nada e, por isso, são descuidadas com o bem desta e não moverão o menor dedo para ordenar qualquer coisa corretamente: mas, se algo estiver errado, lançam toda a culpa em seus maridos. Não pervertem elas aquele fim principal para o qual Deus as criou, a saber, ser uma ajuda? Não se comportam de forma indigna da posição em que Deus as colocou, a saber, serem governantes conjuntas com seus maridos e participantes de suas dignidades? Por sua negligência, elas se tornam cúmplices de todo o mal que ocorre na família e, com certeza, terão sua parte naqueles julgamentos que são executados sobre a cabeça dela.

Mais contrário ao dever mencionado é a prática daqueles que são obstáculos um ao outro no governo da família: como quando as esposas não são apenas negligentes elas mesmas em comparecer aos exercícios religiosos, mas impedem filhos e

servos, e assim são uma grande dor para seus maridos religiosos; ou quando usam qualquer um dos filhos ou servos para serem instrumentos de iniquidade; ou são elas mesmas inquietas e problemáticas na casa, como aquela de quem Salomão fala neste provérbio: Melhor é morar num canto do eirado, do que com a mulher briguenta numa casa ampla.

Os maridos também são muitas vezes um obstáculo àquele bom governo que suas esposas ajudariam a promover, quando zombam e desdenham do bom conselho que suas esposas lhes dão para esse propósito, ou quando não permitem que suas esposas se envolvam com nada, nem suportam que elas encontrem qualquer falha, muito menos tomem providências para corrigir qualquer coisa que esteja errada. Essas e outras disposições perversas semelhantes existem em maridos e esposas, pelas quais acontece que eles, que foram unidos para serem uma ajuda mútua um ao outro, provam ser fardos pesados, sim, intoleráveis.

42. Do auxílio mútuo do marido e da esposa na hospitalidade.

O próximo dever comum de marido e esposa diz respeito àqueles que vêm à sua casa, mas não são membros particulares dela, sejam eles parentes, aliados, conhecidos ou estranhos, especialmente se forem Santos, aos quais a hospitalidade, isto é, um acolhimento amável e cortês, é devida. Nisso, portanto, maridos e esposas devem ser úteis um ao outro: pois, como é exigido dos maridos, assim também das esposas, que sejam hospitaleiras, a saber, enquanto são casadas, juntamente com seus maridos, e quando são viúvas, por si mesmas. Abraão e Sara foram nisso uma ajuda um para o outro, quando os três Anjos em formas de homens vieram à sua casa: assim foram a sunamita e seu marido quando Eliseu, o Profeta, veio à sua casa.

Quanto à hospitalidade, que ela é um dever louvável pertencente àqueles que mantêm casa e são capazes de oferecer acolhimento, é evidente pelos preceitos e exemplos antes especificados, como também pela bênção que Deus, por isso, trouxe às casas daqueles que a ela se dedicavam, o que o Apóstolo insinua nestas palavras: por ela alguns, sem o saberem, hospedaram Anjos. Agora, portanto, maridos e esposas sendo [como ouvimos] governantes conjuntos, tanto em outras coisas como nesta, devem estender uma mão auxiliadora um ao outro, e isso por estas razões:

1. Porque, ao oferecer acolhimento, há várias coisas a serem feitas, das quais algumas são próprias da posição do marido e outras da esposa. Tomar providências para o fornecimento de coisas fora de casa é mais adequado para o marido; Abraão o fez. Ordenar as coisas menores dentro de casa é mais adequado para a esposa; isso foi deixado para Sara.
2. Porque é justo que os hóspedes saibam que são bem-vindos tanto pelo marido quanto pela esposa, para que assim fiquem mais alegres.
3. Porque um consentimento mútuo e uma ajuda alegre nisso serão um meio especial tanto para manifestar sua afeição mútua quanto para manter os corações do homem e da mulher firmes e próximos um do outro, e fazê-los gostar e amar melhor um ao outro: especialmente se o marido se mostrar tão pronto e disposto a receber os amigos e parentes de sua esposa quanto os seus próprios, e assim a esposa os de seu marido [como devem]. Pois, como eles próprios tornaram-se uma só carne, assim deve cada um deles estimar os amigos do outro como se fossem seus.

4. Porque assim mostram um desejo mútuo de trazer a bênção de Deus um sobre o outro e sobre toda a sua família.

43. Dos vícios contrários ao auxílio mútuo na hospitalidade.

Contrário a esse dever é, na maior parte das vezes, a avareza no marido e a preguiça na esposa. O homem, porque o encargo da família recai sobre ele, temerosamente receia que lhe venha a faltar para os seus.

Não nego que um cuidado providente para com os nossos, e nomeadamente para com os da família, é necessário e louvável; aquele que não provê para os seus é pior que um infiel: de modo que um homem pode ser excessivamente pródigo ao oferecer acolhimento, se for além de seus meios, empobrecer seu patrimônio e incapacitar-se de prover para os seus, como muitos fazem; contudo, quando um homem tem o suficiente, sim, e abundância, quando não há causa justa, mas meramente por um medo indevido, ser excessivamente mesquinho e desconfiado em poupar e ter má vontade de oferecer acolhimento a alguém, é impróprio para um cristão, sim, é ser pior que um infiel; não sendo digno de ter uma casa ou qualquer coisa adequada para acolhimento; nem mesmo digno da sociedade comum.

A mulher, por outro lado, ressen-te-se do esforço que deve fazer e do incômodo que deve passar para receber hóspedes e, por isso, não deseja que ninguém, em tempo algum, venha à sua casa. No que diz respeito a uma esposa, não nego que um marido possa ser, nesse sentido, excessivamente pesado para ela, sendo muito festivo, como dizem, e trazendo hóspedes com muita frequência para dentro de casa, especialmente se forem hóspedes de má fama; e, por esse meio, fazê-la sentir-se cansada de sua

vida: mas ainda assim, para uma esposa recusar todo esforço nesse sentido e ficar descontente quando seu marido convida quaisquer amigos, ou quando alguém chega inesperadamente [como os três Anjos fizeram a Abraão], demonstra que nela não há uma afeição amorosa, nem uma sujeição de esposa para com seu marido.

Essas falhas são tanto maiores quando o marido ou a esposa são generosos e solícitos em receber seus próprios parentes e amigos, mas são relutantes e ressentidos com o acolhimento dos amigos e parentes um do outro. Daí comumente surge muita mágoa de um contra o outro: sim, muita discórdia e contenda entre eles; e do desgosto pela prática um do outro nesse sentido, muitas vezes segue-se um desgosto pela pessoa do outro: de modo que, embora a falha seja ruim em si mesma, prova ser muito pior nos males que dela decorrem.

44. Do auxílio mútuo do marido e da esposa no socorro aos pobres.

O último dever comum e conjunto em que marido e esposa devem ser úteis um ao outro respeita aqueles que estão fora da casa, a saber, os pobres e aqueles que precisam de sua ajuda, que devem ser socorridos e auxiliados. Porque marido e mulher geralmente fazem as refeições juntos e são participantes conjuntos das boas criaturas de Deus, eles devem lembrar um ao outro daquele preceito de caridade que foi dado aos judeus quando estavam em suas refeições: enviai porções aos que não têm nada preparado para si. A boa esposa que é apresentada pelo Espírito Santo como um padrão e exemplo para os outros seguirem, juntamente com seu marido, é notada por serem úteis um ao outro neste dever: pois diz-se que ela estende a mão ao pobre e ao necessitado; e diz-se que ele a louva, encorajando-a

assim a continuar fazendo as coisas boas que fazia. Que liberdade a esposa tem, ou até que ponto ela pode ser restringida caso seu marido se recuse terminantemente a dar o consentimento, declararemos futuramente nos deveres particulares das esposas: o ponto aqui observado é que tanto o marido deve, de acordo com sua capacidade, ser generoso com os pobres e permitir que sua esposa, sim, provocá-la a sê-lo, e ao mesmo tempo conceder-lhe com que ser generosa; e que a esposa também deve estimular seu marido à liberalidade nesse aspecto, e ela mesma abrir sua mão ao pobre nas coisas que legalmente pode dar.

Não há nada pelo qual um homem ou esposa possa trazer mais lucro para a casa do que dando aos pobres: aquilo que é dado ao pobre é emprestado ao Senhor, e ele retribuirá com grande aumento: é como a semente que, sendo liberalmente semeada, produzirá uma colheita farta: sim, é um meio de nos fazer amigos, para dizerem uma boa palavra por nós no tribunal do julgamento de Cristo: e traz não apenas a bênção dos homens, mas também de Deus, até mesmo a maior bênção de todas, a bênção da vida eterna: pois é um sacrifício com o qual Deus se agrada. O Apóstolo observa que este é um dos oráculos de Cristo, que por palavra ele deixou aos seus Discípulos: Mais bem-aventurada coisa é dar do que receber.

Além disso, maridos e esposas, ao distribuírem esmolas, podem receber boa direção um do outro: o marido dizendo à esposa quem é apto para ser socorrido [pois comumente os maridos conhecem melhor aqueles que estão fora da família]; a esposa dizendo ao marido quais coisas são mais adequadas para serem doadas: pois as esposas comumente sabem de quais coisas há maior estoque e o que na casa pode ser melhor dispensado.

45. Da falta de misericórdia do marido e da esposa para com os pobres.

Contrária é a falta de misericórdia de muitos maridos, que não são apenas endurecidos eles mesmos, nunca dando nada, a menos que pela lei da terra sejam forçados, e então se separam do que é dado de forma tão ressentida que não é de forma alguma aceitável a Deus [pois Deus ama quem dá com alegria], mas também amarram as mãos de suas esposas e não as permitem dar nada. Nisso, trazem tanto o clamor dos pobres quanto os gemidos e o pesar de uma esposa misericordiosa que é assim restringida sobre suas próprias cabeças, e agravam seu pecado em alto grau.

Por outro lado, a falta de misericórdia de muitas esposas também é contrária ao dever mencionado: pois há muitas que, embora tenham liberdade para dar dos bens comuns, e também uma provisão própria da qual podem dar, contudo avaramente acumulam tudo o que podem obter, não dão o valor de um centavo, mas antes permitem que mantimentos e outras coisas pereçam na casa, e quando não prestam mais para nada, jogam-nos fora, do que permitir que qualquer coisa, enquanto está boa, seja dada para fora da casa. Não devem as criaturas que são estragadas em uma casa, e os pobres que passaram necessidade, levantar um alto clamor aos ouvidos do Senhor contra elas? Mais ainda, muitas esposas ficam tristes com a generosidade de seus maridos e estão sempre movendo-o a fechar sua mão e não dar mais nada. Não são elas demônios claros nisso, opondo-se ao que é bem?

O TERCEIRO TRATADO

Dos Deveres Particulares das Esposas

1. Das divisões gerais deste tratado.

Efésios 5:22-24. Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos próprios maridos, como ao Senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a vossos próprios maridos.

Na declaração particular dos deveres das esposas, o Apóstolo observa dois pontos:

1. O dever exigido.
2. A razão para reforçá-lo.

Ao estabelecer o dever, ele declara:

1. A matéria em que consiste.
2. A maneira como deve ser realizado.

Na matéria, podemos notar a coisa exigida: sujeição. A pessoa a quem ela respeita: seus próprios maridos.

A maneira respeita:

1. A qualidade da sujeição.
2. A extensão dessa sujeição.

Para declarar a qualidade da sujeição das esposas aos seus maridos, duas regras são estabelecidas:

1. Que seja tal sujeição como a que deve ser prestada a Cristo [como ao Senhor].
2. Que seja tal sujeição como a que a Igreja presta a Cristo [como a Igreja está sujeita a Cristo].

A extensão da sujeição das esposas estende-se muito longe, até a todas as coisas [em tudo].

A razão para reforçar todos esses pontos é tirada daquele lugar de eminência e autoridade no qual o marido é colocado acima de sua esposa; o qual é:

1. Proposto sob a metáfora de uma cabeça [porque o marido é a cabeça da mulher].
2. Ampliado por aquela semelhança que ele tem com Cristo.

Nesta semelhança, dois pontos são observados:

1. Que o marido, em virtude de seu lugar, carrega a própria imagem de Cristo [assim como Cristo é a cabeça da Igreja].
2. Que o marido, em virtude de seu ofício, é um protetor de sua esposa [como ele é o salvador do corpo].

2. Da sujeição da esposa em geral. (Veja Tratado 4, Seção 2)

O primeiro ponto a ser tratado no tratado dos deveres particulares das esposas é a matéria geral de tudo [sujeição], sob a qual todos os outros detalhes estão compreendidos; pois ela tem uma extensão tão grande quanto aquela honra exigida no primeiro mandamento, sendo aplicada às esposas. Quando o Senhor declarou pela primeira vez à mulher o seu dever, ele o estabeleceu sob esta frase: O teu desejo será sujeito ao teu marido (Gênesis 3:16).

Objeção: Isso foi um castigo imposto a ela por sua transgressão?

Resposta: E uma lei também, para prova de sua obediência, a qual, se não for observada, sua natureza será mais depravada e sua falta mais aumentada. Além disso, não podemos deixar de pensar que a mulher foi feita antes da queda para que o homem pudesse governar sobre ela. Sobre este fundamento, os Profetas e Apóstolos frequentemente instaram o mesmo. Sara é elogiada por isto: que era sujeita a seu marido (1Pe 3:6). Por meio disto, o Espírito Santo ensina às esposas que a sujeição deve ser como o sal para temperar cada dever que realizam para com seu marido. Sua própria opinião, afeição, fala, ação e tudo o que diz respeito ao marido deve ter sabor de sujeição. Contrária é a disposição de muitas esposas, as quais a ambição contaminou e corrompeu por dentro e por fora: elas não suportam ouvir falar de sujeição; imaginam que se tornam escravas por meio disso. Mas espero que, em parte pelo que foi dito anteriormente sobre os deveres comuns que marido e mulher devem mutuamente um ao outro, e em parte pelos detalhes que estão compreendidos sob este geral, mas especialmente pelos deveres que o marido em particular deve à sua esposa, ficará evidente que esta sujeição não é servidão. Mas, fosse ela mais do que é, visto que Deus exige a sujeição da esposa ao marido, a esposa está obrigada a cedê-la. E é por uma boa razão que aquela que primeiro atraiu o homem ao pecado deva agora estar sujeita a ele, para que não caia novamente por fraqueza feminina semelhante.

3. Da superioridade do marido sobre a esposa, a ser reconhecida pela esposa. (Veja Tratado 4, Seções 6 e 7.)

A sujeição que é exigida de uma esposa para com seu marido implica duas coisas:

1. Que ela reconheça seu marido como seu superior.
2. Que ela o respeite como seu superior.

Esse reconhecimento da superioridade do marido é duplo:

1. Geral, de qualquer marido.
2. Particular, de seu próprio marido.

O geral é o fundamento do particular: pois, até que uma esposa seja informada de que um marido, em virtude de seu lugar, é superior à sua esposa, ela não se convencerá de que seu próprio marido está acima dela ou tem qualquer autoridade sobre ela.

Primeiro, portanto, quanto ao geral, apresentarei algumas provas evidentes e inegáveis para mostrar que o marido é o superior de sua esposa e tem autoridade sobre ela. As provas são as seguintes:

1. Deus, por quem as autoridades que existem foram ordenadas (Romanos 13:1), tem poder para colocar sua imagem em quem ele quiser, e a quem Deus dá superioridade e autoridade, os mesmos devem ser reconhecidos como tal. Mas Deus disse do homem para a mulher: ele te governará (Gênesis 3:16).
2. A natureza colocou uma eminência no macho sobre a fêmea: de modo que, onde eles estão ligados em um mesmo jugo, é dado pela natureza que ele governe e ela obedeça. Isso os gentios observaram pela luz da natureza.
3. Os títulos e nomes pelos quais o marido é apresentado implicam superioridade e autoridade nele, como Senhor (1Pe 3:6), Marido/Mestre (Ester), Guia (Provérbios

2:17), Cabeça (1Co 2:3), imagem e glória de Deus (1Co 11:7).

4. As pessoas que o marido representa em virtude de seu lugar, e as que a esposa representa em virtude de seu lugar, provam o mesmo de forma mais evidente: pois o marido representa Cristo, e a esposa, a Igreja (Efésios 5:23).
5. As circunstâncias observadas pelo Espírito Santo na criação da mulher não implicam menos, como o fato de ela ter sido criada depois do homem, para o bem do homem, e da costela do homem (Gênesis 2:18, etc.).
6. As próprias vestes que a natureza e o costume de todos os tempos e lugares ensinaram as mulheres a usar confirmam o mesmo: como cabelos longos, véus e outras coberturas sobre a cabeça; este e o argumento anterior o próprio Apóstolo usa para este mesmo propósito (1Co 11:7, etc.).

Sendo o ponto tão claro, as esposas devem, em consciência, reconhecer o mesmo: a saber, que o marido tem superioridade e autoridade sobre a esposa. O reconhecimento disto é um dever principal e fundamental, e base para todos os outros deveres. Até que uma esposa seja plenamente instruída e verdadeiramente convencida disso, nenhum dever poderá ser realizado por ela como deveria: pois a sujeição tem relação com a superioridade e autoridade. A própria notação da palavra implica isso. Como então pode a sujeição ser prestada se os maridos não forem reconhecidos como superiores? Pode ser forçada, como um rei conquistado em batalha por outro pode ser compelido a prestar homenagem ao conquistador, mas, como ele ainda pensa consigo mesmo que não é de forma alguma inferior, dificilmente será levado a prestar voluntariamente o dever de um

súdito, mas antes esperará um momento em que possa se libertar e se vingar do conquistador.

4. De uma ideia tola de que marido e esposa são iguais.

Contrária à sujeição mencionada é a opinião de muitas esposas, que se consideram em todos os aspectos tão boas quanto seus maridos e de forma alguma inferiores a eles.

A razão para isso parece ser aquela pequena desigualdade que existe entre o marido e a esposa: pois, de todos os graus em que há qualquer diferença entre pessoa e pessoa, há a menor disparidade entre marido e mulher. Embora o homem seja como a cabeça, a mulher é como o coração, que é a parte mais excelente do corpo depois da cabeça, muito mais excelente do que qualquer outro membro abaixo da cabeça, e quase igual à cabeça em muitos aspectos, e tão necessária quanto a cabeça. Como evidência de que a esposa é para o homem como o coração para a cabeça, ela foi, em sua primeira criação (Gênesis 2:21), tirada do lado do homem, onde fica o seu coração; e embora a mulher fosse inicialmente do homem (1Co 11:12), criada de sua costela, o homem também é pela mulher. Desde a primeira criação, o homem tem nascido e sido trazido ao mundo do ventre da mulher: de modo que nem o homem é sem a mulher, nem a mulher sem o homem; sim, assim como a mulher não tem poder sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido (1Co 7:4). Eles são também co-herdeiros da graça da vida (1Pe 3:7). Além disso, as esposas são mães dos mesmos filhos de quem seus maridos são pais [porque Deus disse a ambos: multiplicai-vos e crescei (Gênesis 1:28)] e senhoras dos mesmos servos de quem eles são senhores [pois Sara é chamada senhora (Gênesis 16:4)] e em muitos outros aspectos há equidade comum entre maridos

e esposas; de onde muitas esposas concluem que em todas as coisas deve haver uma igualdade mútua.

Mas inferir um geral de alguns particulares é um argumento muito fraco.

1. Segue-se que, porque em muitas coisas há uma equidade comum entre Juízes de Ofício, Juízes de Paz e Policiais de cidades, há, portanto, em todas as coisas uma igualdade entre eles?
2. Em muitas coisas não há equidade comum: pois o marido pode ordenar à sua esposa, mas ela não a ele.
3. Mesmo naquelas coisas em que há equidade comum, não há igualdade: pois o marido tem, mesmo em todas as coisas, uma superioridade: como se houver qualquer diferença, mesmo nos casos mencionados, o marido deve ter a palavra final: como ao dar o nome ao filho mais novo de Raquel, onde a esposa queria um nome e o marido outro, o nome que o marido deu prevaleceu (Gênesis 35:18).

Embora pareça haver tão pouca disparidade, tendo Deus designado expressamente a sujeição, ela deve ser reconhecida: e embora marido e mulher possam servir-se mutuamente através do amor, o Apóstolo não permite que a mulher governe o homem. (Veja Tratado 4, Seção 9.)

5. Do reconhecimento da esposa da superioridade de seu próprio marido.

A verdade e a vida daquele reconhecimento geral da honra dos maridos consistem na aplicação particular disso aos seus próprios maridos.

O próximo dever, portanto, é que as esposas reconheçam seus próprios maridos, sim, aqueles a quem, pela providência de Deus, estão unidas em casamento, como dignos da honra de um marido e como seus superiores: é isso que o Apóstolo pretende com aquela partícula de restrição (Efésios 5:22,24) que ele usa com muita frequência; da mesma forma faz São Pedro, exortando as esposas a estarem em sujeição a seus próprios maridos (1Pe 3:1,5): e restringindo a isto o elogio das antigas boas esposas, de que estavam em sujeição a seus próprios maridos.

Objeção: E se um homem de condição humilde se casar com uma mulher de posição eminente, ou um servo se casar com sua senhora, ou uma mulher idosa com um jovem, deve tal esposa reconhecer tal marido como seu superior? **Resposta:** Sim, certamente: pois, ao dar-se para ser esposa dele e aceitá-lo como seu marido, ela o eleva acima de si mesma e sujeita-se a ele. Não significa nada o que qualquer um deles era antes do casamento: em virtude daquele laço matrimonial, o marido é feito a cabeça de sua esposa, embora o marido fosse antes do casamento um mendigo e de linhagem humilde, e a esposa muito rica e de família nobre; ou embora ele fosse seu aprendiz ou escravo; o que também se mantém no caso entre uma mulher idosa e um jovem: pois a Escritura não fez exceção em nenhum desses casos.

Objeção: Mas e se um homem de condições perversas e bestiais, como um bêbado, um glutão, um fanfarrão profano, um jurador ímpio e blasfemo, for casado com uma esposa sóbria, matrona religiosa, deve ela considerá-lo seu superior e digno da honra de um marido?

Resposta: Certamente deve. Pois a má qualidade e disposição de seu coração e vida não privam o homem daquela honra civil que Deus lhe deu. Embora um marido, em relação às más qualidades, possa carregar a imagem do diabo, em relação ao seu lugar e ofício ele carrega a Imagem de Deus: assim o fazem os Magistrados na República, os Ministros na Igreja, os pais e senhores na mesma família. Observe para o nosso propósito atual a exortação de São Pedro às esposas cristãs que tinham maridos infiéis: Estai sujeitas a eles: seja o vosso trato em temor (1Pe 3:1,2). Se os infiéis não carregam a imagem do diabo e não são, enquanto infiéis, vasos de Satanás, quem o é? No entanto, as esposas devem estar sujeitas a eles e temê-los.

6. Das esposas que negam honra aos seus próprios maridos.

Contrária a isso é uma disposição muito perversa em algumas esposas, que acham que poderiam se sujeitar melhor a qualquer marido do que ao seu próprio. Embora em geral reconheçam que o marido é superior à esposa, quando a aplicação chega a elas mesmas, falham e não podem ser levadas a admitir que são inferiores aos seus maridos. Este é um vício pior que o anterior. Pois não reconhecer nenhum marido como superior à sua esposa, mas pensar que marido e mulher são em tudo iguais, pode proceder de ignorância da mente e erro de julgamento. Mas, para uma esposa que conhece e reconhece o geral, que o marido está acima de sua esposa, imaginar que ela própria não é inferior ao seu marido, surge de um monstruoso amor-próprio e de uma arrogância intolerável, como se ela própria estivesse acima do seu próprio sexo e fosse mais do que uma mulher.

Contrária também é a prática de tais mulheres (veja Tratado 2, Parte 1, Seção 9) que propositalmente se casam com um homem muito inferior a elas, justamente com este fim: para

que possam governar seus próprios maridos; e de outras que, sendo idosas, para esse fim se casam com jovens, se não com meninos. Uma mente e prática muito indecorosas e que contrariam totalmente a ordenança de Deus. Mas que pensem em governar o que quiserem, a verdade é que elas se tornam súditas tanto pela lei de Deus quanto pela do homem; de cuja sujeição tais esposas frequentemente sentem o fardo mais pesado. Salomão observa que esta é uma das coisas pelas quais a terra se desquieta: quando um servo reina. Ora, quando pode um servo dominar mais do que quando se casou com sua senhora? Quanto às mulheres idosas que se casaram com jovens, posso dizer [como em outro caso foi dito]: ai de ti, esposa, cujo marido é uma criança. É inadequado que um homem idoso se case com uma jovem donzela, mas muito mais inadequado que uma mulher idosa se case com um jovem.

7. Do temor interior da esposa para com seu marido.

Até aqui tratamos do reconhecimento da esposa da superioridade de seu marido. Segue-se falar daquele respeito correspondente que ela deve ter para com ele.

Um respeito de esposa por seu marido consiste em dois pontos:

1. Reverência.
2. Obediência.

A reverência que ela lhe deve é:

1. Interior.
2. Exterior.

A reverência interior é um respeito reverencial que a esposa tem em seu coração pelo marido, estimando-o digno de

toda honra por causa de seu lugar e ofício, porque ele é seu marido. Sem dúvida, Sara tinha em seu coração um respeito reverente e uma estima honrosa por seu marido quando, estando sozinha e pensando nele em seu próprio pensamento, deu-lhe este título: Senhor (Gênesis 18:12). Esta reverência interior a Escritura compreende sob esta palavra Temor: como onde nosso Apóstolo diz: Veja a mulher que tema a seu marido (Efésios 5:33) e onde São Pedro exorta as esposas a terem seu trato em temor (1Pe 3:2). Não é um temor servil de seu marido que deve possuir o coração de uma esposa, temendo golpes, carrancas, palavras rancorosas ou coisas semelhantes; mas um respeito tão reverencial por ele que a faz [para usar a palavra do Apóstolo] cuidar de como pode agradá-lo (1Co 7:34). Este temor de esposa manifesta-se por dois efeitos: um é a alegria, quando ela dá contentamento ao marido e observa que ele está satisfeito com o que ela faz; o outro é o pesar, quando ele é justamente ofendido e entristecido, especialmente com qualquer coisa que ela própria tenha feito.

A menos que esta reverência interior e o devido respeito ao marido sejam colocados primeiro no coração da esposa, ou nenhuma reverência exterior e obediência serão realizadas, ou, se realizadas, serão muito falsas, apenas para aparência, hipócritas e enganosas; de modo que daria no mesmo nunca tê-lo feito. Pois, de acordo com a afeição e disposição interior de alguém, a ação exterior e o trato serão moldados. Mical primeiro desprezou Davi em seu coração, e daí seguiu-se que ela proferiu discursos vis e desreverentes sobre ele, até mesmo em sua face (2 Samuel 6:16). Portanto, depois que o julgamento da esposa está corretamente informado da superioridade do marido, e sua vontade convencida a considerar seu próprio marido como seu cabeça e guia, é muito necessário que seu coração e afeição

sejam correspondentemente temperados com o sal do bom respeito e alta estima, que gera o temor. E para que assim o seu coração seja temperado, ela deve frequentemente e seriamente meditar sobre o lugar e o ofício dele, e sobre aquela honra que o Senhor, em virtude disso, plantou nele. E se ele tiver dons dignos de seu lugar, como conhecimento, sabedoria, piedade, temperança, amor e coisas semelhantes, ela deve notar isso e considerá-lo digno de dupla honra.

8. Da baixa estima da esposa por seu marido.

Contrário a esta reverência interior do coração é uma estima baixa e vil que muitas têm de seus maridos, não pensando melhor deles do que de outros homens; sim, pior do que de outros; desprezando seus maridos em seu coração, como Mical, de quem ouvimos antes. Isto, como é em si um vício vil, é causa de muitos outros vícios, como presunção, rebelião, sim, e do próprio adultério muitas vezes; e é também um grande impedimento para todos os deveres.

Comumente surge ou do amor-próprio [pelo qual as esposas superestimam seus próprios dons, achando-os tão excelentes que não precisam de guia ou cabeça, mas são antes aptas para guiar e governar tanto seus maridos quanto toda a casa: de cujo espírito orgulhoso e presunçoso Jezabel parece ser, a qual, com um rosto audacioso e impudente, disse a Acabe, seu marido: Governas tu agora o reino de Israel? Levanta-te, eu te darei a vinha de Nabote (1 Reis 21:7); assim também todas aquelas esposas que são notadas por desviar os corações de seus maridos do Senhor, como as esposas de Salomão (1 Reis 11:4), Jeorão (2 Reis 8:18) e outros; o que aprenderam de sua tataravó (Gênesis 3:6) Eva:] ou então de algumas enfermidades da mente ou do corpo, ou da vida, que elas veem em seus maridos [donde

acontece que muitos maridos que são altamente honrados e muito estimados por outros, são muito desprezados por suas esposas, porque suas esposas, conversando sempre com eles, estão a par de tais enfermidades que são ocultas dos outros]: ou, o que é pior de tudo, de conjecturas e suspeitas injustas, suspeitando de muitas coisas más em seus maridos de que eles não são de modo algum culpados, e interpretando mal e pervertendo coisas bem feitas, como Mical (2 Samuel 6:20) perverteu o zelo sagrado de Davi.

Para correção deste vício enorme, as esposas devem primeiro, em relação a si mesmas, purgar o orgulho e o amor-próprio de seus corações, pensando humilde e baixamente de si mesmas, e isso mesmo em relação ao seu sexo e à fraqueza dele; e se o Senhor as dotou com qualquer dom acima do tipo comum de mulheres, notar bem suas próprias enfermidades e colocá-las ao lado de seus dons eminentes: assim, ao olharem para seus pés pretos, suas penas de pavão orgulhoso podem ser abaixadas. Sim, também quando virem quaisquer enfermidades em seus maridos, devem refletir seus olhos sobre suas próprias enfermidades, que talvez sejam tantas e tão graves quanto as dele, se não mais em número e mais hediondas em sua natureza e tipo; pelo menos considerem que estão sujeitas ao mesmo, se Deus as deixar ao sabor de sua própria corrupção.

Segundo, as esposas devem, em relação aos seus maridos, não conjecturar mal de que não tenham prova e evidência segura; mas antes interpretar tudo da melhor forma; e seguir a regra do amor, que tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta (1Co 13:7). Se notarem quaisquer defeitos de natureza e deformidade do corpo, ou quaisquer vícios enormes e notórios em seu marido, então devem desviar seus olhos e

pensamentos da pessoa dele para o seu lugar, e de suas qualidades viciosas para o seu honroso ofício [que é ser um marido] e isso diminuirá aquela estima vil que de outra forma poderia ser causada pelos meios mencionados.

9. De uma sobriedade de esposa.

A reverência exterior da esposa para com seu marido é uma manifestação do seu devido respeito interior por ele. Ora, como a intenção do coração e a disposição interior não podem ser discernidas pelo homem simplesmente em si mesmas, para que o marido conheça a boa afeição de sua esposa para com ele, é proveitoso que ela manifeste o mesmo por sua reverência exterior.

A reverência exterior da esposa consiste em seu Gesto e Fala reverentes.

Quanto ao primeiro, que um gesto e porte reverentes de si mesma para com seu marido, e na presença de seu marido, convêm a uma esposa, foi antigamente implícito pelo véu que a mulher costumava colocar quando era levada ao marido, como é notado no exemplo de Rebeca (Gênesis 24:65); para o que o Apóstolo alude nestas palavras: a mulher deve ter autoridade sobre a sua cabeça (1Co 11:10). Aquela cobertura na cabeça da mulher, como em geral implicava sujeição, em particular implicava este tipo de sujeição, a saber, um porte e gesto reverentes. Mas, de forma mais expressa, este dever é estabelecido por São Pedro, que exorta as esposas a ordenarem seu trato diante de seus maridos, de modo que seja puro, com reverência (1Pe 3:1).

Este trato reverente consiste em sobriedade, brandura, cortesia e modéstia de esposa.

Por sobriedade, quero dizer um porte tão decoroso, grave e gracioso que dê evidência ao marido de que sua esposa respeita o seu lugar e a autoridade que Deus lhe deu. A sobriedade em geral é exigida de todas as mulheres em razão do seu sexo; e certamente lhes convém bem a todas; mas muito mais convém às esposas; acima de tudo, na presença de seus maridos. O Apóstolo, em particular, prescreve-a às esposas dos Diáconos, mas não como algo próprio apenas a elas, mas em um aspecto adicional pertencente a elas não apenas como esposas, mas como esposas de Diáconos (1Tm 3:11).

Contrário a esta sobriedade é a leviandade e a lascívia, vícios que em uma esposa, especialmente diante de seu marido, demonstram pouco respeito, se não um desprezo manifesto por ele.

Objeção: Assim, toda a familiaridade agradável entre marido e mulher será eliminada.

Resposta: Embora a sobriedade mencionada se oponha à leviandade e à lascívia, não se opõe à familiaridade matrimonial; a qual é tão permitida ao marido e à mulher que, se qualquer outro homem e mulher se comportassem um com o outro como um marido e uma esposa legitimamente podem, isso poderia justamente ser considerado leviandade e pecado; veja o exemplo de Isaque e Rebeca, que brincavam juntos de tal modo que Abimeleque, sabendo que eram pessoas que temiam a Deus, concluiu por aquele brincar que eram marido e mulher: pois pensou que, de outro modo, não teriam sido tão familiares.

Esta familiaridade demonstra tanto agrado quanto amor; e mostra que marido e mulher se deleitam na pessoa um do outro. Mas a leviandade aqui condenada na esposa não é tanto uma

familiaridade mútua com o marido por seu consentimento, mas uma brincadeira lasciva com outros, para pesar e desonra dele.

11. De uma brandura de esposa.

A brandura na esposa respeita também a ordenação de seu semblante, gesto e todo o porte diante de seu marido, pelo qual ela manifesta um prazer para com ele, e um contentamento e disposição de estar sob ele e ser governada por ele. Excelentemente isso é apresentado na esposa de Cristo, cujos olhos são ditos como olhos de pomba, seus lábios destilam como favos de mel, e ela própria é agradável em todos os sentidos; sobre o que se nota que ela apareceu ao seu marido como a manhã brilhante, e que o coração dele foi ferido por ela. Certamente o céu limpo não é mais agradável em tempo de colheita do que um semblante e porte brandos e amáveis de uma esposa na presença de seu marido. E mesmo que o marido fosse de uma disposição áspera e cruel, por este meio ele poderia tornar-se manso e gentil. Pois diz-se que os domadores de leões os levam a certa mansidão manuseando-os gentilmente e falando-lhes de modo ameno.

Contrário a esta brandura é uma testa franzida, um olhar carrancudo, uma expressão sombria, um lábio amuado, um rosto inchado, uma boca zombeteira, um gesto desdenhoso dos braços e mãos, um virar desdenhoso deste e daquele lado do corpo, e um sair irritado da presença do marido: tudo isso e outros gestos de desprezo semelhantes são como nuvens espessas cobrindo os céus em um dia de verão, que o tornam muito desconfortável. Eles frequentemente despertam muita paixão no homem e trazem muito mal para a própria esposa.

12. De cortesia e vênica de esposa.

A cortesia é aquela virtude pela qual a esposa aproveita a ocasião para testemunhar seu reconhecimento da superioridade do marido por meio de alguma vênia exterior para com ele. Rebeca, assim que viu Isaque, a quem tomara por marido, desceu do seu camelo e veio a ele a pé, o que foi um tipo de vênia. Isto não deve ser entendido como se não houvesse diferença entre o porte de um servo, ou filho, e de uma esposa; ou como se uma esposa devesse curvar-se a cada palavra que diz ao marido. Embora no tipo e na extensão de muitos deveres as mesmas coisas sejam exigidas das esposas que são exigidas dos filhos e servos, porque Deus os fez a todos inferiores e exigiu sujeição de todos; contudo, na maneira e medida de muitos deveres há grande diferença; como nisto: a vênia de filhos e servos deve ser mais submissiva e frequente. Contudo, porque Deus colocou autoridade no marido sobre a sua esposa, ela deve testemunhar de todas as formas o seu respeito reverente pelo marido e, portanto, em alguns momentos, em algumas ocasiões [como quando ele parte em viagem por um tempo, ou quando retorna para casa, ou quando ela tem um pedido solene e grande a fazê-lo, ou quando ele oferece um favor especial e extraordinário para ela, ou (como observei em esposas que sabem o que convém ao seu lugar e não se envergonham de manifestar o mesmo) quando ela se senta ou se levanta da mesa] declarar sua reverência por meio de alguma vênia. Isso não pode deixar de agir muito no coração de um bom e bondoso marido, e fazê-lo respeitar mais sua esposa quando vê esta evidência do respeito dela por ele. Sim, não pode deixar de ser um bom padrão para filhos e servos, e um motivo para incitá-los a prestar toda a vênia submissiva tanto ao seu marido quanto a ela própria. Pois isso pode fazê-los raciocinar consigo mesmos: desprezaremos ou consideraremos demais prestar isso ao nosso pai ou senhor quando nossa mãe ou senhora não considera demais prestar ao

seu marido? Deve ela inclinar-se a ele, e não devemos nós muito mais inclinar-nos a ela? Assim, a honra que a esposa presta ao marido, rendendo-lhe vênias, faz com que tanto ele quanto ela própria sejam mais honrados pelos outros.

De mente contrária são aquelas que não apenas omitem totalmente este dever, mas também zombam e escarnecem ao ouvir falar disso, dizendo: assim as esposas não serão melhores que filhos ou servos. Mas, embora damas desdenhosas ridicularizem estas evidências exteriores de sua sujeição, as esposas que temem ao Senhor não devem ser impedidas por isso de cumprir o seu dever; pois por tais maus exemplos elas poderiam ser desencorajadas de todo bom dever. É suficiente que as mulheres santas que esperavam em Deus assim se comportassem. Mas, quanto a este particular, sabemos que os iguais não desdenham, em certas ocasiões, realizar este tipo de cortesia, fazendo vênias uns aos outros; quanto menos deveriam as esposas, que são inferiores aos seus maridos?

13. De modéstia de esposa no vestir.

A modéstia pertencente a uma esposa manifesta-se muito em seu vestuário. São Paulo exige esta modéstia em geral de todos os tipos de mulheres; mas São Pedro a impõe em particular às esposas. Pois, embora convenha bem a todas as mulheres, às esposas convém de uma maneira peculiar, a saber, ao se vestirem, respeitar mais o lugar e o estado do marido do que o seu próprio nascimento e linhagem, mas muito mais do que sua própria mente e humor. A modéstia de uma esposa exige, portanto, que seu vestuário não seja, por custo, superior à capacidade de seu marido, nem por curiosidade inadequado à sua vocação. Assim como a esposa de um homem pobre não deve buscar roupas caras, também não devem as esposas de

Ministros, graves Conselheiros, sábios Magistrados, nem as esposas de Professores escrupulosos, caçarem novas modas, ou vestirem-se com roupas leves e espalhafatosas. É um sinal de grande reverência da esposa para com o marido ter um olho no lugar e no estado dele em seu vestuário.

Pelo contrário, tais damas orgulhosas que devem ter sua própria vontade em seu traje, e pensam que nada diz respeito aos seus maridos ordená-las nisso, que não se importam com qual seja a capacidade do marido, ou qual seja seu lugar e vocação, demonstram pouco respeito e reverência para com eles. Tais são aquelas que de modo algum se movem com o exemplo do marido; mas, embora o traje do homem seja simples e grave, o da esposa será caro e espalhafatoso. Sim, há muitas que têm algum temor da visão do marido, mas mostram pouco mais respeito por ele, as quais têm seus vestidos de seda, chapéus de castor e outros trajes semelhantes não condizentes com seu lugar e estado, guardados no campo, na casa de um amigo onde seus maridos não saibam, e quando seus maridos não estão com elas, usam-nos, pintam seus rostos, expõem seus cabelos e em tudo seguem a moda. O que podem pensar aqueles que veem isso, senão que o cuidado de tal esposa é mais agradar a outras pessoas leves e vãs do que ao seu marido grave e discreto; ou que o seu marido nada pode prevalecer sobre ela; o que, assim como mancha o seu próprio crédito, deixa uma marca de desonra até mesmo sobre ele. Se o cuidado da esposa fosse dar evidência da reverência que ela dedica ao seu marido, o desejo e o exemplo dele prevaleceriam mais com ela do que o humor de seu próprio coração.

14. De fala reverente de esposa ao seu marido. (Veja Tratado 4, Seção 24.)

Assim como pelo gesto, também pela fala, deve ser manifestada a reverência da esposa: esta deve ser correspondente àquele. Pois por palavras, bem como por obras, a afeição do coração é manifestada: Da abundância do coração fala a boca (Mateus 12:34). A reverência da esposa manifesta-se por sua fala, tanto na presença de seu marido como em sua ausência. Para este fim, na sua presença, suas palavras devem ser poucas, reverentes e brandas. Primeiro, poucas: Pois o Apóstolo prescreve o silêncio (1Tm 2:12) às esposas na presença de seus maridos, e reforça esse dever com uma razão forte nestas palavras: Não permito que a mulher use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. A inferência da última cláusula sobre a anterior mostra que ele fala não apenas do silêncio da mulher na Igreja, mas também do silêncio da esposa diante do marido; o que é ainda mais esclarecido por outro lugar semelhante, onde o mesmo Apóstolo prescreve às esposas que aprendam com seus maridos em casa (1Co 14:35). A razão antes mencionada para o silêncio, de um lado implica uma sujeição reverente, enquanto, de outro lado, o excesso de fala implica uma usurpação de autoridade.

Objeção: Então, pelo visto, a esposa deve estar sempre muda diante do marido.

Resposta: Nada disso; pois o silêncio naquele lugar não se opõe à fala, como se ela não devesse falar de modo algum, mas à loquacidade, ao falar demais, ao tagarelar excessivo: a presença do marido deve de algum modo restringir sua língua, e assim o seu próprio silêncio testemunhará um respeito reverente. De outro modo, o silêncio, como oposto à fala, implicaria altivez de espírito e teimosia de coração, que é um extremo contrário à loquacidade. Mas o meio termo entre ambos é que a esposa seja

poupada na fala, que espere um tempo adequado e uma ocasião justa para falar, que esteja disposta a dar ouvidos à palavra de conhecimento que sai da boca do seu marido. Isso demonstra reverência. Eliú (Jó 32:6) manifestou o respeito reverente que, como mais jovem, tinha pelos seus anciãos, abstendo-se de falar enquanto eles tinham algo a dizer. Quanto mais deveriam as esposas, em consideração tanto ao seu sexo quanto ao seu lugar?

Contrária é a prática daquelas que devem e querem ter todo o falatório. Se seus maridos começaram a falar, suas línguas escorregadias não podem esperar e aguardar até que terminem: se [como são muito apressadas e ansiosas para falar] não interrompem seus maridos, certamente tomarão a palavra da boca dele antes que ele tenha terminado. Assim, elas se desonram e desonram seus maridos.

14. Dos títulos que as esposas dão aos seus maridos. (Veja Tratado 4, Seção 24.)

Como suas palavras devem ser poucas, essas poucas palavras devem ser reverentes e mansas: ambas as coisas também estão implícitas na palavra mencionada, silêncio (1Tm 2:12): que no original significa também quietude. A reverência diz respeito aos títulos pelos quais a esposa nomeia seu marido. A mansidão diz respeito à maneira de dirigir-lhe a fala.

Quanto aos títulos que uma esposa, ao falar com seu marido ou ao nomeá-lo, lhe dá, estes devem ser tais que signifiquem superioridade e, assim, tenham sabor de reverência. Tais são os títulos com os quais os maridos são nomeados nas Escrituras (veja o item 3); são títulos de honra. Tais também são os títulos que a Igreja [que pelo nosso Apóstolo é feita modelo para as esposas em toda a sujeição] dá ao seu Esposo Cristo

Jesus, como se pode colher do Cântico dos Cânticos. É provável que Sara costumasse dar o título de Senhor ao seu marido. Pois, tendo ocasião de pensar nele, imediatamente este título, Senhor (Gênesis 18:12), estava em seu coração: o que não teria surgido tão subitamente se ela não o usasse ordinariamente. De acordo com os títulos usuais que damos a alguém, nós os nomeamos em nossos corações quando temos ocasião de pensar neles.

Entre todos os outros títulos, o nome "marido", por ser o mais usual, é o título mais apto e adequado. Ele sugere reverência e não soa como afetação ou excentricidade, como fazem os títulos Cabeça, Guia, Mestre, Homem e semelhantes: os quais, embora sejam títulos lícitos, porque a Escritura os atribui aos maridos e eles significam superioridade, contudo, por serem incomuns e soarem como excentricidade, não são tão adequados. O uso e a prática comum tornaram a adição do sobrenome do marido a este título, Mestre, mais adequada.

São Pedro (1Pe 3:6) prova por este argumento que Sara obedecia a Abraão, porque ela o chamava de Senhor.

Contrárias são aquelas formas de tratamento que sugerem igualdade ou inferioridade em vez de superioridade, como Irmão, Primo, Amigo, Homem, etc. Se um estranho estiver presente, como poderá saber, por essa maneira de tratamento, que aquele com quem falas é teu marido? Se ele perceber qualquer familiaridade matrimonial entre vós, o que poderá julgar dela senão leviandade e lascívia? Lembrai-vos do desfecho terrível que quase ocorreu em razão de tais tratamentos dados por Sara (Gênesis 12:19; 20:2) e Rebeca (Gênesis 26:9) aos seus maridos. Não muito diferentes desses são tratamentos como Doce, Docinho, Coração, Querido, Amor, Alegria, Bem, etc., e outros como Patativa, Pintinho, Mimosinha, etc., e os

nomes cristãos dos maridos, como João, Tomé, Guilherme, Henrique, etc., os quais, se forem abreviados [como muitos costumam abreviar: Jão, Tom, Gui, Henri], são muito mais indecorosos: os servos são geralmente chamados assim.

Mas o que diremos daqueles títulos dados a um marido por sua esposa, não raramente em momentos de paixão, mas usualmente na fala comum, os quais não são dignos de serem dados nem ao mais vil dos homens, como Verme, Patife e semelhantes, que tenho até vergonha de nomear, mas que os pecados das mulheres devem ser lançados como sujeira em seus rostos, para que elas fiquem ainda mais envergonhadas?

Objeção: Muitos dos títulos mencionados são títulos de amizade e familiaridade.

Resposta: A sujeição é aquele alvo que as esposas são orientadas a buscar em seus pensamentos, palavras, ações e em todo o seu trato para com seus maridos. Tais sinais de familiaridade que não são, ao mesmo tempo, sinais de sujeição e reverência, são indecorosos para uma esposa, porque se desviam desse alvo.

15. Da mansidão das esposas em suas falas. (Veja Tratado 4, Seção 24, etc.)

A mansidão na maneira de a esposa dirigir sua fala ao marido também recomenda o seu respeito reverente por ele. Este é um efeito especial daquele espírito manso e quieto que São Pedro exige das esposas; o qual ele reforça fortemente por este argumento de peso: que é, diante de Deus, algo de grande valor (1Pe 3:4). É a mansidão da esposa de grande valor diante de Deus, e não deveriam as esposas considerá-la tanto um dever obrigatório quanto um ornamento e graça para elas? Assim como

a forma das palavras que uma esposa usa ao fazer ou responder perguntas, ou em qualquer outro tipo de discurso que mantém com seu marido, também sua moderação ao persistir, argumentar e pressionar assuntos, e até a composição suave de seu semblante ao falar, declaram sua mansidão. Se ela deseja obter algo dele, deve pedi-lo com cortesia, como a Sunamita (2 Reis 4:10): se ela quer movê-lo a cumprir um dever obrigatório, deve persuadi-lo com doçura. Se ela quer contê-lo e impedi-lo de fazer o que é mau, até mesmo isso deve fazer com certa mansidão, como a esposa de Pilatos (Mateus 27:19): se ela tem ocasião de lhe apontar uma falta, nisso deve manifestar humildade e reverência, observando um momento oportuno e fazendo-o de maneira gentil como Abigail (1 Samuel 25:31-37): a qual se comportou sabiamente a esse respeito com seu marido, observando um momento adequado, e também com Davi, sugerindo a falta dele em vez de repreendê-lo abertamente, quando disse: "Não será para o meu senhor por tropeço, nem por remorso de coração, o ter derramado sangue sem causa". Esta mansidão exige também silêncio e paciência, mesmo quando ela é repreendida.

Contrária é a disposição irritável e briguenta de muitas esposas para com seus maridos, que não se importam com o quão apressada e impensadamente falam com eles, como Raquel (Gênesis 30:1); nem quão colérica e repreensivelmente, como Jezabel (1 Reis 21:7); nem quão desdenhosa e rancorosamente, como Zípora (Êxodo 4:25-26); nem quão zombeteiramente e com desdém, como Mical (2 Samuel 6:20); nem quão ultrajante e vergonhosamente, como a esposa de Jó (Jó 2:9). Se são repreendidas por seus maridos, seus maridos serão insultados por elas: e elas estão prontas para retrucar, não apenas palavra por palavra, mas dez por uma. Muitas esposas, por suas falas de megera, mostram não mais respeito aos seus maridos do que aos

seus servos, se tanto. A menor ocasião as move não apenas a se irarem interiormente e se irritarem contra eles, mas também a manifestarem o mesmo exteriormente por meio de repreensões e brigas. O próprio objeto sobre o qual muitas esposas costumam cuspir suas palavras venenosas é o marido; quando seus estômagos estão cheios, elas precisam desabafar sobre seus maridos: nisso, sua falta é dobrada.

Que as esposas, portanto, aprendam primeiro a moderar sua paixão e, depois, a conter suas línguas com freio e rédea, mas, acima de tudo, a ter cuidado para que seus maridos não provem o amargor delas, mesmo que sejam provocadas por algum descuido de seus maridos. Deve-se notar como Salomão chama os atritos que existem entre marido e mulher de "contendas da mulher" (Provérbios 19:13), por meio do que ele sugere que ela comumente é a causa disso, seja por provocar seu marido, seja por não suportar com ele.

16. Da fala da esposa sobre seu marido em sua ausência. (Veja Tratado 2, Parte 2, Seção 36.)

A reverência que uma esposa dedica ao seu marido deve, além disso, ser manifestada por suas falas sobre ele em sua ausência. Assim Sara manifestou sua reverência, e assim devem fazer todas as que desejam ser contadas como filhas de Sara. A Igreja, ao falar de seu Esposo, fá-lo com grande reverência, conforme se vê por causa da reverência que a virgem Maria chamou José de "pai de Jesus" ao falar dele.

Isso mostra que as falas reverentes da esposa na presença do marido e em sua face não são por lisonja para agradá-lo e bajulá-lo, mas em sinceridade para agradecer a Deus e cumprir seu dever. Contrário ao seu dever, portanto, agem aquelas que, na

presença, podem oferecer as falas mais belas e mansas que existam diante do marido, mas (veja mais sobre isso no Tratado 2, Parte 2, Seção 36) pelas costas falam dele com o maior desprezo.

17. Da obediência da esposa em geral.

Até aqui tratamos da reverência da esposa; segue-se falar de sua obediência: A primeira lei que já foi dada à mulher desde a sua queda impôs-lhe este dever de obediência ao seu marido, nestas palavras: "O teu desejo será para o teu marido, e ele te governará" (Gênesis 3:16). Como pode um marido governar uma esposa, se ela não lhe obedece? A parte principal daquela submissão que neste texto (Efésios 5:22) e em muitos outros lugares é exigida da esposa consiste na obediência: e, portanto, é expressamente recomendada às esposas no exemplo de Sara, que obedecia a Abraão (1Pe 3:6). Assim, pela obediência, a Igreja manifesta sua sujeição a Cristo.

O lugar em que Deus colocou o marido, a saber, para ser cabeça (Efésios 5:23); a autoridade que Ele lhe deu, para ser um Senhor (1Pe 3:6), tudo isso exige a obediência da esposa. Não se deve prestar obediência a uma Cabeça, Senhor e Mestre? Tirai toda a autoridade do marido se isentardes a esposa da obediência.

Contrária é a altivez de tais esposas que devem ter sua própria vontade e fazer o que bem entendem, ou do contrário nada haverá senão falta de sossego. A vontade delas deve ser feita, elas devem governar e dominar tudo, devem comandar não apenas filhos e servos, mas maridos também, se ao menos o marido quiser ter paz. Olhai para as famílias, observai o estado e a condição de muitas delas, e então dizei-me se estas coisas

não são assim. Se um marido for um homem de coragem e procurar manter seu direito e sustentar sua autoridade exigindo obediência de sua esposa, é estranho observar que tumulto ela fará na casa: mas se ele for um banana e ceder vilmente à sua esposa, permitindo que ela governe, então, talvez, haverá alguma quietude exterior. A base disso é um humor ambicioso e orgulhoso nas mulheres, que precisam, obrigatoriamente, governar, do contrário pensam que são escravas. Mas que pensem o que quiserem: certamente, nisso elas contrariam a ordenança de Deus, pervertem a ordem da natureza, desfiguram a imagem de Cristo, destroem a base de todo dever, impedem o bem da família, tornam-se um mau modelo para filhos e servos, expõem-se a Satanás e incorrem em muitos outros males que não podem senão seguir-se à violação deste dever principal de obediência, o qual, se não for cumprido, como se podem esperar outros deveres?

18. Dos casos em que a esposa tem poder para ordenar as coisas da casa sem o consentimento do marido.

A obediência da esposa exige:

1. Submissão.
2. Contentamento.

Submissão ao ceder à mente e vontade do marido. Contentamento ao permanecer satisfeita e contente com o estado e a capacidade dele (veja a Seção 49).

Essa Submissão consiste em duas coisas. Primeiro, em abster-se de fazer coisas contra a mente do marido. Segundo, em fazer o que o marido exige. A primeira dessas exige que a esposa tenha o consentimento do marido para as coisas que faz. Para melhor esclarecimento disso, devemos considerar:

1. Que tipo de maridos devem ser aqueles cujo consentimento é exigido.
2. De quantas maneiras o consentimento dele pode ser dado.
3. Quais são as coisas sobre as quais o consentimento dele deve ser esperado.

Quanto ao primeiro ponto, assim como por um lado acontece frequentemente de um homem providente e religioso ser casado com uma mulher tola, uma completa idiota, que não tem entendimento, sobre quem não há dúvida de que tal esposa nada deve fazer por si mesma e por sua própria cabeça, mas ser totalmente ordenada pelo marido: assim, por outro lado, acontece frequentemente de uma mulher virtuosa e graciosa ser casada com um marido desprovido de entendimento, com um simplório [como dizemos] ou um homem louco, ou com um que se tornou muito obtuso e estúpido, incapaz de gerir seus afazeres devido a algum distúrbio, ferimento ou doença. Em tal caso, todo o governo recai sobre a esposa, de modo que o consentimento do marido não deve ser esperado.

Pergunta: E se o marido for um homem ímpio e profano, e tão cego e estupefato em sua alma, não daria essa cegueira espiritual e estupidez a uma esposa religiosa uma liberdade tão grande quanto a estupidez natural?

Resposta: Certamente não: pois São Pedro exorta as esposas fiéis que eram casadas com maridos infiéis a estarem sujeitas a eles, e isso em temor (1Pe 3:1,2).

A razão é clara: pois a cegueira espiritual não incapacita para o governo civil: de fato, nada que tal homem faça é aceitável a Deus ou útil para sua própria salvação; mas, contudo,

pode ser proveitoso ao homem: um homem ímpio pode ser providente o suficiente para a esposa, os filhos e toda a família em coisas temporais exteriores.

Novamente, acontece frequentemente de um marido estar ausente de casa por muito tempo e distante: às vezes por razão de sua vocação, como um Embaixador, Soldado ou Marinheiro; às vezes também negligenciando descuidada ou deliberadamente a casa, os bens, a esposa, os filhos e tudo mais: e em sua ausência não deixou ordem para a gestão das coisas em casa: neste caso também não há dúvida de que a esposa tem poder para dispor, desde que observe aquelas regras da Palavra de Deus sobre justiça, equidade, verdade e misericórdia, que um marido, ao dispô-las, deve observar.

O primeiro destes casos declara uma impotência no marido; o outro, uma impossibilidade de ele ordenar os assuntos: por isso, estando a esposa logo abaixo do marido, o poder de ordenar as coisas lhe é transferido; ela não está obrigada a ter o consentimento dele.

19. De diversos tipos de consentimento.

Um consentimento pode ser geral ou particular. Um consentimento geral é dado quando, sem respeito distinto a este ou aquele detalhe, a liberdade é concedida à esposa pelo marido para fazer todas as coisas conforme parecer bem aos olhos dela. Aquela excelente boa esposa (Provérbios 31:10 e seguintes) e notável boa dona de casa que é apresentada pelo sábio tinha tal consentimento. Pois primeiro diz-se: "O coração do seu marido confia nela" (v. 11); e então infere-se que ela ordena todas as coisas da casa, das quais muitos detalhes são ali especificados. Daí concluo que o marido dela, observando que ela era uma

mulher piedosa, sábia, fiel e industriosa, deu-lhe poder e liberdade para fazer nos assuntos domésticos o que ela achasse bom, [sendo ele um Magistrado público, pois era conhecido nas portas, sentado entre os Anciãos da Terra] (v. 23) e, conseqüentemente, ela usou sua liberdade.

Um consentimento particular é aquele que é dado a uma ou mais coisas específicas, como o consentimento que Abraão deu a Sara (Gênesis 16:6) sobre Agar; e o que Elcana deu (1 Samuel 1:23) a Ana sobre ficar em casa até que seu filho fosse desmamado.

Este consentimento particular pode ser expresso ou implícito. Um consentimento expresso é quando o marido manifesta seu agrado por palavra, escrita, mensagem ou sinal, e isso independentemente de seu consentimento ser solicitado [como se notou no exemplo de Elcana] ou oferecido livremente.

Um consentimento implícito ocorre quando, por qualquer conjectura provável, se pode concluir que a vontade do marido não é contra tal coisa, embora ele não tenha manifestado sua mente sobre aquele detalhe específico. Este consentimento implícito pode ser colhido pelo silêncio dele quando está presente para ver algo ser feito, ou de outra forma tem conhecimento disso: ou então, onde ele está ausente, pelo seu porte ou disposição anterior em outros casos semelhantes. A Escritura considera o silêncio do marido, quando ele sabe de algo e pode, mas não o proíbe, como sendo um consentimento: como no caso do voto da esposa (Números 30:8). Por nada do que lemos em contrário (2 Reis 4:10,23), a Sunamita não teve outro consentimento para preparar um quarto para o Profeta, e para ir até ele, do que o silêncio de seu marido e o não o proibir quando soube disso.

Quanto ao outro tipo de consentimento implícito, ele pode ser ilustrado no seguinte exemplo: suponha que uma boa esposa tenha um marido que ela conhece, pelo seu porte e disposição anteriores, ser um homem piedoso e caridoso, aproveitando todas as ocasiões para mostrar misericórdia, e na ausência dele surge uma ocasião oportuna e necessária de mostrar misericórdia; se ela aproveitar essa ocasião para mostrar misericórdia, ela tem um consentimento implícito, pois pode muito bem pensar que, se o marido soubesse, aprovaria o que ela faz. Supõe-se que Ana, baseada em algum fundamento assim, votou seus filhos a Deus (1 Samuel 1:11). Pois não é provável que ela, que não ficaria em casa para desmamar seu filho sem o consentimento do marido, votasse muito menos o filho ao Senhor [o que era um assunto muito maior] sem alguma convicção do agrado do marido quanto a isso. Ora, para que a esposa mostre que age retamente neste caso, baseada numa verdadeira convicção de seu coração sobre a mente do marido, ela deve [quando puder convenientemente] dar a conhecer ao marido o que fez: como, sem qualquer dúvida, Ana fez; e isso pode ser colhido destas palavras que Elcana proferiu a Ana: "O Senhor confirme a sua palavra" (1 Samuel 1:23).

20. Das coisas sobre as quais a esposa deve ter o consentimento do marido.

As coisas sobre as quais o consentimento do marido deve ser esperado são aquelas que ele, em virtude de seu lugar e autoridade, tem poder para ordenar: como, por exemplo, ordenar e dispor dos bens, gado, servos e filhos da família, receber estranhos; sim, também ordenar até mesmo a saída da esposa e a realização de votos, e coisas semelhantes. Agora, então, para

estabelecer distintamente o dever da esposa neste primeiro ramo da obediência, é este:

A esposa nada deve fazer do que pertence à autoridade do marido simplesmente sem, ou diretamente contra o consentimento dele. Não implicam as palavras daquela antiga lei ["o teu desejo será para o teu marido"] justamente isso? Não nego que possa haver várias coisas próprias e peculiares a uma esposa, nas quais não restringirei a liberdade dela: e, portanto, uso esta frase ["o que pertence à autoridade do marido"]. E concedo que o mencionado consentimento geral e implícito seja um consentimento verdadeiro, de modo que não é necessário um consentimento particular expresso para cada coisa, e por isso adicionei estas cláusulas ["simplesmente sem, ou diretamente contra o consentimento"].

Faz-se algo simplesmente sem consentimento quando é feito sem qualquer autorização do marido, e isso de modo tão oculto que ela teme que chegue ao conhecimento dele, imaginando que ele de modo algum gostaria: como o fato de Raquel ter levado os ídolos de seu pai sem qualquer consentimento de Jacó.

Faz-se algo diretamente contra o consentimento quando é expressamente proibido e rejeitado pelo marido.

Mas, para defender os detalhes antes mencionados: Primeiro, quanto aos bens da família: É uma questão controversa se a esposa tem poder para dispô-los sem ou contra o consentimento do marido. Antes de determinar a questão, julgo necessário declarar:

1. Quais bens.
2. Qual ocasião de doação a questão trata.

21. Das coisas que a esposa pode dispor sem o consentimento do marido.

Quanto aos bens, alguns são próprios e peculiares à esposa: outros são comuns. Bens próprios da esposa são aqueles que, antes do casamento, ela mesma ou seus amigos excetua do marido para o uso e disposição exclusiva e própria dela, com o que ele também concorda: ou aqueles que, após o casamento, ele lhe dá para dispor conforme ela queira: suponha-se que seja algum aluguel, anuidade, taxas, gorjetas ou semelhantes. Estes tipos de bens estão isentos da questão em pauta; a esposa tem liberdade para dispô-los conforme desejar, sem qualquer outro consentimento além do que teve em virtude da concessão anterior de seu marido.

A estes posso referir outros bens, mas de outra natureza, a saber, aqueles que algum amigo dela, suponha-se pai, mãe, irmão ou qualquer outro, observando ser o marido dela um homem muito duro, que não permite o suficiente para ela mesma, muito menos para distribuir em usos caritativos, der a ela para dispor conforme queira, ordenando-lhe que não deixe o marido saber disso. Ora, porque está no poder de um doador livre ordenar seu presente como desejar, e porque ele ordena este presente de modo que não quer que o marido dela saiba, não duvido que ela possa, por si mesma, conforme a mente do doador e sem o consentimento do marido, dispor de tais bens. Ela é, nisto, apenas como uma fiduciária.

Novamente, dos bens comuns, alguns são destinados pelo marido para serem gastos com a família, outros ele reserva para estoque ou para investir conforme ele mesmo veja ocasião. Quanto aos que são destinados para serem gastos, não duvido que a esposa tenha poder para dispô-los; nem está obrigada a

pedir qualquer outro consentimento de seu marido. Pois é lugar e dever da esposa guiar ou governar a casa, em virtude do que, provendo suficientemente para a família, ela pode, conforme veja boa ocasião, distribuir aos pobres ou de outra forma, a partir de tais bens que são separados para serem gastos. Notei isso para aquelas consciências sensíveis que pensam que não podem dar um pedaço de pão ou restos de carne a uma pessoa pobre, ou fazer uma tigela de caldo ou canja para uma pessoa doente, sem antes pedir o consentimento do marido. Contanto que, se o marido expressamente proibir esta liberdade, ela não a tome, exceto se a necessidade o exigir.

Mas nossa questão é sobre tais bens que o marido não separou, mas reserva para sua própria disposição.

22. Da liberdade da esposa em assuntos extraordinários.

Quanto à ocasião de dispor dos bens, ela pode ser ordinária ou extraordinária. Extraordinária para o bem do próprio marido e de outros na família, ou de tais que estão fora da família. Se surgir uma ocasião extraordinária pela qual a esposa, ao dispor dos bens sem ou contra o consentimento de seu marido, possa trazer um grande bem à família, ou prevenir e afastar dela um grande mal, ela não deve esperar pelo consentimento dele; veja o exemplo de Abigail (1 Samuel 25:18). Assim, uma esposa fiel e providente, observando que seu marido vive em dissipação e gasta tudo o que consegue em jogos e bebida, pode, sem o consentimento dele, poupar os bens que puder para o bem do marido, o dela, o de seus filhos e de toda a casa. Isso não faz parte da desobediência, mas é um ponto em que ela pode mostrar-se uma excelente ajuda para o seu marido (Gênesis 2:18), fim para o qual a esposa foi primeiramente criada.

Quanto aos que estão fora da família, se estiverem em grande necessidade e exigirem alívio imediato, embora a esposa saiba ser o marido tão endurecido que não permitirá que ela ajude tal pessoa, contudo, sem o consentimento dele, ela poderá ajudá-la. A base deste e de outros casos semelhantes é aquela regra estabelecida pelos Profetas e pelo próprio Cristo, a saber: "Misericórdia quero, e não sacrifício" (Mateus 9:13). Se Deus, em caso de misericórdia, dispensa um dever devido a Si mesmo, não dispensará muito mais um dever devido a um marido?

23. Da restrição da esposa em dispor de bens sem o consentimento de seu marido: e do fundamento dessa restrição. (Veja Tratado 4, Seção 54.)

De todas estas coisas assim apresentadas, concluo que o verdadeiro estado da questão em controvérsia sobre o poder das esposas em dispor dos bens da família é este:

Pode a esposa, privada e simplesmente sem, ou aberta e diretamente contra o consentimento de seu marido, distribuir tais bens comuns da família que o marido reserva para sua própria disposição, não havendo necessidade extraordinária?

A resposta mais antiga e comum a esta questão tem sido negativa, a saber, que a esposa não tem poder para fazê-lo: com o que eu, de minha parte, concordo.

O fundamento desta resposta é tirado daquela lei primária da sujeição da esposa: "O teu desejo será para o teu marido" (Gênesis 3:16). Como o desejo dela está sujeito ao marido se, no caso proposto, ela não depende do consentimento dele? Isso é ainda confirmado tanto pelas provas mencionadas (veja a Seção 17), quanto por todas as outras provas que poderiam ser produzidas das Escrituras sobre a sujeição das

esposas aos seus maridos. Se ao ordenar os bens da família ela não presta sujeição, em que a prestará?

Contra este fundamento, alguns objetam que (Gênesis 4:7) essa mesma lei de sujeição é imposta a um irmão mais novo nas mesmíssimas palavras e, no entanto, um irmão mais novo não estava, por isso, obrigado a ter o consentimento de seu irmão mais velho para dispor de seus bens.

Resposta: A lei da realeza [por assim dizer] e preeminência do primogênito foi ordenada sob aquelas palavras: e, portanto, o irmão mais novo era feito súdito do mais velho enquanto permanecesse na família, como um filho ao pai. O irmão mais velho era como um senhor sobre seus outros irmãos: sobre o que, quando Isaque conferiu o direito de primogênito a Jacó [pensando que ele era seu filho mais velho, Esaú], ele proferiu estas palavras: "Sê senhor de teus irmãos, e os filhos de tua mãe se curvem a ti". Sendo assim, inquestionavelmente o irmão mais novo não poderia, simplesmente sem ou diretamente contra o consentimento do irmão mais velho, dispor dos bens da família: de modo que esta objeção estabelece com mais força o argumento mencionado.

Novamente, objetiva-se que aquela antiga lei deve ser interpretada para assuntos de peso.

Resposta: O Apóstolo, que foi guiado pelo Espírito do legislador, estende essa lei a tudo: Mas não é este assunto de dispor bens um assunto de peso? As consequências que notarei logo adiante mostrarão ser um assunto de importância.

24. Do exemplo da Sunamita ao pedir o consentimento de seu marido.

Como outra razão pode ser alegado o modelo da Sunamita, que pediu o consentimento de seu marido antes de preparar as coisas que eram julgadas adequadas para o acolhimento do Profeta: e antes de usar as coisas que eram para sua jornada.

Objeção: É de fato louvável que as esposas busquem o consentimento do marido como ela fez, mas onde tal consentimento não pode ser obtido, não é necessário.

Resposta: Este exemplo estando fundamentado numa lei [conforme mostramos antes (veja Seção 23)], ele não apenas declara o que pode ser feito, mas também o que deve ser feito. E se a esposa está obrigada a ter o consentimento do marido para fazer algo, por consequência segue-se que ela está proibida de fazê-lo sem o consentimento do marido.

Resposta 2: Aqueles que contestam esta razão baseada em exemplo, usam eles mesmos razão semelhante em outros pontos, como os exemplos de Abigail, Joana e Susana para o contrário.

Objeção: No exemplo da Sunamita, houve mais do que um alívio misericordioso ao Profeta, a saber, trazê-lo para dentro de casa para comer e dormir, onde o marido deve ter a palavra final.

Resposta: A Palavra de Deus não faz essa diferença entre socorrer e hospedar: ela estende a sujeição da esposa a tudo: portanto, o marido tem a palavra final tanto em um quanto no outro.

25. Da lei do voto da esposa.

Uma terceira razão é tirada da lei do voto da esposa: pela qual, em geral, se implica que a esposa não poderia agora fazer um voto sem o consentimento do marido: de onde se segue, como um argumento do maior para o menor, que ela não pode dispor

dos bens sem o consentimento dele. Sim, a lei (v. 13) diz ainda expressamente que, embora ela tenha votado, seu marido tem poder para anular o seu voto.

Note aqui como o Senhor prefere abrir mão de Seu próprio direito [por assim dizer] do que ter a ordem que Ele estabeleceu entre o homem e a mulher quebrada. O direito do Senhor era ter o que Lhe foi votado cumprido: a ordem que Ele estabeleceu era ter a esposa sujeita ao marido: antes que a esposa fizesse o que o marido não queria que fosse feito, o Senhor perdoou o voto da esposa no caso de o marido não consentir com o seu cumprimento.

Ora, pergunto: é o dispor de bens assunto maior que o cumprimento de um voto? Ou tem a esposa nos dias de hoje mais liberdade do que antigamente? Se tem, por qual lei? Houve algum dia sob a Lei uma ordem mais estrita imposta às esposas do que esta: "As mulheres sejam em tudo sujeitas a seus próprios maridos"?

Objeção: Aquele ponto da sujeição da mulher ao cumprir seu voto é um caso julgado particular: mas não este de dispor dos bens.

Resposta: A Escritura, por meio de Leis e exemplos particulares, ensina direções para outros casos semelhantes a eles: e argumentos tirados por consequência justa e necessária são contados como tão sólidos quanto testemunhos expressos. Quanto ao que se diz, que este particular em questão não está expressamente decidido, considero que a razão para isso seja que, em tempos passados, eles observavam tão bem a extensão da lei geral da sujeição da esposa, que não questionavam o fazer isso ou outras coisas semelhantes sem o consentimento de seus

maridos. Nem as boas esposas tomavam essa liberdade, nem tinham quaisquer defensores de tal liberdade.

Objeção: O caso de a esposa dispor de bens é diferente do de votos, porque os votos são voluntários, mas dispor de bens, como uma obra de misericórdia, é necessário.

Resposta: Embora fosse algo voluntário fazer ou não fazer um voto, uma vez feito o voto, não estava no poder da parte que o fez não cumpri-lo: era um dever necessário (Números 30:3; Deuteronômio 23:21; Eclesiastes 5:4) cumprir um voto, sendo até expressamente ordenado. Quanto à pretendida obra de misericórdia, mostrarei adiante (veja Seção 34) que a esposa não está necessariamente vinculada a ela.

26. Das leis humanas que restringem as esposas de disporem de bens, sem ou contra o consentimento de seus maridos.

Uma quarta razão é tirada das leis dos homens às quais estamos sujeitos, e as quais devemos obedecer até mesmo por uma questão de consciência, desde que não contrariem a Lei de Deus, o que neste caso não fazem, como mostram as razões anteriormente colhidas da Palavra de Deus.

Ora, nossa Lei diz que toda doação, concessão ou disposição de bens, terras ou qualquer outra coisa feita por uma mulher casada, e toda e qualquer obrigação e transferência feita por ela, e recuperação sofrida, se forem feitas sem o consentimento de seu marido, são nulas. Mais ainda, se ela causar dano a outrem, não possui nada para fazer a satisfação durante o matrimônio; ou seu marido deve fazê-lo, ou deve ser feito pela prisão da pessoa dela. E embora ela tenha herança própria, não pode conceder qualquer anuidade a partir dela durante o seu matrimônio, sem o marido: se qualquer escritura

for feita para esse propósito sem este consentimento, ou apenas em nome dela, é nula perante a lei. Sim, se houver debate entre o marido e sua esposa, pelo qual certas terras do marido sejam atribuídas à esposa com o consentimento dele, se a partir de tais terras ela conceder uma anuidade a um estranho, a concessão é nula. E se ele se comprometer a dar a ela anualmente tais e tais vestimentas, ela não pode dispô-las como quiser sem o consentimento dele, mas apenas usá-las e vesti-las ela mesma. Nem pode ela arrendar sua própria terra por anos, por vida, etc.; se o fizer, é nulo, e o arrendatário que entrar por força disso é um esbulhador para o marido e um transgressor. E se ela vender qualquer coisa, a venda é nula, a menos que ela seja uma mercadora, onde pelo costume ela está habilitada a comercializar. Finalmente, ela não pode nomear executores sem o consentimento de seu marido, nem fazer um legado ou testamento. Se ela fizer um testamento e, por meio dele, legar sua própria herança, e seu marido morrer, e ela morrer depois sem qualquer nova publicação do mesmo, ele não terá força, porque era nulo desde o início. Estes e muitos outros casos semelhantes que poderiam ser alegados mostram evidentemente que, por lei, a esposa não tem poder por si mesma, sem o marido, para dispor dos bens comuns da família.

27. Dos inconvenientes que podem seguir-se à disposição de bens por uma esposa sem ou contra o consentimento de seu marido.

Uma razão adequada pode ser tirada dos males que ocorreriam se esta liberdade fosse dada às mulheres, os quais são estes que se seguem:

O patrimônio da família poderia ser desperdiçado antes que qualquer reparação pudesse ser pensada: pois se a esposa

puder dispor dos bens sem o consentimento do marido, deve-se também admitir que o faça sem o conhecimento dele; pois supõe-se que, se ele soubesse da disposição daquilo que não lhe agrada, ele a impediria. Se for sem o conhecimento dele, então aquilo que ele pensa estar restando como reserva da família pode ser gasto pela esposa, e nada sobrar; ao passo que, se ele soubesse do gasto dessa reserva, talvez fosse mais econômico e poupador em outras despesas.

Objeção: Esta liberdade não é concedida às esposas além da capacidade do marido.

Resposta: As esposas nem sempre podem conhecer a capacidade de seus maridos: pois seus maridos podem estar muito endividados e, no entanto, para manter seu crédito, pelo qual esperam aumentar seu patrimônio, podem permitir uma manutenção liberal para sua casa; se, a partir disso, sua esposa concluir que ele é muito rico e, conseqüentemente, for muito generosa em seus presentes, ela poderá em breve ultrapassar a capacidade dele e, assim, aumentar sua dívida de tal modo que ele jamais consiga se recuperar.

Pessoas de religiões e disposições contrárias que estejam fora da família poderiam ser mantidas pelos bens da mesma família: pois se o marido fosse de uma religião e a esposa de outra, ele, sem o conhecimento dela, poderia manter os de sua religião, e ela, sem o conhecimento dele, poderia manter os da religião dela.

Objeção: Esta liberdade de dispor de bens dada à esposa é limitada dentro dos limites da família da fé.

Resposta: Se os teólogos lhes concederem esta liberdade, elas mesmas julgarão e determinarão quem são da família da fé:

esposas papistas dirão [digamos nós o que pudermos em contrário] que jesuítas, padres e frades são da família da fé, membros principais dela.

Muitos atritos e contendas surgiriam daí entre marido e mulher: pois se uma esposa persistir em fazer aquilo com que seu marido não consente, certamente um em mil não o suportará bem, mas buscará todos os meios que puder para contrariá-la; sentindo-se desprezado se ela, quer ele queira ou não, fizer sua vontade.

Objecção: As esposas devem usar esta liberdade com todo o devido respeito à autoridade de seu marido.

Resposta: Se o marido se mantiver peremptoriamente em sua autoridade e, por todos os meios gentis que puderem ser usados, não ceder esta liberdade, não sei que melhor respeito ela pode mostrar a esta autoridade do que abster-se e evitar fazer aquilo que, de outra forma, faria com muito gosto. Mas se, quando se chega ao ponto extremo, ela disser que é seu direito e que, se não puder ter o consentimento dele, o fará sem o seu consentimento, ela não mostra nisso grande respeito.

Muitos outros inconvenientes poderiam ser enumerados, mas não insistirei mais neles; apenas a partir destes, que seja bem considerado se não seria melhor para uma família que o marido fosse impedido de dispor dos bens sem o consentimento de sua esposa [para que houvesse, segundo o provérbio, apenas uma mão na bolsa] do que tanto o marido quanto a esposa terem liberdade para dispô-los sem o consentimento um do outro.

28. Da propriedade de bens, se ela dá liberdade para dispô-los como a esposa quiser.

Para justificar a liberdade da esposa em dispor dos bens comuns da família sem o consentimento do marido, diz-se que ela tem um verdadeiro direito e propriedade sobre esses bens.

Resposta 1: Embora se admitisse que a esposa tem uma propriedade real sobre os bens, não se seguiria daí a conclusão de que ela tem poder por si mesma para dispor dos bens sem o consentimento do marido: pois a autoridade que Deus deu ao marido, e a sujeição que Ele impôs à esposa, restringem o poder e a liberdade dela sobre aquilo que é seu: como, por exemplo, suponha que uma mulher, no momento de seu casamento, tenha um arrendamento por anos, ou a tutela do corpo e das terras de um infante, ou que o obtenha por doação ou compra após o casamento; ela não pode doá-lo, qualquer que seja a extremidade: mas seu marido pode, a qualquer momento durante o matrimônio, dispor dele; e tal disposição dele cortará o interesse da esposa. Ou suponha que a única filha de seu pai seja herdeira de terras e tenha em si mesma [estando seu pai morto] a plena posse das mesmas: ou que uma viúva tenha o direito e a posse do patrimônio de seu marido e, assim possuída, case-se com um marido; tem ela, sendo esposa, liberdade para dispor desse patrimônio que trouxe consigo sem ou contra o consentimento de seu marido? Creio que ninguém dirá isso. Certo estou de que o que ela dá, empresta, vende ou de outra forma dispõe sem o consentimento dele, ele, se quiser, pode recuperar novamente durante sua vida: e, no entanto, ninguém negará que ela tem o mais verdadeiro interesse e propriedade nas terras e heranças mencionadas.

Objeção: Não pode ela dispor tão bem de sua própria herança quanto daqueles bens ou rendas que seu marido lhe dá?

Resposta: Não, pois o presente do marido é um consentimento geral dele para que ela disponha daquilo que lhe é dado conforme julgar adequado.

29. Das razões contra a propriedade da esposa nos bens comuns da família.

Resposta 2: Pode-se dizer com segurança que a esposa não tem propriedade nos bens comuns da família da qual não é herdeira, pois a propriedade de bens é uma questão civil e deve ser limitada de acordo com a lei do homem sob a qual vivemos. Onde a lei, ou o costume do lugar, torna todos os filhos coerdeiros, todos têm um direito igual às suas diversas partes: onde apenas o mais velho é feito herdeiro, ele tem direito a tudo: onde apenas o mais novo é feito herdeiro, ele tem direito a tudo: mas nem a lei das nações, nem a da terra onde vivemos, dão à esposa uma propriedade. Pela lei comum (*common law*), o casamento é uma doação de todos os bens e haveres pessoais da esposa ao seu marido, de modo que nenhum tipo de propriedade nos mesmos permanece para ela. E todos os bens e haveres pessoais dados à esposa durante o casamento são imediatamente, *ipso facto*, transferidos [como propriedade deles] ao marido. De modo que, pela nossa lei, ela está tão longe de ganhar qualquer propriedade pelo seu casamento nos bens de seu marido, que perde toda a propriedade que anteriormente tinha em seus próprios bens. Sim, seu vestuário necessário não é dela em propriedade. Enquanto ela permanece esposa, está [para usar a frase jurídica] sob *covert baron*.³ Ela (veja a Seção 26) não pode arrendar, vender, alienar, dar, nem de outra forma, por direito, desfazer-se de nada, nem mesmo fazer um testamento para dispor de quaisquer bens enquanto seu marido viver sem o

³ N. E.: “Sob a cobertura/proteção legal do marido”.

consentimento dele; o que, no entanto, um marido pode fazer enquanto sua esposa vive, e isso sem ou contra o consentimento dela.

Objeção: A lei estabelece a esposa em uma grande parte dos bens do marido, provendo para sua dote ou terço, que o marido não pode tirar sem o consentimento dela.

Resposta: Esta provisão é apenas para o tempo de sua viuvez, caso ela sobreviva a ele: mas pelo tempo que ela permanece sua esposa, ele pode desfazer-se de tudo, e ela não pode recuperar nada até que ele esteja morto.

Objeção: Esta restrição das esposas é apenas no tribunal dos homens.

Resposta: Visto que não é contra a lei de Deus, deve também valer no tribunal da Consciência. Na verdade, é de acordo com a Lei de Deus e fundamentado nela.

Pois [para omitir as provas antes alegadas], qual poderia ser a razão para que as filhas de Zelofeade, que eram herdeiras de seu pai, fossem proibidas de se casar fora da tribo de seu pai, e que uma lei fosse feita para que nenhuma filha que possuísse qualquer herança se casasse fora da tribo de seu pai, senão porque tudo o que uma mulher tinha antes do casamento passava para o marido e tornava-se dele em virtude do casamento? Isto também, para esse propósito, é por alguns notado, não sem propriedade nem probabilidade, que é frase comum da Escritura chamar os maridos [mas não as esposas] de ricos, implicando com isso que as riquezas, por propriedade, pertencem aos maridos: sim, usualmente na Escritura, bens e terras são ditos serem do marido.

Objeção: As esposas de Jacó chamam os bens que seu marido tinha de seus, dizendo: "toda a riqueza que Deus tirou de nosso pai é nossa" (Gênesis 31:16).

Resposta: Elas usam a palavra "nossa" em oposição à casa de seu pai, e em relação não às suas pessoas, mas à família de seu marido, e por isso acrescentam "e de nossos filhos": de modo que, por esse lugar, nenhum direito maior pode ser provado para as esposas do que para os filhos. Quando o Espírito Santo fala dos mesmos bens, Ele não diz, em relação ao marido e às esposas ambos, "os seus rebanhos", "a sua substância", mas apenas em relação ao marido, "os seus rebanhos", "a sua substância". Pois, como na mistura de vinho e água, embora a maior quantidade seja água, chamamos o todo de vinho: assim, nos bens comuns da família, embora a esposa trouxesse a maior parte, chamamos tudo do marido.

30. Das respostas às razões para a propriedade da esposa.

Para provar a propriedade da esposa nos bens comuns da família, as seguintes razões são alegadas.

Objeção: O casamento, dando à esposa direito ao corpo de seu marido, dá muito mais aos bens dele.

Resposta: Nego a consequência. Pois o uso do corpo é um ato próprio do vínculo matrimonial, no qual a diferença entre superioridade e sujeição não aparece: a esposa tem um poder tão grande sobre o corpo do marido quanto o marido sobre o da esposa; o que não ocorre nos bens: nenhuma coisa pode ser nomeada na qual o poder e a autoridade do marido mais consistam do que nos bens.

Objeção: Muitos maridos, no momento do casamento, usam estas palavras: "com todos os meus bens mundanos eu te doto".

Resposta 1: Se um marido pretender uma propriedade por meio delas, essa propriedade que ela tem por isso, ela não tem em virtude da lei geral do casamento, mas da doação livre e particular dele.

Resposta 2: Em todos os países essas palavras não são usadas na forma do casamento. Se essas palavras dão à esposa sua propriedade, então as esposas que se casam sem o uso dessas palavras não têm propriedade: de modo que isso não pode ser um fundamento geral de liberdade para todas as esposas.

Objeção: A esposa tem um direito tão bom nos bens de seu marido quanto a Igreja no sangue de Cristo: mas ali a Igreja tem uma propriedade.

Resposta: Nenhum desses pontos pode ser provado. Mas se o direito da esposa nos bens de seu marido for como o da Igreja no sangue de Cristo, o que se ganha com isso? A Igreja não tem poder, sem ou contra o consentimento de Cristo, de dispor de Seu sangue: a Igreja de Roma é considerada uma meretriz orgulhosa e usurpadora por arrogar-se o direito de fazê-lo.

31. Do privilégio das esposas acima dos filhos e servos nos e sobre os bens da família.

Pergunta: Onde está então a preferência da esposa acima dos servos e filhos, se ela não tem uma propriedade?

Eu respondo: Muita, de todas as maneiras.

1. É devido a ela um uso mais livre e abundante de todos os bens do que a eles. (Veja Tratado 4, Seções 52 e 54.)

2. Pelo seu lugar, ela tem a ordenação e disposição dos bens destinados ao uso comum da família: como foi concedido anteriormente (veja a Seção 4).
3. Seu marido deve dar a ela uma porção para dispor conforme ela julgar bom, como mostraremos depois (veja Tratado 4, Seção 54), quando chegarmos aos deveres do marido.
4. Ela é uma governante conjunta com seu marido sobre os filhos e servos, como foi mostrado antes (veja a Seção 4).

Novamente, respondendo que este argumento poderia muito bem ser alegado contra aquele temor, sujeição e obediência que a Escritura expressamente exige das esposas, e poderia ser perguntado: se as esposas devem temer e obedecer a seus maridos e estar sujeitas a eles, onde está sua preferência acima de seus filhos e servos? Mas foi mostrado (veja a Seção 11) que, embora as mesmas coisas quanto à matéria sejam exigidas das esposas que são exigidas dos filhos e servos, há uma grande diferença na maneira de realizá-las.

32. De exemplos de outras razões alegadas para a liberdade das esposas de disporem de bens.

O exemplo de Abigail é alegado para a liberdade da esposa: e o exemplo da boa dona de casa descrita por Salomão.

Resposta: O exemplo de Abigail foi extraordinário; além disso, quem pode dizer se o coração de seu marido não confiava nela a ponto de ele referir todo o governo da casa a ela, e assim ela ter um consentimento geral para o que fez?

É claro que a outra boa esposa tinha o consentimento de seu marido para o que fazia: pois, além de ser dito "O coração

do seu marido confia nela", também é dito que "ele a louvou". Portanto, ele não era ignorante do que ela fazia, nem contrário a que ela o fizesse: não foi sem nem contra o consentimento dele.

Alega-se que as esposas têm um cuidado tão grande em obter bens, ou em preservá-los para o bem da família: portanto, é justo e igual que tenham um poder semelhante em dispô-los.

Resposta: Embora se possa questionar a primeira parte, pelo menos para a maior parte e número de esposas, para responder a esta razão não preciso questioná-la; pois a consequência não se segue, mesmo que isso seja concedido. O direito de dispor de bens não surge simplesmente do cuidado e esforço em obtê-los e preservá-los: mas daquela ordem que o Senhor se agradou em estabelecer. Um filho sábio e industrioso pode ser um meio de elevar e aumentar o patrimônio de seu pai, quando seu pai dedica pouco cuidado e esforço a isso: sim, um mordomo fiel e sábio ou outro servo [como Jacó e José foram] pode fazer muito mais por seus esforços e cuidado em obter e preservar os bens da família do que seu senhor: contudo, não se seguirá daí que tal filho, ou tal servo, tenha um direito e poder tão grande para dispor de tais bens quanto seu pai ou seu senhor.

A conjunção próxima entre marido e mulher é alegada: eles são chamados de companheiros de jugo, e daí infere-se que têm um poder semelhante em dispor de bens.

Resposta: Eles são companheiros de jugo na familiaridade mútua, não na autoridade igual; e em relação a outros, como filhos e servos, não em oposição um ao outro. Neste aspecto, ela é sujeita, não igual. Se, portanto, ele quiser uma coisa e ela outra, ela não pode pensar em ter um direito e poder igual; ela deve ceder e dar lugar.

33. Da sujeição das esposas na distribuição de bens para usos caritativos. (Veja Tratado 4, Seção 54.)

Alguns que concedem que a esposa está sujeita ao seu marido de maneira civil, de modo que não pode dispor de qualquer parte dos bens dele ao seu prazer para qualquer uso civil, negam que esta sujeição se estenda à doação de esmolas e outros usos caritativos semelhantes.

Antes de chegar a determinar esta questão, lembre-se de que foi concedido anteriormente que (veja a Seção 22) o dever ordinário deve dar lugar à necessidade extraordinária, de modo que o socorro na necessidade presente não é controvertido. Lembre-se também de que a esposa (veja a Seção 21) pode ter bens próprios dela; sim (veja o Tratado 4), será mostrado que o marido deve, de acordo com sua capacidade, confiar algo à direção e disposição dela: destes e de tais bens, ela está tão obrigada quanto seu marido a gastar algo em usos caritativos: e [conforme Deus ofereça a ocasião] a estender a mão ao pobre e ao necessitado (Provérbios 31:20).

Mais ainda, que isto seja estabelecido: que, caso a esposa seja proibida ou restringida por seu marido, ela deve usar todos os bons meios que puder, por si mesma e por seus amigos, para mover seu marido a conceder-lhe alguma liberdade, para que ela possa ter alguma prova de sua misericórdia e disposição caritativa: se nisto ela não puder prevalecer, então deve dar a conhecer ao seu marido os casos de tais pessoas que ela julga adequadas para serem socorridas, e usar todos os motivos que puder para persuadi-lo a conceder-lhes algum alívio.

Mas, suponha-se o caso: uma esposa sábia, religiosa e misericordiosa é casada com um mundano avarento, que,

embora tenha inteligência e entendimento suficientes para gerir assuntos civis e prover para o estado temporal exterior da casa, não tem coração para socorrer os pobres, e não apenas não está disposto ele mesmo a fazer o bem nesse sentido, mas não permite que sua esposa o faça; poderá a esposa tomar privadamente de tais bens que ele reservou para sua própria disposição e, simplesmente sem qualquer tipo de consentimento, distribuí-los para usos caritativos, ou, embora ele expressamente a proíba, dispô-los diretamente contra o consentimento dele?

Com respeito reverente a melhores julgamentos, creio que ela não pode [exceto o que foi anteriormente excetuado]. Pois, tendo sido provado antes, em geral, que ela não tinha tal liberdade em dispor de bens, não vejo como esta sujeição particular em tudo poderia ser negada, a menos que houvesse alguma autorização particular para isso na Palavra de Deus.

34. Das exortações gerais à obra de misericórdia, até que ponto elas vinculam as esposas.

Objeção: As muitas exortações gerais às obras de misericórdia, que, sem limitação a quaisquer pessoas particulares, são dirigidas indefinidamente a todos, dão autorização suficiente às esposas: tais como estas: "Dai esmola" (Lucas 11:41). "Façamos o bem" (Gl 6:10). "Não vos esqueçais da mútua contribuição", etc. (Hebreus 13:16).

Resposta: Todos estes são motivos fortes para incitar a esposa a ser misericordiosa e caritativa naquelas coisas que puder, com o consentimento de seu marido, ou naquelas coisas que por seus maridos lhe são dadas. Sim, também são motivos fortes para incitar os maridos a permitirem que elas tenham liberdade para dar esmolas. Mas, no caso proposto, eles não dão liberdade às

esposas: pois é um caso resolvido estabelecido pelo próprio Cristo, que as obras de caridade devem ser feitas e as esmolas devem ser dadas daquilo que temos (Lucas 11:41), ou que está em nosso poder dar. Ora, se o marido não lhe der esse poder, ela não tem poder para dar, e assim está escusada. Neste caso, sua vontade verdadeira e seu desejo fiel e fervoroso serão aceitos pelo fato, de acordo com o que o Apóstolo diz: "porque, se há prontidão de vontade, será aceita segundo o que qualquer um tem, e não segundo o que não tem" (2Co 8:12). Muitos casos podem ser dados em que os inferiores são restringidos de obras de misericórdia; como suponha que um filho ou servo deseje visitar um doente ou preso, mas seu pai ou senhor [embora a licença seja pedida] não o permita, mas ordene que não saia de casa, ou que vá com ele por outro caminho; deverá este filho ou servo, apesar dessa ordem, fazer aquela obra de misericórdia?

35. Da obediência ao marido em tais coisas que ele proíbe pecaminosamente.

Objecção 2: Esta restrição não é no Senhor, mas antes contra Ele e Sua Palavra; portanto, a esposa não está obrigada a ela.

Resposta: Embora o marido peque ao restringir sua esposa, ela, nessa restrição, pode obedecer, e isso no Senhor: porque o Senhor, que lhe ordenou ser sujeita em tudo, em lugar nenhum a autorizou a não ser sujeita neste particular. É dito expressamente na lei sobre os votos da esposa que, se o marido os anular depois de os ter ouvido, ele levará a iniquidade dela (Números 30:16). Não pecou ele, então, ao restringi-la, e não foi ela inocente, embora tenha cedido à restrição dele? A condição entre maridos e esposas, neste caso, não é diferente do caso entre outros superiores em autoridade e seus inferiores em sujeição. Mas outros inferiores podem legitimamente abster-se de tais coisas

que seus governantes pecaminosamente lhes ordenam abster-se. Pois suponha que um filho, já homem, viva na casa de seu pai às custas dele, e não tenha porção própria definida, e seu pai não lhe dê licença para gastar nada em usos caritativos; está ele agora obrigado a dar esmolas? A maldição será executada sobre ele se não der? Um fardo, de fato, reconheço que é, tanto para tal filho quanto para a esposa, ser assim restringido: mas não um pecado; o pecado e a maldição recaem sobre a cabeça daqueles que os restringem em virtude de sua autoridade, na qual abusam de sua autoridade: como outros governantes podem fazer e frequentemente fazem, e nem por isso a liberdade é concedida aos súditos, nem a autoridade tirada dos governantes. Nesta semelhança entre um filho e uma esposa, desejo não ser mal interpretado; pois não a alego para tornar o estado da esposa e do filho idêntico: mas para mostrar que aqueles preceitos gerais de dar esmolas podem ter suas exceções, como aqueles que tratam desse ponto em particular dão outros exemplos. Deve haver, portanto, um fundamento maior do que o mandamento geral de dar esmolas para provar a mencionada liberdade das esposas.

36. Do caso de Zípora ao circuncidar seu filho.

Objeção 3: A esposa foi feita para ser uma ajuda para seu marido: naquelas coisas, portanto, em que ele falha, ela deve suprir, como Zípora, que realizou um dever que pertencia ao seu marido, e não a ela (Êxodo 4:25).

Resposta: Ela pode ser uma ajuda em muitas outras coisas, embora esta esteja fora de seu poder: sim, e nisto também, por conselho, persuasão e outros meios semelhantes, ela pode ser uma grande ajuda. O caso de Zípora foi extraordinário e de uma necessidade urgente e presente, até mesmo para salvar a vida de

seu marido. Além disso, Moisés estava, por si mesmo, incapaz de fazê-lo, mas disposto que ela o fizesse. Ora, o que é isso para casos comuns, e casos em que os maridos são capazes o suficiente para fazerem eles mesmos, mas totalmente indispostos que seja feito por suas esposas?

Mas e se o exemplo de Zípora nisto não for justificável? Pois não parece que foi simplesmente aprovado por Deus: Deus frequentemente remove julgamentos temporários pelo próprio fato da obra que é feita, embora na maneira seja feita pecaminosamente. Veja o arrependimento de Acabe (1 Reis 21:29).

37. Do caso da esposa de Cuza ao ministrar a Cristo.

Objeção: Joana, a esposa de Cuza, procurador de Herodes, ministrava a Cristo de seus bens sem o consentimento de seu marido.

Resposta: Se isso pudesse ser provado, seria algo para o propósito; mas esta cláusula "sem o consentimento de seu marido" [na qual consiste o estado principal da questão] não está no texto, nem por qualquer boa probabilidade pode ser colhida dele. Toda a aparência de probabilidade que pode ser mostrada para isso é que Joana é ali dita ser a esposa de Cuza, procurador de Herodes. Mas para mostrar que isso não é nada, note-se:

Essa frase não implica que Cuza estivesse vivo então. É dito que Davi gerou Salomão da esposa de Urias (Mateus 1:6), mas Urias não estava vivo então: portanto, os tradutores, por uma questão de clareza, inserem estas palavras [daquela que fora] a esposa de Urias. Da mesma forma, Onã é ordenado a possuir a esposa de seu irmão (Gênesis 38:8), contudo isso não implica que seu irmão estivesse vivo então.

Objeção: Quando se faria menção de Cuza, procurador de Herodes, se ele não estivesse vivo então?

Resposta: Para mostrar que Joana era uma mulher de grande posição, pelo que este fruto de sua fé em seguir a Cristo era tanto mais louvável. Assim, em outro tipo, Mateus é intitulado "o Publicano" (Mateus 10:3), depois de ter abandonado completamente esse ofício, para mais recomendar sua fé.

Não afirmo aqui diretamente que Cuza estivesse morto então, mas, por tudo o que esta frase implica, ele poderia estar morto.

Alguns colhem que este procurador era aquele oficial cujo filho Cristo curou, o qual creu com toda a sua casa. Se ele o fosse, então não se pode duvidar que sua esposa seguiu a Cristo com o agrado e consentimento dele.

Cuza, sendo procurador de Herodes, e assim um homem de grande posição e emprego público, poderia, se estivesse vivo então, delegar a gestão de todos os assuntos em casa à sua esposa, como o marido da boa esposa elogiada por Salomão (Provérbios 31:11), e assim ela poderia ter, pelo menos, um consentimento geral.

Não determino com certeza que qualquer um destes seja expressamente assim, apenas os noto como probabilidades, contudo tais que derrubam suficientemente a suposta liberdade da esposa em dar esmolas sem qualquer consentimento de seu marido: pois isto, de todas as outras probabilidades, parece ser a mais improvável. Jamais poderia entrar em meu coração imaginar que Cristo daria tal ocasião de calúnia aos Seus inimigos, a ponto de dizerem que Ele levava consigo esposas de outros homens, sem ou contra o consentimento de seus maridos,

e permitia que elas gastassem os bens de seus maridos com Ele. Prefiro muito mais pensar que ou tais mulheres que O seguiam não tinham maridos vivos, ou, se tinham, que faziam o que faziam com o consentimento de seus maridos.

38. Da restrição das esposas sobre provisões para si mesmas ou para as famílias sem o consentimento de seus maridos. (Veja Tratado 4, Seções 18 e 52.)

Aquilo que foi entregue até agora sobre a sujeição da esposa em dispor de bens também pode ser aplicado a outras coisas relativas a ela mesma, filhos, servos, etc., das quais darei alguns exemplos.

A esposa não tem poder para determinar o que ela mesma deseja sem ou contra o consentimento de seu marido, seja para sua própria provisão ou para sua família; ela deve, antes, ficar satisfeita com aquilo que ele determina: pois ele, sendo a cabeça, deve ter a palavra final nisso. Além disso, ele conhece melhor o que pode ser provido.

Pergunta: E se um marido se fizer mais pobre do que é, e a provisão que ele determina for mais mesquinha do que seus meios, e inadequada ao seu lugar e estado?

Resposta: Ela deve, se possivelmente puder por sua própria persuasão insistente, ou qualquer outro meio gentil, movê-lo para aquilo que tende à honra e reputação dele: mas se ela de modo algum puder prevalecer, sua sujeição exige contentamento e paciência.

39. Da sujeição da esposa ao seu marido em relação aos filhos. (Veja Tratado 4, Seção 18.)

A esposa não pode, simplesmente sem ou diretamente contra o consentimento de seu marido, ordenar e dispor dos filhos ao dar-lhes nomes, vestir seus corpos, determinar suas vocações, locais de criação, casamentos ou porções.

Quanto a dar nomes aos filhos, além de ser em toda a Escritura, na maior parte, ordenado ao marido, como a Abraão (Gênesis 17:19), a Zacarias (Lucas 1:13) e a outros, e que, conseqüentemente, os maridos ordinariamente o fizeram, como Adão (Gênesis 5:3), Lameque (Gênesis 5:29), Abraão (Gênesis 21:3) e outros. Deve-se notar que, quando houve uma diferença entre o homem e sua esposa ao dar o nome a um filho, ele dando um nome e ela outro, o nome que ele deu prevaleceu; embora Raquel (Gênesis 35:18) tenha chamado seu filho mais novo de Benoni, Benjamim [nome que Jacó deu] foi o nome da criança. Da mesma forma, quando Isabel (Lucas 1:62) disse aos seus amigos que o nome de seu filho deveria ser João, eles não descansaram nisso até que Zacarias ratificasse esse nome. Sim, embora José fosse apenas o suposto pai de Jesus, contudo, por ser o marido de Maria, a mãe de Jesus (Mateus 1:21), ele teve esta honra concedida: dar o nome ao filho dela. Ao passo que na Escritura às vezes se diz que as mães nomearam seus filhos, como Lia (Gênesis 29:32), Raquel (Gênesis 30:24) e outras, deve-se supor, com base no fundamento mencionado, que elas tiveram o consentimento de seus maridos.

Quanto a determinar o local e o casamento, nota-se que Rebeca (Gênesis 27:43) pediu o consentimento de seu marido: embora tenha dito ao seu filho Jacó que ele deveria ir para Harã, para seu tio Labão, para ali ser mantido em segurança da fúria de Esaú, ela não o enviou até que Isaque (Gênesis 28:1,2) desse

o seu consentimento para a permanência dele lá e para tomar dali uma esposa.

Quanto a destinar a uma vocação, nota-se de Ana (1 Samuel 1:11) que, embora antes de o filho nascer ela o tivesse dedicado ao Senhor por voto solene, contudo, quando o filho nasceu, ela pediu o consentimento de seu marido sobre isso (1 Samuel 1:22).

Aquilo que se nota sobre Ana levar uma túnica pequena para seu filho ano após ano, quando subia com seu marido (1 Samuel 2:19), mostra que ela não o fazia sem o consentimento dele. As mulheres são, na maior parte, propensas a enfeitar seus filhos acima do lugar e da vocação de seus maridos e, portanto, há boa razão para que nisso sejam governadas por seus maridos.

Objeção: E se os maridos forem mais propensos a ter seus filhos vestidos de forma vã e inadequada do que as esposas?

Resposta: A esposa deve fazer o que puder para impedir; se ela de modo algum puder prevalecer com ele, ela, por razão de sua sujeição, está muito mais escusada do que ele estaria se permitisse que sua esposa fizesse a vontade dela nisso.

A lei que impõe o encargo aos maridos de darem tais e tais porções aos seus filhos, e a prática correspondente dos maridos de tempos em tempos (Deuteronômio 21:15), mostram que a esposa, por si mesma, não tem poder para ordená-las.

40. Da sujeição da esposa ao seu marido quanto à ordenação de servos e animais. (Veja Tratado 4, Seção 18.)

Se as esposas devem ter o consentimento do marido para ordenar e dispor de seus filhos, que saíram de seu ventre, muito mais em relação aos seus servos.

Elas não podem admitir ou expulsar servos contra a vontade do marido. Neste ponto, como em muitos outros, Sara manifestou sua obediência de esposa; no fato de que ela não lidaria rudemente com sua serva, embora fosse provocada (Gênesis 16:5): muito menos a colocaria para fora de casa até que tivesse comunicado o assunto ao seu marido (Gênesis 21:10). Embora ela tenha falhado na maneira, no fato em si ela é um bom exemplo. É ainda notado e aprovado na Sunamita que ela pediu o consentimento de seu marido para enviar um servo com ela (2 Reis 4:22).

Minha intenção não é que as esposas que têm servos permitidos para atendê-las devam pedir o consentimento do marido sempre que tiverem ocasião de usá-los; pois seus maridos, ao permitirem homens para sua assistência, manifestam sua vontade e consentimento de que elas possam usá-los conforme vejam a ocasião: mas que elas não devem usar e empregar seus servos em coisas que sabem que seus maridos desaprovariam, a menos que possam obter o consentimento do marido.

Contra esses pontos particulares de filhos e servos, pode-se objetar que as esposas são pais de seus filhos tanto quanto os maridos, e senhoras de servos tanto quanto eles são senhores, e, portanto, têm um poder sobre eles tão grande quanto o de seus maridos.

Resposta: De fato, se a autoridade do marido não se interpuser, isso pode ser concedido na relação entre ela e eles: mas sendo o poder dela subordinado ao do marido, na relação com ele ela não tem um poder tão grande: o poder de uma esposa de que falamos agora é diretamente em relação ao seu marido.

O mesmo pode ser dito de suas bestas e gado, um ponto particular notado também no exemplo da Sunamita, que, tendo ocasião de usar um animal, foi ao seu marido e disse: "envia, peço-te, comigo um dos jumentos" (2 Reis 4:22).

41. Da sujeição da esposa ao entreter estranhos, viajar para fora e fazer votos. (Veja Tratado 4, Seção 18.)

Se as esposas não podem, ao seu bel-prazer, usar as coisas pertencentes à casa, muito menos podem trazer estranhos para dentro de casa e entretê-los sem ou contra o consentimento do marido. A boa Sunamita, tantas vezes nomeada como modelo para boas esposas, primeiro pediu o consentimento de seu marido antes de hospedar um Profeta do Senhor (2 Reis 4:10).

O mesmo modelo é também recomendado às esposas para movê-las a não viajar para fora sem o consentimento do marido. Pois, embora aquela boa esposa tivesse uma ocasião muito pesada e justa para ir ao Profeta, ela não o fez antes de conhecer a mente de seu marido (2 Reis 4:22).

Quanto ao poder da esposa de fazer votos, visto que a lei dá ao marido o poder de anular o seu voto quando ele o conhece (Números 30:8), isso implica que ela deve ter o consentimento dele ao fazê-lo, se ao menos ela deseja que ele seja estabelecido, o que ela deve desejar, ou então ela zomba de Deus.

Achei por bem mencionar esses pontos particulares para ilustração da sujeição da esposa, porque todos eles estão fundamentados na palavra de Deus: muitos outros poderiam ser adicionados a eles, mas estes são suficientes.

42. Das aberrações contrárias à sujeição da esposa ao fazer coisas sem ou contra o consentimento de seu marido.

Consideremos agora os vícios e aberrações usuais contrários a esses deveres: a soma geral de tudo é a esposa assumir para si o fazer o que deseja, quer seu marido queira ou não, ou não querendo que ele saiba o que ela faz, ou não se importando que seja contra a mente e a vontade dele. Deste tipo são:

Aquelas que secretamente tiram dinheiro dos armários, balcões ou outros lugares semelhantes de seus maridos onde ele o guarda, nunca lhe contando, nem querendo que ele saiba: da mesma forma, aquelas que, de maneira semelhante, tiram mercadorias da loja, grãos do celeiro, ovelhas do rebanho ou quaisquer outros bens para vender e ganhar dinheiro; ou para dar, ou de outra forma usar de modo que seus maridos nunca saibam, se puderem impedir. Tais esposas pecam hediondamente nisso, e em muitos aspectos.

Primeiro, elas desobedecem à ordenança de Deus em um ramo principal de sua vocação particular, que é a sujeição.

1. Elas retribuem mal o cuidado e o esforço que seus maridos dedicam ao bem delas. Muitas dessas esposas recompensam o bem com o mal, o que é uma qualidade diabólica.
2. Elas são frequentemente um meio de prejudicar e empobrecer o patrimônio do marido.
3. Elas se mostram nada melhor do que ladras furtivas por meio disso. Tudo o que pode ser justa e verdadeiramente dito sobre o seu direito nos bens comuns não pode defendê-las da culpa do roubo: elas são tanto mais perigosas quanto mais nelas se confia e menos se suspeita: e seu ato é tanto mais hediondo quanto mais caros seus maridos deveriam ser para elas.

4. Elas são um exemplo muito ruim para outros inferiores na casa, pois raramente um homem tem uma esposa enganosa sem que alguns dos filhos ou servos se tornem cúmplices disso, sendo feitos instrumentos dela para pegar os bens e dispô-los conforme ela ordena, e assim tornam-se infiéis.
5. Elas se tornam escravas de seus próprios filhos e servos, a quem não ousam desagradar, para que não contem o que foi feito.
6. Elas ensinam seus filhos e servos a serem ladrões: pois, além de que aqueles que são usados por suas senhoras para surrupiar para elas tornam-se cúmplices de seu pecado, eles também surrupiarão para si mesmos, quando suas senhoras não souberem. De modo que, com a esposa surrupiando de um lado, e os filhos ou servos de outro, o patrimônio de um homem pode ser desperdiçado como o orvalho diante do sol, sem que ele saiba por onde.
7. Aquelas que querem ter a provisão que acham melhor para si mesmas e para a família, e dizem desdenhosamente: "Não ficarei dependente do que meu marido provê": elas sabem melhor qual provisão é mais adequada para a família, e que ela a terá. Muitas farão os ouvidos do marido zumbirem, sim, e farão toda a casa [se não a rua também] ecoar, se acharem que sua provisão não é condizente com a extensão máxima do patrimônio do marido. Esta impaciência e insolência, além de contrariar a ordenança de Deus, torna a vida de ambos desconfortável.
8. Aquelas que mimam, vestem ou de qualquer forma criam seus filhos de modo diferente do que seus maridos gostariam, até mesmo para o pesar e desonra de seus maridos: mantendo-os em casa quando seus maridos,

para sua melhor educação, os queriam fora: como estas pecam ao impedir o bem de seus filhos, pecam também ao não ceder aos seus maridos.

9. Aquelas que querem ter sua própria vontade sobre os servos, admitindo e expulsando quem bem entendem e quando bem entendem: usando alguns servos que acham úteis para seus propósitos em prejuízo de seus maridos: e comportando-se de forma tão ríspida e como megeras com outros que são úteis para os propósitos do marido, que um servo bom, confiável e fiel não pode permanecer muito tempo na casa.
10. Aquelas que secretamente emprestam os cavalos do marido, ou outro gado semelhante, respeitando mais o prazer de um amigo fútil do que o agrado de um bom marido. Esta falta é tanto maior quando é feita em dano e prejuízo do marido.
11. Aquelas que são mais folgazãs e alegres quando seus maridos estão mais longe e não podem saber. Salomão estabelece como nota de uma prostituta o fato de ela enfeitar sua casa e buscar hóspedes quando seu marido partiu para uma longa viagem (Provérbios 7:19). Então ela deveria ser mais solitária e, ao abster-se de reuniões alegres, mostrar que não pode haver maior desânimo para sua alegria do que a ausência de seu marido.
12. Aquelas que pensam que suas casas são uma prisão para elas, que não podem permanecer muito tempo em casa: elas pensam que têm poder para ir quando e para onde quiserem, e permanecer fora o tempo que desejarem, pensem seus maridos o que quiserem. O Apóstolo estabelece isso como marca de uma esposa lasciva e de uma dona de casa ociosa: sendo ociosas [diz ele], andam de casa em casa (1Tm 5:13): portanto, em outro lugar,

ele as exorta a serem guardiãs do lar (Tito 2:5). O sábio vai além e faz desta outra nota de uma prostituta: que seus pés não podem parar em casa (Provérbios 7:11): o que podemos ver verificado na esposa adúltera do levita, cujo fim terrível foi um selo do julgamento de Deus sobre tal lascívia desenfreada (Juízes 19:2).

13. Aquelas que não se importam com como ou com o que se comprometem sem o consentimento ou conhecimento do marido: nisto ofendem especialmente aquelas que, sendo seduzidas por jesuítas, padres ou frades, tomam o sacramento e, por voto solene e juramento, obrigam-se a nunca ler uma Bíblia em inglês, nem livros de qualquer protestante, nem mesmo ir a qualquer uma de suas igrejas, ou ouvir qualquer um de seus sermões: e aquelas, acima de tudo, que entram em algum convento papista e juram nunca mais retornar aos seus maridos.

Objeção: Ana votou seu filho a Deus sem o consentimento de seu marido (1 Samuel 1:15), por que não podem elas muito mais votar-se a si mesmas a Deus?

Resposta: Certamente ela estava convencida de que seu marido não seria contra, e assim teve um consentimento implícito: o que pode bem ser colhido, porque depois ela o deu a conhecer a ele, como tanto o nome dado à criança, quanto aquela fala de Ana: "Eu o levarei para que apareça diante do Senhor, e ali fique para sempre" (1 Samuel 1:22), e a resposta de seu marido: "O Senhor confirme a sua palavra" (1 Samuel 1:23), e o fato de ele subir com ela quando o filho foi dedicado ao Senhor (1 Samuel 2:19), tudo isso demonstra.

Até aqui tratamos do primeiro ramo da submissão da esposa ao abster-se de fazer coisas sem o consentimento do marido. O segundo segue-se, ao fazer as coisas que ele exige.

43. Da obediência ativa da esposa. (Veja Tratado 4, Seções 18 e 26.)

É uma boa prova e teste da obediência da esposa abster-se de fazer coisas que, de outra forma, faria, se a vontade contrária de seu marido não a restringisse: mas isso não é suficiente; deve haver uma obediência ativa, bem como uma passiva. Aquela antiga Lei antes mencionada ["o teu desejo será sujeito ao teu marido, e ele te governará" (Gênesis 3:16)] também implica isso. Se ela se recusa a fazer o que ele quer que ela faça, o desejo dela não está sujeito a ele, mas a si mesma, nem ele governa sobre ela.

Esta parte ativa de sua obediência diz respeito:

1. Aos seus mandamentos, para fazer prontamente o que ele legalmente ordena.
2. Às suas repreensões, para corrigir cuidadosamente o que ele justamente censura.

Quanto ao primeiro ponto, tão longe deve estar a esposa de considerar uma afronta ser comandada por seu marido, que o próprio conhecimento que por qualquer meio ela tenha da mente e vontade de seu marido deve ter a força de um mandamento direto para ela. Esta prontidão em obedecer é elogiada nas esposas de Jacó, a quem, quando Jacó declarou quais motivos tinha para partir da casa do pai delas, sugerindo com isso que pretendia partir e queria que elas fossem com ele, contudo, antes que ele expressasse particularmente sua vontade, elas prontamente responderam: "tudo o que Deus te disse, faze"

(Gênesis 31:16): por meio do que deram a ele a entender que estavam prontas para ceder a tudo o que ele quisesse que fosse feito.

44. Da disposição da esposa em habitar onde seu marido quiser. (Veja Tratado 4, Seção 18.)

Para tornar esta parte da obediência da esposa um pouco mais clara, eu a exemplificarei com dois ou três casos particulares, registrados e aprovados na palavra de Deus.

O primeiro é que a esposa deve estar disposta a habitar onde seu marido quiser que ela habite. As esposas de Abraão, Isaque e Jacó manifestaram nisto sua obediência de esposa: embora seus maridos as trouxessem de seu próprio país e da casa de seus pais, elas não se recusaram a ir com eles, mas habitaram em um país estranho, e isso em tendas.

Note em particular o que as esposas de Jacó dizem ao seu marido neste caso: "Há ainda para nós parte ou herança na casa de nosso pai?" (Gênesis 31:14), sugerindo com isso que, visto ser o prazer de seu marido partir, elas não demorariam mais na casa de seu pai para buscar mais parte ou herança ali.

Estes exemplos mostram ainda que, se um marido tem justa ocasião para mudar de um país para outro, e nesses países de lugar para lugar, sua esposa deve ceder em ir com ele, se ele o exigir dela. Note o que o Apóstolo diz: "não temos nós poder para levar conosco uma esposa?" (1Co 9:5). Essa interrogação implica uma forte asseveração. O marido, tendo então poder para levar consigo uma esposa de lugar para lugar, ela deve submeter-se a esse poder. Esta cláusula ["como também os demais apóstolos, e os irmãos do Senhor, e Cefas"] mostra que este não

era apenas um poder que poderia ser usado, mas que era usado pelos maridos e aceito pelas esposas.

Objeção: Os exemplos mencionados são extraordinários, e isso em ocasiões extraordinárias.

Resposta: Contudo, eles podem ser modelos para ocasiões ordinárias que são lícitas e justificáveis. Não foi um ato extraordinário de Elias orar primeiro para que não houvesse chuva, e depois novamente para que houvesse chuva? No entanto, isso é proposto como um modelo geral para nos mover a orar por coisas lícitas.

Ora, ao estabelecer este dever, adicionei a cláusula e a ressalva de "justa ocasião", para lidar tanto com aquelas que, por descontentamento ou superstição, deixam a terra onde o verdadeiro Evangelho é mantido e pregado e vão para lugares idólatras; quanto com aquelas cabeças fúteis e instáveis que, apenas para satisfazer seu próprio humor e para "ver as modas", como dizemos, nunca param em um lugar, mas estão continuamente mudando de país para país e de lugar para lugar: creio [para usar as palavras do Apóstolo] que a esposa não está sob servidão em tais casos (1Co 7:15). Mas se um homem é enviado em uma embaixada por seu Príncipe ou país; ou se um pregador ou professor é chamado para outro país, como Bucer e Pedro Mártir foram para a Inglaterra nos dias do Rei Eduardo [o que até hoje é usual em outros países]; ou se um homem é condenado a uma longa prisão, e nessas e outras ocasiões semelhantes exigir que sua esposa esteja com ele, ela deve, por dever, ceder à exigência dele.

Contrária é a mente e a prática de muitas esposas que, sendo afeiçoadas e viciadas em um lugar mais do que em outro,

como o lugar onde foram criadas e cresceram, onde moram seus maiores, melhores e mais amigos, e onde têm bons conhecidos, recusam-se a ir e morar onde está a vocação de seus maridos, embora ele o exija e deseje imensamente. Assim, muitos maridos são forçados, com grande prejuízo e por causa da paz, a ceder às suas esposas, e assim ou renunciar à sua vocação, ou ter duas casas; de onde se segue que, às vezes, devem negligenciar seus servos e vocação, e às vezes estar ausentes de suas esposas, se não também de seus filhos. Algumas esposas fingem que não podem suportar a fumaça da cidade, outras que não podem suportar o ar do campo: quando, na verdade, seu próprio humor e fantasia as sufocam mais do que a fumaça da cidade ou o ar do campo. Não posso chamá-las de filhas de Sara nisto: elas não são como aquelas santas mulheres mencionadas que esperavam em Deus e eram sujeitas aos seus maridos (1Pe 3:5,6), mas sim como aquela dona de casa leviana do levita, que não quis morar na casa de seu marido no Monte Efraim, mas na casa de seu pai em Belém de Judá (Juízes 19:2). Tais esposas de que falo, na castidade matrimonial podem ser mais honestas, mas na sujeição de esposa são pouco mais zelosas. Que isso seja tomado como uma falta, e será mais cedo corrigido.

45. Da prontidão da esposa em vir ao seu marido quando ele o exige. (Veja Tratado 4, Seção 29.)

Outro exemplo particular da prontidão da esposa em ceder aos mandamentos de seu marido é vir ao seu marido quando o marido o exige, seja chamando-a ou mandando buscá-la. As mencionadas esposas de Jacó, sendo mandadas buscar pelo marido no campo onde ele estava, não deram desculpas, mas vieram imediatamente (Gênesis 31:4). Tão longe devem as esposas nisto sujeitar suas vontades às de seus maridos que,

embora possa parecer a elas alguma depreciação vir, contudo, se seus maridos assim o quiserem, elas devem ceder, caso contrário parecem até desprezar seus maridos (Ester 1:17).

Contrária é a obstinação como a de Vasti, quando as esposas pensam e dizem: "é papel de servo vir quando é chamado ou mandado buscar, e elas nunca cederão a ser servas de seus maridos, vindo ao seu comando". Pela mesma razão, todos os deveres de sujeição podem ser rejeitados. Mas, quanto a este particular, que tais damas obstinadas notem o desfecho da teimosia de Vasti (Ester 1:16). Tantas desculpas poderiam ser alegadas para ela quanto creio que para qualquer uma: pois, primeiro, ela era de descendência real, sendo filha de um Rei. Segundo, ela estava então entre as mulheres honradas do reino. Terceiro, o Rei estava embriagado quando mandou buscá-la. Quarto, ele mandou buscá-la para mostrar sua beleza diante de multidões de homens, o que não era decoroso. Mas tudo isso não foi suficiente para escusar sua falta e livrá-la de culpa. Primeiro, embora fosse de linhagem real, ela era uma esposa, e seu marido mandou buscá-la. Segundo, estando entre as mulheres nobres do reino, ela deveria, antes, ter se mostrado um modelo de sujeição neste tipo. Terceiro, embora ele estivesse embriagado, continuava sendo um marido: e a coisa que ele comandou não era tal que ela não pudesse ter feito sem pecado. Quarto, se ela achava a coisa indecorosa, deveria primeiro ter usado todos os meios gentis que pudesse para ser poupada; mas se por tudo não pudesse ter prevalecido, então [não sendo a coisa simplesmente ilícita e um pecado] ela deveria ter cedido.

Objeção: A falta dela não foi em que, como esposa, não veio ao seu marido, mas em que, como súdita, não veio ao seu Soberano.

Resposta: A falta dela foi em ambos: e no julgamento passado contra ela, o primeiro ponto foi o mais instado, a saber, que pelo seu exemplo todas as mulheres pudessem aprender a desprezar seus maridos (Ester 1:17).

Objeção: O ato dela é assim censurado apenas por homens pagãos, que não tinham entendimento da palavra de Deus.

Resposta 1: A sagrada Escritura, pelas diversas circunstâncias tão distintamente notadas, sugere que seu ato rebelde foi uma falta notória: e, conseqüentemente, tanto comentaristas criteriosos quanto pregadores a taxam de desobediência pecaminosa ao seu marido.

Embora fossem pagãos, eles mostraram qual sujeição é exigida das esposas aos seus maridos pela própria luz da natureza, pela qual este pecado é agravado.

Abimeleque era apenas um homem pagão, contudo sua sentença sobre a sujeição da mulher nestas palavras: "ele te é por cobertura dos olhos" (Gênesis 20:16), é considerada criteriosa e, sendo aprovada pelo Espírito Santo, é uma boa prova. Quanto àquele particular de Vasti, por que está registrado tão extensamente na Escritura senão para instrução e advertência às esposas?

46. Da prontidão da esposa em fazer o que seu marido exige. (Veja Seção 29.)

Um terceiro exemplo particular da prontidão da esposa em ceder ao mandamento de seu marido é realizar o trabalho que ele exige dela. Quando, de repente, vieram três homens a Abrão, e ele desejou entretê-los, ordenou à sua esposa: "prepara depressa três medidas de flor de farinha" (Gênesis 18:6), etc., e ela o fez

consequentemente. Jeroboão, tendo uma ocasião importante para enviar a Aías, o Profeta, achou por bem enviar por sua esposa; ela, consequentemente [embora fosse Rainha], foi (1 Reis 14:2): ela fez como seu marido queria que fizesse.

Contrário é o humor de muitas esposas que não farão nada sob comando. Se o marido de tal esposa, desejando entreter um amigo de repente, usar a frase de Abrão: "prepara depressa", etc., ela dirá: "que ele venha e faça ele mesmo, se quer que seja feito tão depressa, não serei sua escrava": ou se, tendo um assunto de importância e segredo, ele quiser que sua esposa mesma o faça, ela responderá: "não sou nenhuma de suas servas; não pode encarregar um deles, ou fazer você mesmo?". No entanto, tais esposas estarão prontas para comandar seus maridos a fazerem qualquer futilidade e, se ele não o fizer, elas podem retrucar: "é um assunto tão grande? e não pode uma esposa falar com seu marido?". Se o ponto da obediência fosse bem aprendido, ele moldaria tais esposas de outra forma.

Estes poucos detalhes podem servir de direção para muitos centenas. Prossigo para a outra parte da obediência ativa da esposa, que diz respeito às repreensões de seu marido.

47. Da aceitação mansa da repreensão pela esposa. (Veja Tratado 4, Seções 34 e 35.)

Tendo o marido autoridade sobre sua esposa, em virtude dela ele tem poder, sim, é seu dever, conforme haja causa necessária, repreendê-la: por consequência justa, portanto, segue-se que é dever dela prestar obediência a isso. O que deve ser feito tanto mais porque a maior prova de uma obediência sólida reside nisto. Pois nada vai tanto contra o estômago de alguém quanto a repreensão: aquela que cede quando é repreendida, muito mais

o fará quando é solicitada. Este ponto da obediência manifesta-se de duas maneiras:

1. Pela mansidão ao aceitar uma repreensão.
2. Pelo esforço em corrigir o que é justamente repreendido.
O ponto central da obediência consiste especialmente neste último: o primeiro é como um bom preparativo para ele, sem o qual dificilmente será feito, pelo menos não bem feito.

A mansidão neste caso é um dos frutos mais principais daquele espírito manso e quieto que São Pedro recomenda às esposas (1Pe 3:4). Embora Raquel justamente merecesse censura por vir em uma fúria irritada e com um comando imperioso ao seu marido (Gênesis 30:1), contudo, no fato de que ela aceitou mansamente a sua repreensão aguda [pois ela não retrucou contra ela, mas mansamente deu uma direção para o melhor cumprimento de seu desejo], seu exemplo é louvável: louvável, digo, não na matéria de sua direção, mas em seu suportar paciente da repreensão. Muita sabedoria pode ser aprendida por meio disso: pois quando alguém aceita mansamente uma repreensão, com isso suprime sua paixão e impede que ela surja como uma nuvem diante de seu entendimento e o obscureça, e assim pode julgar melhor se a matéria repreendida é justa ou não: e se precisa de correção ou não: o que aqueles que são impacientes com a repreensão, e se irritam e enfurecem contra ela, não podem julgar tão bem. A virgem Maria fez bom uso da repreensão de Cristo (João 2:4,5) e, com isso, aprendeu e ensinou um bom ponto de sabedoria, a saber, referir nossos assuntos a Cristo conforme esperamos o Seu prazer; e não prescrever tempo, meios, maneira ou quaisquer outras circunstâncias semelhantes a Ele.

Pergunta: E se a repreensão do marido for amarga?

Resposta: Ele nisso esquece o seu lugar, contudo, por causa disso, ela não deve esquecer o seu dever. Se a repreensão de Jacó for bem notada, descobriremos que foi muito ácida, pois diz-se expressamente que a sua ira se acendeu contra ela (Gênesis 30:2), de modo que ele falou com ira: a maneira e a forma de suas palavras sendo com uma interrogação, e a matéria também: "estou eu no lugar de Deus", etc., declaram acidez: contudo [como foi declarado antes] ela mostrou mansidão.

Pergunta: E se a repreensão dele for injusta?

Resposta: Ainda assim a mansidão não deve ser esquecida. Em tal caso, a esposa pode fazer uma apologia justa para esclarecer sua própria inocência e manifestar o erro de seu marido: mas se ele se recusar a ouvi-la, ou não quiser acreditar nela, então [como São Pedro fala em outro caso] ela deve suportar a aflição por motivo de consciência para com Deus (1Pe 2:19,20).

As duas razões que ele ali apresenta naquele outro caso podem não inadequadamente ser aplicadas a este:

1. Em geral, isto é digno de agradecimento, é uma graça, uma glória para ela: um assunto que merece louvor e recomendação.
2. Em particular, é aceitável a Deus: por mais que seus maridos possam lidar rudemente e de forma desajeitada com elas, contudo Deus as respeitará graciosamente, se elas, pacientemente em obediência à Sua ordenança, suportarem as repreensões injustas de seus maridos.
3. Posso adicionar também esta razão: que assim elas se mostrarão boas cristãs de fato, no fato de que não são vencidas pelo mal (Romanos 12:21).

Contrária é a mente daquelas que de modo algum suportarão uma repreensão das mãos de seus maridos: não importa se é justa ou injusta: se seus maridos as repreendem, elas certamente farão a repreensão ser rebatida de volta em suas faces, e isso com maior violência do que jamais veio deles. Há algumas que parecem ser muito boas esposas até serem testadas pela pedra de toque da repreensão: mas então, embora a repreensão seja, quanto à matéria, muito justa, quanto à maneira, muito suave, e isso em particular entre seus maridos e elas mesmas, contudo elas tornam-se tão impacientes, ou melhor, loucas, que não se abstêm de dar aos seus maridos os discursos mais desdenhosos que podem inventar, usando ao mesmo tempo amargas imprecações e execrações, e ameaçam se afogar ou se enforcar se forem contrariadas em suas vontades. Mais ainda, se maridos sábios as suportarem em sua paixão e, depois de ela ser aplacada, disserem a elas quão inadequadamente aos seus lugares se comportaram, elas buscarão justificar-se e lançar toda a culpa em seus maridos por contrariá-las em sua vontade: ou se não puderem deixar de ver sua falta, dirão apenas: "é a minha fraqueza": mas, contudo, continuam sempre nessa fraqueza: e embora façam demonstração de temer a Deus, contudo não trabalham para purgar este humor corrupto de seus corações. É por causa disso, na maior parte, que surgem as contendas entre marido e mulher. Se as esposas aprendessem neste ponto a ser sujeitas, muitos atritos, que de tempos em tempos surgem entre eles, seriam aplacados, se não evitados. Mical, a esposa de Davi (2 Samuel 6:20), e a esposa de Jó (Jó 2:10) [embora tenham dado justa ocasião para serem repreendidas da forma mais aguda, contudo] se levantarão em julgamento contra estas esposas, porque ficaram em silêncio depois de serem repreendidas, e não retrucaram. Salomão frequentemente intitula aqueles que não podem suportar a repreensão como escarnecedores (Provérbios

9:7,8): de modo que, por meio disso, as esposas mostram que são muito desdenhosas.

48. Da prontidão da esposa em corrigir o que seu marido justamente repreende nela. (Veja Tratado 4, Seção 35.)

Um grau adicional de obediência ao suportar a repreensão é que a esposa prontamente corrija o que é justamente repreendido por seu marido: digo justamente, porque onde não há falta, não há necessidade de emenda: a paciência pode ser necessária [como foi mostrado antes], mas não o arrependimento daquilo que não está errado. Mas onde algo está errado, deve haver uma correção. Raquel agiu mal ao trazer ídolos para a casa de seu marido (Gênesis 31:19): seu marido, ao ordenar a ela, entre outros, que afastassem seus deuses estranhos, repreendeu a todos. Sobre o que ela, com todos os demais, entregou a ele todos os seus deuses estranhos (Gênesis 35:2,4). Esta foi uma boa correção.

Uma repreensão pode ser justamente dada ou por um bom dever omitido, ou por uma coisa má cometida: e, conseqüentemente, deve ser a correção ou emenda. Um dever anteriormente omitido deve, após a repreensão, ser mais cuidadosamente observado e realizado, se for um dever contínuo e puder ser realizado novamente: caso contrário, a correção é um testemunho de verdadeira tristeza por aquela falta. Quando um mal é cometido, se algum meio puder ser usado para reparar o dano e corrigir o mal que se seguiu, deve ser feito: se não, a tristeza, como antes, deve ser testemunhada, e cuidado tomado para que o mesmo, ou algo semelhante, não seja cometido novamente.

Como uma boa consciência exige o mesmo de todos os cristãos, por quem quer que sejam repreendidos, assim o respeito

que a esposa deve ao marido exige isso de uma maneira especial. Caso contrário, sua falta é dobrada: 1. pela continuação em seu pecado; 2. pela desobediência ao seu marido.

Contrário é o espírito daquelas que, pela repreensão, tornam-se piores: sendo como aqueles escarnecedores [de quem Salomão fala] que odeiam aqueles que os repreendem (Provérbios 9:8). É a fala de algumas esposas que, se seus maridos as deixassem em paz, elas agiriam melhor: mas, sob repreensão, nunca emendarão: quanto mais seus maridos encontram falhas, mais elas prosseguirão fazendo o que fazem. Que outro julgamento pode ser dado de tais, senão aquele que o sábio dá: "há mais esperança do tolo do que delas" (Provérbios 26:12).

49. Do contentamento da esposa com o estado atual de seu marido. (Veja o Tratado 4, Seção 50. Sobre a submissão até aqui.)

O contentamento também é uma parte da obediência: ele diz respeito ao estado exterior e à capacidade de um homem, com os quais a esposa deve permanecer satisfeita e contente, seja ele elevado ou baixo, grande ou comum, rico ou necessitado, acima, igual ou abaixo daquele estado em que ela estava antes do casamento: sim, embora um homem tenha sido outrora grande em posses, se ele decair nelas e for reduzido a um estado humilde, ela deve permanecer contente. É isso que Jó sugere em sua resposta à esposa, dizendo: "receberemos o bem da mão de Deus, e não receberemos o mal?" (Jó 2:10). O mal de que ele fala era a perda de seus bens, servos e filhos, juntamente com outras misérias que Satanás, por permissão de Deus, infligiu sobre ele: o receber o mal de que ele fala era um permanecer contente com ele e um suportar paciente. O mal pode ser imposto

a qualquer um, e assim eles são forçados a suportá-lo: mas apenas o recebem aqueles que estão contentes com ele. Ora, no fato de ele usar o número plural [NÓS] e, falando à sua esposa, dizer ["não receberemos nós o mal"], ele mostra que sua esposa deveria, tanto quanto ele, ter permanecido contente naquele estado pobre e miserável: Pois

1. Sendo marido e mulher uma só carne, em virtude de sua união matrimonial, tanto a ascensão dele quanto o seu rebaixamento pertencem a ela: assim como ela sobe com ele, ela cai com ele. Portanto, assim como ela está disposta a ser elevada com ele, deve estar contente em ser humilhada com ele.
2. Se no momento do casamento o marido dela era de estado mais humilde do que ela, ela voluntariamente se colocou naquele estado humilde: pois a esposa aceita seu marido [como ele a ela] na alegria e na tristeza, na riqueza e na pobreza. E não deveria ela estar contente com seu próprio ato? Se após o casamento o estado dele decair e tornar-se mais humilde do que era, ela deve estar convencida de que por Deus assim foi ordenado, e que Deus visava à humilhação dela tanto quanto à dele: e, por isso, ela deve, em sua submissão obediente à providência soberana de Deus, ser paciente e contente: Jó sugere isso sob esta frase: "não receberemos nós o mal da mão de Deus?" e sob esta: "O Senhor o tirou".

O contentamento da esposa é um grande alívio para o marido que jaz sob uma cruz: e faz com que o fardo pareça muito mais leve do que seria de outra forma, se ao menos ele for um marido bondoso e afetado pela paixão de sua esposa, como deve

ser. Pois um marido amoroso, em cada angústia, fica mais perplexo por sua esposa do que por si mesmo.

50. Do descontentamento da esposa com o estado de seu marido.

Contrária é a impaciência e o descontentamento das esposas com a humildade e [como elas pensam] a baixeza do estado de seus maridos: o que se manifesta de muitas maneiras.

Algumas, quando se casam e descobrem que o estado de seus maridos é mais fraco do que imaginavam, arrependem-se de seu casamento e não hesitam em dizer aos seus maridos que, se soubessem antes que eles não eram homens melhores do que descobrem ser, eles não teriam sido maridos para elas. Nisso, primeiro, elas traem sua tola indiscrição ao dizerem, quando é tarde demais: "se eu tivesse pensado isso"; e, ao mesmo tempo, manifestam sua própria precipitação e falta de conselho, ao darem suas mãos e empenharem sua verdade àqueles que não conheciam. Se disserem que foram enganadas por seus amigos a quem confiaram, respondo que o casamento é um assunto demasiado importante para ser totalmente delegado à confiança de amigos: cada um que consente em se casar deve conhecer bem a parte a quem, neste caso, se entrega: e, acima de tudo, devem buscar direção, ajuda e bênção de Deus. Se, não obstante todos os meios que possivelmente pudessem usar, forem enganadas, devem olhar para Deus e contemplar Sua providência nisso: e pesar devidamente se o Senhor contrariou o desejo delas para a humilhação delas, ou para prova de sua paciência, sabedoria e outras graças semelhantes, ou então para desviá-las de alguns deleites vãos e mundanos aos quais estavam demasiadamente apegadas.

Outras, observando que o estado de seus maridos está decaído e desperdiçado, nunca buscam a ocasião, mas lançam toda a culpa sobre seus maridos e, com seus olhares descontentes, palavras apaixonadas e porte impaciente, tanto afligem os corações deles que tornam a cruz muito mais pesada do que seria de outra forma. Embora o estado devesse ser arruinado pela falta de economia de um marido, ainda assim a esposa deve olhar para a providência de Deus nisso, como foi notado antes.

Outras, desdenhando curvar-se e descer à condição atual de seus maridos, através de seu orgulho e vanglória, são um grande meio para tornar o estado dele muito pior: pois elas, enquanto por qualquer meio puderem obtê-lo, não diminuirão nada de suas roupas luxuosas, banquetes delicados, móveis ricos e outras coisas semelhantes, que são causas de grandes despesas para seus maridos: por meio disso também acontece frequentemente que os maridos são considerados mais ricos do que realmente são e, assim, tributações e encargos maiores do que podem suportar lhes são impostos pelo Rei, pelo País, pela Igreja, pelos Pobres e semelhantes.

Outras, por descontentamento, jazem longamente preguiçosas em suas camas, ou sentam-se ociosas quando estão de pé, e não se esforçam nem um pouco mais para soerguer e aumentar o estado de seus maridos: por meio do que Deus é provocado a enfraquecer cada vez mais os seus estados, para que possa punir ainda mais tal orgulho e preguiça nas esposas.

51. Dos casos em que a esposa não deve abster-se do que seu marido proíbe. (Veja o Tratado 4, Seção 26.)

Até aqui tratamos dos ramos distintos da sujeição da esposa. A limitação e a maneira de realizá-la seguem-se agora.

Para conhecer a limitação da obediência da esposa e a maneira como ela deve prestar sujeição ao seu marido, duas coisas devem ser consideradas:

1. O lugar do marido.
2. O lugar da esposa.

O lugar do marido é notado nesta frase: "como ao Senhor" (Efésios 5:22): por meio da qual se mostra que o marido, mesmo em virtude de seu lugar, está para sua esposa no lugar de Cristo: o que é estabelecido de forma ainda mais clara nestas palavras seguintes: "o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja" (v. 23).

O lugar da esposa é sugerido nestas palavras: "como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus próprios maridos" (v. 24): por meio do que fica claro que a obediência que a esposa presta ao seu marido deve ser tal obediência como a que a Igreja presta a Cristo.

Do lugar do marido, colho este fundamento geral sobre a sujeição da esposa: que a sujeição deve ser prestada ao marido como a Cristo, de onde seguirão duas conclusões, uma negativa, que é esta:

A esposa não deve prestar outra sujeição ao seu marido senão aquela que possa subsistir com sua sujeição a Cristo.

A primeira é uma condição necessária exigida de todos os inferiores em sua sujeição e obediência [como mostrei antes (veja o Tratado 1, Seção 6)], muito mais na sujeição da esposa

ao seu marido, porque existe, de todos os desiguais, a menor disparidade entre maridos e esposas (veja a Seção 4).

Daí, para o nosso propósito atual, colho estas outras duas conclusões mais particulares. A primeira das quais é esta: Se Deus ordena expressamente à esposa qualquer dever, e seu marido não quiser de modo algum dar consentimento para que ela o faça, mas a proibir, ela pode e deve fazê-lo sem ou contra o consentimento dele.

Duas cautelas devem ser cautelosamente observadas sobre esta conclusão:

Primeira: Que a esposa tenha certeza de que Deus lhe ordenou aquilo que ela faz sem ou contra o consentimento de seu marido. Se ela duvidar, então deve parar e abster-se até obter o consentimento dele. Quando dois casos opostos se encontram, e um é duvidoso, o outro claro e expresso: o caso duvidoso deve dar lugar ao mais evidente. Ora, a lei da sujeição é indefinida: "o teu desejo será sujeito ao teu marido" (Gênesis 3:16); sua extensão é geral: "em tudo"; a única reserva e exceção é "no Senhor"; portanto, se a esposa não tiver certeza de que aquilo que seu marido lhe proíbe é contra o Senhor, ela deve abster-se de fazê-lo.

A segunda cautela é que ela use todos os bons meios que puder para obter o consentimento de seu marido, antes de fazer, mesmo aquilo que é ordenado, contra o consentimento dele. Assim, ela testemunhará sua sujeição tanto a Deus quanto ao seu marido. A Deus, no fato de que nada pode impedi-la de cumprir Seu mandamento expresso: ela preferirá ofender seu marido a ofender a Deus, quando um deles deve necessariamente ser ofendido. Ao seu marido, no fato de que ela leva a questão ao

limite extremo e usa todos os meios que pode para evitar a ofensa dele, de modo que ele mesmo pudesse ver [se o deus deste mundo não lhe cegasse os olhos] que a ofensa de modo algum é dada por parte dela, mas meramente tomada por parte dele.

Para prova disso, é sem qualquer contradição verdade que a esposa não está obrigada a uma sujeição maior ao seu marido do que o súdito está ao Magistrado: mas um súdito não deve abster-se de um dever obrigatório ordenado por Deus porque seu governante o proíbe.

Veja o exemplo de Daniel, que diariamente fazia suas orações a Deus, embora o Rei tivesse feito um decreto solene de que ninguém fizesse qualquer petição a Deus ou homem por trinta dias, exceto ao rei (Daniel 6:7). Veja também os Apóstolos, que pregavam o Evangelho, embora fossem expressamente proibidos (Atos 4:18).

Embora a Escritura seja farta em oferecer exemplos da sujeição das esposas, ela é muito poupada em registrar exemplos daquelas que, em tais casos justificáveis, recusaram-se a ser sujeitas, para que as esposas não tomassem disso uma liberdade demasiadamente grande.

Alguns estão registrados, mas tais que são ou extraordinários, ou não justificáveis em todos os aspectos. O exemplo de Abigail foi extraordinário (1 Samuel 25:18) e, portanto, não imitável senão em casos extraordinários semelhantes.

O exemplo de Rebeca (Gênesis 27:6), que pode parecer um pouco mais pertinente, não deve ser justificado em todos os aspectos. Pois, embora a coisa que ela pretendia fosse, quanto à substância, muito boa e devesse ter sido feita, a saber, a bênção

de Jacó [pois Deus previu que a bênção pertencia a Jacó, ao dizer: "O maior servirá ao menor" (Gênesis 25:23)], contudo, porque ela não lembrou seu marido da palavra de Deus, nem trabalhou para persuadi-lo a cumprir a mesma, mas agiu de forma enganosa, ela não pode ser justificada nisso. Mas, no geral, este exemplo mostra que a palavra de Deus deve ser obedecida antes que a vontade de um marido.

Para melhor aplicação deste ponto, apresentarei alguns exemplos particulares condizentes com a palavra de Deus. Suponha que uma esposa bem instruída na verdadeira religião seja casada com um marido idólatra ou profano, e ele, sem qualquer causa justa, a proíba de ir à Igreja, especialmente nos dias do Senhor, de orar em sua língua, de ler a palavra, de ensinar aos seus filhos os princípios da religião, de restituir aquilo que ela obteve injusta e fraudulentamente, e coisas semelhantes; ela pode e deve fazê-los, não obstante a proibição.

Objeção: Por que a doação de esmolas não pode ser contada entre estas?

Resposta 1: Porque o marido tem um poder maior sobre os bens do que sobre estas coisas. 2. Porque a doação de esmolas não é simplesmente ordenada a todos, mas àqueles que têm com que dar: mas estas coisas são simplesmente ordenadas a todos.

52. Dos casos em que a esposa deve abster-se do que seu marido exige.

A outra conclusão particular é esta: que

Se um marido exigir que sua esposa faça aquilo que Deus proibiu, ela não deve fazê-lo. Duas cautelas semelhantes às anteriores devem ser igualmente observadas sobre este ponto.

Primeira: Que ela tenha certeza [sendo verdadeiramente informada pela palavra de Deus] de que aquilo que ela se recusa a fazer ao comando de seu marido é proibido por Deus.

Segunda: Que ela primeiro trabalhe com toda a mansidão e por todos os bons meios que puder para dissuadir seu marido de instar e pressionar sobre ela aquilo que, com uma boa consciência, ela não pode fazer.

Uma prova semelhante pode ser trazida para isto como foi para a anterior: pois sabemos que uma esposa não está obrigada a uma sujeição maior ao seu marido do que um filho está a um pai: mas um filho pode, no caso proposto, abster-se de fazer aquilo que seu pai exige e lhe ordena fazer: veja o exemplo aprovado de Jônatas, que se recusou a levar Davi a Saul para ser morto, embora seu pai lhe tivesse ordenado fazê-lo (1 Samuel 20:31). Eu poderia também exemplificar o mesmo nos súditos e servos de Saul, que se recusaram a matar os Sacerdotes do Senhor ao seu comando (1 Samuel 22:17). Embora o marido não seja contado em particular entre aqueles a quem somos proibidos de ouvir se nos incitarem à idolatria, contudo, pela regra da relação, ele está implícito e, por consequência justa, colhido desta cláusula: "o teu amigo, que é como a tua própria alma" (Deuteronômio 13:6); pois quem é tão querido quanto um marido?

Para exemplificar isto em alguns detalhes como fiz com a anterior: se um marido ordenar à sua esposa que vá à Missa, a uma peça de teatro, que jogue dados, que prostitua seu corpo à impureza, que ande vestida de forma espalhafatosa e meretrícia, que venda com pesos falsos, medidas curtas ou semelhantes, ela não deve fazê-lo.

53. Das falhas das esposas em mostrar mais respeito aos seus maridos do que a Deus.

Contrária a esta limitação é, por um lado, uma disposição bajuladora e lisonjeira de tais esposas que buscam agradar aos seus maridos de modo que não se importam em desagradar a Deus [Jezabel era uma dessas; para agradar ao seu marido, de forma mui perversa, ela tramou a morte de Nabote (1 Reis 21:7)] e, por outro lado, um coração desfalecido e temeroso que as faz temer seus maridos mais do que temem a Deus. A boa Sara, aquele digno precedente de boas esposas em outras coisas, falhou um pouco nisto (Gênesis 12:13). Se as esposas considerassem devidamente e sempre se lembrassem de que têm um marido [a saber, Cristo] no céu, bem como na terra, e que existe uma diferença maior entre aquele e este marido do que entre o céu e a terra, e que tanto ao dar recompensa quanto ao tomar vingança não há comparação entre eles, o cuidado delas em agradar, ou o temor de ofender seu marido no céu, seria muito maior do que o de agradar ou ofender seu marido na terra: se algo lhes fosse ordenado ou proibido por seus maridos na terra contra Cristo, elas diriam: "Se eu fizer isto, ou me abster daquilo, estaria agindo com falsidade contra minha própria alma; pois nada pode ser escondido de meu marido no céu: sim, eu estaria nisto obedecendo a Satanás, antes que a Deus".

54. Da maneira da sujeição da esposa ao seu marido.

A segunda conclusão geral sobre a maneira da sujeição da esposa, que foi colhida do lugar do marido, era esta: que

A esposa deve sujeitar-se ao seu marido daquela maneira que ela sujeitaria ou deveria sujeitar-se a Cristo. A partícula "Como" nesta cláusula ["como ao Senhor"] importa isso.

Esta mesma conclusão é também inferida do lugar da esposa: no mesmo lugar em que a Igreja está para Cristo, a esposa está para o marido: portanto, tal sujeição como a que a Igreja presta a Cristo, deve a esposa prestar ao seu marido (Efésios 5:24); o que as próprias palavras do Apóstolo afirmam expressamente. Ora, sabemos que cada esposa cristã, em seu particular, deve prestar aquela obediência a Cristo que a Igreja em geral presta: portanto, ela também deve prestar tal sujeição ao seu marido como prestaria a Cristo.

Pergunta: E se um marido for um inimigo de Cristo? Deve tal sujeição ser prestada a um inimigo de Cristo como ao próprio Cristo? (Veja a Seção 5.)

Resposta: Sim: porque em seu ofício ele está no lugar de Cristo, embora em seu coração seja um inimigo. Neste caso, a sabedoria, a paciência e a obediência de uma esposa serão melhor provadas. Nota-se da Igreja que ela é "um lírio entre os espinhos" (Cânticos 2:2). Ela permanece como um lírio, branca, macia, agradável, amável, embora esteja unida a espinhos, que são retorcidos, picantes, agudos: assim, a esposa deve ser branda, mansa, gentil, obediente, embora esteja casada com um marido torto, perverso, profano e ímpio: assim sua virtude e graça brilharão mais claramente, assim como as estrelas brilham mais intensamente na noite mais escura. Entre as esposas, Abigail merece grande louvor, pois não esqueceu seu dever, embora estivesse casada com um sujeito grosseiro, avarento e bêbado, um verdadeiro Nabal em nome e em atos. Quanto àquelas que tomam ocasião da maldade de seus maridos para negligenciar seu dever, elas acrescentam à sua cruz uma maldição: pois ter um marido ruim é uma cruz, mas ser uma esposa ruim é um pecado, que atrai uma maldição. Que as

esposas, portanto, desviem seus olhos da disposição da pessoa de seu marido para a condição de seu lugar: e, em virtude disso, vendo que ele carrega a imagem de Cristo, sejam sujeitas a ele como ao Senhor.

Esta conclusão geral poderia ser aplicada tanto à matéria da sujeição quanto à maneira, pois a Igreja reconhece Cristo como seu superior, teme-O interiormente, reverencia-O exteriormente, obedece-Lhe também tanto ao abster-se de fazer o que Ele proíbe quanto ao fazer o que Ele ordena; pontos estes que, tendo sido anteriormente tratados de forma distinta e ampla e aplicados às esposas, não repetirei. Portanto, para insistir agora apenas na maneira, existem quatro virtudes que são especialmente necessárias para isso, com as quais a Igreja tempera sua sujeição a Cristo, e as esposas também podem e devem temperar sua sujeição aos seus maridos.

Estas são as quatro: 1. Humildade, 2. Sinceridade, 3. Alegria, 4. Constância.

55. Da humildade da esposa em cada dever. (Veja o Tratado 4, Seção 15.)

A humildade é aquela graça que impede alguém de pensar de si mesmo mais alto do que convém: e, em razão daquela concepção modesta que tem de si mesmo, faz com que pense reverente e elevadamente dos outros: de modo que, se a humildade estiver colocada no coração da esposa, ela a fará pensar melhor de seu marido do que de si mesma e, assim, a tornará mais disposta a prestar toda a sujeição a ele. O Apóstolo a exige de todos os cristãos como um tempero geral para todos os outros deveres (Filipenses 2:3; Efésios 4:2): mas, de uma maneira peculiar, ela é necessária para os inferiores: acima de tudo para as esposas,

porque existem muitas prerrogativas pertencentes ao seu lugar que podem logo fazê-las pensar que não devem ser sujeitas, a menos que sejam humildes de mente. (Veja a Seção 4.) Que a Igreja tempera sua sujeição com isso é claro pelo livro de Cânticos, onde frequentemente ela reconhece sua própria baixaza e a excelência de seu esposo.

Portanto, assim como a Igreja é humildemente sujeita a Cristo, assim sejam as esposas aos seus maridos.

56. Do orgulho da esposa.

Contrário é o orgulho, que infla as esposas e as faz pensar que não há razão para serem sujeitas aos maridos; elas podem governar a si mesmas muito bem, sim, e governar seus maridos também, tão bem quanto seus maridos as governam. Não há vício mais pestilento para um inferior do que este: é a causa de toda rebelião, desobediência e deslealdade: "da soberba só provém a contenda" (Provérbios 13:10).

57. Da sinceridade da esposa em cada dever. (Veja o Tratado 4, Seção 63.)

A sinceridade é aquela graça que faz alguém ser por dentro, em verdade, o que por fora parece ser na aparência. Esta é aquela "singeleza de coração" que é expressamente exigida dos servos e pode ser aplicada às esposas, pois de fato pertence a todos os tipos (Efésios 6:5). Porque ela é discernida apenas pelo Senhor, que é o esquadrinhador de todos os corações (Atos 1:24), ela moverá a esposa a ter um olho n'Ele em tudo o que faz e a esforçar-se para aprovar-se a Ele acima de tudo: portanto, a integridade e o caminhar diante de Deus são frequentemente unidos: aquele que é íntegro certamente caminhará diante de Deus, isto é, esforçar-se-á para aprovar-se a Deus, como Noé fez

(Gênesis 6:9) e como Deus ordenou a Abraão que fizesse (Gênesis 17:1).

Embora não houvesse outro motivo no mundo para movê-la à sujeição, contudo, por motivo de consciência para com Cristo, ela deveria prestá-la. São Pedro testifica das santas mulheres que elas "esperavam em Deus e eram sujeitas a seus próprios maridos" (1Pe 3:5): sugerindo com isso que a consciência delas para com Deus as fazia ser sujeitas aos seus maridos: não foi a sujeição de Sara temperada com sinceridade, quando dentro de si mesma, em seu coração, ela chamou seu marido de Senhor? (Gênesis 18:12).

Grande razão há para que as esposas devam, em sinceridade, sujeitar-se: pois

1. Em sua sujeição, mesmo aos seus maridos, elas têm a ver com Cristo, em cujo lugar seus maridos estão: de modo que, embora seus maridos, que são apenas homens, vejam apenas a face e o comportamento exterior, Cristo vê o coração e a disposição interior delas: embora seus maridos vejam apenas as coisas que elas fazem diante de seus olhos, e possam ouvir apenas sobre tais coisas que são feitas diante de outros: contudo Cristo vê e conhece as coisas que são feitas nos lugares mais secretos que possam existir, quando nenhuma criatura além delas mesmas está a par disso: Ora, admita-se que em seu porte exterior elas deem muito bom contentamento aos seus maridos e os agradem de todas as formas, contudo, se a sinceridade faltou, com que rosto podem elas aparecer diante de Cristo? Ele tomará outro tipo de conta delas: diante de Cristo, todo o seu cumprimento exterior não lhes servirá de nada.

2. Nisso reside uma diferença principal entre as esposas verdadeiras, cristãs e religiosas, e as mulheres meramente naturais: estas podem ser sujeitas por interesses secundários, a saber, para que seus maridos as amem mais, ou vivam de forma mais quieta e pacífica com elas, ou para que possam obter mais prontamente o que desejam das mãos de seus maridos, ou por medo do descontentamento e da ira de seus maridos, sabendo que ele é um homem irado e furioso, de modo que, de outra forma, poderia ser pior para elas, poderiam carecer de muitas coisas necessárias ou receber muitos golpes dolorosos se não fossem sujeitas. Mas as outras têm respeito à ordenança de Cristo, pela qual seus maridos são feitos suas cabeças, e à Sua palavra e vontade, pela qual lhes é ordenada a sujeição. Assim as santas mulheres se sujeitavam (1Pe 3:5); elas não podem ser santas se não se sujeitarem assim: pois este é um perfume doce que envia um bom aroma às narinas de Cristo e torna as coisas que fazemos agradáveis e aceitáveis a Ele.
3. O benefício desta virtude estar plantada no coração da esposa é muito grande, tanto para o seu marido quanto para ela mesma. Para o seu marido, no fato de que a fará manifestar seu respeito por ele diante de outros, pelas costas dele, bem como diante dele mesmo em sua presença: e também a tornará fiel a ele e cuidadosa em fazer a vontade dele onde quer que ele esteja, com ela ou longe dela. Para ela mesma, no fato de que lhe ministrará um doce conforto interior, embora seu marido não tome conhecimento de sua sujeição, ou a interprete mal, ou a retribua mal; pois ela poderá dizer como Ezequias disse: "Lembra-te, Senhor, de que andei diante de ti em verdade

e com coração perfeito, e fiz o que era reto aos teus olhos" (Isaías 38:3).

Que a Igreja tempera toda a sua sujeição com sinceridade é claro, no fato de que ela é dita ser "toda gloriosa por dentro" (Salmos 45:13): [não há glória por dentro sem sinceridade] e no fato de que frequentemente ela é dita buscar "aquele a quem a sua alma amava" (Cânticos 3:1,2): se sua alma o amava, em sinceridade de coração ela era sujeita a ele: Portanto, assim como a Igreja é sinceramente sujeita a Cristo, assim sejam as esposas aos seus maridos.

58. Da sujeição complementar da esposa.

Contrária à sinceridade é a dissimulação e a mera sujeição exterior, complementar: quando a esposa até despreza seu marido em seu coração, como Mical fez com Davi (2 Samuel 6:16), e contudo mantém uma face amável diante dele, como aquela mulher adúltera, que "come, e limpa a sua boca, e diz: Não cometi maldade" (Provérbios 30:20). Salomão estabelece como nota de uma esposa perversa o "lisonjear com as suas palavras" (Provérbios 2:16). Embora tal esposa realizasse todos os deveres nomeados antes, contudo todos eles seriam nada para Deus, se fossem feitos com um coração duplo, e não em singeleza de coração. Pois, assim como muitas imperfeições exteriores são perdoadas por Deus onde a sinceridade existe, nenhuma ação exterior é aceita por Ele, embora pareça nunca tão bela, onde não há sinceridade.

59. Da alegria da esposa em cada dever. (Veja o Tratado 4, Seções 65 e 74.)

A alegria é mais aparente do que a sinceridade e torna a sujeição mais agradável não apenas a Deus, mas também ao homem, que pelos efeitos dela pode facilmente discerni-la.

Para Deus, como Ele mesmo faz todas as coisas de boa vontade e com alegria, assim Ele espera que Seus filhos nisso O sigam e, com isso, mostrem-se Seus filhos. "Deus ama ao que dá com alegria" (2Co 9:7): não apenas um doador alegre de esmolas, mas de todo dever para com Deus e o homem.

Para os homens, isso faz com que eles também aceitem muito melhor qualquer dever quando observam que ele é feito com alegria: isso até arrebatou Davi de alegria, ao ver seu povo oferecer seus dons voluntariamente ao Senhor (1 Crônicas 29:9): quando um marido vê sua esposa realizar seu dever de boa vontade e com alegria, isso não pode senão despertar amor nele. Esta alegria manifesta-se por uma realização pronta, rápida e veloz de seu dever. A prontidão de Sara em obedecer mostra que o que ela fez, fez de boa vontade.

Que assim a Igreja se sujeita a Cristo é evidente pelo que Davi diz: "O teu povo se apresentará voluntariamente no dia do teu poder" (Salmos 110:3). Portanto, assim como a Igreja é alegremente sujeita a Cristo, assim sejam as esposas aos seus maridos.

60. Da obediência carrancuda e forçada da esposa.

Contrária a esta alegria é a disposição carrancuda de algumas esposas, que de fato serão sujeitas aos seus maridos e obedecerão, mas com um semblante tão caído e azedo, com tanto amuo e murmuração, que entristecem seus maridos mais na maneira do que podem ser agradados com a coisa em si que fazem: nisso elas se mostram como uma vaca amaldiçoada que,

tendo dado um belo balde de leite, derruba tudo com o calcanhar, e assim verificam o provérbio: "Tanto faz nunca ter feito, quanto não ter feito melhor". Tal sujeição é, em verdade, nenhuma sujeição; ela não pode ser aceitável a Deus, nem proveitosa aos seus maridos, nem confortável às suas próprias almas.

61. Da constância da esposa em seu dever. (Veja o Tratado 4, Seção 72.)

A constância é uma virtude que torna todas as outras perfeitas e coloca a coroa sobre elas; sem a qual elas não são nada. Esta está naquelas que, depois de terem começado bem, continuam a fazer o bem até o fim e, com isso, colhem o fruto de tudo. Ela diz respeito tanto à continuação sem intermissão quanto à perseverança sem revolta e desistência total. De modo que não basta ser sujeita por impulsos e momentos: ora prestando toda boa obediência, ora sendo obstinada e rebelde: nem é suficiente em tempos passados ter sido uma boa esposa e depois tornar-se má: mas deve haver um progresso diário e um manter-se de tempos em tempos, enquanto marido e mulher viverem juntos. Esta graça estava naquela de quem se diz: "Ela lhe faz bem, e não mal, todos os dias da sua vida". Tais foram todas as santas esposas elogiadas na Escritura: entre outros detalhes, faz-se menção da esposa de Fineias que, em seu leito de morte, mostrou o respeito reverente e bom que dedicava ao seu marido, embora ele fosse um homem ímpio e perverso (1 Samuel 4:21). Esta graça a Igreja adiciona a todas as suas outras virtudes; ela em todas as partes de sua sujeição permanece constante e fiel até a morte, pelo que acontece que, ao final, ela recebe a recompensa de sua santa obediência, que é a plena e perfeita comunhão e companheirismo com seu esposo Cristo Jesus no céu. Em relação à sua constância inabalável, diz-se que "as portas do

inferno não prevalecerão contra ela" (Mateus 16:18). Portanto, assim como a Igreja é constantemente sujeita a Cristo, assim sejam as esposas aos seus maridos.

62. Das esposas que se arrependem de sua bondade anterior.

Contrária a esta Constância é, primeiro, a intermissão do dever, um retornar a ele e um deixá-lo por turnos: como alguém que está doente de uma febre intermitente, ora bem, ora mal, ora quente, ora frio. Esse cessar às vezes tira toda a virtude, graça e glória do fazer às vezes. Além disso, é vinte para um que, através da corrupção da natureza, essa diversidade e intercurso de acessos ao final cessará e terminará no pior. É muito provável que Mical fosse uma dessas: pois ora ela se mostrava tão cheia de respeito por Davi que, por causa dele, incorreu no descontentamento do Rei, seu pai (1 Samuel 19:11); ora em seu coração ela o desprezava e com sua língua o insultava (2 Samuel 6:16,20).

Contrária também à mencionada Constância é a Apostasia, isto é, um abandono total do antigo bom curso, como se a esposa se arrependesse de seu antigo bom começo. Tal é aquela de quem se diz que "deixa o guia da sua mocidade e se esquece da aliança do seu Deus". Por tudo o que lemos em contrário, a esposa de Jó foi uma dessas. E tais são muitas que em seus anos mais jovens, enquanto seus pais religiosos viviam [como Joás enquanto o velho e bom Joiada vivia (2 Crônicas 24:2)], comportaram-se muito bem, como boas esposas zelosas, mas, tendo chegado a anos mais maduros, tornaram-se também tão obstinadas e rebeldes como se se arrependessem totalmente de seu antigo bom começo. Esta revolta surge às vezes do mau conselho de comadres perversas, e às vezes de seu próprio humor orgulhoso. Posso dizer da sujeição dessas esposas o que

o Profeta diz da justiça dos que se revoltam: "da sua sujeição não se terá memória, mas na sua rebelião morrerão" (Ezequiel 18:24). Portanto, assim como a Igreja é sujeita a Cristo, sejam as esposas aos seus maridos.

63. Da extensão da obediência da esposa. (Veja Tratado 4, Seção 26.)

A extensão da sujeição da esposa [que resta agora ser tratada] é estabelecida sob estes termos gerais [em tudo], os quais não devem ser tomados de forma tão geral como se não admitissem restrição ou limitação, pois então contradiriam cautelas como estas: no temor do Senhor, como ao Senhor, no Senhor (Efésios 5:21,22; Colossenses 3:18). Pois o homem é tão corrupto por natureza, e de uma disposição tão perversa, que frequentemente deseja e ordena aquilo que é contrário à vontade e ao mandamento de Deus; quando ele o faz, aquele princípio cristão estabelecido como um caso resolvido pelo Apóstolo deve prevalecer: importa antes obedecer a Deus do que aos homens (Atos 5:29).

Pergunta: Por que, então, esta extensão é estabelecida em termos tão gerais?

Resposta 1: Para ensinar às esposas que não lhes basta obedecer aos seus maridos em algumas coisas, conforme elas mesmas julguem adequado, mas em todas as coisas, quaisquer que sejam, nas quais o marido, em virtude de sua superioridade e autoridade, tem poder para comandar sua esposa. Assim, esta extensão geral não exclui a vontade de Deus, mas a vontade da esposa. Ela nada pode fazer contra a vontade de Deus; mas muitas coisas deve fazer contra a sua própria vontade, se o seu marido assim o exigir.

Para mostrar que a autoridade e o poder do marido são muito amplos: não têm restrição senão o comando contrário de Deus, do qual, se a esposa não estiver segura, deve ceder à vontade de seu marido.

64. Do esforço da esposa em inclinar seu julgamento ao de seu marido. (Veja Tratado 4, Seções 28 e 29.)

Dessa extensão, colho estas duas conclusões:

1. A esposa deve esforçar-se para alinhar seu julgamento e vontade aos de seu marido.
2. Embora em seu julgamento ela não consiga considerar como o mais adequado aquilo que seu marido exige, ainda assim deve ceder a isso na prática.

Na primeira delas, não digo simplesmente que a esposa está obrigada a dobrar seu julgamento à inclinação do de seu marido; pois ele pode estar enganado em seu julgamento, e ela pode ver o erro dele, e então, a menos que seu entendimento fosse cegado, ela não poderia conceber como verdadeiro aquilo que ele julga ser assim. Mas falo de esforço [quando ela não tem fundamentos seguros e inegáveis em contrário] para suspeitar de seu próprio julgamento quando este é contrário ao de seu marido, e pensar que ela pode estar em erro, e, conseqüentemente, não ser muito peremptória e resoluta em contradizer a opinião de seu marido. Esta submissão, mesmo de seu julgamento, respeita não apenas coisas necessárias, para as quais seu marido tem uma garantia expressa e determinada nas Escrituras, mas também coisas duvidosas e indiferentes: pois até aí se estende esta cláusula [em tudo]; e a sujeição da esposa respeita não apenas sua prática, mas também seu julgamento e opinião; os quais, se ela puder alinhar à legalidade e conveniência daquilo que seu

marido exige, ela o realizará com muito mais alegria. Para este propósito [conforme entendo] pode ser aplicada aquela exortação do Apóstolo às mulheres, para que aprendam em silêncio, com toda a sujeição (1Tm 2:11): o que, embora se refira principalmente ao aprendizado na Igreja, não exclui o aprendizado em casa com seu marido: pois nas palavras seguintes ele acrescenta: não permito que a mulher use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio.

65. Do conceito excessivo das esposas sobre sua própria sabedoria.

Contrária é a presunção de tais esposas que se julgam mais sábias que seus maridos e capazes de julgar os assuntos melhor do que eles. Não nego que uma esposa possa ter mais entendimento que seu marido: pois alguns homens são muito ignorantes e obtusos; e, por outro lado, algumas mulheres são bem instruídas e, por isso, alcançaram uma grande medida de conhecimento e discrição; mas muitas, embora tenham maridos de entendimento suficiente e bom, homens sábios e discretos, ainda assim pensam que aquilo que uma vez conceberam como verdade deve necessariamente sê-lo: e tal é a sua peremptoriedade, que não se deixam levar a pensar que podem errar: mas dizem que nunca serão levadas a pensar de modo diferente do que pensam, ainda que todos os maridos do mundo tivessem outra opinião: não muito diferente do tolo do homem sábio, que se julga mais sábio do que sete homens que sabem dar uma resposta ponderada (Provérbios 26:16).

66. Da submissão da esposa ao seu marido em coisas que ela não considera as mais adequadas. (Veja Tratado 4, Seção 27.)

A última conclusão, relativa à submissão da esposa na prática àquilo que seu marido exige, embora ela não consiga alinhar seu julgamento para pensar como ele sobre a conveniência disso, diz respeito a coisas indiferentes, a saber, àquelas que em seus detalhes não são nem ordenadas nem proibidas por Deus: como os assuntos externos da casa, sua ordenação, disposição de bens, recepção de hóspedes, etc.

Pergunta: Não pode ela argumentar com seu marido sobre tais assuntos que considera inadequados, e esforçar-se para persuadir seu marido a não persistir na insistência disso, sim, esforçar-se para levar seu marido a ver a inadequação [como ela pensa] daquilo que ela vê?

Resposta: Com modéstia, humildade e reverência, ela pode fazê-lo: e ele deve ouvi-la, como fez o marido da Sunamita (2 Reis 4:23,24), mas, contudo, se, apesar de tudo o que ela possa dizer, ele persistir em sua resolução e quiser que seja feito, ela deve ceder.

Primeiro, sua sujeição é mais manifestada em tais casos: nisto ela demonstra claramente que o que faz, faz em respeito ao lugar e ao poder de seu marido: não fosse por isso, ela não o faria. Outras coisas não são provas tão evidentes de sua sujeição ao marido: pois se ele lhe ordena fazer o que Deus expressamente ordenou, e assim ela deve fazê-lo, quer seu marido ordene ou não, pode-se pensar que ela o faz pelo comando de Deus, e não pelo de seu marido. Se seu marido lhe ordena fazer o que Deus expressamente proibiu, então ela de modo algum deve ceder a isso: se o fizer, pode antes ser chamado de uma conspiração conjunta de marido e mulher contra a vontade de Deus [como São Pedro disse a Safira, esposa de Ananias: Por que é que entre vós vos concertastes para tentar o

Espírito do Senhor? (Atos 5:9)] do que sujeição à imagem de Deus em seu marido.

Segundo, sua submissão em coisas indiferentes contribui muito para a paz da família, assim como os súditos cedendo aos seus Magistrados em tais casos contribui muito para a paz da República. Pois em diferenças e dissensões um lado deve ceder, ou então um grande mal provavelmente se seguirá: ora, dos dois, quem deveria ceder senão o inferior?

67. Das esposas que fazem de sua própria vontade a sua lei.

Contrário é o costume de muitas esposas, que nunca farão nada além do que elas mesmas julgam adequado, por mais que seus maridos o exijam: certamente elas ficam muito aquém desta extensão apostólica [em tudo], embora aos seus próprios olhos possam parecer muito sujeitas. Mas quando as esposas não se sujeitam além do ponto em que seus próprios julgamentos, vontades e afetos concordam com os de seus maridos, o que se pode pensar senão que elas estão sujeitas antes às suas próprias vontades do que à vontade de seus maridos? Muitas dessas esposas, a partir da menor diferença de julgamento e opinião, mesmo nos menores assuntos, tomam ocasião para recusar a sujeição, e pensam que têm justificativa suficiente para fazê-lo: de onde muitas vezes surge muita contenda, cuja culpa recai especialmente sobre o pescoço da esposa, embora a ocasião possa surgir do marido: e creio que as próprias esposas julgariam assim em casos semelhantes entre elas e seus filhos.

68. Do cuidado em escolher maridos aos quais as esposas possam se sujeitar sem pesar. (Veja Tratado 2, Parte 1, Seção 11.)

Objeção: Se o caso é tal entre marido e mulher, não é bom casar.

Resposta: Esta não é uma boa inferência; pois toda a aparente dureza do caso de uma esposa está na perversidade de um marido que abusa de seu lugar e poder, e não naquela sujeição que é exigida por Deus. Pois se um marido se comporta com sua esposa como Deus exige, ela descobrirá que seu jugo é suave e sua sujeição um grande benefício até para si mesma. Portanto, eu exortaria as partes que não são casadas, sejam donzelas ou viúvas, a serem muito cuidadosas em sua escolha de maridos: e em sua escolha respeitarem, acima de tudo, suas boas qualidades e condições, portando neles a imagem de Cristo, bem como em seu ofício e autoridade: para que suas esposas possam, com alegria e conforto, e não com pesar e angústia, estar sujeitas a eles. A sujeição provará ser uma aflição quando o marido for um homem ignorante, profano, idólatra, mundano e ímpio: as esposas de tais maridos são frequentemente levadas a muitos apertos. Vós, viúvas e donzelas que estais livres, não sejais excessivamente livres e apressadas em dar vosso consentimento a quem não conheceis: entre outros motivos, pensai frequentemente neste ponto da sujeição, ao qual todas as esposas estão obrigadas: digo isto tanto sobre os diversos ramos quanto sobre a extensão da mesma. Depois de casadas, é em vão pensar em liberdade da sujeição. Ao aceitarem maridos e se entregarem para serem esposas, vós vos vinculais à lei do homem enquanto ele viver. Então, conforme desejais ser aceitas por Deus e encontrar misericórdia e conforto da parte dele, deveis carregar este jugo, por mais pesado e penoso que pareça ser.

69. Das razões para motivar as esposas a cumprirem seus deveres.

Até aqui tratamos dos deveres das esposas: as razões observadas pelo Apóstolo para reforçar esses deveres seguem-se agora. Elas estão estabelecidas nestas palavras:

Efésios 5:22-24. Como ao Senhor. Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da Igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. De sorte que, assim como a Igreja está sujeita, etc.

O fundamento principal de todas as razões que o Apóstolo aqui sugere é tirado do lugar em que Deus colocou o marido, o qual é primeiro, por consequência, implícito nestas palavras, como ao Senhor: e então mais clara e diretamente expresso nestas, o marido é a cabeça da mulher. A partícula prefixada a estas palavras [porque] sendo uma conjunção causal, mostra que elas são aqui postas como uma razão, que é primeiro proposta sob uma metáfora [cabeça] e depois ampliada por aquela semelhança que o marido tem nisto com Cristo [assim como Cristo, etc.], semelhança esta que é ainda mais recomendada pela virtude e benefício que procede da liderança de Cristo propriamente, e de um marido também por consequência, nestas palavras [e é o Salvador do corpo]. Sobre a semelhança do marido com Cristo, ele infere que a esposa deve ter uma semelhança com a Igreja, e assim conclui: Portanto, assim como a Igreja está sujeita a Cristo, assim também as mulheres sejam em tudo sujeitas a seus próprios maridos.

Do fundamento mencionado da sujeição da esposa, e das diversas ampliações do mesmo, e da inferência feita sobre ele, cinco razões diversas e distintas podem ser colhidas para reforçar a sujeição da esposa ao seu marido.

A primeira é tirada do lugar do marido: ele está no lugar do Senhor para sua esposa [como ao Senhor]. A segunda, de seu ofício: ele é uma cabeça para sua esposa. A terceira, da imagem que ele carrega, ou da semelhança entre ele e Cristo [assim como Cristo, etc.]. A quarta, do benefício que sua esposa recebe dele [ele é o Salvador, etc.]. A quinta, do exemplo e modelo da Igreja [assim como a Igreja está sujeita, etc.].

70. Do lugar do marido.

O lugar em que Deus colocou o marido, assim como serve para dirigir a esposa na maneira de sua sujeição, da qual falei antes (veja Seção 51), também serve para motivar a esposa a prestar tal sujeição como a exigida; o que aparecerá evidentemente por estas duas conclusões que dele decorrem:

1. A esposa, ao sujeitar-se ao seu marido, nisto está sujeita a Cristo.
2. A esposa, ao recusar sujeitar-se ao seu marido, nisto recusa sujeitar-se a Cristo.

Que estas duas conclusões são correta e justamente colhidas do fundamento mencionado, eu o provo por conclusões semelhantes que o Espírito Santo infere sobre fundamento semelhante. É evidente que Cristo Jesus, mesmo encarnado e feito carne, estava no lugar e posição de seu Pai, sobre o que Cristo disse a Filipe, que desejava ver o Pai: quem me vê a mim vê o Pai (João 14:9). Agora notem o que Cristo daí infere, tanto de um lado [quem me recebe a mim, recebe aquele que me enviou (Mateus 10:40)] quanto do outro [quem não honra o Filho, não honra o Pai que o enviou (João 5:23)]. É também evidente que os Ministros do Evangelho estão no lugar e posição de Cristo: pois assim diz o Apóstolo de si mesmo e de outros

Ministros: somos embaixadores da parte de Cristo, como se Deus por intermédio de nós vos exortasse. Rogamo-vos, pois, da parte de Cristo, etc. Agora notem novamente as conclusões inferidas por Cristo sobre isso: de um lado, quem vos ouve a vós, a mim me ouve; e de outro, quem vos rejeita a vós, a mim me rejeita (Lucas 10:16). Foi sobre este fundamento que Deus disse a Samuel, a respeito do povo que rejeitou seu governo: não te rejeitaram a ti, mas a mim (1 Samuel 8:7).

Para aplicar esta razão, espero que tais esposas que vivem sob o Evangelho tenham tanta religião e piedade em si para reconhecer que lhes convém bem estar sujeitas ao Senhor Cristo Jesus: aqui, então, aprendam uma parte especial e principal da sujeição a Cristo, que é ser sujeita aos vossos maridos: assim demonstrareis serdes esposas do Senhor Cristo, como o Apóstolo diz dos servos obedientes: eles são servos de Deus (1Pe 2:16).

Novamente, espero que ninguém seja tão desprovido de toda religião e piedade a ponto de recusar estar sujeito a Cristo: aqui, então, notem que, se deliberadamente recusais estar sujeitas aos vossos maridos, deliberadamente recusais estar sujeitas a Cristo: adequadamente, sobre este fundamento, posso aplicar às esposas o que o Apóstolo diz dos súditos: quem resiste à autoridade do marido, resiste à ordenança de Deus; e os que resistem trarão sobre si mesmos condenação (Romanos 13:2).

Um forte motivo é este primeiro motivo. Se fosse devidamente considerado pelas esposas, elas estariam mais pronta e alegremente sujeitas do que muitas estão; não pensariam tão levemente no lugar de seus maridos, nem falaria tão reprovavelmente contra os Ministros de Deus que claramente declaram o dever delas, como muitas fazem.

71. Do ofício do marido.

A segunda razão é semelhante a esta, tirada do ofício do marido: ele é a cabeça da mulher (1Co 11:3), o que também é instado para este mesmo propósito em outros lugares.

Esta metáfora mostra que para sua esposa ele é como a cabeça de um corpo natural, tanto mais eminente em lugar quanto mais excelente em dignidade: em virtude de ambos, ele é um guia e governante de sua esposa. A natureza nos ensina que isso é verdade para a cabeça de um corpo natural, e o Apóstolo, ao intitular o marido como cabeça, ensina-nos que é igualmente verdadeiro para o marido: de onde se segue que condiz com a equidade comum e com a luz da natureza que a esposa seja sujeita ao seu marido. Este argumento o Apóstolo insta em termos claros em outro lugar, dizendo: ou não vos ensina a própria natureza, etc. (1Co 11:14).

Ide, portanto, ó esposas, à escola da natureza, olhai para as partes externas e membros de vossos corpos. Desejam eles estar acima da cabeça? Estão relutantes em estar sujeitos à cabeça? Que vossa alma, então, aprenda com vosso corpo. Não seria monstruoso se o lado fosse elevado acima da cabeça? Se o corpo não estivesse sujeito à cabeça, não se seguiria a destruição da cabeça, do corpo e de todas as suas partes? Tão monstruoso, e muito mais monstruoso, é uma esposa estar acima de seu marido: e tão grande, sim, e maior perturbação e ruína cairia sobre aquela família. A ordem que Deus nela estabeleceu seria totalmente subvertida por isso: e aqueles que a subvertem se mostrariam opositores da sabedoria de Deus ao estabelecer a ordem. Esta razão extraída da natureza tem força para mover até pagãos e selvagens a prestarem sujeição; quanto mais esposas

cristãs, sendo ela também condizente com a palavra de Deus e por ela ratificada?

72. Da semelhança entre Cristo e o marido.

A terceira razão, tirada da semelhança do marido com Cristo nisto, acrescenta vigor à razão anterior: ao ser uma cabeça, ele é como Cristo. De modo que há uma espécie de comunhão e coparticipação entre Cristo e o marido: eles são irmãos de ofício, como dois Reis de lugares distintos.

Objeção: Não há igualdade entre Cristo, o Senhor vindo do céu, e um marido terreno: a disparidade entre eles é infinita.

Resposta: Contudo, pode haver similitude, semelhança e comunhão: a desigualdade não é impedimento para estas. Dois reis podem ser mais diferentes em posses do que um súdito e um Rei; contudo, esses dois Reis são irmãos e companheiros de ofício. Pode haver uma semelhança onde não há paridade, e uma similaridade onde não há igualdade. O sol glorioso e brilhante no firmamento e uma vela tênue em uma casa têm uma espécie de comunhão e o mesmo ofício, que é dar luz: contudo, não há igualdade entre eles. Assim, pois, um marido assemelha-se não apenas à cabeça de um corpo natural, mas também à imagem gloriosa de Cristo, e é para sua esposa o que Cristo é para sua Igreja.

Para aplicar este ponto, notem como dele surgem duas posições [dignas de nota].

1. A sujeição é devida ao marido tanto quanto a Cristo. Não digo tão grande, por causa da diferença na glória: mas tanto quanto, por causa da semelhança no ofício. Um oficial de justiça [embora um homem pobre e humilde]

deve ser obedecido tanto quanto um xerife de alta patente: o filho de um mendigo deve obedecer ao seu pai, tanto quanto o filho de um Rei. Tais esposas, portanto, que não são sujeitas, injustiçam seus maridos, assim como injustiçam a Cristo aqueles que não lhe são sujeitos.

2. Aqueles que, por sua sujeição, mantêm a honra do lugar de seu marido, mantêm com isso a honra do lugar de Cristo: e, novamente, pela regra dos contrários, aqueles que, ao recusarem ser sujeitos, comprometem a honra do lugar de seu marido, comprometem com isso a honra do lugar de Cristo.

A obediência do filho ou servo de um homem pobre justifica aquela obediência que os filhos e servos de um Rei devem ao seu pai e soberano: e assim, pelo contrário, a desobediência em pessoas humildes desonra o lugar das grandes.

O argumento de Memucã, extraído do maior para o menor [nestas palavras: a rainha Vasti não somente pecou contra o rei, mas também contra todos os príncipes e contra todos os povos (Ester 1:16)], pode ser aplicado do menor para o maior. Esposas desobedientes injustiçam não apenas seus próprios maridos particulares, mas também todas as cabeças, até mesmo a Cristo, a cabeça da Igreja.

Se um corpo natural e a Igreja fossem flexíveis e pudessem ser seduzidos e levados a presumir e rebelar-se contra suas cabeças, o mau exemplo das esposas seria suficiente para movê-los a isso, pois, no que nelas reside, elas pelo exemplo os seduzem.

Das últimas posições mencionadas [a saber, que a obediência de uma boa esposa mantém a honra do lugar de Cristo e, por outro lado, que a desobediência de uma má esposa prejudica a honra do mesmo], posso justamente inferir outras duas conclusões:

1. Que Cristo certamente recompensará a boa sujeição das boas esposas: pois ele disse [e o que ele disse, ele pode e quer cumprir]: aos que me honram, honrarei.
2. Que ele vingará severamente a rebelião das más esposas: pois, novamente, ele disse: os que me desprezam serão desprezados (1 Samuel 2:30).

Sabemos que companheiros de ofício estão prontos para defender o crédito do lugar uns dos outros e para manter a honra do mesmo: e isso não sem boa razão: pois, com isso, mantêm sua própria honra e crédito.

Portanto, assim como as boas esposas podem bem esperar uma recompensa das mãos de Cristo, independentemente de como seus maridos respeitem sua obediência, seja bem ou mal [um grande encorajamento para as esposas cumprirem seus deveres, ainda que seus maridos sejam péssimos], assim as más esposas têm justa causa para temer a vingança da mão de Cristo, por mais que seus maridos as suportem. Aqueles que pesam devidamente esta razão tirada daquela semelhança que existe entre Cristo e a Igreja não podem senão considerá-la um motivo de grande importância.

73. Do benefício que a esposa recebe do marido.

A quarta razão, tirada do benefício que a esposa recebe de seu marido, reforça ainda mais o ponto em questão. Embora Cristo seja propriamente o Salvador do corpo, mesmo nisto o marido

carrega uma semelhança com Cristo e é, de certa maneira, um salvador: pois, em virtude de seu lugar e ofício, ele é, por um lado, o protetor dela, para defendê-la do dano e preservá-la do perigo; e, por outro lado, um provedor de todas as coisas necessárias e indispensáveis para ela: aspecto em que ela é tirada de seus pais e amigos e totalmente confiada a ele [como disseram as esposas de Jacó: Há ainda para nós parte ou herança na casa de nosso pai? (Gênesis 31:14)]; sim, ela mesma e tudo o que tem são entregues a ele: e ele, por sua vez, comunica tudo o que possui para o bem dela e para o seu uso. Davi compara a esposa a uma videira, em relação ao seu marido (Salmos 128:3): sugerindo com isso que por ele ela é elevada àquela altura de honra que possui, como uma videira pela árvore ou treliça junto à qual é plantada. Pela honra dele ela é dignificada, pela riqueza dele ela é enriquecida. Ele é, sob Deus, tudo em tudo para ela; na família ele é um Rei para governá-la e auxiliá-la, um Sacerdote para orar com ela e por ela, um Profeta para ensiná-la e instruí-la. Assim como a cabeça é colocada no lugar mais alto sobre o corpo, e o entendimento nela posto para governar, dirigir, proteger e de todas as formas buscar o bem do corpo, e como Cristo está unido à Igreja como um esposo e feito sua cabeça para que ela pudesse ser salva, mantida e provida por ele; assim, para este fim, o marido foi colocado em seu lugar de superioridade; e sua autoridade lhe foi confiada para ser um salvador de sua esposa. Portanto, se nenhum dos motivos anteriores prevalecer com as esposas e as mover a serem sujeitas aos seus maridos, este deveria.

Pois desta razão fluem estas duas conclusões:

1. A sujeição exigida da esposa é para o seu próprio bem.

2. Ao recusar obedecer, ela se mostra tanto ingrata para com seu marido quanto prejudicial para si mesma.

Que sua sujeição é para o seu próprio bem é evidente por este fim para o qual o marido é feito cabeça: para ser um salvador; não para inflá-lo, para fazê-lo insultar e tyrannizar sua esposa. De modo que, se ela lhe for sujeita, poderá colher muito bem dele. Assim como a Igreja é sabiamente governada e protegida com segurança ao sujeitar-se à sua cabeça, Cristo Jesus; e como o corpo participa de muito bem e é preservado de muito mal ao sujeitar-se à cabeça, assim, se a esposa for sujeita ao seu marido, ela passará muito melhor por isso; todo o alívio, lucro e benefício disso serão dela. Se, portanto, ela preza o seu próprio bem, este é um caminho e meio ordenado por Deus para este fim; que ela o busque nisto.

Se, apesar disso, ela recusar estar sujeita ao seu marido, não estará ela [como dizemos] prejudicando a si mesma? Sendo ela, pelo seu sexo, a mais fraca e a mais incapaz de ajudar a si mesma, se rejeitar esta boa ajuda que Deus proveu para ela, não será ela sumamente prejudicial a si própria? E considerando o cuidado e os esforços que seu marido assume por amor dela, não é uma ingratidão monstruosa e antinatural desprezar interiormente ou desdenhar exteriormente tal cabeça? Nenhum testemunho melhor de um coração grato pode ser dado por uma esposa ao seu marido do que uma sujeição alegre e pronta: e nenhuma ingratidão maior pode ser demonstrada do que a rebelião e o desdém. Ora, entre os vícios, a ingratidão é um dos mais odiosos para Deus e para o homem: de modo que, tanto para evitar a mancha negra da ingratidão quanto para levar o nome de gratidão, as esposas devem ser sujeitas.

74. Do exemplo da Igreja colocado diante das esposas.

A última razão, tirada do exemplo da Igreja, é também de grande força para persuadir as esposas à sujeição. O exemplo prevalece mais com muitos do que o preceito. Se algum exemplo pode ter força, então este acima de todos: pois não é o exemplo de uma só pessoa, mas de muitas; não de muitas pessoas ignorantes e ímpias, mas de pessoas de entendimento, sábias, santas e justas, sim, de todos os Santos que já existiram, existem ou existirão: pois a Igreja compreende todos sob si, até mesmo toda aquela sociedade de Santos que são escolhidos por Deus em seu conselho eterno, remidos por Cristo por seu sangue precioso e eficazmente chamados pelo Evangelho da salvação, com o Espírito de Deus operando interior e poderosamente neles, não excetuadas aquelas mesmas almas de homens justos e perfeitos que agora triunfam no céu: notem como esta Igreja é descrita nos versículos 26 e 27. Que este exemplo, portanto, seja frequentemente pensado: ninguém jamais se arrependerá de segui-lo: pois ele trilha o único caminho reto para a glória eterna, à qual certamente chegarão aqueles que o seguirem.

Mas para mostrar a força desta razão um pouco mais distintamente, notem estas duas conclusões que dela decorrem:

1. As esposas estão tão obrigadas a estar sujeitas aos seus maridos quanto a Igreja a Cristo. Do contrário, por que este exemplo seria assim colocado diante delas e instado sobre elas? Por que os maridos são postos no lugar de Cristo e assemelhados a ele?
2. A sujeição da esposa ao seu marido, correspondente à sujeição da Igreja a Cristo, é uma evidência de que ela é da Igreja, guiada pelo mesmo Espírito que a Igreja é. Pois ela não pode ser realizada pelo poder da natureza; é uma obra sobrenatural e, portanto, uma evidência do Espírito.

Portanto, ó esposas cristãs, assim como vossos maridos, pelo lugar que ocupam, assemelham-se a Cristo, assim vós, pela vossa prática, assemelhai-vos à Igreja. Dos dois, isto é o mais louvável: pois aquilo é uma dignidade, isto é uma virtude: mas a verdadeira virtude é muito mais gloriosa do que qualquer dignidade pode ser.

Sendo estas razões bem ponderadas, e a força de todas elas unida, elas não podem senão atuar sobre o espírito mais obstinado que exista: portanto, se este ponto da sujeição parecer uma pílula amarga demais para ser bem digerida, que seja adoçado com o xarope destas razões, e será muito melhor engolido e terá um efeito mais benéfico.

O QUARTO TRATADO

Dos Deveres Particulares dos Maridos

1. Dos tópicos gerais deste Tratado.

Efésios 5:25. Maridos, amai vossas próprias mulheres, como também Cristo amou a Igreja, etc.

Assim como a esposa deve conhecer seu dever, o marido deve conhecer muito mais o seu, porque ele deve ser um guia e um bom exemplo para sua esposa; ele deve habitar com ela com entendimento (1Pe 3:7). Quanto mais eminente for o seu lugar, mais conhecimento ele deve ter para caminhar dignamente nele. A negligência do dever nele é mais desonrosa para Deus, porque, em virtude de seu lugar, ele é a imagem e glória de Deus (1 Cor 11:7), e mais perniciosa não apenas para sua esposa, mas também para toda a família, por causa do poder e autoridade que possui, os quais ele pode abusar para a manutenção de sua maldade, não tendo na casa nenhum poder superior para restringir sua fúria; ao passo que a esposa, por mais ímpia que seja, pode, pelo poder de seu marido, ser mantida sob controle e impedida de cometer excessos. Portanto, para prosseguir em ordem, ao estabelecer os deveres do marido [assim como fizemos com os da esposa], devemos considerar:

1. Os deveres em si.
2. As razões para reforçá-los.

Ao estabelecer os deveres, devemos observar:

1. A matéria em que consistem.

2. A maneira como devem ser realizados. O Apóstolo compreende toda a matéria de todos eles sob o Amor, que é a soma e a cabeça de tudo.

Trataremos disso primeiro e depois prosseguiremos para outros detalhes.

2. Do amor que os maridos devem às suas esposas. (Ver Tratado 3, Seção 2.)

Esta cabeça de todas as demais, o Amor, é expressamente estabelecida e mencionada sozinha neste e em muitos outros lugares da Escritura, pelo que é evidente que todos os outros deveres estão compreendidos nela. Para omitir outros lugares onde este dever é instado, neste lugar, o Amor é expresso por nome quatro vezes, além de ser sugerido sob muitos outros termos e frases (Ef 5:25, 28, 33).

Todo aquele, portanto, que toma uma esposa, deve, pelo fato de ela ser sua esposa, amá-la: como se nota de Isaque [o melhor padrão de maridos registrado na Escritura], ele tomou Rebeca, ela foi sua esposa e ele a amou (Gen 24:67). Muitas boas razões para isso podem ser apresentadas.

1. Porque nenhum dever por parte do marido pode ser retamente desempenhado se não for temperado com amor. O Apóstolo exorta todos os cristãos a fazerem todas as suas coisas com amor (1 Cor 16:14): muito mais devem os maridos; embora em posição estejam acima de suas esposas, o amor não pode ser esquecido.
2. Porque, de todas as pessoas na terra, a esposa é o objeto mais apropriado de amor: nem amigo, nem filho, nem pai deve ser tão amado quanto uma esposa: ela é chamada de

a esposa do seu seio (Deut 13:6), para mostrar que ela deve ser como o seu coração em seu peito.

3. Porque seu lugar de eminência e poder de autoridade podem logo envaidecê-lo e fazê-lo insultar sua esposa e pisoteá-la, se um amor sincero por ela não estiver plantado em seu coração. Para impedi-lo de abusar de sua autoridade, o amor lhe é tão exigido.
4. Porque as esposas, devido à fraqueza de seu sexo [pois são os vasos mais fracos], são muito propensas a provocar seus maridos. De modo que, se não houver amor predominante no marido, é provável que haja pouca paz entre marido e mulher. O amor cobre uma multidão de imperfeições.
5. Porque, assim como Cristo, pelo seu amor manifestado primeiro, provoca a Igreja a amá-lo, assim um marido, ao amar sua esposa, deve provocá-la a amá-lo de volta: mostrando-se como o sol, que é a fonte da luz, e do qual a lua recebe a luz que tem: assim ele deve ser a fonte de amor para sua esposa.

Objeção: O amor foi anteriormente estabelecido como um dever comum pertencente tanto ao marido quanto à esposa: como é, então, aqui exigido como um dever particular e peculiar de um marido?

Resposta: No que diz respeito à extensão geral do amor, ele é de fato um dever comum pertencente tanto a um quanto ao outro, sim, pertencente a todos os cristãos, a todos os homens: pois é a própria natureza do amor, e uma propriedade especial dele, não buscar seus próprios interesses (1 Cor 13:5), mas o bem dos outros, o que todos são obrigados a fazer em virtude do vínculo da natureza; mais do que outros, os cristãos em virtude do

vínculo do espírito: entre os cristãos, especialmente esposas e maridos em virtude do vínculo matrimonial: de casais casados, acima de tudo os maridos em virtude de seu lugar e encargo. Seu lugar é um lugar de autoridade, que sem amor logo se transformará em tirania. Seu encargo é, especialmente e acima de tudo, buscar o bem de suas esposas: como as esposas são o principal e maior encargo dos maridos, assim seu principal e maior cuidado deve ser para com elas: os pais e amigos das esposas, ao entregarem toda a sua autoridade aos maridos, lançam todo o cuidado sobre eles; portanto, para que os maridos cuidem mais de suas esposas e busquem melhor o seu bem, eles devem amá-las de uma maneira peculiar. Os maridos são os mais obrigados a amar: e obrigados a amar suas esposas acima de tudo. Assim, esta afeição de amor é um dever distinto em si mesmo, pertencendo peculiarmente a um marido: e também uma condição comum que deve ser anexada a todos os outros deveres de um marido, para temperar e adoçar os mesmos. Seu olhar, sua fala, seu comportamento e todas as suas ações, nas quais ele tem a ver com sua esposa, devem ser temperados com amor: o amor deve se mostrar em seus mandamentos, em suas repreensões, em suas instruções, em suas admoestações, em sua autoridade, em sua familiaridade, quando estão sozinhos, quando estão em companhia de outros, em assuntos civis, em questões religiosas, em todos os momentos, em todas as coisas: como o sal deve estar primeiro e por último à mesa, e ser comido com cada pedaço de carne, assim deve o amor estar primeiro no coração de um marido, e ser o último a sair dele, e misturado com tudo o que ele faz com sua esposa.

3. Do ódio e da falta de amor de um marido.

Contrário a isso é o ódio de coração: vício que, sendo muito odioso e detestável em si mesmo, é muito mais quando a esposa é feita objeto dele. Assim como o amor provoca o marido a fazer à sua esposa todo o bem que pode, o ódio o provoca a fazer-lhe todo o mal que pode. Moisés observa que o ódio de um homem por sua esposa é causa de muitos males (Deut 22:13): pois quanto mais próximas e queridas forem as pessoas, mais violento será o ódio que nelas se fixar.

Daí resultou que o divórcio foi permitido entre um homem e sua mulher, caso ele a odiasse (Deut 24:3): lei que, sem dúvida, foi feita para o alívio da esposa, para que o ódio que o marido concebesse contra ela não lhe causasse algum mal, se ele fosse forçado a mantê-la como sua esposa; o que Cristo parece sugerir nestas palavras: Moisés, por causa da dureza dos vossos corações, vos permitiu despedir vossas mulheres (Mat 19:8). Sendo este, portanto, um veneno tão pestilento, que os maridos tomem cuidado para não permitir que ele os penetre. Nem é suficiente para um marido não odiar sua esposa, pois até a falta de amor, embora seja apenas uma privação, ainda assim é um grande vício e também contrário ao dever de amor mencionado anteriormente. Onde existe essa falta de amor, nenhum dever pode ser bem desempenhado, assim como quando a grande roda de um relógio, o primeiro motor de todas as outras, está fora de ordem, nenhuma roda pode estar em bom estado. Aqueles que pensam levemente sobre isso, claramente descobrem que há pouco ou nenhum amor de Deus neles: pois se a inferência do Apóstolo é boa, tomada em relação ao próximo ou irmão a quem ele viu, será muito mais válida em relação a uma esposa (1 João 4:20): pois como pode aquele que não ama sua esposa [a quem Deus lhe deu como um sinal de seu favor e como uma ajudadora idônea para ele, para estar em seu seio e

sempre à sua vista, sim, para não serem mais dois, mas uma só carne] amar a Deus a quem não viu? Se alguém diz que ama a Deus e odeia sua esposa, é mentiroso. Que os maridos, portanto, ao amarem suas esposas, deem evidência de que amam a Deus.

4. Do marido mantendo sua autoridade. (Ver Tratado 3, Seção 9.)

Todos os ramos que crescem desta raiz do amor, no que diz respeito aos deveres dos maridos, podem ser reduzidos a dois tópicos:

1. A manutenção de sua autoridade.
2. O gerenciamento correto da mesma.

Que estes dois são ramos do amor de um marido é evidente pelo lugar em que Deus o colocou, que é um lugar de autoridade; pois o melhor bem que alguém pode fazer, e assim os melhores frutos do amor que pode manifestar a outrem, são aqueles feitos em seu próprio lugar apropriado e em virtude dele. Se, então, um marido renuncia à sua autoridade, ele se incapacita de fazer aquele bem e de mostrar aqueles frutos de amor que, de outra forma, poderia. Se ele abusa de sua autoridade, ele vira o fio e a ponta de sua espada erroneamente: em vez de segurá-la sobre sua esposa para proteção dela, ele a crava em suas entranhas para sua destruição, e assim manifesta mais ódio do que amor.

Agora, para tratar destes dois separada e distintamente:

Que um marido deve sabiamente manter sua autoridade está implícito sob este preceito apostólico: Maridos, vivei com vossas mulheres com entendimento (1Pe 3:7), isto é, como quem é bem capaz de manter a honra daquele lugar em que Deus o

colocou: não como tolos e insensatos sem compreensão. O mesmo também está implícito sob os títulos de preeminência que a Escritura atribui aos maridos, como Senhor, Mestre, cabeça, guia, imagem e glória de Deus, etc. (Ver Tratado 3, Seção 3.)

A honra e autoridade de Deus, e de seu Filho Cristo Jesus, é mantida na e pela honra e autoridade de um marido, como a autoridade do Rei é mantida pela autoridade de seu Conselho Privado e outros Magistrados sob ele; sim, como a autoridade de um marido é mantida na família pela autoridade de sua esposa: [pois assim como o homem é a glória de Deus, assim a mulher é a glória do homem (1 Cor 11:7)]. O bem da própria esposa é também muito promovido assim, tal como o bem do corpo é auxiliado pela permanência da cabeça em seu lugar; se a cabeça fosse colocada sob qualquer uma das partes do corpo, o corpo e todas as suas partes não poderiam senão receber muito dano por isso: da mesma forma, a esposa e toda a família sentiriam o dano da perda de autoridade do marido.

Pergunta: Está no poder do marido manter sua própria autoridade?

Resposta: Sim, no dele mais do que em qualquer outro: pois observe o conselho do Apóstolo a Timóteo [embora em outro caso, mas muito pertinente a este propósito]: Ninguém despreze a tua mocidade (1 Tim 4:12). Estava, portanto, no poder de Timóteo manter sua honra e não permitir que ela fosse desprezada; e assim está no poder de um marido.

Pergunta: Como pode um marido manter melhor sua autoridade?

Resposta: Aquela direção que o Apóstolo deu a Timóteo para manter sua autoridade pode ser aplicada primeiramente para este propósito a um marido: Sê um exemplo na conversação, no

amor, no espírito, na fé e na pureza: como se ele tivesse dito: Se caminhares diante deles de modo digno do teu lugar e vocação, e digno daquela honra e respeito que lhe são devidos, mostrando os frutos do amor, da fé e de outras graças semelhantes, certamente eles reverenciarão a tua juventude; mas se, de outra forma, te portares de forma vil, e não condizente com um ministro, darás a eles justa ocasião para te desprezarem. Exatamente assim podem os maridos manter melhor sua autoridade, sendo um exemplo no amor, na gravidade, na piedade, na honestidade, etc. Os frutos destas e de outras graças semelhantes, demonstrados pelos maridos diante de suas esposas e família, não podem senão produzir um respeito reverente e zeloso em suas esposas e em toda a casa para com eles: pois por este meio eles discernirão mais claramente a imagem de Deus brilhando em seus rostos.

Objeção: A própria bondade e a graça são odiadas por esposas ímpias e profanas: foi um ato de piedade que fez Mical desprezar Davi.

Resposta: 1. Admitamos que seja assim: ainda assim, esta pode ser uma boa direção para os maridos que não têm esposas tão ímpias.

Isso nem sempre acontece assim, não, nem mesmo na maioria das vezes naqueles que são ímpios; a verdadeira virtude e integridade frequentemente causam admiração naqueles que não a amam.

Embora alguns sejam de uma disposição tão tortuosa e perversa a ponto de aproveitar a ocasião para o desprezo onde nenhum foi dado, ainda assim aquele marido se justificará diante de Deus e dos homens, portando-se de modo digno de seu lugar.

5. Dos maridos que perdem sua autoridade.

Contrária é a prática daqueles que, por sua profanidade, libertinagem, embriaguez, lascívia, leviandade, falta de economia e outros comportamentos vis semelhantes, tornam-se desprezíveis e assim perdem sua autoridade: embora uma esposa não deva aproveitar essas ocasiões para desprezar seu marido, ainda assim é um justo julgamento sobre ele ser desprezado, visto que ele se faz desprezível.

Contrário também às direções mencionadas é o comportamento severo, rude e cruel dos maridos, que pela violência e tirania tentam manter sua autoridade. A força pode, de fato, causar medo, mas um medo servil, um medo que gera mais ódio do que amor, mais desprezo interno do que respeito externo.

E contrária é a sua disposição servil, daqueles que, contra o seu próprio julgamento, cedem à inclinação da mente de sua esposa em coisas que são ilícitas: eles preferem perder sua autoridade a dar descontentamento à sua esposa: o que é uma falha expressamente proibida pela lei (Deut 13:6, 7): e, no entanto, uma falha na qual não apenas o ímpio Acabe (1 Reis 21:7, 9), mas também o sábio Salomão caiu (1 Reis 11:4): quão hedionda foi essa falha, e quão terrível essa queda em Salomão, o temível resultado disso o mostra. Semelhantes a ele, não na sabedoria, mas neste ponto de egrégia tolice, são aqueles que, por instigação de suas esposas, permitem que padres e jesuítas se escondam e celebrem missas em suas casas, e cedem em estar presentes eles mesmos. Semelhantes a Acabe são os magistrados que permitem que suas esposas os influenciem no curso da justiça: daí resulta que mais petições e processos são feitos às esposas dos magistrados nos casos de justiça do que aos próprios

magistrados: e o favor de suas esposas é mais estimado do que o deles próprios: de modo que o poder de governar, e o golpe principal na determinação dos assuntos, vem de suas esposas; eles não passam de bocas e instrumentos de suas esposas, tanto que, entre o povo comum, o título de seus lugares e cargos é dado às suas esposas. Alguns maridos permitem isso devido à sua disposição temerosa e tola, carecendo de coragem e sabedoria para manter a honra de seus lugares contra a insolência de suas esposas: outros por uma mente sutil, cobiçosa e perversa, para que, por meio de suas esposas, haja mais liberdade para receber subornos. Entre estes, posso contar aqueles que, contra a sua própria vontade, para satisfazer a vontade de suas esposas, permitem que tanto esposas quanto filhos sigam a moda, vistam-se de forma inadequada aos seus lugares, frequentem companhias levianas e coisas semelhantes; e também aqueles que, por importunação de sua esposa, são movidos [como Sansão foi] a revelar segredos que não convém que sejam conhecidos. Os maridos podem ouvir suas esposas quando estas propõem coisas boas, mas não devem obedecer-lhes em coisas más: se o fizerem, sua falta é dupla: 1. em fazer o mal; 2. em perder sua autoridade.

Que os maridos, portanto, fiquem muito atentos contra as más instigações de suas esposas. Satanás trabalhou para suplantar Jó por meio de sua esposa: e por este meio ele subverte muitos nestes dias.

6. Da alta consideração dos maridos pelas esposas. (Ver Tratado 3, Seção 3.)

Assim como a autoridade deve ser bem mantida, ela deve ser bem gerenciada: para o que duas coisas são necessárias:

1. Que o marido respeite ternamente sua esposa.
2. Que ele cuide dela providencialmente.

O respeito terno de um marido por sua esposa é Interno e Externo. Interno no que diz respeito à sua Opinião sobre ela e seu Afeto por ela. Externo no que diz respeito ao seu comportamento para com ela. Para a opinião de um marido sobre sua esposa, duas coisas devem ser pesadas: 1. O lugar dela. 2. A pessoa dela.

O lugar dela é, de fato, um lugar de inferioridade e sujeição, contudo o mais próximo da igualdade que pode haver: um lugar de equidade comum em muitos aspectos, no qual marido e mulher são, de certa forma, companheiros e parceiros: Daqui segue-se que o marido deve considerar sua esposa uma companheira de jugo e parceira (1Pe 3:7). Este é um ponto de dar honra à esposa: e está implícito naquela frase pela qual o fim da criação da esposa é notado (Gen 2:18), que em nosso inglês é traduzido como "idônea para ele", palavra por palavra "como diante dele", isto é, como ele mesmo, alguém em quem ele pudesse ver a si mesmo, ou até [para usar a palavra do nosso Apóstolo] a si mesmo (Ef 5:28). Estas frases implicam um tipo de comunhão: como também as muitas prerrogativas que são comuns a ambos, que foram observadas antes (ver Tratado 3, Seção 4).

Assim como o reconhecimento da esposa da superioridade de seu marido é a base de todos os seus deveres, assim o reconhecimento do marido daquela comunhão que existe entre ele e sua esposa o fará comportar-se de forma muito mais amável, familiar, amorosa e de todas as formas como convém a um bom marido para com ela.

7. Da comunhão que existe entre marido e mulher, apesar da inferioridade da esposa.

Objeção: A comunhão entre marido e mulher não pode coexistir com a inferioridade e sujeição da esposa.

Resposta: São de capacidade muito limitada aqueles que não conseguem ver como estas coisas podem coexistir. Não existe uma comunhão entre magistrados superiores e inferiores em relação aos seus súditos? Sim, a Escritura menciona uma comunhão entre Cristo, a cabeça, e os outros santos em relação à glória da qual todos são feitos participantes [pois nos chama de coerdeiros com Cristo (Rom 8:17)] e em relação ao povo de Deus, uma comunhão entre Deus e seus ministros [pois os chama de cooperadores de Deus (1 Cor 3:9)], contudo ninguém pode negar que os santos e ministros são inferiores e estão em sujeição a Cristo e a Deus. Mas, para responder distintamente à objeção:

1. Pode haver não apenas uma comunhão, mas também uma igualdade em algumas coisas entre aqueles que, em outras coisas, um é inferior e sujeito: como entre marido e mulher no poder sobre o corpo um do outro: pois a esposa [assim como o marido] é nisso tanto serva quanto senhora; serva para entregar seu corpo, senhora para ter o poder sobre o dele.
2. Pode haver comunhão nas mesmas coisas em que há inferioridade: pois a comunhão diz respeito à coisa em si, a inferioridade à medida e à maneira: como ao dar luz, o sol e a lua têm uma comunhão, mas na medida e na maneira a lua é inferior: a lua não tem tanta luz quanto o sol, e a que tem, recebe do sol: e como no governo, o Rei e outros magistrados têm uma comunhão, mas na medida e na maneira de governo eles são inferiores a ele:

Exatamente assim é entre marido e mulher; em muitas coisas em que há uma comunhão, a esposa é, não obstante, inferior: de modo que a inferioridade pode coexistir com a comunhão.

3. Não há desiguais entre os quais haja uma paridade tão próxima quanto entre marido e mulher: se, portanto, pode haver uma comunhão entre quaisquer que sejam superiores e inferiores um ao outro, então muito mais entre marido e mulher.

Assim como a alma, portanto, governa o corpo por um consentimento e acordo mútuo e amoroso, assim deve o homem sobre sua esposa.

8. Da consideração excessivamente baixa dos maridos pelas esposas.

Contrário é o conceito de muitos que pensam que não há diferença entre uma esposa e uma serva, exceto na familiaridade: e que as esposas foram feitas para serem servas de seus maridos, porque sujeição, temor e obediência lhes são exigidos: de onde vem que as esposas são frequentemente usadas pouco melhor que servas. Um conceito e prática que cheiram excessivamente a uma arrogância pagã e tola. Por acaso Deus, no princípio, tirou a esposa do lado do homem para que o homem a pisasse sob seus pés? Ou antes para que ele a colocasse ao seu lado, próxima a ele, acima de todos os filhos, servos ou qualquer outro na família, por mais próximo ou querido que lhe fosse? Pois ninguém pode ser mais próximo que uma esposa, e ninguém deve ser mais querido.

9. Da boa estima dos maridos por suas próprias esposas. (Ver Tratado 3, Seção 5.)

Quanto à pessoa da esposa, o marido deve estimar aquela pessoa específica a quem, pela providência de Deus, ele está unido em casamento, como sendo a mais adequada e melhor para ele. Isto está implícito sob aquela partícula de restrição [PRÓPRIA] observada pelo Apóstolo onde ele diz: maridos, amai vossas PRÓPRIAS mulheres (Ef 5:25), e novamente o reforça sob uma comparação com o corpo [como aos vossos PRÓPRIOS corpos (Ef 5:28)]. Todo homem pensa que seu próprio corpo é o melhor e o mais adequado para si. Um homem poderia, porventura, desejar que alguns defeitos ou enormidades em seu próprio corpo fossem corrigidos, e desejar que o seu fosse como o de outro, mais reto, forte e belo que o seu, contudo ele não gostaria que sua cabeça estivesse sobre o corpo daquele outro homem: a mesma opinião deve um homem [que deseja amar sua esposa] ter dela. Há boa razão para que ele assim o faça: pois verdadeiro é o provérbio, se for retamente entendido: os casamentos são feitos primeiro no céu, isto é, Deus tem uma mão soberana em ordená-los: o que Salomão sugere por aquela oposição que faz entre a riqueza e a esposa (Prov 19:14): aquela vem de nossos pais, esta vem do Senhor: em cujo respeito ele diz: o que acha uma esposa recebe favor do Senhor (Prov 18:22). Se, portanto, tu és amado por Deus e o amas, ele fará com que tua esposa se prove algo bom para ti.

Objeção: Uma esposa pode ser uma mulher muito devassa e ímpia: como, então, pode ser considerada a melhor esposa?

Resposta: 1. Pode ser que ela fosse boa o suficiente quando te foi trazida pela primeira vez, mas tu, pelo teu mau exemplo, ou governo negligente, ou tratamento duro, a tornaste tão má quanto ela é. O que, se for assim, então ela deve ser considerada não como tu a tens agora, mas como tu a desposaste.

Embora ela não seja, em relação a outras esposas, a melhor em condição, ainda assim, em relação a ti, ela pode ser a melhor em resultado: se não para o teu conforto e quietude, pelo menos para prova da tua sabedoria e paciência: e assim, como uma escola de virtude ela pode ser para ti. Como a competência de um piloto habilidoso é testada e conhecida por mares tempestuosos, assim a sabedoria de um homem por uma esposa problemática. Sim, ela pode te ser dada como punição por alguns pecados anteriores, como buscar uma esposa bonita, honrada, rica e distinta, em vez de uma religiosa e honesta: ou buscá-la sem qualquer direção ou ajuda buscada primeiro em Deus, ou de outra forma que não tenhas garantia de Deus, como por furto e sem o consentimento dos pais; ou algum outro pecado de outra espécie, para te levar ao arrependimento: ou como um meio de te restringir e desmamar de alguns pecados futuros aos quais estás sujeito, e assim provar ser uma cruz abençoada para te livrar de uma maldição terrível.

10. Da opinião absurda dos maridos sobre suas próprias esposas.

Contrária é a opinião corrupta e perversa que muitos têm de suas próprias esposas, achando-as, de todas as outras, as piores e mais inadequadas; sim, embora sejam tais que, de todas as formas, tanto em dons e qualidades mentais, quanto em graça e beleza corporal, mereçam todo o bom respeito e estima. Enquanto outros [que olham com olhos puros] elogiam suas boas qualidades, eles interpretam e julgam tudo mal: se suas esposas são religiosas, eles as acham hipócritas; se graves, sóbrias e modestas, melancólicas; se aproveitam a ocasião [por mais justa que seja] de sair, as chamam de vadias e levianas. Esta má opinião de suas esposas é a causa de seus corações estarem

totalmente afastados das suas próprias, e fixados em carne estranha: por meio do que o diabo ganha o que deseja, isto é, separar aqueles que Deus uniu e unir aqueles que Deus separou.

11. Do afeto total dos maridos por suas esposas. (Ver Tratado 3, Seção 7.)

O afeto de um marido por sua esposa deve ser correspondente à sua opinião sobre ela: ele deve, portanto, deleitar-se nela inteiramente, isto é, deleitar-se nela de modo a deleitar-se total e unicamente nela: Neste aspecto, a esposa do Profeta é chamada o desejo, ou deleite, ou prazer de seus olhos (Eze 24:16): aquilo em que ele mais se deleitava e, portanto, por propriedade, assim chamada.

Tal deleite Isaque teve em sua esposa que isso expulsou uma paixão contrária e forte, a saber, a dor que ele sentia pela partida de sua mãe: pois se nota que ele a amou e foi consolado após a morte de sua mãe (Gen 24:67).

Este tipo de afeto o homem sábio descreve elegantemente nestas palavras: Alegra-te com a mulher da tua mocidade: Seja ela como a cerva amorosa e a gazela graciosa, e embriaga-te sempre com o seu amor (Prov 5:18, 19). Aqui, observe tanto as metáforas quanto a hipérbole que são usadas para descrever o deleite de um marido em sua esposa. Nas metáforas, observe novamente tanto as criaturas às quais a esposa é comparada quanto os atributos dados a elas. As criaturas são duas, uma cerva e uma gazela, que são as fêmeas de um cervo e de um corço: ora, observa-se do cervo e do corço que, de todos os outros animais, eles são os mais enamorados [por assim dizer] de suas parceiras, e ficam até loucos em seu cio e desejo por elas.

Estas metáforas Salomão usou para descrever aquele afeto sincero e fervoroso, total e ardente que um marido deve nutrir por sua esposa: as quais, sendo tomadas em um bom sentido e retamente aplicadas, de modo que não excedam os limites da modéstia e decência cristã, são muito adequadas e pertinentes ao propósito: se as estendermos além da modéstia, prejudicamos o escritor delas, ou antes o Espírito Santo que o dirigiu, e propomos um padrão pernicioso aos maridos.

Os atributos dados às criaturas mencionadas ampliam muito o ponto: a primeira é chamada de cerva amorosa, a segunda de gazela graciosa, palavra por palavra "uma cerva de amores", "uma gazela de favor", isto é, excessivamente amada e favorecida: [pois para descrever a extensão do amor de Deus por seu Filho, Cristo é chamado o filho do seu amor]. Estas comparações aplicadas a uma esposa descrevem vivamente aquele deleite que um marido deve ter nela, e ainda assim é muito mais amplificado pela hipérbole usada nesta frase: embriaga-te com o seu amor, palavra por palavra "erra tu no seu amor", pelo que não se quer dizer nenhum erro pecaminoso ou dotação, mas um afeto fervoroso lícito: implicando duas coisas especialmente: Primeiro, exceder-se a tal ponto que faça o homem ignorar algumas manchas em sua esposa que outros logo perceberiam e desaprovariam: ou então não considerá-las manchas, não se deleitando nela nem um pouco menos por causa delas. Por exemplo, se um homem tem uma esposa que não é muito bonita ou distinta, mas que tem alguma deformidade em seu corpo, alguma imperfeição na fala, na visão, no gesto ou em qualquer parte de seu corpo, ainda assim deve amá-la e deleitar-se nela como se ela fosse a mais bela e, de todas as formas, a mulher mais completa do mundo. Segundo, estimá-la tão altamente, amá-la tão ardentemente, respeitá-la tão ternamente,

que outros possam pensar que ele até dota por ela. O afeto de um marido por sua esposa não pode ser excessivo se for mantido dentro dos limites da honestidade, sobriedade e decência. O afeto da esposa deve ser tão grande pelo marido, contudo, devido ao lugar de autoridade do marido, ele deve especialmente aproveitar todas as ocasiões para manifestar este seu afeto interno. Leia o Cântico dos Cânticos e nele observará tal afeto manifestado por Cristo à sua Esposa, que faria alguém pensar que ele [com reverência e de maneira santa para usar a frase] até errava em seu amor e dotava por ela. Um bom padrão e precedente para os maridos. Pois nada é mais amável do que uma boa esposa.

12. Da disposição estoica dos maridos para com suas esposas.

Contrária é a disposição de tais maridos que não têm calor ou coração de afeto neles: mas, como estoicos, não se deleitam mais em suas próprias esposas do que em quaisquer outras mulheres, nem as consideram mais queridas que as outras. Uma disposição de forma alguma garantida pela palavra. Os santos fiéis de Deus mencionados anteriormente, assim como muitos outros semelhantes a eles, não eram estoicos, sem qualquer afeto: nem pensavam que era algo inadequado para eles deleitarem-se de maneira peculiar em suas esposas [testemunhe o brincar de Isaque com sua esposa (Gen 26:8)], pois este é um privilégio que pertence ao estado do casamento. Mas, para que eu não seja mal compreendido nisso, observe-se que o afeto de que falo não é um afeto carnal, sensual e bestial, mas tal que pode coexistir com a gravidade e sobriedade cristã: tendo relação com a alma da esposa do homem, bem como com o seu corpo, fundamentado tanto na união próxima do casamento quanto nas qualidades internas de sua esposa.

Até aqui tratamos do respeito interno do marido por sua esposa. Segue-se falar de seu comportamento externo para com ela.

13. Da aceitação gentil do marido em relação às coisas que sua esposa faz. (Ver Tratado 3, Seção 10.)

São Pedro dá uma regra geral para o comportamento externo do marido para com sua esposa, que é: que ele viva com ela com entendimento, isto é, como um homem capaz de ordenar seu comportamento sabiamente para sua própria honra e para o bem de sua esposa, para que ela tenha justa causa para bendizer a Deus por ter sido unida a tal marido.

Desta regra geral brotam estes dois ramos:

1. Que o marido não dê motivo justo de ofensa à sua esposa.
2. Que ele ordene sabiamente a ofensa que for dada por ela.
Para evitar dar ofensa, ele deve ter respeito:
3. Àquilo que ela faz como dever para com ele.
4. Àquilo que ele faz como dever para com ela.
Em relação ao primeiro, duas coisas são necessárias:
5. Que ele aceite gentilmente o que ela está disposta e é capaz de fazer.
6. Que ele elogie e recompense sabiamente o que ela faz bem. Tendo assim, por uma questão de ordem, estabelecido estes tópicos, tratarei distintamente dos diversos pontos. O primeiro detalhe em que um marido se mostra um homem de entendimento ao caminhar diante de sua esposa é pela aceitação gentil e respeitosa de cada bom dever que sua esposa realiza. Abraão, em testemunho de sua boa aceitação do esforço de Sara ao amamentar seu filho, fez um grande banquete quando a

criança foi desmamada (Gen 21:8); e Elcana, por um respeito semelhante, deu liberdade à sua esposa para fazer o que lhe parecesse melhor (1 Sam 1:23). Isso deve ser um grande encorajamento para as esposas serem sujeitas a seus maridos em todas as coisas, quando observam que nenhuma parte de sua sujeição é negligenciada com descuido, mas sim aceita com graça: isso vivifica o espírito da esposa ao pensar que seu cuidado e esforço em agradar seu marido não serão em vão.

14. Dos maridos que menosprezam e rejeitam a bondade de suas esposas.

Contrária é a prática daqueles que, pensando que tudo o que a esposa faz não passa de sua obrigação, dão pouca ou nenhuma importância a isso; ou, se não podem deixar de notar, ainda assim o consideram levemente e passam por cima sem valorizar. Isso muitas vezes faz com que a esposa até se arrependa do bem que fez, como Davi se arrependeu do serviço que prestou a Nabal (1 Sam 25:21). A verdade é que as esposas devem olhar mais para a aceitação de Deus do que para a de seus maridos: e embora seus maridos não notem ou não valorizem o que elas fazem de bom, ainda assim, por uma questão de consciência e por amor ao Senhor, devem cumprir seu dever. Mas, não obstante, considerando nossa fraqueza e relutância em relação a cada dever, não se pode negar que o pouco caso de um marido pela bondade de sua esposa é uma ocasião para torná-la cansada disso: e que ele faz tanto quanto está em seu poder para fazê-la se arrepender disso.

Mas o que diremos daqueles que rejeitam com desprezo o dever de sua esposa, sim, gostam menos delas por terem

consciência disso e, assim [totalmente contrário à regra do cristianismo], vencem o bem com o mal? (Rom 12:21). Certamente, eles mostram que há neles um espírito muito diabólico: e não podem senão causar muita dor e ofensa às suas esposas, tornando o que elas fazem muito penoso e tedioso. Os pais não devem provocar seus filhos, muito menos os maridos suas esposas (Ef 6:4).

15. Da aceitação cortês dos maridos ao comportamento reverente de suas esposas. (Ver Tratado 3, Seções 11 e 55.)

Para melhor compreensão deste ponto tão necessário, eu o aplicarei de forma um pouco mais particular e distinta aos diversos deveres da esposa, que foram reduzidos a dois tópicos: Reverência e Obediência.

Quanto ao primeiro, se uma esposa manifesta seu respeito zeloso pelo marido por meio de qualquer comportamento, gesto ou fala reverente, ele deve ir ao encontro dela [como dizemos] no meio do caminho, e manifestar sua aceitação graciosa por meio de algum comportamento, gesto e fala cortês semelhante, sendo decoroso, não tolo.

Objeção: Assim o marido se humilhará e desonrará seu lugar.

Resposta: A cortesia de que falo, como vem de um superior, sendo uma questão meramente voluntária e um sinal de bondade e favor, não é uma humilhação de si mesmo, mas uma promoção de seu inferior: uma grande graça para ela, nenhuma desonra para ele. Abraão foi considerado pelos hititas um Príncipe de Deus, contudo, ao falar com eles, inclinou-se diante deles (Gen 23:6, 7). Nota-se como algo louvável em Esaú que, embora naquele momento fosse superior ao seu irmão [pelo menos ele se considerava assim], ao observar como Jacó o reverenciava,

inclinando-se sete vezes até o chão, ele correu ao seu encontro, abraçou-o e lançou-se ao seu pescoço (Gen 33:3, 4). Muito pertinente ao ponto é o exemplo do Rei Assuero, que, vendo a postura reverente de Ester diante dele, estendeu-lhe o seu cetro, o que em um rei é uma grande cortesia (Est 5:2).

Mas para colocar o assunto fora de qualquer dúvida, observe-se o exemplo de Cristo anotado no Cântico de Salomão, e veremos que sua cortesia responde em tudo à reverência de sua Esposa.

16. Da altivez excessiva dos maridos.

Contrário a isso é o comportamento altivo dos maridos para com suas esposas, que ignoram toda reverência demonstrada pelas esposas, não as respeitando mais neste caso do que respeitariam filhos ou servos, ou do que reis respeitam a reverência de seus súditos. Frequentemente notei que há uma grande diferença entre uma esposa e todos os outros inferiores, razão pela qual todas as evidências de reverência deveriam ser muito melhor respeitadas; no entanto, sabemos que reis e rainhas estendem as mãos para serem beijadas por seus súditos quando estes se ajoelham diante deles, o que é um sinal de cortesia: quanto mais deveriam os maridos mostrar cortesia? Indignos são eles de serem reverenciados por suas esposas, aqueles que, de forma excessivamente senhorial, as ignoram.

17. Da prontidão dos maridos em ceder aos pedidos humildes de suas esposas. (Ver Tratado 3, Seção 15.)

Novamente, sendo um sinal de reverência em uma esposa tornar humildemente conhecido seu desejo ao marido, ele deve mostrar tanta cortesia a ponto de prontamente conceder o desejo dela: esta cortesia o mencionado Assuero concedeu a Ester (Est 5:3):

Davi a Bate-Seba (1 Reis 1:28): Isaque a Rebeca (Gen 28:1): Abraão a Sara (Gen 16:6), e muitos outros maridos às suas esposas. Abraão mostrou nisso tal respeito à sua esposa que, embora a coisa que ela desejava lhe fosse penosa, ele cedeu à sua esposa (Gen 21:10, 11).

Objeção: Deus primeiro ordenou que ele fizesse isso.

Resposta: Isso acrescenta mais força ao argumento, mostrando que é a vontade expressa de Deus que um marido mostre este tipo de cortesia à sua esposa. Muito mais deve um homem fazer a pedido de sua esposa do que a pedido de qualquer outro, seja amigo, filho ou pai: sim, muito mais livre, solícito e alegre deve ele mostrar-se ao conceder o pedido de sua esposa do que o de qualquer outro: desde que, no entanto, o desejo dela seja de algo que possa ser legalmente concedido: ceder em coisas ilícitas é perder sua autoridade, como foi mostrado anteriormente (ver Seção 5).

18. Da aspereza dos maridos para com suas esposas.

Contrária é a aspereza da disposição daqueles que cedem ao pedido de suas esposas como uma como uma rês brava que dificilmente se deixa ordenhar solta o leite, não sem muito esforço: por meio do qual a graça de toda a sua concessão é retirada. Não pode haver cortesia em ceder quando isso é forçado contra a sua mente e vontade: suas esposas devem pedir e implorar repetidamente, sim, ser forçadas a usar a mediação de outros para persuadir seus maridos a cederem ao seu pedido antes que eles cedam, se é que cedem. O que é isso senão proclamar a todo o mundo que não há afeição neles por suas esposas? Se o fôlego de uma esposa é estranho para seu marido, certamente o coração dele é primeiro estranho para ela: o que é

o caminho mais rápido para fazê-lo fixar seu coração em mulheres estranhas.

19. Dos maridos que se abstêm de exigir tudo o que podem. (Ver Tratado 3, Seções 38, 39, 43, 44.)

Assim como a reverência da esposa, também sua obediência deve ser respondida com a cortesia do marido. Em testemunho disso, o marido deve estar pronto para aceitar aquilo em que sua esposa se mostra disposta a obedecê-lo. Ele deve ser poupador em exigir demais dela: neste caso, ele deve moldar seu comportamento para com ela de modo que a obediência que ela realiza venha antes de sua própria disposição voluntária, de uma consciência livre para com Deus, justamente porque Deus a colocou em um lugar de sujeição, e de um amor de esposa, do que de qualquer exigência por parte do marido e, por assim dizer, por força.

Os maridos não devem exigir de suas esposas tudo o que as esposas devem ceder se for exigido. Eles devem observar o que é lícito, necessário, conveniente, oportuno e adequado para suas esposas fazerem, sim, e o que elas estão mais dispostas a fazer antes de serem excessivamente peremptórios em exigi-lo. Por exemplo:

1. Embora a esposa deva ir com seu marido e morar onde ele achar adequado, ele não deve [a menos que por virtude de algum chamado urgente seja forçado a isso] removê-la de lugar em lugar e levá-la daquele local onde ela está bem estabelecida sem o consentimento dela. Jacó consultou suas esposas e testou a disposição delas antes de levá-las da casa de seu pai (Gen 31:4).

2. Embora ela deva receber alegremente os convidados que ele traz para casa, ele não deve ser penoso e pesado para ela nisso: o maior cuidado e esforço para receber convidados recai sobre a esposa: ela deve, portanto, ser poupada nisso.

Se ele observar que ela é consciente e sábia, bem capaz de gerenciar e ordenar os assuntos da casa, mas relutante em fazer qualquer coisa sem o seu consentimento, ele deve estar pronto e livre para dar seu consentimento e satisfazer o desejo dela, como Elcana (1 Sam 1:23): e se ela for tímida e retraída em pedir consentimento, ele deve voluntariamente oferecê-lo: sim, e dar a ela um consentimento geral para ordenar e dispor dos assuntos conforme ela, em sua sabedoria, achar adequado, como o referido Elcana fez: [Faze (diz ele à sua esposa) o que bem te parecer (Prov 31:11)] e o marido daquela boa dona de casa que Salomão descreve.

Um consentimento geral é especialmente necessário para a ordenação dos assuntos domésticos: pois é um encargo dado às esposas guiar a casa (1 Tim 5:14): pelo que parece que os afazeres da casa pertencem e são mais próprios da esposa: nesse aspecto ela é chamada de dona de casa: de modo que, nisso, os maridos devem remeter os assuntos à ordenação delas, e não restringi-las em cada assunto particular de fazer qualquer coisa sem uma licença e direção especial. Para exemplificar isso em alguns detalhes, pertence peculiarmente à esposa:

1. Ordenar a decoração e o arranjo da casa (Prov 31:21, 22).
2. Dispor a provisão ordinária para a família (Prov 31:15).
3. Regrar e governar as servas (Gen 16:6).
4. Criar os filhos enquanto são jovens, e coisas semelhantes (1 Tim 5:10; Tito 2:4). Estes, portanto, deve ele, com um

consentimento geral, remeter à descrição dela (2 Reis 4:19): com a limitação apenas destas duas cautelas:

5. Que ela tenha, em certa medida, descrição, inteligência e sabedoria suficientes, e não seja excessivamente ignorante, tola, simples, perdulária, etc.
6. Que ele tenha uma supervisão geral em tudo, e assim interponha sua autoridade para não permitir que nada ilícito ou indecoroso seja feito por sua esposa em relação à casa, filhos, servos ou outras coisas: pois
7. O encargo geral de tudo recai principalmente sobre ele.
8. Ele dará conta a Deus por todas as coisas que estiverem erradas em sua casa.
9. A culpa de tudo também recairá sobre ele diante dos homens.

Mas, providas essas duas cautelas, ele deve, junto com seu consentimento geral, depositar confiança em sua esposa (Prov 31:11) [como Potifar fez em José (Gen 39:6)], fazendo nisso uma diferença entre a esposa e todos os outros, sejam filhos adultos, amigos ou servos que ele emprega em seus afazeres. A estes, em cada detalhe, ele pode dirigir quanto à matéria e à maneira, e exigir uma conta rigorosa das despesas feitas ou outras coisas realizadas: porque o que eles fazem é total e unicamente para outro. À sua esposa [que é mãe em conjunto de seus filhos e governante de sua casa, para cujo bem a riqueza do marido redunde e, nesse aspecto, faz para si mesma o que faz para seu marido], maior liberdade e licença devem ser dadas.

20. Do excesso de rigor dos maridos para com suas esposas.

Contrário é o rigor e a austeridade de muitos maridos, que se mantêm no degrau mais alto de sua autoridade e não cedem mais a uma esposa do que a qualquer outro inferior. Tais são aqueles:

1. Que nunca estão contentes ou satisfeitos com qualquer dever que a esposa realize, mas estão sempre exigindo mais e mais.
2. Que não se importam com o quão penosos e pesados são para suas esposas: penosos ao trazerem para casa convidados que sabem que não podem ser bem-vindos para elas; pesados por convidarem convidados com frequência excessiva e em momentos inoportunos, ou impondo outros afazeres extraordinários semelhantes, além dos assuntos comuns da casa. A imposição frequente de tais coisas não pode senão gerar muito cansaço. Momentos inoportunos [como quando a esposa está fraca por doença, parto, amamentação ou outros meios semelhantes, e por isso não é capaz de dar aquele contentamento que de outra forma daria] não podem senão inquietá-la muito e causar-lhe grande ofensa.
3. Que mantêm suas esposas sob controle como se fossem crianças ou servas, restringindo-as de fazer qualquer coisa sem o seu conhecimento e consentimento expresso e particular.
4. Que são excessivamente intrometidos ao bisbilhotar cada negócio da casa e querem ter as mãos em tudo. Além de tais maridos não oferecerem oportunidade às suas esposas de darem prova do entendimento, inteligência, sabedoria, cuidado e outros dons com que Deus as dotou, eles retiram aquele fim principal para o qual a esposa foi dada ao homem, a saber, ser uma ajudadora (Gen 2:18). Tais maridos não podem senão negligenciar outros assuntos mais pesados, que mais propriamente lhes pertencem. Pois observe e verá que tais maridos que são mais ocupados com os assuntos privados da casa pertencentes às suas esposas, são os mais negligentes

com os assuntos que pertencem a eles mesmos: eles pensam que caminham em integridade, mas não são justos nem sábios nisso: pois o homem justo caminha na SUA integridade (Prov 20:7), e a sabedoria do prudente é entender o SEU caminho (Prov 14:8): aquela integridade que pertence ao seu próprio lugar peculiar e ao seu próprio caminho: mas todo tolo se intrometerá (Prov 20:3), a saber, com coisas que não pertencem ao seu lugar.

5. Que são excessivamente suspeitos de suas esposas e, por isso, excessivamente rigorosos ao exigir contas delas. São Paulo chama as suspeitas de más (1 Tim 6:4), e isso não sem justa causa: pois más são elas em sua natureza e más em seus efeitos, sendo ocasiões de muitos males: mas em ninguém tão más quanto nos maridos para com suas esposas. Se a fidelidade da esposa [para cujo bem o bem-estar da família e o aumento do patrimônio redundam tanto quanto para o do marido] for suspeitada sem justa causa, em quem se confiará? É a ruína de muitas famílias que se confie em servos e não nas esposas.

Até aqui tratamos da aceitação gentil do marido em relação ao que sua esposa está disposta e é capaz de fazer.

21. Dos maridos que encorajam suas esposas em coisas boas.

O amor que um marido deve à sua esposa exige ainda que ele elogie e recompense sabiamente o que ela fez bem. O que o Apóstolo diz da autoridade do Magistrado pode ser aplicado adequadamente à do marido em relação à sua esposa: Faze o que é bom e terás louvor dele (Rom 13:3). É expressamente notado na descrição de um bom marido que ele louva sua esposa (Prov

31:28, 29): e ao dizer: Dai-lhe do fruto das suas mãos (Prov 31:31), está implícito também que ele a recompensa.

Esta é uma evidência indubitável de sua boa aceitação do dever dela e um encorajamento adicional para estimulá-la a prosseguir e continuar fazendo o bem. Sim, isso é também uma evidência de sua alegria e deleite tanto na pessoa dela quanto em seu bom procedimento. Se não houver deleite na pessoa de alguém, o bom procedimento despertará antes a inveja do que a alegria: e aqueles que invejam o bom procedimento de um homem nunca o elogiarão ou recompensarão por isso.

No elogio de um marido à sua esposa, esta advertência deve ser feita: que ele ordene seu elogio de modo que não cheire a lisonja ou dotação excessiva: nem desperte luxúria ou inveja em outros.

22. Dos maridos que desencorajam ingratamente suas esposas.

Contrária é a disposição ingrata, se não invejosa, de tais maridos que, ignorando muitas coisas boas feitas ordinária e usualmente todos os dias por suas esposas sem qualquer aprovação, elogio ou remuneração, estão prontos para criticar o menor deslize ou negligência nelas; e isso em termos tão gerais como se elas nunca fizessem nada bem, de modo que suas esposas podem bem se queixar e dizer como no provérbio:

Muitas vezes fiz o bem, e isso nunca ouvi: Uma vez fiz o mal, e isso sempre ouvi. No entanto, tais homens estarão prontos para elogiar as esposas de outros homens e censurar as suas próprias com os exemplos daquelas outras, quando as suas próprias as superam em todo tipo de bondade. O que isso mostra senão que ou eles não notam a bondade de sua própria esposa

ou, devido à frequência da mesma, pouco a valorizam? Se suas esposas não tiverem muita graça nelas, esta disposição é suficiente não apenas para desencorajá-las de cumprir qualquer bom dever, mas também para gerar ciúmes nelas e alienar seus corações deles.

23. Da mansidão do marido. (Ver Tratado 3, Seção 10.)

Até aqui tratamos daquele respeito que um marido deve ter pelo dever que sua esposa realiza para com ele. Para evitar ofensa justa, o marido deve ainda ter bom respeito àquilo que, como dever, ele faz para com sua esposa. Assim como ele deve aceitar gentilmente o dever das mãos de sua esposa, ele deve realizar com mansidão aquele dever que deve a ela.

Esta mansidão é um fruto especial e evidência de amor, e um meio notável para retirar toda ofensa que, de outra forma, poderia ser tomada de muitas coisas que ele faz. Açúcar e mel não são mais agradáveis à língua do que a mansidão ao coração; ela faz com que coisas que de outra forma seriam penosas e dolorosas para a alma sejam bem aceitas e aplicadas, tal como pílulas amargas mergulhadas em xarope doce ou enroladas na polpa macia de uma maçã são logo engolidas e bem digeridas. Se um marido deseja ser considerado um servo do Senhor, ele deve aprender esta lição: Pois o servo do Senhor deve ser brando para com todos (2 Tim 2:24). Se qualquer outro servo do Senhor deve ser assim, muito mais os maridos: se para com todos os homens, acima de tudo para com suas esposas; e isso em muitos aspectos.

1. Por causa da união próxima entre marido e mulher.

2. Por causa da autoridade conjunta que ela tem com ele sobre os outros: para que nisso ele seja um precedente e exemplo para ela.
3. Por causa da fraqueza dela: os vidros são manuseados com ternura: uma pequena batida logo os quebra.

24. Da amargura dos maridos.

Contrária é a amargura, um vício expressamente proibido, e em particular aos maridos. Um vício que não pode coexistir com o amor de marido: por isso o Apóstolo, ao ordenar um, proíbe o outro: Amai [diz ele] e não sejais amargos (Col 3:19). Nada mais cega o fio de sua autoridade, perverte o uso de seu governo, provoca o estômago de sua esposa, faz com que suas palavras e atos sejam menos respeitados do que a amargura. É como fel e absinto misturados com carnes doces e saudáveis, o que faz com que não possam ser bem digeridas, mas com violência sejam cuspidas de volta assim que provadas. Homens em autoridade são muito propensos a isso: e por isso, ó maridos, sede tanto mais vigilantes contra isso, amai vossas esposas e não sejais amargos com elas.

25. Dos títulos que um marido dá à sua esposa. (Ver Tratado 3, Seções 13 e 14.)

A mencionada mansidão de um marido deve ser manifestada em sua: Fala e Comportamento. Pois tanto quanto a reverência se estende nos deveres das esposas, a mansidão deve ser estendida nos deveres dos maridos. Quer a fala de um marido seja para sua esposa diante dela, ou sobre ela pelas costas, deve ser adoçada com mansidão (ver Tratado 2, Parte 2, Seção 36).

- Quanto à sua fala para ela: 1. os títulos com que a chama, 2. as instruções que lhe dá, 3. os mandamentos que lhe impõe, 4.

as repreensões com que a corrige, devem todos ser misturados com mansidão.

Entre outros títulos, o título mais comum e usual [esposa] é um título manso e gentil, e o menos ofensivo de todos: se um marido der qualquer outro título à sua esposa, deve ser um que manifeste bondade, familiaridade, amor e deleite. Tais são todos os títulos que Cristo dá à Igreja, como Esposa, Amor, Pomba, e outros semelhantes. Não nego que no Cântico de Salomão e em outros lugares da Escritura muitos títulos são dados e falas usadas por Cristo para a Igreja que não são adequados para serem usados por maridos para suas esposas, porque são metafóricos e hiperbólicos: mas ainda assim em todos eles podemos observar sinais de amabilidade, bondade e mansidão, que é o fim para o qual aleguei seu exemplo.

Mas contrários são títulos que, por um lado, colocam a esposa em um lugar elevado demais sobre seu marido, como Senhora, Madame, Dama, Mãe, etc. E, por outro lado, a colocam em uma posição vil demais, como mulher, moça, etc. E seus nomes cristãos abreviados, como Sal, Mal, Bess, Nan, etc. E nomes de parentesco, como Irmã e Prima: e nomes oprobriosos, como desleixada, rameira, meretriz; e nomes mais adequados a animais do que a esposas, como Cole, Brown, Muggle, etc.

Objeção: Estes são títulos de mansidão, bondade e muita familiaridade: pois os maridos chamam suas esposas por estes nomes não quando estão zangados com elas e descontentes, mas ordinária e usualmente, mesmo quando estão mais satisfeitos.

Resposta: A mansidão e familiaridade que se exige de um marido deve ser tal que possa coexistir com sua autoridade e lugar de eminência [como alguns desses nomes não fazem], e com aquela

união próxima que existe entre marido e mulher acima de todos os outros [como outros não fazem], e com a gravidade e discrição cristã [como outros não fazem]. Os cristãos, portanto, devem tomar cuidado para que, por sua prática, não justifiquem costumes corruptos.

26. Da maneira de um marido instruir sua esposa.

À instrução o Apóstolo anexa expressamente a mansidão. Instruí [diz ele] com mansidão os que se opõem. Se os Ministros devem usar de mansidão quando instruem seu povo, muito mais os maridos quando instruem suas esposas: se em caso de oposição a mansidão não deve ser deixada de lado, então em nenhum caso, em nenhum momento.

Neste caso, para manifestar mansidão, observem-se estas regras:

1. Nota o entendimento e a capacidade de tua esposa e, conseqüentemente, ajusta tuas instruções: se ela for de capacidade limitada, dá preceito sobre preceito, linha sobre linha, aqui um pouco e ali um pouco: um pouco de cada vez dado frequentemente [a saber, todos os dias algo] resultará com o tempo em uma grande medida, e resultará de tal modo que, junto com o conhecimento da coisa ensinada, o amor pela pessoa que ensina aumentará.
2. Instrui-a em particular, entre ti e ela, para que a ignorância dela não seja alardeada: ações privadas que passam entre marido e mulher são sinais de muita bondade e familiaridade.
3. Na família, instrui os filhos e servos quando ela estiver presente, de modo que ela possa aprender conhecimento

por meio disso: não pode haver maneira mais mansa e gentil de instruir do que por meio de um instruir o outro.

4. Junto com teus preceitos, mistura persuasões doces e profundas, que são testemunhos de grande amor.

Contrária é uma maneira áspera e rude de instruir, quando os maridos tentam enfiar na cabeça de suas esposas, como que por violência, mistérios profundos que elas não são capazes de conceber, e ainda assim, se não conceberem, eles se zangarão com elas e, na raiva, usarão linguagem ofensiva e proclamarão sua ignorância diante de filhos, servos e estranhos. Esta aspereza é ordinariamente tão infrutífera e, ao mesmo tempo, exaspera tanto o espírito da mulher, que creio que ele faria melhor em omitir totalmente o dever do que fazê-lo de tal maneira.

27. Da maneira de um marido ordenar qualquer coisa à sua esposa. (Ver Tratado 3, Seções 43, 51, 52, 63, 64.)

Os mandamentos que um marido dá à sua esposa, sejam eles afirmativos [ordenando-lhe que faça algo] ou negativos [proibindo-lhe de fazer isto ou aquilo], devem todos ser temperados com mansidão. Para esse fim, deve-se ter respeito à matéria e à maneira de seus mandamentos.

Em relação à matéria, as coisas que ele ordena que sua esposa faça devem ser:

1. Tais que sejam de fato lícitas e honestas.
2. Tais que ela esteja convencida de que o são.
3. Tais que condigam com o seu lugar.
4. Tais que sejam de peso e importância.

E, pelo contrário, as coisas que ele proíbe devem ser:

1. Tais que sejam de fato ilícitas de se fazer.
2. Tais que ele possa evidentemente provar a ela que são ilícitas.
3. Tais que sejam inadequadas ao seu lugar.
4. Tais que terão algum efeito mau e pernicioso se forem feitas.
5. Ordenar algo ilícito ou proibir algo que deve ser feito é colocar sua própria autoridade em oposição à de Deus: caso em que ele coloca sua esposa neste dilema: ou rejeitar o mandamento de Deus ou o dele. Como, então, pode ela pensar que seu marido a ama, quando ele a coloca em tais armadilhas e apuros, que ela deve necessariamente cair no abismo do desagrado de Deus ou colidir contra a rocha da ofensa de seu marido? A mansidão está longe de tais mandamentos.
6. O mesmo pode ser dito de tais coisas que, para a consciência da esposa, parecem ser pecaminosas, se lhe forem impostas; ou seu dever obrigatório, se lhe forem proibidas: especialmente se ela tiver qualquer fundamento para sua consciência na palavra de Deus. A consciência está sujeita apenas a Deus: se for forçada, seria um horror terrível e um verdadeiro inferno naquela parte cuja consciência é forçada: Aquela que duvida é condenada se faz aquilo de que tem dúvida.

Objeção: Em assuntos duvidosos, o poder de comando de um governante é garantia e fundamento suficiente para resolver a consciência daqueles que estão sob autoridade.

Resposta: 1. Em coisas meramente duvidosas, sobre as quais a parte em sujeição não tem garantia na Palavra de Deus de um lado ou de outro, pode ser assim. Mas quando a consciência não

duvida nem fica em suspenso, mas está, por algum fundamento tirado da Palavra de Deus, convencida de que o que é ordenado é ilícito, ou o que é proibido é um dever obrigatório, então fazer isto, ou deixar aquilo de ser feito, é para a parte assim convencida um pecado: e esta é a dúvida [de que fala o Apóstolo] que condena o homem. Neste caso, instar uma esposa a fazer isto, ou a não fazer aquilo, é instá-la ao pecado: o que um espírito manso e um coração amoroso não farão.

Embora o comando do marido seja garantia suficiente para a esposa, e se ele peremptoriamente a pressionar para isto ou aquilo, ela deva ceder, contudo o amor e a mansidão exigidos de um marido deveriam fazê-lo ser tão zeloso por ela a ponto de renunciar a algo de seu poder e, quando vir a consciência dela perturbada por seu comando, aliviar a consciência dela abstendo-se de pressionar aquilo que parece tão pesado para ela. Um marido pode pecar ao pressionar demais algo sobre sua esposa, ao qual ela, sob a pressão dele, pode ceder sem pecado.

Aqui está a tradução do texto para o português, mantendo a formatação e a numeração solicitadas:

28. Do sábio comportamento do marido quando sua esposa é erroneamente escrupulosa. (Veja Tratado 4, Seção 66.)

Objeção. E se um marido, segundo seu conhecimento, observar que sua esposa é erroneamente escrupulosa, e que ela interpreta mal e aplica erroneamente a palavra de Deus, a qual ela torna o fundamento de seu escrúpulo?

Resposta: Ele deve primeiro trabalhar para resolver a consciência dela por meio de uma clara descoberta do erro dela; o que é um verdadeiro e grande sinal de amor: se, apesar de tudo o que ele puder fazer nesse sentido, ela não puder ser levada a

ceder ao que ele deseja, então ele deve observar cuidadosamente estas duas coisas.

1. Se a recusa dela em ceder é obstinação ou fraqueza.
2. Se o assunto é algo leve ou de grande peso.

Pelos motivos que ela apresenta e pela maneira como os defende, ele pode discernir se a fraqueza ou a obstinação a faz resistir a ele: se a razão em que ela se apoia, extraída da palavra de Deus, for duvidosa e, para alguém que não possui um juízo sólido e uma inteligência aguçada, parecer ter algum fundamento, pressupõe-se que há mais fraqueza do que teimosia nela. Mas se ela não puder apresentar nenhuma boa razão, mas apenas se agarrar a qualquer aparência que de algum modo pareça inclinada a seu favor, e peremptoriamente mantiver a conclusão, e firmemente se mantiver em sua própria resolução, embora a vaidade de seus pretextos lhe seja evidentemente descoberta, de modo que ela não tenha mais nada a objetar; ou se ela não apresentar razão alguma, exceto seu próprio pensamento, conceito e vontade, e ainda assim se recusar a ceder, certamente a obstinação possui o seu coração. Em caso de obstinação, é muito conveniente que o marido se firme em seu poder para manter sua autoridade e, pela melhor sabedoria que puder [usando apenas meios lícitos], leve-a a ceder de sua teimosia para aquilo que ele exige: especialmente se o assunto for de peso: como no caso de um homem religioso casado com uma esposa papista, e ela por nenhuma razão for movida a abster-se de ir à Missa, ou a ceder em ir à pregação do Evangelho. Mas se, por fraqueza, ela não puder ser convencida da licitude do que seu marido exige, e a matéria exigida não for de grande consequência, nem a fraqueza de sua consciência

causar grande erro, o marido deve manifestar sua mansidão a ponto de abster-se de pressionar a consciência dela.

29. Do marido que se abstém de exigir coisas impróprias à posição da esposa. (Veja Tratado 3, Seções 43 e 44.)

Coisas impróprias à posição de uma esposa são desonrosas para ela: para um marido instá-la por ordem estrita a fazê-las, implica mais rigor do que mansidão. Se o espírito daquele monarca obstinado, Assuero, tivesse sido mais brando para com sua esposa, ele não a teria pressionado tanto para algo tão impróprio quanto o que fez, a saber, vir perante todos os seus príncipes e povo para exibir sua beleza. É verdade [como mostramos antes (veja Tratado 3, Seção 28)] que ela pecou ao recusar ceder a isso, tendo ele exigido peremptoriamente; mas essa ofensa da parte dela não justifica o fato dele, nem o isenta de toda culpa: nota-se que ele estava alegre com o vinho quando deu aquele mandamento (Ester 1:10), o que insinua que sua prática era mais condizente com um homem embriagado do que com um sóbrio: tal é a prática daqueles que exigem de suas esposas que realizem afazeres que condizem mais com criadas do que com esposas, ou com meretrizes do que com mulheres honestas; como ir a tavernas, casas de bebidas, teatros e lugares onde se encontram companhias levianas.

30. Do marido que exerce sua autoridade em assuntos de peso.

Usar a autoridade em assuntos de peso, assuntos de momento, faz com que ela tenha tal peso que será muito melhor respeitada: pois assim a esposa será levada a ceder ao que é ordenado, ou a condenar-se por não ceder: sim, assim a esposa pode ver que não é tanto a vontade dele que o faz usar sua autoridade ao ordenar,

mas a necessidade da coisa em si, que redundava especialmente para o bem dela que a executa: pois o cumprimento de um dever é, na maioria das vezes, mais vantajoso para a parte que o realiza, de modo que, por meio disso, o marido demonstra amor à sua esposa ao insistir naquilo que insiste.

Para que este sinal de amor apareça melhor, é proveitoso que o marido acrescente ao seu comando razões justas e ponderadas, para que assim sua esposa possa discernir melhor a conveniência, a licitude, a oportunidade e a necessidade das coisas ordenadas. Sabemos que todas as coisas que Deus ordena são ponderadas e necessárias: sim, a Sua Vontade [sendo a própria regra e fundamento de toda bondade] torna as coisas absolutamente necessárias; no entanto, aos Seus mandamentos Ele costuma acrescentar razões ponderadas; mostrando, de um lado, o benefício e a bem-aventurança que virão para aqueles que obedecem aos Seus mandamentos; e, de outro lado, o dano e a miséria que cairão sobre as cabeças daqueles que se recusam a obedecer; por meio do que Ele mostra o grande respeito que tem por nós e o desejo ardente que tem pelo nosso bem. Assim pode um marido, mesmo em seus mandamentos, mostrar muito amor e bondade.

31. Do orgulho excessivo dos maridos ao comandar.

O contrário é o orgulho prepotente dos maridos, quando querem que sua própria vontade seja feita: não importa se a coisa ordenada é lícita ou ilícita, se a consciência de suas esposas pode ceder a ela ou não, se condiz com a honra de suas posições ou não, e se é algo pesado ou leve; a vontade deles é que seja feito, e feito será, e essa é toda a razão que darão. Alguns pensam que é uma glória comandar o que listam; e pensam que não há prova de sua autoridade, e da sujeição de suas esposas, senão em tais

coisas que, por sua própria vontade, sem qualquer outro fundamento ou razão, eles ordenam. Se tais maridos encontram confrontos; se, embora comandem muito, não encontram um desempenho correspondente; podem culpar a si mesmos, que seguem o caminho mais rápido para terem sua autoridade desprezada e até pisoteada.

32. Do uso raro e brando do poder de comando pelos maridos.

O respeito deve ser mantido pelos maridos tanto quanto à maneira de usar sua autoridade ao comandar, como quanto à matéria. Em relação à maneira, seus mandamentos devem ser:

1. Raros, não muito frequentes.
2. Por meio de súplica, não muito peremptórios.

A autoridade é como uma espada, que com o uso excessivo ficará cega e, assim, falhará em prestar aquele serviço que de outra forma poderia prestar quando houvesse mais necessidade. Um homem sábio, grave e pacífico pode ter sempre sua espada pronta, e esta também muito brilhante, afiada e cortante: mas ele não será muito apressado em tirá-la da bainha; ele prefere guardá-la para um momento de necessidade, quando ela lhe será de maior utilidade. Tais maridos, portanto, que são frequentes demais em seus comandos, mostram-se nem graves, nem sábios, nem amantes da paz.

Assim como o uso da autoridade de um marido ao comandar deve ser raro, também quando houver ocasião para usá-la, deve ser temperado com tal mansidão e moderação que o marido [segundo o exemplo de São Paulo], embora tenha poder para comandar o que é conveniente, deve, por amor, antes suplicar. Note como Abrão formula suavemente sua fala à sua

esposa: "Dize, peço-te, que és minha irmã" (Gênesis 12:13). Embora o que ele exigia cheirasse a fraqueza excessiva, sua maneira de exigir era bem condizente com um marido bondoso.

33. Da insolência e peremptoriedade dos maridos.

O contrário é a insolência de muitos, que não conseguem falar com suas esposas senão em tom de comando. A autoridade deles é como a espada de um arruaceiro, que não consegue descansar muito tempo na bainha, mas em cada pequena ocasião é sacada. Este uso frequente de comandar faz com que seus mandamentos não sejam em nada respeitados. O mesmo pode ser dito daqueles que são peremptórios demais ao comandar: não pode haver um "não" para o que eles dizem: sob comando, eles querem que sua vontade seja feita, e de nenhuma outra maneira: nenhuma persuasão, nenhuma súplica será usada: eles preferem não ter sua vontade feita de modo algum do que não tê-la sob comando absoluto: mais ainda, não permitirão que outros, em caso de qualquer recusa, supliquem ou persuadam, mas tentarão o que absolutamente podem fazer pela autoridade. Assim como, ao tentar dobrar o aço para ver até onde ele vai, muitas vezes ele quebra; assim, ao colocarem sua autoridade à prova máxima, muitas vezes perdem toda a sua autoridade: caso em que o prejuízo fica em suas mãos.

34. Do marido repreendendo sua esposa. (Veja Tratado 3, Seção 47.)

A autoridade e o encargo que Deus deu ao marido sobre sua esposa exigem que, conforme a ocasião boa e justa se ofereça, ele a repreenda: pois este é um meio especial para afastá-la daqueles pecados nos quais, de outra forma, ela poderia viver e jazer, sim, e também morrer; e assim viver, jazer e morrer sob a

ira de Deus: livrar uma esposa de tal miséria e desgraça é um sinal de amor tão grande quanto tirá-la da água quando ela está em perigo de afogamento, ou do fogo quando está em perigo de queimar. Salomão assim denomina as repreensões: "repreensões da vida" (Provérbios 15:31), e expressamente observa que as repreensões são o caminho da vida, um meio para gerar e preservar a vida espiritual e para levar alguém à vida eterna, e assim escapar da morte e da condenação (Provérbios 6:23). Nesses aspectos, as repreensões são chamadas de um bálsamo precioso ou óleo excelente que pode curar uma ferida, mas não causar nenhuma: não quebra a cabeça, como diz o Salmista (Salmo 141:5). Com base nisso, sem dúvida, nota-se de muitos bons maridos, que foram, sem qualquer questionamento, maridos amorosos, gentis, mansos e brandos, que repreenderam suas esposas: como Jacó (Gênesis 30:2), Jó (Jó 2:10), Davi (2 Samuel 6:21,22) e outros.

35. Da negligência da repreensão.

O contrário é a mente servil e temerosa de muitos maridos, que têm receio de ofender e [como pensam] de provocar suas esposas; e, por isso, preferem deixá-las continuar no pecado do que lhes falar sobre isso. Com isso, eles tanto desonram sua posição e a imagem de Deus, que pela virtude de sua posição carregam, quanto também, em efeito e verdade, odeiam suas esposas; o que a Lei implica quando diz: "Não odiarás a teu irmão no teu coração; mas repreenderás abertamente o teu próximo, e não sofrerás pecado sobre ele" (Levítico 19:17).

36. Do bom ordenamento da repreensão quanto à sua matéria. (Veja Tratado 3, Seção 47.)

Para que um marido possa demonstrar evidentemente que sua repreensão à esposa é, de fato, um fruto de seu amor, ele deve ter um cuidado especial em adoçá-la, especialmente com mansidão: pois é a pílula mais amarga que um marido pode dar a uma esposa. É uma correção verbal e, nesse aspecto, um meio termo [por assim dizer] entre a admoestação e a correção; participando um pouco de ambas: não vai além das palavras, e assim é uma admoestação: as palavras de uma repreensão são agudas, e assim é uma correção: embora seja apenas uma correção branda, é uma admoestação aguda; e toda a correção que, por si mesmo, um marido pode dar à sua esposa: pois mostraremos depois que ele não deve proceder a golpes e pancadas (veja Seção 44).

Para adoçar a repreensão com mansidão, deve-se ter atenção [como observado antes sobre o comandar] tanto à matéria quanto à maneira da mesma.

A matéria da repreensão deve ser: 1. Justa, 2. De peso. A justiça exige que seja uma verdade, e uma verdade conhecida, algo de que ele tenha certeza, pelo qual repreende sua esposa. Cristo, ao dar instruções para repreender corretamente, estabelece isto como fundamento: "Se teu irmão pecar contra ti" (Mateus 18:15), etc. Portanto, um pecado deve preceder a repreensão: onde não há pecado, a repreensão é injusta. Novamente, o Apóstolo aconselha que uma acusação não deve ser recebida senão sob duas ou três testemunhas (1Tm 5:19); por meio do que ele implica que um relato leve não deve ser aceito, mas onde a culpa é atribuída, deve haver duas ou três testemunhas para confirmá-la, de modo que aquele que censura possa ter um fundamento bom e seguro para o que faz: de fato, esse conselho foi dado em particular sobre um presbítero, mas

do menor para o maior segue-se que é um bom conselho em relação às esposas: pois nenhum tipo de pessoa deve ser mais cauteloso em atribuir culpa a outra e repreender pela mesma do que um marido para com sua esposa.

A equidade exige ainda que a matéria pela qual um marido repreende sua esposa seja de peso; a saber, por alguma falta que seja perigosa para a alma dela, prejudicial ao patrimônio deles, contagiosa por motivo de mau exemplo para os filhos e outros na família, mas, acima de tudo, por pecado contra Deus, que provoca a Sua ira e atrai a Sua pesada maldição sobre ele, ela e toda a família.

Quando aquilo pelo qual uma esposa é repreendida é uma verdade, uma verdade conhecida e uma verdade de peso, o marido, ao cumprir este dever, justifica seu ato, mostra que havia necessidade disso e, assim, dá evidência de seu amor, faz sua repreensão penetrar mais profundamente e, assim, a deixa mais envergonhada de sua falta; de onde se seguirá que, ou ela corrigirá sua falta, ou pelo menos terá sua boca fechada, de modo que não terá nada a objetar contra isso. As repreensões dos três santos mencionados anteriormente, Jacó (Gênesis 30:2), Jó (Jó 2:10) e Davi (2 Samuel 6:21,22), foram condizentes com estes pontos de justiça e sabedoria: e os efeitos das mesmas foram condizentes com aqueles que observamos nesta razão, como implica o silêncio das três esposas: pois nenhuma delas replicou.

37. Da repreensão indevida.

Contrárias à justiça e equidade mencionadas são a credulidade excessiva e a suspeita indevida. A credulidade ocorre quando se dá crédito a cada relato leve e, com base nisso, atribui-se culpa à esposa antes que qualquer prova justa seja feita daquilo pelo

qual ela é culpada: por meio do que muitas vezes acontece que ela é injustamente culpada: e, se for, que bom fruto pode proceder de tais repreensões? Sim, que maus frutos não são prováveis de proceder dali, como descontentamento secreto [se não malícia e ódio] e contendas e brigas abertas?

O mesmo pode ser dito da suspeita leve e sem causa, que é a mãe do ciúme e o próprio veneno do casamento, de onde o diabo tira grande vantagem contra ambos, buscando assim desatar aquele nó que Deus tão firmemente uniu entre eles.

A suspeita para a mente é como um vidro colorido para o olho, que representa as coisas à vista não como de fato são em sua cor verdadeira, mas conforme a cor do vidro. A suspeita fará um homem perverter tudo o que sua esposa faz e culpá-la muitas vezes por coisas que são dignas de louvor: caso em que, o que se pode pensar, senão que um marido busca vantagem contra sua esposa, em vez de qualquer bem para ela?

Se a esses dois vícios mencionados [credulidade e suspeita] ele acrescentar a precipitação e a pressa em repreender, e tornar cada pequena e leve matéria que de algum modo ele desaprova em motivo de repreensão, não proclama ele a todos que o souberem que ama mais a briga do que ama sua esposa? Sim, não é este o caminho pronto para fazer com que toda a sua repreensão seja [se não escarnecida] levemente considerada? Qual será então o proveito delas?

38. Se um marido pode repreender sua esposa por coisas de que ele mesmo é culpado.

À matéria da repreensão, alguns acrescentam que um marido não deve repreender sua esposa por aquela falta da qual ele mesmo é culpado: mas eu duvido desta orientação. Não nego que ele

deva ter um cuidado especial para não ser culpado daquele crime pelo qual culpa sua esposa; caso contrário, 1. ele cega o gume de sua repreensão, de modo que ela não pode penetrar facilmente no coração dela. 2. Ele faz com que ela ricocheteie de volta sobre si mesmo com estas censuras: "Médico, cura-te a ti mesmo" (Lucas 4:23); "Hipócrita, tira primeiro a trave do teu próprio olho" (Mateus 7:5). "Tu que ensinas a outro, não te ensinas a ti mesmo?" (Romanos 2:21). 3. Ele é uma testemunha pesada contra si mesmo; pois naquilo que julga a outro, condena a si mesmo (Romanos 2:1). Mas inferir disso que, porque ele é culpado de tais vícios como os que estão em sua esposa, ele não deve repreendê-la, embora ela seja digna de ser repreendida, é uma teologia pouco sólida e boa: pois assim ele se torna culpado de uma dupla falta, uma por cometer o pecado ele mesmo, a outra por permitir que sua esposa permaneça nele: ao passo que, se ele repreendesse sua esposa, poderia por meio disso recuperar tanto a ela quanto a si mesmo: pois não duvido que a repreensão à sua esposa atingiria sua própria consciência mais profundamente do que se um terceiro repreendesse a ambos. Como Judá e Davi foram atingidos no coração depois de terem dado sentença contra crimes de que eles mesmos eram culpados? (Gênesis 38:26; 2 Samuel 12:13). É um bom conselho que nenhum homem seja culpado daquilo que repreende em sua esposa, mas não é uma boa regra dizer que nenhum homem deve repreender sua esposa daquilo de que é culpado.

39. Do bom ordenamento da repreensão quanto à sua maneira.

Orientações semelhantes às que foram dadas para a maneira de comandar devem ser observadas na maneira de repreender.

As repreensões, portanto, devem ser: Raras, Mansas. Quando as repreensões são usadas raramente, apenas em ocasiões urgentes e necessárias, 1. Isso mostra que o marido não sente prazer em repreender sua esposa, mas é até forçado a isso. 2. Faz com que a esposa a considere muito mais. 3. É provável que opere uma cura mais perfeita, pois as repreensões raras e ocasionais costumam penetrar mais profundamente.

O contrário é a repreensão contínua e o encontrar defeito na esposa por tudo o que está errado: se não apenas a própria esposa, mas um filho, ou servo, ou qualquer outra pessoa na casa errar, a esposa será culpada por isso. Este é um erro comum demais nos maridos; por meio do qual eles provocam muito suas esposas; sim, e muitas vezes fazem com que elas não deem mais importância a uma repreensão do que a qualquer outra palavra. Pois, assim como os pássaros que sempre habitam em campanários onde há muito toque de sinos não se assustam nem um pouco com seu som alto; assim as esposas que têm seus ouvidos de tempos em tempos cheios com a repreensão de seus maridos, pelo uso, são levadas a não se moverem em nada com isso.

Que uma repreensão deve ser dada com mansidão é claro pelo preceito geral do Apóstolo de restaurar alguém no espírito de mansidão (Gl 6:1): pois uma maneira correta de repreender é particularmente pretendida por isso. Ora, de todos com quem temos que lidar, não há objeto mais adequado para a mansidão do que a esposa, que de uma maneira mais peculiar do que qualquer outra é a tua própria carne.

A mansidão diz respeito tanto ao segredo do lugar quanto à suavidade das palavras. Quando um marido está a sós com sua esposa, então é a estação mais adequada para a repreensão: assim

a repreensão será condizente com a orientação de Cristo: "dize-lhe a sua falta entre ti e ele só" (Mateus 18:15) [diz Cristo de um irmão]: mas nenhum irmão deve ser mais cuidado do que uma esposa. Assim também ela penetrará melhor na alma dela, quando nenhum conceito de desonra e descrédito surgir para impedir o trabalho dela: conceitos que estarão prontos a surgir quando uma repreensão é dada em público perante outros. Assim, igualmente, será tirada a ocasião dos filhos e servos de desprezá-la: o que de outra forma eles fariam rapidamente, se perante eles ela fosse repreendida; concluindo dali que ela é mantida sob sujeição tanto quanto eles: ora, porque ela é com ele uma governante conjunta deles, ele deve por todos os meios manter a reputação dela perante eles.

Pergunta: E se ela não der importância a uma repreensão em segredo?

Resposta: Ele pode seguir a orientação de Cristo: "Toma contigo ainda um ou dois", a saber, amigos sábios, graves e fiéis, se possível, do parentesco dela, como seus pais [se ela tiver algum vivo] ou aqueles que estão no curso da natureza mais próximos dos pais [se não forem parciais para o lado dela] e perante eles repreenda-a (Mateus 18:15): mas de modo algum perante qualquer pessoa da casa sob o governo dela.

Pergunta: E se a falta dela for pública, tal que possa ser um mau exemplo para os da casa, tendo sido cometida à vista deles, ou levada de algum outro modo ao conhecimento deles?

Resposta: Sabiamente ele deve manifestar sua desaprovação da falta dela de modo que não prejudique a honra dela: ele pode, portanto, declarar que tal coisa não foi bem feita e advertir sua casa contra cometer o mesmo; sim, ameaçá-los seriamente de

que, se algum deles fizer o mesmo, se arrependerá amargamente; e se aqueles que estão sob correção ofenderem nisso, corrija-os com mais certeza e severidade, justamente porque tomaram o exemplo. Assim ele testemunhará um grande e bom respeito por sua esposa, e também uma completa desaprovação e ódio pelo pecado dela.

Uma língua suave [como observa Salomão] quebra os ossos, isto é, amolece um coração duro e abate um estômago orgulhoso (Provérbios 25:15). Como funcionará então sobre um coração macio e uma disposição gentil? Se, portanto, um marido espera fazer o bem repreendendo sua esposa, sua repreensão deve ser ordenada de modo que pareça ser antes uma admoestação gentil do que uma repreensão aguda. Ele pode e deve declarar claramente a falta dela a ela, mas em termos brandos e mansos, sem palavras reativas, pesadas e ignominiosas.

Pergunta: E se a falta dela for um pecado hediondo e notório?

Resposta: Em um caso extraordinário, alguma agudeza pode ser usada: como mostram as repreensões de Jacó (Gênesis 30:2), Jó (Jó 2:10) e Davi (2 Samuel 6:21,22), pois cada uma delas foi aguda: mas ainda assim esta agudeza não deve ser tornada amarga por qualquer linguagem maligna. A maldade de uma mulher não deve mover um marido a ser impetuoso e ultrajante; mas antes a ser mais vigilante sobre si mesmo, para que se contenha dentro dos limites da descrição e moderação. Para esse fim, é conveniente que os maridos estabeleçam como regra nunca repreender suas esposas quando estiverem em paixão [ira]. A paixão levanta uma névoa escura diante dos olhos da razão; a qual, enquanto permanece, impede a razão de dar qualquer boa direção. Sim, a paixão é como um fogo, e ela

incensa tanto um homem e o destempera que, em sua desordem, ele não consegue manter meio termo ou medida. Por mais que um homem não seja capaz de governar a si mesmo quando a paixão é despertada, no entanto, se de antemão, enquanto seu olho é simples e todo o seu corpo é luz (Mateus 6:22), enquanto ele está "em sintonia" [como dizemos] e bem temperado, ele determinar resolutamente consigo mesmo não fazer tal ou tal coisa em sua paixão; essa resolução prévia será um meio especial para fazê-lo abster-se de fazer na paixão aquilo que, se fizesse, não poderia na paixão bem ordenar e moderar. Pois, uma vez que ele comece a fazer algo em paixão, a menor provocação que houver será como foles para soprar aquele fogo em uma chama.

Em relação à violência da paixão [na qual as mulheres, por motivo da fraqueza de seu juízo, são na maioria das vezes mais violentas], é também parte de um homem sábio abster-se deste dever de repreender sua esposa mesmo quando ela está em paixão. Pois, assim como é necessário que ele esteja em condições de dar bem uma repreensão, também é necessário que ela esteja em condições de receber bem uma repreensão. A paixão tanto enche quanto inflama o coração de alguém. Estando o coração então cheio de paixão, que lugar sobra para um bom conselho? Irá um homem despejar vinho em um vaso cheio de água, ou esperará até que toda a água seja drenada? Estando o coração também tão inflamado que não saboreia nada além de paixão, que bem pode então um bom conselho fazer?

É, portanto, um ponto especial de sabedoria, e demonstra um bom respeito que um homem tem por sua esposa, sim, saboreia muita mansidão e moderação para um marido pesar bem tanto o seu próprio temperamento quanto o de sua esposa

quando a repreende, e abster-se de fazê-lo enquanto ele ou ela estiverem em paixão.

40. Da repreensão indiscreta de uma esposa.

O contrário é a indiscrição dos maridos que não respeitam lugar, nem pessoas, nem tempo, nem o temperamento de si mesmos ou de suas esposas, nem qualquer outra circunstância ao repreender, mas como Saul [que em uma mesa onde havia um grande banquete, na presença de seus nobres e capitães, quando estava enfurecido de ira, com discursos mais virulentos e amargos não apenas repreendeu, mas também afrontou seu filho, e isso com tais palavras que não poupou sua própria esposa; pois em sua paixão chamou seu filho de filho da mulher perversa e rebelde (1 Samuel 20:30)]: como este Saul tolo e furioso, digo eu, eles escolhem o lugar mais aberto da família, diante dos filhos, servos e de toda a casa, para repreender suas esposas; e isso com termos tão amargos e vergonhosos que ou provocam suas esposas a responderem novamente para manter [como pensam] seu próprio crédito e reputação [assim Jônatas foi provocado a responder a seu pai novamente (1 Samuel 20:32)]: ou então dão aos da casa que a veem assim pisoteada ocasião para também colocarem os pés sobre ela.

A maioria dos maridos é apressada o suficiente para repreender, mas poucos o fazem com mansidão e moderação. Não conseguem fazê-lo senão em companhia, nem sem palavras amargas. Muitos, ao repreenderem suas esposas, não hesitam em usar todos os termos malignos em que conseguem pensar, mesmo aqueles que tendem não apenas à desonra de sua esposa, mas também à infâmia de si mesmos e de seus filhos. A razão disso é porque nunca repreendem senão quando estão em paixão, e assim mal sabem o que fazem: por meio do que também

despertam a paixão em suas esposas e, no entanto, por tudo isso, não se refreiam nem um pouco, mas antes tornam-se mais violentos: como quando o calor de dois fogos se encontra, a chama deve necessariamente ser maior. Sendo esta a prática preposterada de muitos maridos, é de se admirar que ordinariamente tão pouco bem e tanto mal seja feito pela repreensão?

Ora, não seria uma maravilha se algum bem e nenhum mal fosse feito por meio disso? Isto, portanto, embora seja um dever, é um dever a ser usado raramente e com grande moderação.

Até aqui tratamos da mansidão do marido em suas falas para com sua esposa.

41. Do semblante amável do marido para com sua esposa. (Veja Tratado 3, Seção 10).

O comportamento de um marido para com sua esposa deve ser condizente com sua fala, ou então toda a mansidão da mesma parecerá apenas complementar. O comportamento de um homem compreende sob si seu Semblante, Gesto e Ações: em todos os quais a mansidão deve estar assentada.

Seu semblante na presença de sua esposa, e para com ela, deve ser composto de uma amabilidade agradável. Sua autoridade sobre ela e eminência acima dela não devem fazê-lo esquecer a união e conjunção próxima entre eles.

Sob o rosto e o semblante, compreendo a cabeça, a testa, os olhos, os lábios e outras partes que são, conforme são moldadas, sinais de amabilidade ou descontentamento. Ora, entre e acima de outras partes do corpo, a composição externa

do semblante é o que mais cedo e melhor declara a disposição interna do coração. Pelo semblante agradável de Esaú, Jacó percebeu que ele estava pacificado em seu coração para com ele e, com base nisso, disse: "vi o teu rosto como se tivesse visto o rosto de Deus", isto é, um semblante amável e gracioso (Gênesis 33:10). Com base nisso, Davi desejou que Deus levantasse a luz do Seu semblante sobre ele, para que por meio disso ele pudesse conhecer o favor e o amor de Deus para com ele (Salmo 4:6). Por outro lado, por um rosto carrancudo e baixo, pelo baixar da cabeça, pelo projetar dos lábios e coisas semelhantes, manifestam-se a ira, a malícia, a dor e outras afeições semelhantes do coração: pelo baixar do semblante de Caim, Deus discerniu que a ira e a inveja estavam em seu coração (Gênesis 4:6): pelo semblante de Labão, Jacó observou que a afeição dele se desviara dele (Gênesis 31:2). Uma esposa, então, contemplando mansidão e amabilidade no rosto de seu marido, contempla-o como o rosto de Deus e, nele, como em um espelho, contempla a bondade e o amor do coração dele, e assim tem seu coração por meio disso mais firmemente unido a ele, e é movida a respeitá-lo mais.

42. Da austeridade excessiva dos maridos.

O contrário é:

1. Um semblante altivo e orgulhoso, como o de um senhor imperioso sobre seus vassalos.
2. Um semblante severo e austero, como o de um juiz sobre prisioneiros pobres.
3. Um semblante carrancudo e franzido, como o de um credor descontente sobre um devedor desesperado.
4. Um semblante feroz e ardente, como o de um rei irado sobre um súdito que o desagradou.

Estes e outros semblantes semelhantes, assim como manifestam uma disposição de coração orgulhosa, teimosa, furiosa e descontente, não podem senão dar grande descontentamento a uma esposa, sim, e amedrontá-la muito, sendo ela o vaso mais fraco, e alienar o coração e a afeição dela para com ele.

Aqui está a tradução do texto para o português, seguindo as suas instruções de formatação:

43. Do gesto familiar do marido para com sua esposa.

O gesto de um marido deve ser tão familiar e amável para com sua esposa, que outros possam discernir que ele é o marido dela, e sua esposa possa ser estimulada a ser familiar com ele. Aqueles que, por este caminho, estão prontos a mostrar-se maridos gentis e brandos, são propensos a exceder e, assim, cair em um extremo à direita: pois alguns nunca estão bem senão quando têm suas esposas no colo, sempre mimando, beijando e brincando com elas, não importando em que companhia estejam; assim, mostram mais leviandade, tolice e caduquice do que verdadeira bondade e amor, o qual não esquece a gravidade, sobriedade, modéstia e decência próprias de um marido.

Alguns não hesitam em alegar o brincar de Isaque com Rebeca (Gênesis 26:8) para justificar sua lascívia. Mas esquecem que o que Isaque fez foi quando ele e sua esposa estavam sozinhos: ele foi visto através de uma janela. Muito maior liberdade é concedida ao marido e à esposa quando estão a sós do que em companhia. Além disso, há muitas outras formas de demonstrar bondade e familiaridade do que pela leviandade e libertinagem.

44. Do distanciamento do marido para com sua esposa.

Contrário à familiaridade de que falo é o distanciamento [ou estranheza], quando um marido se comporta com sua esposa como se ela lhe fosse uma estranha: se ele entra em uma companhia onde sua esposa está, de todas as outras mulheres, ele não se voltará para ela, nem a notará. Esta falta é tanto maior se tal homem for de um comportamento livre e agradável, e costumar ser alegre e familiar com outras mulheres. Embora sua alegria e familiaridade sejam tais que não sejam impróprias para um cristão, seu comportamento sendo de outro temperamento para com sua esposa pode ser um meio de gerar ciúmes nela. Muitos pensam que o gesto amável externo para com uma esposa é tolice, mas se soubessem que meio é este para despertar, aumentar e preservar o amor no coração de uma esposa por seu marido, pensariam de outra forma.

45. Do marido que concede favores à sua esposa.

As ações são, acima de tudo, as demonstrações mais reais de verdadeira bondade, nas quais um marido não deve falhar, se deseja que sua fala, semblante e gesto gentis sejam aceitos da melhor forma. A bondade e a mansidão na ação consistem em conceder favores [como dizemos] à sua esposa. Isso é expressamente observado em Elcana, que todos os anos dava favores às suas esposas (1 Samuel 1:4,5). Assim, um marido, ao testificar seu amor à sua esposa, a estimulará muito a cumprir todos os deveres para com ele. Um pequeno presente, como uma ação de bondade dada livremente, não por dívida, mas em testemunho de amor, trabalha mais no coração daquela a quem é dado do que muito mais dado por contrato, ou por um trabalho realizado, pelo qual possa parecer merecido.

Ao dar favores a uma esposa, o marido deve ser mais generoso e liberal do que para com os outros, para que ela veja

que ele a ama acima de tudo; como se nota que Elcana deu a Ana uma porção digna, porque a amava (1 Samuel 1:4). E, ao dar favores, é melhor entregá-los com as próprias mãos, a menos que ele esteja ausente dela.

46. Dos maridos que espancam suas esposas.

Contrárias são as ações furiosas e rancorosas de muitos maridos cruéis, cujos "favores" são bofetadas, golpes, pancadas e açoites: nisto eles são piores do que a víbora venenosa. Pois a víbora, por causa de sua parceira, expelle seu veneno: e não irás tu, ó marido, em respeito àquela união próxima que há entre ti e tua esposa, deixar de lado tua ferocidade e crueldade? Muitas esposas, por causa da fúria de seus maridos, estão em situação pior do que servos: pois

1. Aqueles que não dariam um golpe em um servo, não se importam com a carga que impõem sobre suas esposas.
2. Enquanto os servos têm apenas um tempo e termo para estar sob a tirania de tais homens furiosos, as pobres esposas estão atadas a eles por toda a vida.
3. As esposas não podem ter um remédio tão bom pela ajuda da lei contra maridos cruéis, como os servos podem ter contra senhores cruéis.
4. Os senhores não têm tanta oportunidade de exercer sua crueldade sobre os servos como os maridos sobre as esposas, que devem estar continuamente à mesa e no leito com seus maridos.
5. Quanto mais próximas as esposas são, e quanto mais queridas deveriam ser para seus maridos, mais dolorosos devem ser os golpes quando dados pela mão de um marido do que pela de um senhor.

6. Quanto menos poder e autoridade um marido tem para bater em sua esposa do que um senhor para bater em um servo, mais pesados parecem ser seus golpes, e pior parece ser o caso da esposa nesse aspecto do que o do servo. Não sem razão, portanto, tal homem [se é que pode ser considerado homem e não uma besta] é comparado a um assassino de pai ou de mãe.

Pergunta: Não pode, então, um marido bater em sua esposa?

Resposta: Com submissão a melhores juízos, penso que não pode; minhas razões são estas:

1. Não há garantia em toda a Escritura, por preceito ou exemplo, para isso: argumento que, embora negativo, é forte em dois aspectos. 1. Porque a Escritura declarou tão abundante e particularmente os diversos deveres de maridos e esposas, e no entanto nada entregou sobre um marido golpear e bater em sua esposa. 2. Porque também falou abundante e particularmente de todos os que devem corrigir, e de sua maneira de corrigir, e de como devem suportar a correção aqueles que devem ser corrigidos; e no entanto, nada sobre um marido punir ou uma esposa suportar nesse tipo. Sendo a Escritura tão silenciosa neste ponto, podemos bem inferir que Deus não classificou as esposas entre aqueles na família que devem ser corrigidos.
2. Aquela pequena disparidade que [como mostrei antes (veja Seção 4)] existe entre marido e esposa, não permite um poder tão alto em um marido e uma servidão tão baixa em uma esposa a ponto de ele bater nela. Pode-se considerar razoável que aquela que é a companheira perpétua de leito do homem, que tem poder sobre o corpo

dele, que é progenitora conjunta dos filhos, governante conjunta da família, seja espancada pelas mãos dele? E se os filhos ou servos souberem disso? [como certamente saberão: pois como pode tal coisa ser feita na casa sem que os da casa saibam?] Poderão eles respeitá-la como mãe ou senhora, estando ela sob correção tanto quanto eles?

3. A conjunção próxima e a própria união que existe entre marido e esposa não permitem que tal tratamento passe entre eles. A esposa é como o próprio homem, "Eles dois serão uma só carne" (Efésios 5:31). Nenhum homem, exceto um miserável frenético, furioso e desesperado, baterá em si mesmo. Dois tipos de homens são notados na Escritura por cortar e ferir sua própria carne: idólatras como os adoradores de Baal (1 Reis 18:28) e demoníacos, como aquele que estava possuído por uma legião de demônios (Mateus 5:5). Tais são os que batem em suas esposas, ou cegos em seu entendimento, ou possuídos por um demônio.

Objeção: Aquele que está em seu perfeito juízo sofrerá que seu corpo seja beliscado, picado, lancetado e de outra forma dolorido, se for necessário e proveitoso.

Resposta: 1. O coração de um homem não lhe permitirá fazer nada disso a si mesmo: existem cirurgiões cujo ofício é fazer tais coisas; se o próprio cirurgião precisar de tal remédio para seu próprio corpo, usará a ajuda de outro cirurgião. Se o caso chegar ao ponto de uma esposa precisar ser batida, é mais adequado que o marido encaminhe o assunto a um Magistrado público [que é como um cirurgião aprovado e licenciado] e não o faça com suas próprias mãos.

Embora algumas partes do corpo possam ser tratadas assim, nem todas podem, como o coração, que a esposa é para o homem.

A comparação não se sustenta. Pois o beliscar, lancetar, etc., mencionados, não são punição por qualquer falta, como é o espancamento da esposa em questão; não há dúvida de que um homem que tenha habilidade possa, se necessário, abrir uma veia, lancetar um furúnculo ou colocar tala num osso quebrado no corpo de sua esposa, o que pode ser mais doloroso que uma correção: e nisto a comparação se sustenta, mas não no outro caso.

Objeção: Há uma conjunção tão próxima entre Cristo e sua Igreja como entre o marido e a esposa: no entanto, Cristo não deixa de corrigir e punir sua Igreja.

Resposta: Há uma dupla relação entre Cristo e a Igreja: ele é um marido para ela, tendo-a feito de sua carne e de seus ossos (Efésios 5:30); e um Senhor supremo sobre ela, tendo todo o poder no céu e na terra lhe sido confiado (Mateus 28:18). Neste último aspecto ele pune, não no primeiro. Um marido não é tal senhor supremo sobre sua esposa: portanto, o exemplo de Cristo não lhe serve de garantia.

Não há esperança de que qualquer bem proceda do espancamento da esposa pelo marido: pois onde a parte corrigida está convencida de que a parte que corrige tem autoridade ou direito para fazê-lo, ela não será levada a aceitá-lo pacientemente: mas resistirá e lutará, se possível, para obter o domínio. Que um estranho bata em uma criança crescida ou em um servo que suportaria pacientemente muitos golpes da mão de

um pai ou senhor; eles se voltarão contra esse estranho e se esforçarão para dar tanto quanto ele traz: ora, não tendo a esposa fundamento para estar convencida de que seu marido tem autoridade para batê-la, que esperança há de que ela o suporte pacientemente e seja melhorada por isso? Ou antes, não é provável que ela, se puder, se levante contra ele, domine-o [como muitas fazem] e nunca cumpra qualquer dever corretamente? Uma falta em uma esposa não é removida, mas aumentada por golpes.

Objeção: O sofrimento e a dor podem fazê-la temer seu marido, ter respeito por ele e cumprir melhor seu dever.

Resposta: Tal temor e respeito não condizem nem com a posição do marido para exigí-los, nem com a da esposa para cedê-los. Embora por força ela possa ser levada a ceder alguma sujeição externa, o ódio interno à pessoa do marido pode unir-se a isso, o que é tão ruim, se não pior, que a desobediência externa.

Objeção: Ela pode ser de uma disposição tão ultrajante que, senão pela força, não será mantida em limite algum.

Resposta: Foi respondido desde os tempos antigos que nenhuma falta deve ser tão grande a ponto de compelir um marido a bater em sua esposa.

Resposta: Outros meios forçosos podem ser usados além do espancamento pelas mãos do marido: ela pode ser privada de liberdade, negada de coisas que mais deseja, mantida, por assim dizer, em contenção; e, se nenhum outro meio servir, ser entregue às mãos do Magistrado, para que, se for de uma disposição tão servil que por nenhum outro meio será contida senão pelo medo e pela força, pelo sofrimento e pela dor, ela tema o Magistrado e sinta a mão dele, em vez da de seu marido.

Objeção: Se uma esposa se tornar tão "masculina", ou melhor, louca, a ponto de tentar golpear e bater em seu marido, não pode ele, nesse caso, batê-la para fazê-la cessar seu ultraje?

Resposta: Não duvido que aquela boa provisão que é feita na lei para preservar a vida de um homem possa ser aplicada a este propósito. A lei simplesmente condena todo homicídio; no entanto, se um homem for tão assaltado que não haja outra forma de preservar sua própria vida senão tirando a vida de quem o assalta, ela não o condena como assassino, porque o fez em defesa própria. Assim, se um marido for atacado por sua esposa, é lícito e conveniente que ele se defenda e, se não puder fazê-lo de outra forma senão golpeando-a, isso não deve ser contado como um espancamento ilícito.

47. Do marido que suporta as enfermidades de sua esposa.

Até aqui tratamos de como o marido evita a ofensa; uma palavra sobre como ele suporta a ofensa.

É um dever geral, comum a todos de todos os tipos, "levar as cargas uns dos outros" (Gl 6:2): nesta extensão, até mesmo uma esposa deve levar a carga de seu marido, porque ele, como qualquer outro, está sujeito a escorregar e cair, e assim precisa de apoio. No entanto, de uma maneira mais especial e peculiar, este dever pertence ao marido, e isso em dois aspectos.

Dos dois, ele está mais obrigado que sua esposa, porque em relação à sua esposa ele é o mais forte: pois ela é o "vaso mais fraco" (1Pe 3:7). Mas os fortes estão mais obrigados a suportar as enfermidades dos fracos (Romanos 15:1).

Ele está obrigado a suportar sua esposa mais do que a qualquer outro, por causa daquela união próxima que há entre

eles: aquele que não pode suportar sua esposa, sua própria carne, não pode suportar ninguém. A razão alegada pelo Apóstolo para mover um homem a viver com sua esposa segundo o conhecimento e a dar honra a ela, insinuada nesta frase, "como ao vaso mais fraco", mostra que este é um dever peculiar pertencente ao marido, no qual e pelo qual ele pode tanto manifestar seu conhecimento e sabedoria, quanto também honrar sua esposa. Pois, por que ele é lembrado da fraqueza dela, senão para mostrar que deve suportá-la?

Assim como essa frase insinua o dever, também insinua uma boa razão para reforçá-lo. Pois coisas preciosas, das quais fazemos alta conta, quanto mais fracas forem, mais terna e cuidadosamente são manuseadas, como louças de porcelana e copos de cristal: e de todas as partes do corpo, o olho é o mais ternamente manuseado. Ora, que coisas, que pessoas são mais queridas e preciosas que uma esposa? No entanto, ela é um vaso fraco: portanto, deve ser muito suportada.

Para melhor orientação do marido nisto, deve-se fazer diferença entre enfermidades: pois algumas são imperfeições naturais, outras são transgressões reais. Imperfeições naturais são internas [como lentidão de raciocínio, embotamento de apreensão, memória curta, pressa na paixão, etc.] ou externas [como claudicação, cegueira, surdez ou qualquer outro defeito e deformidade do corpo]. Estas enfermidades devem gerar piedade, compaixão, comiseração, sim, e maior ternura e respeito, mas não ofensa. Note o exemplo de Abraão neste caso: sua esposa era estéril, no entanto ele não a desprezou por isso, nem a censurou com tal coisa.

Transgressões reais são quebras da lei de Deus: das quais aqui se referem aquelas que tendem mais diretamente ao seu

próprio desassossego e desvantagem, como a maledicência, a teimosia, o excesso de melindre, a obstinação, etc. No suporte destas deve o marido especialmente mostrar sua sabedoria, e isso de várias maneiras.

1. Usando os melhores e mais brandos meios que puder para corrigi-las, como admoestação mansa, conselho oportuno, súplica gentil e afeição compassiva. Elcana, supondo que sua esposa ofendera em sua paixão, assim lidou com ela e a apoiou.
2. Removendo a pedra em que ela tropeça, retirando a ocasião [tanto quanto convenientemente puder] que a faz ofender. Assim Abraão, e isso por conselho de Deus, pôs Agar e seu filho para fora de casa, porque eram uma ofensa para Sara.
3. Desviando os olhos [se o assunto não for grande, mas tal que possa ser tolerado] e não notando a ofensa, mas antes passando por ela como se não a percebesse. Salomão diz que é a glória do homem passar por cima de uma transgressão (Provérbios 19:11): e ele exorta o homem a não aplicar o coração a todas as palavras que os homens dizem (Eclesiastes 7:21).
4. Perdoando e esquecendo [se a ofensa for notada]. Jacó notou a ira de Raquel e sua demanda impertinente, pois ele a repreendeu por isso (Gênesis 30:1,2): no entanto, no fato de ele prontamente ceder ao que ela depois lhe propôs, aparece que ele perdoou a ofensa, se não a esqueceu.

A melhor prova da afeição de um homem por sua esposa, e de sua sabedoria em ordenar a mesma, está neste ponto de suportar as ofensas. Não se ofender com uma esposa que não dá

ofensa não é digno de louvor: homens pagãos podem ir tão longe. Note o que Cristo diz deste caso: "Se amardes os que vos amam, e fizerdes bem aos que vos fazem bem, que recompensa tereis? pois os publicanos e pecadores fazem o mesmo" (Mateus 5:46; Lucas 6:32,33): mas suportar gentilmente e passar sabiamente por cima das ofensas quando elas ocorrem, não ser provocado quando há causa de provocação ministrada, é uma verdadeira virtude cristã, uma virtude que condiz com os maridos melhor do que com qualquer outro tipo de homem.

48. Da irritabilidade dos maridos.

O contrário é a irritabilidade e a rabugice, quando os maridos se movem com a menor provocação, como isca pegando fogo com a menor faísca que cai sobre ela: sim, muitos são como pólvora, que não apenas pega fogo, mas também explode em uma chama violenta ao menor toque de fogo: como a pólvora é perigosa de se manter em uma casa, assim são tais maridos para serem unidos tão proximamente às esposas como o casamento os une. Se for dito que, assim como a pólvora não faz mal se o fogo não chegar perto dela, eles são bons e gentis se não forem provocados e desagradados, eu respondo que temos um provérbio que diz: "O diabo é bom enquanto está satisfeito", no entanto não é seguro ter o diabo por perto. É tão impossível [considerando a fraqueza humana] que alguém viva e converse com outro e não dê ofensa, como é para pedras de pederneira baterem e chocarem-se uma contra a outra por muito tempo sem que saia delas nenhuma faísca de fogo. Como então se pode pensar ser possível para uma esposa, que convive tão continuamente com seu marido, e sendo o vaso mais fraco, viver sem dar-lhe ofensa? Não é uma fala muito gentil a que os maridos usam, especialmente se lhes falam de sua falta de

bondade: "Que minha esposa mereça favor, e ela o terá". Quão pouco favor teriam tais maridos de Cristo, seu marido, se ele tivesse essa mentalidade para com eles?

Até aqui foi tratada a primeira parte do bom gerenciamento da autoridade do marido, por meio de um respeito terno por sua esposa. A segunda é um cuidado providente por ela.

49. Do cuidado providente do marido por sua esposa.

Um marido que respeita ternamente sua esposa, mas não cuida providentemente dela, mostra mais afeição do que discrição: ele pode ter um coração bondoso, mas lhe falta uma cabeça sábia. Como então pode ele ser um bom cabeça para sua esposa? Algum contentamento presente ela pode ter por ele: mas pouco lucro e benefício pode ela colher dele. Aqueles deveres, portanto, que foram entregues devem ser feitos, mas estes que seguem não devem, de modo algum, ser deixados por fazer.

O cuidado providente de um marido é notado naquele ofício de Cristo, no qual o marido se assemelha a ele, a saber, ser um "Salvador do corpo" (Efésios 5:23), como foi declarado antes (veja Tratado 1, Seção 15 e Tratado 3, Seção 73). Ele consiste em:

1. Prover as coisas necessárias para sua esposa.
2. Protegê-la das coisas prejudiciais.
3. Um provimento cuidadoso das coisas necessárias é uma parte principal daquela honra que os maridos devem dar às suas esposas. Pois onde o Apóstolo diz que os Presbíteros são dignos de "dupla honra" (1Pe 3:7; 1Tm 5:17), ele quer dizer manutenção tanto quanto reverência. O Apóstolo considera pior que um infiel

aquele que não provê para os seus, e especialmente para os de sua própria casa (1Tm 5:8). Quem é da casa de um marido, senão sua esposa? Em sua casa, quem é mais propriamente seu do que sua esposa? Se, então, um marido não provê para sua esposa, o que ele deve ser considerado?

Grande razão há para que ele proveja para ela, porque ele a tirou de seus pais e amigos, e recebeu aquela porção que eles lhe destinaram, e tem autoridade cometida a ele sobre ela, e ela é posta em sujeição sob ele: tendo seus amigos entregue a porção dela e o poder deles sobre ela, e confiado tudo a ele, não terão mais cuidado por ela: ela, estando em sujeição sob ele, não pode sem ele prover para si mesma. Quem então proverá para ela se ele não o fizer, de quem ela é total e unicamente? Contrária é a mente daqueles que tomam uma esposa apenas para seu próprio contentamento, ou deleite, ou ganho, e nunca pensam naquele encargo que, junto com a esposa, assumem sobre si. De acordo com sua mente é sua prática: muitas vezes, quando têm uma esposa, negligenciam-na em tudo, exceto no que possa servir aos seus próprios fins. Muito têm eles a responder: e tanto mais, porque a esposa é um penhor especial do favor de Deus (Provérbios 18:22).

50. Do marido prover meios de edificação espiritual para sua esposa.

Neste cuidado providente que um marido deve ter de sua esposa, consideraremos a Extensão e a Continuidade do mesmo.

Ele deve estender-se tanto a ela mesma quanto a outros. Em relação a ela mesma, à sua Alma e ao seu Corpo. Para sua Alma, meios de edificação espiritual devem ser

providos, tanto privados quanto públicos. Meios privados são exercícios sagrados e religiosos na casa, como a leitura da palavra, oração, catequização e coisas semelhantes; os quais, sendo o alimento espiritual da alma, devem ser providos e usados todos os dias, como nosso alimento corporal. Um marido, como mestre de uma família, deve prover estes para o bem de toda a sua casa; mas como marido, em especial para o bem de sua esposa: pois para sua esposa, bem como para toda a casa, ele é Rei, Sacerdote e Profeta.

Por si mesmo, portanto, para o bem de sua esposa, deve ele realizar estas coisas, ou prover para que sejam feitas por algum outro. O próprio Cornélio realizava esses exercícios (Atos 10:2,30). Mica contratou um levita [embora sua idolatria fosse má, seu cuidado em ter um levita em sua casa era louvável] (Juízes 17:10). O marido da sunamita providenciou um quarto para o Profeta, e isso especialmente por causa de sua esposa, pois foi a pedido dela (2 Reis 4:11).

Meios públicos são as santas ordenanças de Deus publicamente realizadas pelo Ministro de Deus. O cuidado de um marido por sua esposa a este respeito é ordenar sua habitação e prover outras coisas necessárias para que sua esposa possa participar delas. É expressamente notado de Elcana que ele assim proveu para suas esposas, de modo que elas iam com ele todos os anos à casa de Deus (1 Samuel 1:7; 2:19): o mesmo é insinuado de José, o marido da virgem Maria (Lucas 2:41). Naqueles dias havia um lugar público e casa de Deus, para onde todo o povo de Deus [por mais longe que morassem] deveria recorrer todos os anos: os lugares onde Elcana e José moravam eram remotos da casa de Deus, no entanto eles assim providenciaram para que não apenas eles mesmos, mas também

suas esposas fossem ao culto público de Deus. Agora há muitas casas de Deus, lugares para o culto público de Deus, mas ainda assim, pela corrupção de nossos tempos, o ministério da palavra [o principal meio de edificação espiritual] não é desfrutado em todos os lugares: portanto, tal deve ser o cuidado do marido por sua esposa a este respeito, como morar onde ela possa ter o benefício da pregação da palavra, ou então prover para ela de modo que ela possa ir semanalmente onde esta possa ser encontrada.

Se homens de sabedoria e habilidade fazem uma compra ou constroem uma casa para sua habitação, eles se certificarão de que será onde existam rios e águas doces, e boa terra de pastagem, e onde toda a provisão necessária possa ser obtida. A palavra de Deus pregada é uma fonte de água da vida; o lugar onde é pregada, uma pastagem agradável e proveitosa; toda a provisão necessária para a alma pode ali ser obtida. Que isto, portanto, seja o mais procurado: e nenhuma habitação estabelecida senão onde isto possa ser alcançado.

51. Da negligência da edificação de suas esposas.

Contrária é a prática daqueles que, tendo seu chamado em lugares onde a palavra é abundante, no entanto, por aspectos externos de prazer, deleite, facilidade e lucro, removem suas famílias para lugares remotos onde a pregação é escassa, se é que existe; e ali deixam suas esposas para governar a família, não considerando a falta que elas têm da palavra, visto que eles mesmos, vindo frequentemente a Londres ou outros lugares semelhantes por causa de seu chamado, desfrutam da palavra eles mesmos. Muitos cidadãos, advogados e outros são culpados de grande negligência de suas esposas a este respeito.

Assim também são aqueles que abandonam todo exercício religioso de suas casas, tornando suas casas antes lupanares do diabo do que Igrejas de Deus. Se por falta de meios, sejam públicos ou privados, uma esposa vive e morre na ignorância, profanidade, infidelidade e impenitência, que causam a condenação eterna, certamente o sangue dela será requerido das mãos dele: pois o marido é o vigia de Deus para sua esposa (Ezequiel 3:18).

52. Do marido prover coisas necessárias para o corpo de sua esposa.

Ao corpo também deve estender-se o cuidado providente do marido por sua esposa: e isso tanto na saúde quanto na doença. Na saúde, provendo tais coisas que são necessárias para preservar a saúde, como alimento competente, vestuário e outras necessidades semelhantes. Onde o Profeta, para agravar a miséria do povo, diz: "Sete mulheres lançarão mão de um homem, dizendo: Nós comeremos do nosso próprio pão, e nos vestiremos do nosso próprio vestuário; tão-somente queremos ser chamadas pelo teu nome" (Isaías 4:1), insinua que era dever do marido prover pão e vestuário, isto é, todas as necessidades para sua esposa. O que a lei também implica, onde ordena àquele que toma uma esposa sobre outra, que não diminua o alimento e o vestuário da primeira (Êxodo 21:10). Na doença, devem ser providas tais coisas que são necessárias para recuperar sua saúde, ou para confortá-la, acalentá-la e refrescá-la em sua enfermidade.

Isto foi notado antes entre os deveres mútuos comuns (veja Tratado 2, Parte 2, Seção 29); pois, por virtude do vínculo matrimonial, pertence tanto ao homem quanto à esposa: mas ao

homem pertence por virtude daquele poder e encargo que ele tem sobre sua esposa: e, portanto, era necessário ser tocado aqui.

53. Do cuidado providente do marido por sua esposa em relação ao parto.

Mais próprio deste lugar é aquele cuidado providente que os maridos devem ter de suas esposas tanto antes quanto no tempo de seu trabalho de parto e resguardo: e isso em duas coisas especialmente.

Em procurar para suas esposas, ao máximo de seu poder e habilidade, tais coisas que possam satisfazer seus desejos, caso elas tenham desejos [como em todas as eras as mulheres no tempo de gestação e parto estiveram sujeitas a isso]. Pois é bem sabido que é muito perigoso tanto para a mãe quanto para o filho a falta de satisfação de seu desejo: a morte às vezes de um, às vezes do outro, às vezes de ambos seguiu-se a isso.

Em prover tais coisas que são necessárias para o seu trabalho de parto e resguardo. Este tempo deve ser especialmente provido, em muitos aspectos.

Porque é um tempo de fraqueza, no qual a mulher não pode bem prover para si mesma.

Porque sua fraqueza é unida a muita dor: a dor de uma mulher em trabalho de parto é a maior dor que ordinariamente é suportada por qualquer pessoa pelo tempo que dura: ninguém a conhece tão bem como quem a sente: e muitos maridos, porque não estão sujeitos a ela, pensam nela levianamente: mas se pesarmos devidamente que o Espírito Santo, quando quer descrever a extremidade de quaisquer dores e angústias, as assemelha às dores de uma mulher em trabalho de parto,

podemos bem concluir que de todas elas são as maiores (Salmo 48:6; Isaías 13:8; 21:3; Jeremias 4:31; 30:6; Miqueias 4:9): o que é ainda manifestado pelos gritos e clamores que não apenas mulheres fracas e desanimadas proferem no tempo de seu parto, mas também são forçados das mulheres mais fortes e robustas que existem, e isso embora antes tenham resolvido o contrário. Nem devemos nos maravilhar com isso; pois seu corpo é como se estivesse em um cavalete de tortura [se ao menos o parto for agudo] e todas as suas partes tão esticadas, que é um prodígio que elas algum dia recuperem sua saúde e força novamente: ou que suportem o embate e não morram com o parto, como Raquel (Gênesis 35:16), e a esposa de Finéias (1 Samuel 4:19,20), e muitas em todas as eras têm feito. Certamente, entre os livramentos ordinários, não conheço nenhum tão próximo de um milagre, nenhum em que o Todo-Poderoso tão evidentemente manifeste seu grande poder e boa providência, como no parto seguro das mulheres. Além da grande dor do parto, as mulheres também estão, após o nascimento, sujeitas a muitas dores pós-parto que são muito dolorosas. De todas estas dores e da grande fraqueza que acomete as mulheres no resguardo, especialmente se amamentam seus filhos, os homens, por razão de seu sexo, estão livres: Agora, então, para aplicar este ponto, vendo que as mulheres são levadas a tais dores e fraqueza ao dar à luz aqueles filhos que são do homem tanto quanto dela, e ele livre de tudo; não é muito justo e apropriado que ele proveja todas as coisas necessárias para o bem-estar, alívio e recuperação das forças dela?

Porque a falta de coisas necessárias é, naquele tempo, muito perigosa: perigosa para a saúde e a vida da mulher e do filho também.

Aqui está a continuação da tradução, mantendo a formatação e o estilo solicitados:

54. Da negligência com as esposas em sua fraqueza.

Contrários ao cuidado providente do marido em geral são aqueles vícios que foram censurados no tratado dos deveres comuns, como a má vontade com as despesas dedicadas à esposa: a Avareza, a Prodigalidade e a Ociosidade (veja Tratado 2, Parte 2, Seções 30 e 39).

Mas contrário, em particular, ao cuidado do marido por sua esposa no resguardo, é a falta de bondade desumana e mais que bárbara de muitos maridos, que em nada consideram a fraqueza de suas esposas neste caso para ajudá-las, aliviá-las e confortá-las, mas antes tornam seu fardo muito mais pesado. Pois, 1. Alguns, por avareza, recusam-se antecipadamente a fornecer meios para que a esposa providencie as coisas necessárias para si e para o filho; e quando chega o momento, se a esposa deseja uma parteira que exija um pouco mais de despesa do que a mais próxima, ela não terá nenhuma se não aceitar a mais próxima. E quanto a uma enfermeira para atendê-la, pensam que sua criada servirá bem o suficiente; não precisam ter o gasto de trazer uma enfermeira para dentro de casa. Em relação a um alojamento conveniente, alguns não hesitarão em dizer: "Não pode minha esposa dar à luz em um quarto sem chaminé tão bem quanto a virgem Maria? Por que minha esposa precisaria de mais coisas do que ela?". Sim, além disso, há muitos que, quando se aproxima o tempo de a esposa dar à luz, levam-na para longe de todos os seus amigos para um lugar onde ela não seja conhecida, para que seus amigos não o pressionem a gastar e desembolsar mais com sua esposa do que ele está disposto. No tempo em que a esposa está fraca no resguardo,

muitos relutam em permitir-lhes qualquer outra dieta que não seja a providenciada na casa para si mesmos e para os filhos, não considerando que o estômago dela não pode ser como o deles.

Muitos outros frutos amargos de maridos indelicados, surgidos da avareza, poderiam ser enumerados, pelos quais os maridos mostram claramente que amam sua riqueza mais do que suas esposas: preferem perdê-las a separar-se daquilo.

Outros, por suspeita de ciúme, não se abstêm, mesmo no tempo da dor e fraqueza de suas esposas, de censurá-las com leviandade e dizer que o filho não é deles. Lançar isso como acusação injusta a uma esposa é, em qualquer momento, uma censura vergonhosa e odiosa; mas no tempo do parto, seja justo ou injusto, é algo excessivamente rancoroso e vingativo. Algumas esposas são tão dominadas por isso [especialmente no tempo de sua fraqueza] que não conseguem suportar, chegando a desfalecer e morrer sob a censura; outras, mais fortes, juram nunca mais conhecer seus maridos. Muitos males semelhantes seguem-se a tal falta de bondade.

55. Do marido prover para sua esposa de acordo com sua condição e posses. (Veja Tratado 3, Seção 38.)

Ao prover para o corpo da esposa, o marido deve ter respeito à medida e à maneira. A medida deve estender-se à sua capacidade: pois o marido deve manter sua esposa em tão boa condição e estilo quanto ele próprio; pelo casamento, ela é elevada a uma condição e dignidade tão altas em relação aos outros quanto ele; e para seu próprio uso, ela é feita parceira de todos os seus bens e, conseqüentemente, deve participar deles.

Quanto à maneira, ele deve permitir que ela [se ele observar que ela possui competência e discrição] ordene as

coisas que lhe são necessárias de acordo com seu melhor gosto: como Elcana, em outro caso, disse à sua esposa: "Faze o que bem te parecer" (1 Samuel 1:23). Tanto na medida quanto na maneira de prover, deve haver uma diferença entre a esposa e os servos ou filhos. Estes podem ter suas porções de comida, vestuário e necessidades semelhantes proporcionadas e limitadas, o que é impróprio fazer com uma esposa. Nem é necessário que se faça uma provisão tão abundante para eles quanto para ela.

56. Da mesquinhez do marido para com sua esposa.

O contrário é o trato mesquinho do marido com sua esposa: quando a pensão que ela recebe está muito abaixo da condição dele e também lhe é dada aos poucos, como se ela fosse uma criança. Muitos maridos fazem suas esposas trabalharem arduamente em casa, comerem mal e vestirem-se humildemente, enquanto eles mesmos são elegantes em seus trajes, folgam em banquetes fora de casa e superam tanto suas esposas que têm vergonha de serem vistos em companhia delas. Aqueles que se casam com suas criadas, ou outras de posição inferior à sua, frequentemente as tratam assim, estimando-as apenas como servas e pessoas humildes, embora sejam suas esposas. Mas já foi mostrado antes (veja Seção 6) que as esposas, pelo casamento, são elevadas à dignidade de seus maridos, por mais humildes que fossem antes.

57. Dos maridos permitirem que suas esposas doem a outros, conforme vejam boa ocasião. (Veja Tratado 3, Seções 23, 29, 33.)

O cuidado providente de um marido por sua esposa deve estender-se ao ponto de ela ter [além das coisas necessárias para

si] algo para dar àqueles a quem é requisito que ela doe: a saber, aos filhos e servos na casa, e também a outros fora da casa. Pois isso é observado na descrição de Salomão sobre a boa esposa: "Dá mantimento à sua casa, e a tarefa às suas servas" (Provérbios 31:15); "toda a sua casa está vestida de escarlate" [a saber, por sua ordem e disposição da matéria] (Provérbios 31:21). "Levantam-se seus filhos e chamam-na bem-aventurada" (Provérbios 31:28), tanto por seu comportamento geral na família quanto por seus favores particulares concedidos a eles. Quanto aos outros fora de casa, também se nota que "Abre a sua mão ao pobre, e estende as suas mãos ao necessitado" (Provérbios 31:20). Estas coisas ela fazia em virtude daquele poder e liberdade que seu marido lhe dava, como aparece por dois pontos ali anotados:

1. No fato de que, antes de qualquer menção às coisas que ela fazia, diz-se: "O coração do seu marido está nela confiado" (Provérbios 31:11).
2. No fato de que, após todas as suas boas obras serem enumeradas, diz-se: "Seu marido a louva" (Provérbios 31:28).

Segundo este padrão, é justo que outros maridos [cujas esposas são sábias e fiéis] lidem com suas esposas: para que na casa elas tenham mais honra dos filhos e servos, e para que fora de casa possam dar melhor prova de sua caridade. Pois, considerando as muitas e excelentes promessas feitas às obras de misericórdia e caridade, e as muitas e terríveis ameaças denunciadas não apenas contra os que exercem crueldade, mas também contra os que não mostram misericórdia; considerando também que as esposas, junto com seus maridos, são "herdeiras da graça da vida" (1Pe 3:7), é muito necessário, sim,

indispensável, que elas manifestem sua fé por alguma obra de misericórdia e caridade. Ora, a menos que seu marido lhe dê algo à sua própria discrição para doar a outros, não se pode fazer uma prova verdadeira e completa de sua mente misericordiosa e caridosa. Se ela der daquilo que seu marido reservou para si, assim como seu ato de dar é ilícito, ela pode ser considerada liberal não por ser misericordiosa, mas porque, apesar de sua liberalidade, não se desfaz de nada que seja seu; sim, embora ela tenha o consentimento geral para dar conforme veja causa dos bens comuns da família, isso não é uma prova tão segura e sólida de sua caridade e misericórdia como se ela tivesse algo próprio que pudesse reter ou doar conforme lhe agradasse; e o que não doasse, guardasse como seu próprio fundo pessoal. Pois há naturalmente tal amor-próprio no homem, e um desejo de manter o que lhe é próprio, que ele reluta muito em desfazer-se de qualquer parte disso, a menos que a consciência e a graça alterem essa corrupção da natureza e o movam prontamente a aplicar algo em usos caridosos. Mas, de outra forma, daquilo que no todo ou em parte pertence a outro [seja esse outro marido, pai, mestre, amigo ou qualquer outro], ele é facilmente movido a ser liberal e generoso: um homem de boa vontade tirará uma larga tira do couro alheio.

Sabe-se que muitos filhos e servos que, quando se tornam possuidores do que é seu, são muito mesquinhos e avarentos, foram liberais com os bens de seus pais e mestres para com os pobres. Sim, parceiros em um fundo comum serão muito mais ávidos em doar o que é comum com outro do que o que é próprio de cada um deles. A prova mais verdadeira de um coração misericordioso e caridoso reside na distribuição daquilo que é próprio de si mesmo.

É, portanto, justo, com base neste mesmo fundamento, que um marido, de acordo com sua capacidade, deixe sua esposa ter algum fundo e porção própria, livre para ela mesma dispor como achar melhor: insinuando-lhe que o fim principal pelo qual ele provê tão abundantemente para ela é que ela possa manifestar os frutos de sua fé por algumas obras de caridade, e exortando-a a fazê-lo. Muitos maridos religiosos, sábios e gentis assim o fazem: alguns dando uma pensão trimestral em dinheiro às suas esposas; outros dando às suas esposas o poder de receber uma certa porção de aluguel de certas terras ou casas; outros constituindo para suas esposas um patrimônio absoluto de alguma herança e permitindo-lhes receber os lucros e rendas disso; outros dando-lhes certas taxas de seus ofícios ou de seu comércio; outros, que são pobres, permitindo-lhes trabalhar para si mesmas e dispor de seus ganhos conforme vejam causa: uns de um modo, outros de outro: cada um em seu lugar conhece melhor os meios de gratificar sua esposa neste tipo; será suficiente para mim ter estabelecido a regra geral.

58. Da excessiva estreiteza dos maridos para com suas esposas.

O contrário é a estreiteza de mãos para com suas esposas, permitindo-lhes apenas o que for para seu uso privado. Eles pensam que é uma grande coisa, e o máximo que um marido é obrigado a fazer, deixar que ela tenha roupas, comida e bebida, e as necessidades condizentes com sua posição, mas consideram qualquer excedente desnecessário. Assim, suas esposas são privadas não apenas dos meios de ganhar o respeito de seus filhos e servos em casa, e de gratificar aqueles que são obedientes e prontos a servi-las, mas também de realizar as obras de misericórdia que tanto a oportunidade exige quanto a

consciência as move a fazer. Sim, muitas esposas de maridos ricos são levadas a grande vergonha por isso, pois, estando em lugares onde há justa ocasião de contribuir para algum uso caridoso, e esperando-se que sejam generosas devido às suas roupas ricas e caras, elas não têm absolutamente nada para doar. A falta de alguns maridos a este respeito é grande em muitos sentidos. Como: 1. No fato de trazerem vergonha e pesar às suas esposas, a quem deveriam respeitar com toda a ternura. 2. No fato de desonrarem suas próprias posições: pois aqueles que notarem essa estreiteza para com suas esposas estarão prontos a julgá-los tanto avarentos quanto indelicados. 3. A omissão daquela obra de misericórdia que suas esposas deveriam ter feito será lançada em sua conta: eles ouvirão aquele terrível veredito: "Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno... porque tive fome e não me destes de comer", etc. E se eles responderem: "Quando te vimos com fome?", etc., ser-lhes-á replicado: "No fato de não permitirdes que vossas esposas o fizessem, vós não o fizestes".

Até aqui tratamos da extensão do cuidado providente de um marido para o bem de sua esposa. Segue-se falar da continuidade do mesmo.

59. Do cuidado do marido em prover para sua esposa enquanto ela viver.

A continuidade do cuidado providente de um marido por sua esposa deve ser enquanto ela viver, sim, mesmo que ela sobreviva a ele: não que ele possa, de fato, prover para ela depois de morto, mas que ele possa, antes de sua morte, prover para ela de tal modo que ela tenha com que se manter e viver de acordo com aquela posição à qual por ele foi elevada: pelo menos que ele lhe deixe não apenas o que recebeu com ela, mas algo mais

também em testemunho de seu amor por ela e cuidado com ela. Os maridos têm o exemplo de Cristo para lhes impor este dever: pois quando ele se retirou de sua Igreja aqui na terra, deixou seu Espírito, que a dotou de dons tão abundantemente como se Cristo ainda permanecesse com ela, se não mais abundantemente (Efésios 4:8).

Para o melhor cumprimento deste dever, os maridos que morrem antes das esposas devem observar, entre outras coisas, duas especialmente:

1. Que declarem de forma clara e expressa sua mente e vontade antes de morrer, para que suas esposas não sejam enganadas e defraudadas daquilo que eles lhes pretendiam. Assim fez Davi, por sugestão de Bate-Seba: ele estabeleceu seu patrimônio e fez com que o filho de Bate-Seba fosse efetivamente coroado antes de ele mesmo entregar o espírito; o que fez, além de outras razões de peso, em particular para o bem de sua esposa, como se pode depreender da razão que ela alegou ao Rei nestas palavras: "De outra maneira sucederá que, quando o rei meu senhor dormir com seus pais, eu e meu filho Salomão seremos tidos por culpados [ou vis]" (1 Reis 1:21).
2. Que peça a algum amigo fiel que, em seu lugar, seja um auxiliador para ela; [como Cristo recomendou sua mãe ao seu discípulo João (João 19:26,27)], o que será necessário em vista da fraqueza dela, por razão de seu sexo e falta de experiência para gerir tais assuntos, especialmente os que são fora de casa.

No momento da partida de um homem deste mundo, deixando sua esposa, será dada a prova mais verdadeira de sua

afeição por ela: pois muitos que aparentam tratar bem a esposa enquanto vivem com ela, na morte mostram que não havia solidez de afeição em seu coração para com elas: tudo não passava de mera aparência por algum interesse secundário.

60. Da negligência dos maridos quanto à condição futura de suas esposas.

Contrárias são diversas práticas de maridos indelicados. Pois:

Alguns, por falta de providência, falta de economia e prodigalidade, tornam-se incapazes de fazer o bem às suas esposas após a morte; e assim deixam suas esposas sem nada, ou [o que é pior que nada] em dívidas e com um grande encargo de filhos. Aquele cuidado que os maridos devem ter por suas esposas deveria fazê-los pensar antecipadamente no tempo vindouro e, até mesmo por amor às suas esposas, serem um pouco mais diligentes, econômicos e providentes, cortando muitos gastos desnecessários; caso contrário, seu pecado é dobrado. 1. Por um desperdício desnecessário de seu patrimônio. 2. Por negligenciarem suas esposas.

Outros, por lisonja ou força, levam suas esposas a renunciar ao interesse que têm em dinheiro, bens, casa ou terra por dote, herança ou qualquer outra via, e no entanto não lhes dão compensação suficiente de outro tipo: mas, na morte, deixam suas esposas em uma condição muito pior do que estavam antes do casamento, além de um encargo maior do que tinham antes. Assim como isso é uma grande falta de bondade, é também um ponto principal de injustiça.

Outros, queixando-se das leis sob as quais vivem por proverem para a esposa por meio da terça parte ou de outra forma, usam todos os meios fraudulentos que podem para privá-

la daquilo que, de outro modo, a lei lhe conferiria. As leis civis e políticas do lugar onde vivemos devem ser a regra de nossas ações civis [desde que não sejam repugnantes à palavra de Deus] e devemos, por causa da consciência, estar sujeitos a elas (Romanos 13:5). Além disso, um marido deveria [mesmo que a lei não o forçasse] deixar pelo menos a terça parte para sua esposa, como testemunho de seu amor por ela e cuidado com ela: de modo que isso também é uma falta dupla. 1. Uma transgressão da lei. 2. Uma nota de falta de bondade.

Outros, tendo esposas idosas e doentes, ou pensando de outra forma que suas esposas podem, ou antes esperando que suas esposas morram antes deles, adiam a feitura de seus testamentos de propósito para não incluírem a terça parte de suas esposas, mas disporem dela de outra maneira. Além de esses maridos não mostrarem boa afeição para com suas esposas, eles provocam Deus a frustrá-los em suas esperanças: e assim Ele faz muitas vezes: pois Ele os leva antes de suas esposas, e os leva de tal modo que, não tendo tempo para fazer o testamento, não apenas suas esposas desfrutam de sua terça parte [que eles tanto desejavam evitar], mas também algum outro [de quem eles desgostavam em vida] apodera-se das outras duas partes.

61. Do marido proteger sua esposa do perigo.

Tendo mostrado como um marido deve prover as coisas necessárias para sua esposa, resta mostrar como ele deve protegê-la das coisas prejudiciais. Em relação a essa proteção que um marido deve à sua esposa, ele é chamado de "véu dos seus olhos" (Gênesis 20:16): frase que, assim como implica Sujeição por parte da esposa, também implica Proteção por parte do marido: proteger alguém é, por assim dizer, cobri-lo, a saber, do perigo; ser negligente e descuidado com eles é, por assim

dizer, expô-los ao perigo. O mesmo dever está implícito em outra frase semelhante: "estende a tua asa sobre a tua serva" (Rute 3:9). A metáfora é tirada das aves aladas que, para manter seus filhotes longe do dano, costumam estender suas asas sobre eles: esta frase e metáfora também são atribuídas a Deus, para descrever Sua proteção (Rute 2:12).

Mas o mais pertinente a este propósito é o título de Salvador, dado ao marido em relação à sua esposa (veja Tratado 1, Seção 15 e Tratado 3, Seção 73). Para este fim, o Senhor, que sujeitou a mulher ao seu marido, deu ao sexo dele maior força, coragem e audácia do que ao dela, para que ele pudesse proteger aquela que é o vaso mais fraco. Neste dever de proteção, Cristo mostra-se um excelente padrão e precedente para os maridos. Para melhor cumprir este dever, o marido deve ser cuidadoso em:

1. Prevenir, tanto quanto puder, os perigos em que sua esposa possa cair.
2. Recuperá-la daqueles em que ela tenha caído.

Para este propósito Davi levou suas esposas para Gate, para que, se fossem deixadas em Israel, Saul não lhes fizesse algum mal (1 Samuel 27:3); e novamente, quando foram levadas pelos amalequitas, ele as recuperou (1 Samuel 30:18).

De acordo com o perigo ao qual as esposas estão sujeitas, deve manifestar-se o cuidado do marido em proteger sua esposa.

1. Se ela estiver em perigo de ser seduzida e atraída, como Eva foi, por quaisquer instrumentos malignos do diabo, como jesuítas, padres, frades, pessoas profanas, blasfemas, lascivas ou desregradas; seu cuidado deve ser ou mantê-los longe para que não cheguem a ela, ou

afastá-los dela assim que puder: ele não pode permitir que se abriguem em sua casa.

2. Se por qualquer ardil ela for atraída para fora de sua casa, ele deve buscá-la e trazê-la de volta, como o levita fez com sua esposa (Juízes 19:2): ou fazer com que ela [se puder] seja trazida para casa novamente, como Davi fez com que Mical fosse trazida (2 Samuel 3:13,14): especialmente se forem levadas à força, como Ainoã e Abigail, esposas de Davi, foram (1 Samuel 30:18).
3. Se ela for injustamente caluniada, ele deve manter o crédito e a reputação dela tanto quanto os seus próprios: assim como Cristo se considera desprezado quando sua Igreja o é, assim deve ele (Lucas 10:16). Este cuidado ele deve ter com o crédito de sua esposa, mesmo após a morte dela, bem como enquanto ela vive (veja Tratado 2, Parte 2, Seção 31).
4. Qualquer outro mal que seja pretendido ou praticado contra ela, ele deve ser uma torre de defesa para protegê-la [como Assuero foi para Ester contra Hamã (Ester 7:7,8)], e isso não apenas contra estranhos fora de casa, mas também contra filhos e servos dentro de casa. Filhos crescidos, que são fortes e obstinados, estarão prontos a se levantar contra sua mãe, especialmente se ela for madrasta, porque ela é do sexo mais fraco: o semblante de um pai, na maioria das vezes, mantém a maioria em respeito. Portanto, o marido deve ser um auxílio para sua esposa e manter a honra dela contra eles: sim, mesmo que sejam filhos de uma esposa anterior.

62. Do marido manter sua esposa contra os filhos de um casamento anterior e contra os servos.

Objeção: Madrastras muitas vezes provam ser indelicadas e injustas, e lidam sem misericórdia com os filhos de seu marido: deve um marido, em tais casos, assistir sua esposa contra seus filhos?

Resposta: A proteção de que falo é para o caso de a esposa ser injustiçada; então seu marido deve fazer o que puder para fazer-lhe justiça. Mas se ela for a agressora, ele de modo algum deve apoiá-la contra seus filhos, tornando assim o erro deles maior. No entanto, ele deve respeitar sua esposa a ponto de, por todos os meios gentis que puder, trabalhar para pacificar a mente dela e voltar o coração dela para eles: e se observar que o coração dela está totalmente alienado deles, então deve colocá-los para serem criados em algum outro lugar, e assim retirar dela o objeto de seu desagrado, para que ele e ela possam viver mais tranquilamente juntos. Pois se um homem deve deixar pai e mãe, deve também deixar os filhos e apegar-se à sua esposa. A paz e a unidade entre marido e esposa devem, acima de tudo, ser mantidas invioláveis. Embora jogues tudo fora, nada pode acontecer de mais problemático para ti do que não ter uma esposa tranquila em casa. Não podes encontrar pecado mais grave do que ter contenda com uma esposa.

Se a esposa deve ser mantida contra a obstinação dos filhos, muito mais contra a insolência dos servos: para o qual propósito o exemplo de Abraão está registrado, cujo servo poderia ter privilégio acima de outros, porque ele a fizera sua companheira de leito; no entanto, quando ela se tornou insolente contra sua senhora, primeiro ele a entregou nas mãos da senhora para fazer com ela o que lhe agradasse; e depois ele a expulsou de sua casa.

63. Da negligência em manter [proteger] suas esposas.

O contrário é um descuido dissoluto dos maridos, que não se importam mais em ajudar e socorrer suas esposas do que a qualquer outro.

Alguns temem mais ofender suas esposas do que se importam em fazer-lhes o bem e, nesse aspecto, deixam qualquer tipo de pessoa chegar às suas esposas que lhes sejam bem-vindas. Se os magistrados em uma comunidade responderão por permitir que sedutores entrem em seus domínios para enganar seu povo, muito mais os maridos responderão por permitir que eles venham e enganem suas esposas.

Porque eles têm um encargo maior sobre suas esposas do que os magistrados sobre seu povo. Porque as esposas devem ser mais queridas aos maridos do que o povo aos magistrados. Porque eles podem mais cedo avistá-los em sua casa do que os magistrados na comunidade. Porque eles podem ser muito mais facilmente mantidos fora de uma casa do que fora de uma comunidade ou cidade. Outros não se importam para onde suas esposas vagam: e se elas saírem de casa, nunca serão procuradas por seus maridos: embora isso possa ser um castigo justo para esposas errantes, não é justo que os maridos lidem assim com elas. Se Cristo, nosso marido, lidasse assim conosco, logo estaríamos perdidos: pois muitas vezes nos desviamos como ovelhas errantes, mas Ele é aquele bom pastor que busca a ovelha perdida até encontrá-la (Lucas 15:4).

Não é de admirar, então, que muitos maridos não sejam afetados pelos maus relatos e rumores levantados contra suas esposas, quando tão pouco se importam com quem as visita ou para onde elas vão. Certamente, o descrédito de uma esposa redundará em desonra para o homem: pois assim como uma esposa virtuosa é uma coroa para seu marido, assim, pela regra

dos contrários, uma esposa infame é uma vergonha para seu marido (Provérbios 12:4). Se, portanto, não por amor à esposa, ao menos por amor a si mesmo, um homem não deve passar descuidadamente sobre os maus relatos que são levantados contra sua esposa.

Há maridos tão indelicados que não se movem com nenhum mau trato feito às suas esposas, nem ouvirão qualquer queixa que elas lhes façam: sim, se as virem sendo maltratadas, ou fingirão não ver, ou apenas sorrirão e seguirão seu caminho, deixando que suas esposas se defendam como puderem. Assim como não condiz a nenhum cristão permitir que seu próximo seja injustiçado [pois é notado como algo louvável em Moisés que, quando viu dois hebreus lutando, tomou o partido daquele que sofria a injustiça e repreendeu o outro (Êxodo 2:13)], muito menos a um marido, a cuja salvaguarda sua esposa está confiada. A natureza nos ensina que a cabeça é tão afetada por um dano feito ao corpo quanto a si mesma: assim deve ser o marido.

Como o dano feito por aqueles que estão em sujeição na casa sob a esposa é maior do que o feito por estranhos, assim é maior a falta do marido em permiti-lo: pois ele tem mais poder sobre eles em sua casa do que sobre outros. O que podemos pensar, então, daqueles que, seja por conviência, seja por tomarem partido contra suas esposas, permitem que tanto filhos quanto servos insultem sobre elas? Certamente esses próprios maridos encontrarão algum gosto do fruto amargo e maligno disso: e isso não apenas pelo grande descontentamento que suas esposas necessariamente sentirão; mas também pelo desprezo que se seguirá sobre suas próprias pessoas, tanto por parte de suas esposas [que não poderão considerá-los cabeças aptos para governar outros] quanto por parte de seus filhos e servos, que

por meio disso tomarão ocasião para se tornarem orgulhosos e presunçosos contra ele. Ao desprezar o mais fraco, os homens crescem pouco a pouco para desprezar o mais forte. Isso os homens de sabedoria e experiência bem sabem: por isso, em comunidades e políticas governadas por homens sábios, a autoridade dos magistrados inferiores é sustentada e mantida: os magistrados superiores não permitirão que aqueles que estão em autoridade sob eles sejam desprezados: pois é bem sabido que isso tende não apenas à honra e facilidade, mas também à segurança do magistrado supremo, ter o poder e a autoridade dos magistrados inferiores respeitados e não pisoteados. Argumenta, portanto, tanto falta de afeição quanto de discrição e entendimento nos maridos, permitir que filho, servo ou qualquer outro na casa insulte sobre suas esposas, que são governantes conjuntas com eles sobre a casa.

64. Do primeiro começo do marido em amar sua esposa.

Tendo sido tratada até aqui a matéria geral, juntamente com os tipos particulares de deveres dos maridos, deve-se também entregar a maneira de realizá-los. Para instruir um marido na maneira de realizar seus deveres para com sua esposa, o Apóstolo estabelece dois padrões: 1. Cristo, 2. Nós mesmos. Como Cristo ama sua Igreja, e como nós amamos a nós mesmos, assim devem os homens amar suas esposas. Para que possamos seguir melhor esses padrões, devemos notar distintamente como Cristo ama sua Igreja e como nós amamos a nós mesmos. O amor de Cristo por sua Igreja nos é recomendado em seis pontos distintos: que são 1. A ordem, 2. A verdade, 3. A causa, 4. A qualidade, 5. A quantidade, 6. A continuidade do mesmo.

Quanto à Ordem, Cristo começou a amar sua Igreja: ele manifestou seu amor por ela antes que ela o amasse: como o ar

aquecido pelo sol fica quente, e uma parede sobre a qual os raios do sol batem dá um reflexo de calor de volta: assim a Igreja, como que aquecida e aquecida no coração pelo senso do amor de Cristo, amou-o, como o Apóstolo expressamente observa: ["Nós o amamos porque ele nos amou primeiro" (1 João 4:19)]; e a própria Igreja reconhece dizendo: "Pelo aroma dos teus unguentos [com os quais somos revividos e animados] as virgens te amam" (Cantares 1:3).

Há em nós, por natureza, nenhuma centelha de amor sequer: se Cristo, ao nos amar primeiro, não instilasse amor em nós, não poderíamos amá-lo mais do que um pássaro vivo sairia de um ovo frio se não fosse mantido aquecido pelo chocar da mãe sobre ele.

Assim deve o marido primeiro começar a amar sua esposa. Sua posição de eminência e autoridade exige que ele seja para sua esposa um guia, título que lhe é expressamente dado pelo Espírito Santo, para ensiná-lo a ir adiante dela e, pelo seu exemplo, instruí-la e incitá-la a cumprir seu dever. Que vergonha seria para um homem que é a imagem e glória de Deus, a cabeça de sua esposa, ocupando para ela o mesmo lugar que Cristo ocupa para sua Igreja, ser provocado pelo comportamento de esposa de sua mulher [sendo ela o vaso mais fraco, sob ele, para aprender dele] a amá-la? (Veja Tratado 1, Seção 10.) Razões existem para estimular uma esposa a esforçar-se para antecipar seu marido no cumprimento de seu dever, o que, se ela fizer, é a maior glória para ela; mas este padrão de Cristo deve estimulá-lo muito mais a esforçar-se para ir adiante dela.

65. Dos maridos que retribuem amor com indelicadeza.

Contrária é a disposição daqueles que, tendo esposas amorosas e zelosas, não são, apesar disso, movidos a amá-las de volta: mas são tão indelicados e grosseiros como se tivessem as esposas mais rabugentas e perversas que pudessem existir. Mas o que diremos daqueles que amam menos suas esposas, sim, e as odeiam por sua prontidão em amar e [em testemunho de amor verdadeiro] em realizar todo bom dever? O que, senão que são verdadeiros demônios encarnados? Pois é propriedade do diabo vencer o bem com o mal. Estes fazem com que a doutrina da sujeição da esposa pareça dura, e o cumprimento cuidadoso da mesma, um fardo pesado. Nunca participarão do amor de Cristo aqueles que, em seu lugar, mostram-se tão dessemelhantes a Cristo.

66. Da verdade do amor dos maridos. (Veja Tratado 3, Seção 57.)

A verdade do amor de Cristo manifestou-se pelos frutos do mesmo para com sua Igreja: "Ele se entregou por ela". Foi, portanto, não apenas em palavras, nem apenas no coração, mas também em atos. Assim, seu amor provou ser proveitoso e benéfico para sua Igreja, que por meio dele foi purificada e tornada uma Igreja gloriosa. Tivesse ele apenas sentido uma terna compaixão e afeição piedosa por ela, ou trabalhado apenas com palavras confortáveis e doces para sustentá-la e socorrê-la, ela ainda jazeria poluída pelo pecado, no poder do diabo e sob a ira de Deus, e assim não receberia proveito nem benefício algum.

Assim devem os maridos amar suas esposas em verdade e em atos. Tal amor é exigido de um homem para com seu irmão (1 João 3:18): muito mais, portanto, para com sua esposa, que não é apenas uma irmã [como o Apóstolo expressamente a

denomina (1Co 9:5)], mas mais próxima que irmã, mãe, filha, amiga ou qualquer outra pessoa. Isso, portanto, serve para pressionar a prática de todos os deveres anteriormente mencionados pertencentes ao marido.

Aqui está a tradução da parte final do texto para o português, mantendo a formatação e a numeração solicitadas:

67. Da dissimulação dos maridos.

O contrário é a sua dissimulação e hipocrisia, daqueles que fazem grande alarde de muito amor e fingimento de afeição fervorosa, usando muitos cumprimentos externos, mas falham quando chegam à prova mais verdadeira: o ato. Alguns, como pretendentes ou cortejadores, prometem montanhas, mas não entregam nem formigueiros; outros mimam e beijam muito suas esposas, mas não lhes confiam nada, nem lhes provêem as coisas necessárias; há aqueles que choram muito quando suas esposas estão doentes, mas não lhes dão remédios e coisas semelhantes para sua recuperação; sim, muitos manterão um rosto amável durante toda a vida para com suas esposas e, na morte, não lhes deixarão nada para viver.

Daí decorre que muitos que, por outros, são considerados maridos muito gentis, são por suas esposas considerados algo muito diferente. Se a prova do amor dos maridos for feita por sua prática e pelo cumprimento dos deveres anteriormente mencionados, descobrir-se-á que eles, na maioria das vezes, falham tanto no amor quanto as esposas na sujeição.

68. Da gratuidade do amor dos maridos.

A causa do amor de Cristo foi o Seu amor, como observa Moisés: "O Senhor pôs o seu amor em vós... porque vos amava"

(Deuteronômio 7:7,8). Seu amor surgiu apenas e inteiramente de Si mesmo, e foi em todos os sentidos gratuito: como não havia nada na Igreja antes de Cristo amá-la que O movesse a amá-la, assim não pode haver nada que Ele pudesse esperar depois, senão o que Ele próprio concedeu. De fato, Ele se deleita naquela justiça com a qual, como com um manto glorioso, ela está vestida; e com aquelas graças celestiais com as quais, como com joias preciosas, ela está adornada; mas essa justiça e essas graças são dEle mesmo, e de Seu dom gratuito: "Para a apresentar a si mesmo igreja gloriosa" (Efésios 5:27).

Em imitação a isso, os maridos devem amar suas esposas, embora não houvesse nada nelas para movê-los a isso, exceto apenas o fato de serem suas esposas; sim, embora nenhum benefício futuro pudesse ser esperado delas: o verdadeiro amor tem respeito ao objeto que é amado e ao bem que pode lhe fazer, em vez de ao sujeito que ama e ao bem que ele pode receber. Pois o amor "não busca os seus interesses" (1Co 13:5).

O amor de Cristo, neste seu ramo, deve ainda mover os maridos a fazerem o que estiver ao seu alcance para tornarem suas esposas dignas de amor: assim se dirá em verdade que eles "vivem com elas com entendimento" (1Pe 3:7): e assim o amor deles parecerá ser como o amor de Cristo, gratuito.

69. Dos maridos que amam por interesse.

O contrário é o amor deles que visa apenas o próprio contentamento e vantagem. Muitos não conseguem amar além do ponto em que tenham algum isca para atrair suas afeições, como beleza, riqueza, honra ou interesses secundários semelhantes; ou, pelo menos, esperança de alguma herança ou

porção acima daquela que possuem, ou de algum favor que esperam dos amigos de sua esposa. Este não pode ser um amor verdadeiro e sólido: tal homem pode ser considerado amante da beleza, da herança e dos amigos de sua esposa, em vez de amante de sua esposa. Este amor não pode durar.

70. Da pureza do amor dos maridos.

O amor de Cristo, quanto à qualidade, é um amor santo, puro e casto: como Ele próprio é, assim é o Seu amor, como é evidente pelo efeito do mesmo: pois moveu-O a santificar e purificar a Sua Igreja, para torná-la uma Igreja gloriosa e sem mácula (Efésios 5:26,27); Ele, portanto, de modo algum poluiu ou corrompeu a Sua Esposa; e para que o Seu amor pudesse melhor parecer ser um amor casto, lançado apenas sobre uma Esposa e não sobre muitas, Ele uniu todos os Seus Santos pelo vínculo de Seu Espírito e os tornou todos um só corpo (1Co 12:12,13).

Por meio disso, os maridos devem aprender a ser afetados por suas esposas de modo condizente com a santidade e a castidade: embora muito amor seja exigido, ele não deve transbordar essas margens. "Venerado seja o matrimônio e o leito sem mácula" (Hebreus 13:4). Deve, portanto, ser usado como algo imaculado. Isso, de fato, pertence tanto à esposa quanto ao marido. Mas porque ele é o cabeça e guia de sua esposa, e deve ser como um padrão e exemplo diante dela, como Cristo é diante dele, por isso é aplicado mais especialmente a ele. A pureza do amor de um marido aqui mencionada tem um duplo uso:

1. Restringe o amor do marido à sua própria esposa. Há um amor cristão geral pelo qual todas as ocasiões de fazer o bem são aproveitadas, com o qual um marido pode e

deve amar os outros; e um amor matrimonial particular, pelo qual ele é movido a preferir sua esposa acima de todos, e a ter seu coração fixo nela, sendo este próprio e peculiar a ela.

2. Ordena e modera o seu amor, de modo que não se transforme em luxúria pecaminosa, pela qual aquele estado [que em si mesmo, por virtude da ordenança de Deus, é santo] seja poluído.

71. Da leviandade dos maridos.

O contrário não é apenas o adultério, do qual falamos antes (veja Tratado 2, Parte 2, Seções 5 e 8), mas também a lascívia, a leviandade e a impureza com a própria esposa. Pois muitos maridos intemperantes e impuros, dando rédeas às suas luxúrias obstinadas, manifestam tanta indecência e clara imundície em suas palavras, gestos e ações [para não dizer nada de seus pensamentos que não são vistos] para com suas esposas, como outros fazem para com meretrizes e prostitutas; o que é algo vergonhoso, e tenho até vergonha de mencionar: mas porque é mencionado, saibam tais pessoas que serão contadas entre os devassos e adúlteros que Deus julgará (Hebreus 13:4).

72. Dos maridos que amam suas esposas mais do que a si mesmos.

A intensidade do amor de Cristo não pode ser expressa: pois a medida dele foi acima de qualquer medida. "Ele se entregou por sua igreja" (Efésios 5:25) e, nesse aspecto, chama a Si mesmo de "o bom pastor que dá a sua vida pelas ovelhas" (João 10:11). "Ninguém tem maior amor do que este" (João 15:13). O que não fará Ele por sua esposa, tendo dado a vida por ela?

Isso pode parecer um tom e um nível de amor elevado demais para um marido alcançar: um assunto no qual ele deveria deixar seu padrão e não seguir a Cristo; mas, no entanto, São João acrescenta até mesmo esta extensão ao amor pelos nossos irmãos: "Nós devemos [diz ele] dar a vida pelos irmãos" (1 João 3:16): portanto, por consequência justa, pelas nossas esposas. Mas para que esta extensão não seja esticada demais, e os maridos lançados em um poço de perigo desnecessário, duas cautelas devem ser observadas:

1. Que haja uma necessidade absoluta para nos levar a este extremo de abrir mão de nossa vida: o que ocorre quando o bem que visamos em favor de nossas esposas não pode ser alcançado de outra forma senão arriscando nossa vida. Não havia outro caminho para remir a Igreja senão pelo sangue de Cristo.
2. Que o bem que pretendemos, neste caso, para nossas esposas seja de maior valor do que nossa vida temporal: como é o bem de sua alma, a salvação dela. Assim diz o Apóstolo: "De muito boa vontade gastarei... pelas vossas almas" (2Co 12:15). Mentalidade que os homens devem carregar muito mais em relação às suas esposas. Foi para a nossa salvação que Cristo se entregou.

73. Da falta de bondade dos maridos.

O contrário é a falta de bondade daqueles que preferem cada ninharia sua ao bem de suas esposas: seu lucro, seu prazer, sua promoção, afastam completamente seus corações e afeições de suas esposas. Se algum gasto extraordinário deve ser feito, ou esforço tomado pelo bem de suas esposas, pouco amor aparecerá então: por onde se vê que não havia amor verdadeiro e sólido estabelecido em seus corações para com suas esposas. Como o

ouro e outros metais semelhantes são provados pelo fogo, assim o amor é provado pelas aflições e provações.

74. Dos combates sob pretexto da honra da esposa.

O contrário, em outro extremo, é a masculinidade excessivamente audaz e impetuosa de tais maridos que, diante de cada suspeita de ciúme e relato leviano, estão prontos a fazer desafios de luta e a entrar em combates singulares e duelos, sob pretexto de manter a honra de sua esposa. Não sendo este um curso justificável de corrigir um erro, nenhuma honra pode advir à esposa por meio disso, mas sim muita desonra e perigo para o marido. Se ele prevalecer sobre seu adversário e matar, torna-se culpado de homicídio por isso, e assim o opróbrio e a vergonha recairão sobre si mesmo, sua esposa e toda a família; se ele for vencido e morto, ela poderá ser reputada mais culpada do que era antes. E muitas vezes acontece que Deus, em justo juízo, entrega o desafiante nas mãos de seu adversário, porque ele empreendeu um curso tão indireto.

75. Da constância dos maridos no amor. (Veja Tratado 3, Seção 6.)

A continuidade do amor de Cristo foi sem prazo: "Tendo amado os seus... amou-os até o fim" (João 13:1). Seu amor foi constante [não por impulsos, ora amando, ora odiando] e eterno (Oseias 2:19) [nunca se arrependendo dele, nunca mudando ou alterando Sua mente]; nenhuma provocação, nenhuma transgressão pôde jamais fazê-Lo esquecer de amar e cessar de fazer aquele bem que pretendia para Sua Igreja: note o que Ele disse a ela mesmo quando ela se revoltou contra Ele: "Tu te prostituíste com muitos amantes; mas ainda assim, volta para mim" (Jeremias 3:1); e

novamente: "A minha misericórdia não se apartará dele" (2 Samuel 7:15).

Pois o Seu amor não repousa no mérito de Sua Igreja, mas na imutabilidade de Sua própria vontade. Como isso manifestou o amor de Cristo como sendo um amor verdadeiro e sólido, assim o tornou proveitoso e benéfico para a Igreja, que, apesar de suas muitas fraquezas, por virtude disso é glorificada.

Este último ramo deve ser adicionado a todos os ramos anteriores do amor de um marido, ou então todos serão em vão e sem propósito. Isso dá a prova mais verdadeira de um amor sólido. Tal foi o amor entre Davi e Jônatas: o amor mais sólido que já existiu entre duas partes. Isso traz a maior glória à parte que ama e o maior benefício à parte que é amada. Para que o amor de um homem permaneça assim firme e inviolável:

1. Ele deve certificar-se de lançar um bom fundamento; deve basear seu amor na ordenança de Deus: e amar sua esposa em consideração ao vínculo matrimonial que os une, e àquela união próxima que dali surge; e assim ele durará enquanto esse nó durar.
2. Ele deve ainda sustentá-lo e fortalecê-lo com uma resolução inviolável de não ser mudado nem alterado por nenhuma provocação, mas antes passar por cima de todas as enfermidades; esforçando-se em amor para corrigi-las, se possível; se não, para suportá-las.

76. Da volatilidade dos maridos.

O contrário é a volatilidade daqueles cujo amor está pronto para girar como um catavento a cada sopro de vento contrário: ora de coração terno, ora de coração duro; ora sorrindo, ora carrancudo;

ora concedendo este e aquele favor, ora negando tudo, até mesmo as coisas necessárias.

Muitos cujo amor era quente como o fogo enquanto suas esposas eram jovens, ou enquanto os amigos delas viviam, ou enquanto elas os agradavam, quando essas ocasiões são retiradas, provam ser em seu amor frios como o gelo.

Ainda outros, por alguma continuidade em fazer o bem às suas esposas, pensam que isso é um fardo: e, cansando-se, abandonam completamente o seu antigo bom curso; o que mostra claramente que nunca amaram verdadeira e inteiramente suas esposas.

Por este padrão de Cristo aqui proposto aos maridos, temos, por um lado, uma boa direção para nos ensinar como amar nossas esposas, como foi particularmente declarado; e, por outro lado, matéria de humilhação, pois nos mostra quão longe ficamos do nosso dever obrigatório. Por mais que as esposas possam se queixar mais de seu fardo, por ser uma Sujeição à qual por natureza todos relutamos em ceder; no entanto, estou certo de que o fardo mais pesado é colocado sobre os ombros do marido: e muito mais fácil é desempenhar o papel de uma boa esposa do que o de um bom marido (veja Tratado 1, Seção 10).

77. Dos maridos que amam suas esposas como a si mesmos. (Veja Tratado 3, Seção 59.)

Ao exemplo de Cristo, o Apóstolo anexa o padrão de si mesmo, nestas palavras: "Assim devem os homens amar as suas mulheres como a seus próprios corpos" (Efésios 5:28).

Pergunta: Não é o padrão anterior suficiente? É este último mais excelente, mais perfeito?

Resposta: O exemplo de Cristo é um padrão pleno, completo, perfeito e em todos os sentidos suficiente; muito mais excelente do que este de si mesmo: este não é anexado para acrescentar algo àquele, nem em consideração à excelência deste, mas apenas em consideração à nossa lentidão, para tornar o ponto um pouco mais claro e perspicuo. Pois este padrão é mais perceptível e melhor discernido. Cada um sabe como ama seu próprio corpo: mas poucos ou ninguém sabe como Cristo ama Sua Igreja. Além disso, aquele exemplo de Cristo pode parecer elevado e excelente demais para alguém alcançar, até mesmo inimitável; portanto, para mostrar que Ele não exige mais do que um homem pode realizar, se ele se dispuser com cuidado e consciência a cumprir seu dever, Ele acrescenta o padrão de si mesmo; aquilo que alguém faz ao seu corpo, se quiser, pode fazer à sua esposa.

Nenhuma direção pode ser tirada deste último padrão que não pudesse ser referida ao primeiro, assim como a maioria do primeiro [embora de maneira muito inferior] pode ser referida ao último. Pois o amor que um homem tem por si mesmo é verdadeiro e íntegro, sem qualquer dissimulação: o miserável mais dissimulado do mundo [que em seus tratos com outros homens nada faz com retidão] nem quer nem pode dissimular consigo mesmo; embora outros homens nunca saibam a profundidade de seu coração, o espírito que nele está, ou seja, ele mesmo, o sabe (1Co 2:11): de modo que este padrão também impõe verdade e sinceridade aos maridos em sua afeição para com suas esposas: acima de tudo, eles não podem dissimular e agir com duplicidade para com elas, mas devem deixá-las conhecer a integridade de sua afeição por elas: e cuidar para que nem as bajulem nem as lisonjeiem. Aqueles que fingem grande amor às suas esposas apenas por aparência, ofendem a própria

natureza. Como o referido amor de um homem por si mesmo é, quanto à maneira, íntegro e verdadeiro, assim também é livre, não forçado; e quanto à medida, tão grande quanto possivelmente pode ser; e quanto à continuidade, constante, e assim semelhante ao amor de Cristo. Mas há dois pontos especialmente a serem considerados no amor de si mesmo que, acima de outros, são mais perceptíveis neste padrão: 1. Ternura. 2. Alegria.

Nenhum outro homem quer ou pode manusear tão ternamente a mão, o braço, a perna ou qualquer outra parte do corpo de um homem como ele mesmo: ele é muito sensível à sua própria dor.

As metáforas que o Apóstolo usa nestas palavras, "Ele o nutre e cuida dele", descrevem vivamente esta ternura (Efésios 5:29): pois são tiradas das aves e pássaros que, com muito cuidado e ternura, pairam sobre seus filhotes, cobrindo-os todos com suas asas e penas, mas sustentando seus corpos de modo que nenhum peso recaia sobre eles.

Assim devem os maridos lidar com toda ternura e mansidão com suas esposas, como notamos antes em muitos detalhes: apenas este exemplo de si mesmo achei bom colocar diante dos maridos, como um padrão vivo onde pudessem contemplar um precedente sem exceção, que os precede, e pelo qual pudessem receber excelente direção para o melhor cumprimento dos detalhes antes observados.

Novamente, nenhum amigo, nenhum pai, nenhuma outra parte quer ou pode fazer qualquer bondade por alguém tão voluntária e alegremente como um homem por si mesmo. Este, entre outros, é um ponto especial que a lei visa quando ordena

ao homem amar o seu próximo como a si mesmo, a saber, tão voluntária e prontamente como a si mesmo (Levítico 19:18). Tudo o que um homem faz por si mesmo, faz com muito mais alegria do que por outro. Não é necessária outra prova senão a experiência. Que os homens observem sua própria mente e disposição quando fazem as coisas para si mesmos, e isso será tão claro quanto a luz quando o sol brilha ao meio-dia. Tal afeição devem os maridos ter por suas esposas: eles devem, de forma mais voluntária e alegre, fazer qualquer coisa por suas esposas do que por pais, filhos, amigos ou qualquer outro. Embora esta alegria seja uma disposição interna do coração, ela pode ser manifestada pela prontidão e solicitude do homem em fazer o bem à sua esposa: quando sua esposa não terá sequer pedido uma gentileza, e ele já estará pronto para concedê-la: como Boaz diz a Rute: "Tudo quanto disseste te farei" (Rute 3:11); sim, se por qualquer meio ele souber que isto ou aquilo lhe será proveitoso, embora ela não o peça, ainda assim deve realizá-lo para ela: o que era a mente do referido Boaz para com Rute, como a história mostra em muitos detalhes.

O contrário é a disposição daqueles maridos que, de forma tão ranzinza, queixosa e descontente, fazem as coisas que fazem em favor de suas esposas, que estas prefeririam que não fossem feitas de modo algum. A maneira de fazê-las causa mais pesar às esposas de coração terno do que as próprias coisas podem fazer de bem.

Até aqui tratamos da maneira que os maridos devem observar ao cumprir seus deveres. As razões para reforçar os mesmos restam para serem tratadas.

78. Do exemplo de Cristo, um motivo para estimular os maridos a amarem suas esposas.

Os exemplos mencionados de Cristo e de nós mesmos, assim como são padrões para nossa direção, são também motivos gerais para nos provocar e estimular mais a cumprir todos os deveres mencionados segundo a maneira prescrita.

Um motivo maior e mais forte não pode ser apresentado do que o exemplo de Cristo. O exemplo em si é de grande força para nos provocar a fazer qualquer coisa: especialmente se for o exemplo de alguém grande, um homem de posição e renome.

Mas quem é maior que Cristo? Que padrão mais digno? Se [como foi mostrado (veja Tratado 3, Seção 74)] o exemplo da Igreja é de grande força para mover as esposas a serem sujeitas aos seus maridos, o exemplo de Cristo deve necessariamente ser de força muito maior para mover os maridos a amarem suas esposas. É uma grande honra ser semelhante a Cristo: e o Seu exemplo é um padrão perfeito. Duas coisas há que, no exemplo de Cristo, devem ser especialmente notadas para mover os maridos a amarem suas esposas:

1. Aquela grande desigualdade que existe entre Ele e Sua esposa.
2. O pequeno benefício que Ele colhe ao amá-la.

Para o melhor discernimento dessa desigualdade, a grandeza de Cristo de um lado, e a humildade da Igreja do outro, devem ser devidamente pesadas. A grandeza de Cristo é na Escritura apresentada comparando-O com as criaturas e com o Criador. Comparado com as criaturas, Ele é muito mais excelente do que as mais excelentes, como o Apóstolo prova por muitos argumentos no primeiro capítulo de Hebreus; todo aquele capítulo é gasto na prova deste ponto: e em outro lugar se diz que Ele está "acima de todo principado, e poder, e potestade, e

domínio, e de todo o nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro" (Efésios 1:21).

Comparado com o Criador, Ele não é em nada inferior a Ele, mas igual (Filipenses 2:6): "Sendo o resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua pessoa" (Hebreus 1:3): e aquele Verbo de quem se diz: "No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus... Todas as coisas foram feitas por ele" (João 1:1,3), etc. De modo que Ele é o próprio Criador, eterno, infinito, incompreensível. Assim, a grandeza de Cristo é inexplicável.

A humildade da Igreja é tão baixa quanto o outro lado é alto: ela é uma criatura, moldada da terra, procedendo dos lombos do Adão corrupto, não apenas finita, mas em si mesma vil e base: o Profeta Ezequiel a apresenta em suas cores vivas como ela é em si mesma (Ezequiel 16:1). Comparada, portanto, a Cristo, ela é nada, menos que nada (Isaías 40:17). Que igualdade, que proporção pode então haver entre Cristo e ela? Mas se o homem e a mulher forem comparados, encontraremos uma quase igualdade: e isso tanto nos pontos de sua humilhação quanto nos de sua exaltação. Quanto ao primeiro, ambos são do mesmo molde, da mesma natureza corrupta, sujeitos às mesmas enfermidades, levados por fim ao mesmo fim. Quanto ao segundo, os melhores e maiores privilégios são comuns a ambos: ambos são feitos segundo a mesma imagem, remidos pelo mesmo preço, participantes da mesma graça e herdeiros juntos da mesma herança.

Pergunta: Qual é então a preferência do sexo masculino? Qual é a excelência de um marido?

Resposta: Apenas externa e momentânea. Externa, apenas nas coisas deste mundo: pois em Cristo Jesus ambos são um (Gl 3:28). Momentânea, apenas pelo tempo desta vida: pois na ressurreição nem se casam nem se dão em casamento, mas são como os Anjos de Deus no céu (Mateus 22:30): então cessa toda sujeição das esposas aos maridos.

Para concluir este ponto: sendo a desigualdade entre Cristo e a Igreja, e a igualdade entre marido e esposa tais como foram declaradas; vendo que Cristo se digna a amar a Sua Igreja, não deveria o homem ser movido por isso a amar sua esposa?

O outro ponto concernente ao pequeno benefício que Cristo colhe de Sua Igreja reforçará ainda mais o ponto: para ilustração do qual notaremos o grande benefício que o homem colhe de sua esposa.

O benefício que Cristo colhe da Igreja é, em uma palavra, nada: pois Cristo é em Si mesmo Autossuficiente: Ele nem precisa de nada, nem pode receber nada: "Se fores justo, que lhe darás, ou que receberá ele da tua mão?" (Jó 35:7). No entanto, abundantemente Ele concede todo tipo de dons, temporais e espirituais, terrenos e celestiais. Não foi, portanto, o Seu próprio bem que Ele respeitou ao amar a Igreja, mas o bem dela: pois Ele, sendo Deus, tornou-se homem (1Tm 3:16); sendo Senhor do céu e da terra, tomou sobre Si a forma de servo (Filipenses 2:6,7); sendo rico, tornou-se pobre (2Co 8:9); tendo as Chaves do inferno e da morte (Apocalipse 1:18) e sendo o Senhor da vida (Atos 3:15), humilhou-se a Si mesmo e tornou-se obediente até a morte (Filipenses 2:8): assim, para mostrar amor à Sua Igreja, Ele deixou muito por amor a ela, mas nada recebeu dela.

Mas o benefício que o homem colhe de uma esposa é muito grande: pois "Não era bom que o homem estivesse só" (Gênesis 2:18): de modo que "O que acha uma mulher acha uma coisa boa" (Provérbios 18:22); e isso em todos os pontos de bondade: uma coisa proveitosa, uma coisa confortável, uma coisa deleitosa. Não conhecem o benefício do estado de casados aqueles que preferem a vida de solteiro a ele, especialmente se o estado de casados for ordenado pela palavra de Deus, e o marido e a esposa cuidadosos em cumprir seu próprio dever um para com o outro (veja Tratado 2, Part 1, Seção 27).

Para aplicar este ponto também e levá-lo à conclusão: se Cristo, que nada pode receber da Igreja, apesar disso a ama, não deveriam os homens muito mais amar suas esposas, que de muitas maneiras recebem muito bem delas, e sem as quais não podem bem estar?

Este exemplo de Cristo deve ser notado, antes de tudo, porque apaga completamente todas aquelas cores falsas e pretensões vãs que muitos alegam como razões para mostrar que há pouca razão para amarem suas esposas: algumas de suas pretensões são estas: Suas esposas são de uma classe muito inferior à deles; deveriam então cumprir deveres para com seus inferiores? Aqueles que comumente se casam com suas criadas de cozinha, ou outras muito abaixo de seu grau, alegam esta pretensão.

Resposta: Eu poderia replicar que o casamento eleva a esposa ao grau de seu marido: e que foi tolice dele casar-se com alguém tão humilde: mas para o propósito e ponto em questão, que alguém me diga se a suposta disparidade entre eles e suas esposas é, em qualquer grau, comparável àquela que existe entre

Cristo e a Igreja: no entanto, Cristo não considera demais cumprir deveres de amor para com Sua Igreja.

Objeção: Não há nada em suas esposas digno de ser amado.

Resposta: Esta própria coisa, que tal pessoa é tua esposa, é matéria suficiente para torná-la digna de amor. Mas o que havia na Igreja para torná-la digna do amor de Cristo? Se for dito que ela é dotada de muitas graças excelentes, que a tornam amável aos olhos de Cristo: respondo que, de si mesma, ela não tem nenhuma dessas graças; Cristo as concedeu a ela, e assim a tornou amável: e assim debes tu te esforçar, usando todos os bons meios que puderes, para tornar tua esposa condizente com o teu amor: mas, de qualquer modo, debes amá-la.

Suas esposas dão justa ocasião para serem odiadas por motivo de sua rabugice, teimosia, insolência e outros vícios intoleráveis semelhantes.

Resposta: Nenhuma ocasião pode parecer justa para mover um marido a odiar sua esposa: nem qualquer vício parecer-lhe intolerável: com o bem ele deve vencer o mal. Se pecados notórios parecessem intoleráveis a Cristo, ou se Ele pensasse que qualquer ocasião fosse justa para causar ódio, muitos que são de Sua Igreja atrairiam frequentemente o Seu ódio sobre si: mas Cristo nunca odeia um membro de Sua Igreja.

Não há esperança de que eu jamais receba qualquer ajuda de minha esposa, ou benefício dela.

Resposta: Há pouca caridade naqueles que não conseguem conceber nenhuma esperança: pois o amor "tudo espera" (1Co 13:7): mas, ainda assim, o caso é tal com Cristo. A Igreja é tão totalmente incapaz de ajudá-Lo ou beneficiá-Lo, que Ele pode

justamente dizer que não pode esperar receber nada dela. Cristo ama a Igreja para o bem dela, não para o dEle; assim devem os maridos.

Assim, se o exemplo de Cristo for bem pesado e observado pelos maridos, ele fornecerá matéria suficiente para remover toda dúvida ou escrúpulo levantado para alienar suas afeições de suas esposas. Apropriadamente, portanto, o Apóstolo o colocou diante dos maridos, tanto para dirigi-los em como amar suas esposas, quanto para movê-los a fazê-lo.

79. Do amor do homem por si mesmo, um motivo para estimulá-lo a amar sua esposa.

Ao mesmo propósito que o exemplo de Cristo tende, tende também o padrão de si mesmo. Grande é a afeição que um homem tem por si mesmo, por sua própria carne, seu próprio corpo: ele nunca odeia, mas sempre ama a si mesmo: nenhuma ferida, nenhuma doença, nenhuma dor, nenhum mau cheiro que a carne traga ao homem pode fazê-lo odiá-la: mas antes, todo tipo de enfermidades o fazem ter mais piedade, ternura e cuidado por ela. Esta é uma obra da natureza: os mais pagãos e bárbaros que já existiram a fazem. Ora, sendo a esposa para o homem como o seu corpo e a sua carne [pois eles dois são uma só carne] e tendo Deus ordenado aos homens amarem suas esposas como a seus próprios corpos, estas conclusões seguir-se-ão necessariamente deste motivo:

1. Aquele que não ama sua esposa é mais levado pelo instinto da natureza do que pela ordem expressa do Deus da natureza. O instinto da natureza o move a amar seu corpo. Mas a ordem expressa de Deus não o move a amar sua esposa.

2. Aquele que não ama sua esposa é pior que um infiel e um bárbaro, sim, do que uma própria besta: pois todos estes amam seus próprios corpos e sua própria carne: mas a esposa [pela ordenança de Deus] é como o corpo e a carne de alguém.
3. Aquele que ama sua esposa ama a si mesmo: o próprio Apóstolo, nestas mesmas palavras, estabelece esta conclusão: de onde, pela regra dos contrários, isto também se seguirá: aquele que não ama sua esposa, não ama a si mesmo.
4. Aquele que não ama sua esposa não pode senão trazer desgraça e mal sobre si mesmo. Pois o dano e o mal que seguem sobre a esposa, através de qualquer negligência de dever por parte do marido, seguem também sobre ele: como o mal que segue sobre o corpo através de qualquer negligência da cabeça, recai também sobre a cabeça. Se estes não forem motivos suficientes para estimular um marido a amar sua esposa, não sei o que pode ser suficiente.

O QUINTO TRATADO

Dos Deveres dos Filhos

1. Dos tópicos gerais dos deveres dos filhos.

Efésios 6:1-3. Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor: porque isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe [que é o primeiro mandamento com promessa]. Para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra.

O segundo par em uma família são Pais e Filhos. Ao estabelecer seus deveres, o Apóstolo começa com os filhos: sua direção e instigação a eles são apresentadas nos três primeiros versículos do sexto capítulo: nos quais

1. Ele declara o dever deles.
2. Ele acrescenta razões para reforçar o mesmo.

Ao estabelecer o dever deles, ele observa três pontos.

1. Em que consiste [obedecer, honrar].
2. A quem deve ser prestado [vossos pais].
3. De que maneira deve ser feito [no Senhor].

As razões usadas pelo Apóstolo são quatro.

1. O lugar dos pais [no Senhor].
2. A equidade da coisa [isto é justo].
3. O mandamento de Deus [honra a teu pai, etc.].
4. A recompensa prometida [para que te vá bem, etc.].

Sob esta palavra [obedecer] que o Apóstolo usa, e aquela palavra [honrar] que a Lei usa, estão compreendidos todos

aqueles deveres que em qualquer lugar de toda a Escritura são ordenados aos filhos. Portanto, vamos estabelecê-los em alguma ordem e tratá-los distintamente um após o outro.

1. A Fonte dos deveres dos filhos deve ser buscada.
2. As Correntes que fluem de lá devem ser observadas.

A Fonte é uma disposição interior do coração composta de amor e temor. As Correntes que emanam de lá estendem-se aos pais, tanto enquanto vivem quanto depois de mortos. Os deveres dos filhos que devem ser prestados aos pais enquanto vivem dizem respeito à Autoridade e à Necessidade deles. A Autoridade dos pais exige dos filhos Reverência e Obediência. A Necessidade deles exige Recompensa (Retribuição). Os deveres que os filhos devem aos pais falecidos dizem respeito ao Corpo e ao Crédito (Reputação). O Corpo deles deve ser sepultado com decência. O Crédito deles deve ser mantido com honra.

2. Do amor dos filhos para com seus pais.

Eu considero a fonte dos deveres dos filhos como uma disposição mista e composta, em relação àquela autoridade e afeto que se misturam nos pais. A autoridade dos pais exige temor nos filhos; e o afeto deles, amor. Tão inteiro e tão ardente é o afeto dos pais para com seus filhos, que tornaria os filhos excessivamente ousados e insolentes se não houvesse autoridade misturada para gerar temor; e tão suprema e absoluta é a autoridade deles sobre os filhos, que os tornaria como escravos a pavor de seus pais, se um afeto paternal não fosse temperado com ela para gerar amor. Mas ambos juntos formam uma composição muito boa: o amor, como o açúcar, adoça o temor, e o temor, como o sal, tempera o amor; e assim, ao unir ambos,

forma-se um temor amoroso, ou um amor temeroso, que é o fundamento dos deveres dos filhos.

Onde Cristo proíbe um amor excessivo dos filhos para com seus pais (Mt 10:37), ele implica que os pais são um objeto adequado para os filhos amarem [desde que seu amor seja bem moderado]: sim, ele implica que é um afeto até mesmo naturalmente enraizado nos filhos amar seus pais. José é recomendado aos filhos como um padrão digno no amor ao seu pai, e isso desde a sua juventude até o falecimento de seu pai: em testemunho disso, em seus anos mais jovens, ele trouxe ao seu pai o mau relato de seus irmãos (Gn 37:2), pelo que incorreu na inveja e no ódio deles, o que ele nunca teria feito se não amasse seu pai; e tendo estado muito tempo ausente de seu pai, quando pela providência de Deus se ofereceu uma ocasião para ele se encontrar com seus irmãos, uma de suas primeiras perguntas a eles foi sobre o pai deles (Gn 43:7): e ouvindo que ele estava vivo, ele não achou suficiente enviar-lhe comida para sua necessidade, mas também precisava ver seu rosto e tê-lo morando com ele (Gn 45:9): e enquanto seu pai estava a caminho, ele saiu ao seu encontro e, à primeira vista, lançou-se ao seu pescoço e chorou por um bom tempo [um sinal de grande afeto] (Gn 46:29).

Aquele amor que naturalmente os pais dedicam aos seus filhos deve, por equidade, gerar nos filhos um amor aos seus pais. Pois o amor merece amor: e indignos são de ser amados aqueles que não podem amar de volta. O amor dos pais acima de todos os outros deve ser respondido com amor por parte dos filhos até o limite de suas forças, porque é gratuito, grande e constante. Além disso, há uma necessidade de amor nos filhos para com seus pais, para que, por falta dele, sua sujeição [que de

todas as outras deveria ser a mais livre] não se transforme em servidão escrava.

Os filhos devem se esforçar por isso, porque por natureza eles não são tão propensos a amar seus pais quanto seus pais são a amá-los. O amor é pesado e, como as coisas pesadas, ele desce. Os filhos, portanto, com consciência do dever, devem trabalhar para suprir este defeito e ajudar a natureza pela graça. Não nego que naturalmente haja nos filhos um amor maior pelos pais do que pelos outros; contudo, em comparação com o calor do amor dos pais por eles, o amor deles pelos pais é apenas frio. Portanto, assim como o calor do sol brilhando muito e por muito tempo em uma parede de pedra extrai um reflexo de calor dessa parede: assim os raios quentes do amor dos pais, que com fervor e constância são lançados sobre os filhos, devem provocar e estimular os filhos a enviar um reflexo de amor sobre seus pais.

Dois extremos são contrários a este afeto de amor. Um é a falta de afeto natural, que é um vício mais odioso e abominável em todos, mas acima de tudo nos filhos. O Apóstolo enumera isso entre os vícios mais hediondos que existem (Rm 1:30; 2 Tm 3:3). O outro é o ódio e o desprezo pelos pais: um vício mais do que monstruoso e antinatural. Daí vem o zombar e o amaldiçoar dos pais, sobre o qual ouviremos mais tarde.

3. Do temor de um filho por seu pai.

Ao dever de amor mencionado anteriormente, o temor deve ser adicionado, que é o respeito reverencial de um filho por seu pai. Este respeito reverencial surge de uma estima honrosa que um filho em seu julgamento e opinião tem de seu pai, por ser ele seu pai; e dele procede, por um lado, um desejo e esforço em todas

as coisas para agradar ao pai e, por outro lado, uma relutância em ofendê-lo.

Neste aspecto, o temor de um filho opõe-se ao temor de um escravo. Pois o temor de um filho, sendo misturado com amor, tem respeito à ofensa que um pai pode sofrer; mas o temor de um escravo, que é ordinariamente misturado com ódio, não tem respeito a nada senão à punição que seu senhor pode lhe infligir. O temor mencionado é tão próprio dos filhos que aquele respeito reverencial que os santos dedicam a Deus é chamado de temor filial ou de filho (ver Tratado 1, Seção 4).

Este temor em um filho é um ramo especial daquela honra que a Lei exige dos filhos para com seus pais (Êx 20:12): e é em termos expressos ordenado aos filhos pela Lei (Lv 19:3). Aquela frase que Deus usa sobre Miriã [Se seu pai apenas lhe tivesse cuspid no rosto, não se envergonharia ela sete dias?] (Nm 12:14) mostra que deve haver tal temor do pai no coração do filho que produza vergonha quando o pai é ofendido. Um padrão digno disso temos em Jacó, que relutava em obter a bênção com a ofensa de seu pai (Gn 27:12). Este temor mantém o amor nos limites e restringe o filho de excessiva insolência e atrevimento. E é a causa do comportamento reverente e obediente de um filho para com seu pai. Pois, conforme o coração é afetado, o comportamento será ordenado.

Contrário a isso é aquela estima leve ou [o que é mais abominável] aquela estima baixa e vil dos pais, que está no coração de muitos filhos: especialmente se os pais forem pobres, de baixa condição, sem instrução, ignorantes ou sujeitos a quaisquer enfermidades. Não pode ser senão que Cam tivesse uma estima muito leve (Gn 9:22), se não vil, de seu pai, quando dele zombou. Um verdadeiro temor filial o teria impedido

daquele extremo. Portanto, para gerar e nutrir este temor, e para prevenir ou remediar o extremo oposto, que os filhos se informem bem do lugar e autoridade de seus pais, como eles estão no lugar de Deus e são um meio sob Deus para a existência de seus filhos: os filhos receberam sua própria substância da substância de seus pais. Em cujo aspecto, embora pareçam desprezíveis para os outros, não devem sê-lo para seus filhos.

Até aqui tratamos da disposição interior de um filho para com seu pai. A manifestação disso deve ser pelo seu comportamento exterior: e isso em duas coisas; Reverência e Obediência: ambas as quais respeitam a autoridade de um pai.

4. Da reverência de um filho ao refrear a fala diante de seu pai, e ao dar ouvidos a seu pai.

A reverência exterior que os filhos devem aos seus pais consiste em parte na sua fala, em parte no seu comportamento. Sua fala, tanto para com seus pais quanto sobre eles, deve ter sabor de reverência. PARA com seus pais na presença deles. SOBRE seus pais na ausência deles. Na presença, ao refrear e bem formular sua fala.

Para refrear a fala, duas virtudes são necessárias: Silêncio e Paciência. Silêncio em abster-se de falar, interrompendo a fala. Paciência em dar ouvidos aos seus pais.

Os dois ramos do silêncio — abster-se de falar [especialmente quando os pais estão falando, ou até que os pais deem permissão aos filhos para falar] e interromper a fala quando os pais entram no local onde os filhos estão falando — são sinais de grande reverência. Assim, os filhos testificam que há alguns presentes a quem devem respeitar e honrar. Jó descreve assim o respeito que príncipes e outros lhe dedicavam

em sua prosperidade: "Os príncipes", diz ele, "refreavam o falar e punham a mão sobre a sua boca; a voz dos nobres se calava", etc. (Jó 29:9,10). Ou seja, enquanto ele estava presente ou enquanto falava. O mesmo se pode dizer da paciência dos filhos em suportar a fala de seus pais; o que Jó também observa nestas palavras: "Davam-me ouvidos, e esperavam, e em silêncio atendiam" (Jó 29:21). Embora os pais em sua fala pareçam longos e tediosos, os filhos devem suportar.

E é muito necessário que a paciência seja adicionada ao silêncio, porque muitos pais, no terno amor por seus filhos e no desejo fervoroso pelo bem deles, acham que nunca podem falar o suficiente ao instruí-los e admoestá-los. As muitas exortações dadas na Escritura aos filhos para ouvir, escutar, dar ouvidos, prestar atenção, marcar e observar as palavras de seus pais (Gn 49:2; Pv 1:8; 4:1; 7:1) implicam o silêncio e a paciência mencionados (Tg 1:19): pois aqueles que devem ser prontos para ouvir devem ser tardios para falar. Não nego que muito mais se pretenda sob essas frases, a saber, a obediência: contudo, estas também devem ser pressupostas: pois aquele que não quer em silêncio ouvir pacientemente seus pais enquanto falam, muito menos obedecerá ao que eles dizem.

Contrário ao silêncio é o atrevimento [como dizemos] e a ousadia excessiva nos filhos, quando, sem o devido respeito à presença de seus pais, ficam tagarelando sobre esta ou aquela coisa: de tal modo que, se estranhos entrassem na sala onde tais filhos estão, não pensariam que seus pais estivessem presentes; ou se soubessem, poderiam bem pensar que tais filhos têm pouco respeito pelos seus pais.

Contrário à paciência no ouvir é o irritar-se e o murmurar contra os pais [se, pelo menos, a fala deles for um pouco longa]

e o sair impetuosamente ou de fininho antes que tenham terminado. Essas faltas são maiores se os filhos, por sua loquacidade ou impaciência, impedem ou interrompem a fala de seus pais quando estes estão dando alguma admoestação ou instrução: pois assim mostram tanto um respeito muito leve pelos seus pais quanto pouca consideração pelos meios do seu próprio bem.

5. Do modo reverente de um filho formular sua fala para com seu pai.

A reverência de um filho ao bem formular sua fala para com seus pais pode ser manifestada de muitas maneiras, como: Ao dar-lhes títulos reverentes e honrosos. Nenhum título pode ser mais honroso do que aquele que é mais próprio e usual: Pai para um progenitor e Mãe para o outro. Deus toma o título de Pai para si mesmo como um título de grande dignidade (Jr 31:9; Gl 4:6).

Objeção: Este título é tão próprio de Deus que não devemos chamar a ninguém na terra de Pai (Mt 23:9).

Resposta: Isso não deve ser tomado simplesmente pelo título em si, mas pela mente daquele que dá ou deseja esse título. Se for desejado ou dado para obscurecer a Paternidade de Deus ou para fazer de um homem um Pai por si mesmo, sem dependência de Deus ou referência a Ele, que é propriamente o pai de todos, é um título ímpio e sacrílego. Mas, de outra forma, é lícito e justificável. Na Escritura, o título de Pai é dado a todos os graus de dignidades entre os homens, como a Reis (1 Sm 24:12), Capitães e outros governadores principais (2 Reis 5:13), a Sacerdotes (Jz 18:19), Profetas (2 Reis 6:21), Apóstolos (1 Co 4:15) e outros Ministros (1 Tm 5:1). No quinto mandamento, todos os superiores estão compreendidos sob ele; portanto, Pai é

um título de grande honra: e pela regra da relação, Mãe é um título de tão grande honra para o sexo feminino. Filhos religiosos e zelosos sempre usaram esses títulos para com seus pais. "Meu Pai", diz Isaque a Abraão (Gn 22:7), Jacó a Isaque (Gn 27:18), "Minha Mãe", diz Salomão a Bate-Seba (1 Reis 2:20). Encontro também o título de Senhor usado (Mt 21:30): um título de honra.

Ao usar poucas palavras diante de seus pais: e essas poucas não sem justa ocasião, sendo primeiro interpelados por seus pais, ou tendo permissão deles, ou comunicando-lhes algum assunto necessário: pelo menos não contra a vontade de seus pais, de modo que estes se ofendam com isso. E se observarem que seus pais não estão dispostos a ouvi-los falar mais sobre tal assunto, então devem pôr as mãos sobre a boca, como Isaque (Gn 22:7) e Jacó (Gn 27:12). Este é um sinal de grande respeito.

Por meio de falas mansas e humildes. Tal foi a fala de Jônatas, o filho natural de Saul (1 Sm 19:4), e de Davi, seu genro (1 Sm 24:10), com a qual ele ficou muito contente e sua ira foi apaziguada.

Ao observar uma oportunidade adequada: como quando os pais não estão seriamente ocupados, ou em companhia, ou em paixão (ira). Quando Saul estava sem paixão (1 Sm 19:6), quão bem aceitou a apologia de Jônatas por Davi? Mas em sua paixão (1 Sm 20:30), quão mal a recebeu? Esta sábia observação da oportunidade adequada mostra grande reverência.

Por uma resposta presente, pronta, disposta e agradável, quando por seus pais forem interpelados. Eli era como um pai para Samuel: portanto, quando Samuel pensou que Eli o chamava, ele respondeu pronta e prontamente: "Eis-me aqui" (1 Sm 3:4,6): e quando Eli insistiu em saber o que o Senhor lhe

dissera, Samuel contou-lhe tudo e nada lhe ocultou (1 Sm 3:18). O filho mais novo [mencionado na parábola] mostrou uma reverência de filho ao dar uma resposta disposta e pronta ao seu pai (Mt 21:30), embora tenha falhado em sua obediência por não cumprir o que prometera.

6. Dos vícios nos filhos contrários à referida reverência na fala.

Contrários a esses ramos da reverência na fala são:

1. Orgulho: quando os filhos se desdenham de dar o título de Pai ou Mãe aos seus pais. Esta é a mentalidade de muitos que obtiveram mais riqueza ou honra do que seus pais jamais tiveram. Em público, especialmente, tais filhos mais recusam dar esses títulos. Salomão não pensava assim. Sendo ele um grande Rei, sentado em seu trono, à vista e aos ouvidos de todo o seu povo que estava ao seu redor, chamou Bate-Seba de Mãe (1 Reis 2:20). Se os filhos tivessem aquele respeito pela honra de seus pais que deveriam ter, estando eles mesmos em lugares de honra e dignidade, chamariam mais abertamente seus pais de Pai e Mãe, para que fossem conhecidos como o pai e a mãe de uma pessoa tão eminente.
2. Loquacidade e importunidade excessiva, ou melhor, impudência na fala, quando os filhos, ao tratar com seus pais, nunca dão o assunto por encerrado [como dizemos], mas precisam insistir nos assuntos até o último limite. Muitos pais são frequentemente muito provocados por isso. Não importa que o filho tenha a razão, especialmente em um assunto de pouca importância. Por causa da reverência, o filho deve abster-se, pelo menos por um tempo. E se o assunto da diferença for de peso,

como em pontos de religião, o filho deve ou aproveitar outra oportunidade para informar melhor seu pai, ou conseguir algum outro amigo sábio para fazê-lo.

3. Altivez, quando os filhos respondem aos seus pais como se fossem seus iguais: devolvendo palavra por palavra. Fica tão mal aos filhos responder de volta quanto aos servos [aos quais o Apóstolo expressamente o proibiu (Tito 2:9)]. Tanto a lei quanto a natureza proíbem os filhos de serem provocados a isso por qualquer coisa que seus pais digam ou façam; quão grande, então, é a falta daqueles que dão palavras desdenhosas e altivas aos seus pais quando não são de modo algum provocados, como o filho mais velho mencionado na parábola e o irmão mais velho do filho pródigo?
4. Indiscrição, quando os filhos não têm respeito a nenhum tempo, negócio ou temperamento de seus pais ao falar com eles (Mt 21:29; Lc 15:29) e, assim, muito os provocam. É estabelecido como uma advertência aos pais que não provoquem seus filhos à ira. Quanto mais devem os filhos observar essa advertência? (Ef 6:4).
5. Obstinação, quando os filhos fazem beicinho, fecham a cara, inflam-se e não dão resposta alguma aos seus pais. Esta é uma falta muito comum nos filhos, e muitos pais ficam muito ofendidos e entristecidos com isso. Ouvimos antes de um silêncio de filho que era muito louvável e um sinal de grande reverência (ver Seção 4); mas este é digno de muita censura, um sinal de grande desobediência; e deve ser tão cuidadosamente evitado quanto aquele deve ser praticado.

7. Das falas reverentes dos filhos sobre seus pais.

Tão verdadeiro e inteiro deve ser aquele respeito reverente que os filhos dedicam aos seus pais, que sua fala não apenas diante deles, mas também sobre eles pelas costas, deve ser formulada tanto em matéria quanto em maneira, quando tiverem qualquer ocasião de falar de seus pais, de modo que todos os que os ouvirem notem que eles nutrem um respeito reverente pelos seus pais.

Como uma direção geral para o melhor desempenho deste dever, que os filhos não digam nada de seus pais que não gostariam que chegasse aos ouvidos deles. Mais particularmente, que falem daquelas coisas que mais tendem ao seu louvor, para que [como Cristo disse de seu pai] possam honrar seus pais (Jo 8:49): Que outras coisas sejam enterradas no silêncio tanto quanto neles couber. E se outros falarem de assuntos desonrosos para seus pais, que interpretem no melhor sentido as coisas duvidosas e, tanto quanto puderem, atenuem as coisas evidentes, e repreendam asperamente aqueles que caluniam seus pais. Esta é aquela bênção que os filhos devem aos seus pais, por negligenciar a qual o sábio taxa os filhos dizendo: "Há uma geração que não bendiz a sua mãe" (Pv 30:11).

Contrário a esse tipo de bênção é o descobrir as enfermidades dos pais, observado no amaldiçoado Cam (Gn 9:22), e o espalhar inverdades sobre eles, observado no ímpio Absalão (2 Sm 15:3), e o zombar e amaldiçoá-los, expressamente condenados (Pv 30:11). A recompensa disso pela lei de Deus é a morte (Lv 20:9): sim, uma morte vergonhosa e ignominiosa, pois "os corvos do vale os arrancarão, e os filhos da águia os comerão" (Pv 30:17): frase que descreve o fim de um malfetor notório que é enforcado (Gn 40:19).

8. Do comportamento reverente de um filho para com seu pai.

Assim como a fala, o comportamento dos filhos para com seus pais deve ser temperado com reverência: pois

1. Este é um fruto e prova do temor filial, tanto quanto aquela.
2. Dos dois, este é a evidência mais segura: pois as ações são melhores sinais da disposição do coração do que as palavras.
3. Belas palavras unidas a atos contrários não podem ser consideradas senão meramente complementares e hipócritas.
4. Onde há uma contrariedade entre palavras e atos, um será testemunha contra o outro, e a condenação daquele homem será maior.

Portanto, que toda reverência seja manifestada no comportamento dos filhos para com seus pais, e isso nestas e em instâncias semelhantes:

1. Se um pai estiver vindo em direção a um filho, e o filho o observar, que ele se apresse a encontrar seu pai: assim fez José com seu pai (Gn 46:29) e Salomão com sua mãe (1 Reis 2:19). Estes dois exemplos devem ser notados, porque ambos estavam em lugar eminente: um era um grande Governador, o outro um Rei.
2. Que tal reverência de filho seja realizada conforme convém à idade e ao sexo, seja ao ir, ao permanecer diante ou ao sair da presença de um pai: como descobrir a cabeça, dobrar o joelho, inclinar o corpo, levantar-se, e coisas semelhantes. As duas pessoas eminentes

mencionadas, José (Gn 48:12) e Salomão (1 Reis 2:19), inclinaram-se, um ao seu pai, o outro à sua mãe.

3. Que o semblante e o gesto do corpo sejam tão sóbria e modestamente ordenados na presença do pai que demonstrem o devido respeito.
4. Que o lugar e a mão superior sejam dados aos pais: e se ocasionalmente um filho estiver acima de seu pai, que ele se coloque abaixo dele. Pois isso é um sinal manifesto de inferioridade e sujeição. O que faz os homens lutarem pela mão superior senão porque querem ser considerados melhores do que aqueles com quem lutam? Mas essa não deve ser a mentalidade dos filhos para com seus pais.

Obeção: E se os filhos forem em estado mais ricos ou honrados do que seus pais, devem então dar-lhes a mão?

Resposta: Nenhuma honra é comparável à dignidade da paternidade: ela dá uma eminência maior ao pai sobre seu filho do que qualquer outra honra pode dar ao filho sobre seu pai. Admito que um filho possa, por algum cargo e dignidade exterior, ser tão elevado acima de seu pai que outros homens possam honrar e reverenciar mais o filho e dar-lhe o lugar superior: e por uma questão de ordem, o filho pode e deve tomá-lo em companhia: mas quando estiverem sozinhos, o filho deve antes reverenciar o pai.

De acordo com o costume do tempo e lugar onde vivem, que os filhos peçam a bênção de seus pais.

9. Do ato de os filhos pedirem a bênção de seus pais, se é lícito ou não.

Alguma dúvida é feita sobre este dever, tanto em relação à coisa em si quanto ao gesto de ajoelhar-se usado na sua execução: irei, portanto, provar distintamente ambos.

Quanto à coisa, observa-se de Jacó que ele levou comida saborosa a seu pai para que este o abençoasse (Gn 27:19): e de José, que ele foi a seu pai e levou seus dois filhos com ele, para que seu pai pudesse abençoar tanto a ele quanto a eles (Gn 48:1): para cujo fim os doze filhos de Jacó se reuniram ao seu pai (Gn 49:1).

Objeção: Estes foram exemplos extraordinários: os Patriarcas eram dotados do espírito de profecia, pelo qual revelavam aos seus filhos qual seria o seu estado nos tempos vindouros: para cujo conhecimento seus filhos vinham a eles.

Resposta: Suas bênçãos eram mais do que predições de coisas vindouras: eram confirmações e garantias aos filhos de que Deus de fato realizaria aquela bênção que seus pais haviam pronunciado. Pois eles sustentavam uma pessoa dupla: a pessoa de um Profeta e de um pai; como Profetas, prediziam coisas vindouras: como pais, obtinham as bênçãos pronunciadas e uma garantia delas para seus filhos, e isso pela fé e oração (Hb 11:20).

Resposta: Embora nem todos os pais possam, com tal espírito extraordinário, garantir aos seus filhos qualquer bênção particular distinta, contudo a oração fiel dos pais é um meio especial e comum para obter uma bênção de Deus sobre seus filhos: e isso por causa da promessa de Deus que se estende não apenas aos pais fiéis, mas também à sua semente (Gn 17:7; Atos 2:39). Portanto, assim como os filhos dos Patriarcas vinham aos seus pais para serem assegurados de alguma bênção extraordinária, assim podem outros filhos ir aos seus pais como

um meio de obter uma bênção comum. Observa-se de Elias que, por um espírito extraordinário em oração, obteve assuntos extraordinários (Tg 5:17): Contudo, o Apóstolo apresenta esse exemplo a todos os cristãos como um motivo para estimulá-los na fé a orar por bênçãos comuns. Mas para maior esclarecimento deste ponto, note a frase usada no quinto mandamento como uma razão para mover os filhos a honrar seus pais: é esta, palavra por palavra: "Para que eles prolonguem os teus dias", etc. Como podem os pais prolongar os dias de seus filhos senão rogando essa bênção a Deus? (Ver Tratado 6, Seção 4). As orações dos pais são, então, uma grande bênção para os filhos (Pv 15:8), e os filhos devem buscar esta bênção de seus pais.

Objeção: Se os pais forem ímpios, sua oração é abominação: que bênção podem então os filhos esperar de pais ímpios?

Resposta: Embora Deus não ouça os pais ímpios em amor e bondade para com eles mesmos, contudo, para o bem de seus filhos, Ele pode ouvi-los e os ouvirá: e isso antes para manter um respeito reverente pelos pais no coração de seus filhos. Pois pedir uma bênção é um reconhecimento de superioridade e autoridade, de acordo com o que diz o Apóstolo: "O menor é abençoado pelo maior" (Hb 7:7).

Quanto ao gesto de ajoelhar-se, ele é correspondente ao gesto que antigamente era usado pelo povo de Deus em caso semelhante: de José diz-se que ele se inclinou com o rosto em terra (Gn 48:12).

Objeção: Ajoelhar-se é um gesto próprio da adoração a Deus.

Resposta: Não é tão próprio que não possa ser usado em casos civis: caso contrário, Cristo teria repreendido o jovem por ajoelhar-se diante dele, tanto quanto por chamá-lo de bom (Mc

10:17): pois ele concebia Cristo como apenas um homem, e a adoração que lhe prestava era apenas civil. Não é simplesmente o gesto, mas a ocasião do gesto, a mente de quem o realiza e o fim pelo qual o realiza que o torna divino ou civil. Cornélio prostrou-se diante de Pedro com a concepção de alguma excelência divina nele, e não foi permitido: sua maneira de adorar era divina. O carcereiro prostrou-se diante de Paulo e Silas em reconhecimento de alguma eminência exterior neles, e não foi repreendido: sua maneira de adorar era meramente civil. O mesmo gesto pode ser realizado para pessoas diferentes com um respeito diferente. Um filho pode ajoelhar-se diante de seu pai e diante do Rei. Contudo, não se segue que ele faça de seu pai um Rei. Nem se seguirá que, ao ajoelhar-se diante de seu pai, ele faça dele um Deus, porque os homens se ajoelham diante de Deus.

10. Dos vícios contrários ao gesto reverente dos filhos para com seus pais.

Contrários aos ramos mencionados do gesto reverente são:

1. Rudeza e falta de modos, quando os filhos não sabem como diferenciar seus pais de estranhos, mas podem permitir que seus pais venham até eles, e eles permaneçam em seu lugar e não se movam para encontrá-los.
2. Altivez desdenhosa, quando acham demais ficar com a cabeça descoberta por qualquer tempo na presença de seus pais. Acontece muitas vezes que, quando pais e filhos estão juntos diante de seus superiores, estes mostram mais reverência do que aqueles: pois o pai ficará de pé e descoberto, enquanto o filho se senta e põe o chapéu, sob o conceito de que seu pai presta mais

reverência do que o necessário: mas se fosse assim, o filho, por causa do pai, deveria inclinar-se ainda mais baixo.

3. Libertinagem e ousadia, quando os filhos são excessivamente familiares com seus pais: brincando e dando risadinhas por qualquer motivo leve. Este tipo de comportamento não pode senão tender muito à desonra e ao desprezo dos pais. Pois o que podem pensar aqueles que o veem, senão que tais filhos foram excessivamente mimados e mal educados?
4. Ambição, quando os filhos desejam tão ambiciosamente o lugar, especialmente em companhia, que preferem estar acima de seus pais do que estar abaixo de alguns que supõem ser, pelo menos, seus iguais. Isso frequentemente acontece quando os pais, sendo de mente humilde, dão lugar a pessoas que seus filhos, sendo de mente altiva, consideram inferiores a si mesmos. Agora, em vez de ficarem abaixo de seus inferiores [como supõem], ficarão acima de seus pais. Um ponto de grande insolência. Tal deve ser o respeito de um filho por seu pai, que ele deveria rebaixar-se abaixo daqueles que são seus inferiores, antes do que exaltar-se acima de seu pai. Como com outros homens, por causa da paz, em muitos casos, um homem deve abrir mão de seus direitos: assim, especialmente com seu pai, em caso de superioridade. Não condenaria todo aquele que sabe que honra um filho deve a um pai a ambição daquele filho que insistisse tanto no lugar e na mão a ponto de tomá-los de seu pai?
5. Uma opinião excessivamente escrupulosa e errônea daqueles que acham impróprio que qualquer filho peça a bênção de seus pais. O seu próprio conceito os move mais do que a prática contínua e aprovada do povo de

Deus em todas as eras: não muito diferente daquele que Salomão diz ser mais sábio a seus próprios olhos do que sete homens que sabem dar uma razão (Pv 26:16). Outros, embora não desautorizem geralmente este dever, acham que ele convém apenas a crianças pequenas: não considerando de que anos, estatura e estado José era quando o realizou.

Quanto àqueles que não o consideram ilícito, mas o negligenciam descuidadamente, pouco consideram o benefício da bênção de um pai. O profano Esaú outro dia se levantará em julgamento contra eles. Ele implorou e implorou de novo e de novo, e isso com um grande clamor e lágrimas salgadas, uma bênção de seu pai (Gn 27:34; Hb 12:17).

Até aqui tratamos da reverência dos filhos. Sua obediência segue-se.

11. Da obediência dos filhos.

A obediência dos filhos é o que mais prova a autoridade dos pais e é a evidência mais segura da honra que um filho presta a seus pais: por isso, ela é expressamente mencionada no texto, e todos os outros deveres estão compreendidos nela (Ef 6:1; Cl 3 :20). A reverência sem obediência é uma mera zombaria, de modo algum aceitável. Entre as duas, seria melhor que um filho falhasse na primeira: veja o exemplo da parábola dos dois filhos (Mt 21:31). A reverência, em comparação com a obediência, não passa de uma honra complementar. A obediência é uma honra real e verdadeira; a prova mais segura de um filho zeloso. A obediência é um dever tão próprio dos filhos que o Apóstolo a aplica a eles como um atributo próprio, dizendo: "como filhos obedientes, não vos amoldeis", etc. (1 Pe 1:14). O exemplo de

Cristo nos é apresentado aqui como um padrão: ele era sujeito a seus pais (Lc 2:51). Salomão considera a negligência disso como um desprezo ao pai ou à mãe (Pv 23:22).

O contrário é a desobediência e a rebelião: o maior impedimento à autoridade dos pais que pode existir. Pois, para que serve a autoridade sobre aqueles que a resistem e se rebelam contra ela? O Apóstolo coloca os filhos desobedientes entre as pessoas mais perversas que existem (2 Tm 3:2): e descreve sua desobediência por uma metáfora tirada de animais indomáveis e obstinados, que não aceitam ser colocados sob o jugo (Tito 1:6): a palavra, portanto, é traduzida apropriadamente como "insubordinados"; e é de certa forma equivalente a uma frase hebraica dada aos filhos desobedientes, a saber, "filhos de Belial" (Dt 13:13), que, de acordo com a etimologia, significa tanto quanto "filhos sem proveito"; ou, como alguns preferem, "filhos sem jugo", isto é, tais filhos que, recusando-se a estar em sujeição aos pais, não são de modo algum proveitosos, mas causam muito dano e grande tristeza. A punição que pela lei de Deus era designada aos filhos desobedientes e rebeldes era uma morte pública e vergonhosa (Dt 21:18).

12. Do dever dos filhos de se absterem de fazer coisas sem o consentimento dos pais.

Para que os filhos conheçam melhor seu dever a este respeito, apresentarei distintamente tanto as partes quanto a extensão da obediência de um filho:

1. Em que consiste.
2. Até onde se estende.

As partes gerais em que consiste são duas:

1. Abster-se de fazer coisas sem o consentimento dos pais.
2. A execução de tais coisas que os pais desejam que sejam feitas.

A primeira delas é um dever ao qual os filhos estão mais obrigados enquanto estão sob o governo de seus pais (Nm 30:16). Durante esse tempo, o consentimento dos pais não é apenas recomendável, mas necessário: e isso pelas seguintes razões:

1. Os filhos são como os bens de seus pais, inteiramente sob o poder deles, para serem ordenados e dispostos por eles. Com base nisso, Satanás, tendo tudo o que Jó possuía colocado em suas mãos, tomou liberdade sobre os filhos dele, bem como sobre seus bens e gado (Jó 1:12,19).
2. Os filhos, enquanto estão sob governo [mesmo os mais velhos que são herdeiros], em nada diferem dos servos (Gl 4:1).
3. Pela lei de Deus dada aos judeus, os pais tinham poder para vender seus filhos (Êx 21:7).
4. Os pais tinham poder para anular as coisas que os filhos tivessem feito. Veja o caso de um voto feito a Deus, que era uma das coisas mais invioláveis que alguém poderia fazer (Nm 30:4).

Contrária é a opinião e a prática de muitos, que consideram o consentimento dos pais, no máximo, como uma questão de conveniência: que é bom, se os filhos quiserem, ter o consentimento dos pais; se não o tiverem, o assunto não é grave: seus contratos ou outras coisas que fazem são tão firmes e bons sem o consentimento quanto com ele. Se assim fosse, em que a autoridade de um pai seria superior à de um amigo sábio e

experiente? É recomendável e bom ter o consentimento de tal amigo.

Mas para que o poder dos pais e o dever dos filhos neste ponto sejam melhor percebidos, exemplificarei em cinco casos particulares: 1. Ingressar em uma vocação. 2. Contrair matrimônio. 3. Dispor de bens. 4. Ordenar o vestuário. 5. Fazer votos.

13. Do consentimento dos pais para os filhos ingressarem em uma vocação.

Que os filhos devem ter o consentimento de seus pais ao escolherem sua vocação, e não se colocarem onde bem entenderem, é evidente pela prática aprovada dos santos registrada na palavra de Deus. Jacó foi enviado por seus pais a Labão para ser educado sob sua tutela (Gn 28:2). Davi foi designado por seu pai para cuidar das ovelhas (1 Sm 16:11,19): quando Saul desejou que Davi o servisse, enviou mensageiros a Jessé, pai de Davi, para buscá-lo. No fato de Jessé ser tão cuidadoso em enviar provisões aos seus três filhos mais velhos que seguiram Saul na guerra (1 Sm 17:17), podemos bem pensar que eles foram para a guerra com o seu consentimento. Nota-se de Jonadabe que ele ordenou aos seus filhos que habitassem em tendas (Jr 35:7), e que eles assim o fizeram, sendo elogiados e recompensados por essa obediência. É inferido, tanto por teólogos antigos quanto modernos, que nosso Senhor Jesus Cristo, em seus anos de juventude, antes de começar a exercer seu ministério público, ocupou-se no ofício de seu pai: e que esta foi uma das coisas em que ele manifestou sua sujeição aos seus pais. Essa conclusão é feita comparando Lucas 2:51 [onde sua sujeição é notada] com Marcos 6:3 e Mateus 13:55, onde ele é chamado de carpinteiro e filho do carpinteiro.

A equidade exige que os pais tenham participação na colocação de seus filhos, porque eles os trouxeram ao mundo e os criaram com muito cuidado, esforço e despesa enquanto eram jovens e até que estivessem aptos para uma vocação. Além disso, Deus impôs aos pais a responsabilidade de ver que seus filhos sejam bem treinados: há, portanto, grande razão para que o consentimento dos pais seja obtido ao encaminhar os filhos para uma vocação.

14. Da ilicitude de os filhos ingressarem em ordens religiosas sem o consentimento dos pais.

Contrária é a opinião dos papistas, que dizem que os filhos podem ingressar em ordens religiosas não apenas sem o consentimento, mas também contra a vontade e o agrado de seus pais. Com isso, eles não apenas protegem a desobediência aparente nos filhos contra a palavra expressa de Deus, mas também impedem os filhos de ajudar seus pais em caso de necessidade: por ambas as coisas Cristo repreendeu os escribas e fariseus em um caso semelhante.

Objeção: Os papistas concedem que, se os pais estiverem em tal necessidade que não possam viver sem a ajuda de seus filhos, os filhos não podem, ao ingressar em qualquer ordem religiosa, abandonar seus pais. Pois eles estão obrigados pela Lei de Deus a socorrer seus pais.

Resposta 1: Esta ressalva foi arrancada deles pela evidência de argumentos tirados da Palavra de Deus e pressionados por seus adversários.

Resposta 2: Isso não anula o argumento principal tirado do preceito de Deus, o qual eles tornam sem efeito por esta sua tradição.

Resposta 3: Embora os pais possam não estar, naquele momento em que os filhos ingressam pela primeira vez na ordem religiosa, em tal necessidade extrema, eles podem vir a estar depois. Mas, uma vez que os filhos tenham ingressado, eles sustentam ser totalmente ilícito que os filhos, por qualquer necessidade do pai, o atendam para seu socorro.

Objeção: Os filhos que ingressaram em ordens religiosas podem ajudá-los, como convém a pessoas religiosas, por meio de suas orações a Deus.

Resposta 1: Isso é exatamente o "Corban" dos fariseus, do qual Cristo faz menção (Mc 7:11), e pelo qual ele descobre notavelmente a hipocrisia dos fariseus, que faziam da pretensão de religião um impedimento àquela obediência que Deus exigia dos filhos.

Resposta 2: Orar por aquilo que um homem não se esforça para fazer, quando pode fazê-lo, é uma zombaria clara de Deus.

Os argumentos que eles alegam para confirmação de sua opinião errônea são tirados de exemplos extraordinários ou de semelhanças místicas, como:

1. Abraão deixando a casa de seu pai (Gn 12:1).
2. A fala de Levi sobre seu pai e sua mãe, que disse: "Não o vi" (Dt 33:9).
3. O conselho dado à Rainha real: "Esquece-te... da casa de teu pai" (Sl 45:10).
4. A prova de nosso amor a Cristo por amá-lo mais do que a pai ou mãe (Mt 10:37).

5. Cristo proibindo um que o seguia de ir enterrar seu pai (Lc 9:60).

Resposta:

1. Quanto ao exemplo de Abraão: 1. Não se pode provar que ele deixou a casa de seu pai sem o consentimento dele (Gn 12:1). 2. Ele já era casado e, portanto, de outra casa. 3. Ele teve uma ordem expressa e particular de Deus para deixar a casa de seu pai, assim como teve para sacrificar seu filho. A menos que uma ordem semelhante possa ser mostrada, seu exemplo nada prova para o propósito deles.
2. Quanto à fala de Levi: 1. Foi notada por Moisés em relação a um fato zeloso particular dos levitas (Êx 32:26) ao executar a vingança do Senhor, e assim deve ser contada entre as coisas extraordinárias que não servem de exemplo geral. 2. O que moveu os levitas a não fazer diferença entre seus pais e outros foi a causa do Senhor: seus pais e parentes, tanto quanto outros, haviam pecado notoriamente contra Deus, e nesse aspecto os levitas não tomaram conhecimento deles. Mas não são tais pais que os papistas ensinam os filhos a abandonar, mas quaisquer pais. Ora, que consequência é esta: "Alguns filhos foram ministros de Deus ao executar punição justa sobre seus pais ímpios, portanto os filhos podem ingressar em lugares que os isentem de ajudar quaisquer pais, mesmo os que merecem"? 3. Os levitas tiveram uma ordem expressa para o que fizeram (Êx 32:27): mas o que os papistas inferem do exemplo deles torna o mandamento de Deus sem efeito (Mt 15:10).

3. Quanto ao conselho à Rainha (Sl 45:10): 1. Deve ser tomado misticamente. 2. Se fosse tomado literalmente, deve ser entendido como dado a ela após o casamento, quando já estava fora do governo de seus pais. 3. Tem relação com a lei do matrimônio (Gn 2:24) e implica não um simples abandono dos pais, mas o preferir o marido a eles.
4. Quanto a amar pai e mãe mais do que a Cristo: 1. Isso não implica necessariamente um abandono de nossos pais: pois podemos amar a Cristo mais do que a eles e, ainda assim, cumprir o dever para com eles. 2. Se eles forem abandonados, deve ser em oposição a Cristo, ou seja, se Cristo ou eles tiverem que ser abandonados, no sentido de que, se nos apegarmos a eles, eles nos afastarão de Cristo.
5. Quanto a Cristo proibir um seguidor de enterrar seu pai: 1. Foi por causa de um chamado extraordinário que ele teve. 2. É estabelecido como um padrão para os Ministros, para mostrar que eles devem atender especialmente à sua função própria e deixar outros assuntos seculares para serem realizados por quem possa fazê-los bem. Aplicar isso ao abandono dos pais pelos filhos é perverter o sentido do texto.

Assim vemos para quão pouco propósito os argumentos citados são alegados para provar aquela opinião errônea de filhos ingressarem em ordens religiosas sem o consentimento de seus pais. Eu poderia mostrar ainda quão irreligiosas são suas pretensas ordens religiosas e, assim, mostrar quão ilícito é ingressar nelas, mesmo com o consentimento dos pais; mas isso não vem ao caso no momento.

15. Da ilicitude de os filhos viajarem ou se tornarem aprendizes sem o consentimento dos pais.

Contrária também à referida parte da obediência dos filhos é a prática daqueles filhos que viajam e buscam sua sorte [como dizem] sem o consentimento dos pais, como o filho pródigo (Lc 15:12), se não pior: pois é provável que ele tenha forçado de seu pai um consentimento geral, visto que obteve dele sua porção de bens. Estes geralmente trazem grande tristeza aos seus pais e, muitas vezes, fazem-nos temer mais do que há causa, como o velho Jacó temeu, quando não sabia o que havia acontecido com seu filho (Gn 37:35).

Entre essas aberrações pode-se contar um costume nesta terra, mais usual do que lícito, de filhos se tornarem aprendizes (vínculo de servidão por aprendizado) sem o consentimento dos pais: falta na qual aqueles que aceitam os contratos de tais filhos, ou de outra forma pactuam com eles sem o conhecimento do consentimento de seus pais, tornam-se cúmplices.

16. Do consentimento dos pais para o casamento de seus filhos.

Que os filhos devem ter o consentimento de seus pais para o seu casamento é evidente sem qualquer dúvida. Pois:

1. O próprio Deus nos deu um padrão nisso: Ele primeiro trouxe a mulher ao homem (Gn 2:22), pelo que quis mostrar que Aquele que deu o ser à mulher tinha o direito de dispô-la em casamento: direito que os pais agora possuem, pois deles, sob Deus, os filhos recebem o seu ser. Neste caso, os pais estão no lugar de Deus e são, por assim dizer, a mão de Deus para unir seus filhos em casamento.

2. Deus deu leis expressas sobre este ponto. Omitindo aquela lei moral geral, "Honra a teu pai e a tua mãe" [que, sendo o fundamento de todos os outros deveres pertencentes aos filhos, o é também deste], a autoridade e o encargo que Deus por Sua Lei (Dt 7:3) impôs aos pais, de dar suas filhas a maridos e tomar esposas para seus filhos, tem a força de uma lei para impedir os filhos de tomar esposas ou maridos sem ou contra o consentimento de seus pais. Esta lei não era própria apenas dos judeus; mas, como um ramo da lei moral, é reforçada aos cristãos (1 Co 7:36,37). A isto pode-se acrescentar a lei judicial [se é que deve ser considerada meramente judicial] do poder de um pai em dar sua filha, ou recusar dá-la em casamento àquele que a tivesse desonrado (Êx 22:17).
3. Correspondente à Lei tem sido a prática dos santos de Deus registrada e aprovada na Escritura. Isaque casou-se com a esposa que seu pai providenciou (Gn 24:67). Jacó tanto obedeceu a seu pai ao ir à casa de Labão em busca de uma esposa (Gn 28:2) quanto, ao chegar a Labão, pediu a filha dele (Gn 29:18, etc.). Embora Sansão tenha visto uma filha dos filisteus que muito lhe agradou, ele não se casou com ela antes de ter o consentimento de seus pais (Jz 14:2).
4. Estas palavras de Tamar (2 Sm 13:13): "Fala ao rei [que era seu pai], porque ele não me negará a ti", mostram que os filhos não costumavam se casar sem o consentimento dos pais: o que é confirmado por este juramento dos israelitas: "Nenhum de nós dará sua filha por mulher aos de Benjamim" (Jz 21:1).

5. Os antigos pais da Igreja ensinaram em suas épocas este dever aos filhos e declararam ilícitos os casamentos de filhos sem o consentimento dos pais.
6. Até os próprios pagãos observaram a equidade disso. Embora Siquém amasse Diná e a tivesse desonrado, ele não se casaria com ela sem o consentimento do pai dele e do pai dela (Gn 34:3). Ismael aprendera o mesmo, seja pela instrução que recebera na casa de Abraão, seja pela luz da natureza: pois ele aceitou a escolha que sua mãe fez para ele (Gn 21:21).
7. Embora os papistas em outros casos tornem a autoridade dos pais sem efeito, neste caso eles consideram totalmente ilícito que os filhos se casem sem ou contra o consentimento de seus pais: e, por isso, criaram cânones contra isso.
8. A lei da natureza e das nações, a lei civil e canônica, a lei comum e estatutária de nossa terra, todo tipo de lei está de acordo com a Lei de Deus neste ponto.
9. Tem sido um costume em todas as Igrejas Cristãs através de todas as eras que o pai, ou alguém no lugar dos pais, entregue a noiva ao noivo no momento do casamento: por meio do qual o consentimento dos pais é manifestado abertamente.
10. Muitos teólogos de renome julgaram que tais casamentos feitos simplesmente sem, ou diretamente contra o consentimento dos pais [especialmente se os pais tiverem justa causa de objeção contra esses casamentos], não têm força até que o pai os ratifique: e em muitas Igrejas, após o devido exame da questão, costumam considerá-los como não casamentos. A experiência manifestou a ousadia de muitos filhos em desprezar o consentimento de seus pais naqueles lugares onde os

casamentos, uma vez consumados, são ratificados e tornados indissolúveis, embora tenham sido feitos sem ou contra o consentimento dos pais. Muitos filhos pensam que, embora seja feito ilicitamente, uma vez feito, permanecerá. Por isso, se duvidam do consentimento dos pais, planejam como consumir o casamento de modo que os pais não saibam para impedi-lo antes de ser feito: e, depois de feito, resolvem impudentemente suportar, como puderem, a tempestade do desagrado dos pais. Para evitar tal desprezo ao poder dos pais e para estabelecer aquela autoridade que Deus lhes deu sobre seus filhos, os casamentos sem ou contra o consentimento dos pais, como mencionado, são anulados em muitas Igrejas.

17. Da equidade do ponto e razões pelas quais os filhos devem ter o consentimento dos pais para o casamento.

1. Pelo casamento, os filhos são afastados de seus pais: pois "deixará o homem pai e mãe, e se unirá à sua mulher" (Gn 2:24). Não é, então, grande razão que aqueles de quem os filhos tiveram o ser, e por quem foram mantidos e treinados até o momento do casamento, tenham notícia desse tipo de separação e consintam com ela?
2. O poder de um pai, pelo casamento de seu filho, é transferido para o marido ou esposa do filho. E deve tal poder ser retirado sem o consentimento do pai?
3. Os filhos, na maioria das vezes, são impetuosos e precipitados por falta de experiência; e buscam mais satisfazer seu desejo carnal presente do que prover uma ajuda boa e duradoura para si mesmos: mas os pais, pelo instinto da natureza, amando seus filhos tanto quanto os

filhos amam a si mesmos, e tendo por muita experiência melhor compreensão de uma ajuda adequada, e sendo mais capazes de usar seu dom de discernimento neste caso — porque não é o caso deles próprios, e no entanto é o caso de alguém a quem amam como a si mesmos, e a quem desejam tanto bem quanto a si mesmos — não é justo, mesmo para o bem do filho, que em um assunto de tal importância como o casamento, o pai tenha uma palavra a dizer?

18. Do comportamento do filho caso o pai providencie um parceiro inadequado ou nenhum.

Pergunta: E se os pais instarem seus filhos a se casarem com alguém por quem eles não sentem afeto ou amor: devem os filhos, contra sua mente e gosto, prestar obediência?

Resposta: Se não houver justa objeção contra a parte recomendada, eles devem, com o máximo de seu poder, esforçar-se para alinhar seu afeto à vontade de seus pais: e, como auxílio para isso, estarem convencidos de que seus pais são tão cuidadosos com o bem deles quanto eles mesmos, e mais sábios do que eles: sim, acima de tudo, devem fazer oração insistente a Deus [em cuja mão está o coração do homem para incliná-lo para onde quiser (Pv 21:1)] para que Ele se agrade em alterar o curso de seu afeto e fixá-lo na pessoa que seu pai escolheu para eles; se, pelo menos, não virem causa justa em contrário. Mas se, apesar de todos os meios que puderem usar, ainda encontrarem seu coração totalmente avesso, podem, de maneira reverente, suplicar ao pai que desista de pressionar aquele casamento e que pense em outro.

Pergunta 2: E se o pai for negligente e não providenciar um parceiro adequado no tempo devido, não pode o filho providenciar um para si mesmo?

Resposta: A negligência de um pai não é pretexto suficiente para que um filho descarte aquela sujeição que deve ao seu pai. Contudo, não nego que um filho, sabendo onde um parceiro adequado pode ser encontrado, possa dar a conhecer o fato ao seu pai [como Sansão fez] e implorar tanto o seu consentimento quanto a sua ajuda para isso (Jz 14:2). E se o pai não der ouvidos ao seu humilde pedido, ele pode usar a mediação de seus parentes ou outros amigos. Sim, se a necessidade exigir que o filho se case, e o pai adicionar obstinação à negligência, e não se mover de modo algum, nem pelo pedido humilde de seu filho, nem pela solicitação fervorosa de quaisquer amigos, pode-se recorrer ao Magistrado [que está no lugar de Deus sobre o pai, bem como sobre o filho, e deve oferecer alívio ao filho] e o que o Magistrado fizer nesse caso é uma garantia tão boa para o filho como se o pai o tivesse feito. Meios semelhantes podem ser usados se um pai for idólatra, herético ou ateu, e não aceitar que seu filho se case com ninguém, exceto com alguém de sua própria profissão e disposição.

19. Do pecado dos filhos ao se casarem sem o consentimento dos pais.

Contrária é a mentalidade e a prática daqueles filhos que, estimando muito levemente o poder de seus pais, escolhem parceiros por conta própria: e isso às vezes privadamente, sem dar qualquer aviso aos seus pais: e às vezes de forma mais rebelde, contra a mente e a ordem de seus pais: não muito diferente daqueles que no mundo antigo foram condenados por tomar esposas de todas as que escolheram (Gn 6:2) [o que foi

um ramo daquela maldade pela qual o mundo foi inundado] ou melhor, como Esaú, que tomou tais esposas que provaram ser uma amargura para seus pais (Gn 26:35). Que bênção se pode esperar que caia sobre tais casamentos? Ou melhor, que maldição não se pode temer que os siga? A lei de Deus é transgredida por isso: Sua imagem nos pais é desprezada; aquilo que é mais próprio deles do que quaisquer bens é, ou fraudulentamente, ou violentamente retirado deles: suas almas são entristecidas; e eles são frequentemente provocados a deserdar seus filhos e amaldiçoar seus casamentos. Ora, a maldição de Deus frequentemente segue a maldição justa de um pai.

20. De objeções sobre filhos se casarem sem o consentimento dos pais, respondidas.

Objeção 1: Embora Jacó tenha se casado com uma esposa de acordo com a direção de seus pais, ele se casou com outras três [pelo menos as duas servas] sem o consentimento deles.

Resposta 1: O exemplo de Jacó ao casar-se com mais de uma esposa não é justificável.

Resposta 2: Jacó teve um consentimento geral de seus pais para tomar uma esposa das filhas de Labão (Gn 28:2): se, portanto, seu casamento com duas esposas tivesse sido lícito, nem esta nem aquela filha teriam sido tomadas sem qualquer consentimento de seus pais. Quanto às duas servas de quem ele teve filhos, nenhuma delas era sua esposa: pois muito depois de terem filhos, elas são chamadas de suas servas e distinguidas de suas esposas (Gn 32:22).

Objeção 2: Os servos podem se casar sem o consentimento de seu senhor: por que então não os filhos sem o de seus pais?

Resposta 1: Não é lícito para os servos fazê-lo enquanto durar o prazo de seu contrato (ver Tratado 8, Seção 17).

Resposta 2: Embora a servidão de um servo seja maior que a de um filho, um pai tem, em muitos aspectos, um poder maior sobre seu filho do que um senhor sobre seu servo. O poder que um senhor tem é por um contrato mútuo entre ele e seu servo, e pela sujeição voluntária de um servo ao seu senhor. Mas o poder de um pai é pelo laço da natureza, visto que um filho tem o seu ser de seus pais. Além disso, esta sujeição de um filho aos seus pais em caso de casamento não é por servidão, mas para o bem do filho (ver a terceira razão na Seção 17).

Objecção 3: Os filhos casam-se para si mesmos e não para seus pais, por que então o consentimento dos pais deve ser tão enfatizado?

Resposta 1: Embora não se casem para seus pais, eles se casam afastando-se de seus pais (ver a segunda razão na Seção 17): pelo casamento, eles são libertos do poder de seus pais.

Resposta 2: Os filhos não são de si mesmos: eles são a herança do Senhor (Sl 127:3): o Senhor os deu aos pais como uma herança: um filho, portanto, não pode se casar para si mesmo sem o consentimento dos pais, assim como não pode alienar os bens de seus pais para si mesmo.

21. Do roubo de filhos dos pais por causa do casamento.

Do pecado mencionado, e da vingança que o acompanha, tornam-se cúmplices aqueles que fraudulentamente seduzem ou violentamente levam embora os filhos para casá-los de modo diferente do que seus pais desejariam. Este é um tipo de crime pior do que roubar os bens de um homem. Pois os filhos são

muito mais propriamente de um homem do que seus bens: e mais caros a ele do que quaisquer bens podem ser: sim, e tanto mais altamente a serem estimados, quanto as criaturas racionais devem ser preferidas às coisas sem sentido e sensuais. Nossa lei estatutária condena expressamente isso e impõe uma punição severa àqueles que ofenderem nisso. E justamente tais ofensores merecem ser severamente punidos, tanto em relação à hediondez do pecado quanto em relação aos muitos males que o seguem, como: Alienação do afeto dos pais para com seus filhos, Deserção de herdeiros, Inimizade entre os amigos de cada parte assim casada, Processos judiciais litigiosos, Ruína de famílias e [se as personagens cujos filhos são casados sem o consentimento de seus pais forem grandes e nobres] Perturbação de cidades, nações e reinos inteiros. Veja a destruição dos siquemitas (Gn 34). Diz-se que esta foi a causa da guerra de dez anos entre os gregos e troianos, e da ruína de Troia.

22. Do pecado dos ministros ao casarem filhos sem o consentimento dos pais.

Também os Ministros que, por descuido, não tomam a devida conta das partes que casam, se têm ou não o consentimento de seus pais; ou por suborno, sendo contratados por recompensa, casam tais filhos que sabem não ter o consentimento de seus pais, tornam-se em alto grau cúmplices do pecado mencionado (ver Seção 19). O fato deles é tão mau quanto o fato dos próprios mandantes. A solenização de tais casamentos encoraja tanto as partes que se casam quanto todas as pessoas que estão presentes. Eles desonram profundamente a santa ordenança de Deus, pois, representando a pessoa de Deus, dizem daqueles que Deus proibiu de serem assim unidos: "O que Deus ajuntou, não o separe o homem". Se os Ministros não tivessem participação em

tais casamentos ilícitos, eles não poderiam ser realizados: pois nossa Igreja não ratifica nenhum casamento que não seja feito por um Ministro. Portanto, algum Ministro ou outro é culpado deste pecado mortal sempre que qualquer filho é casado sem o consentimento dos pais. Bem faz, portanto, nossa Igreja [para prevenir este pecado] ao proibir expressamente os Ministros de casar qualquer pessoa sem o consentimento dos pais: e ao infligir uma censura severa sobre aqueles que ofenderem nisso.

23. Do dever dos filhos de se absterem de dispor de qualquer bem de seus pais sem consentimento.

Um terceiro ramo da sujeição dos filhos em abster-se de fazer qualquer coisa sem o consentimento de seus pais diz respeito aos bens de seus pais. Que os filhos, embora vivendo na casa de seus pais, não devam, sem o consentimento deles, dispor de seus bens, é evidente pela extensão de sua obediência, "em todas as coisas". No fato de Isaque ter se agrado em enviar Jacó a Padã-Arã sem grandes provisões, parece que Jacó teve consciência de não levar nada privadamente, mas foi como seu pai o enviou, apenas com seu cajado (Gn 32:10). E a apologia que ele fez a Labão, seu sogro, a respeito das coisas levadas (Gn 31:36), mostra que ele considerava ilícito que os filhos levassem privadamente os bens de seus pais. "Qual é a minha transgressão? Qual é o meu pecado?", diz ele, "Que achaste de todos os teus utensílios?". Não implica ele, por meio disso, que se as filhas de Labão tivessem levado qualquer dos bens de seu pai, teria sido uma transgressão e um pecado?

O Apóstolo diz do herdeiro [que, de todos os filhos, pode parecer ter o maior direito] que, enquanto é criança [isto é, sob o governo de seus pais], em nada difere de um servo, embora seja senhor de tudo (Gl 4:1). Se ele não difere de um servo, que

direito pode ter de dispor, ao seu bel-prazer, dos bens de seus pais? Tem um servo tal direito? É muito necessário que os filhos, nisto, estejam vinculados ao consentimento de seus pais, tanto para o bem dos pais quanto dos próprios filhos. Dos pais, para que saibam o que têm ou não têm, e conseqüentemente ordenem suas despesas. Como podem os pais saber o que possuem, se os filhos, privadamente e sem o seu conhecimento, desviam e dispõem de seus bens? Dos filhos, para que seu humor esbanjador seja, por este meio, contido: [pois a juventude é muito propensa a gastar além da moderação, se tiver meios] e para que seus pais possam melhor entesourar para eles (2 Co 12:14).

24. Do pecado dos filhos em furtar e desperdiçar os bens de seus pais.

Contrários a isso são tanto a opinião quanto a prática de muitos filhos. Quanto à opinião, muitos pensam e dizem que tudo o que pertence aos seus pais é deles também: e, por isso, ao serem restringidos de gastos excessivos ou de disporem de qualquer coisa por suas próprias mãos, através do olhar vigilante e do cuidado providente de seus pais, murmuram contra tal restrição. O conhecimento e a convicção de sua sujeição, neste caso, seriam um bom meio para suprimir esse humor queixoso.

Quanto à prática:

1. Alguns subtraem e furtam privadamente quaisquer bens, dinheiro, mercadorias ou qualquer outra coisa de seus pais que possam alcançar. O Espírito Santo considera isso como furto simples: pois, tendo Raquel tomado privadamente os ídolos de seu pai, a Escritura diz que ela os roubou. Disso se tornam cúmplices aqueles que

aconselham e encorajam os filhos a agirem assim: como muitos intrópidos e pessoas enganadoras aconselham as filhas, quando Deus leva suas mães, a tirar linhos e outros utensílios domésticos de seu pai, fingindo que o pai pode se casar com outra mulher que levará tudo embora. E, sob pretexto semelhante, também persuadem os filhos, quando seus pais morrem, a desviar o que puderem de sua mãe. Mas tais pretextos não são garantia suficiente para os filhos enganarem seus pais. Seria melhor para os filhos serem privados dos bens de seus pais do que desfrutá-los com tal engano: pois serão como aquele pão que é doce ao homem, mas depois sua boca se enche de cascalho (Pv 20:17).

2. Outros gastam desregradamente sua porção, como o filho pródigo (Lc 15:13), e contraem dívidas, obrigando seus pais a pagá-las ou a deixá-los à mercê da lei. Muitos estudantes nas Universidades, cavalheiros em escolas de direito e filhos que são criados com certa liberdade nas casas de seus pais ou de outros amigos, ofendem muito nisto. Pouco difere este excesso e devassidão do tipo de furto mencionado anteriormente: e, ordinariamente, traz tantos males quanto aquele.
3. Alguns também são tão perversos e ingratos que, tendo chegado à idade adulta e seus pais envelhecido, buscam despojar seus pais de tudo o que possuem e colocá-los sob seu domínio, para serem governados por eles: esforçando-se para obter a posse de tudo antes que seus pais morram, ou antes que eles estejam dispostos a renunciar a tal direito em favor de seus filhos. Tais foram Absalão e Adonias (2 Sm 15:10; 1 Reis 1:5). Quão altamente desagradáveis tais práticas são a Deus, mostra

a vingança que caiu sobre as cabeças daqueles dois irmãos no mal, filhos traidores e desleais.

Todos os filhos que buscam os meios mencionados, ou qualquer outro semelhante para fraudar seus pais, retribuem muito mal o cuidado de seus pais sobre eles e, mais como bárbaros do que como cristãos, recompensam o bem com o mal: frequentemente trazem pobreza e ignomínia sobre seus pais e sobre si mesmos: são piores que outros ladrões, porque são considerados mais caros e neles se confia mais livremente: sim, são um péssimo exemplo para os servos na casa ou súditos na República.

25. Do contentamento dos filhos em serem vestidos conforme a mente e o gosto de seus pais.

Um quarto ramo da referida sujeição dos filhos diz respeito ao seu vestuário, que não deve ser outro senão o que conte com o bom agrado de seus pais. Nota-se que Israel fez para José uma túnica (Gn 37:3). A menção particular dessa circunstância não mostra que os pais devem ordenar o vestuário de seus filhos? O que também é sugerido na razão dada para a veste de várias cores de Tamar (2 Sm 13:18), a saber, porque com tais vestes as filhas do rei, que eram virgens, se trajavam. E visto que Rebeca guardava as roupas de seu filho Esaú, parece que as roupas dele estavam de acordo com a mente de seus pais (Gn 27:15): caso contrário, ele as teria escondido deles: para confirmação adicional do que se nota que seu traje era agradável ao seu pai.

Contrário a isso é o humor vaidoso de muitos filhos que, para tristeza e descrédito de seus pais, vestem-se tanto contra a vontade deles quanto acima de suas posses, e de modo inconveniente ao lugar e vocação de seus pais. Entre outros,

muitos filhos de Ministros trazem muito descrédito sobre seus pais por este meio. Que todos esses jovens orgulhosos notem como o Senhor ameaçou visitar até os filhos do Rei que se vestem com trajes estranhos (Sof 1:8).

26. Do dever dos filhos de se absterem de se obrigarem a fazer qualquer coisa contra o consentimento de seus pais.

O quinto e último ramo com o qual exemplificarei a referida sujeição dos filhos será aquele que é expressamente notado na lei, a saber, o filho obrigar-se por um voto. A lei dá ao pai o poder de anular o voto de seu filho (Nm 30:4). É, portanto, dever do filho abster-se de fazer votos sem o consentimento de seus pais.

Contrários são os votos que os papistas induzem os filhos a fazer, a saber, votos de continência, virgindade perpétua, obediência regular, pobreza voluntária e afins. Embora por estes eles não sejam levados a abandonar seus pais [o que antes provamos ser totalmente ilícito (Seção 14)]: e embora estes em sua natureza fossem lícitos [o que não são, porque são contra a lei e ordenança de Deus, e contra a liberdade cristã, e cheiram excessivamente a judaísmo, sim, a uma superstição pior], ainda assim, sem o consentimento dos pais, não poderiam ser feitos.

Tão ilícitos são os juramentos e outros meios semelhantes pelos quais os filhos se obrigam ao cumprimento de coisas indiferentes que seus pais não desejam que façam. O que faz isso senão trazer um laço sobre as consciências dos filhos e causar a necessidade de quebrar um dos mandamentos de Deus? Seja o terceiro, ao quebrar seu voto ou juramento; ou o quinto, ao desobedecer aos seus pais.

27. Da obediência ativa dos filhos.

A parte afirmativa e ativa da obediência de um filho consiste em mostrar-se dócil à vontade de seus pais; o que deve ser acrescentado à referida parte negativa e passiva da obediência em abster-se de fazer coisas sem o consentimento dos pais, para manifestação de um verdadeiro afeto e disposição filial para com o pai. A obediência passiva pode surgir de mera teimosia e altivez de espírito. Pois há muitos que se absterão de fazer isto ou aquilo sem o consentimento dos pais porque relutam em pedir o seu consentimento: preferem ter suas próprias vontades contrariadas nas coisas que desejam do que serem sujeitos à vontade de seus pais. O que isso demonstra senão um espírito altivo e um coração desdenhoso? Além disso, abster-se de fazer uma coisa ilícita é apenas abster-se do mal. Mas é exigido dos cristãos que façam o que é bom, bem como que se abstenham do que é mau (Sl 34:14). Isto é o que é elogiado em Jacó: ele não apenas se absteve de tomar uma esposa que seria uma amargura para seus pais [no que seu irmão Esaú havia ofendido (Gn 26:34,35)], mas também obedeceu aos seus pais ao tomar a esposa que eles queriam que ele tomasse (Gn 28:2; 29:18).

Exemplificaremos este ponto geral em quatro instâncias particulares, a saber: na obediência do filho aos mandamentos, instruções, repreensões e correções de seus pais.

28. Da obediência dos filhos aos mandamentos de seus pais.

Quaisquer mandamentos lícitos que os pais deem aos seus filhos, estes devem estar prontos, com o máximo de suas forças, a obedecer. "Obedecei a vossos pais", diz o Apóstolo aos filhos (Ef 6:1). Os pais, em virtude de seu lugar, têm poder e autoridade para comandar: os filhos, portanto, devem obedecer, ou então esse poder não terá propósito.

Para demonstrar isso por alguns detalhes:

1. Se um pai chama seu filho, ou manda buscá-lo, ele deve vir prontamente, mesmo que não saiba o motivo. Eli estava no lugar de pai para Samuel, pelo que o menino, supondo que Eli o chamava, correu para ele uma, duas e três vezes (1 Sm 3:5). Davi, quando foi mandado buscar por seu pai no campo para ser ungido Rei, não sabia o motivo, mas veio (1 Sm 16:12). Os doze filhos de Jacó, embora homens feitos, ao serem chamados por seu pai, reuniram-se diante dele (Gn 49:1).
2. Se um pai dispõe enviar seu filho a qualquer lugar, ou em qualquer missão, embora seja longe e possa parecer um tanto incômodo, ele deve ir e fazê-lo. O exemplo mencionado (Seção 27) de Jacó (Gn 28:5), o exemplo também de José (Gn 37:14) [sendo enviado para ver se seus irmãos estavam bem] e dos dez filhos de Jacó (Gn 42:2,3) [sendo enviados por seu pai ao Egito], e de Davi (1 Sm 17:17) [enviado para visitar seus irmãos] são, neste caso, elogiados pelo Espírito Santo. De Davi nota-se que ele se levantou de madrugada e foi como Jessé lhe ordenara (1 Sm 17:20): o que demonstra sua pronta obediência.
3. Se um pai exigir que seu filho o acompanhe ou o sirva, ele também deve fazê-lo. Quando Abraão subia ao topo do Moriá, sua vontade era que seus servos ficassem para trás e que seu filho Isaque o acompanhasse e carregasse a lenha para o sacrifício, e Isaque obedeceu prontamente (Gn 22:6).
4. Se um pai impuser qualquer tarefa ou confiar qualquer negócio ao seu filho, este deve realizá-lo fielmente. Este tipo de obediência fiel é elogiado em José (Gn 50:5), nos

recabitas (Jr 35:8) e em Davi (1 Sm 17:20), entre muitos outros. José, devido ao seu alto cargo, não podia sair do Egito, mas para realizar o que seu pai lhe ordenara, pediu permissão. Os recabitas foram tentados a quebrar a ordem de seu pai, mas não o fizeram. Davi, quando foi enviado por seu pai, deixando as ovelhas que estavam sob sua custódia, teve o cuidado de deixá-las com um guarda (1 Sm 17:20): e novamente, quando um urso em uma ocasião e um leão em outra vieram ao rebanho, ele colocou sua vida em risco para preservar o rebanho (1 Sm 17:34): todas essas circunstâncias são assim notadas para demonstrar o grande cuidado que esses filhos tiveram em cumprir o encargo que seus pais lhes haviam confiado.

29. Da desobediência dos filhos aos mandamentos de seus pais.

Contrária é a disposição rebelde nos filhos, manifestada por estas e práticas semelhantes:

1. Por recusarem atender ao chamado de seus pais; ou vindo [como dizemos] sem pressa, fazendo seus pais esperarem por eles.
2. Por uma pretensão preguiçosa e indolente de desculpas vãs e frívolas quando seus pais querem enviá-los em uma missão, como aquele preguiçoso que diz: "Um leão está lá fora; serei morto no meio das ruas" (Pv 22:13). Tais pretextos são como vinagre para os dentes e fumaça para os olhos (Pv 10:26).
3. Por desdenharem servir aos seus pais; e, nesse aspecto, saírem de fininho ou se ausentarem quando imaginam

que seus pais usarão seu serviço desse tipo: eles, ora vejam, não serão servos de seus pais: um conceito ímpio.

4. Por recusarem fazer o que seus pais lhes ordenam e exigem de suas mãos, como o filho mais novo, que não foi trabalhar na vinha ao comando de seu pai (Mt 21:30). Tais filhos, na maioria das vezes, ofendem nisto por pensarem, através do orgulho, que o negócio que lhes foi ordenado é muito insignificante e vil para ser feito. Se Davi ou as filhas de Reuel tivessem tido essa mentalidade, o primeiro não teria retornado às ovelhas de seu pai depois de ter sido ungido Rei sobre Israel e chamado à Corte (1 Sm 16:13,21; 17:15); e as outras não teriam dado de beber às ovelhas de seu pai, especialmente entre pastores tão rudes e barulhentos que, sem qualquer respeito ao lugar e sexo delas, as expulsariam (Êx 2:16,17).

30. Da obediência dos filhos à instrução de seus pais.

Tais instruções saudáveis que os pais dão aos seus filhos para a boa ordenação de seu comportamento, os filhos devem obedecer conscienciosamente: um ponto que Salomão muito enfatiza (Pv 1:8,9; 4:1): "Filho meu", diz ele, "ouve a instrução de teu pai, e não deixes a lei de tua mãe", etc. E para mover os filhos a fazê-lo, ele apresenta o seu próprio exemplo (Pv 4:3), mostrando que não exigia deles mais do que ele mesmo havia cumprido. Moisés, embora já adulto e príncipe entre seu povo, testificou sua obediência ao seu sogro por meio disso (Êx 18:24).

1. Os pais têm um mandamento expresso para instruir seus filhos [como mostraremos adiante (ver Tratado 6, Seção 26)]. Grande razão há, portanto, para que seus filhos os

ouçam e obedeçam nisso. As boas instruções de qualquer pessoa devem ser consideradas, quanto mais as dos pais.

2. Grande sabedoria pode ser alcançada por meio disso: pois o desejo que os pais têm do bem de seus filhos faz com que lhes deem as melhores direções que podem, até mesmo o que eles mesmos aprenderam de outros ou observaram por sua própria experiência: nesse aspecto, Salomão chama de filho sábio aquele que obedece à instrução de seu pai (Pv 13:1): e compara o fruto e benefício disso a um adorno gracioso, a correntes e braceletes, e a uma coroa de glória (Pv 1:9; 4:9).
3. Muita alegria e conforto são trazidos aos pais ao verem seus filhos observarem sua instrução: pois o filho sábio alegra a seu pai (Pv 10:1). Ora, isto é algo que os filhos devem visar: alegrar o coração de seus pais (Pv 27:11). Esaú é taxado por entristecer seus pais (Gn 26:35).

Contrário a isso é o humor orgulhoso e tolo daqueles que pensam que não precisam de instrução, que seus pais são muito zelosos com eles, que são sábios o suficiente por si mesmos; que se seus pais apenas os deixassem em paz, eles se sairiam melhor: assim se mostram ímpios contra Deus, rebeldes contra seus pais e prejudiciais a si mesmos. Tais foram os filhos de Eli (1 Sm 2:25) e de Ló (Gn 19:14). Notem agora a vingança que caiu sobre eles.

31. Da paciência dos filhos à repreensão de seus pais.

[As razões alegadas e as direções dadas a respeito da sujeição de uma esposa à repreensão de seu marido podem ser aplicadas adequadamente a esta parte da obediência dos filhos. Aqui, portanto, a mesma ordem é

observada, e os diversos pontos confirmados por provas pertinentes aos filhos (ver Tratado 3, Seção 47, etc.).]

A obediência dos filhos deve estender-se ainda à repreensão de seus pais: e isso ao suportar pacientemente todo tipo de repreensão e ao corrigir o que é justamente repreendido. Aquela vergonha de que o Senhor fala, que deveria haver em um filho quando seu pai lhe cuspiu no rosto — isto é, por algum sinal exterior manifestou sua ira — implica o suportar pacientemente da repreensão de um pai pelo filho. Esta paciência no filho deve ser manifestada ao seu pai, seja a repreensão suave ou amarga, justa ou injusta. Nesse aspecto, o filho deve considerar mais a pessoa que repreende do que a matéria ou a maneira da repreensão. A repreensão de Jacó a José, por causa de seus sonhos que vinham de Deus (Gn 37:10), foi injusta: a maneira de proferi-la, com muitas pausas curtas e de forma interrogativa, implica certa aspereza: contudo, tal foi a paciência dele que não lemos de uma única palavra de descontentamento que ele tenha dado. Mas a mais memorável é a paciência de Jônatas nesse sentido. A repreensão de seu pai Saul a ele foi diretamente injusta e excessivamente amarga (1 Sm 20:30): contudo, com que paciência ele a suportou? Tudo o que respondeu foi para fazer uma pequena apologia por Davi: não replicou nada contra as falas ultrajantes de seu pai.

Grande sabedoria pode ser aprendida por esta paciência: pois assim o filho pode julgar melhor a repreensão de seus pais, se é justa ou não. Embora seja injusta, por meio dela ele pode observar o que desagrada aos seus pais: ao menos pode observar a enfermidade de seus pais e, assim, saber melhor como se comportar diante deles.

Contrária é a prática daqueles filhos que, a cada repreensão de seus pais, estão prontos para responder de volta (ver Seção 6). "Nossos pais são impertinentes", dizem eles, "quem pode suportá-los?". Se ninguém mais pudesse suportá-los, os filhos deveriam: pois os pais ordinariamente suportam tal impertinência e teimosia das mãos de seus filhos, especialmente enquanto são jovens, como ninguém mais suportaria ou poderia suportar.

Pergunta: Se um pai estiver enganado em um assunto e repreender injustamente seu filho, o filho não pode dar resposta?

Resposta: Sim, ele pode, desde que o faça com mansidão, reverência e no momento oportuno: não cruzando ou contrariando peremptoriamente seu pai.

Objeção: Cristo repreendeu sua mãe de forma bem direta por repreendê-lo injustamente (Lc 2:49).

Resposta: Cristo, como Deus-homem, era maior que sua mãe e, nesse aspecto, com autoridade a culpou por sua repreensão injusta. A virgem Maria não ignorava isso e, portanto, silenciou.

32. Da prontidão dos filhos em corrigir o que é justamente repreendido por seus pais.

Se um filho for justamente repreendido por sua falta pelos pais, tanto a consciência para com Deus quanto a obediência aos pais exigem que ele prontamente corrija o que está errado; a menos que a correção da coisa justamente repreendida seja adicionada ao suportar pacientemente a repreensão, essa paciência não pode ser considerada melhor do que dissimulação e zombaria pura. Quando o sogro de Moisés lhe disse que o que ele fazia não era bom (Êx 18:17), ele imediatamente o corrigiu.

Mas, ao contrário, muitos filhos perversos e desregrados continuam a seguir seus caminhos ímpios, embora seus pais os repreendam repetidamente por isso. Justa foi a repreensão de Eli aos seus filhos, mas nenhuma correção se seguiu. Notem agora a inferência feita pelo Espírito Santo: "Eles não ouviram a voz de seu pai, porque o Senhor os queria matar" (1 Sm 2:25): o que implica que desprezar a justa repreensão dos pais é um sinal evidente e precursor do pesado julgamento de Deus. Salomão chama o filho que não ouve a repreensão de "escarnecedor" (Pv 13:1), o que denota um pecador obstinado que não pode ser recuperado e, nesse aspecto, é escarnecido pelo Senhor (Pv 3:34).

33. Da submissão dos filhos à correção de seus pais.

A correção é uma repreensão real, uma repreensão no mais alto grau, até o tipo mais severo de repreensão: de modo que, pela sujeição a ela, faz-se uma grande prova de obediência. Pelos mesmos meios deve ser manifestada a submissão do filho ao pai neste tipo de repreensão, como na anterior: a saber,

1. Ao suportar pacientemente a correção que seu pai lhe der.
2. Ao corrigir prontamente aquilo pelo qual é justamente corrigido.

A primeira dessas coisas é notada pelo Apóstolo como um caso resolvido, um assunto que não se pode negar, nestas palavras: "Tivemos nossos pais segundo a carne, que nos corrigiam, e nós os reverenciávamos" (Hb 12:9). Uma parte especial desta reverência é o sofrimento paciente: por isso ele infere: "não nos sujeitaremos muito mais?", etc.

A segunda é apresentada por Salomão sob um efeito que segue o seu cumprimento: pois, tendo aconselhado o pai a corrigir seu filho, ele acrescenta esta razão: "Ele te dará descanso, e dará delícias à tua alma" (Pv 29:17). Como podem esse descanso e delícias ser dados, senão pela correção que o filho faz daquilo pelo qual foi castigado? O pai não tem prazer na dor e no sofrimento de seu filho, mas no fruto que disso provém. Assim como a transgressão do filho é uma tristeza (Gn 26:35) e vexação para o pai, sua correção causa descanso e deleite. Ora, este efeito não segue simplesmente da correção, mas do bom uso que dela é feito pelo filho. Cabe, portanto, ao filho, e recai sobre ele como um dever, dar este descanso e deleite ao seu pai, corrigindo a falta pela qual foi castigado, assim como lhe trouxe tristeza ao provocá-lo a usar a correção. Assim, nem o pai se arrependerá de infligir, nem o filho de suportar a correção.

Para que o filho alcance este grau de obediência, ele deve considerar devidamente tanto a Causa pela qual seu pai é movido a corrigi-lo, quanto o Fim que ele visa com isso. A causa é o amor que ele dedica ao seu filho (Pv 13:24). O fim que ele visa é o bem de seu filho (Pv 22:15). Se esses motivos não operarem a obediência, o que poderá fazê-lo?

34. Do ato de recusar ou abusar da correção.

Contrário a isso é o desdém, por um lado, e a obstinação, por outro. Desdém, quando os filhos se desdenham de ser corrigidos por seus pais: e, nesse aspecto, quando por todos os meios que podem usar não conseguem evitá-lo, murmuram e resmungam, irritam-se e enfurecem-se, revoltam-se e esbravejam contra seus pais, e os desprezam e odeiam por isso. Obstinação, quando não melhoram em nada com isso, mas continuam em seus caminhos

perversos e até pioram por serem corrigidos. Isto pode ser considerado o ponto mais alto da rebelião de um filho: pois este é o último recurso que um pai pode usar para resgatar seu filho de caminhos desesperados. Se isto não prevalecer, a lei de Deus exige que o pai entregue seu filho nas mãos do Magistrado, para que seja morto (Dt 21:18).

Até aqui tratamos dos ramos distintos da Obediência dos filhos. A Extensão da mesma segue-se.

35. Do dever dos filhos de conformarem seus julgamentos aos de seus pais.

[Sendo a extensão dos deveres dos filhos a mesma que a das esposas, e a restrição também a mesma, a ordem que ali foi observada será mantida aqui também. Apenas outras provas mais pertinentes ao lugar dos filhos serão trazidas para confirmar aquelas proposições gerais que podem ser aplicadas a quaisquer inferiores. Muitas razões gerais ali alegadas para prova das proposições serão aqui omitidas. Portanto, compare este lugar com aquele (ver Tratado 3, Seção 63 e 64, etc.).]

A extensão da obediência dos filhos é apenas implícita nesta Epístola aos Efésios, mas é expressa em Colossenses 3:20 nestas palavras: "Filhos, obedecei em tudo a vossos pais". Uma extensão ampla, mas não para ser tomada simplesmente sem qualquer limitação: pois o próprio Apóstolo nota uma restrição nestas palavras: "No Senhor" (Ef 6:1). Na medida em que os filhos não transgridam nenhum dos mandamentos de Deus ao obedecerem aos seus pais, eles devem obedecer. Isto é obedecer em tudo, no Senhor.

Assim vemos que a autoridade dos pais é muito grande: não há restrição para ela exceto o comando contrário de Deus, do qual o filho deve estar seguro se recusar obedecer ao seu pai em qualquer coisa. Não basta para o filho dizer: "Eu obedeci ao meu pai por tanto tempo e em tantas coisas, espero que em algumas coisas, se eu fizer minha própria vontade, possa ser desculpado". Não: "Tudo" compreende mais do que "muitas coisas". Portanto, "muitas" não são suficientes. E embora a vontade de Deus esteja isenta, a tua própria vontade não está: embora não possas fazer nada contra a vontade de Deus, deves fazer muitas coisas contra a tua própria vontade, se ela for contrária à de teus pais.

Duas coisas devem ser buscadas pelos filhos para alcançarem esta extensão de obediência em todas as coisas: Devem trabalhar para alinhar seu julgamento e vontade à inclinação de seus pais: para pensar que é justo e conveniente para eles fazerem o que seus pais querem que façam. Embora Isaque tenha achado um tanto estranho que devesse carregar lenha monte acima para oferecer sacrifício onde não havia nada para o holocausto, contudo, sendo a vontade de seu pai que ele fizesse assim, ele achou justo o suficiente fazê-lo (Gn 22:6,7). Esta sujeição de julgamento e vontade deve ser prestada em todos os casos particulares de obediência que foram antes propostos (ver Seção 13 e 14, etc.), como na vocação, casamento, vestuário, mesada, etc. De modo que os filhos devem pensar que aquele tipo de vocação, aquele parceiro particular, aquele vestuário e aquela mesada são os mais adequados para eles, porque seus pais assim pensam. Se o julgamento for convencido da conveniência de uma coisa, e a vontade interiormente levada a ceder a ela, a obediência exterior será prestada de forma mais pronta e alegre.

Contrário a isso é o conceito presunçoso que muitos filhos têm de seu próprio julgamento e vontade, achando que podem discernir melhor o que é apto e justo para si mesmos do que seus pais. Imaginam que seus pais são muito rígidos e precisos, ou muito suspeitos e zelosos, ou muito cobiçosos e mundanos. Isto os faz tomar as vocações, os parceiros, o vestuário e a mesada que acham melhor; de onde surgem muitos males, que seriam todos facilmente evitados se abandonassem esse conceito presunçoso e trabalhassem para observar a direção mencionada.

36. Do dever dos filhos de cederem na prática, ao comando de seus pais, em coisas que em seu julgamento não consideram muito adequadas.

Embora os filhos não possam, em seus julgamentos, pensar que aquilo que seus pais exigem seja o mais apto e adequado, contudo, sendo pressionados pelo comando peremptório de seus pais, na prática devem ceder a ele, dizendo aos seus pais como Pedro ao Senhor: "Todavia, sob a tua palavra, farei isto". Assim Jacó cedeu a Rebeca (Gn 27:6): ele pensou que, ao fazer o que sua mãe lhe ordenava, pareceria um enganador para seu pai, mas ela insistindo, ele o fez.

Pergunta: Não pode o filho, apresentando uma razão melhor que a de seu pai, recusar fazer o que considera inadequado, ou pelo menos abster-se de fazer o que lhe é ordenado até que seja melhor informado da conveniência disso?

Resposta: Com reverência e humildade ele pode apresentar sua razão por que não acha adequado, e pedir ao seu pai que não o pressione. [Isto fez Judá, um dos filhos de Jacó, e não é culpado por isso (Gn 43:3):] e os pais devem, em tal caso, ceder aos seus

filhos [como Jacó fez (Gn 43:11)]. Mas, ainda assim, em coisas indiferentes, se os pais pensarem de modo diferente de seus filhos e quiserem que estes lhes cedam, eles devem ceder.

Pois, 1. Em coisas indiferentes, o comando de um pai é uma garantia para o filho, em razão desta extensão ["em tudo":] de modo que o pai pode pecar ao ordenar aquilo em cuja execução o filho pode não pecar. Quem pode isentar Rebeca de pecado ao ordenar a Jacó que enganasse seu pai? Contudo, entendo que Jacó não pode ser justamente culpado por obedecer. 2. Os filhos manifestam assim uma alta estima por seus pais e um respeito muito grande para com eles: mostram quão desejosos estão de agradá-los e quão temerosos de ofendê-los. Quando a vontade do pai e do filho consentem, não há tal prova. Por este meio, a paz e o amor são melhor preservados entre pai e filho: a ira do pai é detida, seus efeitos evitados e muitos outros males prevenidos, que frequentemente ocorrem quando os inferiores se recusam a ceder aos seus superiores que têm autoridade sobre eles.

Contrária é a peremptoriedade absurda daqueles que nada farão contra sua própria mente e vontade, por mais que seus pais o exijam. Esta frase — "Se não enviáres o meu irmão, não descenderemos" (Gn 43:5) — que Judá usou para com seu pai, embora em uma boa causa, foi peremptória demais para um filho. Aqueles que obstinadamente se recusam a fazer as coisas que são contra sua própria mente, inevitavelmente falham nesta extensão: "Obedecei em tudo". Sim, mostram que o que fazem é antes por causa de si mesmos, porque gostam, do que por causa de seus pais. Que obediência, então, se pode pensar que seja essa? Contudo, esta é toda a obediência que muitos filhos prestam. Se não acham que o que seus pais exigem é adequado,

nem meios suaves nem severos os moverão a fazê-lo; pelo que muitos filhos provocam muito seus pais. Que tais filhos saibam que é, de todas as formas, mais seguro para eles, ao comando imediato de seu pai, fazer aquilo que concebem ser inadequado, do que desobedecer peremptoriamente aos seus pais, o que é mais do que inadequado, é até ilícito.

37. Da restrição da obediência dos filhos.

A restrição da obediência dos filhos é expressa nesta cláusula: *no Senhor*: frase que oferece uma limitação necessária ao obedecer aos pais, que são apenas pais da nossa carne (Hb 12:9), homens e mulheres sujeitos a errar em seus mandamentos e a exigir coisas pecaminosas que seus filhos não podem, com boa consciência, realizar. A limitação que a referida cláusula [*no Senhor*] oferece é esta: Os filhos não devem prestar nenhuma outra obediência aos seus pais que não seja compatível com a sua obediência a Deus. As razões apresentadas pelo Apóstolo provam isso: *Isto é justo, isto é agradável ao Senhor* (Ef 6:1; Cl 3 :20). Mas obedecer aos pais contra o Senhor não é justo nem agradável ao Senhor.

[Veja os dois pares de advertências anexados a limitações semelhantes da obediência da esposa (Tratado 3, Seções 51 e 52) e aplique-os a estas limitações da obediência dos filhos.]

Portanto, se os pais ordenarem aos seus filhos que façam qualquer coisa que o Senhor lhes proibiu, eles não devem fazê-lo. Com base nisso, Mical agiu bem ao permitir que seu marido Davi escapasse das mãos de Saul, seu pai (1 Sm 19:11). Não justifico a maneira como ela conduziu o assunto, com inverdades

e histórias falsas; mas sua recusa em ceder à mente e vontade de seu pai é justificável, e isso em dois aspectos:

1. No fato de que a diferença era entre seu marido e seu pai. Ora, pela lei de Deus, a esposa deve ceder ao marido antes que ao pai (Gn 2:24; 3:16).
2. Porque ela sabia que seu pai procurava matá-lo: se, então, ela o tivesse entregado nas mãos de seu pai, teria se tornado cúmplice de um assassinato. Neste último aspecto, Jônatas também agiu bem ao recusar-se a buscar Davi sob o comando de seu pai (1 Sm 20:31,32).

Assim, se um pai ordenar ao seu filho que vá à Missa, que jure falso, que se case com um idólatra, que roube, que minta ou que cometa qualquer outro pecado proibido por Deus, o filho não deve obedecer: essas coisas não podem ser feitas *no Senhor*. Da mesma forma, se os pais proibirem seus filhos de realizar qualquer dever necessário ordenado por Deus, o filho deve fazê-lo, apesar da inibição do pai. Podemos bem pensar que Acáz, que se empenhou tão violentamente em desfigurar as coisas sagradas de Deus, em profanar Suas ordenanças e em fechar as portas da Casa de Deus, deu ordens estritas ao seu filho para que não as reparasse novamente; contudo, Ezequias, assim que teve poder, reparou tudo (2 Cr 29:3). Se um pai proibir seu filho de ir às Igrejas Protestantes, de ouvir um sermão, de orar em uma língua conhecida, de dar peso e medida justos, de falar a verdade quando chamado a testemunhá-la, e coisas semelhantes; ele deve ter a mentalidade de Daniel (Dn 6:10) e, apesar dessa proibição, fazer as coisas que Deus exige.

38. Do pecado dos filhos ao cederem aos seus pais contra Deus.

Contrário a esta limitação está, por um lado, um serviço bajulador aos olhos em muitos filhos, que não se importam com o que fazem, seja bom ou mau, lícito ou ilícito, desde que agradem aos seus pais com isso; e, por outro lado, um temor servil, que os faz temer tanto aos seus pais que não temem a Deus de modo algum: preferirão pecar e assim provocar a ira de Deus, do que fazer qualquer coisa pela qual a ira de seus pais possa ser provocada. É uma marca colocada sobre reis maus o fato de terem andado nos caminhos de seus pais e mães (1 Reis 22:52) e agido perversamente conforme eles os aconselharam (2 Cr 22:4). Portanto, o seguir e obedecer aos seus pais no mal estava tão longe de atenuar o seu pecado, que antes o agravava. O preferir pai e mãe antes do Senhor Cristo mostra que tal filho não é digno de Cristo (Mt 10:37): em comparação com Cristo, pai e mãe devem ser odiados (Lc 14:26). Mas esse respeito indevido e não cristão pelos pais acima de Cristo é o que faz tantos jovens papistas, jovens fanfarrões, descompromissados, mentirosos, pessoas enganadoras e de vida devassa.

Para evitar os dois extremos mencionados, que o teu coração seja preenchido com um verdadeiro temor de Deus e, além disso, considera a diferença entre nossos pais terrenos e nosso Pai celestial. Eles são apenas pais da nossa carne, Ele é o Pai dos Espíritos (Hb 12:9). Eles só podem tocar o corpo, Ele pode lançar o corpo e a alma no inferno (Lc 12:4,5). Eles estão sobre nós apenas por um tempo, Ele para sempre. A autoridade deles é subordinada à d'Ele; a d'Ele é suprema e absoluta por si mesma. Eles podem dar apenas uma recompensa leve e temporária; Ele, um eterno peso de glória. Eles não podem nos abrigar da ira d'Ele; Ele pode nos abrigar da deles.

Até aqui tratamos dos deveres dos filhos que respeitam a autoridade de seus pais; seguem-se os que respeitam a necessidade deles.

39. Da recompensa (retribuição) dos filhos.

O tópico geral sob o qual se enquadram todos os deveres que os filhos devem aos seus pais em relação à Necessidade deles é, em uma palavra, Recompensa, que é um dever pelo qual os filhos se esforcem, tanto quanto neles cabe, para retribuir o que puderem pela bondade, cuidado e custo de seus pais para com eles, e isso por meio da gratidão; o que faz o filho pensar que nunca poderá fazer demais por seu pai ou mãe, e bem pode pensar assim, pois um pai faz muito mais por seu filho antes que este seja capaz de fazer por si mesmo, do que o filho possivelmente pode fazer pelo pai.

De modo que, se a autoridade dos pais fosse deixada de lado, ainda assim a lei da equidade exigiria este dever de Recompensa: assim também o exigem a lei da piedade e da caridade (1 Tm 5:4). Portanto, de todos os outros deveres, este é o mais devido. É expressamente ordenado aos filhos pelo Apóstolo, que deseja que eles aprendam a recompensar seus pais.

O contrário é a negligência dos pais em sua necessidade, o que é uma ingratidão mais do que monstruosa. Como toda ingratidão é odiosa a Deus e ao homem, esta o é acima de tudo, e no entanto muitos são culpados dela. Neles se verifica o provérbio de que o amor é pesado. Pois é propriedade das coisas pesadas cair rapidamente, mas subir lentamente, e isso não sem alguma violência. Assim, o amor do pai para com o filho cai rapidamente, mas dificilmente sobe dos filhos para os pais. A

esse respeito, outro provérbio diz: *Um pai sustentará melhor nove filhos do que nove filhos a um pai*. Muitos filhos, nesse sentido, não fazem mais pelos seus pais do que por estranhos. Ou não consideram o quanto seus pais fizeram por eles; ou imaginam que o que seus pais fizeram foi por mero dever e não necessita de recompensa. Malditos sejam tais filhos bárbaros e desumanos!

40. Das enfermidades a que os pais estão sujeitos.

A regra da referida recompensa é, por um lado, a Necessidade dos pais e, por outro, a Capacidade do filho. De modo que em tudo o que um pai precisar da ajuda de seu filho, o filho, conforme suas forças, deve oferecer sua melhor ajuda. Além do poder de alguém, nada se pode esperar.

A Necessidade de um pai pode ser por Enfermidades Naturais ou Extremidades Fortuitas. As enfermidades naturais são Internas ou Externas. As Enfermidades Internas são fraqueza de julgamento, falha de memória, violência de paixão e afins; de onde procedem a impertinência, a irritabilidade, a desconfiança, o ciúme, o medo, a tristeza, etc. As Enfermidades Externas são aquelas que surgem de alguma tentação imediata, como foram a embriaguez de Noé (Gn 9:21) e de Ló (Gn 19:33); a impureza de Ló e de Davi (2 Sm 11:4); a dissimulação de Abraão (Gn 12:13) e de Isaque (Gn 26:7); a lamentação excessiva de Jacó (Gn 37:34,35) e de Davi (2 Sm 18:33), etc.

Algumas destas últimas, que podem parecer pecados mais hediondos e odiosos, devem ser consideradas enfermidades quando aqueles que as cometem não fazem delas um esporte, nem sentem prazer em viver e permanecer nelas, como o porco que se revolve e jaz na lama: mas apenas em alguns momentos,

por alguma tentação, como que inadvertidamente, caem nelas; e após serem cometidas, eles mesmos ficam mais envergonhados e mais entristecidos por elas do que qualquer outro que as veja ou delas ouça falar.

Em relação às enfermidades naturais dos pais, o dever dos filhos é tanto suportá-las quanto cobri-las tanto quanto puderem.

41. Do dever dos filhos de suportarem as enfermidades de seus pais.

Os filhos suportam as enfermidades de seus pais quando não estimam menos reverentemente o seu lugar ou pessoa, nem deixam de cumprir o seu dever para com eles por causa de suas enfermidades.

Este é o primeiro ramo particular da recompensa. Pois os filhos, em seus anos mais jovens e fracos, estão sujeitos a muitas enfermidades: se os pais os tivessem respeitado menos por suas enfermidades, e disso tivessem tomado ocasião para negligenciá-los e não quisessem suportá-los, certamente eles não poderiam ter sido tão bem criados. Aquela grande paciência, longanimidade e muita tolerância que os pais mostraram para com seus filhos exigem que os filhos, em forma de recompensa, mostrem o mesmo aos seus pais conforme a ocasião se ofereça. Foi uma grande enfermidade em Isaque preferir Esaú, um filho profano, a Jacó, um filho religioso, especialmente contra a palavra expressa de Deus sobre Jacó; contudo, Jacó não respeitou seu pai nem um pouco menos por isso, como aparece pelo seu medo de ofendê-lo (Gn 27:12) e pela sua prontidão em obedecê-lo (Gn 28:5). A repreensão injusta de Jacó a José não foi pequena enfermidade (Gn 37:10), e no entanto o quanto José

reverenciou e respeitou seu pai de todas as formas, a história seguinte o mostra. As enfermidades de Saul foram muito mais e muito maiores do que as de qualquer um deles, contudo, que dever e fidelidade Jônatas, seu filho, lhe prestou, até a morte de ambos? Pois ele morreu com ele (1 Sm 31:2). Temos nisso o padrão do próprio Cristo: quanta enfermidade sua mãe revelou quando, precipitadamente, o repreendeu estando ele ocupado em uma boa obra, um dever obrigatório, os afazeres de seu Pai? No entanto, imediatamente depois, nota-se que ele desceu com seus pais e lhes era sujeito (Lc 2:51): o que manifesta a honra que ele deu à sua mãe, apesar da enfermidade dela.

Contrário a este dever agem aqueles que tomam ocasião das enfermidades de seus pais para pensar vilmente de sua pessoa e de seu lugar, e por isso tornam-se descuidados no dever, ou recusando-se a cumprir qualquer dever, ou cumprindo-o com desleixo, má vontade, desdém e escárnio. Absalão fez de uma suposta enfermidade de seu pai o fundamento de sua rebelião (2 Sm 15:3). Mesmo que seu pretexto fosse verdadeiro, ainda assim não teria sido causa suficiente para ele desonrar e levantar-se contra seu pai, como fez. A lei que ameaça a vingança de Deus contra tais filhos que zombam de seu pai ou desprezam obedecer à sua mãe (Pv 30:17) não faz exceção para as enfermidades dos pais.

42. Do dever dos filhos de cobrirem as enfermidades de seus pais.

Os filhos cobrem as enfermidades de seus pais tanto ao passar por elas [como dizemos] e não tomar conhecimento delas, quanto ao escondê-las dos outros o máximo que puderem. A Escritura nota ser uma propriedade do amor cobrir uma multidão

de pecados (1 Pe 4:8): ora, em quem o amor deveria abundar, se não nos filhos? E quem deveria manifestar mais esta propriedade do amor do que os filhos?

Sobre o passar por cima e esconder dos outros a enfermidade de um pai, temos um padrão digno em Sem e Jafé: quando Noé, seu pai, estando embriagado, jazia descoberto no meio de sua tenda, eles andaram de costas [para que eles mesmos não vissem a enfermidade de seu pai] e cobriram a sua nudez [para que outros não a vissem] (Gn 9:23). A bênção que, nesta ocasião, foi então prometida a eles e à sua posteridade mostra quão aceitável este dever foi para Deus.

Contrária foi a prática de Cam, que descobriu e deu a conhecer a nudez de seu pai. A maldição então denunciada contra ele mostra quão odioso esse pecado foi para Deus. Há muitos da linhagem maldita de Cam que alardeiam as enfermidades de seus pais e tornam conhecidas coisas deles que, de outra forma, não seriam conhecidas (Gn 9:22): com isso trazem muita desonra e vergonha sobre seus pais [o que não pode ser honra para o filho] e, ao mesmo tempo, uma maldição de seus pais sobre si mesmos, o que os pagãos consideravam terrível.

Mais contrária ainda foi a prática de Absalão, que levantou uma calúnia maliciosa contra seu pai e, assim, alienou os corações de seus súditos (2 Sm 15:3). Muitos, à semelhança de Absalão, buscam elevar uma suposta reputação e honra para si mesmos vilipendiando e desonrando seus pais: mas que notem o fim de Absalão. Certamente, se continuarem nesse curso, o fim deles será igual ou pior.

43. Do dever dos filhos de suportarem as necessidades fortuitas de seus pais.

Extremidades fortuitas são todo tipo de cruces que, pela providência de Deus, são impostas a um homem: seja sobre o seu corpo, como cegueira, claudicação, doença, etc.; ou sobre a sua pessoa, como cativoiro, banimento, prisão, etc.; ou sobre os seus bens, como pobreza, penúria, etc. Em tudo isso, os filhos devem suportar seus pais, como nas enfermidades mencionadas; nem estimá-los menos reverentemente, nem cumprir menos o dever por causa disso. Estas são necessidades que não são pecaminosas em si mesmas; e, portanto, em relação a elas, os pais devem ser muito mais suportados. Embora Isaque estivesse cego, Jacó não o respeitou nem um pouco menos (Gn 27:1). Embora Noemi fosse pobre, Rute, sua nora, continuou a cumprir o dever e o serviço de filha para com ela (Rute 1:16,21).

Contrária é a disposição antinatural daqueles filhos que tomam ocasião destas necessidades fortuitas de seus pais para desprezá-los. Deus fez uma lei expressa contra o desprezo daqueles que, por quaisquer defeitos externos, são impotentes, como surdos, cegos, etc. (Lv 19:14). Se ninguém pode desprezar outro por isso, muito menos os filhos aos seus pais. São piores que Cam os que agem assim, e podem esperar uma maldição mais pesada.

44. Do dever dos filhos de socorrerem seus pais conforme a necessidade deles.

Além de suportar as necessidades dos pais, nos casos em que os pais precisarem do alívio e socorro de seus filhos, estes devem oferecê-lo. Na doença, devem visitá-los, como José visitou seu pai (Gn 48:1). No tempo de luto, devem confortá-los, como os filhos de Jacó (Gn 37:35). Na carência, devem prover as coisas necessárias para eles, como os filhos de Jacó, que subiram para comprar mantimento para seu pai (Gn 42:8); e como José, que

mandou buscar Jacó para o Egito e ali o sustentou (Gn 47:12). Nota-se de Rute que ela não apenas colheu espigas para sua sogra, uma mulher pobre, mas também reservou para ela parte da comida que lhe fora dada para comer (Rute 2:18). Em tempos de perigo, devem fazer o que puderem para a proteção e preservação deles, como Davi teve, a esse respeito, um cuidado especial por seu pai e sua mãe (1 Sm 22:3,4). Sim, se Deus se agradar em tirar os filhos deste mundo antes de seus pais, e seus pais ficarem sem socorro, eles devem tomar as providências que puderem para o bem-estar de seus pais após sua partida, como Cristo, que recomendou sua mãe ao seu discípulo João pouco antes de sua morte (Jo 19:27).

Estes e outros deveres semelhantes são ramos particulares da recompensa e estão todos compreendidos naquela retribuição que o Apóstolo exige dos filhos (1 Tm 5:4): e são apenas uma pequena parte da retribuição por todo o esforço, cuidado e gastos que os pais tiveram com seus filhos. Sim, apenas o fato de os pais terem trazido os filhos ao mundo é algo que os filhos nunca poderão retribuir suficientemente. A natureza ensinou isso não apenas aos homens pagãos, mas também às criaturas irracionais. Entre outras criaturas irracionais, o exemplo da cegonha é digno de nota: pois registra-se dessa espécie que, quando as mães estão velhas, os filhotes as alimentam; e quando, pela idade, elas estão prestes a desfalecer em seu voo, os filhotes as ajudam; e quando já não podem voar, os filhotes as carregam nas costas. O nome grego da cegonha é derivado da palavra que significa "recompensar a bondade de um pai/mãe": ou então esta palavra é derivada daquele nome; ambos têm a mesma etimologia.

Contrária é a opinião dos fariseus, que pensavam que os filhos, ao consagrarem seus bens ao Templo, poderiam ser libertos deste dever de recompensa aos pais, que é o mistério daquela palavra hebraica *Corban* (Mc 7:11). Faziam de um mero pretexto de piedade para com Deus uma causa de manifesta impiedade contra os pais. Cristo dá este veredito sobre eles: que tornam a palavra de Deus sem efeito (Mc 7:13). Os papistas são da mesma opinião e, portanto, estão sob a mesma censura (ver Seção 14).

Contrária também é a prática daqueles que, tendo os bens deste mundo, permitem que seus pais passem necessidade. São João diz que o amor de Deus não habita naquele que fecha suas entranhas de compaixão ao seu irmão nesse caso (1 Jo 3:17); como então pode habitar em tal filho? Não apenas os que deixam seus pais morrer de fome ofendem neste extremo, mas também os que permitem que vivam pobre e vilmente, enquanto eles mesmos, como o Rico da parábola, banqueteiavam-se esplendidamente e vestem-se luxuosamente todos os dias (Lc 16:19).

Em grau mais elevado ofendem os que levam seus pais a tais extremidades, como à pobreza por seus gastos excessivos; à prisão por importuná-los a serem seus fiadores; à dor excessiva por suas práticas perversas, como os filhos de Jacó (Gn 37:34).

Mas o que diremos de filhos tão desalmados que ousam bater em seus pais? A lei de Deus considera tal filho indigno da vida e o condena à morte (Êx 21:15). Mais ainda, o que se pode dizer dos parricidas e matricidas? Antigamente não havia lei particular feita contra eles, porque se supunha que nenhum filho pudesse ser tão antinatural e desumano. Em imitação disso, Sólon, aquele sábio legislador entre os pagãos, não fez lei contra

eles: e perguntada a sua razão, ele respondeu que pensava que nenhum filho cometeria tal fato. Quando, mais tarde, tal impiedade desumana se manifestou no mundo, a Lei Civil ordenou esta punição: "Se alguém matar seu pai ou mãe, que não seja entregue à espada, nem ao fogo, nem a qualquer outra punição usual: mas que seja costurado em um saco com um cão, um galo, uma víbora e um macaco, e lançado no mar ou rio mais próximo; para que, enquanto a vida estiver nele, comece a carecer de todo uso dos elementos e seja privado, enquanto vive, do ar, e quando morto, da terra".

Tendo este pecado sido cometido entre os pagãos, o Apóstolo o enumera entre outros pecados mais notórios e bárbaros (1 Tm 1:9). Como o assassinato é um daqueles pecados que a terra menos pode suportar e que clama mais alto ao céu por vingança; assim, entre os vários tipos de assassinato, este é o mais insuportável e clamoroso.

Até aqui tratamos dos deveres dos filhos que devem realizar enquanto seus pais vivem. Resta falar daqueles que devem realizar quando seus pais morrerem.

45. Do cuidado dos filhos em sepultar seus pais ao morrerem.

Os deveres que os filhos devem aos seus pais depois de mortos dizem respeito ao Corpo e ao Crédito (Reputação) do pai ou mãe falecido. É dever dos filhos levar os corpos de seus pais falecidos com tal decência e honra que sejam compatíveis com o lugar e a reputação em que viveram.

De modo que tanto a coisa em si quanto a maneira de fazê-la devem ser observadas. A coisa em si, a saber, o Sepultamento do cadáver daqueles que faleceram, sempre esteve em uso na Igreja de Deus: e tem sido usado como um meio para

manter nossa esperança na ressurreição de nossos corpos. Muitos pagãos, que nunca sonharam com a ressurreição, costumavam queimar os corpos mortos de seus amigos: outros pagãos aprenderam esta maneira de sepultamento da Igreja, embora não conhecessem o mistério dela. É mais claro do que precisa ser provado que o povo de Deus, desde o princípio do mundo, realizou este dever de sepultamento para com seus amigos; mas não é pertinente ao ponto em questão insistir no geral: que pertence especialmente aos filhos providenciar que este dever seja realizado é agora o ponto a ser provado, o que é prontamente feito pelos exemplos aprovados de Isaque (Gn 25:9), Jacó (Gn 35:29), José (Gn 50:7) e outros expressamente registrados na Escritura.

E há grande razão para isso: pois

1. É um testemunho de grande amor e bom respeito à parte falecida. Ora, quem deveria manifestar mais amor e maior respeito do que um filho?
2. É um tipo de bênção prometida por Deus aos Seus Santos ser sepultado (1 Reis 14:13; 2 Reis 22:20): como, por outro lado, é uma maldição ameaçada contra pecadores obstinados não ser sepultado (Jr 22:19; 1 Reis 21:23,24; Sl 79:3). A este respeito, Davi abençoa os homens de Jabes-Gileade por sepultarem Saul e reconhece isso como uma bondade feita a Saul (2 Sm 2:5). Ora, quem deveria antes buscar uma bênção e fazer uma bondade aos pais do que os filhos, que são frequentemente abençoados por meio de seus pais?
3. Sendo uma grande deformidade ter o cadáver de um homem jazendo sobre a terra [pois nenhum cadáver será mais repugnante que o de um homem se ficar insepulto],

os filhos, que são os mais obrigados a cobrir a deformidade de seus pais, são, a este respeito, obrigados a sepultar seus corpos.

Contrária é a prática daqueles cujas mentes estão tão fixas nos bens dos pais que negligenciam totalmente seus corpos. Assim que o fôlego dos pais sai do corpo, eles se ocupam tanto com as coisas que foram deixadas para trás que o cadáver está prestes a feder antes que se tome cuidado com o sepultamento. Sim, alguns manterão propositalmente o cadáver dos pais sobre a terra até que fiquem excessivamente incômodos, para receber algumas rendas, ou dívidas, ou outras contas, que devem ser pagas antes que o cadáver seja sepultado. Se o cadáver precisa, por algum tempo, ser mantido sobre a terra, que seja embalsamado ou tratado de modo que não exale odor. Os que são descuidados nisso mostram que respeitam mais a riqueza dos pais do que sua pessoa e honra. Nesse aspecto, também transgridem hediondamente os que são tão gananciosos pelo patrimônio dos pais que precisam antecipar sua partida e, como Adonias, entrar no patrimônio de seu pai e tomar posse de seus bens antes que o fôlego saia de seu corpo (1 Reis 1:5): pelo que frequentemente causam grande inquietude àquele que desejaria partir em paz.

Novamente, outros, nutrindo um rancor interno e ódio secreto contra um irmão ou outro parente a quem seu pai amava inteiramente e, por esse respeito, não ousavam mexer com ele em vida do pai, assim que o pai morre, arranjam uma briga com a parte odiada e, assim, perturbam e impedem o funeral do pai. Tal trama Esau pretendeu (Gn 27:41): mas Deus a derrotou, pelo que aparece que Deus Se desagrada com isso.

46. Da decência com que os filhos devem providenciar o sepultamento de seus pais.

A maneira pela qual os filhos devem providenciar o sepultamento de seus pais deve ser com tal decência que seja agradável ao costume louvável do país e da Igreja onde seus pais morrem, e com tal honra que seja, em certa medida, compatível com o estado e o lugar de seus pais enquanto viviam [pelo menos se não for acima dos meios que o pai deixou, ou acima da capacidade do filho que faz a solenidade]. José era um grande Governador no Egito, razão pela qual seu pai, quando lá chegou, era tido em alta conta (Gn 50:7): consequentemente, com grande honra ele o levou à sepultura.

Há dois extremos contrários à referida decência e honra. Um é uma suntuosidade e solenidade excessivamente esbanjadora e pródiga no funeral dos pais, muito acima do estado e muito além dos meios que o pai deixou, e muito acima também do estado e capacidade do próprio filho. Alguns, pela solenidade desnecessária do funeral dos pais, ficam tão endividados que nunca mais conseguem se recuperar, e assim trazem mais desonra aos pais pela fraqueza do patrimônio do filho do que honra pela solenidade do funeral: pode haver grande honra e muita decência em um funeral onde não haja gastos extraordinários: veja o funeral de Estêvão (Atos 8:2). O outro extremo é uma maneira excessivamente vil e privada de sepultar os pais, muito inconveniente tanto para os pais quanto para o seu próprio estado e meios; o que surge de uma mistura de orgulho e avareza possuindo seus corações. O orgulho faz com que não tenham solenidade alguma, porque a avareza não lhes permite exceder na solenidade. Daí acontece que escolhem lugares estranhos onde nem os pais nem eles mesmos são

conhecidos, e o silêncio da noite para que ninguém os veja; e marcam uma hora incerta, para que nenhum amigo os acompanhe. Deus frequentemente retribui a tais filhos orgulhosos e avarentos na mesma moeda, e faz com que, com igual desonra, sejam levados às suas sepulturas.

47. Do dever dos filhos de pagarem as dívidas de seus pais após a morte deles.

Assim como os filhos devem ter respeito ao corpo de seus pais falecidos, também devem ter ao seu crédito e nome, que é algo de maior conta e honra: algo em que podem trazer um tipo de bênção aos seus pais e fazê-los viver após a morte.

Os próprios pais nada podem fazer quando mortos para preservar o mesmo: os filhos, portanto, sendo a imagem viva de seus pais, devem esforçar-se para fazê-lo. Três coisas há de que os filhos devem fazer consciência, mesmo em relação ao crédito e reputação de seus pais falecidos: uma, pagar suas dívidas; outra, suprimir rumores ruins; uma terceira, imitar seu bom exemplo.

Se o patrimônio dos pais, seus bens ou terras passam para seus filhos, o dever destes é pagar suas dívidas, tanto quanto puderem: especialmente se por lei essas dívidas puderem ser cobradas deles. Pois o que a lei pode forçar outros a fazer em equidade e justiça, a consciência deve mover os bons filhos a fazer em caridade e recompensa aos seus pais. O Espírito Santo considera uma marca do ímpio tomar emprestado e não pagar (Sl 37:21). Portanto, para limpar essa mancha do nome de um pai falecido, os filhos devem estar prontos para fazer o que o próprio pai, se estivesse vivo, faria ou deveria fazer. Sim, se os filhos por si mesmos forem bem capazes, embora seus pais não

tenham deixado o suficiente para pagar todas as suas dívidas, eles devem pagá-las. Nisto, especialmente, manifesta-se um afeto filial para com o pai.

Contrária é a prática daqueles que lutam para obter tudo o que podem de seus pais e, no entanto, não fazem consciência de pagar dívida alguma, a menos que a lei os force. O que fazem neste caso não se pode pensar que seja feito por causa dos pais, mas sim por causa de si mesmos. Muitos respeitam tão pouco o crédito dos pais neste sentido que desviam privadamente e ocultam totalmente muito do patrimônio dos pais, com o propósito de derrotar os credores: o que, além de ser uma parte de injustiça manifesta, é causa de abrir a boca dos homens contra seus pais, para seu descrédito e vergonha.

48. Do dever dos filhos de suprimirem relatos ruins contra seus pais falecidos.

A direção dada anteriormente sobre a fala dos filhos a respeito de seus pais pelas costas (ver Seção 7) pode ser aplicada adequadamente também ao cuidado que os filhos devem ter com as falas e relatos que são feitos de seus pais após sua partida. Segue-se, como do menor para o maior, que o que os filhos fazem pelo crédito dos pais na ausência, pelas costas, devem fazer muito mais quando eles morrem: pois então não há esperança, nem possibilidade de que os pais façam qualquer coisa para reparar seu próprio dano nesse sentido: cabe, portanto, aos filhos fazê-lo.

Não agem eles de forma totalmente contrária, os que tomam ocasião da partida de seus pais tanto para abrir seus ouvidos para receber quaisquer relatos ruins deles, quanto para abrir suas bocas para falar mal deles: alardeando então todas as

suas enfermidades e estendendo os relatos ruins de seus pais além dos limites da verdade. São aves ruins as que assim sujam o próprio ninho. Sabem que seus pais, estando mortos, não podem ter notícia disso: pelo que mostram quão pouca piedade para com Deus ou para com os pais há em seu coração. Mas há um Pai que vive para sempre, que tudo vê e tudo sabe, que toma nota de tudo: o qual, além de outra vingança, fará com que lhes seja medida a mesma medida que medem aos seus pais. Não há uma única coisa em que este provérbio — [*Com a medida com que medirdes, vos medirão a vós* (Mt 7:2)] — seja mais frequentemente verificado do que na ingratidão dos filhos para com seus pais. Todas as eras deram muitos exemplos disso. [Até os pagãos o observaram.] O que mostra a grande indignação de Deus contra isso.

49. Do dever dos filhos de imitarem o bom exemplo de seus pais.

Se os pais foram pessoas de bom comportamento em sua vida, como religiosos para com Deus, justos em seus tratos com os homens, misericordiosos para com os que precisavam de sua ajuda, fazendo muito bem em seu lugar, e assim terminaram seus dias com muito crédito; é um meio especial para manter e continuar este seu crédito que os filhos andem em seus passos e se esforcem para ser como eles.

Assim, uma memória abençoada de seus pais é mantida fresca e verde [como dizemos], embora seus corpos estejam apodrecidos. Pois quando aqueles que conheceram os pais contemplam as mesmas boas qualidades e ações em seus filhos, serão por isso lembrados das partes falecidas e dirão: "Oh, como tais pais ainda vivem! vede uma imagem viva e vívida deles". Assim fizeram Salomão, Asa, Josafá, Ezequias, Josias e outros

reis bons que vieram da linhagem de Davi, mantendo a memória de seu pai Davi fresca, bela e florescente [muito depois de seu corpo ter apodrecido], como é evidente por estas e frases semelhantes: *Andou nos estatutos de Davi, seu pai* (1 Reis 3:3); *andou em todo o caminho de Davi, seu pai* (2 Reis 22:2); *fez o que era reto como Davi, seu pai*, etc. (1 Reis 15:11). Não pode haver melhor monumento da piedade, honestidade e virtude de um pai do que a representação viva das mesmas pelo filho.

Portanto, como motivo para estimular os filhos a andar nos bons caminhos de seus pais, Deus prometeu mostrar misericórdia a milhares daqueles que O amam e guardam os Seus mandamentos, isto é, aqueles que, tendo pais religiosos e justos, andam em seus passos.

Contrários são tanto os que são diferentes dos pais bons quanto os que são semelhantes aos pais maus. O primeiro tipo prejudica e desonra muito a reputação de seus pais, como Roboão, que por seu comportamento tolo, rigoroso e injusto, fez o povo falar desdenhosamente de Davi (1 Reis 12:16).

O segundo tipo perpetua na memória o nome mau e a vergonha de seus pais, e faz com que fedam cada vez mais: como os filhos e sucessores de Jeroboão, que, seguindo seu curso idólatra, fizeram-no ser mais lembrado e causaram que esta mancha permanecesse em seu título de era em era: *Jeroboão, que fez Israel pecar* (1 Reis 15:26).

Assim como os primeiros interrompem a corrente e impedem a passagem das bênçãos de pais justos, os segundos propagam e abrem caminho para a maldição de pais injustos.

50. Do dever supersticioso imposto pelos papistas aos filhos após o falecimento de seus pais.

Aos dois deveres mencionados anteriormente, de sepultar o corpo e preservar o crédito dos pais, os papistas acrescentam um terceiro, e os pagãos um quarto, dos quais nenhum é justificável pela palavra de Deus, mas diretamente contrário a ela.

O que os papistas acrescentam é que os filhos, após a morte de seus pais, devem providenciar exéquias, missas, indulgências, liberações e artifícios semelhantes para eles, e fazer orações contínuas para livrá-los do Purgatório e levá-los ao descanso no céu: sobre a vaidade dessas orações e a tolice de tais artifícios, já falei em outro lugar (ver Tratado 3, Seções 39 e 40).

A Escritura ensina expressamente que, após a morte, a alma vai para o lugar designado para ela, de bem-aventurança ou aflição sem fim: de modo que não há meios de alterar um ou ajudar o outro.

51. Da ilicitude de os filhos buscarem vingar as ofensas feitas aos seus pais.

O que os pagãos acrescentam é que os filhos, após a morte de seus pais, vinguem as ofensas que lhes foram feitas em vida. E eles pressionam tanto os filhos nesse sentido que os assustam com o fantasma de seus pais, dizendo que, se negligenciarem vingar as ofensas dos pais, o espírito deles os perseguirá e não os deixará viver em paz, mas os molestará continuamente. Esse conceito surge da corrupção da natureza, que é excessivamente propensa à vingança: mas é expressamente proibido na Escritura, nestas e em outras proibições: "Não resistais ao mal" (Mt 5:39), "A ninguém torneis mal por mal" (Rm 12:17), "Não vos vingueis a vós mesmos", etc. (Rm 12:19). No entanto, alguns, para justificar isso, alegam a ordem de Davi a Salomão de se vingar de Joabe e Simei após sua morte (1 Reis 2:5,8).

Resposta: A ordem que Davi deu, e a execução de Salomão, não foi questão de vingança privada, mas apenas uma execução legítima de justiça que os filhos podem e devem fazer. Houve razões justas para mover Davi a adiar a execução da justiça sobre um e outro por tanto tempo. Joabe era poderoso demais (2 Sm 3:39) para que a execução fosse feita no tempo de Davi; e a ofensa de Simei foi cometida no tempo da humilhação de Davi, o que o fez jurar que ele mesmo não se vingaria dele. Além disso, Salomão executou a justiça em ambos, não pelas ofensas feitas ao seu pai, mas por outros crimes que cometeram em seu tempo; apenas as ofensas anteriores foram lembradas para agravar a questão.

Até aqui tratamos dos deveres dos filhos. A maneira de realizá-los segue para ser declarada.

52. Da maneira de realizar os deveres dos filhos.

Aquela cláusula que apontava a limitação dos deveres dos filhos (ver Seção 37) oferece também uma excelente direção para a maneira de realizá-los. É esta: *no Senhor*: isto é, os filhos devem realizar seu dever para com seus pais como realizariam ou deveriam realizar para com o Senhor.

Mais particularmente, isso implica estes seis pontos:

1. Que seus deveres sejam realizados em consciência, ou por causa da consciência (Rm 13:5), o que é o mesmo que por causa do Senhor: pois somente o Senhor é juiz da consciência e tem poder sobre ela. Assim devem os súditos cumprir o dever para com os magistrados (1 Pe 2:13): muito mais os filhos para com os pais. A razão que o Apóstolo apresenta nestas palavras — "Isto é agradável ao Senhor" (Cl 3 :20) — mostra que os filhos, ao

obedecerem aos seus pais, devem trabalhar para se aprovarem diante de Deus.

2. Seus deveres devem ser em sinceridade, que é quando os filhos não pretendem demonstrar mais do que em verdade e no coração pretendem: "Tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como ao Senhor" (Cl 3 :23), diz o Apóstolo. Os pais costumam lidar com ninguém mais sinceramente do que com seus filhos: consequentemente, os filhos devem lidar assim com os pais.
3. Devem ser realizados alegremente, com uma mente disposta e pronta (2 Co 9:7): pois o Senhor ama quem dá com alegria. Nisso reside a principal diferença entre uma obediência filial e uma servil, entre uma obediência de filho e uma de escravo.
4. Devem ser realizados reverentemente, como para aqueles que portam a Imagem de Deus. Disso falamos antes (ver Seção 3).
5. Devem ser realizados de tal modo que, ao realizá-los, nenhum pecado seja cometido contra Deus. Disso também falamos antes (ver Seções 37 e 38).
6. A constância deve ser adicionada a todas as outras virtudes. Pois, assim como o próprio Senhor é constante em todos os Seus caminhos e obras, Ele espera que os filhos o sejam nos deveres que Ele exige de suas mãos. Aquele que começa bem e não persevera, perde toda a glória de seu bom começo.

Se os exemplos de todos os bons filhos elogiados na Escritura forem bem pesados, descobriremos que seus deveres, na medida em que foram aceitáveis a Deus, foram realizados da maneira mencionada, em todos os seus ramos.

53. Das aberrações dos filhos na maneira de sua obediência.

Contrárias são estas aberrações:

1. Quando os filhos realizam seus deveres por interesses secundários: por medo da ira dos pais e da punição que a segue; por esperança e expectativa de maior porção e mesada; por insistência de amigos, e coisas semelhantes: esses respeitos, simplesmente em si mesmos, não são "no Senhor".
2. Quando os realizam apenas exteriormente para as aparências, de forma complementar enquanto os pais estão presentes ou podem saber disso. Isso não é com respeito a Deus, que sonda o coração.
3. Quando os realizam com má vontade, murmurando, desdenhosamente: como se a autoridade de seus pais fosse um poder usurpado e não lhes fosse dado por Deus. Isso é "no Senhor"?
4. Quando os realizam de forma rude e sem modos: isso mostra que não consideram a glória da Imagem de Deus brilhando em seus pais.
5. Quando não se importam em pecar contra Deus, desde que agradem aos seus pais (ver Seção 38).
6. Quando, como se estivessem arrependidos do que fizeram bem, recusam-se a cumprir qualquer outro dever para com seus pais. Eles se cansam, pensando que Deus lhes impôs um fardo pesado demais. Muitos se mostram mais zelosos em seus anos mais jovens do que em seus anos maduros. O que torna os filhos cansados de cumprir o dever é comumente a grande e longa necessidade de seus pais, como doença prolongada, impotência prolongada, pobreza prolongada, e coisas semelhantes.

Parece que tais filhos olham para seus pais apenas como homens que, como imaginam, nunca poderão recompensar seus esforços e custos: eles não olham para Deus, que é capaz de recompensar tudo abundantemente. Estes, portanto, não realizam seu dever "no Senhor".

54. Do respeito igual que os filhos devem dedicar a ambos os pais.

Assim como os deveres distintos dos filhos foram estabelecidos, julgo necessário declarar distintamente quem são as partes a quem esses deveres devem ser prestados. Estes são principalmente os pais naturais, tanto o Pai quanto a Mãe. Secundariamente, aqueles que estão no lugar de pais.

O primeiro ponto a ser notado é que os filhos dediquem um respeito igual a ambos os seus pais naturais e cumpram o dever para com ambos igualmente. A lei menciona expressamente ambos: "Honra a teu pai e a tua mãe". Bem podemos pensar que houve alguma causa justa e urgente para que a lei, que de forma tão breve e com o menor número de palavras possível compreende tanto conteúdo, mencionasse expressamente pai e mãe, quando existe uma palavra, "progenitor" ou "pai", que inclui ambos. Ora, que outra razão pode ser dada senão o ponto em questão?

É digno de nota como o Apóstolo não se contenta em ter nomeado "pais", o que implica ambos, mas também anexa as palavras expressas da Lei, que estabelece em particular: pai e mãe. Está expressamente registrado de Jacó que ele obedeceu a seu pai e a sua mãe (Gn 28:7). Entre outros escritores da Escritura, Salomão menciona expressamente tanto pai quanto mãe quase vinte vezes em Provérbios.

Muitas razões existem para reforçar este ponto:

1. Ambos os pais são, sob Deus, meios iguais para a existência de seus filhos. Os filhos vêm da substância de ambos igualmente.
2. O cuidado e o esforço de ambos para o bem dos filhos são muito grandes: não sei qual é o maior. O esforço e o cuidado da mãe ao dar à luz o filho são, de fato, maiores, e podem ser também maiores na criação do filho, especialmente enquanto ele é jovem, pelo menos se ela mesma o amamentar; no entanto, depois, o do pai excede ao prover uma vocação adequada, meios suficientes de sustento, sim, e porção ou herança para ele, e isso depois que ele mesmo morrer. Assim, de uma forma ou de outra, o filho está igualmente ligado a ambos: e, conseqüentemente, a Lei de Deus não faz diferença entre eles.

Objeção: A esposa é sujeita ao seu marido: portanto, um filho deve preferir seu pai à sua mãe.

Resposta: Embora haja uma diferença entre pai e mãe na relação de um para com o outro, contudo, em relação aos seus filhos, eles são ambos como um só e têm uma autoridade igual sobre eles. Ora, os filhos não devem olhar para aquela diferença que existe entre seus pais naquela relação mútua entre marido e esposa, mas para aquela autoridade que ambos os pais têm sobre seus filhos; e assim dedicar um respeito igual a ambos.

Objeção 2: E se a disposição do pai e da mãe for contrária, e um ordenar o que o outro proíbe?

Resposta: A coisa ordenada ou proibida deve ser observada: se for sobre algo simplesmente bom ou mau, lícito ou ilícito, então

o progenitor que deseja que a coisa lícita seja feita, ou a ilícita seja evitada [mesmo que seja a mãe], deve ser obedecido: pois, neste caso, ela está apoiada pela autoridade de Deus. Mas se o assunto for meramente indiferente, então não duvido que o pai deva ser obedecido: contudo, de modo que o filho de forma alguma mostre qualquer desprezo à sua mãe, mas com toda reverência e humildade dê a conhecer a ela que é melhor, tanto para ela quanto para ele mesmo, que o pai seja obedecido. Mas se a autoridade contrária do pai não for interposta, ou se o pai estiver morto, então a mãe deve ser tão simples e absolutamente obedecida em todas as coisas quanto um pai.

55. Dos pretextos alegados para obedecer ao pai antes que à mãe.

Contrário a isso, por um lado, é o apego infantil daqueles que respeitam tanto a mãe e buscam agradá-la que pouco consideram o pai, a menos que pelo medo sejam forçados a isso; e, por outro lado, o espírito desdenhoso daqueles que apenas respeitam o pai e negligenciam totalmente a mãe, se não a desprezam. Na maioria das vezes, dos dois, a mãe é menos respeitada. As razões para isso, creio eu, são as seguintes, às quais anexarei meios particulares para remover a força aparente dessas razões, como antídotos ou remédios:

A mãe, por razão de seu sexo, é comumente a mais fraca e sujeita a mais enfermidades.

Resposta: Os filhos devem olhar antes para o lugar e autoridade de sua mãe do que para sua pessoa e enfermidade: assim, estas em nada prejudicariam o respeito por aquela.

A mãe é mais indulgente e terna com seus filhos e usa de mais familiaridade com eles: ora, a familiaridade gera o desprezo.

Resposta: Este é o abuso da familiaridade: o amor deve gerar amor: e o amor deve ser ordenado de acordo com a condição das partes que amam e são amadas. Assim como os filhos com um olho contemplam o afeto da mãe, com o outro devem contemplar a imagem de Deus na mãe; e então [o que é notado como o fundamento de todo dever dos filhos (ver Seções 2 e 3)] um temor amoroso seria gerado em seu coração, o qual expulsaria todo desprezo.

A mãe não tem o mesmo poder de recompensar ou vingar que o pai tem.

Resposta: Isso não é obedecer "no Senhor". Nenhum respeito exterior deve mover o filho a obedecer aos seus pais tanto quanto a consciência para com Deus. Se os filhos considerassem devidamente a Deus, como Ele não fez diferença, mas ordenou que obedecessem a ambos igualmente, e como Ele é capaz de recompensar abundantemente e vingar severamente, essa razão não seria razão.

A mãe é sujeita ao pai.

Resposta: Isso foi refutado antes (ver Seção 54).

Como resposta geral a estes e a todos os outros pretextos que podem ser alegados, note-se que o Senhor não apenas em termos expressos ordena aos filhos que temam sua mãe, mas também [para reforçar mais este ponto] às vezes coloca a mãe em primeiro lugar, assim: "Cada um de vós temerá a sua mãe e o seu pai" (Lv 19:3): o que não deve ser tomado como se a mãe

fosse a mais excelente dos dois [neste aspecto o pai na maioria das vezes é nomeado primeiro], mas porque é a prova mais verdadeira da sujeição de um filho ser sujeito à sua mãe. Aquele que voluntária e conscienciosamente se sujeita a ela, que é em relação ao marido a inferior, no sexo a mais fraca, na condição sujeita a mais enfermidades, em seus afetos menos moderada, no poder menos capaz de recompensar ou punir, muito mais [sem dúvida] se sujeitará ao seu pai.

56. Da diferença da sujeição dos filhos ao progenitor natural e àqueles que estão apenas no lugar de pais.

Além dos pais naturais, existem outros colocados por Deus sobre os filhos, de modo que estes devem, em consciência, um dever de filho para com eles. Estes, em geral, são aqueles que estão no lugar de pais e, assim, realizam, ou pelo menos deveriam realizar, o dever de pais para com os filhos.

Eles são de dois tipos:

1. Aqueles que se unem a um progenitor natural em casamento, comumente chamados de Padrastos e Madrastas.
2. Aqueles que têm o governo e a tutela dos filhos confiados a eles, comumente chamados de guardiões, tutores, governadores; sim, também pais e mães de criação.

Pergunta: O mesmo dever é devido em todos os aspectos àqueles que estão no lugar de pais como aos próprios pais naturais?

Resposta: Não exatamente. Existe tal prerrogativa pertencente aos pais naturais, de quem os filhos receberam o seu ser, que muitas coisas em que os filhos por uma necessidade absoluta

estão ligados a eles, estão ligados aos outros que estão apenas no lugar de pais apenas pela lei da honestidade, da conveniência e da adequação. De onde acontece que tais coisas que, sendo feitas pelos filhos de forma rebelde sem ou contra o consentimento dos pais naturais, provam ser meras nulidades, permanecerão em vigor se forem feitas sem ou contra o consentimento daqueles que estão apenas no lugar de pais: veja-se o caso de contratos feitos sobre bens, terras e outras coisas em que os pais retêm um direito: ao que muitos bons teólogos acrescentam contratos de casamento, ou vocação e afins (ver Seção 16). No entanto, visto que em consciência estamos ligados àquelas coisas que a lei da honestidade e conveniência exige [pois "tudo o que é honesto, justo e de boa fama" (Fp 4:8) deve ser feito], grande é o dever que os filhos devem àqueles que estão no lugar de pais.

57. Da sujeição dos filhos aos padrastos e madrastas.

Padrastos e madrastas devem ser classificados no primeiro grau daqueles que estão no lugar de pais naturais. Há provas muito boas na Escritura para a sujeição dos filhos a eles. O respeito que Moisés dedicou ao seu sogro (Êx 18:7), e Rute à sua sogra (Rute 1, 2), e o próprio Cristo ao seu suposto pai (Lc 2:51), são recomendados para este mesmo propósito. A sujeição é notada no exemplo de Cristo; a Reverência no de Moisés; a Recompensa no de Rute.

O laço matrimonial faz do homem e da mulher uma só carne: por isso, o progenitor natural que se casa com outro, faz desse outro um com ele e, nesse aspecto, ele é como um pai ou mãe para os filhos, e por eles deve ser considerado assim.

A Lei de Deus torna claro incesto um filho descobrir a nudez de sua madrasta, ou um sogro descobrir a nudez de sua

nora (Lv 18:8,17). Por onde aparece que padraustos e madrastas estão, pela Lei de Deus, no próprio lugar e posição de pais naturais para seus filhos e, conseqüentemente, devem ser honrados como pais naturais.

Além disso, é uma grande honra que um filho presta ao seu pai ou mãe natural respeitar aqueles que eles tornaram uma só carne consigo mesmos, como fazem com seu próprio progenitor. Assim, honrar um padrausto ou madrasta é honrar um progenitor natural.

Contrário a isso é a mentalidade e o comportamento da maioria dos filhos. Muito poucos dedicam um respeito reverente, zeloso e filial aos padraustos e madrastas: mas, na maioria das vezes, os desprezam no coração, resmungam contra eles na fala e são muito desobedientes em seu comportamento: de onde acontece que trazem muita tristeza ao seu progenitor natural e frequentemente causam muita discórdia e dissensão entre o progenitor natural e o padrausto/madrasta: sendo nisso postos a trabalhar por Satanás, que se esforça no que pode para desunir aqueles que Deus uniu tão proximamente e fez uma só carne. A experiência lamentável mostra que o segundo, terceiro ou qualquer casamento posterior raramente é tão confortável e pacífico quanto o primeiro: especialmente se um, ou outro, ou ambos tiverem filhos. A causa disso, na maioria das vezes, está nos filhos, que não aceitam padraustos ou madrastas.

Objeção: A natureza não pode aceitar tão bem um padrausto/madrasta quanto um progenitor natural.

Resposta 1: Se não tão bem, ainda assim não os despreze: há uma diferença entre os extremos.

Resposta 2: A consciência e a religião devem alterar a natureza corrupta. Olhe para a ordenança de Deus: e que o temor de Deus possua o teu coração, para que isso te leve a fazer o que a natureza não pode.

Objeção 2: Padrastos e madrastas raramente respeitam os filhos anteriores de seu marido ou esposa.

Resposta: Esta objeção convém mais à boca de um bárbaro do que de um cristão. O Evangelho ensina a ser sujeito não apenas aos bons e gentis, mas também aos perversos (1 Pe 2:18): e a não ser vencido pelo mal, mas vencer o mal com o bem (Rm 12:21). A Escritura conta aqueles que se levantam contra seus sogros/padrastos entre aqueles que se levantam contra seus pais naturais (Miquéias 7:6): mostrando com isso que a impiedade daqueles é tão digna de culpa quanto a impiedade destes.

58. Da sujeição dos filhos aos guardiões, tutores, etc.

Para a sujeição dos filhos aos governadores, guardiões e tutores, o Apóstolo diz que o filho está sob eles (Gl 4:2). Se pela Lei os filhos estão sob eles, devem em equidade ser sujeitos a eles. É expressamente notado de Ester, mesmo depois que o Rei a escolheu para sua esposa, que ela cumpria o mandado de Mardoqueu [que era como um guardião para ela] como quando era criada com ele (Ester 2:20). Um padrão memorável para este propósito. Que pretextos ela poderia ter usado para descartar todo tipo de sujeição? Mardoqueu era apenas seu primo: ela estava agora elevada acima dele: era uma esposa, e assim sujeita ao seu marido: sim, esposa de um Rei, e ela mesma uma Rainha: no entanto, era sujeita, e sua sujeição elogiada. Lemos que os filhos dos profetas respeitavam muito a Eliseu, faziam-lhe reverência e eram-lhe obedientes, porque ele era como um pai e

tutor para eles (2 Reis 2:15; 6:1): aspecto no qual também Eliseu era como um filho sujeito a Elias, a quem chamava de pai (2 Reis 2:12).

Guardiões, tutores e supervisores semelhantes de filhos têm um encargo de pai imposto sobre eles, como mostraremos depois (ver Tratado 6, Seção 74, etc.): grande razão há, portanto, para que o dever de filho lhes seja prestado. A honra deles deve ser compatível com o seu encargo e cuidado.

Contrário a isso é o conceito de muitos filhos sem lei, cujos pais morreram, ou que foram enviados e colocados fora do governo de seus pais, pensando que estão totalmente livres de todo governo e podem viver como quiserem. Sendo sua prática correspondente a esta opinião, correm para toda sorte de devassidão e, com o tempo, levam-se à ruína total. É a destruição de muitos filhos o fato de não respeitarem seus guardiões, tutores e governadores: e Deus, em julgamento, leva muitos desses filhos refratários a algum fim terrível e vergonhoso. Que os filhos sejam, portanto, sábios e não tomem liberdade excessiva para si mesmos. Até aqui foram tratados os deveres dos filhos em seus diversos tipos, a maneira de realizá-los e as partes a quem devem ser prestados. Resta falar das razões que o Apóstolo alega para reforçar esses deveres.

59. Do lugar dos pais, pelo qual os filhos devem ser movidos a obedecer-lhes.

As razões que o Apóstolo usa para mover os filhos a cumprirem seu dever são quatro: A primeira é tirada do lugar do progenitor. A segunda, da equidade da coisa. A terceira, do encargo expresso de Deus. A quarta, da promessa de Deus.

O lugar de um progenitor é apontado por esta frase: NO SENHOR: a qual, assim como oferece uma limitação (ver Seção 37) e dá uma direção aos filhos (ver Seção 52), também acrescenta um estímulo a eles, para estimulá-los a cumprirem seu dever: pois mostra que os pais estão para seus filhos no lugar do Senhor: como evidência disso, Deus comunicou a eles este título glorioso e honroso [PAI], que é próprio e peculiar a Si mesmo (ver Seção 5). Ora, estando os pais para seus filhos no lugar de Deus e, em virtude de seu lugar, portando a imagem de Deus, os filhos, ao obedecerem aos seus pais, obedecem a Deus; ao recusarem obedecer-lhes, recusam obedecer a Deus. Um forte motivo é este primeiro motivo. Pois quem é tão desprovido de religião que não pense ser mais justo que Deus seja honrado? Ou quem é tão ímpio a ponto de recusar prestar o dever a Deus? Aqui, então, os filhos podem aprender em um ponto principal como honrar o Senhor e mostrar-se filhos de Deus. E saibam eles que filhos desobedientes e desrespeitosos, que resistem à autoridade dos pais, resistem à ordenança de Deus e recebem para si mesmos a condenação (Rm 13:2).

60. Da equidade pela qual os filhos devem ser movidos a obedecer aos seus pais.

A segunda razão, nestas palavras — "porque isto é justo" — embora não seja de maior força, é mais clara e expressamente notada como uma razão, como mostra a partícula causal [porque] prefixada a ela. É uma razão geral extraída da equidade comum; uma razão que pode mover todos os tipos de pessoas, até infiéis e pagãos: portanto, muito mais os cristãos.

Ao dizer "Isto é justo", ele implica três coisas:

1. Que é agradável a toda lei. À Lei de Deus, que é a fonte da equidade. À lei da Natureza, que dela procede. E à lei das Nações, que é correspondente em muitos aspectos. As provas mencionadas da Palavra de Deus mostram ser agradável à Lei de Deus. Os preceitos que os homens pagãos deram sobre este ponto mostram ser agradável à lei da natureza. E as muitas constituições de legisladores, em todas as eras, mostram ser agradável à lei das nações.
2. Que o lugar dos pais exige isso. Pois o JUSTO exige que cada um tenha o que é seu, aquilo que lhe é devido. Sendo, portanto, justo que os filhos obedeçam aos seus pais, esse dever lhes é devido.
3. Que os pais merecem isso: pois o justo pressupõe o mérito. O que é feito por direito, é feito por via de recompensa. A causa deste mérito é o amor que os pais dedicam aos filhos, o esforço, o cuidado e o custo que tiveram ao dar-lhes a vida e ao criá-los.

Sendo estas coisas implícitas sob o "justo", note-se o que segue da força desta razão:

1. Filhos desobedientes e desrespeitosos transgridem contra a lei de Deus, contra a equidade comum de todas as nações e contra a luz da natureza: de modo que são indignos do nome de cristãos, são piores que os infiéis, sim, piores que os animais brutos.
2. Não têm respeito ao lugar de seus pais, desonram a imagem de Deus que seus pais, em virtude de seu lugar, portam, e perturbam aquela ordem e grau harmoniosos que Deus estabeleceu entre os homens.
3. Retribuem mal o cuidado e o esforço de seus pais para o seu bem, e mostram-se tanto ingratos quanto

antinaturais: que são dois dos pecados mais monstruosos e odiosos.

61. Da aceitação de Deus à obediência dos filhos.

A razão mencionada é por este mesmo Apóstolo, em outro lugar, assim estabelecida: "Isto é agradável ao Senhor" (Cl 3 :20). Ao comparar esse lugar com o meu texto, observo que: O que é justo é agradável ao Senhor. E, novamente, o que é agradável ao Senhor é justo. Estas duas proposições são [como dizemos nas Escolas] conversíveis e recíprocas; cada uma delas verdadeira em relação à outra em todos os sentidos. Por isso o Apóstolo, em outro lugar, une ambas. Pois, tendo exortado os filhos a recompensarem seus pais, ele diz: "Isto é bom e aceitável diante de Deus" (1 Tm 5:4). Bom ou honesto é, em efeito, o mesmo que justo.

Isso mostra que os filhos zelosos, assim como fazem o que é bom, ou honesto e justo para com seus pais, também nisso agradam altamente a Deus: de modo que podem estar certos de não perder com isso. Da mão de Deus receberão uma recompensa, ainda que seus pais pouco considerem seu zelo. Assim Deus lidou com Jacó. Seu sogro retribuiu mal sua fidelidade (Gn 31:7,42): mas Deus olhou para ele e recompensou abundantemente todo o seu esforço.

Isso mostra, por outro lado, que os filhos desobedientes, assim como não fazem o que é justo, mas antes o que é errado para com seus pais, também desagradam altamente a Deus: podem estar certos, portanto, de não escapar impunes, ainda que seus pais, por excessiva indulgência, os deixem em paz: veja-se o caso dos dois filhos ímpios de Eli, Hofni e Fineias (1 Sm 2:34):

e os dois filhos rebeldes de Davi, Absalão e Adonias (1 Reis 2:25).

Isso, portanto, acrescenta força à segunda razão e move os filhos a fazerem o que é justo aos seus pais, obedecendo-lhes, conforme respeitam a Deus, Seu bom prazer ou desprazer: conforme buscam a recompensa ou temem a vingança d'Ele.

62. Do encargo de Deus, quão inviolável é o vínculo para os filhos obedecerem aos seus pais.

A terceira razão, tirada do encargo de Deus, não é apenas notada em termos expressos, mas, para maior peso, as próprias palavras da lei moral são citadas ["Honra a teu pai e a tua mãe"] e acrescenta-se que este é um mandamento, sim, o primeiro mandamento, e com promessa, tudo o que serve para amplificação do ponto. Aqui, então, consideremos: 1. A razão em si; 2. A amplificação da mesma.

Da razão de que é um encargo de Deus, colho estes três pontos:

1. Que não é uma questão arbitrária deixada à discrição dos filhos se obedecerão aos seus pais ou não: mas uma questão à qual em consciência estão ligados, assim como devem lealdade ao próprio Deus, o grande legislador: de modo que, ao negligenciar o dever para com os pais, os filhos pecam até contra o próprio Deus: pois o mesmo Deus que nos ordenou honrá-Lo, ordenou-nos honrar pai e mãe.
2. Que esta é uma lei perpétua e geral: uma lei à qual todos os filhos de todos os tempos, lugares, sexos, condições e graus sempre estiveram, ainda estão e sempre estarão ligados. Pois a lei moral é dessa extensão: é geral para

todas as pessoas; perpétua para todos os tempos.
Portanto, nenhum filho pode pensar em estar isento dela.

Pergunta: E se os filhos forem adultos e não estiverem sob o governo de seus pais?

Resposta: Pode haver alguma diferença tanto em algumas partes da sujeição quanto na maneira da sujeição entre os filhos que permanecem sob o governo dos pais e os que dele estão libertos; no entanto, enquanto o filho tiver um progenitor, de qualquer idade ou condição que seja, ele deve uma honra ao seu progenitor. José, quando era um grande Governador do Egito, homem feito, tendo esposa e filhos, ainda assim prestava a honra de reverência, obediência e recompensa ao seu pai (Gn 47:12; 48:12; 50:5). Salomão, quando estava em um lugar mais elevado que José, sendo um Rei absoluto, prestou a honra de Reverência à sua mãe (1 Reis 2:19).

Que nenhum homem pode dar aos filhos qualquer dispensa ou isenção de seu dever para com os pais. Se alguém pudesse, teria que ser ou o próprio legislador, ou alguém maior que ele, alguém que tivesse poder sobre ele. Ora, Deus é o autor e doador dessa Lei: "Deus falou todas estas palavras", etc. (Êx 20:1). Mas existe alguém maior que Deus? Alguém tem poder sobre Ele? Quem, então, pode dispensar os filhos nesse sentido?

Daí, então, infiro estas duas conclusões:

1. Que a dispensa do Papa nada vale: aqueles que a tornam válida devem fazê-lo maior que Deus, o que é uma blasfêmia horrível.
2. Embora os próprios pais não exijam o dever de seus filhos, os filhos estariam obrigados a cumprir o dever para com eles, por causa do encargo de Deus. Para isso,

portanto, os filhos devem olhar. Isso mostra que não há menos dor pairando sobre as cabeças dos transgressores deste encargo do que a maldição da lei, a condenação eterna.

63. Do Primeiro título dado ao quinto mandamento.

Na amplificação da razão mencionada anteriormente, o Apóstolo denomina o mandamento de honrar os pais como o primeiro com promessa, tanto para mostrar que é o primeiro que possui uma promessa particular anexada a ele, quanto por ser o primeiro que Deus deu sobre qualquer dever a ser realizado para com o homem. A própria ordem do decálogo manifesta a verdade disso. A razão é clara: a honra devida aos pais é o fundamento de todos os deveres exigidos na segunda tábua; pois, se o dever não é cumprido para com aqueles a quem estamos ligados por algum vínculo peculiar, podemos pensar que ele será cumprido para com aqueles a quem estamos ligados de modo geral? Ora, de todos a quem estamos primeiro e mais obrigados, e a quem devemos nosso primeiro dever, nossos pais são essas pessoas. Portanto, aqueles que são rebeldes contra seus pais e se recusam a cumprir seu dever para com eles, dificilmente cumprirão o dever para com qualquer outro. Há pouca esperança de que um filho desobediente venha a ser um membro proveitoso na Igreja ou na República. Absalão, que foi um filho rebelde, provou ser apenas um súdito traidor; e Hofni e Fineias, que se recusaram a dar ouvidos à voz de seu pai, provaram ser apenas sacerdotes sacrílegos. Portanto, se qualquer preceito da segunda tábua deve ser observado conscienciosamente [como todos devem ser, pois o mesmo legislador deu todos, e Cristo disse que a segunda tábua é semelhante à primeira (Mt 23:39)], então este de honrar pai e mãe deve ser observado entre os demais, e acima dos demais, ao menos se for possível fazer diferença na observância de qualquer um.

Mas, estando esta partícula [primeiro] estabelecida não isoladamente, mas com uma conexão de promessa a ela [O primeiro com promessa], devemos considerar devidamente a promessa do mesmo; de onde surge uma quarta razão.

64. Da promessa de Deus que move os filhos a obedecerem aos seus pais.

A quarta razão, tirada da promessa de Deus, é tanto proposta genericamente quanto exemplificada particularmente. Proposta nesta cláusula [primeiro com promessa]. Exemplificada no terceiro versículo.

Quanto ao Geral: a promessa de Deus feita para o cumprimento de qualquer dever não pode senão ser um forte motivo para nos estimular a realizá-lo. Os homens, por meio disso, estimulam e provocam uns aos outros a realizar qualquer coisa. Assim, os Reis, quando desejam muito que seus súditos façam isto ou aquilo, prometem-lhes tais e tais recompensas; assim os senhores incitam seus servos, os pais seus filhos, e um homem a outro. Se as promessas dos homens nos encorajam a realizar as coisas que eles nos ordenam, quanto mais deveria a promessa de Deus? Os homens são enganadores e podem agir com duplicidade, fingindo uma coisa com a boca e pretendendo outra com o coração, sem nunca tencionar cumprir o que prometem; mas Deus é fiel e verdadeiro: Suas palavras são como atos; Sua promessa como realizações; de modo que Ele nunca aparenta mais do que pretende realizar. Além disso, o poder do homem é limitado; embora ele pretenda verdadeiramente o que promete, na execução pode falhar, seja por não conhecer seu próprio poder, pensando ao fazer a promessa que poderia fazer mais do que o evento demonstra que pode, ou por ser posteriormente impedido ou incapacitado por alguma ocasião. Mas o poder de Deus não pode ser assim restringido ou

impedido. Além disso, os homens podem ser levados antes que chegue o tempo de cumprir sua promessa; mas Deus vive para sempre e não muda. Se, então, as promessas dos homens são motivos para qualquer coisa, muito mais as de Deus, que permanece sempre o mesmo. Entre Deus e o homem não há proporção, nem comparação.

Este motivo recomenda excessivamente a indulgência paternal de Deus para conosco e o desejo fervoroso que Ele tem do nosso bem. Pois Ele tem tal poder e autoridade sobre todas as Suas criaturas que o mero conhecimento de Sua vontade deveria provocá-las a realizar qualquer dever que Ele ordenasse; e, se não obedecessem, Ele poderia prontamente executar vingança sobre elas. Mas, considerando que somos Seus filhos e precisamos de muitos atrativos para nos conduzir pouco a pouco, Ele lida conosco de acordo. Ele não se baseia total e unicamente em Sua autoridade, mas acrescenta promessas a ela [pois este é um mandamento com promessa]. Se, apesar de tudo isso, os filhos se recusam a obedecer aos seus pais, não poderia o Senhor justamente expostular o assunto com eles, como certa vez fez em outro caso com os israelitas, e dizer: "Julgai entre mim e estes filhos: que mais poderia eu ter feito que não fiz? Dei-lhes um encargo expresso de honrar seus pais (Is 5:3,4): estabeleci-o em primeiro lugar como um encargo principal e fundamental; para encorajá-los a guardá-lo, acrescentei uma promessa de bem que redundaria para eles mesmos: que mais poderia eu fazer?". Não merecem eles justamente a vingança, por não considerarem nada disso? Assim, no fato de este ser um mandamento com promessa, vemos como os filhos desobedientes aos seus pais são tanto rebeldes contra Deus, em relação ao mandamento que transgridem, quanto prejudiciais a si mesmos, em relação à promessa que tornam nula e sem efeito. Sobre esta promessa particular, veja mais no primeiro tratado, seções 97 e 98, etc.

O SEXTO TRATADO

Deveres dos Pais

1. Dos tópicos dos deveres dos pais.

Efésios 6:4. E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor.

Logo após os deveres dos filhos, seguem-se os deveres dos pais, que o Apóstolo estabelece neste quarto versículo: onde ele observa,

1. Os deveres.
2. As partes: 1. Aqueles que devem realizar os deveres: Pais. 2. A quem devem ser realizados: Filhos.

Os deveres são estabelecidos, 1. Por proibição. 2. Por preceito. A proibição aponta um extremo, que é o excesso de rigor [Não provoqueis à ira]. A inferência do preceito sobre a proibição aponta outro extremo, que é o excesso de frouxidão (remissão).

O preceito em si ordena aos pais três deveres:

1. Nutrir os filhos, a saber, com alimento, vestuário e outras necessidades semelhantes [Criai-os/Nutri-os].
2. Discipliná-los, a saber, com boa disciplina [Na disciplina/educação].
3. Instruí-los, a saber, nos caminhos de Deus [E admoestação do Senhor].

A Natureza, a Civilidade e a Piedade ensinam as Criaturas Irracionais, os Homens Racionais e os Cristãos a fazerem o Primeiro, o Segundo e o Terceiro, respectivamente.

A estes tópicos podem ser referidos todos os pontos específicos que entregarei a respeito dos deveres dos pais. Para que os pais possam discernir melhor como um dever segue o outro, procederei nesta ordem:

1. A fonte de todos os deveres será declarada.
2. As correntes que dela emanam serão declaradas.

A corrente será dividida em dois rios. No primeiro estão aqueles deveres gerais que devem ser feitos continuamente. No segundo, deveres particulares que devem ser aplicados às diversas idades dos filhos. Existem dois deveres gerais principais:

1. Oração fiel a Deus.
2. Caminhar com retidão diante de Deus.

Todos os detalhes podem ser compreendidos sob este único tópico: Um cuidado providente. E este diz respeito:

1. À Infância dos filhos,
2. À sua Juventude,
3. Ao tempo de seu encaminhamento (colocação na vida),
4. Ao tempo da partida dos pais deste mundo.

2. Do amor que os pais devem aos seus filhos.

A Fonte dos deveres dos pais é o Amor (Tito 2:4). Isso lhes é expressamente ordenado. Muitos exemplos aprovados estão

registrados: como Abraão (Gn 22:2), Isaque (Gn 25:28), Rebeca (Gn 25:28) e outros.

Há uma grande razão para que este afeto esteja firmemente fixado no coração dos pais para com seus filhos. Pois grande é a dor, o esforço, o custo e o cuidado que os pais devem suportar por seus filhos. Mas, se o amor estiver neles, nenhuma dor, esforço, custo ou cuidado parecerá excessivo.

Nisso aparece a sábia providência de Deus, que por natureza fixou tão firmemente o amor nos corações dos pais que, se houver alguém em quem ele não abunde, é considerado antinatural. Se o amor não abundasse nos pais, muitos filhos seriam negligenciados e perdidos. Pois, se os pais não cuidarem de seus filhos, quem cuidará? Se ninguém cuidar deles, eles inevitavelmente perecerão, pois não são capazes de ajudar a si mesmos. Assim como Deus, por natureza, plantou o amor em todos os pais, os cristãos devem, até mesmo por uma questão de consciência, nutrir, aumentar e atizar este fogo do amor, para que, por meio dele, tornem-se mais prontos a cumprir cada dever com alegria. Quanto mais fervoroso for o amor, mais prontamente cada dever será realizado.

Assim como anteriormente estabeleci o Amor como a fonte dos deveres das esposas, maridos e filhos, devo continuar meu curso e apresentá-lo como a fonte dos deveres dos pais. Pois a Escritura o observou como um dever pertencente a todos e a cada um deles: e, portanto, eu não poderia omiti-lo em nenhum deles. No entanto, que ninguém pense, por isso, que o mesmo ponto é tratado e repetido repetidamente. Pois, de acordo com as diferentes partes e a relação diferente que têm com os outros, existem frutos diferentes do amor: assim como a mesma umidade da terra causa frutos diversos e variados, de acordo com as diferentes espécies de plantas que recebem essa umidade.

Compare os diversos lugares onde este dever geral do amor foi tratado e você descobrirá que a maneira de tratar é diferente e oferece matéria nova.

Objeção: Assim como o excesso de fogo é perigoso, também o é o excesso de amor.

Resposta: Verdade. Por isso, como em outras coisas, nesta também deve-se manter o caminho do meio. Nenhum dever é tão sagrado e necessário que não possa ser pervertido. Que os extremos sejam evitados, e o meio será melhor mantido.

3. Dos contrários ao amor.

O extremo contrário ao amor, por falta, é a ausência de afeto natural, que é enumerada no catálogo de pecados notórios (Rm 1:30; Tito 3:3). Embora o amor pelos filhos esteja gravado por natureza no coração do homem, muitos o apagam totalmente através da cobiça, da luxúria, da vanglória, da superstição, da idolatria e de outros vícios: por meio dos quais acontece que, em vez do bem que deveriam fazer pelos filhos, trazem-lhes muito mal. Alguns não poupam a vida preciosa de seus filhos. Entre estes, os idólatras bárbaros são os que mais excedem neste tipo de crueldade antinatural, sacrificando seus filhos e oferecendo-os aos demônios. A isto, o grande sugador de sangue, Satanás, levou antigamente não apenas os pagãos, que por ignorarem a Deus serviam ao diabo, mas também os israelitas (2 Reis 16:3; 21:6; Ez 16:20), a quem Jeová, o Deus verdadeiro, se deu a conhecer e proibiu expressamente esta crueldade (Lv 18:21), sob pena de morte (Lv 20:2). Veja como a superstição e a idolatria cegam os olhos dos homens.

Aqueles que estiveram entre os selvagens na Virgínia, Flórida, Índia e outros lugares semelhantes testificam que tal

crudeldade é usada até hoje. E apresenta-se como uma razão principal pela qual, apesar de terem espaços tão amplos, eles não aumentam mais em multidão, porque muitos de seus filhos são periodicamente oferecidos em sacrifício. Homens racionais mostram-se aqui mais irracionais do que as feras irracionais, que fazem o que podem para preservar seus filhotes.

Embora não tão alto, mas ainda assim muito alto nesta escada do que é antinatural, sobem aqueles que odeiam seus filhos e isso [o que torna o pecado excessivamente pecaminoso] por causa da piedade e integridade; como muitos pais papistas e profanos, que têm filhos verdadeiramente religiosos: e, nesse aspecto, deveriam ser ainda mais amados.

O extremo pelo excesso é o apego excessivo (idolatria) pelos filhos: como fazem aqueles que os amam de forma tão desmedida que não dão importância a nada em comparação com os filhos. Até o próprio Deus é pouco estimado, Seu culto negligenciado, Sua palavra transgredida, todo dever para com os outros omitido e suas próprias almas esquecidas por causa do cuidado com os filhos. Não é isso mera bondade simiesca? Pois os macacos matam seus filhotes de tanto abraçá-los. Isso não é amor, mas pura tolice. Mas o que se pode dizer daqueles que estão tão infernalmente enamorados de seus filhos a ponto de cometer incesto ou sodomia com eles?

4. Dos pais orando por seus filhos.

A primeira e melhor corrente que emana da fonte do amor mencionada anteriormente é a oração fiel e fervorosa. Esta se estende a todas as coisas, em todos os momentos, ao longo de todo o curso da vida do filho. É o primeiro e é o último dever que os pais devem realizar para com seus filhos: aquilo que devem fazer sem interrupção; "Orai sem cessar" (1 Ts 5:17).

Embora a oração seja um dever geral que todos os cristãos devem uns aos outros, ela pertence aos pais de uma maneira peculiar: e, acima de todos os outros, eles são os mais obrigados a ela. Pois a promessa que Deus faz a um pai estende-se à sua semente e aos seus filhos, como mostram estas e outras Escrituras: "Serei o teu Deus, e o Deus da tua semente" (Gn 17:7); "Para que bem lhes vá a eles e a seus filhos" (Dt 5:29); "A promessa vos diz respeito a vós e a vossos filhos" (Atos 2:39). Os pais, portanto, com a maior segurança de fé, podem clamar a Deus por seus filhos. Pois a promessa de Deus é o fundamento da fé: até onde a promessa de Deus se estende, até lá nossa fé pode e deve se estender. Daí surgiu o costume louvável de os filhos pedirem a bênção de seus pais (ver Tratado 5, Seção 9): o que indica o desejo de que os pais orem pela bênção de Deus sobre eles.

Este dever de oração deve ser realizado antes de os pais terem filhos [para que possam tê-los, como fizeram Isaque (Gn 25:21), Ana (1 Sm 1:10) e outros] e assim que os filhos são concebidos, especialmente se observarem que eles se mexem no ventre [como fez Rebeca (Gn 25:22)], e novamente quando nascem [como fez Zacarias (Lc 1:64)], e ao longo de todo o curso de suas vidas [como fez Jó (Jó 1:5)], e quando estão saindo deste mundo e deixando seus filhos [como fez Isaque (Gn 27:4)].

Não há uma única coisa em que e pela qual os pais possam fazer mais bem aos seus filhos do que na e pela verdadeira oração. Deus santificou a oração como um meio de receber toda bênção necessária de Si mesmo, a fonte de toda bênção. Se, portanto, a bênção de Deus é útil para os filhos [que ateus são os que não acreditam?], então também o é a oração pela qual ela é obtida.

5. Dos vícios contrários aos pais orarem por seus filhos.

A própria negligência deste dever é um pecado contrário ao dever em si: e há muitos pais que são culpados deste pecado. Alguns acham desnecessário orar por um filho antes de ele nascer, não considerando que em pecado ele é concebido. Quando nasce, referem este dever à parteira, enquanto ele pertence propriamente ao Pai. Depois que cresce para alguma maturidade, deixam para o filho orar por si mesmo. E quando estão em seu leito de morte, acham suficiente se puderem orar por suas próprias almas. Tais pais mostram pouco amor verdadeiro por seus filhos, mas menos fé em Deus.

Mas o que podemos dizer ou pensar de pais tão ímpios que não temem fazer terríveis imprecações (maldições) contra seus filhos? Deus frequentemente, em ira e vingança, ouve tais imprecações para a desgraça de pais e filhos: por meio do que Ele mostra Sua grande indignação contra eles por tal ato.

6. Dos pais que se esforçam para ser justos a fim de deixar a bênção de Deus aos seus filhos.

Outro ramo geral procedente do amor dos pais pelos filhos é que, por causa de seus filhos, eles se esforcem para caminhar retamente diante de Deus e agradar-Lhe. Observo isso porque vejo que a recompensa prometida aos pais justos é estendida aos seus filhos. "A geração dos justos será abençoada" (Sl 112:2), diz Davi. E Salomão: "Bem-aventurados serão os seus filhos depois dele" (Pv 20:7); e novamente: "O homem de bem deixa herança aos filhos de seus filhos" (Pv 13:22). Este motivo é, portanto, instado pelo Espírito Santo para provocar os pais a toda justiça (Dt 5:29). Assim o Senhor estende a recompensa dos pais justos aos seus filhos para mostrar Seu grande agrado e alta aprovação da justiça. Leia, para este propósito, 1 Reis 11:34 e 2 Reis 10:30.

Objeção: "A justiça do justo ficará sobre ele" (Ez 18:20).

Resposta: Isso se refere à justiça pessoal de um homem e à própria graça, que não é comunicada aos filhos, e não ao fruto dela: a fé em Cristo, o temor de Deus, a obediência à palavra de Deus ou qualquer outra graça pessoal que esteja nos pais justos não justificará nem salvará seus filhos. Pois "o justo viverá pela sua própria fé" (Hc 2:4). No entanto, isso não impede que o benefício dos pais justos recaia sobre seus filhos de acordo com a extensão da promessa de Deus.

Objeção: Pela experiência vemos que os filhos de alguns pais justos são amaldiçoados: e a Escritura nos dá muitos exemplos disso: como Caim (Gn 4:11), Canaã (Gn 9:25), Absalão (2 Sm 18:15) e outros como eles.

Resposta 1: Tais filhos, por seu comportamento indigno e degenerado, perdem o direito à aliança de Deus e, assim, privam-se do benefício dela (1 Sm 2:30).

Resposta 2: Muitas razões boas podem ser dadas para que Deus às vezes altere Seu curso e retenha Suas bênçãos dos filhos de Seus servos. Como:

1. Para que os dons e bênçãos de Deus não pareçam vir antes por propagação natural do progenitor do que por doação gratuita de Deus.
2. Para que os pais não sejam levados a negligenciar os meios de uma boa educação.
3. Para que os próprios filhos, confiando demais na justiça de seus pais, não tomem liberdade excessiva e tornem-se licenciosos.
4. Para que a livre eleição de Deus não pareça ser restringida por isso.

Objeção: Se é assim, que motivo pode haver para os pais trabalharem pela justiça por causa de seus filhos?

Resposta: Embora Deus reserve para Si a liberdade de ordenar Suas bênçãos como Lhe agrada e de concedê-las a quem Ele quer — e, por isso, às vezes abençoa o filho de um pai ímpio [exemplo: Ezequias (2 Cr 28:27)] e nega Sua bênção ao filho de um pai justo [exemplo: Amnom (2 Sm 13:14,29)] — contudo, sendo um curso muito usual d'Ele estender Sua bênção [conforme Sua promessa] aos filhos dos justos, é um forte motivo para aqueles que desejam o bem de seus filhos esforçarem-se pela justiça por causa deles: pois assim usam os meios que pela palavra de Deus são garantidos e santificados para obter a bênção de Deus para seus filhos. Deixe, portanto, uma boa memória para seus filhos, em vez de muita riqueza.

7. Do curso absurdo que pais cobiçosos e injustos tomam para o bem de seus filhos.

Contrário é o curso daqueles pais que, por meios injustos, pensam em prover bem para seus filhos. Pois muitos não apenas se afadigam e trabalham de forma excessivamente ansiosa e desconfiada para juntar grandes massas de dinheiro, ou grandes extensões de terra, ou outros bens para seus filhos, negligenciando deveres de piedade e misericórdia, mas também, por cursos injustos e errados, fraudam outros para enriquecer seus filhos. Tão comum é este curso indevido de prover para os filhos que daí surgiu este provérbio: "Felizes são os filhos cujos pais vão para o diabo". Um provérbio maldito. Pois o que mais ele pode pretender senão isto: que aqueles que não temem a Deus, nem cuidam de sua própria salvação, terão mais respeito ao estado exterior de seus filhos e serão mais cuidadosos em torná-los grandes e ricos neste mundo? Nisto, note de quantas maneiras eles traem sua notória loucura:

1. Eles preferem o estado exterior de seus filhos à salvação eterna de suas próprias almas. Sim, e antes do próprio Deus.
2. Eles colocam a felicidade de seus filhos nos bens deste mundo; do que nada é mais vão (Pv 23:5).
3. Eles tornam-se escravos de seus filhos e, assim, rebaixam-se abaixo daquela dignidade que, por causa da imagem de Deus neles, lhes pertence.
4. Eles, com muita dor, cuidado, tristeza e medo, passam muito tempo juntando aquilo que seus filhos, em pouco tempo, esbanjarão de forma mais devassa e pródiga.
5. Eles tornam-se vassalos de Satanás e buscam por ele ser enriquecidos: enquanto, na verdade, é a bênção de Deus que enriquece (Pv 10:22). Assim, tomam um curso errado para obter riqueza. Se for dito que muitos são assim enriquecidos, respondo que, assim como Deus deu um Rei a Israel (Os 13:11), assim Ele dá riqueza a eles, na ira: e na ira a tirará.
6. Eles trazem a maldição de Deus para sua casa e a deixam para seus filhos: de modo que estas são as riquezas que são reservadas aos seus donos para o seu mal. Não permita, portanto, que o cuidado com os filhos o leve a quaisquer cursos cobiçosos ou injustos: mas saiba que Aquele que fez seu filho também fez você, e Aquele que lhe proporcionou meios de sustento também proporcionará aos seus filhos socorro suficiente.

8. Da providência dos pais para com seus filhos.

O tópico principal, ao qual todos os deveres particulares que os pais devem aos seus filhos podem ser referidos, é Um cuidado providente pelo bem de seus filhos. Este se estende a todos os tempos e a todas as coisas.

A todos os tempos, como à infância, juventude e idade adulta de seus filhos: e isso não apenas enquanto os pais vivem, mas após sua partida.

A todas as coisas, a saber, tendendo tanto ao bem temporal de seus filhos quanto ao seu bem espiritual. Os filhos são da própria substância de seus pais e, portanto, os pais devem zelar pelo bem de seus filhos como pelo seu próprio. Os padrões de pais santos registrados e elogiados na Escritura apresentam vividamente este cuidado providente. Mas exemplificaremos este geral nos particulares: e declararemos em ordem como os pais devem prover tanto para o bem temporal quanto para o espiritual de seus filhos em cada grau de sua idade. Aqueles que, em qualquer momento e em qualquer coisa, são negligentes e descuidados com o bem de seus filhos, ofendem no contrário a este dever geral. A hediondez dessas ofensas aparecerá nos detalhes.

9. Do cuidado da mãe para com seu filho enquanto ele está em seu ventre.

A primeira idade de um filho é a sua infância. Portanto, primeiro mostrarei como nela os pais devem buscar o bem temporal de seus filhos, e depois o seu bem espiritual. A primeira parte da infância de um filho é enquanto ele permanece no ventre da mãe. Aqui, portanto, o dever recai principalmente sobre a mãe: que, assim que percebe que um filho foi concebido em seu ventre, deve ter um cuidado especial com ele, para que [tanto quanto nela caiba] os filhos possam ser trazidos à luz com segurança. [O filósofo pagão, pela luz da natureza, observou que este era um dever e o prescreveu às mães]. Uma mãe, então, deve ter um cuidado terno consigo mesma quando está grávida: pois o filho estando alojado nela e recebendo nutrição dela [como as plantas da terra], o bem-estar dela tende muito ao bem e à segurança do

filho: mas o dano que lhe acontece torna o filho pior, se não for um meio de destruí-lo. Por que a ordem de abster-se de vinho, bebida forte e coisas impuras (Jz 13:4) foi dada à esposa de Manoá, senão por causa do filho que ela concebeu?

Neste caso, há um vínculo duplo para tornar as mães cuidadosas consigo mesmas. 1. O seu próprio bem, 2. O bem do seu filho. Os maridos também, neste caso, devem ser muito ternos com suas esposas e prestativos com elas em todas as coisas necessárias, tanto em relação ao dever que devem às suas esposas quanto ao que devem aos seus filhos. Por que Manoá estava tão desejoso de ouvir ele mesmo a direção mencionada que o Anjo deu à sua esposa? E por que o Anjo a repetiu novamente para ele, senão para mostrar que cabia a ele zelar para que ela a observasse?

Aquelas que, através da violência da paixão, seja de tristeza ou de ira, ou através do movimento violento do corpo, como dançar, lutar, correr, galopar a cavalo ou algo semelhante: ou através do desequilíbrio do corpo, comendo coisas prejudiciais, comendo demais, por abstinência excessiva, por timidez excessiva em esconder seus desejos e anseios [como dizemos], causam qualquer aborto ou perda, caem na ofensa contrária ao dever mencionado. Se as mulheres estivessem convencidas de que em consciência estão ligadas ao dever mencionado, seriam, creio eu, mais cuidadosas consigo mesmas. Pois se, por culpa delas, elas mesmas ou o filho sofrerem um aborto, tornam-se culpadas dessa perda: se ambos perecerem, tornam-se culpadas do sangue de ambos; pelo menos no tribunal da consciência diante de Deus.

Mas aquelas que propositalmente tomam coisas para eliminar seus filhos no ventre são, em grau muito mais elevado, culpadas de sangue: sim, até de assassinato deliberado. Pois

aquilo que recebeu uma alma formada nele por Deus, se for injustamente descartado, será vingado.

Na medida em que os maridos são descuidados com suas esposas grávidas, negando-lhes as coisas necessárias, eles são cúmplices do dano que a mulher ou o filho sofrem, culpados do pecado e sujeitos ao julgamento.

10. Do prover as coisas necessárias para o filho, assim que ele nasce: e da crueldade contrária a isso.

O próximo grau da infância de um filho é enquanto ele está nas faixas e permanece uma criança de peito. Nisto também o cuidado recai especialmente sobre a mãe: contudo, o pai deve oferecer a ajuda que puder. O primeiro dever aqui exigido é que uma provisão suficiente de todas as coisas necessárias para um filho naquela fraqueza seja providenciada antecipadamente. Quais sejam os detalhes, as mulheres sabem melhor do que eu posso expressar. Para mim, é suficiente estabelecer o dever em geral: que nos é recomendado naquele padrão digno da virgem Maria, que, embora fosse muito pobre e forçada a viajar para longe, e desse à luz em um lugar estranho, onde foi tão pouco respeitada que não lhe foi oferecido um lugar adequado para uma mulher em seu caso, mas teve que contentar-se com uma estrebaria em uma estalagem comum, ainda assim ela proveu para seu filho. Pois diz-se: "Ela o envolveu em panos" (Lc 2:7).

Contrário é a prática de mulheres tão perversas e antinaturais que deixam seus filhos recém-nascidos sob bancas, às portas dos homens, em alpendres de igrejas, sim, muitas vezes em campo aberto. Nota-se como um ponto de falta de afeto natural na avestruz o deixar seus ovos na terra e no pó: aspecto no qual se diz que ela se endurece contra seus filhotes, como se não fossem seus (Jó 39:14,16). Muito mais endurecidas são as

referidas mulheres perversas. A águia é considerada uma ave antinatural porque expulsa seus filhotes, que ela trouxe à luz, para fora do ninho. Não são, então, tais mães muito mais antinaturais? Elas frequentemente expõem seus filhos em lugares públicos, para que outros mostrem aquela misericórdia que elas mesmas não têm. A lei civil julga isso como um tipo de assassinato.

11. Do amamentar os filhos.

Entre outras coisas necessárias, o leite do peito é adequado para os bebês pequenos, e com ele eles devem ser nutridos. Creio que ninguém duvida da equidade disso. Em todas as eras e em todos os países, foi considerado o melhor alimento que pode haver para bebês pequenos. A metáfora que São Pedro usa, tirada de bebês pequenos [nas palavras: "Como meninos recém-nascidos, desejai o leite espiritual não adulterado" (1 Pe 2:2)], confirma o mesmo. Assim também o desejo que tais bebês têm pelo leite dos peitos: e a habilidade e prontidão que há neles para sugar: e a providência de Deus em fazer os peitos de uma mulher produzirem tal leite: e a maneira constante de nutrir bebês pequenos desta forma, recomendada na Escritura: e [para concluir] o instinto natural que muitas criaturas irracionais têm de assim nutrir seus filhotes. Aquelas que, por mera curiosidade [onde nenhuma necessidade urgente o exige], testam se seus filhos não podem, como os pássaros, ser nutridos sem sugar, ofendem no contrário a este dever; e rejeitam aquele meio que Deus ordenou como o melhor: e assim opõem sua inteligência rasa à Sua sabedoria insondável.

11. Sobre amamentar os filhos.

Entre outras coisas necessárias, o leite do peito é adequado para os bebês pequenos, e com ele devem ser nutridos. Creio que

ninguém duvida da justiça disso. Em todas as eras e em todos os países, ele tem sido considerado o melhor alimento que pode existir para bebês pequenos. A metáfora que São Pedro utiliza, extraída de bebês pequenos [nas palavras: *Como crianças recém-nascidas, desejai o genuíno leite espiritual* (1Pe 2:2)], confirma o mesmo. Assim também o faz o desejo que tais bebês têm pelo leite materno; e a habilidade e prontidão que neles há para sugar; e a providência de Deus em fazer com que os seios de uma mulher produzam tal leite; e a maneira constante de nutrir criancinhas desta forma, recomendada na Escritura; e [para concluir] o instinto natural que muitas criaturas irracionais têm de nutrir assim os seus filhotes.

Aqueles que, por mera curiosidade [onde nenhuma necessidade urgente o exige], tentam verificar se seus filhos não podem ser nutridos sem o peito, como os pássaros, ofendem contra este dever e rejeitam aquele meio que Deus ordenou como o melhor; e assim opõem sua inteligência rasa à Sua sabedoria inescrutável.

12. Sobre as mães amamentarem seus próprios filhos.

Sobre nutrir os filhos com leite materno, não há grande questionamento; por isso, passei por esse ponto apenas com um toque. A principal questão de dúvida diz respeito à parte que está obrigada a este dever; a saber, se a mãe é obrigada a fazê-lo por si mesma ou não.

Existem muitos argumentos fortes para pressionar isso sobre as consciências das mães e para mostrar que [na medida em que forem capazes] elas são obrigadas a dar o peito aos seus próprios filhos. Alguns são extraídos da luz da palavra de Deus, e outros da luz da natureza.

A palavra de Deus, em muitos lugares, por consequência justa, implica que este é um dever obrigatório; em outros lugares, recomenda-o expressamente pela prática de mulheres santas; e, ainda em outros lugares, toma-o como uma verdade concedida e um caso resolvido, que não deve ser negado.

As consequências pelas quais a palavra implica este dever são estas: Na bênção dada a José, assim fala o velho Jacó: *Deus te abençoará com as bênçãos dos seios e da madre* (Gn 49:25). Pela bênção da madre, o que pode ser entendido senão os filhos? Pela bênção dos seios, o que, senão o leite, pelo qual esses filhos são nutridos? Como se ele tivesse dito: Eu te abençoarei com tais mulheres, que tanto te darão filhos quanto amamentarão aqueles que gerarem. A consequência, então, é esta: assim como é uma bênção ter filhos de uma esposa legítima e verdadeira, também o é ter esses filhos amamentados pela mesma esposa, a mãe deles.

Objeção: Têm a bênção dos seios aqueles que têm outras mulheres para amamentar seus filhos.

Resposta: Pela mesma razão, poder-se-ia dizer que têm a bênção da madre aqueles que têm mulheres estranhas para lhes dar filhos. Mas a junção desses dois ramos de bênção mostra que ambos devem ser tomados da mesma espécie: de modo que, assim como a bênção da madre é ter filhos da própria esposa, a bênção dos seios é tê-los amamentados pela esposa. Se é uma bênção para a mulher que gera o filho dar-lhe o peito, então as mães são obrigadas a cumprir este dever.

1. É denunciado como uma maldição que as mulheres tenham *madre estéril e seios secos* (Os 9:14). Se é uma maldição para as mulheres terem seios secos, então as mulheres não podem deliberadamente torná-los secos; o

que todas as mães fazem quando não amamentam seus filhos.

2. À esposa de Manoá, tendo a promessa de gerar um filho, foi dada esta ordem: *Não bebas vinho, nem bebida forte, etc.*; essas coisas eram especialmente prejudiciais para o seu leite. Portanto, está implícito que ela deveria ordenar sua dieta de modo que pudesse amamentar bem seu filho e ter bom leite para ele.
3. Deus, por Sua boa providência, fez com que a mãe de Moisés (Êx 2:7) [embora fosse forçada a abandonar seu filho] amamentasse seu próprio filho. Sim, a própria mãe desejava fazê-lo e, por isso, designou sua filha para vigiar quem o recolheria. Essas duas circunstâncias implicam que cabe a uma mãe amamentar seus filhos.
4. O Apóstolo estabelece isso como uma nota de uma boa mulher, que em seu lugar foi cuidadosa em cumprir seu dever e, portanto, apta para servir na Igreja de Deus [*Se criou os filhos*, ou palavra por palavra, *Se alimentou seus filhos*] (1Tm 5:10). Ora, o alimento próprio para bebês pequenos é o leite materno, que, pela regra do Apóstolo, a mãe deve dar.
5. O mesmo Apóstolo ordena que as mães amem seus filhos (Tt 2:4). Como pode uma mãe expressar melhor seu amor ao seu pequeno bebê do que deixando-o mamar em seus próprios seios? Assim como isso é um testemunho de amor, é também um meio de preservar e aumentar o amor; pois a experiência diária mostra que as mães amam mais aqueles filhos a quem elas mesmas amamentam.

Somem-se estas várias consequências e descobriremos que o dever em questão é fortemente reforçado por elas.

1. Como uma bênção, é prometido que as mães amamentarão os filhos que gerarem.

2. Como uma maldição, é ameaçado que as mulheres não serão capazes de amamentar.
3. Um anjo deu instruções a uma mãe para que se portasse de modo a ter abundância de bom leite para o filho que geraria.
4. Deus, por Sua providência especial, manifestou que a mãe biológica era a melhor ama para o filho.
5. É a marca de uma boa mulher cumprir esta parte de seu chamado particular, a saber, amamentar seu próprio filho.
6. As mulheres devem praticar todos os melhores deveres de amor que puderem para com seus filhos. Portanto, as mães devem amamentar seus próprios filhos.

Alguns dos padrões mais dignos, em cujo exemplo este dever é recomendado às mães, são estes:

1. Sara amamentou Isaque (Gn 21:7). Este exemplo deve ser notado especialmente pelas mulheres de classe mais alta: como esposas de homens ricos, esposas de homens honrados e afins. Pois Sara era uma mulher honrada, uma princesa, esposa de um homem rico, uma mulher bonita, idosa e avançada em anos, e senhora de uma família. Não são estas as desculpas pretendidas por muitas mães para não amamentarem elas mesmas os filhos?
2. A virgem Maria amamentou Jesus. Este exemplo deve ser notado especialmente pelas de condição mais humilde, pois a virgem Maria era jovem, pobre, perseguida, forçada a se mudar e fugir com seu filho de país em país. Não são estas as desculpas pretendidas por outras mães? Estes dois padrões não apenas recomendam o dever, mas também despojam todas as mães negligentes de qualquer desculpa. A estes podem ser

adicionados os exemplos de Ana (1Sm 1:22), da mãe de Davi (Sl 22:9) e de muitas outras. E se eu acrescentar o exemplo daquela mãe verdadeira, natural e afetuosa que se apresentou diante do trono de Salomão para pleitear por seu filho? Ela diz de si mesma: *Levantei-me para dar de mamar a meu filho, etc.* (1Rs 3:21). Se este não fosse um bom dever materno, ela não o teria alegado ali e naquele momento.

Os lugares da Escritura que tomam este dever como um assunto concedido e um caso resolvido são estes:

1. Onde Sara diz: *Quem diria a Abraão que Sara amamentaria filhos?* (Gn 21:7). Nesta frase, ela expõe a bênção de Deus ao dar a Abraão um filho por meio dela. Ora, ao expressar a bênção sob esta frase de dar de mamar, ela toma como certo que a mãe que gera filhos deve amamentá-los.
2. Onde Davi diz: *Fizeste-me esperar nos seios de minha mãe* (Sl 22:9), ele não apenas implica que sua mãe o amamentou, mas pela frase torna um caso resolvido que o filho que mama deve estar pendurado ao seio da mãe.
3. Onde Salomão diz: *Ah! quem me dera que fosses como meu irmão, que mamou os seios de minha mãe!* (Ct 8:1), ele também toma como certo que irmãos e irmãs, assim como saem do mesmo ventre, devem mamar os mesmos seios, os seios daquela de cujo ventre vieram, os seios de sua própria mãe.
4. Onde a mulher disse a Cristo: *Bem-aventurado o ventre que te trouxe e os seios em que mamaste* (Lc 11:27), ela toma como certo [como era prática comum naqueles dias] que os seios daquela mulher, cujo ventre o gerou, deram-lhe de mamar.

Estes argumentos temos da luz da palavra de Deus; outros podemos ter das obras de Deus e da luz da natureza, como:

1. Deus deu às mulheres dois seios aptos para conter e reter leite, e mamilos neles aptos para que o leite seja extraído. Por que estes foram dados assim? Para serem exibidos por ostentação? Não há garantia para isso em toda a palavra de Deus. Eles são dados diretamente para o alimento do filho que sai do ventre; pois, até que o filho nasça, não há leite nos seios: logo após o nascimento, o leite ordinariamente flui para os seios; sim, uma grande parte do alimento que elas comem transforma-se em leite. Elas tornam vã esta admirável obra da providência de Deus ao secarem esta fonte e não permitirem que seus filhos participem dos benefícios dela.
2. Aquele nutriente do qual o filho se alimentou no ventre materno, e pelo qual foi ali sustentado, transforma-se em leite e vem para os seios quando o filho sai do ventre. De onde podemos concluir que, de todo o leite das mulheres, o leite daquela mulher é o mais adequado para o filho de cujo ventre ele veio.
3. Juntamente com o leite passa um pouco da afeição e disposição da mãe; o que faz com que as mães amem mais os filhos a quem deram de mamar; sim, e muitas vezes tais filhos que mamaram nos seios de suas mães amam mais suas mães; sim, podemos observar muitos que mamaram o leite de outras pessoas amarem essas mães todos os dias de sua vida.
4. Outras coisas são nutridas pelo mesmo que as gerou. A terra da qual as plantas crescem ministra nutrição às referidas plantas; árvores que produzem frutos fornecem seiva a esse fruto, pelo qual ele cresce até a maturação; criaturas irracionais, e entre elas as feras mais selvagens,

como tigres e dragões, sim, monstros marinhos dão o peito aos seus filhotes; sobre o que o Profeta diz das mulheres que não amamentam seus filhos, que elas são mais cruéis do que esses monstros marinhos, *como os avestruzes no deserto* (Lm 4:3): pois o cruel avestruz e o odioso cuco são os dois tipos de criaturas notadas por deixarem seus filhotes para que outros os nutram; o avestruz deixa seus ovos no pó; o cuco deixa os seus nos ninhos de outros pássaros. Outras criaturas [se a natureza não lhes provê leite e tetas, como aos pássaros] alimentam seus filhotes de outras formas, mas por si mesmas.

5. Devo acrescentar outro argumento que a experiência diária confirma, a saber, a bênção de Deus sobre este dever materno: comumente, os filhos que são amamentados por suas mães prosperam melhor. As mães são mais ternas com eles e não suportam deixá-los chorando sem pegá-los e acalmá-los; enquanto as amas os deixarão chorar e chorar novamente, se estiverem ocupadas com algum assunto próprio. Pois quem são comumente escolhidas para serem amas? Justamente mulheres pobres do campo que têm muito trabalho a fazer e pouca ajuda; e assim são forçadas a deixar a criança deitada e chorando, muitas vezes até quase estourar. Crianças amamentadas por suas mães são, na maior parte, mais limpas e bem cuidadas, mais livres de doenças; não morrem tantas; tenho certeza de que não tantas são perdidas por negligência. O número de crianças entregues a amas que morrem todos os anos é muito grande. Tem sido observado em muitas aldeias rurais que a maior parte dos que morrem ali, de tempos em tempos, são crianças de amas. Não são as mães que poderiam ter amamentado seus próprios filhos, se

quisessem, cúmplices da morte daqueles que são perdidos pela negligência da ama?

Por estas e outras razões semelhantes, mulheres pagãs, e até selvagens, em todas as eras foram movidas a amamentar seus próprios filhos; e alguns filósofos pagãos instaram e pressionaram a necessidade deste dever. Nunca foi ele mais negligenciado do que entre aqueles que levam o nome de cristãos. Saibam as mães, de qualquer posição ou grau que sejam, que [fora do caso de necessidade] não têm autorização para entregar seus filhos a outras para amamentar. Não lemos em toda a Escritura de nenhuma mulher santa que jamais o tenha feito.

13. Sobre as objeções para entregar os filhos a amas de leite.

Objeção: Muitas amas são mencionadas na Escritura, como a ama de Rebeca (Gn 24:59), a ama de Mefibosete (2Sm 4:4), a ama de Joás (2Rs 11:2) e outras.

Resposta 1: Tais amas mencionadas na Escritura eram comumente amas secas. A ama de Rebeca foi com ela antes de ela se casar: como se pode pensar que ela era uma ama de leite? Poderiam saber quando Rebeca teria um filho? Ou, quando ela tivesse um, que Débora [a ama ali mencionada] (Gn 35:8) teria leite para ela? Diz-se que Noemi tornou-se ama do filho de Rute (Rt 4:16): ora, Noemi era velha, muito antes disso já passara da idade de ter filhos, sem marido por muitos anos: como, então, seria possível que ela desse o peito? Ela era, portanto, uma ama seca, como outras amas mencionadas na Escritura.

Resposta 2: As mães daquelas crianças que se diz terem amas [se essas amas fossem de leite] poderiam estar mortas; ou, se vivas, não serem capazes de dar o peito por falta de leite, de

mamilo ou por algum outro defeito semelhante; ou, se capazes, pecaram ao entregar seus filhos.

Resposta 3: Embora se diga que havia amas, em lugar nenhum se diz que uma mãe entregou seu filho para mamar.

Objeção: A filha de Faraó entregou o filho que tomou como seu para uma ama (Êx 2:7).

Resposta: Ela não gerou este filho, nem era a mãe natural dele, de modo que isto nada tem a ver com o propósito. Sim, isso depõe contra os objetores, visto que a verdadeira mãe deste filho o amamentou.

Objeção: A metáfora extraída de amas é frequentemente usada e aplicada a Deus (Nm 11:12) e aos ministros de Deus (1Ts 2:7).

Resposta 1: O uso de uma coisa por via de comparação e semelhança não a justifica simplesmente: veja-se o exemplo da parábola do mordomo infiel e de um ladrão (Lc 16:1).

Resposta 2: A metáfora pode ser extraída de uma ama seca tanto quanto de uma ama de leite: pois as comparações não são usadas sobre dar o peito, mas sobre carregar e levar nos braços, como as amas secas costumavam carregar as crianças.

Resposta 3: As metáforas são mais adequadamente extraídas de mães que são amas de seus próprios filhos.

Objeção: Muitas mães não têm tanta habilidade em dar o peito quanto as amas têm.

Resposta: Que aprendam, visto que é seu dever.

Objeção: Mães de grande riqueza e alta posição não podem suportar a dor da amamentação, nem ter o trabalho de lidar com crianças pequenas como elas devem ser lidadas.

Resposta 1: As maiores que existam devem dispor-se a cumprir aquele dever que Deus exige de suas mãos, embora seja com dor e esforço. Note-se o exemplo de Sara registrado anteriormente.

Resposta 2: Por isso, parece que, se outras mulheres pudessem carregar seus filhos no ventre por nove meses e suportar a dor do parto por eles, elas as contratariam para fazê-lo. Mas, visto que fazem um [a saber, carregar e dar à luz seus próprios filhos com duro trabalho], por que não deveriam fazer o outro? Se dizem que há uma necessidade inevitável de carregar e dar à luz seus filhos, respondo que a consciência deveria movê-las a amamentar aqueles filhos que a necessidade as forçou a dar à luz. Deus, por este último ato de amamentar os filhos, faz prova das mulheres se elas, por amor à consciência, cumprirão aquele dever que poderiam, se quisessem, delegar. Mas porque Deus sabia que muitos não farão mais do que a necessidade lhes impõe, Ele tornou impossível que as mulheres carreguem e deem à luz seus filhos por meio de outra pessoa.

Resposta 3: Se as mulheres se dispusessem com alegria a realizar este dever, muito da suposta dor e esforço seria diminuído.

Resposta 4: Embora não entreguem seus filhos a amas, elas podem, para seu conforto, contratar uma ajudante, desde que elas mesmas deem o peito.

Objeção: Uma mãe que tem um negócio ou que tem o cuidado de uma casa negligenciará muitos afazeres ao amamentar seu filho; e seu marido economizará mais dando meia coroa por semana a uma ama do que se sua esposa desse o peito ao filho.

Resposta: Nenhum negócio externo pertencente a uma mãe pode ser mais aceitável a Deus do que a amamentação de seu filho: este é o trabalho mais próprio de seu chamado especial; portanto, todos os outros afazeres devem ceder lugar a este, e este não deve ser deixado por nenhum outro negócio. Quanto à economia do marido ao entregar o filho a uma ama, nenhum ganho pode dar dispensa contra um dever obrigatório.

Objeção: Isso enfraquecerá as mulheres delicadas e belas e as fará parecer velhas cedo demais.

Resposta 1: A ordenança de Deus não deve ceder lugar à vaidade das mulheres. Sara era bela e idosa; a virgem Maria era bela e jovem.

Resposta 2: Secar o leite de uma mulher a enfraquecerá mais do que a sucção de seu filho; pois é um meio tanto de melhor saúde quanto de maior força, tanto para ter filhos quanto para lhes dar o peito. Mulheres estéreis e mulheres que dão à luz e entregam seus filhos para mamar fora são as mais sujeitas a doenças e fraquezas. A extração do leite de uma mulher por seu filho é um meio de obter e preservar um bom apetite, que é um grande preservativo da boa saúde.

Objeção: Os maridos são perturbados durante a noite e impedidos de dormir pelo fato de suas esposas darem o peito aos filhos.

Resposta 1: Por esta razão, nem as mães nem outras amas que têm maridos deveriam amamentar crianças.

Resposta 2: Visto que os filhos vêm dos lombos do pai, bem como do ventre da mãe, eles devem estar contentes em suportar alguma perturbação, assim como suas esposas, e tanto mais para

que possam ter mais piedade de suas esposas e oferecer-lhes a ajuda que puderem.

Objeção: Muitos maridos não permitem que suas esposas amamentem seus próprios filhos.

Resposta: Por ser um dever obrigatório, as esposas devem usar todos os meios que puderem, por si mesmas ou por outros, para persuadir seus maridos a deixá-las cumpri-lo: devem ter cuidado para não fazer disso um pretexto para cobrir sua própria preguiça e relutância a este dever: não podem se tornar cúmplices da falta de seus maridos providenciando uma ama e enviando o filho embora por si mesmas: se seus maridos insistirem em sua autoridade e não forem persuadidos por nenhum meio ao contrário, elas devem ser meras pacientes ao sofrer que o filho seja levado.

Objeção: Muitas mulheres pobres mantêm sua casa amamentando os filhos de outras pessoas.

Resposta: Se não estivessem empregadas dessa forma, poderiam esforçar-se em alguma outra coisa. Mas o ganho de uma não pode fazer com que outra negligencie seu dever.

Objeção: Algumas mães não podem dar o peito, não têm leite; outras não podem muito bem, por não terem mamilos, ou terem seios feridos, ou serem doentes, ou talvez terem uma doença tal que o filho, se mamasse de seu leite, a contrairia para si, e assim a sucção poderia provar-se muito perigosa para o filho.

Resposta 1: Deus não exige impossibilidades; por isso, ao propor o dever, coloquei esta ressalva: na medida em que forem capazes.

Resposta 2: Deus exige misericórdia e não sacrifício (Os 6:6; Mt 9:12): se, portanto, em verdade for assim que o dar o peito da mãe ao filho será perigoso para ela mesma ou para o filho, ela pode e deve abster-se; pois dar o peito é apenas como um sacrifício diante da prevenção do perigo, que é misericórdia. Mas as mulheres devem ter cuidado para não fingir incapacidade e perigo sem justa causa. Algumas são elas mesmas a causa da falta de leite porque não permitem que ele seja extraído; ou porque não usam meios [pois existem meios] para obter e aumentar o leite. Existem também meios para elevar mamilos onde os seios são muito planos. Recusar dar o peito muitas vezes causa certa enfermidade na mulher e seios feridos, o que poderia ser evitado com a sucção do filho. Se a ferida for apenas nos mamilos, uma mãe, suportando um pouco mais de dor, pode amamentar o filho com segurança. Muitas mães amamentaram seus filhos quando o sangue correu pela boca da criança devido a mamilos feridos, e ainda assim tanto a mãe quanto o filho ficaram muito bem.

Objeção: Diversos filhos, sendo amamentados pela mãe, morreram um após o outro.

Resposta: Uma busca devida e minuciosa deve ser feita por aqueles que são habilidosos; e se alguma causa for encontrada na mãe, então a regra se aplica: Misericórdia e não sacrifício; mas se nenhuma puder ser encontrada, o resultado deve ser confiado à providência de Deus; e o evento incerto não deve ser um impedimento para um dever conhecido.

Assim, a resposta às objeções mencionadas torna o ponto muito mais claro.

14. Sobre o dever do pai de encorajar sua esposa a amamentar seu filho.

O dever que cabe ao pai a este respeito é que ele encoraje sua esposa e a ajude com todas as coisas necessárias para o cumprimento deste dever. Nota-se de Elcana que ele permitiu que sua esposa ficasse em casa enquanto amamentava seu filho, e não a forçou a subir ao tabernáculo como sua outra esposa fez, mas deu-lhe todo o conforto e contentamento que pôde, dizendo-lhe: *Faze o que bem te parecer* (1Sm 1:23). E de Abraão nota-se que, depois que Sara terminou de amamentar o filho, ele deu um grande banquete, no dia em que Isaque foi desmamado (Gn 21:8): um dos fins do qual era testemunhar seu regozijo pela bênção de Deus sobre aquele dever materno tão bem cumprido.

15. Sobre as falhas contrárias à amamentação materna.

Contrário a este dever ofendem todas as mães que, por quaisquer interesses secundários, quando nenhuma necessidade o exige, entregam seus filhos para serem amamentados por outras.

1. Algumas o fazem por comodismo e sossego, porque não suportam ter seu sono interrompido ou ouvir seu filho resmungar e chorar.
2. Outras o fazem por melindre, porque têm relutância em expor seus seios ou sujar suas roupas.
3. Outras por orgulho, imaginando que sua beleza seria prejudicada e que pareceriam velhas cedo demais.
4. Outras por ganho, porque podem ter um filho amamentado fora por um preço mais baixo do que em casa, onde, pelo menos, teriam que contratar uma criada a mais.
5. Outras por prazer, para que possam cavalgar mais livremente e encontrar suas amigas.
6. Outras por outros interesses secundários: tudo o que argumenta muito amor-próprio, pouco amor ao filho e pouco respeito a Deus. Elas podem ser contadas apenas

como meias-mães; pois amamentar um filho é tanto quanto carregá-lo e dá-lo à luz.

16. Sobre a falha do pai em impedir a amamentação da esposa.

Da falha mencionada das mães tornam-se cúmplices todos os pais que proíbem suas esposas de amamentar seus filhos, ou que lhes são motivo de pesar por suas queixas de incômodo, desassossego e despesa; ou que não provêm as coisas necessárias, ou não as encorajam com tudo o que podem a fazê-lo. A dor e o esforço da mãe são maiores; é, em comparação, uma coisa pequena o que os pais podem suportar nisso. A falta deles, portanto, deve ser necessariamente maior, se de alguma forma forem a ocasião de o filho ser entregue a uma ama; o que notei preferencialmente porque os maridos, na maior parte, são a causa de suas esposas não amamentarem seus próprios filhos; e isso em parte por permitirem, e em parte por instigarem-nas a entregar seus filhos fora. Se os maridos estivessem dispostos a que suas esposas cumprissem este dever, e as persuadissem e encorajassem a isso, e lhes oferecessem as ajudas que pudessem, onde uma mãe agora amamenta seu filho, vinte o fariam.

17. Sobre o cuidado conjunto dos pais quanto ao batismo de seus filhos.

Há um dever adicional a ser cumprido pelos pais para com seus filhos, mesmo em sua infância, e isso no que diz respeito ao seu bem espiritual, que é este: Os pais devem providenciar para que seus filhos sejam devidamente batizados no tempo oportuno. Este é, de fato, um dever comum pertencente a ambos os pais, mas principalmente ao pai, e isso por duas razões:

1. O pai é o principal governante e tem a maior responsabilidade; consequentemente, ele deve ter o maior cuidado, mesmo em assuntos que são comuns a ambos.
2. A mãe, naquele momento, devido ao seu trabalho de parto e parto, está fraca e não em condições de ter sua cabeça muito ocupada com muitos cuidados; muito menos capaz de, por si mesma, tomar providências para assuntos tão pesados. Apenas o marido deve informar à sua esposa [se ela não estiver extraordinariamente fraca] qual é o seu propósito quanto ao lugar, tempo, maneira e outras circunstâncias semelhantes do batismo da criança, e aconselhar-se com ela sobre o nome, testemunhas e pontos semelhantes. E se o marido for muito atrasado e negligente, a esposa deve, na medida em que for capaz, lembrá-lo de seu dever nisso e estimulá-lo, por si mesma ou por outra pessoa, a cumpri-lo.

18. Sobre as razões para motivar os pais a providenciarem o batismo de seus filhos.

Que os pais são obrigados a providenciar o batismo para seus filhos, estas razões o declaram:

1. O mandamento de Deus concernente à circuncisão dos filhos: em cujo lugar o batismo sucede agora sob o Evangelho (Cl 2 :11-12). O mandamento de Deus para este dever foi dado primeiro a Abraão; e isso para si mesmo e para toda a sua posteridade observar (Gn 17:10). Depois disso, foi estabelecido na lei como um estatuto positivo (Lv 12:3).
2. A prática dos judeus em uma observância fiel e constante desta ordenança: como de Abraão (Gn 21:4); de Zacarias

e Isabel (Lc 1:59); de José e Maria (Lc 2:21) e muitos outros.

Objeção: Os filhos que nasceram no deserto não foram circuncidados (Js 5:5).

Resposta: Eles não tinham lugar de permanência no deserto, mas estavam sempre se mudando; de modo que teria sido perigoso para as crianças serem circuncidadas: naquele caso extraordinário, esta regra teve lugar: *Misericórdia quero, e não sacrifício* (Mt 12:7).

A prática dos cristãos (At 16:15, 33), que, crendo, foram batizados eles mesmos e toda a sua casa. Sob "toda a casa", as crianças devem necessariamente estar incluídas.

O abraço e a bênção de Cristo a tais crianças que Lhe foram trazidas: e Sua repreensão àqueles que queriam impedi-las de vir a Ele (Mt 19:13).

A promessa de Deus feita a eles (Gn 17:7): pois, vendo que Deus é tão gracioso a ponto de estender Sua promessa aos nossos filhos (At 2:39), nosso cuidado deve ser o de obter o selo que Deus oferece para a confirmação dessa promessa.

O direito que eles têm ao Reino de Deus (Mt 19:14). O batismo é uma evidência desse direito deles. É dever dos pais obter para eles essa evidência. Se os filhos têm justo título a quaisquer terras e rendas, ou a quaisquer honras e dignidades terrenas, os pais farão o que puderem para tornar esse título seguro para eles, mesmo em sua infância; muito mais cuidadosos deveriam ser para tornar aquela rica e gloriosa herança, que está reservada para eles no céu, tão segura para eles quanto puderem:

ora, não há melhor meio para a efetivação disso do que o batismo.

Sua concepção e nascimento no pecado (Sl 51:5). Os filhos extraíram contágio de seus pais: portanto, grande razão há para que seus pais providenciem que sejam lavados com a água da regeneração.

O conforto que do cumprimento deste dever surgirá para os pais cristãos, sim, e também para os próprios filhos quando chegarem à idade da compreensão. Quando os pais veem a aliança de Deus seguramente selada e confirmada aos seus filhos, eles não podem [se, ao menos, nutrem algum amor pelos seus filhos] senão muito se regozijar nisso. E deve também necessariamente confortar muito o filho quando [tendo entendimento] ele souber que desde a sua infância carregou o selo e o penhor da sua regeneração.

O costume constante e contínuo da verdadeira Igreja Católica, que, desde o tempo dos Apóstolos, tem concedido o sacramento do batismo às crianças.

19. Sobre os pais providenciarem para que seus filhos sejam devidamente batizados.

Havendo motivos tão fortes para incitar os pais a cumprirem esse dever [motivos que mostram ser este um dever de peso], mostrarei adiante como ele deve ser realizado.

Duas coisas devem ser observadas no batismo das crianças:

1. Que seja feito corretamente.

2. Que seja feito oportunamente. Na execução correta do batismo, algumas coisas são necessárias e outras convenientes.

As coisas necessárias são especialmente estas:

1. Que a criança seja batizada por um Ministro da palavra (Mt 28:19).
2. Que seja batizada com o elemento água: o único elemento santificado para esse propósito (Jo 3:5).
3. Que seja usada a forma prescrita por Cristo: *Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo* (Mt 28:19); pela qual a unidade da Divindade e a trindade de Pessoas são claramente estabelecidas.
4. Que seja usado o rito apropriado de aplicar a água ao corpo da criança, de modo que, pelo menos, o rosto da criança seja aspergido com ela.

As coisas convenientes são:

1. Que a criança seja batizada em um lugar público, onde o povo de Deus ordinariamente se reúne, sendo o local separado para o culto e serviço de Deus.
2. Que seja escolhido um momento em que uma assembleia de santos possa estar presente.

Essas duas circunstâncias devem ser observadas porque o batismo é uma das partes solenes do culto público de Deus; um penhor de nossa incorporação no corpo de Cristo e da comunhão de Seus santos e, portanto, deve ser realizado com maior solenidade [como um assunto de grande importância], diante de muitas testemunhas, com o auxílio das orações fiéis de uma assembleia de santos.

20. Sobre o cuidado dos pais em dar um nome adequado ao filho em seu batismo.

Uma terceira questão de grande conveniência sobre o batismo de uma criança é que os pais sejam cuidadosos em dar um nome adequado.

Cabe aos pais dar o nome ao filho: pois assim os pais santos [cujo padrão na Escritura nos é recomendado a esse respeito] o fizeram de tempos em tempos; e, como garantia para fazê-lo, vale notar que, quando Deus se agradou em designar um nome para uma criança, Ele encarregou o pai ou a mãe de nomeá-la assim, dizendo: *Chamarás o seu nome fulano* (Gn 17:19; Mt 1:21; Lc 1:13). Também é evidente que o momento do batismo é o mais adequado para dar o nome. Sob a Lei, os nomes das crianças eram dados na circuncisão (Lc 1:59; 2:21); e assim tem sido usado sob o Evangelho em todas as eras; e isso pelas seguintes razões:

1. Para que seus nomes sejam um testemunho de seu batismo.
2. Para que, sempre que ouvirem seus nomes, se lembrem de seu batismo.
3. Para que saibam como, pelo nome, são entregues a Cristo para serem Seus soldados e, portanto, não devem se afastar d'Ele.
4. Para que também tenham a certeza de que, sendo batizados com água e com o Espírito, pelo nome estão registrados no céu.

Ora, porque os nomes são dados tão solenemente e são de tão bom uso, é muito apropriado que nomes adequados sejam dados às crianças. E, para prova disso, observem-se os nomes que na Escritura são registrados como tendo sido dados pelo

próprio Deus e por homens e mulheres santos guiados por Seu Espírito; e descobriremos que são nomes santos, sóbrios e adequados.

Para orientação dos pais neste dever, estabelecerei alguns tipos de nomes que são adequados e condizentes com os cristãos:

1. Nomes que tenham algum bom significado: e, entre eles, os que são garantidos pela Escritura, como João [a graça de Deus], Jônatas [dom de Deus], André [viril], Clemente [manso], Simeão [obediente], Ana [graciosa], Prudência [prudente] e outros semelhantes; para que, assim, o nome os incite a buscar a virtude por ele significada.
2. Nomes que em tempos passados foram dados a pessoas de boa reputação, cuja vida é digna de nossa imitação, como Isaque, Davi, Pedro, Maria, Isabel e outros semelhantes; para que os nomes os movam a imitar esses vultos.
3. Nomes de nossos próprios antepassados e predecessores, para preservar a memória da família; o que parece ter sido uma prática antiga até mesmo entre o povo de Deus, visto que os amigos queriam que o filho de Zacarias se chamasse Zacarias (Lc 1:59); e quando a mãe teve justa causa para chamá-lo de João, eles responderam: *Ninguém há na tua parentela que se chame por este nome.*
4. Nomes usuais do país, que o costume tornou familiares, como Henrique, Eduardo, Roberto, Guilherme e outros semelhantes entre nós.

21. Sobre o cuidado dos pais em trazer seus filhos para serem batizados no tempo devido.

Embora os cristãos não estejam tão estritamente presos a um dia fixo como os judeus estavam ao oitavo dia, contudo, daquela direção estrita dada aos judeus, podemos concluir que não é apropriado para os cristãos adiar o batismo de seus filhos além de oito dias; pois uma criança pequena dessa idade pode, com mais facilidade e menos perigo, ser batizada do que circuncidada.

O tempo mais oportuno, a meu ver, é o dia em que o povo de Deus costuma se reunir publicamente para adorar a Deus no local onde a criança nasceu, logo após o nascimento, a menos que isso ocorra dentro de dois ou três dias após o parto, o que seria cedo demais tanto para a mãe quanto para a criança. Quer respeitemos a honra de Deus [cuja riqueza de misericórdia é vividamente exposta no sacramento do batismo], quer o bem de nosso filho [que naquele sacramento recebe um penhor e selo dessa rica misericórdia de Deus], o batismo é de grande consequência e, portanto, a primeira oportunidade de realizá-lo deve ser aproveitada. Pois os pais, por sua diligência e rapidez devida, dão evidência tanto de seu zelo pela glória de Deus quanto de seu desejo fervoroso pelo bem espiritual do filho.

22. Sobre as falhas dos pais ao negligenciarem o batismo de seus filhos.

Contrárias ao dever mencionado dos pais sobre o bom batismo de seus filhos, existem muitas aberrações, como:

1. A opinião corrupta dos Anabatistas, que negam a legalidade do batismo de crianças. Os argumentos anteriormente anotados são suficientes para calar suas bocas.
2. A prática dos Separatistas [aproximando-se demais do Anabatismo] que, fazendo objeções ao ministério e às

ordens de nossa Igreja, fazem o que podem para manter seus filhos longe desse Sacramento. Para esse fim, levam suas esposas prestes a dar à luz para um lugar estranho, onde não são conhecidos, e logo após o parto, retiram secretamente esposa, filho e tudo mais, para que o Magistrado não possa, contra a vontade deles, fazer com que o filho seja batizado; e, não tendo ministério próprio, nem meios de levar a criança para o exterior, mantêm-na por muitos anos sem batismo. Onde está a evidência de sua fé na promessa de Deus, de seu respeito à ordenança de Deus e de seu desejo pelo bem espiritual de seu filho? Embora seja um grande erro privar as crianças do batismo, o pecado recai sobre os pais que não providenciam o batismo para seus filhos, especialmente naquela idade em que os filhos não podem se opor.

3. A opinião e prática perversa de certos hereges antigos que, em vez de batizar as crianças com água, marcavam-nas com um ferro quente. Eles baseavam seu erro em uma interpretação falsa da frase: *Ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo*.

Resposta: Eles erram ao tomar a palavra "fogo" literal e propriamente, quando o sentido era místico e metafórico.

Resposta: Eles erram ao aplicar à ação externa de um Ministro o que se referia à operação interna de Cristo. Por essa má interpretação, eles contrariam o objetivo principal de quem primeiro usou essa frase, que era manifestar a diferença entre todos os outros Ministros e Cristo Jesus.

A opinião e prática daqueles que usam outras formas de batismo além desta: *Em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo*. Sua opinião e prática baseiam-se em certas frases concisas usadas pelos Apóstolos, tais como: *Batizados em nome*

de Jesus Cristo (At 2:38); Em nome do Senhor (At 10:48); Em nome do Senhor Jesus (At 19:5), etc.

Resposta: Essas frases expõem antes a própria substância e matéria interna do batismo do que a sua forma.

A opinião e prática daqueles que não se importam por quem seus filhos são batizados, sejam hereges, idólatras, leigos ou mulheres. Pouco consideram o conforto da consciência e a força da fé que advêm do fato de um Ministro legítimo, no lugar e nome de Deus, como embaixador de Deus, colocar o selo de Deus em Sua aliança.

A prática daqueles que [não sei por qual melindre ou posição] fazem questão de que seus filhos sejam batizados em casa, em sua casa particular. Essa maneira de batizar retira muito da honra dessa alta ordenança, que deve ser feita com toda a solenidade decorosa possível.

A prática daqueles que trazem o filho à Igreja para ser batizado acompanhado apenas pela parteira e três testemunhas. Seria quase o mesmo que ser batizado em uma casa particular; pois não são as paredes da Igreja, mas a assembleia dos santos que acrescenta honra ao Sacramento e deve ser, acima de tudo, respeitada.

A prática daqueles que, por posição, ou por grandes testemunhas, ou por outros interesses secundários, adiam o batismo de seus filhos por mais tempo do que o adequado — alguns duas ou três semanas, alguns dois ou três meses, outros mais. Com isso, mostram pouca estima por este sacramento, preferindo meras circunstâncias de etiqueta a um assunto de tamanha importância. Deus frequentemente mostra Sua justa

indignação contra tais pessoas, levando seus filhos sem batismo antes que chegue o tempo por eles marcado.

A prática daqueles que não se importam com os nomes pagãos, idólatras ou ridículos que dão aos seus filhos. Que respeito mostram eles a Deus, em cujo nome o filho é batizado, ou ao próprio santo sacramento, ou à congregação de santos diante da qual o nome é dado, ou à própria criança, que carregará esse nome por toda a vida?

23. Sobre os pais proverem as coisas necessárias para a vida e saúde de seus filhos.

Até aqui tratamos dos deveres dos pais em relação à infância de seus filhos. Seguem-se os que dizem respeito à meninice. Muitos distinguem todo o curso da vida de um homem em quatro partes: 1. Meninice, 2. Juventude, 3. Idade adulta e 4. Velhice. A meninice, do nascimento aos 14 anos. A juventude, dos 14 aos 25. A idade adulta, dos 25 aos 50. A velhice, daí até a morte. Mas, para melhor distinguir os deveres que os pais devem realizar, não sigo uma divisão tão precisa, mas prefiro distinguir os graus de idade de acordo com os tempos em que novos deveres devem ser realizados; e, portanto, faço uma distinção entre a primeira infância e a meninice.

A meninice de uma criança é contada desde o momento em que ela começa a ter algum discernimento e entendimento até que esteja apta para ser encaminhada para fora; enquanto viver ordinariamente sob o governo dos pais. Os deveres que os pais devem realizar para com seus filhos neste período podem ser reduzidos a estes dois tópicos:

1. Cuidado em criá-los.
2. Cuidado em encaminhá-los.

Para sua boa formação, deve-se ter respeito tanto ao seu bem temporal quanto ao seu bem espiritual. Duas coisas são exigidas dos pais em relação ao bem temporal de seus filhos:

1. Nutri-los bem.
2. Educá-los bem.

Os filhos devem ser bem alimentados e ensinados. *Criai-os na disciplina*, diz o Apóstolo. Sob a nutrição estão compreendidas todas as coisas necessárias para a saúde e a vida, que os pais devem prover para seus filhos, como:

1. Alimento, que Cristo toma como um caso resolvido. De onde Ele extrai Seu argumento para mostrar que Deus proverá para Seus filhos: *Qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir pão, lhe dará uma pedra?* etc. (Mt 7:9-11).
2. Vestuário, pois é expressamente notado que Israel fez para seu filho uma túnica (Gn 37:3).
3. Recreação, que em crianças pequenas é especialmente necessária para a saúde. Ao dizer aos judeus, em tom de bênção, que meninos e meninas brincariam nas ruas, Zacarias implica que é uma coisa lícita e apropriada, que os pais devem permitir aos seus filhos. Mas o tempo, a medida e o tipo de recreação devem ser bem ordenados.
4. Meios para a recuperação da saúde quando estão doentes: foi para esse fim que Jeroboão enviou sua esposa ao Profeta em favor de seu filho que estava doente (1Rs 14:2); que o oficial real veio a Cristo por seu filho que estava à morte (Jo 4:47); e que muitos outros vieram a Ele por seus filhos e filhas enfermos. Quaisquer outras coisas que sejam necessárias, os pais devem prover para seus filhos conforme suas posses; caso contrário, o Apóstolo os considera piores que os

infiéis (1 Tm 5:8). Tanto a equidade quanto a necessidade exigem isso dos pais.

A equidade, porque os filhos devem todo o seu esforço e serviço aos pais enquanto estão sob sua tutela e estão totalmente sob seu comando, e, nesse sentido, não têm meios de prover as coisas necessárias senão pela ajuda dos pais. Os pais, portanto, por todo direito, devem ser úteis a eles nisso.

A necessidade, porque, se a vida e a saúde dos filhos não forem bem providas, nenhum dever, nenhum serviço poderá ser esperado de suas mãos.

24. Sobre a excessiva avareza e descuido dos pais para com seus filhos.

Existem dois extremos contrários ao mencionado cuidado providente dos pais pelo bem de seus filhos: Na falta, a Avareza. No excesso, a Prodigalidade.

Alguns pais falham tanto por falta que quase matam seus filhos de fome por carência do necessário: não lhes fornecendo alimento saudável suficiente, nem vestuário adequado e decoroso, mas permitindo que andem esfarrapados como filhos de mendigos; se ficam doentes, Deus pode curá-los se quiser, mas os pais não usam meios; quando estão bem, não lhes concedem tempo para se refrescarem com qualquer recreação, mas os mantêm sob um rigor excessivo. Não há apenas falta de caridade, mas pura falta de naturalidade em tais pais; agem pior que as feras mais cruéis. Pois as feras selvagens provêm com muita ternura para seus filhotes.

25. Sobre a excessiva prodigalidade e indulgência dos pais para com seus filhos.

Outros excedem-se tanto nos excessos, alimentando-os com iguarias demais, vestindo-os com roupas espalhafatasas, mimando-os excessivamente e deixando-os gastar tempo demais em jogos e brincadeiras. Muitos e grandes são os males que daí decorrem, como:

1. Aqueles que na infância são alimentados com iguarias e mimados demais, além de serem, na maioria das vezes, mais doentios, tornar-se-ão com o tempo tão enjoados e exigentes com a comida que seus pais não saberão o que lhes prover ou quando lhes dar: *A alma farta pisa o favo de mel* (Pv 27:7). Sim, se um estranho chega à mesa onde tal criança está sentada, logo perceberá que ela foi alimentada com excesso de mimos. Se, desde o início, as crianças forem alimentadas com uma dieta comum e moderada, elas terão depois melhor saúde e disposição, e também aceitarão com mais contentamento e gratidão o que lhes for provido. Mas o excesso gera doenças tanto no corpo quanto na mente.
2. A vaidade no vestuário também corrompe muito as crianças pequenas; pois há nelas, desde o berço, uma disposição natural para o luxo exterior. Ora, para os pais as enfeitarem assim, o que é senão soprar o fogo dessa vaidade e fazê-lo subir em uma chama tal que, com o tempo, pode queimar os próprios pais e consumir totalmente os filhos? E, no entanto, quão comum é essa falha? Quão monstruosamente muitos pais ofendem nisso? Qual moda tola usada pelos maiores fanfarrões e pelas mulheres mais levianas que eles não impõem aos seus filhos, e isso quando as crianças nem são capazes de distinguir entre tecidos ou cores? O que isso pode proclamar senão o orgulho e a tolice dos pais? Criadas orgulhosas são muitas vezes os instrumentos para enfeitar as crianças [especialmente quando são

pequenas] mais do que o adequado; mas a culpa recai sobre os pais por permitirem isso.

3. Cuidar das crianças com mimos excessivos faz com que sejam crianças por tempo demais e as torna frágeis; e frequentemente altera uma boa constituição física. Alguns são tão excessivamente zelosos com seus filhos que, se a criança se queixa minimamente ou recusa a comida [seja por enjoo ou por estar cheia], o médico deve ser chamado imediatamente e o boticário consultado, e a criança, com uma bondade suposta e simiesca, torna-se muito pior.
4. O excesso de brincadeiras torna-as selvagens, rudes, inaptas para serem treinadas em qualquer boa vocação, e consome seus espíritos e gasta suas forças excessivamente. No entanto, muitos pais não se importam com quanto tempo seus filhos passam brincando e quão pouco passam aprendendo; acham que os entedia demais mantê-los na escola ou em qualquer aprendizado; enquanto, na verdade, o excesso de brincadeira os torna mais tolos, e o aprendizado aguçaria muito sua inteligência.

26. Sobre a boa criação dos filhos.

Refiro a boa criação em parte ao bem temporal dos filhos porque [como ouviremos adiante nos detalhes] é um meio especial para o bem-estar temporal externo do filho, mesmo neste mundo. A menos que isso seja adicionado à nutrição, em que os homens e mulheres racionais excedem as feras irracionais? As feras mais cruéis são muito ternas [como ouvimos antes] com seus filhotes, nutrindo-os e provendo todas as coisas necessárias até que possam se virar sozinhos. Mas, como Deus deu ao homem uma alma racional e uma mente capaz de entender, capacidade, docilidade e aptidão para aprender, os pais devem fazer uso

dessas partes e dons, para que, por falta de uso, não se percam com o tempo; e assim os filhos provem ser pouco melhores que brutos. Nesse sentido, o provérbio é verdadeiro: "melhor não ser alimentado do que não ser ensinado". A experiência mostra que uma boa educação é melhor do que uma grande herança. O Espírito Santo pressiona muito este ponto aos pais, como ouviremos depois nos detalhes. Pois tratarei destes três pontos:

1. Os tipos de criação.
2. O tempo em que deve ser feita.
3. Os meios de fazê-la bem.

27. Sobre a negligência dos pais na criação dos filhos.

Contrária à boa criação é a liberdade excessiva, que frequentemente traz muita desgraça e ruína total sobre os filhos; é a maior inimiga que pode haver da boa educação e a ama de todos os vícios. No entanto, muitos pais não se importam em deixar seus filhos viverem como bem entendem; todo o cuidado que tomam é que sejam alimentados e vestidos. Esta é uma falha comum tanto de pais ricos quanto de pobres. Os ricos fingem que seus filhos não precisam de educação porque têm o suficiente para lhes deixar; sem saber que a educação é um meio especial para fazê-los manter e usar bem esse "suficiente". Os pobres fingem que não são capazes de criar seus filhos para nada; sem considerar que o Senhor, por Sua providência, ordenou os assuntos dos homens de tal modo que, assim como há empregos adequados para os maiores, também há para os menores, que podem ser usados sem muito custo. A culpa, portanto, reside inteiramente na negligência dos pais. E se, por causa disso, os filhos caírem em qualquer devassidão, seus pais responderão por isso.

28. Sobre os pais ensinarem bons modos aos seus filhos.

A criação dos filhos mencionada anteriormente consiste em:

1. Ensinar-lhes bons modos.
2. Treiná-los para uma boa vocação.

Não apenas os pagãos e outros moralistas, que eram meros homens civis naturais, mas também o próprio Espírito Santo prescreveu muitas regras de bons modos e muito as instou e pressionou.

1. A palavra "criação" (veja Tratado 1, Seção 119) mencionada pelo Apóstolo neste texto que temos em mãos implica isso; e a frase que Salomão usa: *Ensina a criança no caminho em que deve andar* (Pv 22:6); isto é, ensina-lhe como ordenar o curso de sua vida.
2. Os muitos preceitos de reverenciar nossos superiores e de nos portarmos com respeito uns para com os outros são regras de bons modos. Existem muitos desses na Escritura (Lv 19:32; Pv 25:6; Lc 14:8).
3. Essas regras são recomendadas por muitos exemplos de homens santos registrados na Escritura (Gn 23:7; 43:33; Jó 32:4, 6).
4. Aqueles que falharam nas regras de bons modos e se portaram rudemente são reprovados pelo Espírito Santo (Jó 30:1, 12; Lc 14:7).

Nem é sem boa razão que este ponto é tão exposto. Pois:

1. Os bons modos são algo muito decoroso e apropriado. Mas convém aos cristãos fazer todas as coisas decentemente (1Co 14:40). Essa decência não deve ser aplicada apenas aos assuntos da Igreja de Deus, mas também a todo o curso de nossa vida, aspecto em que somos ordenados a caminhar decentemente (Rm 13:13;

- 1Ts 4:12), isto é, a ordenar todas as nossas ações e todo o curso de nossa vida de maneira educada.
2. Eles são algo de boa reputação, tanto para os pais quanto para os filhos. Ora, devemos fazer todas as coisas que são de boa reputação (Fp 4:8).
 3. Eles produzem um tipo de deleite, amor e admiração naqueles que os observam, como se nota da Rainha de Sabá quando viu o comportamento decoroso dos servos de Salomão (1Rs 10:5); e dos egípcios quando viram a ordem com que se sentaram os irmãos de José (Gn 43:33).
 4. Eles são um ornamento externo para a piedade e a religião, e fazem com que estas sejam muito mais respeitadas; nesse sentido, São Pedro exortou as esposas crentes a ordenarem bem sua conduta diante de maridos infiéis (1Pe 3:1); e São Paulo exorta todos os tipos de cristãos a caminharem decentemente para com os que estão de fora (1Ts 4:12). Tendo o Espírito Santo instado assim o ponto dos bons modos, não podemos pensar que seja uma mera questão de etiqueta ou um ponto desnecessário, mas um dever obrigatório.

29. Sobre as objeções contra os bons modos.

Objeção: A religião e a graça não consistem em bons modos; muitos que não têm uma centelha do temor de Deus em seus corações são capazes de se portar em seu comportamento externo de forma muito ordeira e educada.

Resposta: Embora a graça não consista inteiramente nisso, contudo a graça não pode existir bem sem isso; é um grande ornamento e decoreio para ela. E embora a educação possa estar separada do temor de Deus, o temor de Deus não estará separado dela. A graça restritiva pode estar naquele que não tem graça

renovadora; mas a graça renovadora pressupõe a graça restritiva, assim como a razão pressupõe os sentidos, embora os sentidos possam existir sem a razão. Se aqueles que não temem a Deus podem se portar de forma decorosa e educada, que vergonha é para aqueles que parecem temer a Deus não o fazerem? Não serão aqueles testemunhas contra estes?

Objeção: Os bons modos são um impedimento para a graça; aqueles que são mais diligentes em ensinar ou praticar um são comumente mais negligentes no outro.

Resposta: Isso é um mero cavilo. Tenho certeza de que a graça não é impedimento para os bons modos. Se alguém faz dos bons modos um impedimento para a graça, a culpa é dele.

Objeção: Os bons modos para a graça são como o hortelã, o endro e o cominho para as coisas grandes e pesadas da lei.

Resposta: Admitamos que seja assim; contudo, visto que ambos podem coexistir, por que deveriam ser separados? A regra de Cristo é esta: Devíeis fazer estas coisas, sem omitir aquelas (Mt 23:23).

Objeção: Muitos que fazem grande demonstração de religião são muito rudes e mal-educados.

Resposta: Se neles há apenas uma aparência de religião, não é de admirar que não tenham modos. Se fossem mostrados alguns exemplos de pessoas verdadeiramente religiosas que carecem de bons modos, o padrão delas não serve de precedente, muito menos pode provar que não seja um dever aquilo que a palavra de Deus estabeleceu como tal. Muitos que realizam bem alguns deveres falham muito em outros. Quem, afinal, segue a Palavra de Deus como deveria em todas as coisas?

30. Sobre os pais permitirem que seus filhos sejam criados rudemente.

Contrária ao cuidado dos pais em ensinar bons modos aos filhos é a dissolução: quando os pais permitem que seus filhos cresçam na grosseria, não se importando como se portam em casa ou fora, para com seus pais ou para com os outros. A criação rude faz com que os filhos tenham uma disposição torta, perversa, teimosa, grosseira, arrogante e agressiva; por outro lado, a boa educação nesse sentido gera ingenuidade, amabilidade, cortesia e bondade. Se aqueles que são criados rudemente são filhos de professantes da verdadeira religião, trazem uma mancha sobre sua profissão; sim, desonram a Deus, como se Ele fosse o autor da falta de modos e da confusão, contra o que o Espírito Santo nos protege (1Co 14:33); e tornam a si mesmos e a seus filhos um objeto de escárnio aos olhos e boca de pessoas profanas, que estarão prontas a apontar e dizer: "Vejam os filhos dos crentes, quão rudemente são criados e mal ensinados; não têm sequer bons modos neles". Para evitar essa mancha, os professores e todos os que têm a responsabilidade de formar crianças pequenas devem ser uma ajuda aos pais no ensino de bons modos.

31. Sobre os pais treinarem seus filhos para alguma boa vocação.

O segundo ramo da boa criação é o treinamento dos filhos para uma boa vocação. Esta ordem — *Ensina a criança no caminho em que deve andar* (Pv 22:6) — tende diretamente a esse propósito. Este dever tem sido realizado pelos pais desde o início do mundo, e sua execução é elogiada pelo Espírito Santo. Adão criou seus filhos para vocações diferentes: um era pastor de ovelhas, outro lavrador da terra (Gn 4:2). O mesmo se nota dos filhos de Jacó (Gn 37:12), de Labão (Gn 29:9), das filhas de Reuel (Êx 2:16) e de muitos outros. Muito bem pode advir disso

para os próprios pais, para seus filhos e para as pessoas e lugares onde tais filhos viverão:

1. Uma boa vocação é um meio especial para os filhos se manterem e à sua família, para socorrerem os necessitados, para aliviarem seus pais e [se a necessidade dos pais exigir] para socorrê-los e mantê-los.
2. É aquele caminho no qual os anjos de Deus têm a ordem de guardá-los enquanto nele andam (Sl 91:11).
3. É um meio no qual e pelo qual podem ser úteis à sociedade onde vivem.
4. É o melhor lugar onde os deveres gerais do cristianismo podem ser mais manifestados e melhor realizados.
5. É o melhor meio ordinário que pode ser prescrito para manter um filho longe das vaidades da juventude, da busca imoderada de prazeres, de jogos ilícitos, da ociosidade, de más companhias e males semelhantes; os quais, sendo pecados em si mesmos, são também ocasiões e provocações para outros pecados mais graves e enormes, e provam ser a própria ruína da juventude.

Objeção: Muitos pais têm boas terras para deixar aos seus filhos; que necessidade há de uma vocação para tais pessoas?

Resposta 1: Muitas terras podem ser logo consumidas por quem não tem habilidade para usá-las bem.

Resposta 2: O sustento é apenas um dos fins de uma vocação, e não o principal e mais importante.

Resposta 3: Mais bem pode ser feito pela habilidade em uma vocação do que por uma grande quantidade de terras.

Resposta 4: Nascemos para os outros, bem como para nós mesmos; não é, portanto, suficiente dizer: "Tenho o suficiente para me manter".

32. Sobre o cuidado dos pais em escolher uma vocação adequada para seus filhos.

Sendo declarado que o ponto em geral é um dever, acrescentarei algumas orientações para o melhor cumprimento dele.

1. Os filhos devem ser treinados naquelas coisas que são a base de todas as vocações, como leitura, escrita e princípios de aprendizado. Seja qual for a vocação particular, estas serão de grande utilidade para qualquer pessoa. Muitos que não as aprenderam no início dariam muito por elas depois. Os pais, no início, poderiam ensinar essas coisas aos seus filhos com muita facilidade e pouco custo, as quais, mais tarde, não podem ser tão bem aprendidas, em parte por falta de lazer e em parte porque as faculdades daqueles que já têm mais idade não são tão frescas e aptas para aprender como eram na infância. Essas coisas não devem ser desprezadas como pequenas, pois sem elas as grandes coisas não podem subsistir.
2. A vocação para a qual os filhos são treinados deve ser lícita, aprovada pela palavra de Deus e não contrária às suas regras gerais: assim poderão manter uma boa consciência no exercício dela.
3. A vocação deve ser adequada ao filho que está sendo treinado para ela. Assim como existem diversas vocações, também existem diversas habilidades em diferentes filhos: alguns são mais aptos para vocações de intelecto e aprendizado; outros para vocações que exigem um corpo capaz e forte. Nisso, a sábia

providência de Deus é muito louvável: pois assim os homens são muito mais úteis uns aos outros. Ora, para a escolha de uma vocação adequada, deve-se observar devidamente a melhor habilidade da criança, em que ela consiste especialmente, se no exercício da mente ou do corpo; e também a sua inclinação, para qual vocação ela está mais disposta.

4. Entre as vocações adequadas [pois pode haver muitas], aquela que é melhor e mais excelente deve ser preferida. Para este propósito, não inadequadamente posso aplicar o que diz o Apóstolo: *procurai com zelo os melhores dons* (1Co 12:31).

Com base nisso, exortem-se os pais a treinarem os filhos que acharem aptos para a grande e pesada vocação do ministério: nenhuma vocação na qual alguém possa fazer mais bem e na qual [se forem Ministros capazes e fiéis] possam receber mais conforto e contentamento. Esta exortação deve ser tanto mais considerada porque, em comparação com aqueles que são treinados para outras vocações, tão poucos são treinados para esta.

33. Sobre as falhas dos pais contrárias ao seu dever de treinar seus filhos em uma vocação.

Pelo contrário, muitos pais ofendem muito ao não treinarem seus filhos em uma vocação como deveriam. E a ofensa nesse sentido é cometida de várias maneiras. Como:

1. Quando os pais permitem que seus filhos vivam como "pequenos mestres" em casa e passem toda a sua juventude na ociosidade. Assim, eles se tornam verdadeiros zangões e lagartas na sociedade: se têm um patrimônio, logo o desperdiçam; se não têm nenhum,

frequentemente tornam-se ladrões ou mendigos: estão prontos para todas as companhias e são a presa mais fácil para o diabo que pode existir: pois são como a casa *vazia, varrida e adornada* (Mt 12:44), a qual, quando o espírito maligno a avista, logo nela entra com outros sete espíritos piores que ele.

Diz-se que o sábio legislador entre os pagãos ordenou que o filho que não tivesse sido ensinado em nenhuma arte por seus pais não deveria ser forçado a sustentá-los, ainda que fossem velhos ou pobres. Alego isso não para justificar a lei [pois ela é contra a regra cristã de vencer o mal com o bem], mas para mostrar como os próprios pagãos julgavam a negligência desse dever como uma grande falha nos pais.

2. Quando os pais negligenciam ensinar aos seus filhos, na infância, as bases gerais e comuns de todas as vocações: alguns por avareza, outros por descuido. Assim, os homens pobres tornam seus filhos inaptos para muitos meios pelos quais poderiam se sustentar bem; e os homens ricos tornam os seus inaptos para a magistratura e para a boa sociedade. Sim, pobres e ricos são assim criados ainda mais na ignorância e tornados mais inaptos para lucrar com a pregação da palavra e outros meios de edificação espiritual.
3. Quando os pais criam seus filhos em vocações injustificáveis e ilícitas, como pertencer a ordens papistas e idólatras; servir a papistas; ser atores de teatro, donos de casas de jogo, etc. Alguns [o que é horrível de pensar] treinam suas filhas para serem meretrizes comuns; e alguns [o que é ainda mais horrível] treinam seus filhos para serem feiticeiros e bruxos. Como podem eles manter uma boa consciência nestas coisas, quando

as próprias obras de sua vocação são pecado? Não é isso empurrá-los de cabeça para o inferno? Aqueles que assim prendem seus filhos aos sacrilégios do diabo são assassinos espirituais deles.

4. Quando os pais não têm nenhum respeito pela adequação da vocação: como quando treinam filhos de corpos robustos, mas de capacidade lenta e embotada, de língua gaga e outras imperfeições semelhantes, para o aprendizado, no qual provam ser verdadeiros ignorantes e perdem todo o seu tempo, ou não são capazes de fazer uso do aprendizado que possuem; ou quando treinam filhos que têm grande inclinação para o aprendizado, e são muito aptos para isso, em algum outro ofício que, após muitos anos gastos nele, são forçados a abandonar.
5. Quando os pais buscam apenas o ofício mais lucrativo e nunca pensam em educar seus filhos visando, acima de tudo, a honra de Deus. Como podem tais pais esperar a bênção de Deus sobre os meios usados para o bem de seus filhos? É por isso que entre os papistas tantos são treinados para ordens e funções eclesiásticas, e tão poucos entre os protestantes. Pois há muito sustento e rendas para tais entre os papistas, mas pouco em comparação entre os protestantes.

34. Sobre os pais ensinarem piedade aos seus filhos.

O bem espiritual dos filhos, e isso ainda na infância, deve ser buscado pelos pais tanto quanto o bem temporal. Portanto, os pais devem treinar seus filhos na verdadeira piedade. Isso é expressamente ordenado em meu texto sob a frase *admoestação do Senhor*. Sob a lei, Deus tanto ordenou isso simplesmente (Dt 4:9; 6:7; 11:19; Sl 78:5-6), e isso com muita frequência, quanto ordenou diversos ritos externos (Êx 12:26; 13:14) e fez com que muitos monumentos visíveis e extraordinários fossem erguidos

(Js 4:6-7, 21), para que, por meio deles, os filhos tivessem ocasião de perguntar aos pais o mistério contido neles, e para que os pais, a partir dessa indagação dos filhos, aproveitassem a oportunidade para ensinar-lhes as ordenanças do Senhor (Dt 6:20).

Este encargo expresso do Senhor é ainda mais recomendado pela prática que pais santos, de tempos em tempos, demonstraram: veja-se os exemplos de Abraão (Gn 18:19), Davi (Pv 4:4), Bate-Seba (Pv 31:1), Loide e Eunice (2Tm 1:5), entre muitos outros.

1. A piedade é a melhor coisa que um pai pode ensinar ao seu filho: pois assim como a razão faz o homem diferir do animal, e como o aprendizado e a civilidade fazem o homem sábio e sóbrio diferir dos selvagens e fanfarrões, assim a piedade faz o cristão genuíno diferir muito mais do homem natural mais civilizado e ordeiro que possa existir. Aprendizado, civilidade, vocação, herança, nada são sem a piedade. Ora, é um ponto especial de sabedoria buscar o melhor bem que pudermos, tanto para nós mesmos quanto para nossos filhos; sim, este é um sinal evidente do verdadeiro amor de um pai pelo seu filho.
2. Há uma necessidade de que os filhos sejam ensinados na piedade, porque eles não nascem cristãos, mas são feitos cristãos: por natureza, eles são totalmente desprovidos de toda piedade; pois por natureza *toda a imaginação dos pensamentos do coração do homem é apenas má continuamente* (Gn 6:5) e, nesse aspecto, o homem *nasce como o filho de um jumento montês* (Jó 11:12), de modo que seria melhor para o homem não ter nascido do que não ser ensinado na piedade.
3. O encargo e o ofício dos pais os obrigam a ensinar piedade aos seus filhos: pois eles são constituídos por

Deus como atalaias sobre seus filhos; se, portanto, seus filhos viverem e morrerem na impiedade por negligência dos pais, o sangue deles será requerido das mãos dos pais: veja-se o exemplo de Eli (1Sm 3:13).

Objeção: Este dever pertence aos Ministros.

Resposta 1: Deus deu um encargo expresso sobre isso aos pais, como ouvimos antes.

Resposta 2: Na família, o pai é tudo para o seu filho: um Rei, um Sacerdote e um Profeta. Portanto, aquilo que um Ministro deve fazer em matéria de instrução na Igreja, o pai deve fazer em casa.

Resposta 3: Os filhos precisam de instrução diária: o esforço do pai nesse sentido deve ser somado ao do Ministro; e ambos são apenas o necessário.

Resposta 4: Os pais, tendo mais familiaridade com seus filhos do que os Ministros, devem necessariamente conhecer melhor sua capacidade e sua disposição; e assim podem saber melhor de que maneira instruí-los: se devem dar-lhes leite ou mantimento sólido, se devem lidar com eles com brandura ou com rigor.

Resposta 5: Instruções vindas dos pais são comumente aceitas com mais naturalidade do que as de outros; e os filhos as saborearão melhor quando vierem de seus pais. Dizem que uma planta crescerá melhor no solo de onde brotou primeiro: assim, as instruções vindas daqueles que tanto nos deram à luz quanto primeiro nos criaram têm probabilidade de fazer mais bem.

Resposta 6: Não há meio melhor para gerar amor no coração de um filho do que ser um instrumento para levar a piedade para dentro dele. Ora, quem deveria buscar mais o verdadeiro amor

de um filho do que o pai? Nesse aspecto, o pai está mais obrigado a este dever do que um Ministro.

Resposta 7: É impossível que um Ministro, que talvez tenha muitas centenas de crianças sob seu encargo, instrua bem a todas elas. É, portanto, requisito que cada pai cuide de seus próprios filhos.

Assim como as respostas distintas satisfazem a objeção, elas servem como outras tantas razões para reforçar o dever; portanto, prossigamos acrescentando outras razões.

1. Há grande equidade em que os pais ensinem piedade aos seus filhos, porque eles os conceberam e os deram à luz em iniquidade (Sl 51:5). Se permitirem que eles permaneçam e morram nesse estado corrupto, são mais cruéis que o avestruz e o dragão.
2. Os filhos são mais propriamente de Deus: nascidos para Deus (Ez 16:20-21): Ele é o Pai mais próprio deles: em comparação com Deus, os pais e mães da carne são apenas amas. Eles devem, portanto, criá-los na admoestação do Senhor.
3. A piedade é aquilo que, acima de todas as outras coisas, tornará o filho mais obediente e grato aos seus pais: pois assim há um vínculo duplo para prendê-lo: 1. seu nascimento, 2. seu novo nascimento: especialmente quando a causa de um foi também a causa do outro.
4. Nada pode tranquilizar mais o coração de um pai sábio em seu leito de morte, em relação aos seus filhos, do que a certeza de que a piedade está plantada neles: pois então ele pode, com confiança mais forte, recomendá-los à providência de Deus e, com maior certeza, esperar Sua bênção sobre eles depois que ele morrer.

5. Os pais, ao ensinarem piedade aos seus filhos, são um meio especial de propagar a verdadeira religião de era em era e de geração em geração. Nenhum meio melhor pode ser pensado. Pois se todos os pais fossem cuidadosos com seu dever nesse sentido, assim como há uma sucessão de filhos e, com isso, uma preservação da humanidade, também haveria uma sucessão daqueles que temem a Deus e, com isso, uma preservação da verdadeira religião. Meus filhos que são ensinados por mim podem ser pais de filhos e assim ensinar aos seus filhos aquilo que aprenderam de mim; sim, depois deles, os netos podem provar ser pais de outros filhos e eles ensinarem aos seus filhos o mesmo, e assim de era em era outros depois deles. Este é o meio da nossa parte: e em nosso tempo devemos fazer a nossa parte; e para aqueles que vêm depois de nós, deixar o resultado com Deus.

Não apenas o grande benefício deste ponto, mas também a negligência excessiva dele na maioria das famílias, moveu-me a insistir mais tempo nele e a pressioná-lo com mais força. Para o melhor cumprimento dele, acrescentarei algumas orientações.

35. Sobre orientar os pais sobre como ensinar a verdadeira piedade aos seus filhos.

Qualquer princípio de piedade que os pais ensinem aos seus filhos, devem ter certeza de que ele está fundamentado na palavra de Deus: é isso que a frase *admoestação do Senhor* implica. Assim, os pais terão a certeza de alimentá-los com bom e saudável alimento espiritual, tal que servirá para seu sustento espiritual e vida eterna. Nesse aspecto, os princípios da religião fundamentados na palavra de Deus são chamados de palavras *sãs* (2Tm 1:13), ou saudáveis, ou curativas: e isso tanto em

relação à sua matéria e substância quanto em relação ao seu efeito; eles causam e preservam uma boa, sã e espiritual saúde. Sabemos que os homens naturais têm o cuidado de dar aos seus filhos alimentos que sejam saudáveis para o corpo: [pois daria um pai que é mau ao seu filho uma pedra, ou uma serpente, e não aquilo que é bom? (Mt 7:9-11)]. A consciência deve mover os pais religiosos a terem o mesmo cuidado com as almas de seus filhos que a natureza ensina todos os pais a terem com seus corpos. Se os pais forem cuidadosos em extrair da palavra de Deus os princípios nos quais instruem seus filhos, terão a certeza de não envenenar suas almas com qualquer erro, heresia, superstição ou idolatria.

Quando os filhos começarem a ler, que leiam a Sagrada Escritura: assim Timóteo foi treinado desde a infância (2Tm 3:15). Assim, os filhos absorverão a religião junto com o aprendizado: pois há uma virtude secreta latente na Sagrada Escritura [que é a própria Palavra de Deus] mais do que em quaisquer livros de homens: de modo que, pela bênção de Deus, pode haver por esse meio uma obra interna da graça nos filhos, mesmo em seus primeiros anos. Além disso, nenhum livro é mais fácil do que muitas partes da Escritura; e nenhuma história são mais admiráveis e deleitosas do que as histórias da Escritura. É o conselho de um antigo Pai da Igreja que as crianças pequenas sejam familiarizadas com as palavras e nomes das Sagradas Escrituras e que, em vez de contos e fábulas, histórias escolhidas da Bíblia lhes sejam dadas a conhecer: e que sejam instruídas nos Provérbios de Salomão.

Que os filhos sejam catequizados constantemente, dia após dia: *tu as repetirás a teus filhos*, diz a Lei. Aquilo que é feito diariamente é dito na Escritura como sendo feito continuamente: como o sacrifício que era oferecido diariamente era chamado de oferta contínua. Aqui, note-se esta ressalva: que

ao dar este alimento espiritual, os pais lidem com seus filhos como amas e mães habilidosas fazem ao alimentar bebês: elas não enfiarão na boca mais do que o estômago é capaz de digerir de uma só vez, mas preferirão alimentá-los com um pouco frequentemente: assim, não é adequado que os pais sejam muito tediosos; isso apenas embotará o entendimento da criança, gerará cansaço e a tornará relutante em ser instruída novamente: *mas preceito sobre preceito, preceito sobre preceito, linha sobre linha, linha sobre linha, um pouco aqui, um pouco ali* (Is 28:10). Assim aprenderão com facilidade e prazer: e isso sendo feito com frequência, com o tempo uma grande medida de conhecimento será ganha. Se um vaso tem a boca pequena, não costumamos enchê-lo despejando baldes inteiros sobre ele, pois assim tudo pode ser derramado e ele receber pouco ou nada: mas deixamos o líquido cair aos poucos, de acordo com a capacidade da boca; assim nada se perde e o vaso se enche mais rápido. Assim se deve lidar com as crianças.

Aos tempos fixos de catequizar os filhos, acrescentem-se outras ocasiões de ensinar-lhes a piedade: como à mesa, assemelhando o alimento espiritual de suas almas àquele alimento corporal pelo qual seus corpos são nutridos: quando estiverem caminhando fora, mostrando-lhes as estrelas, como permanecem firmes em seu curso; as árvores, como dão fruto em sua estação; como todas as coisas são para o uso e benefício do homem, e a partir daí fazer usos espirituais: note-se a direção que para este propósito a Lei dá aos pais: *falarás delas sentado em tua casa, e andando pelo caminho, e ao deitar-te e ao levantar-te* (Dt 6:7).

Que os pais abram aos seus filhos os mistérios daqueles ritos externos que Deus ordenou em Sua Igreja, como a Pregação, o batismo de crianças, a administração da ceia do Senhor, o cessar do trabalho no dia do Senhor, e coisas

semelhantes (Êx 12:26; 13:14). Isso foi expressamente ordenado sob a Lei. Ritos visíveis são grandes auxílios para o entendimento fraco das crianças, quando são claramente explicados e aplicados: sim, são também meios especiais de manter na memória os mistérios contidos sob eles: como fios grossos ou arames são meios para preservar pérolas colocadas neles. Sempre que virem os ritos, serão lembrados dos mistérios implícitos neles.

A isto pode ser referida uma declaração de obras tão grandes e admiráveis como as que Deus em tempos passados fez por Sua Igreja: especialmente obras que foram feitas em seu tempo: e se houver memoriais remanescentes delas, que sejam dados a conhecer aos filhos. Esta direção também foi dada sob a lei, concernente aos monumentos que foram erguidos das grandes libertações que Deus deu ao Seu povo (Js 4:6, 21). Em particular, quando o dia da Conspiração da Pólvora é celebrado, os pais devem ensinar aos seus filhos a ocasião da celebração daquele dia. E conforme Deus faz quaisquer grandes obras de misericórdia ou de juízo, aponte-as aos filhos. Quando houver uma grande fome, peste ou qualquer mortalidade, instrua os filhos nas causas disso: quando houver vitória, fartura, paz ou algo semelhante, ensine aos filhos de onde estas coisas vêm. Coisas externas sensíveis são as que melhor funcionam com as crianças.

Que professores religiosos sejam escolhidos para os filhos: da mesma forma, outros mestres a quem os filhos são entregues: e casas religiosas, onde são colocados. Ana confiou seu primogênito ao velho Eli, um bom e religioso Sumo Sacerdote (1Sm 1:25). Se os próprios mestres forem religiosos, há boa esperança de que instruirão na piedade aqueles que estão sob eles: o que, se fizerem, que ajuda será para os pais! Se tanto pais quanto mestres se unirem nisso, deve ser necessariamente

muito proveitoso para os filhos. Se os pais falharem, os mestres podem fazer um bom suprimento.

Que os pais sejam para seus filhos um bom padrão e exemplo de piedade. *Eu e a minha casa*, diz Josué, *serviremos ao Senhor* (Js 24:15): ele se coloca primeiro como um guia para os demais. *Andarei em minha casa com um coração perfeito* (Sl 101:2), diz Davi, pelo que ele se faria um exemplo, tanto para os outros de sua família quanto para seus filhos. O exemplo é uma instrução real e adiciona um fio afiado à admoestação. Muito mais fará um pai religioso pela prática do que pelo preceito. Pois os filhos estão muito inclinados a seguir seus pais: se eles forem à frente, os filhos logo os seguirão. A prática é uma prova evidente da necessidade do preceito entregue.

36. Sobre as falhas dos pais contrárias ao seu dever de ensinar piedade aos seus filhos.

Muitas são as aberrações contrárias ao mencionado cuidado de ensinar a piedade. Pois:

1. A maioria dos pais se preocupa apenas com o bem temporal e civil de seus filhos: desde que seus filhos sejam bem alimentados e vestidos, e criados em alguma vocação lucrativa pela qual possam se sustentar bem neste mundo, pouco se pensa ou se cuida de sua vida espiritual neste mundo, ou da vida eterna no mundo por vir. Em que são esses pais melhores que os pagãos? Jó pensava de outra forma: ele era mais cuidadoso com as almas deles do que com seus corpos.
2. Muitos estão tão longe de ensinar a piedade que ensinam aos seus filhos a profanidade, o orgulho, a libertinagem, a mentira, o engano e princípios semelhantes do diabo. Teria sido melhor para tais filhos terem vivido entre feras

selvagens do que sob tais pais. Como os filhos por isso são empurrados de cabeça para o inferno, o sangue deles será requerido de seus pais.

3. Outros acham que basta que seus filhos sejam ensinados em uma religião, mas não importa qual religião. Tais são aqueles que, tendo parentes ricos, mas papistas, confiam seus filhos à educação de tais parentes, na esperança de algum benefício temporal que seus filhos possam colher deles. Se fossem tão descuidados com os corpos de seus filhos, seriam considerados pouco melhores que assassinos: e não é a alma mais preciosa que o corpo?
4. Tão longe estão muitos de catequizar seus filhos, e isso diariamente, que não lhes ensinam sequer a oração do Senhor, o Credo e os Dez Mandamentos. Nisso os papistas se levantarão em juízo contra eles, pois são muito diligentes em ensinar aos seus filhos o *Pater noster*, a *Ave Maria* e princípios latinos semelhantes, que as crianças não podem possivelmente entender.
5. Poucos usam os auxílios externos mencionados, como os ritos sagrados designados por Deus, as grandes e gloriosas obras de Deus, Suas obras extraordinárias de misericórdia ou juízo, para instruir seus filhos por meio delas. Como eles mesmos não se importam em notar tais coisas, também não se importam se seus filhos o fazem ou não.
6. Tanto preferem alguns um pouco de lucro vil ao verdadeiro bem de seus filhos, que não se importam com qual professor colocam seus filhos, seja ele profano, papista ou sem instrução, especialmente se for um parente ou um de seus amigos. Poucos fariam o mesmo em caso de saúde ou bens externos: mas antes buscariam o melhor médico ou o melhor advogado que pudessem. Os filhos frequentemente aprendem qualidades tão más

de seus professores que nunca mais conseguem se livrar delas.

7. Muitos provam ser padrões muito ruins para seus filhos e dão péssimo exemplo por profanidade, libertinagem, juramentos, bebedeiras, jogos ilícitos, etc. Estes pais, assim como deram à luz seus filhos no pecado, também os conduzem adiante para o inferno. Seu mau exemplo não é apenas um impedimento para a boa instrução de outros, mas também torna todos os seus próprios conselhos [se em algum momento dão algum bom conselho] vãos: pois a mão esquerda do mau exemplo logo derruba mais do que a mão direita da instrução pode construir novamente.

Para concluir, aqueles pais cujos filhos não são criados na instrução do Senhor mostram claramente que não consideram nem a salvação nem a condenação de suas almas.

37. Sobre instruir os filhos assim que forem capazes.

Até aqui tratamos dos Tipos de criação. Segue-se o Tempo dela. Ao tratar do tempo da boa criação, mostrarei:

1. Quando ela deve ser iniciada.
2. Por quanto tempo deve ser continuada.
3. Os pais devem começar a criar seus filhos assim que eles forem capazes de qualquer instrução.

Assim como os pássaros jovens são ensinados por suas mães a voar assim que suas asas podem carregá-los. *Ensina a criança*, diz Salomão, isto é, enquanto ela é jovem e tenra (Pv 22:6): e novamente, *o que o ama, a seu tempo o castiga [ou educa]*. Assim Samuel foi enviado quando era muito jovem para ser treinado sob Eli (1Sm 1:24), e Salomão foi instruído por seu

pai quando era tenro (Pv 4:3), e Timóteo foi ensinado nas Escrituras desde a infância (2Tm 3:15).

Existem tanto razões privativas quanto positivas para pressionar este ponto. Privativas, em relação aos males que podem ser evitados por meio disso. Positivas, em relação ao bem que pode ser ganho por meio disso.

Muitos são os males aos quais os filhos por natureza são propensos, assim como um solo fértil está sujeito a produzir muitas ervas daninhas: pois *a imaginação do coração do homem é má desde a sua juventude* (Gn 8:21): e *a estultícia está ligada ao coração da criança* (Pv 22:15). Se, portanto, não forem bem educados a tempo, o que se pode esperar senão os frutos do mal e da loucura? Mas a educação oportuna evitará tais frutos e será um excelente preservativo contra sua própria corrupção natural, contra as tentações de Satanás e contra os atrativos ou desânimos do mundo.

A continuidade no mal torna os filhos obstinados e inflexíveis nele. Os filhos de Eli, sendo permitidos a seguir na maldade até chegarem à maturidade, não quiseram depois dar ouvidos à voz de seu pai (1Sm 2:25). Qual criatura pode ser domada se não se começar enquanto ela é jovem?

Quando os filhos começam a ser capazes de instrução, eles são mais dóceis para seguir a direção de seus pais; como é evidente pelo curso comum da natureza em todas as coisas. Barro, cera e outras coisas semelhantes, enquanto estão macios, recebem qualquer impressão: ramos enquanto são tenros são curvados para qualquer lado: pássaros e feras são facilmente domados quando são jovens: o trigo semeado a tempo traz uma colheita oportuna e farta.

Aquilo que na infância é aprendido é retido por mais tempo: *Ensina a criança no caminho em que deve andar, e ainda quando for velho não se desviará dele* (Pv 22:6). Um vaso guarda por mais tempo aquele sabor com o qual foi temperado no início: e pela experiência podemos notar que os velhos lembram melhor das coisas que aprenderam na infância: sim, educando bem os filhos desde a infância, muito trabalho pode ser poupado depois: pois o uso constante da virtude a transforma em lei.

Objeção: Ensinar crianças enquanto são jovens é como ensinar um papagaio ou criaturas irracionais semelhantes: elas podem aprender o que lhes é ensinado, mas não podem compreendê-lo.

Resposta 1: Embora as crianças não tenham uma apreensão tão profunda enquanto são jovens quanto têm quando chegam a anos mais maduros, contudo, assim que são capazes de instrução, elas compreendem muito melhor o que lhes é ensinado do que as criaturas irracionais podem fazer.

Resposta 2: Ainda que isso fosse concedido, não se seguiria daí que é melhor não ser ensinado enquanto são jovens. Pois, primeiro, é melhor que sejam moldados e ajustados a um bom curso antes que possam discernir entre o bem e o mal, do que serem deixados a correr no mal até adquirirem um hábito nele; o qual, depois de adquirido, dificilmente será abandonado. Segundo, ensinando-os antes que possam compreender bem, sua apreensão é muito ajudada. Qual seria a razão para os filhos de reis e grandes homens terem comumente mais entendimento aos 12 ou 14 anos de idade do que os filhos de homens pobres e humildes aos 17 ou 18, senão que são instruídos mais cedo e melhor? Terceiro, conforme a idade traz seu entendimento a mais e mais maturidade, eles compreenderão cada vez mais aquilo que no início não entendiam tão bem. Quando os

estudantes aprendem pela primeira vez suas regras de latim, eles as aprendem meramente de cor, sem entender o significado delas, mas depois passam a fazer muito bom uso delas. Portanto, as crianças devem ser instruídas a tempo, tanto pelo benefício que pode ser colhido depois — como o trigo é semeado no inverno para receber a colheita no verão seguinte — quanto para evitar os males que podem surgir, para que não se tornem rebeldes contra seus pais.

38. Sobre o cuidado peculiar das mães na criação dos filhos pequenos.

A propósito, que as mães notem especialmente este ponto da educação oportuna, como um ponto que lhes pertence peculiarmente. A avó Loide (compare 2Tm 1:5 com 3:15) e a mãe Eunice primeiro ensinaram Timóteo. Bate-Seba ensinou Salomão quando ele era jovem (Pv 31:1). Muitas vezes Salomão adverte os filhos a não abandonarem o ensino de sua mãe (Pv 1:8; 6:20).

Com isso, ele implica que as mães devem ensinar seus filhos especialmente enquanto são jovens: dever este que pertence tanto a uma mãe que Salomão lança a culpa e a vergonha da negligência disso sobre ela (Pv 29:15); por outro lado, a honra de bem educar os filhos redonda especialmente para a mãe. É para esse propósito que os nomes particulares das mães dos reis são registrados na Escritura (1Rs 15:2, 10): sugerindo com isso que as mães foram uma causa principal da piedade ou impiedade de tais filhos. Salomão e Absalão tinham o mesmo pai, mas mães diferentes. Não podemos bem pensar que o cuidado da mãe de Salomão em instruí-lo foi um meio especial de sua piedade, e que a negligência da mãe de Absalão nesse dever foi alguma causa de sua impiedade? É expressamente notado da mãe de Acazias que ela era sua

conselheira para agir impiamente (2Cr 22:3), o que o tornou tão ímpio quanto foi. A experiência doméstica confirma o mesmo: pois se pai e mãe forem de religiões diferentes, a maioria dos filhos seguirá a mãe. Pois enquanto os filhos são jovens, a mãe é quem mais está à vista deles: ela os alimenta, ela os veste, ela cuida deles quando não estão bem [quando o filho da sunamita, estando doente, disse ao seu pai: *ai, a minha cabeça! ai, a minha cabeça!*, ele disse ao seu servo: *leva-o à sua mãe* (2Rs 4:19)]. Seus preceitos e prática, nesse aspecto, são os mais observados pelos filhos, e ela tem a melhor oportunidade para persuadi-los ao que ela mais gosta: de modo que o que aprendem em seus anos mais jovens, comumente aprendem de suas mães; e o que então aprendem, na maior parte das vezes, fixa-se mais profundamente neles e é retido por mais tempo, como foi notado antes (veja Seção 37).

Não pressionei este ponto em particular sobre as mães como se isentasse os pais de todo cuidado de educar seus filhos no início: pois em meu texto o Apóstolo nomeia os Pais: e Salomão diz que seu pai o ensinou mesmo enquanto ele era tenro: e Davi sentiu a dor de negligenciar seus outros filhos. É, portanto [como já foi provado antes], um dever conjunto pertencente a ambos. Os pais, portanto, devem fazer seu melhor esforço e ver que as mães também façam o delas, porque ele é o governante sobre o filho, a mãe e todos.

39. Sobre deixar passar o melhor tempo para a criação.

Contrária a isso é a negligência da maioria dos pais, que deixam os melhores anos, nos quais seus filhos são mais dóceis, passarem em libertinagem, vaidade e tolice; e assim perdem aquilo que nunca poderá ser recuperado: o tempo mais precioso. Daí resulta que, quando tentam corrigir seus filhos, encontramos excessivamente perversos e obstinados; muito parecidos

com um galho forte e grande de uma árvore que, se um homem tenta endireitar, não consegue fazê-lo dobrar facilmente; e, ainda que dobre, não permanecerá como ele desejaria; antes, é provável que quebre em vez de dobrar muito. Tal ramo foi Adonias. É evidente que em sua infância ele não foi bem criado, pois seu pai não o contrariou desde a sua infância (1Rs 1:6).

O fato de o pai transferir este dever para a mãe, e a mãe transferi-lo para o pai, é uma grande causa da negligência do mesmo. Se ambos estivessem convencidos de que o dever pertence a ambos e, nesse sentido, se ajudassem mutuamente conforme suas forças, os filhos seriam muito melhor instruídos.

40. Sobre os pais continuarem a criar seus filhos.

Assim como os pais devem começar cedo a criar seus filhos, devem também perseverar nisso enquanto mantiverem qualquer governo sobre eles; sim, enquanto permanecerem como pais para eles. Pode haver alguma diferença na maneira de realizar este dever: pois as crianças devem ser tratadas como crianças, e aqueles que já têm mais idade e entendimento maduro devem ser tratados de acordo; contudo, os pais devem sempre ter cuidado com o bem-estar deles. A palavra usada em meu texto e traduzida como "Filhos" é uma palavra geral que, na Escritura e em outros escritores, é usada para designar todo tipo de filhos, de qualquer sexo, idade ou grau. Ao tratar do dever dos filhos, mostramos (veja Tratado 5, Seção 62) que os filhos devem sujeição aos pais enquanto viverem juntos; portanto, pela regra da relação, enquanto durar essa sujeição, permanece nos pais uma autoridade sobre seus filhos e, conseqüentemente, eles devem ter um cuidado paternal pelo bem deles. Com base nisso, Eli agiu bem ao admoestar seus filhos depois de casados (1Sm 3:25); sua falha foi não ter ido longe o suficiente no cumprimento de seu dever: ele fez algo, mas não tudo o que

deveria e poderia ter feito. Jó é elogiado pelo cuidado que tinha com seus filhos quando estes já eram adultos (Jó 1:5): pois dia após dia ele mandava chamá-los e os santificava; e isso depois que eles já tinham suas próprias casas e moravam separados; e assim o fez todos os seus dias.

Para a realização do que agora se insta, os pais devem portar-se de tempos em tempos para com seus filhos de modo a manterem sempre as rédeas em suas próprias mãos, retendo o poder de refrear os filhos conforme virem a ocasião. Eles podem, à medida que os filhos crescem, afrouxar as rédeas cada vez mais, mas nunca soltá-las completamente, deixando-as soltas sobre o pescoço dos filhos.

41. Sobre a tolice dos pais em abrir mão de todo o seu poder sobre os filhos.

Contrária a isso é a tolice daqueles que se colocam sob o poder de seus filhos e abrem mão de toda a sua autoridade sobre eles. Muitos pais que assim fizeram encontraram, por experiência dolorosa, o mal e a inconveniência que daí resultaram, mas tarde demais. Pois um mal é muito mais facilmente evitado do que remediado. Todo o poder que Davi tinha não pôde conter Absalão depois que lhe foi permitido ter cavalos, carros e homens sob seu comando (2Sm 15:1). Se Davi, como começou, tivesse continuado a mantê-lo sob controle e sob sua autoridade, todas as tramas traidoras que ele executou poderiam ter sido facilmente evitadas. Nossos tempos oferecem exemplos demais da tolice dos pais nesse sentido e dos males que dela decorrem.

42. Sobre adicionar a admoestação à instrução.

Os meios para auxiliar a boa obra da criação são especialmente dois:

1. Admoestação frequente.
2. Correção devida.

Ambos estão implícitos neste texto: um na palavra traduzida como admoestação (veja Tratado 1, Seção 120), que [segundo a etimologia da palavra grega] é um colocar algo na mente, um instar e pressionar; o outro na palavra traduzida como criação ou disciplina (veja Tratado 1, Seção 119).

Ora, ambos devem ser unidos, sendo muito úteis um ao outro. Pois a admoestação sem correção tende a provar-se mera vaidade; e a correção sem admoestação será austeridade excessiva.

O dever que o primeiro destes estabelece é este:

Os pais devem frequentemente incutir a instrução em seus filhos: não devem pensar que basta dizer aos filhos o que devem fazer, mas à instrução devem adicionar a admoestação e, por assim dizer, martelar na cabeça dos filhos as lições que lhes ensinam, para que façam uma impressão mais profunda em seus corações. Assim, suas instruções serão como as palavras do sábio, que são como pregos fixados (Ec 12:11), ou bem pregados: permanecem firmes onde foram fixados e não podem ser facilmente arrancados; pois, assim como muitos golpes pregam um prego até a cabeça, muitas admoestações fixam as boas instruções no coração da criança e fazem com que o coração se estabeleça naquilo que é ensinado, o que é algo a ser buscado com afincos (Hb 13:9). A exortação geral de ser insistente a tempo e fora de tempo (2Tm 4:2) pode ser aplicada a este propósito; mas, mais pertinentemente, aquela direção dada em particular aos pais de incutir as palavras de Deus em seus filhos (Dt 6:7).

É para esse fim que Salomão costuma dobrar suas instruções e instá-las repetidamente, como: *ouve a instrução, não deixes a lei* (Pv 1:8); *recebe as minhas palavras, esconde contigo os meus mandamentos; inclina os teus ouvidos, aplica o teu coração* (Pv 2:1-2), etc. Sim, muitas vezes ele repete os mesmos preceitos.

A compreensão das crianças é inconstante e sua memória é fraca: se forem instruídas apenas uma vez, ou raramente, ou superficialmente, o que foi ensinado logo se perderá e fará pouco ou nenhum bem.

Para o melhor cumprimento deste dever, os pais devem pensar nos melhores meios que puderem para fixar suas instruções nos filhos, observar sua inclinação e disposição, e ver com o que eles se movem mais. Exortações constantes e persuasões poderosas estão compreendidas sob a admoestação, as quais, em seus tipos, conforme a ocasião exigir, devem ser usadas.

43. Sobre o cansaço dos pais em instruir seus filhos.

Contrária a isso é a prática daqueles pais que logo se cansam de instruir seus filhos. O Apóstolo estabelece como uma advertência geral nos bons deveres que não nos cansemos (Gl 6:9): se em nenhuma coisa boa devemos nos cansar, deverão os pais se cansar de fazer o bem aos seus filhos? No entanto, quantos existem que, tendo ensinado seus filhos uma vez, pensam que cumpriram seu dever nesse sentido: se os filhos quiserem aceitar, que aceitem. Eles têm relutância em ter o trabalho de instar frequentemente os pontos que lhes ensinaram. Assim, aquele ensino se desvanece; e acontece, como dizemos no provérbio, que "antes nada do que algo que não melhora". Este é um ponto em que o velho Eli falhou: pois ele deu

instruções muito boas aos seus filhos; mas, porque parou por aí, nem isso foi aceito por Deus como um cumprimento suficiente de seu dever, nem seus filhos foram em nada melhorados por isso. Se isso foi uma falha nele, apesar de seus filhos já terem chegado aos anos de discrição e à maturidade de entendimento, quão maior é a falha naqueles cujos filhos são ainda jovens?

Objeção: Se uma criança não aceita a instrução de primeira, ela é de disposição rebelde e perversa; todo o esforço que se fizer será perdido.

Resposta: Pode ser infantilidade em vez de perversidade, ou alguma imperfeição em vez de obstinação. Considerando a necessidade de uma boa criação, nenhum esforço deve ser considerado excessivo. Há mais perversidade e rebeldia em tais pais que se cansam de cumprir este dever do que em tais filhos que, de início, não são moldados; pois este é um meio ordenado por Deus para curar essa rebeldia.

44. Sobre os pais repreenderem seus filhos.

O outro meio de auxiliar a criação é a correção. Esta é de dois tipos: Verbal, por palavras; Real, por golpes. A primeira é a repreensão; e ela deve sempre preceder a segunda, que é mais usual e propriamente chamada de Correção.

A repreensão é um tipo de meio-termo entre a admoestação e a correção: é uma admoestação aguda, mas uma correção branda. Ela deve ser usada preferencialmente porque pode ser um meio de evitar pancadas e golpes, especialmente em crianças dóceis e de boa índole [pois a repreensão entra mais profundamente no que é sábio do que cem açoites no tolo (Pv 17:10)] e porque pode ser usada quando não é tão adequado usar golpes, como quando os filhos já são adultos.

Os muitos bons frutos que o Espírito Santo nota procederem da repreensão devida mostram que ela é um dever do qual os pais devem fazer consciência, se desejam promover o bem de seus filhos; e tanto mais porque muitos bons frutos redundam para os pais que repreendem, bem como para os filhos repreendidos. Em relação ao bem dos que são repreendidos, diz-se: *as repreensões da instrução são o caminho da vida* (Pv 6:23); *elas adquirem entendimento* (Pv 15:32) e *tornam prudente* (Pv 15:5). Em relação ao bem dos que repreendem, diz-se: *para os que repreendem haverá delícias* [isto é, muito conforto e motivo de regozijo, de modo que não precisarão se arrepender do que fizeram] e *sobre eles virá a bênção do bem* (Pv 24:25), isto é, ou a bênção de homens bons, que os abençoarão e louvarão, ou a bênção de coisas boas, vinda do Senhor, que os recompensará por este cumprimento consciencioso de seu dever.

Com base nisso, homens santos não pouparam repreender seus filhos conforme a ocasião (Gn 9:25; 34:30; 49:4). Embora Eli tenha feito algo neste dever, contudo, por não ter sido mais severo nisso, trouxe destruição tanto sobre si mesmo quanto sobre seus filhos (1Sm 2:23). A direção anotada na Seção 40 e 47 e no Tratado 4, Seção 35 pode ser aplicada aqui.

45. Sobre os pais mimarem seus filhos.

Contrário a isso é o apego excessivo aos filhos, de quem os pais têm receio de dizer uma palavra mais dura. Davi [embora fosse um homem muito sábio em outros aspectos] manifestou nisso muita tolice, pois nunca contrariou Adonias dizendo: *por que fizeste assim?* (1Rs 1:6); e é muito provável que também tenha mimado seu outro filho rebelde, Absalão. Note o desfecho terrível que se seguiu tanto para o pai quanto para os filhos. Embora o pai não quisesse desagradá-los, eles não se

importaram em desagradar o pai, sim, em entristecer seu coração e afligir sua alma. O mesmo podem esperar todos os pais tolos e condescendentes das mãos de seus filhos. Pois, primeiro, os pais, pela negligência deste dever, desagradam profundamente a Deus; portanto, em justa vingança, Deus entregará seus filhos para que os desagradem e os aflijam. Segundo, a negligência da repreensão é um meio de tornar os filhos rudes, presunçosos, rebeldes e, assim, descuidados em agradar seus pais. Sim, todas as coisas em que os filhos ofendem por falta de educação serão requeridas das mãos de seus pais.

46. Sobre corrigir os filhos.

O segundo e mais próprio tipo de correção, que é por açoites e golpes, é também um meio designado por Deus para auxiliar a boa criação e educação dos filhos. É o último remédio que um pai pode usar: um remédio que pode fazer bem quando nada mais consegue.

É pelo Espírito Santo tanto expressamente ordenado quanto muito frequentemente instado sob estas e outras frases semelhantes: *castiga a teu filho* (Pv 19:18); *corrige o teu filho* (Pv 29:17); *não retires a correção da criança* (Pv 23:13); *tu o ferirás com a vara* (Pv 23:14).

Ainda que não houvesse outro motivo, este seria suficiente. A ordem de Deus foi tal motivo para Abraão que, por ela, ele teria sacrificado seu filho (Gn 22:2-3); e não irás tu, sob o comando de Deus, corrigir teu filho?

É ainda recomendado pelo próprio exemplo de Deus, que não é apenas exposto em alguns casos particulares, mas por Seu trato geral e constante com todos, e isso como um sinal e fruto especial de Seu amor. Pois *o Senhor corrige a quem ama, e*

açoita a qualquer filho a quem recebe. Se estais sem disciplina, da qual todos são feitos participantes, sois então bastardos, e não filhos (Hb 12:6, 8). Que este exemplo de Deus seja bem pesado, pois é de grande peso. Quem pode dizer melhor que tipo de trato é mais adequado para os filhos do que Deus? Quem pode criar melhor os filhos do que Deus? Quem visa mais verdadeiramente e providencia melhor o bem dos filhos do que Deus? Sim, quem ama mais ternamente os filhos do que Deus? Se Deus, o Pai dos espíritos, em sabedoria e amor, trata assim Seus filhos, os pais da carne não podem pensar em mostrar sabedoria ou amor agindo ao contrário. A sabedoria deles será tolice; o amor deles, ódio. Com base nisso, toma-se como certo que os pais [que prezam o bem de seus filhos como devem] castigam seus filhos conforme a necessidade exige: pois diz-se que *o Senhor repreende aquele a quem ama, assim como o pai ao filho a quem quer bem* (Pv 3:12). Se os pais não o usassem, não seria uma boa inferência dizer "assim como o pai"; novamente, como algo sem controvérsia, diz-se: *tivemos nossos pais segundo a carne, que nos corrigiam* (Hb 12:9).

Os fundamentos da equidade deste dever dizem respeito, em parte, aos filhos corrigidos e, em parte, aos pais que corrigem. Em relação aos filhos, livra-os de muito mal e produz neles muito bem. A correção é como um remédio para purgar muita corrupção que se esconde nas crianças, e como um bálsamo para curar muitas feridas e chagas feitas por sua tolice. Aspecto em que Salomão diz que *a estultícia está ligada ao coração da criança, mas a vara da correção a afugentará dela* (Pv 22:15) e, novamente, *os vergões das feridas são purificativos para o mal, como as pancadas que penetram até o íntimo do corpo* (Pv 20:30). Em relação à operação interna deste remédio, diz-se ainda que a correção preserva a criança da morte [*se o fustigares com a vara, não morrerá* (Pv 23:13)] e isso não apenas da morte temporal [como muitas crianças são assim

preservadas da espada do Magistrado], mas também da morte eterna [*livrarás a sua alma do inferno* (Pv 23:14)]. Notem isso, vós, pais condescendentes, cuja lenidade excessiva é uma crueldade muito grande. Pois não poderíamos justamente considerar cruel o pai que permitisse que doenças, tumores, chagas e feridas permanecessem, aumentassem e apodrecessem em seu filho, sem lhe dar remédio nem aplicar curativos ou medicamentos? Ou antes, quem vê seu filho correndo para um fogo ardente ou águas profundas e não o seguraria? Tão cruéis, e mais cruéis, são aqueles que permitem que seus filhos corram no mal, em vez de corrigi-los.

Objeção: Quem pode suportar fazer seu próprio filho sofrer e causar-lhe dor?

Resposta: O fruto futuro deve ser mais considerado do que a dor presente. Poções, pílulas e corrosivos são repugnantes, amargos e dolorosos; mas porque há necessidade de usá-los, e grandes males são evitados pelo seu uso, pais sábios não se absterão deles pela amargura e dor sensíveis. Adequadamente o Apóstolo responde assim a essa objeção: *Nenhuma disciplina parece ser, no momento, motivo de alegria, mas de tristeza; depois, porém, produz um fruto pacífico de justiça* (Hb 12:11). Isso pode ser aplicado às correções dos pais tanto quanto às de Deus.

O bem que a correção traz aos filhos é notado por Salomão nesta e em frases semelhantes: *A vara dá sabedoria* (Pv 29:15); pois faz os filhos observarem o que é bom e o que é mau; o que é louvável e o que é digno de culpa; e, conseqüentemente, fazer o bem e deixar o mal, o que é um grande ponto de sabedoria.

Objeção: A instrução fará isso melhor.

Resposta: A instrução pode dar-lhes mais conhecimento, mas é a correção que os leva a praticar o que sabem, o que é o ponto principal da sabedoria (Mt 7:24).

Em relação aos pais, a correção devida de seus filhos tanto os livra de muitos inconvenientes quanto lhes traz muita tranquilidade.

1. Poupa-lhes muito esforço. Pois muitas admoestações repetidas e inculcadas de novo e de novo não farão muitas crianças darem tanto ouvido a conselhos saudáveis e bons quanto uma pequena correção. Elas são muito mais sensíveis à dor do que às palavras.
2. Evita muita dor, vergonha e vexame: pois *o filho insensato é tristeza para seu pai, e amargura para aquela que o deu à luz* (Pv 17:25). Mas é a vara da correção que afugenta a estultícia (Pv 22:15) e, assim, evita essa dor e amargura.
3. Livra-os da culpa do pecado de seus filhos, de modo que não são cúmplices dele, como Eli foi (1Sm 3:13). Pois a correção é o último remédio que um pai pode usar: se por meio dela ele não consegue fazer o bem, pressupõe-se que ele fez o seu máximo esforço; aspecto em que, embora o filho morra em seu pecado, o pai livrou sua própria alma.

A tranquilidade que é trazida aos pais pela correção de seus filhos é assim notada por Salomão: *Corrige o teu filho, e te dará descanso; sim, dará delícias à tua alma* (Pv 29:17). Pois filhos bem criados, e pela correção mantidos em um temor filial, portar-se-ão de tal modo que seus pais poderão descansar um tanto seguros, e não se inquietarem [como fazem com filhos deixados em liberdade]; sim, como árvores bem podadas e solo

bem lavrado, produzirão frutos agradáveis e abundantes; e assim seus pais terão justa causa para se alegrarem neles.

47. Uma orientação aos pais ao corrigirem seus filhos.

Para bem usar este corrosivo picante da correção, os pais devem ter respeito ao motivo pelo qual corrigem e à sua maneira de corrigir. Em relação ao motivo, estas três coisas devem ser notadas:

1. Que tenham certeza de que uma falta foi cometida: para que haja justa causa de correção, caso contrário, mais dano do que bem resultará disso. Se um corrosivo for colocado onde não há ferida, ele criará uma. Se a correção for dada injustamente, pode provocar a ira, mas fará pouco bem. É nisto que os pais terrenos são criticados e tornados diferentes de Deus, por corrigirem muitas vezes segundo o seu próprio prazer (Hb 12:10), o que é um ponto de grande injustiça.
2. Que a falta seja dada a conhecer ao filho corrigido: e ele seja claramente convencido dela. A correção deve ser para instrução, o que não pode ocorrer a menos que o filho saiba por que é corrigido: pois é o mesmo para ele ser corrigido sem falta alguma, se ele não conhece a sua falta. Deus procedeu assim no início com a serpente, com Eva e com Adão (Gn 3:11). Assim os juízes procedem ao punir malfetores. Sim, assim os homens lidam com um cão. Não deveriam fazê-lo muito mais com um filho?
3. Que as faltas sejam tais, especialmente, que os pais possam mostrar aos seus filhos [se estes tiverem discrição suficiente] serem contra a palavra de Deus; como juramentos, mentiras, pequenos furtos e afins: pois 1. estas são as faltas mais perigosas e, portanto, devem ser purgadas com mais cuidado; 2. o filho corrigido será

assim melhor convencido de sua falta, condenará mais a si mesmo e suportará a correção com mais contentamento.

Em relação à maneira de corrigir, quatro regras gerais e quatro particulares devem ser observadas. As regras gerais são estas:

1. Deve-se ter um olho na maneira de Deus corrigir Seus filhos e, em particular, na correção de Deus ao próprio pai: nenhuma direção geral melhor pode ser dada, pois o padrão de Deus é uma regra perfeita.
2. A oração deve ser feita pelos pais por si mesmos e por seus filhos: por si mesmos, para serem dirigidos ao fazê-lo; pelos filhos, para serem melhorados por isso. Assim farão os bons médicos ao administrar remédios. Em todos os deveres a oração deve ser usada, especialmente neste: pois o pai está sujeito, em parte por sua própria paixão intemperante e em parte pela impaciência do filho, a cair em um extremo ou outro. Isso não é impor a todos que, sempre que pegarem a vara, façam uma oração solene, mas que elevem o coração pedindo direção e bênção.
3. A correção deve ser dada em amor. Todas as coisas devem ser feitas em amor (1Co 16:14): muito mais esta, que carrega uma aparência de ira e ódio. Em amor eles darão remédio aos seus filhos e enfaixarão uma junta, se necessário. Deus corrige Seus filhos em amor: assim devem os pais. O amor os fará agir com ternura e compaixão.
4. A correção deve ser dada em um estado de espírito brando, quando os afetos estão bem ordenados e não alterados pela cólera, raiva, fúria e outras paixões semelhantes. Paixões perturbadas lançam uma névoa

diante do entendimento, de modo que o homem não consegue discernir o que é suficiente e o que é excessivo. Quando a paixão está alterada, a correção deve ser adiada. Deus corrige com medida. As particulares são estas:

5. A ordem devida deve ser mantida. A correção por palavras deve preceder a correção pela vara. *Eu repreendo e castigo*, diz o Senhor. Assim, o pai mostrará que não tem prazer em ferir seu filho: é a necessidade que o força a isso. Assim, o pai mostra-se semelhante a Deus, que não aflige de bom grado (Lm 3:33). Médicos, ao administrarem remédios fortes, darão um preparativo: a repreensão pode ser como um preparativo. Cirurgiões bons e piedosos tentarão todos os outros meios antes de chegarem ao corte e à cauterização.
6. O devido respeito deve ser tido à pessoa corrigida: se for jovem e tenra, a correção mais leve deve ser usada. Salomão menciona frequentemente uma vara como adequada para uma criança, pois essa é a correção mais leve. Da mesma forma, se o filho for de disposição flexível e dócil, logo corrigível, a correção deve ser moderada de acordo. Se ele for bem crescido e, além disso, for forte e obstinado, a correção pode ser mais severa.
7. O devido respeito deve ser tido à falta: pecados diretamente contra Deus, pecados abertos, notórios, escandalosos, pecados conhecidos, pecados cometidos frequentemente, nos quais eles cresceram e dos quais adquiriram um hábito, devem ser corrigidos com maior severidade.
8. O pai deve contemplar suas próprias faltas ao corrigir as de seu filho: assim, mais compaixão será gerada nele.

48. Sobre a indulgência excessiva dos pais.

Contrários a este dever de corrigir estão dois extremos:

1. Lenidade excessiva.
2. Severidade excessiva.

Muitos mimam tanto seus filhos que preferem deixá-los cair em qualquer má conduta a corrigi-los. Não suportam ouvir seus filhos chorarem e, por isso, os filhos devem ser satisfeitos em todos os seus caprichos e desejos malignos. Esses pais trazem vergonha para si mesmos e desgraça para seus filhos: pois Deus é frequentemente forçado a corrigir tais pessoas. Pesadas são as correções de Deus, e frequentemente recaem sobre pai e filho ao mesmo tempo, como aparece nos juízos sobre Eli e seus filhos: pois tais pais tornam-se cúmplices dos pecados de seus filhos, sim, também dos juízos lançados sobre eles. Deus diz de tais pais que eles honram seus filhos acima de Deus (1Sm 2:29). É, portanto, uma indulgência tola que faz os pais não considerarem nem a honra de Deus, nem a sua própria segurança ou a de seus filhos.

As mães, na maioria das vezes, ofendem nisso, estando tão longe de realizar este dever por si mesmas que se ofendem muito com seus maridos se eles o fazem. E para proclamar sua tolice a todo o mundo, não conseguem confiar seus filhos a um tutor ou professor sem uma ordem expressa de que não os corrijam.

Objeção 1: A correção torna as crianças tolas e estúpidas.

Resposta: Se o espírito de Deus merece ter mais crédito do que tais mulheres tolas, essa objeção é totalmente falsa, pois ouvimos antes (veja Seção 46) como a correção dá sabedoria e afugenta a estultícia.

Objeção 2: As mães podem ser mais toleradas nisso porque, com longo incômodo, carregaram e, com grande trabalho, deram à luz seus filhos.

Resposta: Isso pode ser um bom motivo para buscarem o verdadeiro bem de seus filhos, para que seu incômodo e trabalho não sejam em vão; mas não para sustentá-los no caminho largo que leva à destruição.

49. Sobre a severidade excessiva dos pais ao corrigirem seus filhos.

Aqueles que ofendem no outro extremo da severidade são, dos dois, os pais mais desnaturalizados; eles ofendem diretamente contra o primeiro ramo deste texto [*Não provoqueis à ira*]. Nada mais provoca do que a severidade imoderada: pois

1. Ela não demonstra amor no pai, mas antes ódio, ou pelo menos ira e outros afetos desordenados semelhantes.
2. Ela não abrande o coração da criança, mas antes o endurece.
3. Ela a torna embotada e estúpida, e perverte totalmente o fim reto e verdadeiro da correção.
4. Ela frequentemente faz a criança pensar em fazer algum mal ao pai ou a si mesma.

Para que os pais tenham mais cuidado com este extremo, notarei brevemente em que se mostra o excesso na severidade. Ele se mostra quando a correção é dada:

1. Sem falta alguma. Neste caso, por mais leve que seja a correção, ela é severa demais.

2. Por faltas pequenas, com ira e fúria; embora os golpes sejam poucos e leves, o comportamento do pai é severidade excessiva.
3. A crianças que são jovens e tenras, ou suaves, brandas e dóceis, como se fossem, em idade, as mais obstinadas e perversas que pudessem existir.
4. Com frequência excessiva: por qualquer coisa feita de errado; enquanto os pais deveriam fingir não ver ou ouvir muitas coisas que veem e ouvem.
5. Com rigor excessivo: de modo que a criança fique aleijada ou, de alguma forma, tão ferida que sentirá isso enquanto viver.

50. Sobre o cuidado dos pais em prover vocações adequadas para seus filhos.

Tendo estabelecido tais deveres dos pais que respeitam especialmente a infância dos filhos, procedo a expor aqueles que dizem respeito aos seus anos mais maduros, nos quais devem ser encaminhados. Aqui devemos notar:

1. Os tipos desses deveres.
2. Os meios de realizá-los.

Os tipos podem ser reduzidos a dois tópicos:

1. Prover lugares e vocações adequadas para que exerçam seus dons.
2. Prover casamentos adequados para eles. Ouvimos antes como os filhos deveriam ser criados e preparados para alguma boa vocação ainda em sua infância (veja Seção 31). Agora, adiante, quando por virtude da boa educação eles estão habilitados a desempenhar as funções e deveres de uma vocação, e

pelos anos já estão bem crescidos, de modo que é tempo de serem encaminhados para alguma vocação particular:

Os pais devem prover vocações adequadas para seus filhos, e lugares adequados para que exerçam os dons que por natureza ou educação obtiveram. Por exemplo, se os filhos foram criados no aprendizado, os pais devem usar os meios lícitos e honestos que puderem para estabelecê-los em tal lugar e curso onde possam professar e exercer seus dons, segundo seus diversos tipos, seja Teologia, Direito, Medicina ou afins; ou, se foram criados em algum ofício, prover para que possam estabelecer-se e exercer seu ofício.

Os dois primeiros filhos que já nasceram de mulher, Caim e Abel (Gn 4:2), foram colocados em vocações diferentes; e, sem dúvida, seus lugares foram assim ordenados por seus pais. O mesmo pode ser colhido destas frases: *Esau era homem do campo, e Jacó habitava em tendas* (Gn 25:27). Nota-se de Samuel que ele constituiu seus dois filhos como juízes (1Sm 8:1). Tivessem eles sido tão fiéis em bem usar seus lugares quanto seu pai foi cuidadoso em provê-los, poderiam ter vivido bem eles mesmos e feito muito bem a outros. Jessé, tendo muitos filhos, teve cuidado disso: pois enviou seus três filhos mais velhos para a guerra (1Sm 17:13) e os colocou em um curso de vida de soldado; ao seu mais novo, fez pastor (1Sm 16:11), o que era naqueles dias e lugares uma vocação de maior consideração do que é hoje entre nós.

Assim eles farão uso daquela habilidade que, pela providência de seus pais e sua própria diligência, alcançaram; caso contrário, essa habilidade pode logo ser perdida. Não mostra a experiência diária que muitos que foram bem treinados por seus pais no aprendizado, a ponto de estarem aptos para terem entrado no ministério, por falta de lugar e emprego, com

o tempo esqueceram tudo, como se nunca tivessem sido treinados no aprendizado; e assim em outras ciências.

Assim eles passam a fazer muito mais bem na Igreja ou na Sociedade: até que os homens sejam colocados em vocações distintas, eles estão apenas se ajustando e se preparando para tempos futuros. Não nego que tanto a Igreja quanto a Sociedade possam colher muito benefício pelo esforço e trabalho dos mais jovens, que são treinados sob outros; mas, mais propriamente, são contados como membros da Igreja e da Sociedade, e instrumentos reais do bem delas, aqueles que têm alguma vocação particular distinta, pela qual fazem bem aos outros.

Assim eles passam a viver por si mesmos e a serem capazes de socorrer outros também. Durante todo o tempo de sua educação, eles estão comumente sob o encargo de outros; pelo menos, embora por seus esforços possam ganhar muito, o ganho retorna para outros: eles mesmos, na maior parte, têm apenas o sustento básico, comida, bebida e roupa; pouco têm para guardar para si para o tempo futuro, ou para dar a outros no presente.

Eles assim passam a treinar outros para os tempos vindouros, como eles mesmos foram treinados: por meio do que uma sucessão contínua e perpétua de todos os tipos de vocações é preservada de tempos em tempos; e assim a família, a Igreja e a Sociedade são sustentadas e mantidas. Em pouco tempo todas as vocações e funções decairiam totalmente se um suprimento contínuo não fosse assim feito.

51. Orientação aos pais ao proverem vocações para seus filhos.

Duas precauções especiais devem ser observadas pelos pais ao proverem vocações para seus filhos:

1. Que sejam providas vocações para as quais seus filhos foram treinados e para as quais estejam, em certa medida, aptos e capacitados a desempenhar os deveres; como prover um lugar de Ministro para aquele que foi criado no aprendizado e estudou teologia: assim também em outras vocações, de modo que seus filhos possam ser mestres em seus ofícios. Assim, seus filhos farão mais bem nelas, tanto para os outros quanto para si mesmos. Bezalel e Aoliabe foram escolhidos para construir o tabernáculo porque foram cheios de sabedoria para fazer todo tipo de obra (Êx 35:35); da mesma forma, os servos de Hirão foram escolhidos para cortar cedros para o templo porque, entre os judeus, não havia quem soubesse cortar madeira como os sidônios (1Rs 5:6). Faraó foi cuidadoso em ter homens de capacidade como regentes sobre o seu gado (Gn 47:6).
2. Que sejam usados meios tais para prover uma vocação que os pais, ao usá-los, possam com fé invocar a Deus por Sua bênção. Aqueles que, por meios lícitos, são introduzidos em uma vocação para a qual estão aptos, são ali colocados por Deus, como está implícito nesta frase: *segundo Deus chamou a cada um*, etc. Uma entrada lícita em uma vocação é um assunto de grande importância: aquele que assim entra pode, no uso correto dela, lançar-se sobre a bênção de Deus e, com forte confiança, esperar a mesma, dizendo como o Profeta: *Senhor, eu não me apressei em ser pastor após ti, tu o sabes* (Jr 17:16).

52. Sobre os extremos contrários ao cuidado lícito de um pai em prover vocações adequadas para seus filhos.

O extremo na falta, contrário ao cuidado providente de um pai em prover uma vocação adequada, é a negligência descuidada

dos filhos depois de bem educados, deixando-os à própria sorte. Nota-se das aves de rapina que têm garras afiadas que, assim que percebem que seus filhotes são capazes de voar, elas os batem com suas asas e os expulsam de seus ninhos, e depois disso não tomam mais cuidado com eles. Não devemos ser como tais aves cruéis: a razão e a religião nos ensinam o contrário. Uma boa educação é um bom dever, mas não é todo o dever de um pai: a interrupção que se faz aqui pode tornar todo o cuidado e esforço anteriores de pouca utilidade.

Objeção: Isso deve ser deixado à providência de Deus.

Resposta: Meios usados corretamente são subordinados à providência de Deus, e por eles Deus manifesta Sua providência e realiza Seu conselho: negligenciar os meios é frustrar e contrariar a providência divina. É, portanto, bem feito confiar na providência de Deus; mas mal feito negligenciar os meios de efetivá-la. A bênção de Deus é melhor discernida no uso dos meios.

O extremo no excesso é uma ganância absurda dos pais em levar seus filhos a uma vocação. Isso se manifesta de duas maneiras:

1. Quando não se importam com o quão aptos seus filhos estão para o lugar, desde que seja um lugar de ganho e honra. A experiência mostra que isso é a ruína da Igreja e da Sociedade. Por meio disso, acontece no corpo político o que aconteceria em um corpo natural: se a mão se encarregasse de ver, ou a perna de ouvir, ou o pé de saborear, o que se poderia esperar daí senão a ruína do corpo? Comerciantes frequentemente arruinam a si mesmos, suas famílias e amigos, ao assumirem afazeres nos quais não têm habilidade ou dos quais não são

mestres. Quanto mais excelente for a vocação, mais dano é causado por essa ganância absurda. Este extremo é tanto pior que o anterior quanto é pior causar muito dano do que não fazer nenhum bem.

2. Quando não fazem consciência dos meios que usam para colocar seus filhos em vocações, mas por meios ilícitos compram seus desejos; como, por simonia, obter uma função eclesiástica [de onde frequentemente segue-se também o perjúrio] ou, por suborno, obter um cargo.

Esses meios indiretos retiram a diferença entre a aptidão e a inaptidão das pessoas: pois o mais inapto que exista pode, por dinheiro, comprar um lugar. Além disso, embora os filhos sejam muito aptos para essas vocações, há pouca esperança de qualquer bênção de Deus quando a primeira entrada é feita sem Ele; sim, contra a Sua vontade e palavra. Quem pode pensar que Deus colocou tal pessoa em seu lugar? Se Deus não o colocou, com que fé pode ele buscar uma bênção? Com que esperança pode ele esperar uma bênção? Muito terror é trazido por esse meio à consciência de muitos homens: e eles frequentemente ficam em um grande dilema, sem saber se é mais adequado manter ou renunciar ao seu lugar.

Mas, a propósito, para resolver essa dúvida: se alguém que entrou ilicitamente estiver apto para o desempenho de seu cargo, é então mais seguro para ele buscar o perdão pela ofensa anterior e a reconciliação com Deus e, mediante arrependimento verdadeiro e sincero, manter o lugar [se, ao menos, a lei sob a qual ele vive o confirmar nele] e ser tanto mais fiel no desempenho dos deveres do mesmo.

53. Sobre o cuidado dos pais em prover casamentos adequados para seus filhos.

Deus, além disso, impôs aos pais a responsabilidade de prover casamentos para seus filhos: pois assim diz o Profeta em nome do Senhor aos pais: *Tomai mulheres para vossos filhos, e dai vossas filhas a maridos* (Jr 29:6); e assim o Apóstolo: *Se alguém julga que trata sem decore a sua filha virgem, se ela passar da flor da idade, e se for necessário, que se casem* (1Co 7:36). Esta direção foi dada em tempos de perseguição, quando, em razão da necessidade presente, era melhor não casar: se então um pai deveria ser cuidadoso [havendo necessidade] em prover um casamento para sua filha, muito mais deveria em tempos de paz. Pais santos elogiados pelo Espírito Santo foram cuidadosos no cumprimento deste dever, como Abraão (Gn 24:4), Isaque (Gn 28:2), Noemi (Rt 3:1) e outros: sim, Agar aprendera este dever na casa de Abraão (Gn 21:21). Mas o padrão perfeito [que ultrapassa todos os outros exemplos] é o do próprio Deus (Gn 2:18), que providenciou um par adequado para Seu filho Adão (Lc 3:38).

1. Os filhos não podem se casar sem o consentimento dos pais [como foi mostrado antes (veja Tratado 5, Seção 16 e 17)]. Os pais, portanto, devem ser cuidadosos em prover para eles a tempo.
2. Os pais estão para os filhos no lugar de Deus: devem, portanto, assumir este cuidado de Deus.
3. O casamento é o meio que o Senhor santificou para preservar nossos corpos castos e imaculados: como os pais, portanto, desejam manter seus filhos longe da impureza e poluição, devem cuidar para que este meio seja usado. Não apenas os santos Apóstolos, mas também os filósofos pagãos, e isso pela luz da natureza, descobriram ser este o curso mais adequado.
4. Este também é um meio tanto para aumentar a sociedade (Gn 1:28) e preservar uma descendência santa (Mt 2:15),

quanto para estabelecer novas famílias e assim continuar as casas e nomes dos próprios pais.

54. Orientação aos pais ao proverem casamentos.

Duas precauções devem ser observadas pelos pais ao proverem casamentos para seus filhos:

1. Que o par que eles providenciem seja adequado: assim disse Deus quando estava para prover um par para Adão: *Far-lhe-ei uma ajudadora idônea para ele* (Gn 2:18). Portanto, o par providenciado não deve ser de parentesco muito próximo, de uma religião contrária, de idade muito desigual, de disparidade muito grande em bens (veja Tratado 2, Parte I, Seção 9 e 10). Essas coisas impedirão o amor e causarão desdém e ódio mútuos.
2. Embora o par possa parecer adequado aos olhos do pai, ele não deve forçar seu filho a isso. Poderia ter sido encontrado um par mais adequado para Rebeca do que Isaque? No entanto, os parentes de Rebeca pediram o consentimento dela (Gn 24:57). Não nego que os pais possam usar todos os tipos de meios gentis para mover seus filhos a cederem ao que veem ser bom para eles: mas se não puderem movê-los a ceder, devem remeter o assunto a Deus e não forçá-los contra a vontade dos filhos. Quando Deus fez um par perfeitamente adequado para Adão, Ele a trouxe ao homem: a saber, para ver como ele gostaria dela. Pois o vínculo mais próximo de todos é entre marido e mulher; o homem deve deixar pai e mãe e unir-se à sua mulher (Gn 2:22); marido e mulher devem sempre viver juntos: grande razão há, portanto, para que, na primeira união, haja um gosto mútuo um pelo outro, para que não haja para sempre uma aversão perpétua; e embora a autoridade dos pais deva ser

inviolável neste caso, um caminho intermediário deve ser mantido, de modo que as partes possam se unir voluntariamente com consentimento mútuo.

55. Sobre os extremos contrários ao cuidado dos pais em prover casamentos adequados para seus filhos.

O extremo na falta ocorre quando os pais, por descuido, deixam seus filhos passarem da flor da idade e nunca consideram se a necessidade exige que se casem ou não. Seus filhos podem esperar tempo suficiente antes que eles busquem um par para eles, a menos que este lhes seja trazido; e quando um é oferecido, embora seja perfeitamente adequado, a menos que possam tirar vantagem disso para si mesmos, dificilmente cederão.

Assim, fazem com que seus filhos busquem casamentos por si mesmos e os realizem sem o seu consentimento; ou então vivam em descontentamento, se não em impureza. Pelo descuido dos pais a este respeito, os filhos são frequentemente feitos presa do diabo: do que, no dia do juízo, os pais darão conta a Deus.

O extremo no excesso ocorre quando os pais, por um desejo cobiçoso de obter casamentos grandes e ricos para seus filhos, casam-nos antes que tenham anos de discrição para gostar ou desgostar, para saber o que é adequado ou inadequado; ou antes que sejam capazes de realizar até os deveres essenciais do casamento (veja Tratado 2, Parte I, Seção 2): raramente tais casamentos ilícitos prosperam.

Em excesso semelhante ofendem aqueles que, por vantagens externas, unem seus filhos a pessoas que por natureza são inaptas para o casamento, a idiotas, a idólatras, a pessoas profanas, ou não se importam com quem (veja Tratado 2, Parte I, Seção 11 e 12). E se seus filhos não gostarem desses

casamentos, farão o máximo que puderem para forçá-los a isso. Muitos males ordinariamente resultam de tais casamentos, como aversão total entre marido e mulher, queixas contínuas um do outro, busca por divórcio ou qualquer outra separação, desejo e até prática da morte um do outro. De todos esses males os pais, causa dos mesmos, tornam-se cúmplices.

56. Sobre os pais proverem uma reserva para as vocações e casamentos de seus filhos.

Um meio externo especial pelo qual os pais podem ser mais capacitados a prover vocações e casamentos adequados para seus filhos é, antecipadamente, reservar algum capital ou porção competente para eles. Isso está compreendido sob aquela provisão geral da qual aquele que é descuidado é considerado pelo Apóstolo pior que um infiel (1Tm 5:8), mas mais expressamente é notado nestas palavras: *os pais devem entesourar para os filhos* (2Co 12:14); e elogiado no exemplo de Abraão (Gn 25:5-6).

Enquanto os filhos estão sob seus pais, não têm meios de poupar para si mesmos: pois todo o seu serviço é para seus pais. Mas, em relação aos tempos em que vivemos, é necessário para estabelecer-se em uma boa vocação e para obter um par adequado que os filhos tenham algum capital e porção. Cabe, portanto, aos pais, e é dever deles, provê-lo.

Objeção: Cristo proíbe ajuntar tesouros na terra (Mt 6:19).

Resposta: Se o escopo daquele lugar for retamente observado, aparecerá que Cristo ali não proíbe simplesmente a coisa em si, mas:

A mente daquele que ajunta: a saber, quando está cheia de pensamentos ansiosos e desconfiados, temendo que no tempo futuro não terá o suficiente. Para esse propósito, Cristo propõe a providência de Deus sobre as aves e os lírios (Mt 6:26, 28).

A maneira de ajuntar, quando as coisas temporais são preferidas às espirituais e celestiais: por isso Ele acrescenta este preceito: *mas ajuntai tesouros no céu*, etc. (Mt 6:20).

A medida, quando os homens nunca pensam que ajuntaram o suficiente: mas raspam o que podem obter justa ou injustamente; e poupam mais do que o necessário, até mesmo coisas essenciais, de si mesmos e de outros, para fazer um grande capital e porção para seus filhos. A palavra "entesourar" [que Cristo ali usa] implica uma medida imoderada.

Entre outras precauções necessárias para os pais observarem ao pouparem para seus filhos, estas três devem ser especialmente notadas:

1. Que obtenham justamente aquilo que reservam: e não coloquem nada na porção de um filho que tenha sido obtido de qualquer forma injusta, pois *os tesouros da impiedade de nada aproveitam* (Pv 10:2): eles podem provar ser um fogo para consumir os próprios pais, seus filhos, sua casa e toda a posteridade.
2. Que não cobicem demais tornar seus filhos ricos e, para esse propósito, vivam eles mesmos de forma mesquinha e básica, sim, e privem-se de muitas necessidades. Um ponto egrégio de tolice é este, que Salomão muito criticou (Ec 5:12).
3. Que todos os deveres necessários de caridade aos pobres e de justiça à Igreja e à Sociedade sejam realizados, e que

o pretexto de poupar para os filhos não impeça nenhum destes.

57. Sobre os extremos contrários ao provimento de porções por um pai para seus filhos.

Os extremos contrários ao dever mencionado são estes:

1. Quando os pais vivem no limite extremo de suas posses e, de tempos em tempos, gastam todas as suas rendas ou todos os seus ganhos, e assim mal conseguem fechar as contas no fim do trimestre ou do ano. Que capital ou porção podem eles reservar para os filhos?
2. Quando os pais vivem acima de suas posses e gastam desregradamente seus ganhos ou rendas ordinárias e, para outros assuntos necessários, são forçados a contrair dívidas. Muitos estão tão longe de ajudar seus filhos nesse sentido que são um grande impedimento para eles, instando especialmente o filho mais velho, que é seu herdeiro, a ser fiador deles, e assim colocam tal fardo em suas costas que o fazem vergar sob o peso.
3. Quando os pais têm o suficiente para si e para seus filhos e, no entanto, apegam-se tão cobiçosamente à sua riqueza que não gastam um vintém para ajudá-los na vocação e no casamento, mas dizem que guardam tudo para eles. Que disposição miserável e tola é esta, que continuem a ajuntar mais e mais para seus filhos e, no entanto, recusem-se a gastar qualquer parte disso com eles em sua maior necessidade, quando isso poderia redundar em seu maior benefício? Deus frequentemente lida com tais avarentos cobiçosos e frustra seus propósitos, fazendo com que estranhos desfrutem daquilo que eles gananciosamente acumularam.

58. Sobre a última fala dos pais aos seus filhos.

O último dever que os pais devem aos seus filhos é quando deixam de ser pais: isto é, quando estão saindo deste mundo. O dever deles nesse momento, em geral, é fazer o que estiver ao seu alcance para que tudo vá bem com seus filhos após sua partida. Tanto as razões que são frequentemente instadas pelo Espírito Santo para mover os pais a prestarem obediência a Deus (veja Seção 6), extraídas da extensão da bênção de Deus [neste tipo de frase: *bem-aventurados serão seus filhos depois deles* (Pv 20:7)], quanto as promessas de Deus feitas para esse propósito provam isso mesmo (Dt 5:29).

Para o melhor cumprimento deste dever, três pontos gerais, tendentes tanto ao bem temporal quanto ao espiritual dos filhos, devem ser observados; e dois pontos particulares mais voltados ao seu estado temporal.

Os três gerais são estes:

1. Boa direção.
2. Oração fiel.
3. Uma escolha sábia de alguns amigos para serem como pais para eles.

Quanto à direção: Quando os pais percebem que seu tempo se aproxima, devem recomendar alguns preceitos sábios e saudáveis aos seus filhos, para melhor dirigi-los em seu curso cristão. Assim fizeram Isaque (Gn 28:2, 4) e Jacó (Gn 49:1).

Objeção: Esses Patriarcas tinham um espírito extraordinário de profecia e, por virtude dele, previram aos seus filhos coisas vindouras.

Resposta: Eles sustentavam uma pessoa dupla (veja Tratado 5, Seção 9): uma de profeta, outra de pai: como profetas, tinham um espírito extraordinário; como pais, realizavam o dever ordinário: pelo seu espírito extraordinário, previram coisas vindouras; o dever ordinário que realizaram foi dirigir seus filhos sobre como se portarem naqueles tempos vindouros. Pois suas profecias não eram apenas predições, mas também instruções, para dirigi-los e ensiná-los o que fazer.

O que eles fizeram por um espírito extraordinário em coisas extraordinárias, nós devemos fazer em deveres ordinários pelo espírito ordinário de entendimento e sabedoria que o Senhor nos dá. Mas a direção que Isaque deu a Jacó, quando o enviou a Labão (Gn 28:2), não foi nenhuma profecia extraordinária; nem aquela que Davi, quando velho, deu a Salomão (1Cr 28:9); e novamente, quando estava em seu leito de morte (1Rs 2:2-3). Ora, essas coisas estão assim escritas para nossa imitação. E grande razão há para imitar esses homens santos nessas coisas. Pois:

As palavras de um pai que morre são comumente as mais respeitadas: suas últimas palavras causam uma impressão profunda [isso os irmãos de José instam com ele (Gn 50:16)]. Se, portanto, há um tempo oportuno para um pai dar boas instruções aos seus filhos, esse tempo é quando os pais estão partindo definitivamente de seus filhos.

Assim um pai manifestará seu verdadeiro afeto e desejo fervoroso pelo bem de seus filhos: pois agora eles não podem pensar que ele busca seu próprio conforto e lucro mais do que o bem deles; como em outros tempos alguns estarão prontos a dizer das instruções e admoestações de seus pais: "Nossos pais sabem o que é bom para eles mesmos".

Para que as últimas palavras dos pais possam ser entregues aos seus filhos de forma mais oportuna e proveitosa, eles devem notar, por um lado, a quais males seus filhos são mais propensos, com quais tentações são mais assaltados, em quais armadilhas são mais propensos a cair; e, por outro lado, quais virtudes e graças são mais necessárias para eles, e em que falham mais, e consequentemente devem ordenar e moldar suas últimas palavras. Note-se como padrão o conselho de Isaque a Jacó, quando o enviou a Labão e pensou que nunca mais o veria (Gn 28:2); e o de Davi ao seu filho Salomão (1Rs 2:2-3).

59. Sobre a última bênção dos pais aos seus filhos.

Concernente às orações dos pais pelos seus filhos, notei antes ser um dever geral nunca a ser omitido (veja Seção 4); contudo, aqui em particular menciono-o novamente, porque a bênção de um pai consiste especialmente nisso; e esse é o momento mais próprio para os pais concederem uma bênção aos seus filhos, como fizeram Isaque (Gn 23:3), Jacó (Gn 48:15), Davi (1Cr 29:19) e outros. Que os pais, portanto, ao recomendarem suas próprias almas nas mãos de Deus, recomendem também seus filhos à graça e bênção de Deus. A providência de Deus é uma boa herança: muitos filhos prosperam excessivamente por meio dela, embora tenham poucos meios externos; enquanto outros que têm grandes meios usados para o seu bem chegam à ruína, seguindo-os as maldições de Deus. Ora, nenhum meio tal pode ser pensado para obter a bênção de Deus, ou para afastar Sua maldição, como as orações fiéis dos pais pelos seus filhos; especialmente quando os pais estão deixando seus filhos e indo para Deus.

60. Sobre o cuidado dos pais em recomendar seus filhos a alguns amigos fiéis.

O terceiro ponto geral de fazer escolha de alguns amigos fiéis para recomendar seus filhos é especialmente em favor daqueles que não têm idade e discrição suficientes para cuidar de si mesmos, ou daqueles assuntos pesados que lhes pertencem. Os amigos que, neste caso, são escolhidos devem ser tais que os próprios pais, por boa experiência, descobriram ser honestos, sábios, fiéis e amorosos para com eles e os seus; a quem os pais devem colocar em seu próprio lugar para o bem de seus filhos. Este meio Davi usou quando era velho em favor de seu filho Salomão (1Cr 22:17; 28:21). Muitos filhos encontraram muita ajuda por meio disso. Tais amigos podem suprir bem a partida dos pais. Estes são tanto mais necessários quanto mais instável e desenfreada é a juventude; e quanto menos capazes os filhos são de se ajudarem e guiarem a si mesmos.

61. Sobre a negligência dos pais para com seus filhos quanto ao tempo vindouro.

Contrária à providência de um pai para o bem de seus filhos após sua partida é a falta de cuidado dos pais para com o tempo vindouro. Eles pensam que o mundo acabou para eles quando eles se forem e, portanto, não terão nenhum pensamento pelos tempos futuros que virão depois deles; como se bastasse a cada um cuidar de seu próprio tempo. Pode parecer haver mais amor-próprio em tais pais do que amor pelos filhos, visto que o cuidado deles encerra-se com o seu próprio tempo e não se estende ao tempo e continuidade de seus filhos. Daí resulta que nem uma palavra de direção e exortação sai de suas bocas para seus filhos quando estão partindo, nenhuma bênção que deixarão para trás, nenhum amigo será por eles designado para ser como pais para seus filhos. "Que Deus providencie", dizem eles. Mas onde há um remeter de assuntos à providência de Deus, sem o uso daqueles meios que Deus autorizou e recomendou por Sua palavra, pode haver pouca esperança de que Deus cuide daquilo

que Lhe é assim recomendado. Tais homens não dependem com fé da providência de Deus, mas fazem do próprio nome dela um pretexto para abandonar aquele cuidado que Deus, como um dever obrigatório, exige deles. Como há pouco amor pelos filhos em tais pais, há também menos zelo pela glória de Deus: pois o cuidado de um pai pelo bem-estar de seus filhos, especialmente pela continuidade deles em temer e servir ao Senhor após sua própria partida deste mundo, é um meio especial de preservar o temor de Deus no mundo e propagá-lo de era em era; de modo que esta negligência é uma falta maior do que muitos percebem.

62. Sobre os pais fazerem um Testamento antes de morrerem.

As duas coisas particulares a serem observadas pelos pais para manifestação de seu cuidado providente sobre seus filhos para o tempo vindouro, mesmo após sua partida, especialmente em relação ao seu estado temporal, são estas:

1. Que façam um Testamento.
2. Que deixem seus bens para seus filhos.

Tem sido uma prática antiga e louvável, tanto entre o povo de Deus quanto entre outros que foram guiados pela civilidade comum, que, quando aqueles que possuem algum patrimônio envelhecem ou adoecem, e têm qualquer ocasião de esperar a morte, façam seu último Testamento. Isso é exposto no Antigo Testamento sob esta frase: *Põe em ordem a tua casa*. É um dever expressamente ordenado por Deus (2Rs 20:1) e isso não sem boa razão. Pois:

1. O Testamento de um pai é um meio especial para estabelecer a paz entre os filhos após sua partida e para fazê-los contentes com aquela porção que ele lhes

designou, porque pelo Testamento eles sabem que foi o prazer de seu pai que tivessem tal e tal porção. Se controvérsias surgirem, ainda assim um Testamento é um meio para a lei determiná-las rapidamente, sem processos tediosos e caros: pois o Apóstolo toma como um caso resolvido que ninguém anula ou acrescenta nada ao testamento de um homem (Gl 3:15).

2. Depois que um pai fez seu Testamento, ele pode, com mais tranquilidade, dedicar-se a contemplações celestiais e preparações para a morte; e pensar em instruções tão boas quanto as que são mais adequadas para dar como despedida aos seus filhos; e esperar com mais disposição o momento de sua dissolução; e submeter-se com mais paciência ao próprio golpe da morte.

Ao realizar este dever, o homem deve tanto observar um tempo oportuno quanto buscar bom conselho. O tempo oportuno é enquanto seu entendimento é bom e sua memória perfeita; de modo que ele possa lembrar suas dívidas, o que deve e o que lhe é devido; bem como quais bens tem para distribuir e, com discrição e sabedoria, ordenar seu patrimônio. E porque, através dos cavilos que muitos advogados inescrupulosos e outros podem fazer, seu verdadeiro significado pode ser pervertido, é adequado ter o conselho de quem possa, em palavras e frases distintas, expressar seu significado de modo que fiquem livres de exceções. Assuntos de peso devem ser geridos com sabedoria.

63. Sobre negligenciar a feitura de um Testamento.

Contrária é a prática diária de muitos pais que não estão dispostos a fazer nenhum Testamento; ou então, por uma esperança vã de que possam viver mais, e quando estão doentes, na ilusão de que possam se recuperar, ou pelo menos continuar por mais tempo a desfrutar do uso de seu entendimento e

memória, adiam a feitura de seu Testamento até que seja tarde demais; e assim morrem sem Testamento, ou fazem um Testamento tal que gera mais motivo de processo do que se não tivessem Testamento algum; seja porque se duvida se quem o fez tinha seu entendimento e memória, seja porque seu Testamento é tão abrupto e ambíguo que seu significado não pode ser conhecido. Os males que seguem essas negligências são muitos. Como:

1. Descrédito para a pessoa falecida.
2. Contendas entre seus filhos sobreviventes.
3. Desperdício de grande parte, se não de todo o seu patrimônio, em processos judiciais.
4. Prejudicar muitos credores em sua dívida devida.

A razão que faz muitos adiarem a feitura de seu Testamento é uma ideia tola de que, se o Testamento de um homem for feito, então ele necessariamente morrerá imediatamente. Mas que fundamento têm os homens para tal ideia? Se a doença cresce sobre um homem, enquanto seu Testamento não está feito, sua mente está inquieta; estando sua mente inquieta, o remédio que lhe é administrado não pode funcionar tão bem; de modo que sua morte pode ser mais apressada por não fazer um Testamento. Além disso, se sua fala falhar antes de seu entendimento, o pensamento de que então morrerá sem um Testamento pode perturbá-lo tanto que sua partida será muito inquieta e penosa.

64. Sobre os pais deixarem seu patrimônio para seus filhos quando morrerem.

Foi mostrado antes que os pais deveriam reservar uma porção para seus filhos visando sua entrada em uma vocação e o casamento (veja Seção 56). Há um dever adicional exigido

quando eles estão saindo do mundo, a saber, que deixem todo o seu patrimônio para seus filhos. [Onde digo "todo", não excluo obras de caridade, nem o pagamento de dívidas, que é um ponto de justiça, mas incluo mais do que é dado como porções ou reservas em vida.] Aquele patrimônio, especialmente, que os pais receberam de seus progenitores, estão eles mais obrigados a deixar para seus filhos. Está expressamente registrado que Abraão deu tudo o que tinha a Isaque (Gn 25:5). A Lei de Deus providenciou para isso entre os judeus: pois um homem não podia vender sua terra para cortá-la de sua posteridade (Lv 25:23). Foi isso que fez Nabote recusar vender sua vinha a Acabe, como sua resposta implica: *Guarde-me o Senhor de que eu te dê a herança de meus pais* (1Rs 21:3): porque era a herança de seus pais, isto é, ele a recebera deles, ele achava ilícito privar seus filhos dela. Esta frase — *se filhos, então herdeiros* (Rm 8:17) — toma como uma verdade concedida que os filhos têm direito ao patrimônio de seus pais; e se têm direito a ele, não podem ser privados dele.

Deus dá riqueza aos pais apenas para o tempo de sua vida: tempo em que eles são apenas como guardiões para os filhos de Deus e são responsáveis perante Deus; de modo que não têm um poder absoluto para fazer com ela o que quiserem, mas, segundo as direções do grande Senhor e Mestre, devem usá-la, reservá-la e deixá-la. Para este fim, os pais devem ordenar sua maneira de viver segundo aquela porção que o Senhor lhes designou e, por Sua providência, lhes concedeu; eles devem [como se diz no provérbio] dar o passo conforme a perna. Dos dois, é muito melhor para os pais viverem abaixo do que acima de suas posses. Desde que não negligenciem nenhum dever de caridade ou justiça; nem, por mesquinhez e avareza, portem-se de forma indigna do lugar em que Deus os colocou e do patrimônio que Ele lhes concedeu. Aquele que vive um pouco abaixo de suas posses tem oportunidade de reservar porções para

outros filhos [se tiver muitos] e de reservar sua herança íntegra para o seu primogênito [além de muitas outras boas obras de caridade conforme Deus oferecer ocasião], o que aquele que vive acima de suas posses não pode fazer.

65. Sobre os inconvenientes que os pais imprevidentes trazem aos seus filhos após sua morte.

Contrários a este ramo da providência de um pai são muitos cursos de pais imprevidentes: pois:

1. Alguns pais esbanjam e consomem todo o seu patrimônio em seu próprio tempo de vida, fazendo-o encerrar-se em suas pessoas. Indignos são eles de receber qualquer herança dos antepassados. Sua falta é dupla:
2. Em gastar prodigamente acima de suas posses.
3. Em prejudicar seus filhos e privá-los de seu direito: pois pessoas particulares que se sucedem umas às outras são apenas como diversos elos de uma família contínua, que são, pela providência de Deus, adicionados uns aos outros: esta corrente não deve ser quebrada ao prazer de nenhum homem; mas, para a preservação dela, aquilo que foi recebido dos predecessores deve ser deixado aos sucessores.
4. Outros deixam seu patrimônio para seus filhos, mas tão sobrecarregado de dívidas, obrigações, hipotecas e ônus que seus filhos estariam melhor sem ele do que com ele. Pois possuí-lo faz com que vivam em um padrão correspondente e traz muitos fardos sobre eles; além disso, as dívidas em que se acham obrigados tornam-nos como servos de seus credores (Pv 22:7): e, com o tempo, devem ser forçados a vender tudo ou, como cativos, jazer na prisão.

5. Outros, embora não lidem tão duramente com seus filhos, lidam duramente demais ao "depenarem" e saquearem sua herança o quanto podem: não se absterão de obter qualquer ganho presente que puderem, embora tenda imensamente ao prejuízo e dano de seus filhos depois deles; como aqueles que cortam toda a madeira e árvores que podem e retiram todo o vigor de sua terra.
6. Entre estes podem ser contados tais pais que, por mera negligência, deixam as coisas irem à ruína por falta de reparos oportunos: pelo que acontece que tais danos que, no tempo do pai, poderiam ter sido evitados com o gasto de alguns xelins, não podem ser renovados com muitas libras.
7. Tais também que não se importam, em vida, em regularizar os títulos daquelas coisas que deixam aos seus filhos; mas deixam tudo tão instável e litigioso que frequentemente custa aos filhos mais em processos judiciais para manter a herança que seus pais lhes deixam do que a herança vale; e ainda assim, após todo o seu esforço e custo, perdem a herança também; enquanto o pai, que sabia mais do que o filho pode saber, poderia, com pouco esforço e gasto, ter estabelecido e esclarecido tudo.

Estes são males em que muitos filhos foram colocados pela imprevidência de seus pais; os quais devem ser dados a conhecer para que aqueles que vêm depois provem ser mais providentes para com seus filhos.

66. Sobre o respeito imparcial dos pais para com todos os seus filhos.

Até aqui tratamos dos deveres dos pais. As pessoas a quem esses deveres devem ser prestados devem ser consideradas distintamente.

As partes a quem os pais devem realizar todos os deveres mencionados são expressas sob esta palavra [filhos], que não tem qualquer respeito especial à prioridade de nascimento, à constituição do corpo, ao afeto do pai, ou a qualquer coisa do tipo, como se apenas os primogênitos, os robustos, os bonitos ou os favoritos fossem pretendidos; mas todos os que são gerados e nascidos dos pais, todos os seus filhos são visados. De onde observo que os pais devem ter um respeito imparcial para com todos os seus filhos e cumprir o dever de forma indiferente e igual para com todos. Temos como prova disso o padrão de Deus, que considera todos os Seus filhos como filhos queridos ou amados. A palavra grega traduzida como "querido" é muito enfática: é propriamente atribuída a um filho único. Os Setenta, que traduziram a Bíblia Hebraica para o grego, interpretam com esta palavra a frase "Filho Único": pois onde em hebraico se diz a Abraão: *toma teu filho, teu único*, eles traduzem assim: *toma teu filho, teu querido*, ou *teu amado* (Gn 22:2). Outros autores gregos atribuem a mesma palavra a um filho único, e também a um olho único: como quando um homem tem apenas um olho, chamam-no de "olho amado". Esta palavra, então, mostra que Deus respeita tanto a todos os Seus filhos como se todos fossem apenas um, todos um primogênito, todos um filho favorito. Tão rara é esta virtude do respeito imparcial [rara na sua excelência, rara também na sua escassez] que em toda a Escritura mal consigo encontrar um padrão perfeito dela entre os filhos dos homens. Muitos exemplos podem ser dados do contrário, como ouviremos adiante. Mas quanto mais rara ela é, mais devemos nos esforçar por ela, para que assim nos assemelhemos à paternidade de Deus.

Todos os nossos filhos vêm da nossa própria substância e entranhas. Por que, então, deveríamos respeitar um filho acima de outro, mais do que fazemos com um olho ou um ouvido acima de outro? Somos tão zelosos por um quanto por outro, embora talvez tenhamos mais uso de um do que de outro.

Todos os nossos filhos nos são igualmente confiados por Deus: os mesmos preceitos e direções são dados para todos igualmente; a mesma conta deve ser prestada por todos. Se um Rei confiasse muitos de seus filhos a uma ama, não ficaria ele ofendido [e com justiça] se ela fizesse tal diferença entre eles, por uma parcialidade tola, a ponto de respeitar alguns e negligenciar outros?

67. Sobre os pais preferirem um filho obediente a um filho desobediente.

Objeção: E se um filho for mais piedoso para com Deus e os pais, e outro mais rebelde, não pode um pai respeitar mais aquele do que este?

Resposta 1: Ele pode notar o comportamento diferente deles e, conseqüentemente, recompensar um e punir o outro, e ainda assim manter um desejo igual de fazer o bem a ambos; pois punir o filho rebelde é um dever do pai; uma evidência de amor e um meio de lhe fazer bem.

Resposta 2: Não é parcialidade gostar da graça e da bondade em um filho e, por causa da graça e da bondade, amar seu filho tanto mais, assim como pela impiedade e obstinação na rebelião ter seu coração mais alienado de seu filho: isso é, antes, uma virtude no pai. Parcialidade é quando, por interesses secundários e inferiores, um filho é preferido a outro.

68. Sobre a prerrogativa do filho primogênito.

Pergunta: Não pode um pai preferir seu filho primogênito e herdeiro acima de seus outros filhos?

Resposta: Devemos fazer diferença entre a disposição dos bens de um pai sobre seus filhos e a ordenação de seu afeto para com eles. O afeto de um pai, o cuidado com a boa educação, o desejo do verdadeiro bem e as orações fiéis a Deus podem ser tão grandes para com seus filhos mais novos quanto para com seu filho primogênito e herdeiro, e ainda assim ele pode conceder o maior patrimônio ao herdeiro; o que não é parcialidade.

Pergunta: É então justo e equitativo que o filho mais velho tenha um patrimônio maior do que qualquer um dos outros?

Resposta: É perfeitamente justo e equitativo. Pois:

1. Deus assim o designou: sim, Ele fez disso uma das prerrogativas do primogênito, ter uma porção dobrada (Dt 21:17). Com base nisso, José, que era o primogênito da esposa legítima, teve uma porção dobrada; e, como testemunho disso, sua posteridade formou duas tribos.
2. As leis de todas as nações ordenam o mesmo.
3. Nossa lei dá toda a herança de propriedades de posse plena ao filho mais velho: aspecto em que lhe é devida. Pois em assuntos civis e temporais esta regra é verdadeira: vivemos pela lei. Considero uma questão de consciência para um pai deixar a cada filho aquilo que por lei lhe é devido. Nem é sem boa razão que a lei ordena que todo o patrimônio de terras de posse plena de um pai deva descender ao herdeiro; pois:
4. Há uma excelência no primogênito, como é evidente pelo discurso de Jacó ao seu filho mais velho: *tu és meu*

primogênito, minha força e as primícias do meu vigor, o mais excelente em dignidade e o mais excelente em poder (Gn 49:3). E, por isso, Deus tomou os primogênitos como peculiares para Si (Êx 13:2).

5. Casas e famílias, por este meio, são sustentadas e continuadas de era em era. Quão necessário é para o estabelecimento de uma Sociedade que as famílias sejam assim continuadas é evidente tanto pela experiência de todos os que têm olhos para ver em que consiste a estabilidade de uma nação, quanto pelas muitas leis que Deus ordenou entre os judeus para este propósito; como:
6. Que nenhuma terra fosse totalmente cortada de uma família (Lv 25:23).
7. Que se alguém, por pobreza, fosse forçado a vender sua terra, o parente mais próximo deveria comprá-la (Lv 25:25).
8. Que se um homem que vendeu sua terra não pudesse de modo algum resgatá-la, no ano do Jubileu ele deveria ter a posse dela novamente (Lv 25:28).
9. Que se as filhas fossem herdeiras, não deveriam se casar fora da tribo de seu pai: e a razão dada é para que cada homem possa desfrutar da herança de seus pais (Nm 36:8).

Objeção: Ao deixar toda a herança ao mais velho, ele pode ser tornado um cavalheiro, e todos os outros, mendigos.

Resposta: Nesse aspecto, os pais devem ser tanto mais providentes para com seus outros filhos, treinando-os em vocações, ou reservando porções, ou estabelecendo outros bens para eles além da herança principal, ou providenciando para que porções competentes sejam extraídas da herança do filho mais velho, caso Deus os leve antes que tenham provido de outra forma para os filhos.

Desta resposta pode-se colher uma terceira razão para mostrar que é uma lei proveitosa para a Sociedade que o herdeiro tenha toda a terra. Pois esta lei torna os pais mais cuidadosos em treinar seus filhos mais novos para diversas vocações que são úteis a uma nação. Se cada filho tivesse uma parte das terras de seu pai, todos dependeriam disso de tal modo que nenhum deles se exercitaria em vocações que são meios de sustento dos homens.

69. Sobre a parcialidade dos pais para com alguns filhos.

Contrária ao dever mencionado do respeito igual de um pai para com todos os seus filhos é a parcialidade em pais e mães, manifestada de várias maneiras. Pois:

1. Muitos pais têm seus filhos favoritos, aos quais tanto afeto é demonstrado que, em comparação, nenhum é demonstrado aos outros. Enquanto alguns são acalentados no seio, outros são negligenciados como se não fossem seus, mas nascidos de forma vil. A falta de naturalidade da águia é notada neste sentido, que ela expulsa do ninho um de seus filhotes e alimenta apenas o outro como seu. De tal parcialidade nos pais procedem muitos males, como estes:
2. Eles dão ocasião aos que observam isso de suspeitarem que aqueles filhos que são tão pouco respeitados não são seus.
3. Eles fazem com que a inveja, a malícia e muita contenda surjam entre os filhos. Quando os irmãos de José viram que seu pai o amava mais do que a todos eles, odiaram-no e não podiam falar com ele pacificamente (Gn 37:4).
4. Eles provocam Deus a infligir algum juízo sobre aqueles filhos que são tão mimados e preferidos aos demais, para que assim vejam melhor sua tolice. Este pecado da

parcialidade dos pais é tanto maior quando, por motivos externos, preferem os filhos ímpios e profanos aos filhos piedosos e graciosos. Isaque falhou muito nisso, pois amava Esaú [um profano (Hb 12:16)] porque comia de sua caça (Gn 25:28).

5. Outros pais empenham-se tanto em elevar sua casa que todo o seu cuidado é promover o filho mais velho, pela educação, por mesada liberal e por deixar tudo o que têm para ele; e, enquanto isso, negligenciam seus filhos mais novos. Embora [como foi notado antes (veja Seção 68)] a herança principal possa justamente, sem aparência de parcialidade, ser deixada ao herdeiro, contudo ser cuidadoso apenas com ele e negligenciar os outros cheira a parcialidade crassa. É mais condizente com a razão natural que, assim como a vida é dada a todos os filhos, os meios de manter a vida sejam dados a todos.
6. No número de pais parciais podem ser contados aqueles que injustamente deserdam seu primogênito. Pois pertencendo-lhes a herança por direito, e não merecendo eles serem deserdados, certamente é algum interesse secundário que faz os pais preferirem o mais novo ao mais velho; e isso é parcialidade clara. Este tipo de parcialidade ocorre comumente em pais que tiveram filhos de várias esposas. Às vezes, a aversão por uma esposa anterior faz o pai desgostar dos filhos que teve com ela e, por essa aversão, deserdar o herdeiro dela. Deus deu aos judeus uma lei expressa contra este tipo de parcialidade (Dt 21:15). Às vezes, também, uma busca gananciosa de vantagem para si mesmos faz os pais deserdarem o herdeiro legítimo: como quando um homem, após ter enterrado a mãe de seu primogênito, ouvindo falar de outra mulher que possui grande riqueza, a corteja. Ela recusa porque ele tem um herdeiro de uma esposa anterior. Ele, para remover esse obstáculo, firma

um pacto de fazer do filho que tiver com ela [se tiver algum] seu herdeiro: com isso o casamento é consumado; sua segunda esposa dá à luz um filho; ele, por causa de seu pacto, deserdar o primeiro herdeiro. Uma prática injusta e ilícita.

70. Sobre as causas pelas quais o primogênito pode ser deserdado.

Pergunta: Não pode, então, um filho primogênito ser deserdado?

Resposta: Sim. A Escritura nota duas causas pelas quais o primogênito pode ser afastado da herança:

1. Se ele for ilegítimo: pois tal pessoa não tem título legítimo. *O filho da escrava não herdará com meu filho*, diz Sara (Gn 21:10), e isso com justiça. Para propósito semelhante dizem os filhos da esposa de Gileade a Jefté: *Não herdarás na casa de nosso pai, porque és filho de uma mulher estranha* (Jz 11:2). Justa foi aquela acusação que Jotão lançou sobre os homens de Siquém por fazerem de Abimeleque, o filho bastardo de Jerubaal, rei (Jz 9:18); e justa foi a vingança de Deus sobre eles por esse erro cometido contra os filhos legítimos de Jerubaal.
2. Se ele for notoriamente ímpio. Assim Rúben, por cometer incesto abominável, perdeu seu direito de primogenitura (Gn 49:4; 1Cr 5:1). Muitos crimes particulares são enumerados pelos juristas civis, os quais seria longo demais recitar aqui.

71. Sobre o dever dos pais e mães por afinidade (padrastos, madrastas, sogros e sogras).

A extensão deste título [Pais] deve ser considerada em último lugar. Não apenas os pais naturais, mas também todos os que estão no lugar deles estão compreendidos sob ele. Como aqueles que estão no lugar de pais:

1. Pelo vínculo do casamento.
2. Pela proximidade de sangue.
3. Por designação voluntária.

O primeiro tipo são os pais e mães por afinidade: que são assim contados ou pelo casamento dos próprios pais, ou pelo casamento de seus filhos.

Aquele homem ou mulher que se casa com um pai ou mãe que já tinha filhos antes do casamento está no lugar de um pai natural: assim José foi um pai para Jesus (Lc 2:48), e Quetura uma mãe para Isaque (Gn 25:1). Da mesma forma, os pais naturais do filho que se casou com uma esposa, ou daquela filha que se casou com um marido, estão no lugar de pais para a esposa de seu filho e para o marido de sua filha. Assim Jetro foi um pai para Moisés (Êx 18:1), e Noemi uma mãe para Rute (Rt 3:1).

Todos estes devem considerar seus filhos por afinidade [isto é, os filhos de seu marido ou esposa, ou as esposas de seus filhos, e os maridos de suas filhas] como seus próprios filhos naturais e, de acordo com a idade e o lugar desses filhos, realizar os deveres mencionados e buscar o bem deles de todas as formas [exceto naqueles deveres que de maneira peculiar pertencem aos pais naturais, como a amamentação para uma mãe natural ou o deixar a herança para um pai natural].

Como padrão disso, tomem-se os exemplos mencionados de José e Noemi. Que pais naturais poderiam fazer mais por seus

próprios filhos do que José fez por Jesus, e Noemi por Rute? A história nota como José cuidou para que o filho de sua esposa fosse circuncidado e apresentado no templo (Lc 2:21-22); como fugiu de lugar em lugar para preservar a vida da criança (Mt 2:14); quão perplexo ficou quando pensou que a criança estava perdida (Lc 2:48); como o criou em sua própria casa (Lc 2:51). A história também nota como Noemi trouxe Rute, a esposa de seu filho, para seu próprio país e a manteve consigo (Rt 1:22), e a dirigiu para onde ir (Rt 2:22), e qual marido ter (Rt 3:1), e tornou-se ama de seu filho (Rt 4:16).

O casamento faz do homem e da mulher uma só carne: aspecto em que devem ter uma só mente e os mesmos afetos, tanto mutuamente um para com o outro, quanto conjuntamente para com os filhos de cada um. Com base nisso também, o marido e a esposa de um filho, sendo uma só carne com o filho, devem ser respeitados como o próprio filho. Com base nisso, Deus conta os Santos como Seus filhos queridos (Ef 5:1), porque estão desposados com Seu Filho natural (2Co 11:2).

Respeitar os filhos de um marido ou esposa como se fossem seus é uma grande evidência de amor total ao marido ou à esposa. E respeitar o marido ou a esposa de um filho é uma grande evidência de amor ao próprio filho. Se o provérbio do mundo é válido ["quem ama a mim, ama ao meu cão"], quanto mais verdadeira é esta regra cristã: ama a mim e ama ao meu filho; ou ama a mim e ama ao meu marido; ou ama a mim e ama à minha esposa.

Este também é um meio especial para acender e preservar o amor mútuo entre marido e mulher que têm filhos de maridos e esposas anteriores; bem como entre pais e filhos.

72. Sobre o comportamento perverso de padrastos, madrastas, sogros e sogras para com seus filhos.

Contrário é o comportamento da maioria dos pais por afinidade: especialmente daqueles que se casam com maridos ou esposas que já tinham filhos antes do casamento. Estão tão longe de realizar o dever mencionado que, antes, invejam a prosperidade dos filhos de seus maridos e esposas; e secretamente esforçam-se para impedi-la no que podem; e astutamente buscam alienar o afeto do pai ou mãe natural deles: de onde tragédias terríveis foram feitas e males lamentáveis se seguiram. Que outra razão pode ser dada para isso senão uma clara instigação do diabo, que assim trabalha para desunir aqueles a quem Deus uniu? Para evitar esta armadilha, notem os males que daí decorrem:

1. Tais pais pecam contra a ordenança de Deus e, como Eva, inclinam-se mais à sugestão de Satanás do que à direção de Deus.
2. Eles alienam os corações e afetos de uns para com os outros: não apenas dos filhos, mas de si mesmos.
3. Eles provocam seus filhos por afinidade a contê-los e desprezá-los, e a não lhes prestar dever algum.

Daqui notem em que inferno os padrastos e madrastas crueis se lançam. Se isso fosse devidamente pesado, creio que pensariam de outra forma. Mas o deus deste mundo cega tanto os olhos deles com o amor-próprio e com a inveja que não conseguem ver os males em que se mergulham.

Este é um ponto tanto mais a ser pesado quanto a falha aqui taxada é tão comum, e em todas as eras tem sido comum demais. Que queixas graves foram feitas em tempos passados, e ainda são feitas por filhos contra padrastos e madrastas? De onde também seguiram-se imprecações terríveis. Que viúvos e viúvas

que têm filhos pensem seriamente nisso de antemão; e sejam mais circunspectos ao tomarem um segundo ou terceiro marido ou esposa; e depois de casados, que tomem cuidado com as armadilhas de Satanás; e que a consciência do dever prevaleça mais com eles do que a corrupção da natureza.

73. Sobre as falhas dos pais para com os maridos e esposas de seus filhos.

Muitos pais para com os maridos e esposas de seus filhos também transgridem muito e se desviam de seu dever: pois:

1. Mostrarão muito mais respeito aos seus próprios filhos do que aos cônjuges destes: como indo à casa da filha quando o marido dela está fora, e nunca senão então; e mandando chamar seus filhos à sua casa, mas não as esposas deles.
2. Em todas as divergências, tomarão o partido de seus próprios filhos, ainda que estes estejam errados, e mostrarão grande parcialidade.
3. Frequentemente darão conselhos muito ruins: aconselhando seus filhos a manterem suas esposas com pouco dinheiro; aconselhando suas filhas a não serem muito sujeitas aos seus maridos, sim, a furtarem secretamente de seus maridos.
4. Se vivem com seus filhos, bisbilhotarão tudo o que o marido ou a esposa de seu filho faz, e mostrarão tal suspeita e ciúme em tudo que não podem senão causar muita discórdia: e daqui frequentemente acontece que ou os pais e o filho, ou o marido e a esposa devem ser separados; não podem todos viver juntos em paz.

Noto estas falhas para que possam ser mais cuidadosamente evitadas.

74. Sobre o dever daqueles que estão no lugar de pais para com os órfãos.

O próximo tipo daqueles que estão no lugar de pais são os que, em sangue e parentesco, são os mais próximos dos pais: como avôs, avós, tios, tias, irmãos ou irmãs mais velhos, seus maridos ou esposas, e primos. Estes comumente são contados como estando no lugar de pais quando Deus tira os pais naturais e imediatos de seus filhos: de modo que são pais para os órfãos. Os deveres que foram prescritos aos pais naturais pertencem a eles [exceto o que foi ressaltado antes (veja Seção 71)]. O dever deles é ver que esses órfãos sejam bem educados, bem colocados em alguma boa vocação, bem casados e [se os órfãos forem deixados desprovidos de meios] bem providos.

Mardoqueu é um digno precedente e padrão para este tipo de pai. Ele criou Ester, a filha de seu tio [pois ela não tinha pai nem mãe], ele a tomou como sua própria filha (Et 2:7): quando ela lhe foi tirada, ele ia saber como ela estava e o que aconteceria com ela (Et 2:11): e ele lhe dava conselhos de tempos em tempos sobre como se portar (Et 2:22; 4:13). Que aqueles que são pais de órfãos tomem este exemplo como uma direção e como um motivo para realizar os outros deveres prescritos aos pais naturais conforme a necessidade exigir e a ocasião se oferecer.

Deus, por Sua providência, ao tirar os pais naturais, confia os órfãos deles como um encargo ao parente mais próximo: para que, assim como seus pais naturais os deram à luz, estes os criem. Portanto, pela sua recompensa, que olhem para Deus [que assume para Si ser pai dos órfãos (Sl 68:5)] e, para seu encorajamento, lembrem-se da recompensa que Mardoqueu recebeu do Senhor; sim, lembrem-se também da bênção que Deus concedeu a Ester. Deus frequentemente

abençoa tanto os meios usados para a educação de órfãos que aqueles que cuidam disso não têm causa para se arrependem de seu esforço e custo, mas antes têm muito motivo de conforto, alegria e ação de graças.

75. Sobre a negligência comum para com os órfãos.

Comum demais é a disposição contrária da maioria dos parentes; pensam que não estão obrigados a ninguém senão aos seus próprios filhos e, se não têm filhos, a ninguém. Muitos são da opinião do parente de Rute: temem prejudicar sua própria herança (Rt 4:6). Embora sejam eles mesmos excessivamente ricos e gastem muito em vestuário, passatempos e manutenção da casa, conseguem permitir que os órfãos de seus parentes pobres passem necessidade e mendiguem por carência. É isso que torna a perda dos pais naturais tanto maior. E nisso muitos cristãos são mais desumanos que os pagãos: o que o Apóstolo implica quando diz que são piores que os infiéis (1Tm 5:8): pois os parentes mais próximos dos órfãos devem ser contados entre aqueles que o Apóstolo denomina como "os seus".

76. Sobre os deveres dos tutores.

O último tipo daqueles que estão no lugar de pais são os que têm o encargo de crianças confiado a eles por designação voluntária dos pais, ou são escolhidos pelas próprias crianças, ou pelo Magistrado quando os pais estão mortos, ou loucos, ou de qualquer outra forma impotentes e incapazes de criar seus próprios filhos.

Destes, requer-se antes cuidado e consciência do que custo e despesas: pois comumente tanto suas despesas são permitidas quanto seus esforços recompensados.

Aqueles que, em razão da morte ou impotência dos pais naturais, têm o encargo de crianças confiado a eles, são comumente chamados de Tutores: dos quais dois deveres gerais são exigidos:

1. Que zelem pela boa educação de seu pupilo.
2. Que preservem o patrimônio e a herança dele.

Para a educação deles, as direções dadas antes aos pais naturais devem ser observadas por eles. Para a preservação de seu patrimônio, devem fazer pelos seus pupilos o que fariam pelos seus próprios filhos; e portar-se de modo que, com boa consciência, possam prestar aquela conta aos seus pupilos, ou a qualquer outro, que a Lei exige.

Os dois deveres mencionados são os fins principais para os quais os tutores são escolhidos: em cuja realização, se forem fiéis, grande reparação será feita pela morte prematura dos pais; e, não obstante os pais morram antes que seus filhos tenham discrição para gerir seus bens, ainda assim suas casas e famílias serão mantidas, e os jovens herdeiros guardados de vigaristas e trapaceiros.

Nota-se de João, que teve a mãe de Jesus recomendada a ele, que a tomou para sua própria casa (Jo 19:27): pelo que se implica seu cuidado providente pelo bem dela.

77. Sobre a fraude dos tutores.

Contrária é a prática da maioria dos tutores, que tomam pupilos para sua própria vantagem e fazem deles uma presa. Os pagãos podiam dizer que a tutela deve ser exercida para o benefício do pupilo, e não do tutor. No entanto, entre cristãos encontra-se a falha mencionada dos tutores.

Há poucas crianças [que não têm pais naturais para zelarem por sua boa educação] que não sejam excessivamente negligenciadas nisso e criadas de forma muito rude e licenciosa: sim, muitas vezes de forma muito parcimoniosa e mesquinha quanto à alimentação, vestuário e outras coisas necessárias, embora tenham o suficiente para cobrir tudo o que for gasto com elas.

O patrimônio e bens principais de muitos pupilos são muito prejudicados: e se têm terras, tanto desperdício é feito nelas quanto possivelmente se pode; e quando uma conta deve ser prestada, será uma conta extensa, injusta e totalmente inescrupulosa: se o tutor conseguir apenas uma quitação geral, é tudo o que lhe importa.

Casamentos são, de certa forma, forçados sobre muitos pupilos: e tais pares lhes são impostos que eles não podem gostar; sim, tais que de modo algum são adequados para eles, nem por bens, nem por anos, nem por proporção de corpo, nem por qualidades de mente. Pouco pensam esses tutores naquela conta à qual serão levados em outro dia perante o Senhor, que Se intitula o ajudador do órfão (Sl 10:14) e que contempla o mal para o retribuir. Terrível é aquele juízo que o Senhor ameaçou contra os que oprimem o órfão (Êx 22:22). Não pensem, portanto, os tutores injustos que o ganho que obtêm erroneamente de seus pupilos prosperará: mas antes, que esperem a maldição de Deus sobre seus próprios filhos e bens. Se aqueles a quem os próprios pais, em seus leitos de morte, confiaram seus filhos, na confiança de sua fidelidade, lidarem enganosamente com seus pupilos, seu pecado é dobrado e triplicado. Pois:

1. Violam o vínculo da amizade, fidelidade e confiança neles depositada.

2. Pecam diretamente contra a justiça.
3. De forma monstruosa transgridem as regras da caridade.

78. Sobre o dever dos mestres-escola e preceptores.

Entre aqueles que, por designação voluntária, são colocados no lugar de pais, devem ser contados os Mestres-escola e Preceptores. A autoridade e o encargo de um pai lhes são confiados por um tempo: portanto, por esse tempo, devem realizar o dever de um pai. O dever deles é apropriado à educação: não lhes pertence manter as crianças a eles confiadas: eles mesmos são, antes, mantidos por seus esforços dessa forma.

Todos os deveres que foram antes compreendidos sob a criação ou disciplina pertencem aos mestres-escola e preceptores. Mais particularmente, devem instruir as crianças em três coisas:

1. No aprendizado.
2. Na civilidade e bons modos.
3. Na verdadeira piedade e religião.

Não precisarei falar mais destes pontos do que o que já foi entregue antes (veja Seção 28 e 34): apenas para provocá-los a serem diligentes em bem educar as crianças nesses três pontos, que o benefício dos bons mestres-escola e preceptores seja bem notado.

Os mestres-escola comumente lançam a primeira semente nos corações das crianças: eles as temperam primeiro: conforme for a semente, tal será a colheita; conforme for o primeiro tempero, assim o sabor continuará a ser. Se não semeiam semente boa alguma, que colheita se pode esperar? Se semeiam uma semente corrupta de grosseria, licenciosidade,

profanidade, superstição e qualquer maldade, a colheita deve necessariamente ser correspondente a isso. Mas se semeiam a boa semente do aprendizado, da civilidade e da piedade, há grande esperança de uma boa colheita. Daqui segue-se que eles são de grande utilidade e podem trazer muito bem, não apenas às próprias crianças e aos seus pais, mas também à Igreja e à Sociedade. Juliano, o Apóstata, não ignorava isso: e, portanto, esforçando-se para erradicar o Cristianismo do mundo, não permitia que homem algum que se professasse cristão ensinasse em uma escola; mas, em vez de mestres-escola cristãos, estabeleceu em cada parte de seus domínios mestres-escola pagãos.

Os Preceptores, a cujo governo os jovens estudantes que são enviados às Universidades são confiados, têm de lidar com os filhos em seus anos mais maduros; justamente quando chega o tempo de estabelecê-los em um curso: o exato momento em que muito bem pode ser feito aos filhos, ou então em que podem ser totalmente pervertidos. Haverá pouca esperança de curvá-los e atraí-los para outro curso depois que estiverem livres do governo de um preceptor. Os preceptores, portanto, assim como têm necessidade de grande sabedoria, também têm de boa consciência, para que tenham o maior cuidado com seus pupilos e tomem o maior esforço em ensinar-lhes os três pontos mencionados: aprendizado, civilidade e piedade. Um bom preceptor pode fazer muito para reparar a negligência e emendar os defeitos de um mestre-escola; mas não resta ninguém para remediar as falhas de um preceptor: os filhos, na maior parte, estão além de qualquer reparação quando deixam de ter um preceptor.

79. Sobre a negligência dos mestres-escola e preceptores.

Os vícios contrários ao dever dos mestres-escola mencionado anteriormente são estes:

1. Inaptidão. Muitos que são mais aptos para serem ensinados do que para ensinar assumem este encargo de peso. Alguns não têm aprendizado suficiente; outros, ainda, são rudes e eles mesmos não conhecem os bons modos; e alguns não conhecem os primeiros princípios dos oráculos de Deus. Nenhum bem se pode esperar destes.
2. Ganância. Tudo o que muitos buscam é multiplicar o número de seus alunos e obter o máximo que puderem pelo alojamento e ensino: visam mais ao seu próprio ganho do que ao proveito de seus alunos. Não é provável que as crianças prosperem bem sob eles.
3. Negligência. Muitos têm relutância em assumir os esforços de um mestre-escola e, por isso, comparecem à escola o mínimo que podem: aproveitam qualquer pequena ocasião para se retirarem; não se importam com o quanto as crianças brincam; se têm condições de contratar um assistente pobre, todo o fardo será lançado sobre ele. Pouco é o fruto que se pode esperar deles.
4. Falta de piedade. Muitos mestres-escola habilidosos e diligentes, sob cujo ensino as crianças progridem muitíssimo bem no aprendizado, pensam que nada lhes compete ensinar os fundamentos da religião, de modo que negligenciam totalmente a piedade. Certamente eles mesmos carecem dela: pois, se seus próprios corações fossem temperados com a verdadeira piedade, suas consciências os moveriam a ensiná-la às crianças. As coisas do reino de Deus são semelhantes ao fermento, que tempera toda a massa com aquele tempero e sabor que ele mesmo possui. Quando as crianças passam quase todo o seu tempo com seus mestres-escola, de quem

deveriam aprendê-la, senão deles? Que bênção se pode esperar dos esforços de tais mestres-escola?

Eu poderia acrescentar a estes a remissividade excessiva de alguns [pela qual as crianças se tornam rebeldes demais] e a severidade excessiva de outros, seja na frequência da correção, como se tivessem prazer nisso, seja na medida dela, como se estivessem lidando com animais, pelo que amedrontam as crianças, tornando-as estúpidas e também impudentes. Mas estes extremos foram tratados anteriormente (veja Seção 48 e 49).

A falha comum dos preceptores é negligenciar totalmente seus pupilos. Muitos pensam que ser preceptor é uma questão meramente titular: nada mais sendo exigido deles senão carregar o próprio nome e encarregar-se de que o Colégio seja pago pela alimentação de seus pupilos. Este conceito, e a prática correspondente a ele, é a mancha e a ruína das Universidades. Muitas crianças bem treinadas nas escolas perdem totalmente o benefício de toda a sua educação anterior quando são enviadas à Universidade, porque seus preceptores as deixam inteiramente entregues a si mesmas; e assim elas são feitas presa de companheiros ociosos e devassos. Por causa disso, muitos pais ficam totalmente desanimados de enviar seus filhos para a Universidade.

O SÉTIMO TRATADO

Deveres dos Servos

1. Uma resolução da direção do Apóstolo aos servos.

Efésios 6:5-8. Servos, obedecei a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a Cristo; não servindo à vista, como para agradar aos homens, mas como servos de Cristo, fazendo de coração a vontade de Deus; servindo de boa vontade como ao Senhor, e não como aos homens. Sabendo que cada um receberá do Senhor todo o bem que fizer, seja servo, seja livre.

O terceiro e último par de uma família são senhores e servos. A direção que o Apóstolo dá aos servos é estabelecida neste texto. Nele, ele 1. declara seus deveres, 2. adiciona motivos para realizá-los.

1. Ao declarar os deveres dos servos, ele observa 1. os tipos, 2. a maneira, 3. a extensão deles.
2. Os tipos de deveres dos servos são anotados em duas palavras: obedecer (v. 5) e servir (v. 7).
3. A maneira é estabelecida afirmativamente (v. 5, 7) e negativamente (v. 6, 7).
4. Afirmativamente, mostrando quais graças são necessárias; para esse propósito, ele enumera quatro detalhes:
5. Temor e tremor.
6. Sinceridade de coração.
7. Consciência para com Cristo.
8. Boa vontade. Sob a qual estão compreendidas 1. alegria, 2. prontidão, 3. diligência, 4. fidelidade.

9. Negativamente, mostrando quais vícios devem ser evitados, e estes são dois especialmente:
10. Serviço para os olhos (servir à vista), que se opõe a fazer as coisas como servos de Cristo, de coração.
11. Agradar aos homens, que se opõe a fazer a vontade de Deus.
12. A extensão dos deveres dos servos é notada nestas quatro frases: 1. senhores segundo a carne (v. 5), 2. como a Cristo (v. 5), 3. como servos de Cristo (v. 6), 4. fazendo a vontade de Deus (v. 6).
13. Os motivos que o Apóstolo usa estão parcialmente implícitos e expressos.

Eles estão implícitos de três maneiras:

1. Ao declarar o lugar de um senhor [como a Cristo].
2. Ao notar a honra de seu serviço [como servos de Cristo].
3. Ao mostrar o fundamento da sujeição dos servos [a vontade de Deus].

O motivo expresso é a recompensa que os servos terão por seus esforços, amplamente apresentada (v. 8). Nela, estes pontos distintos são observados em ordem:

1. A certeza disso [sabendo].
2. O fundamento disso, tirado de uma regra geral [todo o bem que fizer].
3. A aplicação particular disso [seja servo ou livre].
4. O tipo de recompensa [receberá o mesmo].
5. O autor e doador dela [do Senhor].

2. Da legalidade do lugar e do poder de um senhor.

Ao tratar dos deveres dos servos, procederei de acordo com a ordem proposta. Em primeiro lugar, portanto, observarei os tipos de deveres dos servos. Para descobrir os tipos, observarei o método seguido no tratamento dos deveres dos filhos. Observe então:

1. A fonte dos deveres dos servos.
2. Os riachos que brotam dali.

A fonte reside em parte na opinião e em parte na afeição dos servos. Em sua opinião, eles devem ser informados e resolvidos de que o lugar de um senhor e de um servo é lícito e justificável: que Deus em geral ordenou graus de superioridade e inferioridade, de autoridade e sujeição; e em particular deu aos senhores a autoridade que eles têm, e colocou os servos naquela sujeição em que estão. Até que o julgamento esteja resolvido quanto a isso, nem a reverência nem a obediência serão prestadas como deveriam. Pois a reverência tem referência à eminência e superioridade, e a obediência à autoridade e ao poder. Quem reverenciará ou obedecerá àquele a quem considera seu igual? Este foi o fundamento da conspiração de Corá, Datã e Abirão: que eles pensavam que Moisés e Arão tomavam muito sobre si e se levantavam acima da congregação do Senhor (Números 16:3). Portanto, anotarei aqui os fundamentos da autoridade de um senhor e da sujeição dos servos.

Deus deu mandamento expresso aos senhores para governarem seus servos e aos servos para serem sujeitos aos seus senhores. No quarto mandamento, Deus dá uma ordem aos senhores sobre seus servos, para que vejam que eles não façam nenhum tipo de trabalho (Êxodo 20:10). E o Anjo ordena que Hagar se humilhe sob as mãos de sua senhora (Gênesis 16:9). E aqui os servos são ordenados a obedecer aos seus senhores.

Muitas direções são dadas tanto a senhores quanto a servos em relação aos seus diferentes lugares e como se comportar um com o outro. Leia para este propósito as muitas leis que Moisés prescreveu para ambos; os muitos conselhos que Salomão, especialmente em seus Provérbios, dá também a ambos; e particularmente as direções deste e de outros Apóstolos.

Santos em todas as eras foram colocados nesses lugares: alguns nos lugares de senhores, e alguns nos lugares de servos; e de acordo com o lugar onde Deus os colocou, eles realizaram seu dever: os senhores os deveres de senhores, e os servos os deveres de servos.

As muitas parábolas que Cristo usa, tiradas do poder que os senhores têm e exercem sobre seus servos, e a sujeição que os servos prestam aos seus senhores, mostram que a autoridade de um e a sujeição do outro são coisas inquestionavelmente concedidas e não negadas.

Deus fez muitas promessas de recompensa tanto para senhores quanto para servos que realizam conscienciosamente os deveres de seu lugar, e fez muitas ameaças contra uns e outros que são negligentes nisso.

Todos esses fundamentos são tão clara e abundantemente observados na Escritura que qualquer pessoa que tenha algum conhecimento dela pode saber que é assim. Se não houvesse outros argumentos além deste texto que tenho em mãos, seria o suficiente para confundir todos os opositores e mover aqueles que creem, por causa de sua fé e profissão, a servir aos seus senhores segundo a carne.

3. Dos argumentos dos Anabatistas contra a autoridade dos senhores e a sujeição dos servos.

Contrário a este primeiro fundamento da sujeição dos servos é a opinião dos Anabatistas, que ensinam que todos são iguais e que não há diferença entre senhores e servos. Suas razões, pelas quais tentam provar sua opinião irracional, são estas:

Objeção: Senhores são ou infiéis ou cristãos, e os servos um ou outro. Se os senhores forem infiéis e os servos cristãos, quão impróprio é que cristãos estejam sujeitos a infiéis? E se senhor e servo forem ambos cristãos, eles são irmãos; mas irmãos são iguais, e nenhum é sujeito ao outro.

Resposta: Governo e sujeição são questões de política externa; eles tendem à apresentação externa da Igreja, do Estado e da família neste mundo; mas fé, piedade e tais graças são assuntos internos da alma, tendendo a uma vida melhor. Sendo estes tão diferentes, aquele que é mais excelente em um pode ser inferior no outro. Sim, embora haja uma igualdade em um aspecto, a saber, em coisas espirituais, ainda pode haver uma disparidade no outro, a saber, em assuntos civis e temporais. E embora os Santos possam ser muito inferiores aos infiéis na condição externa, eles não são menos gloriosos diante de Deus. A honra própria e peculiar aos Santos é interna, não visível ao olho carnal de um homem natural.

Objeção: É contra a natureza alguém ser servo, especialmente um escravo de outro.

Resposta: Concedendo que é contra aquela natureza absoluta e perfeita na qual Deus criou o homem no início, e que isso veio pelo pecado, ainda assim não é contra aquela ordem e curso da natureza em que Deus agora estabeleceu o homem. Deus

transformou muitas punições do pecado em deveres obrigatórios; como a sujeição da esposa ao marido e o homem comer o pão com o suor de seu rosto.

Objeção: É prerrogativa dos cristãos serem todos um (Gl 3:28), mas a sujeição de servos a senhores é contra essa prerrogativa.

Resposta: Essa prerrogativa é meramente espiritual; pois em Cristo todos são um, como membros de Cristo, que é um corpo espiritual; não como membros de um corpo político. Uma desigualdade política não é contra uma igualdade espiritual.

Objeção: Esta sujeição é contra a liberdade que Cristo comprou para nós e com a qual ele nos libertou (Gl 5:1).

Resposta: Não é. Pois essa liberdade é da maldição e rigor da lei moral; da lei cerimonial e seus ritos; de Satanás, do pecado, da morte e da condenação; mas não daqueles graus que Deus estabeleceu entre homem e homem, para o bem da humanidade.

Objeção: Somos expressamente proibidos de ser servos de homens (1Co 7:23).

Resposta: Ser um servo naquele lugar não é simplesmente estar em sujeição sob outro e prestar-lhe serviço, mas ser tão obsequioso a um homem, tão viciado em agradá-lo e tão sujeito à sua vontade, a ponto de fazer qualquer coisa que ele queira; não considerar nada além do prazer dele; preferi-lo antes da palavra e vontade de Deus. Portanto, não é a coisa em si, mas um excesso nela que é proibido ali.

4. Do temor de um servo por seu senhor.

A outra parte daquela fonte, de onde fluem os deveres dos servos, reside na afeição: e é, em uma palavra, o temor; que é um receio reverente de um senhor. Um temor em relação ao lugar de seu senhor; um receio em relação ao poder de seu senhor. O temor é uma estima tão reverente por seu senhor que o faz considerar seu senhor digno de toda honra; o que São Paulo ordena expressamente aos servos que façam (1Tm 6:1). O receio é um medo de provocar a ira de seu senhor, que o faz pensar e planejar todas as formas de agradá-lo. É isso que o Apóstolo aqui insinua sob estas duas palavras: temor e tremor. Em ambos os aspectos, São Pedro ordena que os servos sejam sujeitos com todo o temor (1Pe 2:18).

Tão próprio é este temor a um servo em relação ao seu senhor que, onde ele falta, há uma negação clara do lugar e do poder do senhor; o que Deus insinua sob esta interpelação: "Se eu sou senhor, onde está o meu temor?" (Malaquias 1:6); isto é, você claramente mostra que não me considera seu senhor, porque em seu coração não há temor de mim. Esse temor levará os servos a realizar alegremente todo o dever: quanto mais ele abundar, mais desejo e esforço haverá para agradar e dar bom contentamento [e este é um ponto ordenado aos servos: agradar bem em todas as coisas (Tito 2:9)]. Sim, isso alegrará o coração de um servo ao ver seu serviço prosperar; disso temos um padrão digno no servo de Abraão (Gênesis 24), cujo cuidado em fazer seu negócio como seu senhor queria, sua oração pela assistência de Deus e seu agradecimento pela bênção de Deus sobre ele, mostram um respeito reverente que ele tinha por seu senhor.

Por outro lado, esse temor impedirá os homens de ofenderem seus senhores [que foi uma das razões que moveu José a não ceder à sua senhora (Gênesis 39:8)] e, a esse respeito, pode evitar muitos danos que a ofensa e a ira de seu senhor poderiam trazer sobre eles.

Um meio especial para gerar e preservar esse temor nos servos é uma consideração devida do fundamento do lugar e do poder do seu senhor, que é a designação de Deus: Deus os colocou em Seu lugar e, em parte, deu-lhes o Seu poder; eles são os deputados e ministros de Deus e, portanto, na Escritura, o título de [Senhor] é dado a eles de maneira peculiar. O que faz os súditos terem temor de magistrados inferiores? Não é porque eles representam a pessoa do Rei e têm autoridade e poder concedidos pelo Rei?

5. Dos extremos contrários ao temor dos servos por seus senhores.

Dois extremos são contrários a este temor próprio do servo:

1. No excesso, um temor servil: quando eles não temem nada além do poder vingativo de seu senhor; o bastão ou o porrete, como dizemos; se puderem evitar isso, não se importam se o senhor está satisfeito ou não. Isso os faz desejar muitas vezes que seus senhores não tivessem poder sobre eles ou que estivessem mortos. Esse foi o temor que possuiu o coração daquele servo inútil que disse ao seu senhor: "Eu sabia que eras um homem duro e tive medo" (Mateus 25:24, 25). Tais servos servis nunca serão proveitosos.
2. No defeito, uma baixa estima e desprezo claro pelos senhores. Que isso é contrário ao temor é evidente pela oposição que Deus faz entre eles nestas palavras: "Se eu sou senhor, onde está o meu temor, ó vós que desprezais o meu nome?" (Malaquias 1:6). Como se dissesse: Por meio disso mostrais que não me temeis como senhor, porque me desprezais. Esse pecado de desprezar os senhores é expressamente proibido (1Tm 6:2); e por ele Hagar foi tratada duramente (Gênesis 16:6). Quando os

senhores são pobres, humildes, fracos, idosos ou de outra forma impotentes, os servos orgulhosos são propensos a desprezá-los; o que demonstra uma mente vil, mostrando que eles respeitam o poder do senhor mais do que o seu lugar: o mais pobre e o mais fraco têm o mesmo lugar e autoridade sobre os servos que o mais rico e o mais forte têm; todos carregam a imagem de Deus da mesma forma; mas os servos desdenhosos e orgulhosos mostram que não respeitam a imagem de Deus de forma alguma.

6. Da reverência dos servos na fala.

Os dois fluxos principais que brotam da fonte mencionada são a reverência e a obediência. A reverência manifesta-se na fala e no comportamento. Na fala, ao refrear e ordenar bem as palavras. A reverência dos servos em conter a fala manifesta-se de três maneiras.

Os pontos gerais que foram entregues anteriormente sobre a reverência das esposas para com seus maridos e dos filhos para com seus pais podem ser aplicados aos servos e impostos a eles como um argumento do menor para o maior: se as esposas [que em muitas coisas têm autoridade conjunta com seus maridos] e os filhos [que não estão em um grau tão servil de sujeição aos seus pais como os servos aos seus senhores] devem manifestar seu temor interior aos seus maridos e pais pela reverência externa, quanto mais os servos aos seus senhores. Para declarar a força dessa consequência ainda mais, note-se que o Apóstolo acrescenta outro tipo de palavra aqui, que não fez antes, nem nos deveres das esposas nem nos dos filhos, a saber, "tremor".

Ao poupar as palavras, sem causa justa, na presença ou audição de seu senhor: Esta frase ["felizes os teus servos que

estão continuamente diante de ti e ouvem a tua sabedoria" (1 Reis 10:8)], dita sobre os servos de Salomão, mostra que eles eram tardios em falar e prontos para ouvir na presença de seu senhor.

Ao abster-se de replicar quando observam que seus senhores não desejam que falem mais. Assim fez Pedro ao se calar quando seu mestre lhe deu esta resposta curta: "Que te importa a ti?" (João 21:22).

Ao atender ao que seus senhores lhes entregarem: pois os servos devem mostrar tal respeito ao mestre que lhes fala, como Samuel fez a Deus, quando disse: "Fala, porque o teu servo ouve" (1 Samuel 3:10). Os títulos de Senhor e servo mostram que este discurso é tirado do dever dos servos. A notação da palavra grega usada pelo Apóstolo e traduzida como "obedecer" implica o mesmo. Esta reverência o servo de Abraão mostrou ao seu senhor quando este lhe deu a responsabilidade de escolher uma esposa para seu filho (Gênesis 24:9).

Os servos, para ordenarem bem sua fala aos seus senhores, devem observar cinco cautelas: Que tenham ocasião justa para falar: e isso ocorre quando seus senhores exigem que falem [como os discípulos (Mateus 16:14)] ou quando veem que é proveitoso para seus senhores que falem. Nesses casos, a fala demonstra reverência, tanto quanto o silêncio em outros casos.

Pergunta: Em que casos pode ser proveitoso para os senhores que seus servos lhes falem?

Resposta:

1. Quando sabem de qualquer coisa que possa ser proveitosa para seus senhores, devem declará-la, embora

não sejam questionados; como aquela menina que disse à sua senhora, esposa de Naamã (2 Reis 5:3), que havia um profeta em Samaria que poderia livrá-lo de sua lepra.

2. Quando os senhores, por ignorância, paixão ou causa semelhante, recusam-se a fazer o que seus servos sabem ser bom para eles, devem persuadir seus senhores a fazê-lo; como os servos de Naamã o persuadiram a lavar-se no Jordão, conforme o profeta o aconselhara (2 Reis 5:13).
3. Quando os servos não estão totalmente instruídos nas coisas que devem fazer por seu senhor, devem perguntar-lhe o que deve ser feito, como os discípulos que disseram ao seu mestre: "Onde queres que preparemos para comeres a Páscoa?" (Mateus 26:17).
4. Quando algum escrúpulo surge em suas mentes sobre qualquer encargo que seu senhor lhes der, podem perguntar, como o servo de Abraão quando disse: "E se a mulher não quiser vir comigo?" (Gênesis 24:5).
5. Quando seu senhor injustamente suspeita de algum mal da parte deles, podem falar para limpar sua própria inocência, como Davi fez a Saul (1 Samuel 24:10).

Uma segunda cautela para os servos ordenarem bem sua fala é: que a própria forma e maneira de sua fala, quando têm ocasião justa de falar aos seus senhores, demonstrem reverência; para esse propósito, observem-se estes detalhes:

1. Que os servos deem títulos reverentes aos seus senhores. Foi por um respeito honroso ao seu senhor que os servos de Naamã o chamaram de "Pai" (2 Reis 5:13). Na Escritura, um dos títulos de Deus é atribuído aos senhores, como "Senhor".
2. Que suas palavras sejam poucas, não mais do que o necessário, mesmo quando têm ocasião de falar: como

pode ser colhido dos exemplos citados para mostrar quando os servos podem e devem falar.

3. Que todas as suas palavras ditas ao seu senhor sejam mansas, suaves e humildes: observe para este propósito como os filhos dos profetas formularam sua fala ao seu mestre (2 Reis 6:2).
4. Eles pedem humildemente permissão para irem ao Jordão.
5. Eles suplicam que ele vá, nestas palavras: "Digna-te, peço-te, de ir com os teus servos".
6. Quando um deles perdeu a cabeça de seu machado, como se não ousasse ser tão ousado a ponto de falar ao seu senhor para recuperá-la, ele refere a coisa ao seu bom prazer, dizendo: "Ai, meu senhor! pois era emprestado".

Uma terceira cautela é: que observem uma ocasião oportuna para falar ao seu senhor: como quando ele está livre para ouvi-los [assim se nota dos discípulos que, quando seu mestre estava sozinho, lhe propunham suas perguntas (Marcos 4:10)] ou quando sua mente está tranquila, não perturbada pela paixão [assim, quando Davi observou que a mente de Saul estava um pouco apaziguada em relação a ele, por aquela fala que usou: "É esta a tua voz, meu filho Davi?" (1 Samuel 26:17), então ele aproveitou a ocasião para falar-lhe mais livremente].

A quarta cautela é: que deem uma resposta pronta e imediata ao seu senhor. Isso é frequentemente elogiado em Pedro, que, quando Cristo propunha qualquer questão aos seus discípulos, respondia pronta e prontamente (Mateus 16:16; João 6:68).

A quinta cautela é: que todos os seus discursos e respostas ao seu senhor sejam verdadeiros, não ousando contar-lhes uma mentira: isso demonstra um respeito muito reverente

por um senhor. Quando Eli exigiu de Samuel o que o Senhor lhe tinha dito, Samuel lhe contou tudo e nada lhe encobriu (1 Samuel 3:18). E quando Davi pediu à mulher de Tecoa que não escondesse a coisa que ele lhe perguntaria (2 Samuel 14:18, 19), ela lhe contou toda a verdade. Há um vínculo duplo para prender os servos a isso:

1. Sua consciência para com Deus, que é um Deus da verdade.
2. Seu respeito aos seus senhores, com quem devem lidar fielmente.

Por fim, a reverência de um servo deve ser manifestada por sua fala sobre seu senhor, mesmo pelas costas: falando bem dele e não mal; esta parte da reverência também o servo de Abraão mostrou ao seu senhor (Gênesis 24:35). Assim se mostrarão servos bons, sinceros e fiéis, e não parasitas.

7. Dos vícios contrários à reverência do servo na fala.

Ofensas contrárias à reverência mencionada dos servos aos seus senhores são estas:

1. Petulância e ousadia nos servos quando não têm mais respeito à presença de seu senhor do que à de qualquer outro, mas estão cheios de tagarelice e falam alto diante de seu senhor, ou na sala ao lado, onde podem ser ouvidos tão bem quanto se estivessem na mesma sala: muita ofensa é frequentemente dada aos senhores dessa forma.
2. Importunação em falar e replicar repetidamente, embora seus senhores não apenas mostrem seu desagrado por isso, mas também ordenem expressamente que não falem mais. Criadas briguentas que querem ter a última palavra

com sua senhora ofendem muito nisso. Isso é diretamente contra a proibição do Apóstolo aos servos: que não respondam novamente (Tito 2:9).

3. Impaciência, quando não suportam ouvir seu senhor terminar sua fala, mas o interrompem ou saem bruscamente.
4. Teimosia, quando [como Salomão observa] embora entendam, não falam (Provérbios 29:19): embora saibam muito bem que é o desejo de seu senhor que falem, sim, embora sejam ordenados a falar, seu estômago orgulhoso e coração carrancudo não permitem que falem; nem mesmo quando seria muito proveitoso para seus senhores: se souberem que seu senhor está seguindo um curso muito prejudicial a ele, não o avisarão; aliás, se seu senhor suspeitar injustamente de algum mal neles, preferirão que ele permaneça nesse ciúme a falar para se limparem; e se seu senhor não lhes designar expressamente o que fazer de tempos em tempos, nunca perguntarão; nem se estiverem em dúvida sobre o que ele lhes ordenou, investigarão mais para serem resolvidos. Esse tipo de silêncio, nestes e em casos semelhantes, demonstra mais má vontade do que obediência.
5. Desdém, quando se recusam a dar o título de senhor àquele que foi colocado sobre eles, porque ele é um homem pobre e comum.
6. Arrogância, quando suas palavras são altas e altivas contra seu senhor, fingindo que são tão bons quanto ele, embora por um tempo estejam sob suas ordens. Escrivães, aprendizes, damas de companhia e outros semelhantes, nascidos de cavalheiros e homens de boa posição, são, na maioria das vezes, culpados desta falha: a razão é que seu nascimento e parentesco os fazem esquecer seu lugar e condição atual; ou então [o que é pior] os fazem presumir deliberadamente acima dela.

7. Murmuração e queixas em cada ocasião de descontentamento: o que faz com que frequentemente provoquem muita ira [pois as palavras cruéis suscitam a ira (Provérbios 15:1)].
8. Interrupção inoportuna de seu senhor: falando com ele quando ele está seriamente ocupado em algum negócio importante [como aqueles que contaram a Cristo sobre sua mãe e irmãos quando ele estava pregando (Marcos 3:32)] ou falando inoportunamente com ele enquanto ele está sob paixão, pelo que muitas vezes trazem muito dano sobre si mesmos.
9. Responder ao seu senhor no seu próprio tempo, deixando-o chamar, e chamar repetidamente. Disso Jó se queixa, dizendo: "Chamei ao meu criado, e ele não me respondeu" (Jó 19:16).
10. Enganar seu senhor com uma mentira: como Geazi, que, depois de ter buscado dinheiro e roupas de Naamã de forma desonesta, e seu senhor lhe perguntou onde estivera, disse com cara limpa: "Teu servo não foi a parte alguma" (2 Reis 5:25). Que o julgamento executado sobre ele faça todos os servos tomarem cuidado com pecado semelhante. Pois mentir é em si um pecado hediondo; mas muito mais hediondo quando é dito a alguém que tem autoridade sobre nós e, por essa razão, está no lugar de Deus.

Por fim, linguagem maldizente de seu senhor pelas costas. Isso é um pecado, mesmo que o que é dito para a desgraça de um senhor seja verdade: pois as enfermidades de um senhor devem ser cobertas, em vez de reveladas e expostas por um servo. Quão monstruoso pecado é, então, levantar relatórios caluniosos contra um senhor que são falsos? Este foi o pecado de Ziba contra Mefibosete, seu senhor (1 Samuel 16:3).

Até aqui tratamos da reverência dos servos na fala aos seus senhores. Sua reverência no comportamento segue-se.

8. Do comportamento reverente dos servos para com seus senhores.

Para a manifestação da reverência de um servo no comportamento para com seu senhor, três coisas são especialmente exigidas:

1. Obediência respeitosa.
2. Comportamento respeitoso.
3. Vestimenta modesta.

Tal obediência e cortesia submissa, como convém ao seu sexo e lugar, e isso de acordo com o costume mais usual do país e lugar onde estão, devem os servos realizar aos seus senhores, conforme tenham ocasião de ir até eles, vir deles, receber qualquer encargo deles ou trazer qualquer mensagem para eles. Onde Isaíque diz em sua bênção dada a Jacó: "Sê senhor de teus irmãos, e os filhos de tua mãe se curvem diante de ti" (Gênesis 27:29), por essa frase de "curvar-se", ele nota a condição de um servo e, ao mesmo tempo, implica o dever de um servo: com base nisso, quando os filhos dos profetas viram que o espírito de Elias repousava sobre Eliseu, tomando isso como um sinal evidente de que Deus o fizera um governante e mestre sobre eles, vieram ao seu encontro e prostraram-se em terra diante dele (2 Reis 2:15).

Correspondente à obediência de um servo deve ser todo o seu comportamento diante de seu senhor, temperado e ordenado com tal modéstia e humildade que possa manifestar um respeito honroso ao seu senhor: como

1. Permanecer de pé na presença de seu senhor; o que testifica uma prontidão para realizar qualquer serviço que seu senhor lhe designar para fazer: esta foi uma das coisas notadas e elogiadas pela Rainha de Sabá nos servos de Salomão: ela viu a sua posição e disse: "Felizes estes teus servos que estão diante de ti" (1 Reis 10:5, 8). Enquanto se diz que ela viu também o seu assento, essa frase mostra uma ordem decorosa que eles observavam mesmo quando estavam fora de sua presença, dando e tomando o seu lugar correto e devido.
2. Descobrir as suas cabeças na presença de seu senhor: isso, em nossos dias e nas partes do mundo onde habitamos, é no gênero masculino um sinal e símbolo de sujeição.
3. Pela sobriedade e modéstia, tanto no semblante quanto em toda a disposição do corpo, especialmente quando os servos estão na presença de seu senhor: pois compor o semblante e todo o corpo sobriamente, por causa da presença de alguém, demonstra um respeito reverente por aquela pessoa, por causa de quem essa sobriedade é mostrada.

A vestimenta que os servos usam também deve ser de tal forma confeccionada e ordenada que possa declará-los como servos e sob o comando de seus senhores, e assim demonstrará um respeito reverente pelos seus senhores. Um dos fins da vestimenta é mostrar a diferença entre superiores e inferiores, pessoas em autoridade e sob sujeição. Aproveite ao Espírito Santo notar este detalhe ["e a sua vestimenta" (1 Reis 10:5)] como um ponto observável nos servos de Salomão.

9. Das falhas dos servos contrárias à reverência no comportamento.

O comportamento de muitos servos para com seu senhor é totalmente contrário à reverência mencionada anteriormente. Pois:

1. Alguns, por grosseria e falta de boa educação, aproximam-se de seus senhores e partem deles como se fossem seus iguais: nenhum testemunho de reverência por meio de qualquer vênia; eles não sabem como fazê-lo, desonrando assim seus pais e o modo como foram educados.
2. Outros, se ao chegarem inicialmente ao seu senhor prestam alguma saudação, contudo, por excesso de familiaridade com eles, durante todo o resto do dia comportam-se como companheiros, mal descobrindo suas cabeças na presença do senhor, não suportando permanecer muito tempo diante dele, mas sentando-se ou esgueirando-se para longe quando deveriam estar presentes. Sem dúvida, dessa familiaridade excessiva surgiu o provérbio: "Bom dia para o dia todo". Essa familiaridade descortês é comum em servos que têm senhores pobres e humildes; pois os servos de homens ricos e poderosos podem ser tão cheios de cortesia que nenhuma palavra será dita por seus senhores a eles, ou por eles aos seus senhores, sem que o joelho seja dobrado; eles podem ficar horas após horas diante de seus senhores sem colocar o chapéu uma única vez; se estiverem caminhando atrás de seu senhor, o senhor não se virará antes que o chapéu deles seja tirado, e isso tantas vezes quantas ele se virar ou falar com eles. Por que os senhores ricos devem ter tanta reverência e os senhores pobres nenhuma? Os pobres não carregam a imagem de Deus tão bem quanto os ricos? A palavra de Deus faz alguma diferença entre ricos e pobres? Ela diz: "Servi aos senhores ricos com temor e tremor"?

Certamente é a corrupção do coração humano que faz essa diferença. Os servos, naturalmente, consideram mais a habilidade externa de seu senhor do que sua autoridade interna; a honra que o mundo confere aos homens mais do que a honra que Deus confere; pois Deus deu tanta honra e autoridade a um senhor pobre quanto a um rico, pelo fato de ele ser um senhor. Os servos comumente falham mais neste dever de reverência para com seus senhores onde mais deveriam mostrá-lo, a saber, nos átrios de Deus e na assembleia do povo de Deus, onde os próprios anjos estão presentes para observar nosso comportamento decoroso; assim, eles fazem com que o ministério da palavra seja mal falado e, com isso, tornam seu pecado muito mais hediondo.

3. Excessivamente grande é a falha dos servos em seu excesso no vestuário. Não há distinção comum entre os filhos de um homem e seus servos; aliás, nenhuma entre senhores e seus homens, patroas e suas criadas. Pode ser que, enquanto homens e mulheres dependem do sustento de seus senhores e patroas, a diferença seja mantida; embora mesmo então, se puderem de alguma forma obter recursos, farão o que puderem para ser tão elegantes quanto possível. Mas, se passarem a se sustentar sozinhos, tudo será gasto em vestuário para serem tão finos quanto o senhor ou a patroa; se não tão caro, ao menos na aparência tão vistoso e elegante. Novas modas são adotadas tão rapidamente pelos servos quanto pelos senhores e patroas. Qual é o fim disso, senão serem pensados como tão bons quanto o senhor ou a patroa? Se a Rainha de Sabá vivesse agora, ela se maravilharia tanto com a desordem dos servos nestes dias quanto se maravilhou com a ordem decorosa dos servos de Salomão. Que esses servos orgulhosos se cuidem: pois

se Deus ameaçou visitar os filhos dos príncipes que andam com vestes estranhas (Sofonias 1:8), podem os servos que assim andam pensar que sairão impunes?

Assim encerramos a reverência dos servos. Segue-se a sua obediência.

10. Da obediência dos servos.

Nenhum inferior está mais obrigado à obediência do que os servos: é a sua função principal e mais peculiar obedecer aos seus senhores. É, portanto, aqui no meu texto expressamente mencionado [servos, obedecei a vossos senhores] e todos os outros deveres estão compreendidos nela. A razão alegada para mover esposas e filhos a obedecer deve mover muito mais os servos. Aqueles que têm mente contrária, que são rebeldes e desdenham estar sob a autoridade de outro, e estão prontos a dizer de seu senhor: "não queremos que este homem reine sobre nós" (Lucas 19:14), são mais aptos a viver entre Anabatistas do que entre cristãos ortodoxos. Pois para que fim a legalidade da autoridade é reconhecida, se a sujeição não lhe é prestada? Entre os dois, seria melhor um homem estar cego pelo erro do que não obedecer à verdade que conhece.

Ao tratar deste ponto da obediência, seguirei a mesma ordem que usei ao expor a obediência de esposas e filhos, e considerarei:

1. As partes da obediência dos servos em que ela consiste.
2. A extensão dela, até onde ela alcança.

As partes são duas: uma negativa e outra afirmativa. A negativa é abster-se de fazer as coisas por conta própria, sem ou contra o consentimento de seu senhor. A afirmativa é

prontamente ceder a fazer aquilo que seus senhores desejam que façam.

11. Dos servos se absterem de fazer as coisas sem o consentimento de seus senhores.

Os servos devem abster-se de fazer coisas por conta própria sem ou contra o consentimento de seus senhores porque, enquanto dura o tempo de seu serviço, eles não pertencem a si mesmos, nem as coisas que fazem devem ser para si mesmos: tanto suas pessoas quanto suas ações pertencem inteiramente aos seus senhores; e a vontade de seu senhor deve ser sua regra e guia [em coisas que não são contra a vontade de Deus]. O rito usado sob a lei de furar a orelha de um servo implicava isso. Davi, portanto, aludindo a esse rito, diz a Deus [tanto de si mesmo quanto de Cristo, a quem prefigurou sob um tipo]: "furaste os meus ouvidos" (Êxodo 21:6); e daí infere que faria a vontade de Deus. Temos um padrão notável disso no servo de Abraão (Gênesis 24:5), que, em um negócio confiado ao seu encargo, propõe tais escrúpulos que lhe vinham à cabeça para receber direção de seu senhor, para que não fosse forçado a fazer algo por conta própria sem garantia particular de seu senhor.

Essa regra geral será melhor esclarecida se for exemplificada em alguns detalhes. Tome, portanto, estes exemplos colhidos das Escrituras de coisas que os servos não podem fazer sem o consentimento de seu senhor:

1. Os servos não podem ir para onde quiserem. A frase que o Centurião usa [digo a um: vai, e ele vai (Mateus 8:3)] implica que, a menos que seu senhor o ordene a ir, ele não deve ir.
2. Eles não devem fazer seus próprios afazeres e assuntos. Nota-se de Jacó, sendo servo de Labão, que, embora

tivesse rebanhos próprios, ele alimentava os rebanhos de seu senhor e confiava os seus aos seus filhos (Gênesis 30:35, 36).

3. Eles não devem fazer o trabalho que bem entendem. Aimaás tinha um grande desejo de levar as notícias da morte de Absalão a Davi (2 Samuel 18:19); contudo, sem a permissão de Joabe, seu capitão e mestre, ele não o faria. A boa patroa dá a porção às suas criadas (Provérbios 31:15), a saber, a porção de trabalho; isso, portanto, elas devem fazer: o que ela lhes dá para fazer. Os servos do Centurião faziam cada um o que lhes era ordenado pelo seu senhor (Mateus 8:9); e os servos que tinham talentos confiados a eles cuidavam cada um de seu próprio talento (Mateus 25:16, 17).
4. Eles não devem se casar enquanto durar o tempo de seu contrato de serviço, a menos que seu senhor dê consentimento para isso. A lei de Deus assim estabelece os casamentos legítimos de servos: "Se o seu senhor lhe houver dado mulher" (Êxodo 21:4); pelo que se implica que, se um servo se casar, deve ser com o consentimento de seu senhor.

Objeção: O Apóstolo, sem exceção da condição dos servos, diz: "para evitar a fornicção, cada um tenha a sua própria mulher", etc. (1Co 7:2).

Resposta: Ele mostra ali quais meios o Senhor santificou para cada um evitar a fornicção, mas ele não dá com isso liberdade para cada um usar apressadamente esse meio contra a ordem que Deus estabeleceu.

1. Esse preceito é dado àqueles que estão em seu próprio poder: pois sobre os filhos ele diz que os pais devem ver o que é conveniente ou não para eles (1Co 7:36).

2. O que os servos devem colher dali é, se a necessidade assim o exigir, dar a conhecer seu desejo ao seu senhor e usar todos os bons meios que puderem, por si mesmos ou por outros, para obter o consentimento do senhor.
3. Eles não devem dispor dos bens de seu senhor ao seu bel-prazer, nem mesmo para usos caritativos. O mordomo que desperdiçou os bens de seu senhor foi justamente destituído de seu cargo por isso (Lucas 16:1, 2). Sim, ele é chamado de injusto por dispor de alguns deles para seu próprio sustento futuro (Lucas 16:8); portanto, era um ponto de injustiça e ilegal.

Objeção: O Senhor o elogiou nisso.

Resposta: Ele elogiou sua sabedoria, não sua injustiça; seu cuidado providente para o tempo vindouro, não os meios de prover para si mesmo. No que diz respeito à sua providência geral, ele é elogiado; no que diz respeito aos meios particulares de enganar seu senhor, ele é chamado de injusto.

Eles não podem, antes que o tempo contratado expire, ir embora de seu senhor. Quando Jacó, após longo serviço, teve o desejo de partir, pediu permissão, e porque seu tio e senhor não queria deixá-lo ir de boa vontade, ele ainda permaneceu (Gênesis 30:26).

Objeção: Depois, Jacó fugiu secretamente de seu senhor (Gênesis 31:20).

Resposta: 1. Seu tempo contratado havia acabado. 2. Ele tinha uma garantia expressa de Deus para partir. 3. Sua maneira de partir não deve ser justificada e, nesse aspecto, não é um bom padrão.

12. Da liberdade ilícita que os servos tomam para si mesmos.

Contrários às limitações mencionadas da liberdade dos servos são estes e outros comportamentos semelhantes, depravados e licenciosos que se seguem:

1. Quando os servos vigiam o tempo para ir aonde querem sem que o senhor saiba: como quando seus senhores estão seriamente ocupados, ou fora de casa, ou na cama. Assim, aquele servo depravado, Geazi, vigiou seu tempo para correr atrás de Naamã, pensando que seu senhor não saberia (2 Reis 5:20).
2. Quando, estando obrigados ao serviço de seu senhor, fazem seus próprios afazeres e buscam seu próprio lucro; e isso sem a permissão do senhor. Isso agravou o roubo secreto de Geazi e o fato de ter se retirado de seu senhor: ele foi receber presentes para si mesmo. Muitos servos depravados existem assim, que, conhecendo tais e tais amigos de seu senhor, que estariam prontos a fazer qualquer gentileza por eles, usarão o nome de seu senhor para pedir dinheiro emprestado ou obter algum outro favor, e nunca deixarão seus senhores saberem disso.
3. Quando os servos escolhem seu próprio trabalho e fazem o que mais lhes agrada, ou então não fazem nada. Assim, onde há muitos servos em uma mesma casa, se não estiverem em lugares que gostem, eles resmungarão, reclamarão e não farão nada bem.
4. Quando servos, especialmente criadas que estão sob contrato, casam-se propositalmente para se libertarem: porque nossas leis libertam uma moça que se casa do seu serviço ao senhor e à patroa.
5. Quando são liberais com os bens de seu senhor, dando-os. Alguns pensam que, por serem da casa, podem dispor das coisas da casa para usos caritativos. Mas o pretexto

de caridade não é desculpa para a injustiça. Os servos podem avisar seus senhores ou patroas que existem na casa tais e tais coisas adequadas para serem doadas, ou que existem tais e tais pessoas pobres que passam por grande necessidade; mas, secretamente, sem qualquer consentimento, não podem dar nada de seus senhores.

6. Quando, por descontentamento, fogem de seus senhores. Os dois servos de Simei que fugiram de seu senhor são censurados por isso pelo Espírito Santo (1 Reis 2:39). Onésimo, que fugiu de seu senhor, é enviado de volta por São Paulo (Filemom 12): e Hagar é enviada de volta por um Anjo (Gênesis 16:9).

Objecção: E se o senhor e a patroa forem rudes, rigorosos e cruéis?

Resposta: Um Anjo do céu dá uma resposta: "Humilha-te sob as suas mãos" (Gênesis 16:9). E um Apóstolo dá outra: "Sede sujeitos com todo o temor aos senhores, não somente aos bons e moderados, mas também aos maus; porque é coisa agradável que alguém, por causa da consciência para com Deus, sofra agravos, padecendo injustamente" (1Pe 2:18, 19).

Essas falhas são assim anotadas para que os servos, tomando conhecimento delas, possam evitá-las com mais cuidado.

13. Da obediência dos servos aos mandamentos de seus senhores.

A parte afirmativa e ativa da obediência dos servos, consistindo em uma pronta submissão àquilo que seus senhores querem que seja feito, tem respeito ao mandamento, instrução, reprovação e correção de seu senhor.

Tendo o senhor poder para comandar seus servos, é um dever dos servos obedecer ao seu senhor nisso. O trabalho particular que pertence a um servo em virtude de seu lugar é ter os olhos no seu senhor, para ver o que ele exige de suas mãos. Davi assim descreve a propriedade dos bons servos: "Os seus olhos olham para a mão de seu senhor" (Salmos 123:2). Esse olhar, assim como implica uma expectativa de socorro, também implica uma prontidão para receber e executar qualquer coisa que eles queiram que seja feita. O Centurião elogia este dever no exemplo de seus servos, que cada um deles fazia o que seu senhor lhes ordenava fazer (Mateus 8:9). É ainda elogiado nos exemplos do servo de Abraão (Gênesis 24:9), do servo de Elias (1 Reis 18:43) e muitos outros. Note até onde o Senhor Cristo exige este dever dos servos: embora um servo tenha estado o dia todo arando [um trabalho laborioso e cansativo], contudo, quando chega em casa, se seu senhor lhe ordenar que prepare a sua ceia e o sirva, ele deve fazê-lo (Lucas 17:7, 8). Por todas essas provas, aparece que, se um senhor ordena ao seu servo: vem, vai, faz isto ou aquilo, ele deve obedecer.

O contrário disso é o grau mais alto de desobediência, como quando os servos se recusam a estar sob o comando do senhor e a fazer o que eles lhes encarregam de fazer: como Ziba, que, sendo comandado a selar a jumenta de seu senhor, foi embora e não o fez (2 Samuel 19:26); e o servo de Jó, que, sendo chamado, não respondia (Jó 19:16). De todas as outras ofensas, esta é a que mais provoca os senhores, pois é um desprezo claro à sua autoridade.

14. Dos servos ouvirem as instruções de seus senhores em assuntos de sua vocação.

1. Como um senhor tem poder para comandar, assim é seu dever instruir seus servos no caminho da justiça e

naquele curso civil de vida em que ele deve caminhar. O dever dos servos, então, é ouvir e ser obedientes a eles em ambos.

2. Tais servos que estão sob senhores para aprender seu ofício são obrigados de muitas maneiras a ouvi-los.
3. Para que, por esse tempo, possam prestar melhor serviço aos seus senhores.
4. Para que, aprendendo um ofício ou habilidade em qualquer boa vocação, possam ser mais capazes, quando o tempo de seu serviço terminar, de se sustentarem, de ensinarem outros servos que estarão sob eles e de fazerem mais bem no lugar onde viverem.
5. Para que assim possam cumprir melhor uma boa consciência naquele lugar particular onde Deus os colocou.

O contrário é a disposição ociosa, preguiçosa e tola de muitos servos, que, por causa de sua negligência e relutância em fazer o que lhes é ensinado, afligem e entristecem seus senhores, sim, e os fazem cansar de instruí-los. Muitos aprendizes passam todo o tempo de seu aprendizado sem colher nenhum benefício; eles nunca se tornam mestres de sua arte: muitos no campo vivem sob bons agricultores, muitos escrivães sob bons advogados, muitas criadas sob boas donas de casa, e isso por muitos anos seguidos, contudo, por sua negligência, não obtêm proveito algum, ao passo que, se tivessem sido atentos e cuidadosos, poderiam ter aprendido muito. Estes são inimigos de seus senhores, de si mesmos, da cidade e do país onde vivem, e de seus amigos e pais, especialmente se tiverem algum vivo.

15. Dos servos ouvirem as instruções de seus senhores em piedade.

Tais servos que têm senhores religiosos, os quais são cuidadosos em instruir sua casa no caminho da justiça, devem ser obedientes às suas instruções: assim foram os servos de Josué [do contrário, Josué não poderia ter se comprometido por eles como fez (Josué 24:15)] e os servos daquele oficial do qual se disse que ele mesmo creu e toda a sua casa (João 4:53): e os servos de Lídia e do carcereiro, a respeito de quem se diz: "ela foi batizada, e a sua casa" (Atos 16:15); "ele creu em Deus com toda a sua casa" (Atos 16:34). Sob estas palavras "casa" e "família", ninguém duvida que os servos estão incluídos.

Ora, se os servos desses não tivessem ouvido e cedido às instruções de seu senhor e patroa, teriam eles crido naquele em quem seus senhores creram, ou teriam sido batizados quando sua patroa foi? O mesmo pode ser colhido desta frase: "A Igreja em sua casa" (Romanos 16:5), pois por ela se implica que todos na casa eram da mesma fé que seu senhor e patroa. É expressamente notado sobre o soldado que servia continuamente a Cornélio (Atos 10:7) que ele era um homem piedoso, pelo que se pressupõe que ele ouvia as instruções de seu mestre: pois se nota sobre o mestre também que ele era um homem piedoso e temente a Deus.

O benefício que redundava aos servos ao obedecerem a tais instruções é indescritível: muito mais bem pode ser obtido seguindo as direções espirituais de senhores religiosos do que as direções astutas e proveitosas dos estadistas mais sábios e dos artistas ou comerciantes mais habilidosos que existam: de modo que existe um vínculo duplo para prender os servos a obedecer a este tipo de instruções:

1. O vínculo do dever.
2. O vínculo do lucro e benefício para si mesmos.

16. Das falhas dos servos contrárias à obediência em assuntos de religião.

Não obstante o dever mencionado ser tão proveitoso aos servos, contudo, de todos os outros deveres, este é o menos pensado por muitos como um dever, e o mais negligenciado, praticando-se o oposto na maioria das vezes, como pode aparecer por estes detalhes:

1. Muitos servos têm uma mente tão ímpia que, de todos os senhores, não servirão àqueles que são religiosos e fazem consciência de instruir seus servos no caminho da salvação: eles prefeririam servir a senhores profanos, meros mundanos e até papistas. Por que? Qualquer coisa concorda melhor com a natureza corrompida do que ser mantido dentro dos limites da religião: poucos gostam da porta estreita e do caminho apertado que conduz à vida: pois o deus deste mundo cega tanto os olhos dos homens que eles não podem ver a bênção da vida ao fim deste caminho, eles apenas veem o aperto dele; ou, se o vissem de longe, contudo apreciam tanto as coisas da carne e deste presente mundo perverso que não considerariam aquilo que está tão distante. Ora, senhores religiosos se esforçarão no que puderem para manter todos os seus servos naquele caminho estreito; mas senhores irreligiosos permitirão que eles sigam o curso de sua própria corrupção, que jurem, que profanem o Sábado e passem o dia todo dormindo, brincando, comendo e bebendo; que vão para a cama sem oração, ou catequese, ou leitura da palavra de Deus, e assim se levantem novamente e vão para seus afazeres; para cujos deveres sagrados, senhores devotos como Cornélio manterão seus servos.

2. Outros, que são colocados por seus amigos sob tais senhores devotos, ou que, não conhecendo de antemão a disposição de seus senhores, contrataram-se para ser seus servos, após estarem um tempo na casa, pensam que a casa do senhor é uma prisão para eles, resmungando e murmurando contra o seu rígido confinamento, como eles consideram; e sendo chamados para qualquer exercício religioso, estarão prontos a dizer: "Eu não fui contratado para isto, nem estou obrigado a você nisso; coloque-me no seu trabalho e eu o farei".
3. Alguns, ainda, são mais negligentes e dissolutos em seus afazeres porque seus senhores são religiosos. É uma queixa comum que senhores profanos e mundanos terão mais serviço do que senhores religiosos e piedosos, sim, embora estes deem melhores salários, alimentação e alojamento do que aqueles. Muitos pensam que a culpa disso é do senhor; mas, asseguradamente, na maioria das vezes, a culpa é da disposição corrompida dos servos, que estimam o prazer no pecado e a liberdade para ele mais do que salários, alimentação e alojamento; com o que se mostram ímpios contra Deus, ingratos aos seus senhores e prejudiciais a si mesmos. Que essa disposição perversa seja notada, para que a regra do Apóstolo, muito pertinente a este ponto, possa ser melhor observada: "E os que têm senhores crentes não os desprezem, por serem irmãos; antes os sirvam melhor, porque eles, que participam do benefício, são crentes e amados" (1Tm 6:2).

17. Da obediência dos servos à repreensão e correção.

As mesmas direções podem servir para a submissão à repreensão e à correção; pois ambas podem ser levadas a um mesmo ponto

e, no geral, ambas concordam. Pois a repreensão é uma correção verbal, e a correção é uma repreensão real.

A obediência que os servos, a esse respeito, devem mostrar aos seus senhores é dupla:

1. Suportar pacientemente todo tipo de repreensão e correção.
2. Emendar prontamente aquilo pelo qual são justamente repreendidos ou corrigidos.

Para o primeiro destes, os servos têm um preceito expresso, reforçado por muitas razões nestas palavras: "Servos, sede sujeitos com todo o temor aos vossos senhores, não somente aos bons e moderados, mas também aos maus" (1Pe 2:18). "Porque isto é agradável, que alguém, por causa da consciência para com Deus, sofra agravos, padecendo injustamente. Porque, que glória será essa, se, pecando, sois esbofeteados e sofreis com paciência? Mas se, fazendo o bem, sois afligidos e o sofreis com paciência, isso é agradável a Deus". Aqui vemos:

1. Que a correção deve ser pacientemente suportada pelos servos: se a correção, então muito mais a repreensão.
2. Que, embora a correção seja injustamente infligida, contudo deve ser pacientemente suportada: portanto, muito mais quando é merecida.
3. Que o esbofeteamento, e isso vindo de um senhor mau, deve ser suportado: portanto, muito mais a correção leve de um senhor bom e moderado. José suportou pacientemente grilhões e correntes de ferro (Salmos 105:18) e a prisão infligida sobre ele injustamente (Gênesis 39:20), até mesmo por sua fidelidade ao seu senhor. Grande foi a recompensa que Deus lhe deu; e

certamente Deus recompensará todo o erro, dor e sofrimento que, neste caso, for suportado por amor à consciência. Pois o Apóstolo diz que isto é "agradável", isto é, digno de louvor e recomendação, e assim digno de recompensa. Novamente, ele diz que é aceitável a Deus, de modo que Deus o recompensará, embora os homens possam considerar isso apenas como baixaza ou estupidez; sim, embora senhores injustos possam, por isso, aproveitar a ocasião para pisar e insultar ainda mais seus servos.

A esses motivos posso acrescentar a regra de nossa profissão cristã [que também é insinuada pelo Apóstolo nestas palavras: "Porque para isto sois chamados" (1Pe 2:21)]. Pois nosso chamado cristão exige que todos os homens deem lugar à ira (Romanos 12:19): ofereçam a outra face quando um for atingido (Mateus 5:39): vençam o mal com o bem (Romanos 12:21). Se todos os cristãos devem mostrar tal paciência a todos os homens, até mesmo aos seus iguais (1Pe 2:21), quanto mais os servos aos senhores? O Apóstolo recomenda aos servos o exemplo de Cristo neste caso: ele foi ultrajado e muito sofreu, e isso da forma mais injusta, e contudo suportou tudo pacientemente; se os servos assim sofrerem com ele, eles também reinarão com ele.

18. Dos extremos contrários ao suportar pacientemente a repreensão e a correção pelos servos.

Suportar pacientemente repreensões e golpes parece um ditado duro para a maioria dos servos; eles não suportam ouvir isso; pois sua mente e comportamento são totalmente contrários.

Alguns, sendo apenas repreendidos, embora justamente, estão prontos a responder e retrucar palavra por palavra; um

pecado expressamente proibido. Parece, pela menção expressa do Apóstolo, que retrucar tem sido uma velha má qualidade nos servos.

Objeção: Se um senhor repreende injustamente seu servo, e o servo não responde, ele conscientemente permite que seu senhor continue em seu erro e, assim, torna-se cúmplice do pecado de seu senhor.

Resposta: Há uma diferença entre uma contradição rancorosa e vingativa daquilo que é dito e uma apologia humilde, suave, reverente e oportuna para aquilo que é injustamente censurado. Isto é lícito; mas aquilo é proibido.

1. Outros desdenham ser corrigidos, desdém que manifestam de muitas maneiras: como
2. Murmurando e dizendo que não vieram para esse fim. Mas embora esse não fosse o fim principal de sua sujeição, contudo é um meio para mantê-los sob sujeição e, portanto, deve ser suportado por eles.
3. Fugindo, como Hagar.
4. Lutando e debatendo-se com o senhor ou a patroa, e segurando o bastão ou a vara pela ponta, ou segurando as mãos daqueles que os corrigem.

Objeção: Devo permitir-me ser espancado injustamente, quando posso me ajudar e impedir isso?

Resposta: 1. Os servos não podem ser seus próprios juízes sobre se sua correção é justa ou injusta; pois os homens são tão propensos a se lisonjearem e a atenuarem as más ações que cometem, que, se não fossem corrigidos até que pensassem ser justo, nunca seriam corrigidos. 2. Suportar o castigo [para usar a palavra de São Pedro] não é de outra forma louvável. Se és

castigado justamente, tens apenas o que mereces. Se for à força, de modo que não possas resistir, a necessidade te faz suportá-lo. Os ladrões mais obstinados que existem, estando amarrados, deixam-se levar porque veem uma necessidade. Mas Cristo [cujo exemplo neste caso é colocado diante dos servos (1Pe 2:21)] poderia ter se libertado, mas não quis (Mateus 26:53). Se os servos suportam por amor à consciência, eles não resistirão, embora sejam capazes.

Outros, se forem atingidos pelo senhor ou pela patroa, darão tanto quanto recebem, eles baterão de volta; uma prática que não convém a nenhum cristão, mas é mais imprópria para servos cristãos, que manifestam com isso um desprezo pela imagem e poder de Deus em seus senhores.

Outros estão tão possuídos por um demônio que buscarão toda a vingança que puderem se forem corrigidos; de onde vem que alguns jovens exaltados, impetuosos e atrevidos não hesitam em desafiar seus senhores para o campo; e outros, de mente mais maliciosa, tentam secretamente tirar a vida de seus senhores. Muitos que não têm a oportunidade de praticar tais vilanias, não obstante, em seus corações desejam a destruição de seu senhor e fazem as mais terríveis imprecações contra eles; com o que se tornam culpados de sangue diante de Deus.

19. Dos servos emendarem aquilo pelo qual são justamente repreendidos ou corrigidos.

Mais do que paciência é exigido daqueles que são merecidamente repreendidos ou corrigidos por suas falhas: a saber, arrependimento e emenda. Assim, a dor e o sofrimento que os servos suportam serão como um bom remédio para eles e se transformarão em seu bem. A verdadeira emenda de falhas anteriores pode tornar alguém um servo melhor do que era antes

de cometer essas falhas: veja o que São Paulo diz de Onésimo: "o qual noutra tempo te foi inútil, mas agora a ti e a mim muito útil" (Filemom 11).

Contrária é a disposição daqueles que, não obstante toda repreensão e correção, continuam ainda em seus cursos maus e depravados, e continuam a provocar seu senhor mais e mais, fazendo-os assim adicionar golpe sobre golpe e açoite sobre açoite, até que não tenham mais esperança neles e sejam forçados a colocá-los para fora de casa. Isso vem ou de um estômago desdenhoso e orgulhoso [pois o escarnecedor não ouve a repreensão (Provérbios 13:1)] ou de uma natureza vil, servil, estúpida e brutal, que não se move com nenhuma dor ou sofrimento, como um cavalo cansado que não se move embora seja chicoteado ou espancado o quanto for. Salomão sugere isso ao colocar em um mesmo grupo o cavalo, o jumento e o tolo (Provérbios 26:3), querendo dizer por "tolo" um servo escarnecedor e estúpido, para cujas costas a vara é como o chicote para o cavalo; de tal tolo ele diz que cem açoites não entram nele (Provérbios 17:10); e novamente: "Ainda que pisasses o tolo num gral entre grãos de trigo com um pilão, não se retiraria dele a sua estultícia" (Provérbios 27:22).

Mas o que diremos daqueles que, pela repreensão e correção, tornam-se piores? O que, senão que a vergonha, a mendicância e alguma morte ignominiosa ou outra provavelmente lhes sobrevirá.

Até aqui tratamos dos tipos de deveres dos servos. O próximo ponto diz respeito à maneira de realizá-los.

20. Do serviço com tremor.

A maneira como os servos devem realizar seus deveres é notada em quatro frases:

A primeira delas é esta: com temor e tremor. O temor é tanto uma fonte de onde fluem todos os outros deveres quanto um tempero para dar sabor a todos eles. Comumente, o sabor das águas vem da fonte; o que Tiago sugere quando diz que nenhuma fonte dá água salgada e doce ao mesmo tempo (Tiago 3:12), pois se a fonte for salgada, os riachos que dela brotam serão salgados; e frescos, se a fonte for fresca. Assim, se o temor estiver enraizado no coração dos servos, toda a sua obediência e submissão serão temperadas com ele. Que os servos aprendam aqui, pela maneira como realizam todos os seus deveres, a declarar que existe um verdadeiro temor próprio do servo em seus corações. Sobre isso, não precisarei dizer mais do que o que já foi entregue anteriormente (ver Seção 4).

A outra palavra, "tremor", acrescentada ao temor, adiciona ênfase, mostrando que não é um temor pequeno o que se exige dos servos; e dá a entender que, tendo os seus senhores o poder de puni-los, eles devem se comportar de tal forma que não provoquem a ira do senhor, mas sejam muito cuidadosos e zelosos para evitar o seu desagrado, não lhe dando ocasião justa de ofensa. Esse cuidado teve aquele servo de Davi que primeiro avistou Absalão pendurado em uma árvore e contou a Joabe (2 Samuel 18:12): ele temia tanto o desagrado do Rei, seu senhor, que, mesmo para ganhar mil siclos de prata, não ousou matar Absalão. O mesmo se nota de Obadias, que teve medo de dizer ao seu senhor Acabe onde Elias estava (1 Reis 18:19), para que seu senhor não pensasse que ele o havia zombado, caso o Espírito tivesse levado Elias embora.

Este temor trêmulo é necessário em razão do pouco amor que os servos comumente dedicam aos seus senhores. Não

existem os mesmos motivos para despertar o amor nos servos para com seus senhores como nos filhos para com seus pais; portanto, a menos que sejam mantidos nos trilhos pelo respeito e pelo receio, eles transgredirão excessivamente. E porque isso é tão necessário, os servos devem trabalhar para nutri-lo, como um meio de mantê-los longe de uma ousadia excessiva.

Contrário, por um lado, é o desprezo orgulhoso da autoridade de um senhor [dizendo, se não com a boca, no coração, como Gaal sobre Abimeleque: "quem é ele para que o sirvamos?" (Juízes 9:28); ou como aqueles que desprezaram o governo de Cristo, seu mestre: "não queremos que este homem reine sobre nós" (Lucas 19:14); e ainda: "rompamos as suas ataduras e sacudamos de nós as suas cordas" (Salmos 2:3)]; e, por outro lado, uma negligência miserável, não temendo nenhum castigo antes de senti-lo: como muitos ladrões desesperados que em nada temem o poder do Juiz, mas dizem desesperadamente: "temos apenas uma morte a pagar". A autoridade do próprio Deus é desprezada, e a Sua mão vingadora é pouco considerada por tais servos orgulhosos e desesperados; de modo que o pecado deles não é um pecado pequeno.

21. Do serviço com sinceridade.

O segundo ramo relativo à maneira de os servos realizarem seu dever está nestas palavras: na sinceridade de coração, de modo que tudo deve ser realizado com um coração honesto e íntegro: tudo o que fizerdes, fazei-o de coração (Colossenses 3:23), diz o Apóstolo aos servos em outro lugar. Assim fez José, servindo seu senhor com sinceridade de coração; como exemplo, sua recusa em abusar de sua senhora em um quarto privado quando ela o desejou e ninguém mais estava na casa. Felizes seriam os senhores se tivessem tais servos; então poderiam não ter mais preocupação do que Potifar teve, colocando tudo o que possuía

nas mãos de seu servo (Gênesis 39:6). Nem essa rara virtude nos servos seria apenas proveitosa para seus senhores, mas também muito confortadora para si mesmos, trazendo-lhes muita paz de consciência.

Contrário é o serviço hipócrita: quando os servos têm um coração duplo, mostrando externamente um coração e tendo outro, um coração totalmente contrário, dentro de si (Salmos 12:2). Tal foi Geazi, que entrou e se pôs diante de seu senhor (2 Reis 5:25), como se tivesse realizado algum bom serviço, quando na verdade o havia desonrado profundamente. E tal foi Judas, que manteve uma face tão boa para seu mestre quanto qualquer um dos discípulos e, no entanto, era um traidor errante; pois quando se pensava que ele saíra para comprar provisões para seu mestre, ele fora para traí-lo (João 13:29).

Todo serviço para os olhos (servir à vista) é contrário à sinceridade de coração mencionada: quando os servos são diligentes apenas enquanto o olho do senhor está sobre eles: como criancinhas que fazem qualquer coisa que a mãe queira enquanto o olho dela está nelas; mas nada quando ela vira as costas. O mundo está cheio de tais servos que servem à vista, que, enquanto seus senhores estão presentes, são ocupados como abelhas; mas se ele está ausente, então ou ficam ociosos em casa, ou vagam por fora, ou não fazem nada além de brigar, comer e beber com os bêbados (Mateus 24:49); como aquele servo perverso que Cristo nota na parábola. Que o julgamento pronunciado contra ele seja notado por tais servos.

22. Do serviço por amor à consciência.

O terceiro ramo da maneira de os servos realizarem seu dever está nestas palavras: como a Cristo, como servos de Cristo, fazendo a vontade de Deus, como ao Senhor: tudo isso

estabelece uma boa consciência, ou tal serviço que é realizado por amor à consciência, ou por amor ao Senhor, o que é a mesma coisa; porque a consciência tem os olhos voltados apenas para o Senhor, para a Sua vontade e para a Sua ordenança. Embora não houvesse outro motivo no mundo para movê-los a obedecer aos seus senhores, a consciência deles para com Deus os moveria. Tal era a maneira de José servir ao seu senhor, como mostra a razão que ele mesmo deu à sua senhora: "Como, pois, faria eu este tamanho mal, e pecaria contra Deus?" (Gênesis 39:9). A oração que o servo de Abraão fez a Deus (Gênesis 24:12, 27) e os agradecimentos que lhe rendeu por abençoar sua jornada mostram que ele serviu ao seu senhor por amor ao Senhor. É mais claro do que o necessário provar que tal foi o serviço de Jacó ao seu senhor. Isso deve ser notado principalmente pelos servos cristãos, porque aqui reside a maior diferença entre servos crentes e outros: outros podem servir com temor e tremor, com sinceridade de coração e boa vontade; mas apenas os Santos prestam serviço como a Cristo, por amor à consciência. Se este não for o único objetivo deles, certamente é o principal; o que os faz não se contentarem apenas em fazer a coisa, mas em se esforçarem para fazê-la da melhor maneira possível, para que Deus a aceite melhor. Com isso, ao mesmo tempo em que se aprovam diante de Deus, fazem muito bem aos seus senhores e trazem muito conforto às suas próprias almas.

Contrária é a mente da maioria, que faz todo o serviço por interesses secundários: eles podem realizar muito dever e, quem sabe, fazer muito bem aos seus senhores; e por isso podem receber bons salários de seus senhores, e também recompensas extraordinárias, e viver em muita tranquilidade sob eles; mas nenhuma recompensa podem esperar das mãos de Deus; de modo que posso dizer a tais servos o mesmo que Cristo disse aos que faziam tudo para ter a glória dos homens: "Eles já receberam a sua recompensa" (Mateus 6:2).

23. Da disposição dos servos em realizar seu dever.

O quarto ramo respeitante à maneira de os servos realizarem seu dever é notado nesta frase: com boa vontade. Esta boa vontade de um servo para com seu senhor diz respeito, em parte, à disposição do servo, implicando prontidão e alegria; e, em parte, ao benefício do senhor, implicando fidelidade.

Quanto à disposição de fazer o dever que pertence a um servo, Jesus Cristo [que tomou sobre si a forma de servo (Filipenses 2:7)] fez de si mesmo um padrão digno. "Deleite-me em fazer a tua vontade", diz ele àquele que o enviou (Salmos 40:8); e novamente: "A minha comida é fazer a vontade daquele que me enviou e realizar a sua obra" (João 4:34). Não come o homem a sua comida voluntariamente, com deleite e alegria? Da mesma forma fez Cristo a obra daquele que o enviou. Tão alegremente Jacó serviu seu tio Labão que sete anos lhe pareceram apenas alguns dias (Gênesis 29:20).

Objeção: A razão disso foi o amor que ele tinha por Raquel.

Resposta 1: Esta foi uma razão, mas não a única: se ele não tivesse boa vontade para com seu tio e senhor, bem como amor por sua esposa, o tempo poderia ter parecido bastante tedioso; mas ambos se encontrando, fizeram o tempo passar melhor.

Resposta 2: Se o amor que ele tinha por Raquel o fez prestar seu serviço tão alegremente, então, se os servos amarem a Deus, por amor de quem devem prestar seu serviço, este será feito alegremente. 3. Aquilo que o Apóstolo aplica ao dar esmolas (2Co 9:7) pode ser estendido a todos os tipos de deveres que Deus exige: "Deus ama ao que dá com alegria"; portanto, o trabalho que não é temperado com alegria, Deus não o considera. 4. Assim como a alegria faz com que Deus goste mais do

trabalho, também torna o trabalho muito mais fácil para quem o faz. Nosso provérbio comum nota o mesmo: "Nada é difícil para uma mente disposta". 5. Se houver alegria na mente de um servo, ele é tão livre quanto seu senhor: pois tal servo é liberto do Senhor (1Co 7:22) e, quando não pode ser libertado pelo seu senhor, ele, de certa forma, torna o seu serviço livre.

Tenha o olho em Deus, na Sua aceitação e remuneração, e isso vivificará o teu espírito. A recompensa humana faz os homens pobres ficarem contentes com o trabalho e alegres ao realizá-lo: é como açúcar para o vinho azedo. Comerciantes, médicos, advogados, todos os tipos de homens, são atraídos pelo ganho com grande disposição para assumir grandes esforços. Não deveria a recompensa de Deus pelos nossos esforços nos tornar muito mais dispostos? Certamente tornaria, se tivéssemos tal olho de fé como o de Moisés, para ver a recompensa que ele viu.

Contrário é o abatimento de espírito e o descontentamento da mente, quando os servos prestam o seu serviço de má vontade, resmungando, por compulsão [como ursos levados a um poste] e por necessidade, como escravos em uma galé. Tal serviço deve necessariamente ser feito de forma canhestra; mas, ainda que exteriormente seja bem feito, o executor pouco conforto pode ter nele, porque Deus não o aceita.

24. Da rapidez e diligência dos servos em seu serviço.

Os servos, em testemunho de sua disposição e alegria, devem ser rápidos e diligentes em seu serviço: pois estes são efeitos da disposição voluntária. A rapidez diz respeito ao tempo de fazer uma coisa. A diligência diz respeito ao esforço que se dedica a ela.

Aquele que é rápido em seu serviço não gasta mais tempo em uma coisa do que o necessário; mas está pronto para fazer uma coisa após a outra; e assim presta muito mais serviço. É expressamente notado sobre Rebeca que ela se apressou e baixou o seu cântaro (Gênesis 24:18, 20); e apressou-se e esvaziou o seu cântaro, e correu outra vez ao poço. E o servo de Abraão, tendo feito toda a velocidade possível para o lugar para onde fora enviado, não quis comer até que tivesse contado o seu recado (Gênesis 24:33): depois de o ter contado, se não tivesse tido êxito, não teria demorado, mas teria partido imediatamente (Gênesis 24:49): quando despachou tudo bem, não se deteve em cumprimentos, mas apressou-se a voltar para o seu senhor (Gênesis 24:56). Aimaás competiu com Cusi para ver quem levaria a mensagem ao senhor primeiro (2 Samuel 18:23): e Aimaás ultrapassou Cusi, pois tinha uma mente muito disposta para fazer o negócio. A forma de encargo que Eliseu deu ao seu servo implica toda a velocidade que ele pudesse fazer: foi esta: "Cinge os teus lombos, toma o meu bordão na tua mão e vai; se encontrares alguém, não o saúdes; e se alguém te saudar, não lhe respondas" (2 Reis 4:29).

Aquele que é diligente em seu serviço não apenas será rápido no tempo, mas também persistirá e empregará todo o trabalho e esforço que puder para a boa execução daquilo que deve fazer. Aquele encargo suave imposto a todos os homens pertence particularmente ao servo ["No suor do teu rosto comerás o teu pão" (Gênesis 3:19)] e aquilo que Salomão observa ["Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças" (Eclesiastes 9:10)]. Grande foi a diligência de Jacó [pois ele diz de si mesmo ao fazer os afazeres de seu senhor: "De dia me consumia o calor, e de noite a geada; e o meu sono fugiu dos meus olhos" (Gênesis 31:40)]. Grande também foi a diligência daqueles pastores que guardavam o seu rebanho durante a noite (Lucas 2:8): e daqueles servos que, pelo seu

esforço, dobraram os talentos que lhes foram confiados (Mateus 25:16, 17). Assim como a diligência é recomendada por estes e muitos exemplos semelhantes, também é estabelecida pelas muitas promessas que lhe são feitas, como: "A mão dos diligentes enriquece" (Provérbios 10:4); "A recompensa das mãos do homem se lhe pagará" (Provérbios 12:14); "A mão dos diligentes dominará" (Provérbios 12:24); "Em todo trabalho há proveito" (Provérbios 14:23).

O trabalho que os servos são designados a fazer por seu senhor é, para eles, o trabalho de Deus: pelo que o Apóstolo diz aos servos, bem como aos outros: "Ande cada um segundo o Senhor lhe repartiu, cada um como Deus o chamou" (1Co 7:17); mas o trabalho de Deus deve ser feito com toda a diligência: pois "Maldito aquele que fizer a obra do Senhor negligentemente" (Jeremias 48:10).

Contrário é a ociosidade, a preguiça e a indolência dos servos. Estas são falhas muito comuns. Salomão investe muito contra esses vícios, descrevendo-os em seu gênero e listando os muitos danos que daí seguem. Assim ele os decifra: "Diz o preguiçoso: Um leão está no caminho [isto é, ele finge um perigo improvável]. Como a porta se revolve nos seus gonzos, assim o preguiçoso na sua cama. O preguiçoso esconde a sua mão no seio; e enfada-se de a tornar a levar à sua boca" (Provérbios 26:13-15). "Um pouco de sono, um pouco de tosquenejo, um pouco de encruzar de braços, para dormir" (Provérbios 24:33).

Estes são os males que ele nota virem da ociosidade e da preguiça: pobreza (Provérbios 10:4), servidão (Provérbios 12:24), desejos infrutíferos (Provérbios 13:4), fome (Provérbios 19:15), mendicância (Provérbios 20:4), morte (Provérbios 21:25). E para mostrar quão pouco prazer ou conforto os senhores podem ter em servos preguiçosos, ele os compara ao

vinagre e à fumaça, que são tão irritantes aos dentes e aos olhos quanto se pode ser: "Como o vinagre para os dentes e a fumaça para os olhos, assim é o preguiçoso para aqueles que o enviam" (Provérbios 10:26). E porque muitos preguiçosos pensam e dizem que não fazem mal, ele diz ainda que "O que é negligente na sua obra é irmão do grande desperdiçador" (Provérbios 18:9): em que respeito Cristo chama o servo preguiçoso de "servo mau e inútil" (Mateus 25:26, 30) e lhe dá a porção daqueles que fazem muito mal.

Por menos que muitos servos valorizem a ociosidade e a preguiça, a verdade é que se trata de um roubo claro. Pois o melhor serviço que os servos podem prestar é devido ao seu senhor: e eles deveriam ser tão diligentes no trabalho do senhor como se fosse o seu próprio. Portanto, não basta evitar a ociosidade não fazendo nada, mas devem cuidar para não serem preguiçosos ao fazerem algo: pois tanto faz não fazer nada, como fazer sem melhorar nada.

Pressionei ainda mais este ponto porque se nota como uma mancha em servos que professam a religião serem os mais preguiçosos e negligentes, os menos esforçados e diligentes. Muito daquele tempo que deveriam gastar nos afazeres do senhor [que é a sua vocação particular] eles gastam tagarelando sobre afazeres do Estado e da Igreja [assuntos que não lhes pertencem]. Assim, fazem seus senhores cansarem de seu serviço; e por causa disso, são frequentemente trocados de casa em casa e, como pedras que rolam, não criam limo: nem aprendem habilidade pela qual possam, quando estiverem por conta própria, sustentar-se e fazer bem aos outros; nem juntam qualquer reserva ou porção, como outros que são diligentes fazem: sim, adquirem tal hábito de ociosidade que nunca mais conseguem se livrar dele: pois aqueles que são preguiçosos sob o comando de senhores raramente se mostram diligentes quando

trabalham para si mesmos. Nestes se verifica o provérbio de Salomão: "O falar dos lábios só encaminha para a penúria" (Provérbios 14:23).

25. Da fidelidade dos servos.

Foi notado anteriormente que a boa vontade aqui exigida dos servos para com seus senhores tinha respeito ao lucro e benefício que os servos, pelo seu serviço, pudessem trazer aos seus senhores (ver Seção 23): e nesse respeito, ela compreende a fidelidade, a fidelidade pela qual os servos cumprem bem aquela confiança que lhes é confiada. Expressamente é ordenado aos servos: "mostrando toda a boa fidelidade" (Tito 2:10), e é exigido nos despenseiros que cada um se ache fiel (1Co 4:2). A frase que se usa de Moisés: "ele foi fiel como servo" (Hebreus 3:5), mostra que a fidelidade, por uma espécie de propriedade, pertence ao servo: e onde Cristo acopla estes dois, "bom e fiel", ele nos dá a entender que a bondade de um servo consiste na sua fidelidade (Mateus 25:21).

Grande é o benefício que, pela fidelidade do servo, redundará tanto ao senhor quanto ao servo. O benefício que vem ao senhor, Salomão nota neste provérbio: "Como o frescor de neve [muito aceitável, confortável e proveitoso] no tempo da sega [quando os homens estão abafados pelo calor], assim é o mensageiro fiel para com os que o enviam; porque recreia a alma dos seus senhores" (Provérbios 25:13): e novamente nisto: "O embaixador fiel é saúde", isto é, traz segurança ao seu senhor (Provérbios 13:17).

O benefício que redonda ao próprio servo por sua fidelidade, Cristo nota nesta sua aprovação e remuneração: "Bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor" (Mateus 25:21).

Todo servo será chamado a prestar contas: se não pelo seu senhor na terra, certamente pelo seu senhor no céu: ele dirá a cada um: "Dá conta da tua mordomia" (Lucas 16:2): agora, então, se os servos não foram fiéis, que outra quitação podem esperar senão aquela que o servo mau, preguiçoso e inútil [que escondeu o seu talento num lenço] recebeu, a saber, esta: "Lançai, pois, o servo inútil nas trevas exteriores; ali haverá pranto e ranger de dentes" (Mateus 25:30). Que todos os servos infiéis notem isto: pois à fidelidade é contrária toda a infidelidade, como a negligência, o engano, o roubo, a traição e vícios semelhantes. Muito dano, desonra e vexame são trazidos por tais servos aos senhores: e melhor fora que nunca tivessem entrado na casa de um homem.

Mas para que o ponto da fidelidade possa ser melhor discernido e observado, eu o exemplificarei em sete detalhes sobre os quais ela deve ser especialmente exercida, que são: 1. os bens, 2. os afazeres e assuntos, 3. os conselhos e segredos, 4. os outros servos, 5. os filhos, 6. o companheiro de quarto, 7. a pessoa de seu senhor ou senhora.

26. Da fidelidade dos servos em relação aos bens de seus senhores.

Duas coisas são exigidas dos servos para testificar sua fidelidade sobre os bens de seu senhor:

1. Uma guarda segura deles.
2. Um aumento deles.

Tudo o que é confiado pelos senhores aos seus servos, estes devem preservar com tanto cuidado que não se perca, estrague ou deteriore sob suas mãos, sejam coisas dentro ou fora de casa. Posso, para este propósito, aplicar não sem razão aquele

encargo aos servos que, em outro caso, o Apóstolo deu a Timóteo: "Guarda o depósito que te foi confiado" (1Tm 6:20): a metáfora é tirada dos servos e, assim, mostra qual é o seu dever. Grande foi a fidelidade de José neste tipo, o que fez seu senhor colocar tudo o que tinha em sua mão (Gênesis 39:4). Tão grande foi a fidelidade de Jacó que, em vinte anos, as ovelhas e as cabras de seu senhor, sob sua mão, não abortaram, nem os carneiros foram devorados (Gênesis 31:38, 39): se algo fosse despedaçado por feras, ele não levava ao seu senhor, mas arcava com a perda ele mesmo. Se os servos perceberem qualquer dano ou dano causado por outros aos bens do seu senhor, devem remediá-lo, se puderem, ou pelo menos comunicá-lo aos seus senhores, para que este dê ordens para o remédio; como os servos daquele que semeou boa semente, entre a qual o joio foi semeado, mencionado na parábola (Mateus 13:27).

Senhores que confiam nos servos ocupam-se com segurança em outros assuntos e não vigiam eles mesmos os bens que estão sob a custódia do servo, o que se pressupõe que fariam se não confiassem neles. Grande razão há, portanto, para que os servos sejam cuidadosos com as coisas que lhes são confiadas.

Eles devem, além disso, fazer o que estiver ao seu alcance para avançar o patrimônio de seu senhor e aumentar seu estoque. O pouco que Labão tinha foi pela fidelidade de Jacó neste tipo aumentado até se tornar uma multidão (Gênesis 30:30). Os talentos que foram confiados aos dois servos fiéis foram, por sua indústria, aumentados para o dobro (Mateus 25:16, 17). Assim, não basta aos servos não prejudicarem o patrimônio do senhor, mas devem melhorá-lo: pois aquele que guardou seguro o talento de seu senhor e lhe devolveu apenas o que era dele foi considerado um servo inútil e recebeu a condenação dos desperdiçadores. A maioria dos senhores contrata servos para sua vantagem e benefício, pois pouca

utilidade teria um senhor em prover comida e alojamento para muitos servos, e dar-lhes salários, se não colhesse lucro e benefício por meio deles.

27. Do descuido dos servos sobre os bens de seus senhores.

Contrário à fidelidade dos servos em guardar com segurança os bens de seu senhor confiados ao seu encargo é o descuido e a negligência ao permitir que perdas e danos venham aos seus senhores: como nos campos, quando não cuidam de suas cercas e portões; ou negligenciam seu gado de modo que sejam roubados, ou permitem que doenças cresçam neles, ou não lhes dão forragem e água na estação devida. Ou na casa, quando deixam portas ou janelas abertas, e ladrões entram e levam ou pescam os bens de seu senhor; ou deixam o fogo descuidadamente, ou deixam velas queimando de modo que a casa possa pegar fogo; ou permitem que móveis e roupas fiquem parados até serem traçados ou estragados de outra forma; ou permitem que qualquer coisa na casa seja quebrada; ou comida fique em cantos mofando, ou seja jogada para cães e gatos. Quando Cristo multiplicou o pão e o peixe, com os quais milhares foram alimentados, de modo que sobraram muitos fragmentos, ele ordenou aos seus discípulos que recolhessem o que sobrou, e deu esta razão: "para que nada se perca" (João 6:12). O dano que pode vir pelo descuido dos servos pode ser maior do que eles jamais poderão ser capazes de satisfazer; e, portanto, deveriam preveni-lo com mais cuidado.

28. Da fraude dos servos.

Contrário ao outro ramo da fidelidade dos servos em aumentar o patrimônio do senhor é todo tipo de roubo e fraude, seja retendo o que é devido aos seus senhores ou desviando deles o que eles possuem. O Apóstolo proíbe expressamente os servos de

"desviar" (Tito 2:10). A palavra traduzida como desviar é a mesma pela qual a fraude de Ananias é descrita, que reteve parte do preço de uma propriedade que venderam (Atos 5:2): de modo que por ela é proibido não apenas o roubo aberto e manifesto, como furtar dinheiro da bolsa, baú ou balcão do senhor; ou desviar cereais, mercadorias ou quaisquer outros bens; mas também colocar mais na conta de despesas do que o que foi gasto, ou na conta de dívidas menos do que o devido [como o mordomo injusto, que para uma dívida de cem medidas de azeite colocou cinquenta, e para cem de trigo colocou oitenta (Lucas 16:6, 7)] ou gastar mais do que o necessário, ou trazer má companhia para casa quando seus senhores estão ausentes e entretê-los à custa do senhor, ou esconder parte do preço que foi recebido por qualquer mercadoria, ou pedir dinheiro emprestado em nome do senhor, ou cobrar taxas maiores do que os senhores sabem, ou receber subornos ou presentes que seus senhores recusam [como Geazi], ou contratar outros para fazerem o seu trabalho à custa do senhor, ou desviar os clientes do senhor, ou desviar bens de outros homens confiados ao senhor [como servos de alfaiate, que com isso desacreditam muito seus senhores e prejudicam seu negócio].

Objeção: E se os senhores retiverem o salário de seus servos? Não podem eles, por meios privados, fazer justiça a si mesmos?

Resposta: O pecado de um senhor não é garantia para fazer os servos responderem pecado com pecado. A lei está aberta tanto para servos quanto para senhores: se não, os ouvidos de Deus estão abertos às suas queixas: Ele pode e irá remediar tudo, ou aqui ou no futuro. Note o exemplo de Jacó (Gênesis 31:42). Muitos fazem disso um pretexto justo; mas, seja justo ou não, não é seguro abrir esta brecha de engano.

Estes e outros tipos de engano são pecados mais hediondos por causa daquela confiança que os senhores depositam nos servos: pois violam tanto o vínculo da justiça quanto o da fidelidade. Se um servo desvia ou defrauda seu mestre de qualquer de seus bens acima de um certo valor, ele é julgado como criminoso pela nossa lei estatutária.

29. Da fidelidade dos servos nos afazeres que devem despachar para seus senhores.

Nos afazeres que os senhores confiam ao cuidado de seus servos para serem despachados por eles, estes devem fazer o seu melhor esforço para que tudo prospere sob suas mãos: como se nota de José, ele era um homem próspero (Gênesis 39:2): temos não apenas uma prova grávida, mas também uma excelente direção para este ponto no exemplo do servo de Abraão, que foi muito fiel ao despachar o negócio de buscar uma esposa para Isaque (Gênesis 24): nele, que os detalhes sejam notados.

Ele temia a Deus: todo o comportamento naquele negócio testifica isso. Há um vínculo duplo para prender os servos a isto: um em relação a si mesmos, para que no que fazem sejam aceitos por Deus; outro em relação aos seus senhores, para que os afazeres de seu senhor prosperem sob suas mãos: Deus faz prosperar os que O temem em todas as coisas que empreendem: veja os exemplos de Jacó (Gênesis 30:27), José (Gênesis 39:2) e Davi (1 Samuel 18:14).

Ele clamou a Deus para prosperar seus esforços (Gênesis 24:12): ora, a oração é o melhor meio que possivelmente pode ser usado para obter qualquer bênção do Senhor. Sem ela, todos os nossos esforços são vãos ["Inútil vos será levantar de madrugada, repousar tarde, comer o pão de dores, se a bênção de Deus não acompanhar tudo" (Salmos 127:2)].

Ele deu graças quando viu que o Senhor começara a prosperar o que ele empreendera (Gênesis 24:27): o agradecimento pelo início de uma bênção é um meio eficaz para a continuação dessa bênção: sim, é também um meio eficaz para mover Deus a prosperar outras coisas que empreendemos: de modo que, se os servos desejam prosperar em todos os assuntos que realizam para seus senhores, devem render graças pelo primeiro sucesso que Ele deu, e assim pelo segundo, terceiro, quarto e por cada sucesso.

Ele aproveitou todas as oportunidades que pôde: quando viu uma moça para indagar, correu até ela e indagou o que era conveniente para seu senhor (Gênesis 24:17, 23): quando teve motivos para pensar que ela era a moça, apresentou-lhe presentes (Gênesis 24:22): assim que foi levado à casa, lançou-se sobre o assunto pelo qual viera, antes mesmo de comer qualquer coisa (Gênesis 24:33): depois que os assuntos foram concluídos conforme seu desejo, não demorou, mas com toda a velocidade levou a moça a Isaque. Em uma palavra, ele não omitiu nada que, no máximo de sua sabedoria, concebeu ser conveniente para aquele assunto: mais ele não poderia ter feito se o assunto concernisse inteiramente a si mesmo. Não precisarei urgir mais este ponto do que colocando este padrão diante dos servos.

Contrária é a disposição daqueles que não se importam se as coisas que fazem pelo seu senhor prosperam ou não: se dedicaram algum esforço nisso, de modo que seu senhor não possa dizer que o negligenciaram totalmente, é tudo o que lhes importa. Se não suceder bem, dirão que não estão no lugar de Deus para fazer tudo o que é feito prosperar. Mas embora toda a bênção resida em Deus, contudo Ele santificou meios para obter Sua bênção [como fé, oração, agradecimento e afins] que, porque não usam, falham neste ponto de fidelidade. Mais ainda,

eles usam aquelas coisas que principalmente impedem e afastam a bênção de Deus e, em vez disso, trazem uma maldição sobre tudo o que fazem, como profanidade, impureza, embriaguez e todo tipo de libertinagem, sim, desprezando a palavra de Deus e as santas ordenanças, ultrajando Seus Santos, tomando Seu nome em vão por juramentos, perjúrios e blasfêmias, mentiras também, calúnias, furtos e outros vícios semelhantes. Estes servos irreligiosos e perversos, assim como pecam contra Deus e suas próprias almas, pecam também contra o seu senhor: não é lucrativo para os senhores manter tais servos.

30. Da fidelidade dos servos em guardar os segredos de seus senhores e esconder suas enfermidades.

Em razão daquele vínculo próximo que existe entre senhor e servos, e sua permanência próxima e contínua juntos, e os muitos empregos que os senhores têm para seus servos, os servos vêm a conhecer muitos dos segredos de seu senhor: a fidelidade, portanto, exige mantê-los guardados. Desde que não sejam segredos que tendam à desonra de Deus, ou ao perigo da República e da Igreja, nem de uma pessoa privada: pois Jônatas é elogiado por descobrir o mal que Saul pretendia secretamente contra Davi (1 Samuel 20:12).

Para prova do ponto, note o que Salomão diz: "O que é de espírito fiel encobre o negócio" (Provérbios 11:13): a saber, um assunto secreto. Note também quão fiel Jeremias foi ao guardar o conselho de Zedequias (Jeremias 38:27): embora os príncipes indagassem sobre isso, ele não o revelaria a eles.

A este ponto deve referir-se o esconder fielmente as enfermidades dos senhores: pois os melhores que existem estão sujeitos a muitas; e os servos que estão sob o teto de seu senhor continuamente servindo-os não podem deixar de avistar muitas:

se nisto os servos não forem fiéis, melhor seria para os senhores não terem servos em suas casas.

Contrário a guardar os segredos dos senhores é tagarelar por aí todas as coisas que os servos sabem a respeito de seus senhores: o que é uma falha muito comum: pois quando servos de diversas casas, homens ou criadas, se encontram, toda a conversa deles, na maioria das vezes, é sobre seus senhores e patroas, pelo que acontece que todos os segredos de uma casa são logo conhecidos por toda a cidade ou vila. Salomão chama tal pessoa de mexeriqueiro: "O mexeriqueiro", diz ele, "revela os segredos": ou, "aquele que revela segredos é um mexeriqueiro" (Provérbios 11:13; 20:19): pois muitos dos provérbios de Salomão são conversíveis, podem ser virados para qualquer lado. Agora note como Salomão aponta os males que os mexeriqueiros causam: "As palavras do mexeriqueiro são como feridas [elas ferem o precioso nome e crédito de um homem] e descem até o íntimo do ventre" (Provérbios 18:8), isto é, elas, por assim dizer, atravessam o próprio coração de um homem. Novamente, ele nota que eles são a causa de toda contenda e levantam discórdia entre os principais amigos (Provérbios 16:28): e nesse aspecto, compara-os adequadamente à lenha, que é o próprio combustível do fogo (Provérbios 26:20). Que inimigos são, então, tais servos para uma casa? Eles são como espíões traiçoeiros, os inimigos mais perigosos que existem. Assim vemos que este não é um pecado leve: contudo, é muito mais odioso quando as enfermidades dos senhores e das patroas [cuja publicação pode prejudicar muito o seu crédito] são dadas a conhecer.

31. Da fidelidade dos servos em ajudarem uns aos outros.

Onde muitos colegas de serviço estão juntos, a fidelidade exige que um ajude ao outro no que puder; seja pelo bom exemplo,

bom conselho, encorajamento em bons caminhos, dissuasão de práticas perversas e pecaminosas, paz e unidade, e coisas semelhantes. O Senhor Cristo chama expressamente tal pessoa de servo fiel e o declara bendito (Mateus 24:45, 46).

O exemplo e o conselho de um igual prevalecem muito sobre o outro, de modo que um colega de serviço pode fazer mais bem nesse aspecto do que o próprio senhor; e se, por meio dele, ele levar seus colegas a serem fiéis, sua própria fidelidade é dobrada e triplicada; e seu senhor recebe um benefício duplo e triplo por isso: a saber, o benefício da fidelidade deste bom servo e o benefício da fidelidade de todos os outros servos que ele tornou fiéis.

Contrária é a prática daqueles que, pelo seu mau exemplo, corrompem seus companheiros [como aquele servo mau que, quando seu senhor estava fora, comia e bebia com os bêbados (Mateus 24:49), isto é, fazia com que outros se embriagassem com ele] ou, por mau conselho, arrastam uns aos outros para o mal [como os filhos de Jacó que, ao verem José de longe, disseram uns aos outros: "Eis que vem o sonhador; vinde, pois, agora, e matemo-lo" (Gênesis 37:18), etc.; e como aqueles que, ao verem o filho do senhor, disseram entre si: "Este é o herdeiro; vinde, matemo-lo e apoderemo-nos da sua herança"]; ou vivem brigando com seus companheiros e espancando-os [como aquele servo mau mencionado, a quem o Senhor ameaça cortar]; ou dissuadem uns aos outros da obediência e sujeição [como aqueles que disseram: "Rompamos as suas ataduras e sacudamos de nós as suas cordas" (Salmos 2:3); e como Seba, que disse: "Não temos parte em Davi... cada um para as suas tendas, ó Israel" (2 Samuel 20:1)].

Essas falhas são muito comuns entre os servos: por isso acontece que existem tão poucos servos bons e tantos ruins;

muito verdadeiro é o provérbio: "Uma ovelha ranhosa põe o rebanho a perder". Que haja em uma grande família um servo que seja profano, orgulhoso, libertino, teimoso, rebelde ou de outra forma vicioso, e todos logo serão como ele.

Entre outras partes da infidelidade neste gênero, uma das mais monstruosas [que, no entanto, é muito frequente] é seduzir uns aos outros à impureza, e homens e mulheres se contaminarem mutuamente. Mostramos antes (ver Seção 11) que era ilícito aos servos, durante o tempo de seu serviço, casarem-se sem o consentimento de seu senhor: quão abominável é, então, contaminarem-se uns aos outros? O pecado é dobrado quando ocorre entre servos: pois, além de ser um pecado bestial em si mesmo, no aspecto mencionado é grandemente desonroso para o senhor e sua casa; além disso, a criada assim contaminada muitas vezes fica impossibilitada de prestar bem o seu serviço; e, muitas vezes, o encargo da criança recai sobre o senhor. Assim, vergonha e desonra, dor e vexame, perda e dano, todos se encontram para atormentá-lo e feri-lo no âmago do coração. Não é isto, então, uma grande parte de infidelidade? Não merece ser severamente punido, e isso aberta e publicamente, com vergonha e dor, para que outros tomem aviso disso? Muitos usam meios para escapar da mão vingadora do homem; mas, embora escapem da mão do homem, certamente encontrarão a pesada vingança de Deus: "Aos devassos e adúlteros, Deus os julgará" (Hebreus 13:4). A experiência diária mostra que miséria tais miseráveis trazem sobre si mesmos e como Deus os encontra, e isso da forma mais terrível.

32. Da fidelidade dos servos em relação aos filhos de seus senhores.

Grande fidelidade podem os servos manifestar aos seus senhores em relação aos filhos deles: enquanto são jovens e incapazes de cuidar de si mesmos, serem ternos com eles e cuidarem bem deles; as criadas, especialmente, devem manuseá-los e cuidar deles com esmero, e criá-los com limpeza; e aqueles que têm um encargo particular sobre eles, devem buscar o bem deles em tudo o que puderem e dar-lhes a sua porção devida; e [porque as crianças passam muito tempo na companhia dos servos] usar em sua audição uma linguagem que lhes ministre graça, ensinar-lhes coisas boas e [quando atingirem certa maturidade] manter um respeito reverente por eles, estimando-os como superiores por serem filhos de seu senhor. Nota-se do servo de Abraão que ele chamou o filho de seu senhor de "Senhor" (Gênesis 24:65).

Os filhos são caros aos pais: a honra e a gentileza feitas a eles, os pais as consideram como feitas a si mesmos; este tipo de fidelidade, portanto, deve ser altamente estimado pelos senhores em seus servos; e, assecuradamente, é um grande meio para gerar um bom respeito dos senhores para com eles.

Contudo, contrariamente, muitos servos se comportam em relação aos filhos de seus senhores de forma inadequada, como é aparente nestes detalhes:

1. Alguns, no seu comportamento, são muito rudes e grosseiros com os filhos de seus senhores quando os pais estão fora de vista.
2. Outros são muito descuidados com eles e cuidam deles de forma muito relaxada, não se importando com como eles andam; pelo que frequentemente provocam grande desagrado do senhor e da senhora.
3. Outros tiram dos filhos de seus senhores o que podem, privando-os de sua mesada ou provisão e transformando-a em ganho próprio.

4. Outros corrompem excessivamente os filhos de seus senhores com sua comunicação torpe e corrompida: ensinando-os a jurar, blasfemar e usar todo tipo de linguagem impura; assim se verifica o provérbio: "As más conversações corrompem os bons costumes" (1Co 15:33). As crianças, muitas vezes, em seus anos de ternura, aprendem tal linguagem e comportamento de servos perversos que seus pais nunca conseguem fazê-los abandonar; de modo que podem amaldiçoar o dia em que tais servos entraram em sua casa.
5. Outros os atraem para peças de teatro, casas de jogos e outros lugares semelhantes, que são a própria ruína da juventude; e os levam a gastar em libertinagem a provisão que seus pais lhes dão, sim, e além dessa provisão, de modo que contraem dívidas e adquirem tal hábito de gastar que, por fim, destroem todo o seu patrimônio.
6. Outros seduzem seus afetos e muitas vezes os levam à loucura e à impureza. Este tipo imundo de infidelidade é tanto pior do que aquele mencionado entre colegas de serviço (ver Seção 31) quanto mais próximos e caros são os filhos para os seus pais do que os servos para os seus senhores.
7. Outros que não ousam cometer essa maldade abominável não hesitam em fazer algo pouco melhor, a saber, induzi-los a se comprometerem, sim, e muitas vezes a se casarem com eles, e isso secretamente, sem o consentimento de seus pais; pelo que os afetos dos pais são frequentemente tão alienados de seus filhos que eles não os reconhecem mais como tais, mas os abandonam completamente. Estes são os frutos deste tipo perverso de infidelidade nos servos.

33. Da fidelidade dos servos em relação ao cônjuge de seu senhor ou senhora.

Tão fiéis devem ser os servos aos seus senhores e senhoras que, se um deles tentasse usar um servo em qualquer tipo de engano contra o outro, o servo não deveria ceder. Por exemplo, se um senhor instasse sua criada a retirar secretamente joias, prataria, dinheiro, roupas de cama ou qualquer coisa que esteja sob a custódia da senhora. Não importa que o senhor tenha o poder principal sobre todos os bens: uma retirada secreta deles sem o conhecimento da senhora, em cuja custódia estão, é, para o servo, um engano e um ponto de infidelidade. Muito menos deve qualquer servo ser movido por sua senhora a retirar secretamente cereais, mercadorias ou quaisquer bens do senhor para o uso privado dela. Entre os dois, esta é a maior parte de infidelidade.

Se tal engano não deve ser usado com relação aos bens, muito menos com relação ao corpo do senhor ou da senhora. Se um senhor seduzir sua criada a cometer loucura com ele, ou uma senhora o seu criado, tanto a consciência deles para com Deus quanto a fidelidade ao senhor ou à senhora devem fazê-los recusar terminantemente e não dar lugar a tal tentação. José é proposto como padrão nisso (Gênesis 39:7) e, contra a sugestão de sua senhora, ele apresenta as duas razões mencionadas: sua consciência para com Deus nestas palavras: "como, pois, faria eu este tamanho mal, e pecaria contra Deus?"; sua fidelidade ao seu senhor nestas: "ele não me vedou nada, senão a ti... como, pois, etc."

A este ponto pode referir-se a fidelidade dos servos em tornar conhecido ao senhor o pecado de sua esposa, e à senhora o pecado de seu marido, especialmente se for um pecado que possa levar à ruína da família, e para que, pelo conhecimento disso, a parte que não está cega e obcecada pelo pecado, mas

livre dele, possa ser um meio de remediá-lo. Assim, os servos de Nabal comunicaram a Abigail a grosseria de Nabal para com os servos de Davi (1 Samuel 25:14), por meio do que o mal pretendido contra a casa foi evitado. Assim, se os servos sabem que seu senhor pretende alguma vingança mortal contra outro, contar isso à esposa dele a tempo pode ser uma grande fidelidade; ou se sabem que sua senhora planejou fugir secretamente de seu marido, contar isso a ele é uma parte da fidelidade. Isso pode ser aplicado a muitos outros casos semelhantes.

O contrário é ceder aos senhores ou senhoras em qualquer ponto de engano de um contra o outro; ao que os servos são muito propensos, porque pensam ser amparados pela autoridade da parte que os incita ao engano. Mas nenhuma autoridade pode ser garantia para qualquer engano ou maldade.

34. Da fidelidade dos servos em relação à pessoa de seus senhores.

Senhores e senhoras são carne e sangue tanto quanto os servos e, portanto, estão sujeitos à fraqueza, doença, velhice e outras aflições, nas quais podem ter grande necessidade da ajuda dos servos; os servos, portanto, devem ser fiéis em oferecer-lhes a melhor ajuda que puderem. Os servos de Saul agiram com fidelidade para com seu senhor quando, estando ele atormentado por um espírito maligno, buscaram meios para aliviá-lo (1 Samuel 16:16). Assim fizeram os servos de Davi quando, estando ele acamado, buscaram alguém para cuidar dele (1 Reis 1:2). Foi um ponto de fidelidade na criada de Naamã contar à sua senhora um meio pelo qual seu senhor poderia ser curado de sua lepra (2 Reis 5:3) e em seus servos persuadi-lo a usar os meios prescritos pelo profeta (2 Reis 5:13).

Contrário é o abandono ingrato e desumano do senhor por parte de um servo no seu tempo de necessidade, como fizeram os servos de Jó: pois quando a mão de Deus pesou sobre ele, e todos os seus bens foram tirados, e seu corpo ficou cheio de feridas, os que habitavam em sua casa e suas criadas o consideraram um estranho; e ele foi um estrangeiro aos seus olhos: ele chamou seu servo, e ele não lhe respondeu (Jó 19:15, 16). Assim Ziba deixou Mefibosete em sua maior necessidade (2 Samuel 19:26) e os discípulos fugiram de seu mestre Jesus Cristo (Mateus 26:56). Mas o que diremos daqueles que aproveitam a ocasião da impotência de seu senhor para assassiná-lo, como Recabe e Baaná (2 Samuel 4:6), ou para entregá-lo aos seus inimigos, como Judas traiu o Senhor Cristo (Mateus 26:15)? O quê, senão que tais servos traidores podem esperar tais fins.

35. Dos meios para tornar os servos fiéis.

Entre muitos outros meios para tornar os servos fiéis ao seu senhor e cuidadosos em realizar outros deveres com sinceridade, vontade, alegria e diligência, como foi notado antes, este é um dos mais gerais: que os servos, em tudo o que fazem pelo seu senhor, tomem o caso do senhor como se fosse o seu próprio e, assim, façam por ele como fariam por si mesmos, ou como gostariam que seus próprios servos fizessem por eles. A regra geral da lei é: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Levítico 19:18); e "tudo o que vós quereis que os homens vos façam, fazei-lhes também vós" (Mateus 7:12). Se assim cada homem deve respeitar o outro, mesmo sendo um estranho, então muito mais devem os servos respeitar seu senhor, porque tudo o que podem fazer é, de maneira especial, como uma dívida devida aos seus senhores: em cujo respeito Cristo diz que, quando fizeram tudo o que foi ordenado, fizeram apenas o seu dever (Lucas 17:10).

Isso eu notei principalmente porque a prática da maioria dos servos é contrária a isso. Pois enquanto trabalham para seus senhores, clamam que estão sobrecarregados e cansados com aquele trabalho que realizariam facilmente quando trabalhassem para si mesmos. Eles, que enquanto trabalham para o seu senhor devem ser chamados repetidamente, e forçados a permanecer e aguentar até que o trabalho termine, que esforços não fariam, quão cedo se levantariam, quão tarde se deitariam, quão diligentes seriam para si mesmos? Quando os diaristas recebem aumento de salário de acordo com o trabalho que fazem, despacham mais do que um aprendiz que tem apenas roupa, comida e alojamento. Novamente, muitos que são muito pródigos e desperdiçadores com os bens de seu senhor, quando passam a trabalhar para si mesmos são muito econômicos, poupadores e providentes. O que essas coisas argumentam, senão que os servos não têm para com seus senhores a mente que deveriam ter: não fazem por eles como fariam por si mesmos. É muito necessário, portanto, que a regra geral mencionada seja observada.

Até aqui tratamos dos vários tipos de deveres dos servos e da maneira de realizá-los. Resta falar tanto da extensão de seus deveres quanto da restrição dessa extensão.

36. Do esforço dos servos para fazer seu julgamento concordar com o de seus senhores.

A mesma extensão e restrição que foi observada anteriormente ao expor os deveres de outros inferiores (ver Tratado 3, Seção 63 e Tratado 5, Seção 35) deve ser observada aqui também nos deveres dos servos: pois nisso todos concordam. As mesmas regras que foram estabelecidas antes podem ser aplicadas aqui novamente. Refiro o leitor àqueles lugares para uma ampliação mais detalhada dos pontos gerais; e aqui me contentarei em

adicionar provas particulares que são mais próprias e pertinentes aos servos.

A extensão dos deveres dos servos em meu texto é apenas sugerida sob este artigo indefinido [Obedecei] [que, não sendo restringido a detalhes, deve ser estendido a tudo], mas em outros lugares é expressamente estabelecida nestes termos gerais: "Obedecei em tudo" (Colossenses 3:22), "agradando em tudo" (Tito 2:9). Não basta, portanto, que os servos realizem bem seus deveres em algumas coisas, devem fazê-lo em todas as coisas, sim, em coisas que podem ser contra sua própria mente e gosto, se o seu senhor assim o desejar. Para este fim, que os servos observem estas duas regras: Que trabalhem para alinhar seu julgamento ao do seu senhor e pensar que é conveniente e bom aquilo que ele faz. Assim, o servo do levita, que achava mais conveniente entrar em uma das cidades dos jebuseus para ali pernoitar (Juízes 19:11, 12) porque o dia já estava declinando, ao ver que seu senhor tinha outra opinião, cedeu a ele. Assim também cederam àquele senhor os servos que a princípio acharam injusto que aquele que tinha dez talentos recebesse mais uma peça (Lucas 19:25); e também aqueles servos que a princípio acharam conveniente que o joio fosse arrancado do trigo (Mateus 13:28). Esta regra deve ser observada nos pontos particulares entregues anteriormente, como o trabalho que os servos fazem e a maneira de fazê-lo, seu vestuário, sua provisão, sim, e na correção que o senhor lhes dá, e no resto.

Contrário é o grande conceito que muitos servos têm de seu próprio julgamento, sagacidade e sabedoria, achando-se mais sábios que seus senhores; como Geazi, que, opondo sua própria sagacidade à sabedoria de seu senhor, disse: "Eis que meu senhor poupou a este sírio Naamã, não recebendo da sua mão o que trazia; porém, vive o Senhor que hei de correr atrás dele e receber dele alguma coisa" (2 Reis 5:20). Esta foi também

uma falha nos filhos dos profetas (2 Reis 2:16), que não quiseram descansar no julgamento de Eliseu, mas o importunaram contra a sua vontade para enviar alguns em busca do corpo de Elias. Essa presunção é a causa de muitos males: como o descontentamento com o trabalho que o senhor lhes designa e com a provisão de comida e bebida que recebem; de muita liberdade que tomam para si mesmos, ou orgulho no vestuário, e outros vícios notados anteriormente. Se a regra mencionada fosse devidamente observada, muitos desses males seriam evitados e uma obediência muito melhor seria prestada.

37. Dos servos cederem em fazer tais coisas ao comando de seus senhores que eles não consideram mais adequadas.

A segunda regra que os servos devem observar é esta: que, embora não possam, em seu julgamento, pensar que aquilo que o senhor quer que seja feito seja o mais adequado, contudo, diante de um comando peremptório dele, devem ceder à sua realização. Aparece pela resposta de Pedro a Cristo que ele assim agiu; pois, sendo ordenado a lançar a rede para uma pesca, assim responde: "Mestre, havendo trabalhado toda a noite, nada apanhamos [aqui ele mostra que sua opinião era que seria em vão lançar as redes]; mas, sobre a tua palavra, lançarei a rede" (Lucas 5:5) [aqui está sua obediência contra sua opinião]. Mais claro é o exemplo de Joabe para este propósito: quando o Rei lhe ordenou que numerasse o povo (2 Samuel 24:2), ele declarou que achava algo muito impróprio de se fazer, por esta frase: "Por que deseja o rei meu senhor tal coisa?"; contudo, contra o seu julgamento, cedeu ao comando peremptório do Rei, pois se diz que a palavra do Rei prevaleceu contra Joabe.

Objeção: Este não é um exemplo adequado, porque Joabe pecou ao obedecer.

Resposta: Joabe não pode ser justamente acusado de pecado, porque não era simplesmente ilícito numerar o povo. O pecado de Davi não estava no ato de numerar o povo, mas na sua mente que o moveu a fazê-lo: pois não havia causa justa para isso: apenas o orgulho e a curiosidade o moveram, como se pode colher de sua própria razão nestas palavras: "para que eu saiba o número do povo". Fazer tal coisa apenas para saber era curiosidade. Mas por que ele queria saber? Certamente por uma presunção orgulhosa de que tinha tantos heróis, tantos capitães, tantos homens de guerra.

Pelo exemplo de Joabe, os servos podem aprender aqui, com humildade e reverência, a apresentar algumas razões para mover seu senhor a não lhes impor o que consideram inadequado; mas se seu senhor não quiser ouvir suas razões e mantiver sua autoridade, a palavra dele deve prevalecer.

Contrária é a obstinação daqueles que, por nenhum meio, serão levados a fazer qualquer coisa ao comando de seu senhor que eles mesmos não achem a mais adequada para ser feita. Tal é aquele tolo que Salomão assim descreve: "Ainda que pisasses o tolo num gral entre grãos de trigo com um pilão, não se retiraria dele a sua estultícia" (Provérbios 27:22). Estes tolos trazem muito mal sobre suas próprias cabeças ao desobedecerem aos seus senhores: pois provocam excessivamente a ira daquele que tem poder para se vingar deles. Nem pensem em receber conforto em seu sofrimento porque recusaram algo inadequado, pois a conveniência não é uma garantia suficiente contra a ilegalidade. Desobedecer em uma coisa que legitimamente pode ser feita é ilegal: portanto, se o pretexto for apenas uma coisa inadequada, a conveniência é preferida à legalidade, e a ilegalidade é menos considerada do que a inconveniência.

38. Dos servos se absterem de obedecer ao seu senhor contra Deus.

Para que a extensão da obediência dos servos não seja esticada demais, o Apóstolo estabelece uma excelente limitação: e isso nestas quatro frases: "Como a Cristo", "Como servos de Cristo", "Fazendo a vontade de Deus", "Como ao Senhor"; todas as quais mostram que a obediência que os servos prestam ao seu senhor deve ser tal que possa coexistir com a sua obediência a Cristo. De modo que, se os senhores ordenarem seus servos, por mais peremptoriamente que seja, a fazer qualquer coisa ilícita, isto é, qualquer coisa proibida pela palavra de Deus, eles não devem ceder. As parteiras das mulheres hebreias agiram bem ao se recusarem a ajudar nas práticas assassinas do Rei do Egito de matar todos os meninos hebreus: diz-se expressamente que temeram a Deus e não fizeram como o Rei lhes ordenara (Êxodo 1:17); de modo que sua desobediência nesse aspecto foi um sinal de seu temor a Deus. Neste caso, José é elogiado por não ouvir sua senhora (Gênesis 39:9) e os servos de Saul por se recusarem a matar os sacerdotes do Senhor ao comando de seu senhor (1 Samuel 22:17). Assim, se um senhor ordenar seu servo a matar, roubar, perjurar, mentir, usar pesos e medidas falsos, ir à missa ou fazer qualquer outra coisa ilícita, ele não deve obedecer.

Novamente, se os senhores proibirem seus servos de fazer o que Deus lhes ordenou, devem, não obstante a proibição do senhor, fazê-lo. Os governantes de Israel proibiram os Apóstolos de pregar, contudo, porque Cristo lhes ordenara pregar, eles não pararam (Atos 4:19); nem Daniel parou de orar a Deus (Daniel 6:10), embora o Rei e os nobres, por decreto expresso, o proibissem. Assim, se um senhor profano ou papista proibir seu servo de ir à Igreja, ou de ouvir a Palavra, ou de participar do sacramento, ou de habitar com sua esposa se for casado, ou de fazer restituição do que fraudulentamente obteve,

ou qualquer outro dever obrigatório, nisto devem dizer: "Mais importa obedecer a Deus do que aos homens" (Atos 5:29). Pois quando os senhores ordenam ou proíbem qualquer coisa contra Deus, eles extrapolam sua comissão, e nela sua autoridade cessa.

Contrário a esta restrição é tanto o agrado parasítico dos senhores quanto o temor servil para com eles. É a propriedade de um parasita dizer o que o senhor quer que ele diga, negar o que ele quer que negue e fazer o que ele quer que faça. Doeg, aquele cão bajulador, à palavra de Saul matou todos os sacerdotes do Senhor (1 Samuel 22:18); e os servos de Absalão, à sua palavra, mataram Amnom (2 Samuel 13:28, 29); pois toda a razão que tiveram para cometer aquele assassinato foi esta fala de seu senhor: "não vos mandei eu?". Tão propensos são os servos a lisonjear seus senhores que não há pecado tão horrível que, ao comando do senhor, não estejam prontos a fazer. Assim se verifica o que o profeta predisse há muito tempo: "como o senhor, assim o servo; como a senhora, assim a criada" (Isaías 24:2). É também propriedade de servos medrosos e vis nada fazerem senão o que o senhor quer e absterem-se de qualquer dever, por mais necessário que seja, que ele lhes proíba de fazer. Que dever mais necessário que a oração? Somos ordenados a orar sem cessar (1 Tessalonicenses 5:17); contudo, os servos de Dario contentaram-se em abster-se desse dever por trinta dias seguidos, porque era contra o decreto de seu Senhor e Rei (Daniel 6:7). O mesmo se nota do povo no tempo de Cristo: eles não ousavam fazer profissão aberta de Cristo por medo dos judeus (João 7:13; 9:22). Assim, em nossos dias, muitos servos há que não ousam fazer profissão do Evangelho, nem ir à Igreja, nem ler a Palavra, nem realizar outros deveres religiosos sagrados, que sabem ser deveres obrigatórios, por medo de seus senhores. Não tinha, então, o Apóstolo justa causa para bater tanto nesta tecla como fez aqui, proibindo expressamente o

serviço para os olhos, o agrado aos homens e o servir aos homens, a saber, em oposição a Deus?

39. Dos servos escolherem bons senhores.

Como uma consequência justa da extensão e restrição mencionadas dos deveres dos servos, posso colher estas duas lições para os servos:

1. É muito proveitoso que os servos façam escolha de bons senhores; pelo menos se estiver em seu poder escolher.
2. É proveitoso que continuem e permaneçam sob bons senhores; pelo menos se continuarem como servos e permanecerem sob qualquer senhor.

Que essas consequências seguem-se justamente, como foi dito, é evidente: pois vendo que os servos são obrigados a obedecer em todas as coisas que não são contra Deus, e não devem obedecer em nada senão no que é no Senhor, é muito necessário que os servos estejam sob tais senhores que carreguem a imagem de Deus na disposição interior e na graça de seu coração, bem como em sua função e lugar externos: e que andem com Deus no uso de sua autoridade, não comandando nada que um servo não possa fazer com boa consciência e sem transgredir contra Deus; e não proibindo nada que Deus obrigou o servo a fazer. Haverá conforto em servir a tais senhores; e nossa obediência a eles será obediência a Deus. Tais senhores, portanto, devem ser escolhidos. Sim, e com tais devem os servos permanecer [se não com o mesmo, com outros como eles, de mesma disposição]; pois se forem para outros, seu conforto anterior será tirado, e sua servidão parecerá tanto mais miserável quanto mais conhecimento e experiência tiveram do benefício de sua liberdade anterior [pois bem podemos chamar o serviço sob senhores sem consciência de servidão, e em oposição a isso,

o serviço sob senhores religiosos, de liberdade]. Aquele que, portanto, tem um senhor que é fiel, respeitada a sua autoridade, deve amá-lo como a um pai e assim permanecer com ele.

Para a escolha de bons senhores, note o que está registrado de muitos egípcios e outras pessoas (Êxodo 12:38): eles deixaram seu próprio país e saíram com os israelitas; o que deveria movê-los senão a consciência do verdadeiro Deus a quem sabiam que Israel servia? Ora, muitos desses saíram como servos, como se pode colher das muitas leis que foram feitas em favor dos servos que eram estrangeiros, e em especial que eram egípcios (Levítico 25:45; Deuteronômio 5:14; 12:18; 23:15; 23:7). O conhecimento que Rute tinha de que Noemi, sua sogra, servia ao verdadeiro Deus (Rute 1:16), moveu-a a deixar seu próprio país e a ir como serva com Noemi.

Para permanecer com bons senhores, temos um padrão digno nos doze discípulos. Quando muitos dos discípulos de Cristo em geral voltaram atrás e não andavam mais com ele (João 6:66), Cristo perguntando aos doze se eles também queriam ir embora, Pedro, em nome de todos os outros, respondeu: "Senhor, para quem iremos nós? Tu tens as palavras da vida eterna".

Contrária é a mente e a prática de muitos servos: eles nunca inquirem sobre a disposição religiosa de seu senhor, nem se importam se ele é papista ou profano, contanto que tenham bons salários, comida e alojamento; e contudo, por este meio, se ao menos houver alguma centelha de temor de Deus em seu coração, eles se lançam em muitas e pesadas tentações e se colocam em muitos apertos e laços perigosos. E, se Deus abrir seus olhos para verem aquela condição miserável em que se mergulharam, serão forçados a clamar e queixar-se como Davi quando estava em países estrangeiros onde não podia servir

livremente ao seu Deus: "Ai de mim, que peregrino em Meseque e habito nas tendas de Quedar" (Salmos 120:5). Muito mais contrária é a mente e disposição daqueles que se recusam a servir senhores religiosos e fogem deles acima de tudo; ou, estando em seu serviço, nunca estão quietos até estarem fora dele novamente. Desses falamos antes (ver Seção 16).

Até aqui tratamos dos deveres dos servos. As razões que o Apóstolo apresenta para reforçar esses deveres permanecem para serem declaradas.

40. Do primeiro motivo: o lugar dos senhores.

A primeira razão que o Apóstolo usa para reforçar os deveres dos servos está implícita nesta frase: "como a Cristo"; ela insinua o lugar de um senhor, que é estar no lugar de Cristo. Neste aspecto, o título Senhor é dado a um senhor. A palavra que o Apóstolo usa em grego é aquela que no Novo Testamento responde ao nome próprio hebraico de Deus, Jeová, e estabelece a soberania absoluta de Deus e o poder sobre todas as criaturas: poder que, porque o Pai deu ao seu Filho como mediador (Mateus 28:18); Deus-homem, ele é chamado o um ou único Senhor (1Co 8:6); e porque os senhores, em virtude de seu ofício e lugar, carregam a imagem de Cristo e estão em seu lugar, pela comunicação da autoridade de Cristo a eles, são chamados Senhores, sim, também deuses (Salmos 82:6) [pois o que um Magistrado é na República, um senhor é na família].

Daqui segue-se que os servos, ao realizarem o dever para com o seu senhor, realizam o dever para com Cristo, e ao se rebelarem contra o seu senhor, rebelam-se contra Cristo; como o Senhor disse a Samuel sobre a rejeição do povo ao seu governo: "não te têm rejeitado a ti, antes a mim me têm rejeitado, para que eu não reine sobre eles" (1 Samuel 8:7). Não é este um

forte motivo para provocar os servos a todo o dever e contê-los da rebelião? Se for bem pesado o que Cristo é, não pode deixar de ser uma razão de peso. Pois, embora os senhores não recompensem seu bom serviço nem vinguem seu mau serviço, Cristo fará ambos.

41. Do segundo motivo: o lugar dos servos.

A segunda razão está implícita nesta frase: "como servos de Cristo"; ela nota o lugar de um servo: que, embora possa parecer um lugar humilde e vil, é de fato um lugar honroso. Os homens consideram uma honra ser servos de um Rei; mas Cristo é superior a todos os Reis. Com base nisso, o Apóstolo diz: "Foste chamado sendo servo? Não te dê cuidado"; e isso por esta razão: "Porque o que é chamado pelo Senhor, sendo servo, é liberto do Senhor" (1Co 7:21, 22). Esta razão deve ser notada contra o conceito que a maioria tem do lugar de um servo, de que é tão humilde e vil que não pode haver honra nem conforto em realizar os deveres dele. Mas esse é um conceito tolo e injusto: olhe para Cristo, o mestre mais elevado, e há tanta honra e conforto em realizar os deveres do lugar do servo mais humilde quanto do senhor mais elevado.

42. Do terceiro motivo: a vontade de Deus.

A terceira razão está implícita nesta frase: "fazendo a vontade de Deus", que declara o fundamento da sujeição dos servos. Deus em sua palavra claramente deu a conhecer que é de seu agrado que aqueles que estão sob a autoridade de senhores os obedeçam; portanto, se os servos querem agradar a Deus, devem obedecer: se se recusarem a obedecer, contrariam a vontade de Deus. Este também é um motivo de momento: pois a vontade de Deus é aquele alvo que cada um deve mirar, e é muito instada pelo Espírito Santo como uma razão geral para todo dever nestas

e em frases semelhantes: "Esta é a vontade de Deus" (1 Tessalonicenses 4:3), "Porque assim é a vontade de Deus" (1Pe 2:15): fundamento sobre o qual somos exortados a entender (Efésios 5:17) e a provar qual seja a vontade de Deus (Romanos 12:2).

Boa razão há para insistir nesta razão, pois:

1. A vontade de Deus é o próprio fundamento da bondade: as coisas são boas porque são conformes à vontade de Deus: a vontade de Deus dá o próprio ser à bondade.
2. A vontade de Deus é uma régua para esquadrear todas as nossas ações, assim como os estatutos e proclamações do Rei o são para seus súditos.
3. É uma regra perfeita ["A lei do Senhor é perfeita" (Salmos 19:7)], de modo que podemos estar certos de não errar se nela nos mantivermos.
4. É uma regra suficiente; ela dará a cada um [e entre outros, aos servos] direção sobre como se comportarem em cada coisa que empreenderem, sim, em cada coisa que lhes pertence. Pois a palavra de Deus é dada para nos tornar perfeitos, "perfeitamente instruídos para toda boa obra" (2Tm 3:17).
5. É uma boa garantia para nos justificar em todas as nossas ações: de modo que, andando com ela, não precisamos nos importar com o que qualquer homem possa dizer contra nós. Se um homem tem certeza de que tem a lei estatutária ou a proclamação do Rei a seu lado, ele é audaz.

Desta razão, que é de tal peso, colho duas proposições para adicionar força a este motivo:

1. Que os servos obedeam aos seus senhores não é uma questão arbitrária, mas um dever necessário: não deixado à sua vontade se o fará ou não, mas algo a que ele está obrigado; e isso não apenas por constituições civis de homens, mas também por uma instituição divina de Deus: de modo que não é apenas uma questão de política civil, mas também de consciência, para ser feito por amor à consciência.
2. Que nenhuma criatura pode dispensar os servos, de modo que fossem isentos de cumprir seu dever para com o senhor. Se pudessem, seriam maiores que Deus, e sua vontade acima da vontade de Deus. Entre as criaturas, os próprios senhores devem ser contados: ora, porque é a vontade de Deus que os servos estejam em sujeição, seus senhores não podem isentá-los disso. Os senhores podem deixá-los ir livres; mas mantendo-os como servos, não podem isentá-los da sujeição de um servo. Portanto, embora os senhores sejam descuidados em exigir o dever, que os servos sejam conscienciosos em prestar o dever, porque é a vontade de Deus.

43. Da quarta razão: a recompensa do bom serviço.

A quarta razão é clara e amplamente expressa nestas palavras: "Sabendo que cada um receberá do Senhor todo o bem que fizer, seja servo, seja livre". A suma geral disso é uma Declaração da recompensa do bom serviço. Para esse propósito, diz o Apóstolo aos servos em outro lugar: "Recebereis do Senhor a recompensa" (Colossenses 3:24).

Isto deve ser notado primeiro para dar força às razões anteriores. Pois se alguém perguntar: e se os senhores estiverem no lugar de Cristo, o que isso importa? certamente importa muito para mover os servos: porque os senhores estão no lugar daquele

que recompensará o que é feito por amor a ele. Se novamente perguntarem: que benefício há em ser servo de Cristo? pode-se responder: muito grande, pois Cristo recompensará todos os seus servos. Se ainda se perguntar: o que se ganha fazendo a vontade de Deus?

Resposta: Justamente aquilo que todos almejam: recompensa pelo serviço. Assim como isto acrescenta peso a todas as outras razões, é em si uma razão ponderosa, tão pesada quanto qualquer uma pode ser para nossa natureza corrompida. A esperança de recompensa é o que faz todos os tipos de pessoas assumirem os esforços que assumem em seus diversos lugares. Mas tendo tratado antes deste ponto geral da recompensa (ver Tratado 1, Seção 127), mostrarei aqui mais distintamente que tipo de recompensa é aquela com a qual o Senhor recompensará o bom serviço dos servos fiéis.

A recompensa de Deus é tanto de bênçãos temporais quanto eternas. As bênçãos temporais que Deus outrora concedeu a servos fiéis, e que por essa base outros servos semelhantes podem esperar, são especialmente estas:

1. Ele moverá os senhores a respeitarem tais servos, como moveu Assuero a recompensar a fidelidade de Mordecai (Ester 6:3).
2. Se os senhores falharem nisso, Ele moverá estranhos a recompensá-los: como moveu o carcereiro a favorecer José quando seu senhor o lançara na prisão (Gênesis 39:21) e Faraó a elevá-lo a grande dignidade (Gênesis 41:40).
3. Para atrair os corações de seus senhores e de outros ainda mais para eles, Ele fará prosperar as coisas que eles empreenderem. Assim abençoou Ele José (Gênesis 39:2) e o servo de Abraão (Gênesis 24:56).

4. Ao trabalharem para si mesmos, Ele abençoará seus labores, como abençoou os de Jacó (Gênesis 30:43).
5. Ele, quando chegarem a ter servos, proverá para eles tais servos como eles foram para seus senhores. No Egito, Deus abençoou José com um servo fiel (Gênesis 43:23). Davi, que arriscou sua vida para salvar as ovelhas de seu pai (1 Samuel 17:34), teve muitos servos que arriscaram suas vidas por ele (2 Samuel 21:17; 23:15). Para este propósito pode ser aplicado aquele provérbio que Cristo frequentemente usa: "com a mesma medida com que medirdes também vos medirão a vós" (Lucas 6:38).

A recompensa eterna é expressa nesta frase: "a recompensa da herança" (Colossenses 3:24), pois refere-se àquela herança que Cristo menciona nesta cláusula: "Vinde, benditos de meu Pai, possuí por herança o reino que vos está preparado desde a fundação do mundo" (Mateus 25:34), e São Pedro nesta: "uma herança incorruptível, incontaminada, e que não se pode murchar, guardada nos céus para vós" (1Pe 1:4). O que mais pode ser dito? O que não será suportado por esta recompensa? Quão voluntariamente os aprendizes passam por seu aprendizado na esperança de uma liberdade temporária de uma cidade terrena? Muitos anos de serviço foram como poucos dias para Jacó porque ele gostava de sua recompensa (Gênesis 29:20). Mas eis aqui uma recompensa maior, de que devemos gostar muito mais. Se isto não for suficiente para mover os servos a todo o dever, não sei o que pode ser suficiente.

O OITAVO TRATADO

Deveres dos Senhores

1. Dos tópicos dos deveres dos senhores.

Efésios 6:9. E vós, senhores, fazei o mesmo para com eles, deixando as ameaças, sabendo que o Senhor deles e vosso está nos céus, e que para com ele não há acepção de pessoas.

Por último, os deveres dos senhores são declarados pelo Apóstolo, e isso neste versículo, onde ele observa:

1. Os tipos de seus deveres.
2. Uma razão para reforçar os mesmos.

Os tipos são apresentados geralmente [faizei o mesmo] e particularmente [deixando as ameaças].

A razão é tirada daquela sujeição em que os senhores estão para com um senhor superior [sabendo que o Senhor deles e vosso]. E ela é ampliada:

1. Pela sujeição igual de senhores e servos àquele Senhor [o Senhor deles e vosso também].
2. Pelo lugar onde esse Senhor está [está nos céus].
3. Pela sua propriedade, nesta frase [não há acepção de pessoas para com ele].

Como os vários deveres dos senhores são aqui apenas apontados e envolvidos em termos gerais, eu irei propor uma

ordem distinta, pela qual possamos encontrar melhor seus deveres e tratá-los um após o outro. Todos podem ser reduzidos a estes dois tópicos:

1. Cuidado na escolha de bons servos.
2. Consciência em usá-los bem.

Para usar bem seus servos, os senhores devem estar atentos ao seu lugar e autoridade e, em relação a isso:

1. Manter sabiamente sua autoridade.
2. Gerir corretamente a mesma.

A boa gestão de sua autoridade é notada geralmente nesta frase: "fazei o mesmo"; mas mais particularmente em outro lugar referida a estes dois ramos: 1. justiça, 2. equidade (Colossenses 4:1). Trataremos destes em ordem.

2. Dos senhores escolherem bons servos.

A primeira coisa que um homem, ao assumir o papel de senhor, deve cuidar é admitir bons servos em seu serviço. "Os meus olhos", diz Davi, "estarão sobre os fiéis da terra, para que se assentem comigo; o que anda num caminho reto, esse me servirá" (Salmos 101:6). O que esta frase ["os meus olhos estarão sobre os fiéis"] implica, senão que ele irá diligentemente e cuidadosamente indagar sobre tais? Sim, "os meus olhos", diz ele, não os olhos de outro homem: ele não colocaria toda a confiança em outros; ele mesmo faria a prova e o teste que pudesse. Tal ênfase tem esta frase ["meus olhos"] onde Jó diz: "Vê-lo-ei por mim mesmo, e os meus olhos o verão, e não outros" (Jó 19:27).

1. Os servos são, acima de todas as outras coisas [exceto esposa e filhos], de melhor e maior utilidade. Se, então, os homens são cuidadosos em escolher bem outras coisas, como casas, terras, móveis, cavalos e todo tipo de gado [como os homens são muito cautelosos nisso], não deveriam ser muito mais cuidadosos em escolher bem os servos?
2. Assim os senhores mostrarão que buscam e visam o bem de sua família: sim, e em sua família, o bem da Igreja e da República; pois os bons membros de uma família têm maior probabilidade de se provarem proveitosos para a Igreja e para a República.
3. Quando bons servos são escolhidos, há esperança de receber mais bem deles e de fazer mais bem a eles. Eles estarão dispostos a toda boa admoestação, serão dóceis para toda boa instrução e prestativos em todas as coisas que empreenderem.

Objeção: Um senhor pode fazer um servo ruim tornar-se um servo bom.

Resposta: Há um grande risco e aventura nisso, especialmente se eles já atingiram a maturidade: nenhuma criatura é facilmente domada ou desviada do curso natural que tomou após ter crescido; um galho que cresceu torto por muitos anos dificilmente será endireitado. Não está no poder do homem tornar bom um servo ruim; nem pode o homem esperar a bênção de Deus nisso, quando não observa o curso correto garantido por Deus.

Pergunta: Qual curso é o mais adequado para a escolha de servos?

Se forem jovens, veja como foram educados desde a infância. Grande é o benefício de uma boa educação, e muito bem pode ser esperado dela; pois é o meio que Deus santificou para o bem. Mas se já atingiram a maturidade, escolha aqueles que temem a Deus; tais eram aqueles sobre quem Davi pôs seus olhos (Salmos 101:6). Com base nisso, São Paulo aconselhou Filemom a receber Onésimo novamente (Filemom 10), porque a graça fora então operada em seu coração.

O temor de Deus é a base de toda boa obediência e fidelidade: observe os exemplos de tais servos bons e fiéis comentados na Escritura, e descobrirá que todos eles temiam a Deus.

Tais servos não serão apenas diligentes em seu trabalho, mas também clamarão fielmente a Deus para prosperar as coisas que empreenderem em nome de seu senhor; veja o exemplo do servo de Abraão (Gênesis 24:12).

Deus terá tal respeito por esses servos que temem o Seu nome que, por amor a eles, abençoará a casa de seus senhores. Assim, a casa de Potifar foi abençoada por causa de José (Gênesis 39:5).

Faça algum teste de sua adequação àquela vocação, trabalho e serviço para o qual você os designará. De tais servos pode haver esperança de lucro e benefício pelo seu serviço. Labão testou Jacó por um mês antes de contratar qualquer permanência longa (Gênesis 29:14).

Aceite especialmente aqueles que são de condição humilde e pobre, e que não sabem como se sustentar exceto pelo serviço. Assim, uma obra dupla de caridade será feita: e assim

você poderá esperar por um serviço melhor; pois comumente tais são os mais industriosos e os mais obedientes aos seus senhores.

Objeção: Mesmo quando os homens tomam todo o cuidado possível em sua escolha, podem ser enganados.

Resposta: 1. Então é muito mais provável que, se forem descuidados nisso, sejam enganados. 2. A busca diligente e sábia é um meio de descobrir a disposição e a habilidade dos servos. 3. Se, tendo usado os meios, os homens forem enganados, poderão ter mais conforto ao suportar a cruz, porque não a atraíram sobre si mesmos deliberada ou negligentemente.

3. Da negligência dos senhores na escolha de servos.

Contrária é a negligência daqueles que estão prontos a receber qualquer pessoa em sua casa, até ateus, papistas, praguejadores, baderneiros, miseráveis profanos, pessoas impuras e afins, contra os quais Davi protesta, dizendo que não permitiria que quem pratica o engano habitasse em sua casa, nem quem profere mentiras permanecesse diante de seus olhos (Salmos 101:7). Aqueles que entretêm tais pessoas transformam suas casas em gaiolas de aves imundas, seminários de pessoas perversas e membros inúteis; pois uma ovelha sarnenta é suficiente para infectar todo um rebanho. Não é de admirar que muitos males caiam sobre tal família, pois seria o mesmo que trazer serpentes e víboras para dentro de casa; sim, com elas é trazida a maldição de Deus. Pode-se esperar algum bem? Tais senhores tolos não respeitam nem a si mesmos, nem à sua casa; nem à Igreja, nem à República. Se ninguém recebesse tais pessoas, isso poderia ser um meio de fazê-las alterar sua condição.

Muitos não são apenas descuidados em escolher bons servos, mas também se opõem àqueles que são religiosos,

achando que é motivo de vergonha recebê-los. Por esse conceito, frequentemente afastam a bênção de Deus de sua casa.

Outros dão tanta importância a uma grande soma de dinheiro com um aprendiz, ou um escrivão, ou outro servo, que não aceitam ninguém senão filhos de homens ricos. Daí acontece que este ponto [que é um grande ponto] de caridade é negligenciado: pessoas totalmente inadequadas para o serviço são admitidas, e muitas vezes tais que desprezam prestar serviço. Assim, seus senhores se cansam deles; os servos perdem seu tempo; nunca se tornam mestres de seu ofício; e seus pais se arrependem de ter dado tal quantia com eles.

4. Dos senhores manterem sua autoridade.

Depois que os senhores escolheram bons servos, seu dever é usá-los bem; o que, devido à diferença entre senhores e servos, não pode ser bem feito a menos que os senhores mantenham sabiamente sua autoridade. Um senhor, portanto, deve ser capaz de governar bem sua própria casa (1Tm 3:4): este é um dever que o Apóstolo exige em particular de um bispo, que é senhor de uma casa, mas pertence em geral a todos os senhores de famílias. As mulheres também, que em virtude de seus lugares são senhoras, são ordenadas a guiar a casa, ou governar, e desempenhar o papel de senhora nela (1Tm 5:14). Foi o elogio do centurião que, tendo servos sob ele, os tinha sob seu comando (Mateus 8:9).

Um dever semelhante a este foi imposto ao marido em relação à esposa. Algumas das razões, direções e outros pontos lá tratados podem ser aplicados aqui. Leia-os.

1. A imagem e a autoridade de Deus, que um senhor carrega, são assim preservadas.

2. Assim, um senhor terá um serviço muito melhor realizado. De mil servos, nem um que não seja mantido sob autoridade prestará um bom serviço.

Para este fim, três coisas devem ser observadas:

1. Que os senhores se comportem de forma digna de seu lugar e digna daquela honra que lhes é devida: o que melhor pode ser feito tornando-se eles mesmos um padrão de tais coisas boas que em seus lugares lhes pertencem. "Eu e a minha casa serviremos ao Senhor", diz Josué (Josué 24:15): ele não apenas os obrigaria a isso, mas ele mesmo o faria, ele iria à frente deles. "Comportar-me-ei sabiamente... andarei em minha casa com um coração perfeito", diz Davi (Salmos 101:2).
2. Que os senhores mantenham seus servos em respeito e temor. Os filhos devem ser mantidos em sujeição; muito mais os servos (1Tm 3:4).
3. Que os senhores façam as coisas que fazem em seu comportamento para com seus servos com autoridade: ordenar, proibir, repreender [para usar a frase do Apóstolo] com toda a autoridade (Tito 2:15). A maneira de falar que o centurião usava para com seus servos [vai, vem, faz isto (Mateus 8:9)] demonstra autoridade. Assim, a Igreja, assumindo a pessoa de uma senhora, usa uma palavra de autoridade: "conjuro-vos que não façais isto" (Cantares 3:5).

5. Dos senhores fazerem sua autoridade ser desprezada.

As aberrações por defeito, contrárias ao dever mencionado e ao ponto de sabedoria, são muitas, como: Quando os senhores se comportam de forma vil e abjeta diante de seus servos: sendo levianos em seu comportamento, tolos em seu porte, dados à

embriaguez, impureza, companhias devassas e outros vícios. Nabal era um desses, pois seu servo pôde dizer dele: "Ele é um filho de Belial" (1 Samuel 25:17). Davi, embora não se tenha entregado a pecados tão sujos como estes, falhou muitas vezes em um porte indecoroso diante de seus servos, como quando mudou seu comportamento e fingiu-se louco, e riscou as portas, e deixou a saliva cair sobre sua barba (1 Samuel 21:13); e novamente, quando deu tais rédeas à sua paixão pela morte de seu filho traidor Absalão que seu povo, envergonhado, se retirou dele, e Joabe, seu servo, foi forçado a dizer-lhe rudemente: "Envergonhaste hoje a face de todos os teus servos", etc. (2 Samuel 19:3, 5).

As senhoras frequentemente perdem sua autoridade conspirando com seus servos para sair, desviar bens, fofocar e fazer outras coisas semelhantes secretamente sem o consentimento de seus maridos: elas se tornam assim escravas de seus servos, não ousando fazer nada que possa ofendê-los, temendo que descubram aos senhores tais travessuras devassas que as senhoras fizeram.

Quando os senhores são muito remissos e submissos: implorando e pedindo aos seus servos para fazerem as coisas que deveriam ordenar e exigir de suas mãos; e se não for feito, todo o seu remédio é a paciência, ou então fazê-lo eles mesmos. Embora isso pudesse ser considerado mansidão e gentileza para com iguais e estranhos sobre quem não temos autoridade, para com os servos é uma frouxidão muito vil; sim, é uma renúncia daquele poder que Deus deu e do qual Deus pedirá contas.

Quando os senhores permitem que seus servos sejam seus companheiros, jogando, bebendo, festejando com eles e dizendo [como está no provérbio] "somos todos iguais". Assim, os servos frequentemente tomam a liberdade de presumir acima

de seu senhor; pois os homens são naturalmente propensos à ambição; e, se lhes dão um dedo, pegam o braço. Aqueles que neste gênero se rebaixam tanto a ponto de dar aos seus servos poder sobre seu próprio corpo, fazem com que tanto eles mesmos quanto seus verdadeiros cônjuges legítimos sejam desprezados: eles mesmos, porque tais servos que se tornam uma só carne pensarão em manter tal senhor ou senhora sob respeito pelo medo de revelar esse pecado; seus cônjuges, porque tais servos pensarão ser mantidos e amparados pelo senhor ou senhora com quem tiveram tal intimidade. Por essa razão, Sara foi desprezada aos olhos de Hagar, sua serva (Gênesis 16:3, 4).

Quando os senhores são dominados por seus servos para fazerem qualquer coisa injusta ou ilícita: como Joás, que por seus servos foi levado à idolatria (2 Crônicas 24:17); e Zedequias, que entregou o profeta Jeremias nas mãos de seus servos, usando esta fala baixa e abjeta: "O rei não é quem possa fazer coisa alguma contra vós" (Jeremias 38:5). Assim, os servos logo se tornarão senhores; e se chegarem a este alto ponto de governar em vez de serem governados, rapidamente se provarão intoleráveis. Pois esta é uma das quatro coisas notadas pelo sábio, que a terra não pode suportar, a saber: "o servo quando reina" (Provérbios 30:22); e este é um dos males que procedem dos governantes: "servos a cavalo", isto é, avançados acima de seu lugar e grau (Eclesiastes 10:5, 7); de onde se segue que os governantes "andam como servos sobre a terra", ou seja, são rebaixados abaixo de seu lugar e grau. Acontece neste caso entre servos e senhores como entre pratos de uma balança; se os pesos que costumavam estar em um prato para mantê-lo baixo forem retirados, ele subirá de repente, e assim o outro prato será mantido em baixo.

6. Do rigor excessivo dos senhores.

O contrário, por excesso, é o rigor e a austeridade excessivos manifestados no olhar, na fala e nas ações.

No olhar, quando um senhor não consegue lançar um bom olhar sobre seu servo. Jacó foi muito desencorajado pelo semblante de seu senhor (Gênesis 31:1, 2, 5). Muitos senhores, pelas suas sobrancelhas continuamente franzidas e olhos furiosos, aterrorizam muito seus servos.

Na fala, quando os senhores não conseguem dar uma boa palavra aos seus servos, mas se são minimamente movidos, lançam sobre eles todos os nomes pejorativos de que se lembram; pouco pensando neste terrível julgamento: "Qualquer que lhe disser: Louco, será réu do fogo do inferno" (Mateus 5:22). Assim Saul manifestou uma mente maliciosa e perversa contra Jônatas e Davi pela linguagem suja que usou. Alguns têm uma língua tão perversa e distorcida que nunca conseguem falar diretamente aos seus servos; mas se ordenam ou proíbem algo, fazem-no de tal maneira que o servo mal consegue entender o que querem; e isso não apenas quando o servo os ofendeu, mas em seu melhor humor. Tão rudes são outros que suas línguas raramente param; estão sempre repreendendo por qualquer pequena ocasião; por causa disso, seus servos não se movem mais com isso do que as pombas que habitam nos campanários se movem com o toque dos sinos. Tal amargura também se mistura com as repreensões de muitos, que expelem de suas bocas negras as mais terríveis maldições. O que se pode dizer de tais línguas, senão que "são inflamadas pelo inferno"? (Tiago 3:6). Como outras aberrações pelas quais os senhores são reprovados, estas devem ser aplicadas às senhoras. Pois as senhoras comumente mais ofendem na rudeza da fala.

Nas ações, quando os senhores são agressores muito frequentes e furiosos: batendo em seus servos em qualquer

ocasião, sem se importarem como batem. Nestas e em outras evidências de austeridade excessiva e arrogância clara, os senhores esquecem que são homens. Embora por ordem externa um senhor seja mais excelente que um servo, contudo, como homem, ele deve julgar-se igual. Este extremo não pode ser um bom meio para manter a autoridade, mas é um abuso claro dela. Os senhores devem se comportar de tal forma que seus servos possam antes reverenciá-los do que temê-los.

7. Do poder de comando do senhor restringido a coisas lícitas.

Para que um senhor saiba melhor como manter sua autoridade, declararei distintamente a extensão de seu poder, e isso nestes quatro detalhes: 1. No comandar, 2. No corrigir, 3. No ordenar o casamento de seus servos, 4. No dispor de sua pessoa.

Dentro das balizas destas duas virtudes, justiça e equidade [às quais todos os deveres que os senhores devem aos seus servos serão depois referidos (ver Seções 20 e 21)], deve o poder de comando dos senhores ser limitado.

A justiça exige duas coisas:

1. Uma restrição aos mandamentos dos senhores.
2. Uma execução dos mesmos.

A restrição é para com a lei de Deus, para que um senhor não ordene nada contra ela, mas apenas o que for conforme a ela. Abisai desejava muito ter a garantia de Davi para matar Saul (1 Samuel 26:9); mas Davi estava tão longe de lhe ordenar que o fizesse que o impediu.

Os senhores são apenas ministros subordinados sob Deus; não devem, portanto, ordenar nada contra a Sua lei. Assim como um juiz, um oficial de justiça e todos os outros oficiais sob o Rei devem fazer da lei do Rei a base de todas as coisas que exigem dos súditos do Rei; assim os senhores devem fazer da lei de Deus a base de todas as coisas que exigem de seus servos, que também são servos de Cristo. Além disso, para que propósito serve ordenar aquilo que um servo pode e deve recusar-se a fazer? Pois em nenhuma coisa ilícita ele pode obedecer (ver Tratado 7, Seção 38).

8. Dos senhores que presumem acima de sua autoridade.

Contrária é a arrogância e presunção de muitos senhores, que fazem de sua própria vontade a regra da obediência de seus servos. Esta deve ser necessariamente uma regra de chumbo, que pode ser dobrada para este lado, para aquele lado e para todos os lados, devido ao humor flexível e variável do homem. Daí acontece que muitas coisas vilíssimas e horríveis são ordenadas, porque são agradáveis ao humor do comandante. Absalão ordenou que seus servos cometessem um assassinato detestável contra seu próprio irmão, e note como ele insiste: "não vos mandei eu?" (2 Samuel 13:28).

Mais presunçoso é aquele que assume ser o grande comandante de todos os cristãos, o Papa de Roma, e outros senhores e governadores de jesuítas, frades, monges e outras ordens semelhantes, que ordenam que aqueles que estão sob sua autoridade cometam traições, levantem rebeliões, matem reis e pratiquem outras vilanias execráveis semelhantes. E para justificar o Papa, de quem todos os governadores inferiores recebem seu poder e por cuja vontade devem ser regidos, os papistas sustentam estas posições blasfemas sobre o seu poder: "Ele pode fazer todas as coisas de direito como Deus. Ele é como

Deus, tendo na terra a plenitude do poder. Se ele arrastar consigo inumeráveis almas de homens para o inferno, ninguém poderá dizer-lhe: o que fazes?". Não concorda a descrição do Apóstolo sobre aquele "homem do pecado, o filho da perdição" (2 Tessalonicenses 2:4) com aquele de quem essas coisas são ditas? Não é ele, na conta dos papistas, "como Deus, assentando-se no templo de Deus, querendo parecer Deus"? O que é ainda confirmado por aquele poder que lhe dão de fazer leis para obrigar a consciência e cunhar novos artigos de fé.

Não apenas senhores papistas, mas também profanos excedem demais neste uso presunçoso de seu poder acima de seu poder: como aqueles que ordenam que seus servos matem, roubem, jurem, perjurem, mintam, deem falsas medidas e pesos, vão à missa e profanem o Sábado, com outros pecados semelhantes. Em todas essas coisas, e em todas as outras semelhantes a estas, sendo contra a lei de Deus, os senhores não têm poder para ordenar: eles extrapolam sua comissão e deverão, correspondentemente, prestar contas disso.

9. Dos senhores comandarem os servos a cumprirem seu dever.

A execução do poder de comando de um senhor consiste naquelas coisas que Deus ordenou como deveres obrigatórios. Estas, o senhor, em virtude de sua autoridade, deve ordenar que seus servos façam: como adorar a Deus, santificar o Sábado, ser diligente e consciente em sua vocação, com outros deveres semelhantes, que Deus compreende sob estas palavras: "o caminho do Senhor, justiça e juízo"; e diz que sabia que Abraão ordenaria sua casa para fazê-los (Gênesis 18:19).

A ordem dada aos senhores no quarto mandamento sobre os servos ["nem tu, nem o teu servo, nem a tua serva" (Êxodo

20:10)] prova o mesmo. Josias é elogiado por fazer o seu povo observar o pacto de Deus (2 Crônicas 34:32). Com base nisso, se um senhor tem servos que são papistas, separatistas ou pessoas profanas, ele deve comandar e fazer com que eles frequentem as sagradas ordenanças de Deus. É um dos fins principais pelos quais Deus deu poder e autoridade a uns sobre os outros: que por sua autoridade façam com que os que estão sob eles observem os mandamentos de Deus; tal como os oficiais inferiores têm autoridade para ver que as leis do Rei sejam cumpridas.

10. Do pecado dos senhores ao permitirem que os servos negligenciem seu dever.

É contrário ao poder de comando que Deus deu aos senhores permitir que seus servos omitam e negligenciem aqueles deveres obrigatórios que Deus lhes ordenou: como se um servo for tão papista ou profano a ponto de recusar-se a ir ouvir a Palavra, ou participar do sacramento, ou realizar qualquer dever a que está obrigado, deixá-lo à vontade. Embora eles mesmos cumpram esses deveres, e embora não impeçam seus servos de fazê-los, contudo, se não fizerem com que seus servos também os cumpram, tornam-se cúmplices do pecado do servo.

Objeção: A consciência de cada homem é livre e não pode ser forçada; portanto, os senhores não podem compelir os servos a coisas que são contra a sua consciência.

Resposta: Embora a consciência seja livre para o homem e fora do poder de outro, contudo suas ações externas não são livres; e embora a fé, a piedade, a justiça, nem qualquer graça possam ser forçadas nos homens, contudo eles podem ser forçados a usar os meios que Deus santificou para a geração e aumento das mesmas. Embora não possam ser forçados a ter um coração

religioso e justo, podem ser forçados a realizar deveres religiosos e justos; ou se um senhor não puder forçar isso, pode e deve fazer o seu máximo esforço; por meio do qual, embora não possa livrar seu servo da morte, livrará sua própria alma da culpa da morte dele.

11. Da sabedoria do senhor ao ordenar coisas indiferentes.

A equidade tem respeito àquelas coisas que estão no poder do senhor comandar ou não comandar: tais são todas as ações civis que lhe dizem respeito, sobre cujos detalhes Deus não deu ordem direta para um cumprimento absoluto das mesmas: como ir a tal recado, levar tal mensagem, despachar tal negócio. Sobre este tipo de coisa, posso dizer do poder de um senhor o que o Apóstolo diz do poder de um pai em outro caso: "Se ele julgar que é necessário e ordenar seu servo a fazê-lo, faz bem, não peca" (1Co 7:36, 37). Se julgar que não é necessário e não o ordenar, também faz bem, não peca. Deste tipo de coisa fala o centurião, quando diz: "digo a um: vai; a outro: vem; e a um terceiro: faz isto" (Mateus 8:9).

O alvo que os senhores devem mirar ao comandar ou proibir estas coisas deve ser a conveniência: pois "todas as coisas me são lícitas, mas nem todas as coisas convêm" (1Co 10:23). A conveniência depende muito das circunstâncias e consequências que podem seguir-se à realização de qualquer coisa: na observação das quais a sabedoria de quem tem o poder de fazer algo ser feito, ou não feito, aparece especialmente. Quando Davi não permitiu que Husai, seu bom amigo e sábio conselheiro, fosse com ele quando fugiu de Absalão, mas ordenou que voltasse à cidade e lá permanecesse (2 Samuel 15:33, 34), ele estava atento à boa consequência que poderia daí advir. E quando Joabe ordenou a Cusi em vez de Aimaás para levar a

notícia da morte de Absalão (2 Samuel 18:20, 21), ele estava atento à adequação das pessoas e ao tipo de mensagem.

Para aplicar isso ao nosso propósito, a equidade exige que os senhores [ao comandarem coisas indiferentes, que têm poder de comandar ou não] estejam atentos à habilidade, sexo, idade, disposição, consciência e outras circunstâncias semelhantes do servo, para que a coisa que ordenam seja um tanto agradável a eles, não acima de sua habilidade, não inadequada ao seu sexo, não imprópria para sua idade, não contrária à sua disposição, não contra sua consciência.

12. Da ofensa dos senhores contra a conveniência.

É contrário à equidade que um senhor considere apenas a si mesmo e a sua própria vontade, mesmo em coisas que são lícitas. Paulo não era desta opinião, quando disse que não buscava o seu próprio proveito (1Co 10:33), nem mesmo a sua própria vontade. A conveniência e a inconveniência eram grandes motivos para ele se abster de coisas que de outra forma seriam lícitas; contudo, pouco se respeita isto por parte de muitos, pois:

1. Muitos ordenam coisas até o limite extremo da força de seus servos, se não acima dela [como Faraó (Êxodo 5:7)], ou então coisas perigosas, que podem trazer muito dano sobre eles. Davi sentiu um aperto no coração por ter movido, apenas por um desejo, seus servos a buscarem água para ele com o perigo de suas vidas (2 Samuel 23:17).
2. Outros, contra o decoro, põem homens a fazerem trabalhos de criadas e criadas a fazerem trabalhos de homens.

3. Outros, por mera parcialidade, mantêm em baixo servos antigos e bons, e preferem os muito mais jovens diante deles.
4. Outros forçarão os servos a fazerem coisas contra sua disposição natural, como manusear, ou mesmo comer, coisas que não suportam tocar ou ver.
5. Outros, em assuntos duvidosos, irão incitá-los e pressioná-los contra a sua consciência.

Ainda que nestas e em outras coisas semelhantes, não sendo ilícitas, os servos devam fazer o que puderem para satisfazer o comando do senhor, se ele for peremptório em insistir; contudo, o senhor não deve ser excessivamente peremptório em pressionar sua autoridade e poder.

13. Do poder dos senhores para corrigirem seus servos.

O segundo ponto em que consiste o poder de um senhor é a correção, que pode ser dada por olhares, palavras ou ações.

Pelo olhar de um homem, manifesta-se a sua ira e furor contra outro. Em hebraico, a mesma palavra significa rosto e ira, porque a ira logo se mostra no rosto de um homem. Nota-se de Caim que, estando muito irado, o seu semblante descaiu (Gênesis 4:5). Ora, a manifestação da ira de um senhor contra seu servo é uma correção.

Mas as palavras, sejam de repreensão ou de ameaça, declaram muito mais o mesmo. Esta frase que Salomão usa ["o servo não se corrigirá com palavras" (Provérbios 29:19)] mostra que existe uma correção por palavras; e embora seja proposta negativamente, não implica que a correção por palavras não deva ser usada para com um servo, mas antes que, se por ela ele não se mover, golpes devem ser adicionados: o que é uma

correção por ações, da qual Cristo faz menção na parábola daqueles servos que, de acordo com a gravidade de sua falta, devem ser castigados com muitos açoites (Lucas 12:47). Está, portanto, no poder de um senhor corrigir seu servo com açoites ou golpes. Sendo assim, mostrarei:

1. Até onde o seu poder nisso se estende.
2. Como ele deve ser ordenado.

14. Da restrição do poder de um senhor: que ele não alcança a vida de seus servos.

No que diz respeito à extensão do poder de um senhor ao corrigir seu servo, esta questão deve ser resolvida: se um senhor tem poder para, por qualquer falta, tirar a vida de seu servo.

Resposta: Seu poder não chega a tanto, como é evidente pelas seguintes razões:

1. Não há preceito, nem exemplo aprovado, nem qualquer outra garantia na palavra de Deus para isso. Os judeus tinham grande poder sobre os servos que eram estrangeiros: deles podiam comprar escravos e escravas; podiam tê-los como posse e tomá-los como herança para seus filhos depois deles, para serem escravos para sempre (Levítico 25:44-46); podiam ser colocados nos trabalhos mais cansativos, penosos, baixos e abjetos que tivessem, como tirar água, cortar lenha (Josué 9:27) e afins; mas, contudo, seus senhores não tinham poder sobre suas vidas.
2. Um senhor não podia desmembrar seu servo: se, inadvertidamente, ele ferisse um olho ou um dente de seu servo, deveria dar uma compensação (Êxodo 21:26), que

era deixá-lo ir livre. Muito menos, portanto, poderia tirar a vida de seu servo.

3. Se um servo morresse sob a mão de seu senhor quando este o corrigia, embora não tivesse a intenção deliberada de assassiná-lo, esse senhor deveria ser punido (Êxodo 21:20). Não era, portanto, lícito a um senhor matar conscientemente um servo.
4. O poder da vida é próprio do Magistrado público, que faz todas as coisas em lugares públicos e abertos, para que possa haver muitas testemunhas de seu procedimento justo. Se os senhores tivessem esse poder, muitos poderiam ser mortos secretamente, sem que ninguém soubesse por qual causa, como ocorre nas inquisições papistas.
5. As leis aprovadas dos homens consideram assassinato doloso o fato de um senhor matar seu servo conscientemente, por mais hedionda que seja a falta do servo. Nem a autoridade do senhor, nem o merecimento do servo isentarão o senhor que mata seu servo da culpa e da punição de crime.

Objeção: Em tempos antigos, os senhores tinham esse poder.

Resposta: Eles nunca o tiveram por direito, embora alguns pudessem exercê-lo. Entre o povo de Deus, nunca foi exercido em nenhuma época do mundo. Aquela liberdade que foi tomada existia entre os pagãos; e, mesmo entre eles, à medida que as sociedades passaram a ser mais civilmente governadas, essa liberdade usurpada foi muito restringida pelas leis dos Magistrados; e quando Imperadores e Reis tornaram-se cristãos, ela foi totalmente retirada.

Objeção: Se um homem captura um inimigo na guerra, ele tem poder para matá-lo.

Resposta: Se no tempo da guerra ele não o matar, mas o poupar, tomando-o como cativo e fazendo dele seu servo, mesmo que seja um escravo, ele não tem poder sobre a vida dele.

15. Do excesso dos senhores ao corrigirem os servos.

Contrário ao seu justo e devido poder agem aqueles que, em sua fúria, esfaqueiam seus servos ou de outra forma os eliminam: sim, também aqueles que os espancam de forma tão impiedosa e desmedida com vara, porrete ou qualquer outra coisa, que a morte se segue; pois há muitos que, tendo começado a bater, não sabem quando parar, mas golpeiam como se estivessem batendo em troncos e blocos, e não em sua própria carne. Deus previu que os senhores seriam propensos a tal crueldade e, portanto, estabeleceu um limite de açoites que ninguém que batesse em outro poderia exceder (Deuteronômio 25:3).

Entre estes podem ser contados os senhores desesperados que, em seu humor, golpeiam seu servo com qualquer coisa que esteja à mão, seja pesada, irregular, dura ou afiada; eles não se importam [como um louco que lança brasas, flechas e morte (Provérbios 26:18)]. Essas coisas podem colocar em perigo a vida de um servo; se não, podem quebrar sua cabeça ou de outra forma feri-lo, contundir e aleijá-lo.

Está além do poder de um senhor, por qualquer correção, prejudicar a vida, a saúde ou a força de seu servo, ou de qualquer forma incapacitá-lo em seu corpo de fazer o que de outra forma ele seria capaz de fazer.

Se os senhores, nem mesmo para punição de qualquer pecado, não podem tirar ou colocar em perigo a vida de seu servo, o que podemos pensar de tais senhores que, sem qualquer falta de seus servos, fazem com que eles sejam eliminados ao

colocá-los em alguma tentativa desesperada, seja para manter sua própria disputa ou por algum outro fim injusto? Davi agiu assim com Urias (2 Samuel 11:15); mas depois ele se arrependeu amargamente dessa parte de injustiça (Salmos 51:14). Em outra ocasião, quando três de seus servos lhe trouxeram a água que ele desejava (1 Samuel 23:15), com risco de suas vidas, embora tenham retornado em segurança, seu coração o golpeou pelo seu desejo, e ele não quis beber daquela água porque eles haviam arriscado suas vidas para buscá-la.

Mas o que podemos dizer de tais senhores que fazem seus servos, por causa deles, cometerem crimes, assassinato, traição, rebelião e outras coisas que levam o Magistrado público a desembainhar sua espada contra eles e cortá-los? Notamos isso antes como uma falta grave em relação à ilegalidade da coisa; aqui podemos notar ainda que é muito mais hediondo em relação ao mal que se segue, que é a perda da vida de seu servo: de modo que assim eles se tornam cúmplices de um pecado detestável e culpados do sangue de seu servo.

16. Da ordenação da correção que os senhores dão aos seus servos.

A direção prescrita aos pais (ver Tratado 6, Seção 47) para ordenar bem a correção que dão aos seus filhos pode, em muitos pontos, ser aqui aplicada adequadamente. Leia-a.

Para que os senhores possam ordenar bem a correção que dão aos seus servos, deve-se fazer distinção entre a idade, o sexo, a disposição e as faltas daqueles que corrigem.

Os senhores não devem ser tão prontos a bater naqueles que têm mais idade quanto nos mais jovens. Os anos trazem entendimento, e uma repreensão fará alguém com entendimento

sentir mais a falta e ser mais cuidadoso em emendá-la do que os golpes; a dor física funciona mais nos mais jovens. Mas se, apesar de seus anos, forem teimosos e não derem importância às palavras, sua teimosia deve ser abatida com golpes. "Açoita o escarnecedor" (Provérbios 19:25), diz o sábio; e novamente, "preparados estão os juízos para os escarnecedores, e os açoites para as costas dos tolos" (Provérbios 19:29). Visto que os servos com idade devem ser corrigidos nesse caso, é ainda necessário fazer uma diferença entre o tipo ou a medida da correção que lhes é dada e aos mais jovens: se forem corrigidos como crianças, podem ou zombar disso ou sentir mais desdém. As marcas de feridas e os açoites que penetram o mais íntimo do corpo são um remédio purificador contra o mal (Provérbios 20:30) para servos teimosos de idade madura.

Se houver um senhor e uma senhora como governantes conjuntos de uma casa, é mais adequado que o senhor corrija os servos e a senhora as criadas. É uma grande desonra para um homem bater em uma criada; e um servo desdenhará muito ser golpeado por uma mulher. Abraão entregou sua criada a Sara em tal caso (Gênesis 16:6). Contudo, se uma criada se tornasse teimosa e masculina, e se voltasse contra sua senhora, sendo esta fraca, doente, grávida ou de outra forma incapaz de dominar sua criada, o senhor pode e deve abater sua teimosia e rebelião; tanto a lei de Deus permitia (Êxodo 21:20).

Se os servos forem de disposição engenhosa, dispostos e prontos a fazer o que lhes cabe, lamentando quando cometem uma falta e cuidadosos em emendar suas falhas, muitas coisas podem ser relevadas neles, as quais devem ser corrigidas em outros. A isto pode ser aplicado o conselho do sábio: "Não apliques o teu coração a todas as palavras que se dizem" (Eclesiastes 7:21).

A correção deve ser medida de acordo com a gravidade da falta punida e as circunstâncias pelas quais a falta pode ser justamente agravada. "O servo que soube a vontade do seu senhor, e não se aprontou, será castigado com muitos açoites; mas o que a não soube, e fez coisas dignas de açoites, com poucos açoites será castigado" (Lucas 12:47, 48).

Muitas aberrações são cometidas diariamente contra cada ramo desta direção, na medida em que senhores e senhoras, ao exercerem esta parte de seu poder, são levados pela paixão e fazem o que fazem neste gênero segundo o seu próprio prazer. Assim transformam um dever em pecado e, pela correção indevida de seus servos, provocam Deus a corrigi-los em Sua ira, seja aqui ou no mundo vindouro.

17. Do poder dos senhores sobre seus servos em relação ao seu casamento.

O terceiro ponto a ser observado sobre o poder de um senhor sobre seu servo é sobre o casamento do servo. Várias questões são levantadas sobre este ponto, as quais irei resolver brevemente.

Pergunta: Os senhores têm poder para ordenar e dispor do casamento de seus servos como quiserem?

Resposta: Não, não sem o livre consentimento dos próprios servos: pois os casamentos devem ser feitos com o livre consentimento das partes que se casam.

Objeção: A lei implica que um senhor tem poder para dar uma esposa ao seu servo, pois mostra de quem serão os filhos que nascerem daquele servo a quem o senhor deu uma esposa (Êxodo 21:4).

Resposta: 1. Essa lei deve ser entendida sobre tais servos que, sendo estrangeiros, eram escravos, sobre os quais os senhores tinham um poder mais absoluto do que sobre outros. 2. O poder do senhor de dar não forçava simplesmente o servo a casar-se com a pessoa dada, mas restringia o servo de casar-se com qualquer outra que não fosse a que o senhor desse.

Pergunta: O poder de um senhor no assunto do casamento não é tão grande sobre um servo quanto o de um pai sobre um filho?

Resposta: Não (ver Tratado 5, Seção 20).

Pergunta: Pode um senhor negar ao seu servo a liberdade de casar?

Resposta: Sim, pelo tempo em que o servo se comprometeu a ser servo de seu senhor. Por esse tempo, o servo é parte dos bens e posses de seu senhor. Assim como os servos escravos eram posse de um senhor para sempre, os servos contratados são sua posse pelo tempo de seu contrato. Quando Deus deu ao diabo permissão para se apoderar de tudo o que Jó tinha, em virtude dessa permissão ele se apoderou de todos os tipos de servos de Jó, escravos e livres, bem como de seus bens (Jó 1:15, 16); o que ele não poderia ter feito se os servos de Jó não fossem considerados seus bens. Não obstante, se os servos comunicarem ao seu senhor que a necessidade exige que se casem, tal respeito deve ser tido à castidade até mesmo dos servos que, neste caso, posso usar a frase que o Apóstolo usa em referência aos filhos: "casem-se" (1Co 7:36).

Pergunta: E se os servos se casarem sem o consentimento dos senhores, esse casamento é anulado por isso?

Resposta: Não. O casamento, sendo de outra forma realizado corretamente, permanece um casamento firme; embora os servos, ao fazerem isso, tenham pecado, pelo que seu senhor pode justamente puni-los.

Pergunta: Pode um senhor manter seus servos assim casados sem o seu consentimento longe de seus cônjuges?

Resposta: Ele pode exigir todo o tempo de seu contrato de serviço; mas aquele poder que, pelo vínculo do casamento, maridos e esposas têm sobre o corpo um do outro (1Co 7:3, 4), não permite que sejam totalmente separados um do outro. Além disso, nossa lei libera uma criada quando ela se casa do contrato com seu senhor.

18. Do rigor dos senhores ao forçarem casamentos aos servos: ou ao separarem marido e mulher.

Contrário ao poder de um senhor agem aqueles que forçam seus servos a casarem com quem eles não gostam: como quando um senhor desonrou sua criada e, para cobrir sua vergonha, faz um de seus servos casar com ela. Também agem contra o seu poder aqueles que buscam separar seus servos que são casados de seus cônjuges: alguns manterão o homem em sua casa dia e noite longe de sua esposa, e assim a esposa longe de seu marido; outros enviarão um deles para partes remotas do país, onde o outro não saberá; sim, outros farão questão de mantê-los longe um do outro, enviando um deles para além-mar por muitos anos seguidos, se não para sempre. Essas práticas são contra a lei do casamento e são excessivamente rigorosas e injustas.

19. Do poder dos senhores para disporem das pessoas de seus servos.

O quarto ponto a ser observado do poder de um senhor sobre seus servos respeita as suas pessoas, as quais pertencem tão propriamente a um senhor pelo tempo de seu serviço que ele pode não apenas mantê-los para seu próprio serviço, mas também passá-los a outrem, e dá-los ou vendê-los a outro (Levítico 25:39, 44). Pela lei de Deus, não apenas os estrangeiros, mas também os judeus podiam ser vendidos como servos.

Os costumes e estatutos de nossa terra também permitem que os senhores transfiram seus servos de um para outro; e, em seus leitos de morte, leguem-nos a quem quiserem, assim como seus bens e posses.

Para que este poder não seja abusado, na execução do mesmo, os senhores devem respeitar principalmente o bem de seus servos: e para esse fim passá-los a senhores adequados, senhores que lhes façam o bem e não o mal, durante todo o tempo de sua permanência com eles e serviço sob eles.

Contrário a isto agem aqueles que visam meramente a sua própria vantagem, não se importando com a quem entregam seus servos, contanto que possam obter lucro com isso. Alguns os venderão, a saber, quando os têm além-mar, para turcos e infiéis; alguns para papistas e outros idólatras; alguns para pessoas profanas; alguns para bestas humanas cruéis; alguns para homens de ofícios ilícitos; alguns para homens sem ofício. Tais senhores que entregam seus servos a pessoas como estas, ou semelhantes a estas, responderão por todo o mal que lhes for feito.

20. Dos senhores gerirem bem sua autoridade.

Este Apóstolo, em outro lugar, dá este encargo aos senhores: "Vós, senhores, fazei o que é de justiça e equidade a vossos servos" (Colossenses 4:1).

Ao fazerem estas duas coisas, os senhores gerirão bem sua autoridade. A justiça respeita o lugar e o serviço dos servos. A equidade respeita a mente e a maneira de realizar o serviço.

Todos os servos, pelo fato de serem servos e fazerem o trabalho de seu senhor, devem ter aquilo que por direito pertence aos servos. Isto é justiça. Tais servos que dedicam um amor e gosto especial aos seus senhores, prestando serviço não por constrangimento ou para serem vistos, como quem agrada aos homens, mas em sinceridade de coração, com boa vontade e toda boa fidelidade, buscando ao máximo de seu poder o bem do senhor, devem ser correspondentemente respeitados e tratados. Isto é equidade. Assim como o Apóstolo compreende a justiça sob esta frase ["fazei o mesmo"], dando a devida recompensa pelo serviço; assim, mais especialmente, compreende a equidade nela: pela boa vontade dos servos e pelo respeito fora do comum aos seus senhores, que os senhores retribuam com boa vontade e respeito fora do comum aos servos. São Pedro nota estas duas virtudes sob outras duas palavras: "bons" e "moderados" (1Pe 2:18). A bondade de um senhor tem relação com a justiça; sua moderação ou gentileza, com a equidade.

21. Dos senhores empenharem-se na salvação de seus servos.

Aquela justiça que se exige dos senhores respeita a alma, o corpo e os bens de seus servos.

Em relação ao bem de sua alma, os senhores devem buscar a edificação espiritual de seus servos. Quando Zaqueu creu pela primeira vez, Cristo disse: "Hoje veio a salvação a esta

casa" (Lucas 19:9); por que a esta casa, em vez de a esta pessoa, senão porque sabia que Zaqueu cumpriria o dever de um bom senhor e buscaria a salvação de sua família? Nisto os senhores devem ter um respeito imparcial por todos em sua casa: como os santos pais que, embora em relação aos bens temporais fizessem diferença entre o lugar dos filhos e a condição dos servos, contudo, ao servirem a Deus, em que se espera a felicidade eterna, proviam com igual respeito para todos os membros de sua casa. As provas alegadas para a obediência dos servos ao cuidado dos senhores neste ponto mostram que este dever pertence aos senhores (ver Tratado 7, Seção 15).

O respeito que os senhores devem a Deus, a si mesmos, aos seus servos, à Igreja e à República onde vivem exige o mesmo.

Deus ordenou tal coisa (Deuteronômio 6:7), como este encargo implica: "delas falarás assentado em tua casa"; e Deus manifestou Sua aprovação disso ao elogiar Abraão por ordenar a seus filhos e à sua casa que guardassem o caminho do Senhor (Gênesis 18:19).

Os próprios senhores colhem grande benefício pelo cumprimento fiel deste dever: tanto por manterem uma boa consciência diante de Deus [que exige isto deles, visto que os constituiu profetas e sacerdotes em sua casa, bem como reis; e exigirá deles contas por todos os que estão sob o seu governo] quanto por levarem seus servos a prestarem um serviço mais fiel. Pois não há melhor meio para despertar os servos a todo bom dever do que o temor de Deus plantado em seus corações. Aquele servo que encontrar a verdadeira graça operada pela primeira vez, ou aumentada, por meio de seu senhor, sentir-se-á tão devedor a tal senhor que nunca será capaz de fazer uma recompensa suficiente e, portanto, se esforçará para prestar o

melhor serviço que puder em sinal de gratidão: ele não apenas será fiel e diligente em seus afazeres, mas clamará a Deus para prosperar seu serviço para o bem de seu senhor e para recompensar aquela gentileza que seu senhor lhe fez.

Nenhuma coisa terrena que um senhor possa fazer por seu servo [seja uma quantia em dinheiro, promoção a algum lugar de lucro ou crédito, ou habilidade em um bom ofício e vocação] pode ser comparável à edificação de um servo na graça.

Servos bem instruídos na piedade têm maior probabilidade de se provarem mais proveitosos não apenas para a família, mas também para a Igreja e a República onde vivem.

Para que os senhores possam edificar melhor seus servos:

1. Devem instruí-los diariamente nos princípios da religião e em todos os deveres da piedade: admirável é o proveito que surgirá do uso diário e constante de exercícios religiosos: embora apenas um pouco de tempo seja gasto de cada vez, muito conhecimento será ganho pelo uso frequente deles. Este dever é tanto mais necessário porque os Ministros públicos não podem tomar conhecimento tão particular de cada servo em suas paróquias como os senhores podem em suas famílias.
2. Os senhores devem fazer com que seus servos frequentem o ministério público da palavra e o culto a Deus, para serem ali mais edificados e confirmados em sua fé. Os senhores sob a lei eram ordenados a permitir que seus servos comessem a Páscoa, que era um sacramento solene (Deuteronômio 16:16). A lei que ordena que todos os homens compareçam nos dias de festa solene perante o Senhor implica que os servos

também deveriam ir. Este dever deve ser realizado especialmente no dia do Senhor: pois o encargo dado aos senhores no quarto mandamento para a santificação desse dia é estendido aos servos nestas palavras: "nem tu, nem o teu servo, nem a tua serva".

3. Os senhores, além de instruírem os servos em casa e fazerem com que vão à Igreja, devem pedir contas do seu aproveitamento, tanto pelos meios públicos quanto pelos privados de edificação. Caso contrário, não saberão como ordenar sua maneira de instruí-los: quando lhes dar leite e quando comida sólida.
4. Para tornar os meios mais eficazes e proveitosos, devem adicionar a oração à instrução. Os meios, sem a bênção de Deus sobre eles, nada são. Ao observarem qualquer graça operada em seus servos, devem ser gratos a Deus por isso e orar pelo seu aumento.

22. Dos senhores que negligenciam edificar seus servos.

Contrária é a mente e a prática da maioria dos senhores: eles pensam que, se derem aos seus servos alimentação, alojamento e roupas suficientes, ou salários de acordo com o seu contrato, fizeram tudo o que precisam fazer; e correspondentemente não fazem mais nada; nisso se mostram não melhores que os pagãos. Pois não fazem os pagãos o mesmo?

Objeção: Ao contratar o servo pela primeira vez, nada mais foi pactuado.

Resposta: Há dois pactos aos quais um senhor está obrigado: um com Deus; o outro com seu servo. Embora seu contrato com o servo não exija nada além de algumas comodidades temporais, contudo o pacto de Deus exige edificação espiritual. Muitos senhores são tão gananciosos pelo trabalho de seu servo que

hesitam em conceder qualquer tempo, pela manhã ou à noite, para exercícios religiosos: pensam em prosperar pelo trabalho do servo e não pensam na bênção de Deus que enriquece. Alguns vão tão longe que impedem seus servos do culto público a Deus, mesmo no dia do Senhor. Assim acontece que servos, que chegaram ignorantes e profanos a um senhor, após longa permanência com ele, saem como chegaram. Muitos que possuem, eles próprios, alguma consciência de temor a Deus falham muito nisto: não se preocupam em ensinar aos seus servos o temor de Deus, pelo que se privam de muita bênção e atraem a maldição de Deus sobre suas pessoas e casas.

23. De prover alimentação suficiente aos servos.

Considerando que os servos não têm corpos de bronze ou aço, mas de carne e sangue como todos os outros, os senhores que têm o benefício da força e habilidade de seus corpos devem ser cuidadosos em nutri-los e acalentá-los; e isso tanto na saúde quanto na doença.

Para preservar a saúde dos servos, deve-se ter respeito à sua alimentação, vestuário, trabalho e descanso. Uma provisão devida de alimentos para os servos é elogiada na boa dona de casa de Salomão, que "dá mantimento à sua casa" (Provérbios 31:15). E na direção que ele dá aos chefes de família, nestas palavras: "o leite das cabras bastará para o teu mantimento, para o mantimento da tua casa" (Provérbios 27:27).

A alimentação que os senhores proveem para seus servos deve ser, em qualidade, boa e saudável; em quantidade, suficiente para preservar a saúde e aumentar a força; em tempo, dada na estação devida. Nota-se que os trabalhadores contratados do pai do filho pródigo tinham pão [por pão, de acordo com a frase bíblica, entende-se todo tipo de alimento

saudável necessário; nesse sentido deve necessariamente ser entendido ali, porque se opõe às alfarrobas que não são muito saudáveis, sendo mais adequadas para porcos do que para homens], sim, eles tinham pão em abundância (Lucas 15:17). Nota-se ainda sobre aquele bom despenseiro que era, como um senhor, governante sobre a casa, que ele dava à família a sua porção de mantimento no tempo devido (Lucas 12:42).

Pergunta: Os servos não podem ter sua alimentação limitada?

Resposta: Em relação à superfluidade, podem e devem ser limitados, mas não em relação à suficiência. Não é adequado que todos os servos tenham tanto quanto podem devorar, pois então muitos deles fariam pouco trabalho; mas é muito adequado que cada um tenha o quanto for necessário para a força, para que assim seja mais capaz de realizar e suportar seu trabalho: a palavra grega traduzida no lugar citado anteriormente como "porção" implica isso (Lucas 12:42).

Há um vínculo duplo para prender os senhores ao cumprimento deste dever: um em relação a si mesmos; o outro em relação aos seus servos. Os próprios senhores terão o lucro e o benefício da saúde e da força de seus servos; por amor de si mesmos, portanto, é necessário prover alimentação suficiente. Homens que desejam ter seu trabalho bem feito por seus animais, ou em sua jornada serem bem carregados até o fim dela, serão cuidadosos para que seus animais sejam bem alimentados. Mas além disso, considerando que a saúde e a força dos servos são gastas nos afazeres de seu senhor, a justiça exige que sua saúde e força sejam reparadas e preservadas por eles.

24. Do defeito e do excesso ao prover alimentação aos servos.

Existem dois extremos contrários a este dever. Um daqueles que são muito mesquinhos e [como dizemos] miseráveis na concessão de alimentos aos seus servos: e isso às vezes na quantidade, quando os estômagos dos servos são muito apertados, a ponto de seus corpos ficarem enfraquecidos por falta de comida. O filho pródigo foi servido assim (Lucas 15:16); estes são senhores tanto injustos quanto prejudiciais: injustos com seus servos; prejudiciais aos seus servos e a si mesmos também. Às vezes, também, tais senhores miseráveis ofendem na qualidade daquela comida que dão aos seus servos, como quando é guardada por muito tempo e fica rançosa, bolorenta ou de outra forma desagradável; ou quando o pior tipo de alimento, por causa do preço barato, é comprado, mesmo aquele que mal serve para alimentação humana: quanto mais abundância houver de tal coisa, mais repugnante ela é.

Por fim, embora eu não ache adequado prender os senhores a horas fixas para as refeições de seus servos (Lucas 17:7) [Cristo concede uma liberdade maior aos senhores na parábola sobre o uso do servo por parte do senhor após este chegar do trabalho], contudo pode haver uma falta, como ocorre em muitos senhores, em manter seus servos por tempo demais sem comida, não permitindo que interrompam seu trabalho por causa da alimentação, mas esperando pelo jantar até as dez horas da noite, quando encerram o trabalho; certamente isso não pode ser bom para a saúde e a força do corpo.

Outro extremo cometem os senhores que criam seus servos com muita delicadeza (Provérbios 29:21). Salomão taxou expressamente tais senhores e nota que este mal provavelmente se seguirá: "no fim ele virá a ser seu filho". Tal servo esquecerá o seu lugar, desdenhará ser como um servo e aspirará a ser como o filho de seu senhor, o que é o mesmo que ser parceiro do senhor.

25. Do cuidado dos senhores sobre o vestuário de seus servos.

O cuidado de uma esposa pelo vestuário dos servos também é elogiado no exemplo da boa dona de casa de Salomão: "Não teme a neve pela sua casa, porque toda a sua casa anda vestida de escarlate" (Provérbios 31:21), isto é, para a estação mais fria do inverno, pois toda a sua casa está vestida com roupas dobradas, ou seja, com vestuário adequado para o tempo frio. A palavra hebraica é frequentemente usada para escarlate. Mas de acordo com a sua notação própria, significa coisas dobradas; o que considero ser mais pertinente a este lugar. Vestuário adequado e decente é tanto um meio de preservar a saúde quanto uma questão de boa reputação, tendendo ao crédito do senhor. Contudo, contrário é o humor de muitos: não se importam com o quão esfarrapado e roto é o vestuário de seus servos; a ponto de muitos servos não terem vestuário nem decoroso nem quente.

Este ponto diz respeito especialmente àqueles senhores que sustentam seus servos e proveem todas as coisas para eles, como antigamente os senhores faziam para a maioria dos servos, e como agora fazem para os aprendizes, sejam homens ou mulheres. Se os servos, por contrato, proveem seu próprio vestuário, os senhores não estão tão estritamente obrigados nisso; contudo, devem cuidar para que seus servos não caiam nem no extremo de um vestuário muito vil, desleixado ou sujo, nem no outro de um vestuário muito vistoso ou muito caro. Os senhores, tendo autoridade sobre seus servos, devem mantê-los em ordem e bom senso, e ter respeito à decência nisto como em outras coisas. Pois o vestuário é um daqueles sinais externos pelos quais a sabedoria dos senhores e senhoras em governar bem seus servos é manifestada ao mundo. Se, portanto, os servos estiverem trajados de forma inadequada para o seu lugar e capacidade, todos os que os virem pensarão que seus senhores e

senhoras têm a mesma mente que os servos, ou pelo menos são muito remissos e descuidados em seu governo.

26. Da moderação do trabalho dos servos.

Embora o trabalho e o esforço sejam próprios do lugar do servo, contudo ele pode ser de tal forma exigido que a saúde e a força de seu corpo sejam prejudicadas por isso. Para a boa ordenação disto, portanto, um dever recai sobre os senhores, e isso em duas coisas especialmente: Que moderem bem o trabalho a que submetem seus servos, para que estes sejam capazes de suportá-lo no momento e de aguentar por todo o tempo em que o trabalho for designado. Foi uma boa razão que Saul apresentou para impedir que Davi entrasse em combate com Golias, porque [como ele pensava] Davi não era capaz de lutar contra o filisteu, sendo Davi um jovem e Golias um homem de guerra (1 Samuel 17:33). E de fato, se a fé de Davi não tivesse excedido a força de seu corpo, teria sido inadequado colocar Davi naquela tarefa. Aqueles que são colocados para fazer coisas acima de sua habilidade tendem a falhar e sucumbir sob o peso delas.

É contrário a isto colocar servos em tarefas tão pesadas que prejudiquem sua força, coloquem em perigo seus membros e arrisquem suas vidas. Saul se levantará em julgamento contra tais pessoas, pois ele, supondo que era uma tarefa muito difícil para Davi assumir o combate com Golias, hesitou em colocá-lo nela (1 Samuel 17:33). Davi falhou excessivamente nisto quando deu a instrução de que Urias deveria ser colocado na frente da batalha mais intensa e, contudo, que o General com sua força se retirasse dele (2 Samuel 11:15). Muitos servos, sendo colocados em serviços acima de sua força, ou perdem suas vidas por isso, ou [como dizemos] nunca mais voltam a ser os mesmos homens.

Também é uma falta neste gênero colocar servos em trabalhos penosos que são mais adequados para animais do que para homens; ou oprimi-los com trabalho excessivo, como os egípcios oprimiram os israelitas (Êxodo 1:13, 14). Que o fato de Deus ouvir o clamor daqueles servos tão oprimidos e vingar seus opressores por isso (Êxodo 3:7) faça todos os senhores temerem tal crueldade.

27. De prover aos servos meios adequados para o seu trabalho.

A outra coisa exigida dos senhores para a boa ordenação do trabalho de seus servos é que lhes forneçam as coisas necessárias e convenientes para o trabalho ao qual são designados; disposição que foi louvável em Saul, que testou se sua armadura seria adequada para Davi quando este ia contra Golias (1 Samuel 17:38). Enumerar todos os detalhes seria uma tarefa infinita: cada ofício e trabalho tem meios de ajuda próprios; esta direção geral pode ser suficiente para mover os senhores a aplicá-la aos trabalhos e serviços específicos nos quais colocam seus servos. Meios adequados são uma ajuda tal que aquilo que com eles pode ser feito facilmente, sem eles dificilmente pode ser feito, se é que é possível.

É contrário a isto tratar os servos como os egípcios trataram os israelitas, exigindo trabalho de suas mãos e não lhes fornecendo os meios para fazê-lo (Êxodo 5:7), pelo que muitas vezes exigem impossibilidades. Alguns querem que muito trabalho seja feito à noite e não fornecem luz de velas; assim ocorre em outros detalhes.

28. De conceder descanso oportuno aos servos.

A interrupção, o alívio e o descanso do trabalho em tempos oportunos são tão necessários e exigidos quanto o alimento e o vestuário. A razão que Deus apresenta para o quarto mandamento mostra que os senhores devem conceder descanso aos seus servos; é esta: "para que o teu servo descanse" (Deuteronômio 5:14). Sem interrupção e descanso, o corpo não suporta o trabalho: ele se tornará fraco, desfalecido e totalmente incapaz de continuar; mas, assim como o trabalho consome as forças, o descanso as repara.

Há dois tempos especiais de descanso que não podem ser negados aos servos:

1. O descanso da noite.
2. O descanso do dia do Senhor.

O primeiro é comum a todas as criaturas vivas: pois foi uma razão principal pela qual Deus fez com que a luz do sol se retirasse da face da terra, para que os seus habitantes pudessem descansar de seu trabalho. Até a tarde o homem sai para o seu trabalho e labor (Salmos 104:23). O tempo de escuridão é mais adequado para o descanso do que para o trabalho. Que isto não seja tomado como se nenhum trabalho devesse ser feito após a luz do dia ser retirada [pois então pouco trabalho seria feito no auge do inverno, quando os dias são curtos; e então Deus não teria fornecido luzes artificiais], mas para mostrar que se deve fazer distinção entre o dia e a noite, e que a noite é concedida para aquele tempo em que os homens devem principalmente descansar.

O outro tempo de descanso [sendo o dia de Sábado] é por instituição divina (Gênesis 2:3). Foi santificado ao homem no tempo da inocência de Adão, quando este representava a cabeça pública de toda a humanidade. O próprio nome Sábado [que em

hebraico significa descanso] e a proibição expressa de fazer qualquer trabalho naquele dia mostram que é um dia de descanso; e que um dos fins disso era que os servos nele descansassem é evidente pela razão apresentada: "para que o teu servo descanse". Assim, há um vínculo duplo para prender os senhores a concederem descanso aos seus servos no dia do Senhor:

1. O vínculo da piedade para com Deus.
2. O vínculo da caridade para com os servos: pois, dado que Deus achou conveniente que os servos descansassem um dia em sete, devemos pensar que isso é necessário e proveitoso para eles.

29. Da negação do descanso oportuno aos servos.

Muitos senhores ofendem contra ambos os tempos de descanso mencionados: como, primeiro, aqueles que fazem seus servos esperarem até tarde demais à noite e, novamente, levantarem-se cedo demais de manhã, não concedendo tanto tempo de descanso e sono quanto é necessário para refrescar seus corpos e reparar suas forças; pelo que acontece que [além do erro cometido contra seus pobres servos] seu trabalho não pode ser feito tão bem.

Objeção: Diz-se da mencionada boa dona de casa que "a sua lâmpada não se apaga de noite" (Provérbios 31:18).

Resposta: Essa é uma fala figurada e um tanto hiperbólica. A palavra "noite" é colocada por uma parte dela. A frase apenas implica vigilância, mostrando que ela não está, como muitos, na cama logo ao anoitecer e levantando-se tarde pela manhã; mas deita-se tarde e levanta-se cedo. Esta frase ["levanta-se, sendo ainda noite" (Provérbios 31:15)], usada anteriormente, mostra

que o que notei é o verdadeiro sentido. Se "não apagar sua lâmpada à noite" devesse implicar ficar acordada a noite toda, como se poderia dizer que ela "se levanta"?

Pergunta: Que tempo pode ser considerado suficiente para conceder sono aos servos?

Resposta: Assim como a mesma quantidade de alimento não deve ser proporcionada a todos de forma rígida, o mesmo ocorre com a duração do sono. Contudo, pela experiência, observou-se que para corpos sãos e saudáveis, cinco horas é o tempo mínimo que pode ser permitido, e sete horas é tempo suficiente para qualquer pessoa.

30. Da ofensa dos senhores em privar os servos do descanso do dia do Senhor.

Contra o descanso do dia do Senhor, muitos senhores ofendem:

1. Mantendo os servos em seu trabalho comum naquele dia.
2. Enviando-os de um lado para outro naquele dia para muitos recados, como para cobrar dívidas ou realizar outros serviços para os quais hesitam em ceder tempo em outros dias.
3. Fazendo desse o dia de maior esforço e trabalho, a saber, para aqueles que estão na cozinha ou têm qualquer outro negócio sobre banquetes: pois o dia do Senhor é por muitos ordinariamente transformado em dia de banquete.
4. Mantendo-os acordados até tarde nas noites de sábado: até mesmo até a uma hora da madrugada. Muitos que têm alguma consciência do dia do Senhor costumam ofender nisso: para que seus servos não trabalhem naquele dia, eles os mantêm acordados até o exato momento em que pensam que o Sábado começa; mas nisto cometem uma

falta dupla: uma por não permitirem aos seus servos tempo de descanso suficiente; outra por torná-los inaptos, por falta de sono, para realizarem os serviços sagrados do dia do Senhor.

31. De conceder tempo de recreação aos servos.

No que diz respeito aos tempos de recreação, posso dizer como o Apóstolo diz em outro caso: "não tenho mandamento do Senhor" (1Co 7:25), a saber, mandamento expresso para impor à consciência dos senhores qualquer tempo fixo para a recreação; contudo, inquestionavelmente, é muito adequado que os servos tenham alguns momentos para se refrescarem desta forma: pois a recreação usada corretamente é um grande meio para dar vida e adicionar espírito, especialmente à juventude. Com o trabalho e os afazeres, não apenas os corpos dos homens, mas também as suas mentes são ocupadas e empregadas; nisto o trabalho e o esforço dos homens diferem do trabalho dos animais; para o refresco, portanto, tanto do corpo quanto da mente, a recreação boa e moderada é necessária. Mas refiro este ponto à sábia consideração dos próprios senhores, que podem melhor, por sua própria observação, discernir o que neste gênero é mais adequado do que nós prescrevermos.

32. Do cuidado dos senhores sobre os seus servos na doença e após a morte.

O cuidado providente dos senhores pelo bem de seus servos não deve ser restringido ao tempo de sua saúde, mas também ao tempo de sua doença, se Deus se agrada de visitá-los enquanto estão no serviço. Portanto, todas as coisas necessárias devem, neste caso, ser-lhes providas pelo seu senhor. Primeiro, conforto espiritual para sua alma, para que melhor suportem sua enfermidade; depois, tais coisas que possam no presente dar-lhes

alívio e refresco, e também, se Deus se agradar em adicionar Sua bênção, operar uma recuperação. O cuidado do centurião por seu servo doente é recomendado na Escritura (Mateus 8:6): ele fez tanto por seu servo quanto poderia ter feito por seu filho; o cuidado do Rei da Síria também foi louvável neste gênero: ele não hesitou em escrever ao seu inimigo e tornar-se devedor a ele em favor de seu servo que era leproso (2 Reis 5:6).

Se o servo foi anteriormente um servo fiel, diligente e proveitoso, a recompensa exige tal cuidado. Pois é uma parte muito indelicada e desumana negar socorro na doença àquele servo que na saúde foi proveitoso ao seu senhor.

Mas se um senhor for cuidadoso com seu servo doente, fornecendo-lhe os melhores meios que puder para seu alívio e recuperação, e esse servo, pela bênção de Deus sobre os meios, recuperar-se, ele, se tiver qualquer centelha de bondade em si, considerar-se-á tão obrigado ao seu senhor que nunca poderá retribuir suficientemente; e por isso será movido a usar toda a diligência que puder para o bem de seu senhor; de modo que um senhor pode colher benefício para si mesmo por este tipo de gentileza.

Mas, embora o servo que está doente tenha sido em tempos anteriores pouco proveitoso, e haja pouca esperança de benefício futuro por ele, contudo, por amor à caridade e em submissão à providência de Deus, pela qual aquele servo caiu doente na casa de seu senhor, ele deve, nesse caso, ser bem cuidado. Se o samaritano agiu bem cuidando de um mero estranho fora de sua casa porque o viu sem socorro (Lucas 10:33, 34), certamente aquele senhor que negligencia o seu servo que está doente em sua casa age muito mal.

Pergunta: E se ele não for um servo contratado por um tempo fixo, mas um diarista ou alguém que trabalha por dia ou semana?

Resposta: Embora um senhor não esteja tão obrigado a tal pessoa, contudo, se ela cair doente em sua casa, ele não pode, nesse caso, expulsá-la para a rua, a menos que saiba onde ela pode ser bem assistida.

Pergunta: E se um senhor for pobre e não for capaz de prover o que é necessário para uma pessoa doente?

Resposta: Se a pessoa doente tiver amigos e parentes que tenham melhores condições, eles devem prover para ela; se não, a Igreja deve ajudar; mas é dever do senhor tornar o caso do doente conhecido aos seus amigos ou à Igreja.

Se, após todos os bons meios usados para a recuperação, o servo morrer, seu senhor deve ver que o último dever seja realizado por ele de maneira decorosa, que é o sepultamento cristão. Nisto reside uma diferença principal entre o tratamento dos corpos dos homens, que após a morte serão ressuscitados, e os animais que perecem totalmente. O cuidado de Jacó em enterrar a ama de sua mãe é expressamente mencionado como forma de elogio (Gênesis 35:8).

33. Da negligência dos servos na doença e quando morrem.

Muitos senhores ofendem muito no contrário aos deveres mencionados. Pois:

1. Alguns, quando observam seus servos começarem a adoecer, colocam-nos para fora de suas casas e deixam-nos à própria sorte, como aquele amalequita cruel que deixou seu servo doente abandonado no campo (1

Samuel 30:13). Mas note a vingança de Deus que se seguiu: o abandono daquele servo doente naquele caso foi a ocasião da destruição daquele senhor e de toda a sua companhia. Por esse meio, foram descobertos aos seus inimigos.

2. Outros, quando não podem remover seus servos doentes de sua casa, permitem que ali jazam sem socorro e pereçam por falta das coisas necessárias. Muitos homens ricos que são capazes de prover suficientemente para eles, enviam-nos para algum quarto externo ou nos fundos, e não cuidam mais deles. Neste gênero, muitos mostram mais gentileza a um cão ou outro animal que não está bem do que a um servo. Uma parte desumana.
3. Outros, que não parecem tão desumanos, tratam seus servos com muita dureza em tal caso: eles fornecem as coisas necessárias, mas tudo à custa do pobre servo; e se esses servos não tiverem dinheiro imediato, eles o descontam de seus salários se recuperarem a saúde para lhes prestar serviço. É isso "desfazer as cargas pesadas"? (Isaías 58:6). Ou não é colocar carga sobre carga?
4. Outros, que têm alguns gastos com a doença de seus servos, murmuram tanto contra os servos e lançam falas tão descontentes [a saber, que os contrataram para o trabalho e não para mantê-los na cama; para ganhar algo com eles, não para ter tais custos; ou que se fazem mais doentes do que o necessário: que podem se levantar se quiserem, com muitas outras falas descontentes semelhantes] que os pobres servos doentes ficam mais aflitos e perturbados com o descontentamento de seu senhor do que com a sua doença; e muitas vezes são movidos a esforçar-se acima de suas forças para se levantarem, mesmo quando a morte se apodera deles, e assim apressam a aproximação da morte.

5. Muitos que podem ser cuidadosos o suficiente com o estado físico de seus servos na doença não têm nenhum respeito ao conforto espiritual de suas almas; não lhes dão uma palavra de conforto pessoalmente, nem mandam chamar um Ministro ou qualquer outro para fazê-lo (ver Seções 21 e 22), mas deixam-nos, neste aspecto, jazer e morrer como animais. De todos os pontos de falta de misericórdia, este é o maior e o mais impróprio para cristãos.
6. Outros, se os seus servos morrem, mal lhes dão um lençol, mas dizem: "quem quiser que os enterre pelas suas roupas". Deve-se tomar nota desses comportamentos desumanos, para que a detestação deles torne outros senhores mais sensíveis para com seus servos.

34. Dos senhores proverem para o estado futuro dos servos.

Próximo à alma e ao corpo dos servos, os senhores devem ter algum cuidado com o seu patrimônio: e isso não apenas para mantê-los enquanto estão no seu serviço, mas também para se esforçarem e proverem para que possam viver por si mesmos e fazer o bem aos outros. "Quando trabalharei também por minha casa?", diz Jacó ao seu senhor (Gênesis 30:30). Essa interpelação mostra que este é um dever do senhor.

Contrária é a mente da maioria dos senhores: pois, ao admitirem servos, pensam apenas em satisfazer o seu próprio interesse. Daí acontece que, quando os senhores morrem, muitos servos são colocados em situações muito difíceis. Alguns forçados a mendigar, outros levados a furtar e roubar. Assim, lagartas são nutridas para incomodar a República.

Para que não se pense que estou colocando o cuidado dos pais sobre os senhores, e igualando servos a filhos, anotarei quatro detalhes que mostrarão que tipo de cuidado e providência é aqui exigido dos senhores em relação ao estado de seus servos: Um é que os senhores acostumem seus servos ao esforço. Outro é que os exercitem em alguma vocação útil. Um terceiro é que lhes deem salários suficientes. Um quarto é que, após serviço suficiente, permitam que provejam para si mesmos.

35. De empregar bem os servos.

Aquele encargo que o senhor deu aos seus servos quando ia viajar ["negociar até que eu venha" (Lucas 19:13)] mostra que os senhores devem manter seus servos exercitados e empregados em algum negócio ou outro: o que também está implícito sob esta parte do elogio de uma boa dona de casa: "dá mantimento à sua casa" (Provérbios 31:15), significando uma porção de trabalho. Assim como não há nenhum membro ocioso em um corpo natural, mas cada um é empregado, assim deveria ser em uma família.

Assim os servos, enquanto estão em sujeição, sendo habituados ao esforço, serão mais industriais quando estiverem por conta própria: sim, tanto enfrentarão de melhor vontade quanto realizarão com mais facilidade os assuntos que exigem esforço e diligência. O uso faz a perfeição.

Assim os próprios senhores, e outros depois, receberão mais lucro e maior benefício por meio deles.

Assim muitas fadigas serão evitadas e males prevenidos: o emprego contínuo para a natureza corrompida do homem é como um riacho corrente que carrega toda a lama e sujeira em um riacho, de modo que nada se assenta ali.

É contrário a isto abrigar ociosos na casa de um homem: dar comida, bebida e alojamento àqueles que não fazem trabalho nenhum. O Apóstolo ordenou expressamente: "se alguém não quiser trabalhar, não coma também" (2 Tessalonicenses 3:10). Estes não são apenas uma presa para o diabo, mas também instrumentos do diabo, pelos quais ele opera muito mal: pois estes são os que estão mais prontos a descobrir os segredos de uma casa, a tagarelar sobre tudo o que é feito, a misturar-se com todas as companhias e, não contentes em não fazerem bem a si mesmos, perturbam, interrompem e afastam aqueles que estão ocupados em seu trabalho.

36. De exercitar os servos em uma vocação.

Embora seja uma boa coisa manter um servo sempre ocupado e empregado, contudo, para o benefício do servo, é ainda necessário que o seu emprego seja sobre algum assunto estabelecido, sobre o qual ele também possa exercer-se quando estiver fora do serviço. Isto concerne especialmente àqueles que aceitaram aprendizes. Eles devem ensinar-lhes o seu ofício.

1. Para esse fim os aprendizes estão vinculados aos senhores.
2. Os contratos por parte do senhor exigem tal coisa.
3. O bem que daí provavelmente virá ao próprio senhor, ao seu aprendiz e a outros recompensará o esforço.

Outros servos também devem ser vinculados a um trabalho que possa ser um meio de sustento: como, em uma grande casa, a cargos sobre aquela casa; no campo, à agricultura; em escritórios de advocacia, a algum emprego neles; e assim em outras vocações.

É contrário a isto que os senhores invejem aos seus aprendizes o mistério do seu ofício: empregando-os de tempos em tempos em mensagens e recados e coisas que servem apenas à necessidade imediata do senhor, mas não podem ser proveitosas para os servos no tempo vindouro. Estes são como árvores velhas, grandes e largas, que impedem toda a luz do sol de chegar aos arbustos que crescem sob elas, e assim os impedem de crescer.

Objeção: Os aprendizes serão como a hera para as árvores nas quais se agarram, logo sobrepujando-as e sugando toda a vida delas: eles prejudicarão o comércio de seu senhor e tirarão toda a sua freguesia, se forem muito peritos no seu ofício.

Resposta 1: Isso não passa de mera suspeita. Implica que tais senhores que temem o que se pretende não lidam de forma tão honesta e fiel com seus clientes como deveriam; caso contrário, como poderiam suspeitar que negociantes sábios deixariam alguém de quem tiveram longa e boa experiência para ir a um iniciante?

Resposta 2: A experiência diária mostra que Deus, pela Sua providência, ordena de tal forma os assuntos dos homens que os senhores que, de tempos em tempos, treinam e enviam muitos aprendizes bem exercitados e habilidosos no seu ofício, mantêm-se, sim, e aumentam nos seus próprios afazeres e lucros que obtêm; e, contudo, simultaneamente, os seus aprendizes também progridem bem. Por que deveriam os senhores desconfiar tanto da providência de Deus a ponto de terem medo de tornar os seus aprendizes habilidosos no seu ofício?

Resposta 3: Quando os senhores, por morte ou de outra forma, deixam o comércio, como serão continuados os ofícios se os senhores forem tão invejosos e desconfiados? E se os seus

senhores tivessem agido assim com eles? E se todos os senhores agissem assim? Pois o que um faz em tal caso, deve pressupor que todos possam fazer.

Neste tipo também ofendem as senhoras que mantêm suas criadas por muitos anos seguidos em trabalhos pesados de limpeza e nunca lhes ensinam, nem lhes proporcionam meios ou lazer para aprenderem pontos de economia doméstica, coisas pelas quais possam obter melhor sustento para si mesmas. Tais senhores e senhoras usam seus servos como animais, apenas para o seu próprio proveito, sem qualquer respeito ao bem do servo: pelo que pervertem o fim principal daquela relação entre senhor e servo, que é um bem mútuo e recíproco a passar de um para o outro.

37. De designar a cada servo a sua função particular.

Para o melhor exercício dos servos em alguma vocação, que estas direções sejam anotadas:

1. Que os senhores designem aos seus servos o seu trabalho próprio e peculiar, para que saibam o que fazer e em que se exercitar. E se houver muitos servos em uma casa, que se estabeleça para cada um a sua função distinta. A frase notada anteriormente da boa dona de casa ["dá a porção às suas criadas" (Provérbios 31:15)] prova isto. Esta foi uma das coisas que a Rainha de Sabá observou e admirou na casa de Salomão: a posição de seus servos (1 Reis 10:5); a saber, cada um em seu próprio lugar, em sua própria tarefa. Para este propósito nota-se que o grande senhor deu a cada um de seus servos os seus talentos distintos (Mateus 25:15). É assim no corpo natural: cada membro não é apenas empregado, mas também empregado em sua própria função: o olho em ver, o

ouvido em ouvir, o pé em estar de pé ou andar, e assim o resto. É assim também no corpo místico de Cristo: um tem o espírito da sabedoria, e outro o do conhecimento, outro o da fé, e assim em outros dons. Assim também deveria ser em uma família onde há muitos servos. Este é um meio especial para tornar cada um mais diligente e fiel. Pois quando cada um tem o seu trabalho particular, sabem que eles, em particular, devem prestar contas disso: de modo que, se não for feito, ou for mal feito, carregarão toda a culpa; se for feito, e bem feito, terão todo o elogio.

2. Assim cada um se tornará habilidoso e perito em alguma coisa, pelo atendimento contínuo a ela e exercitando-se nela.

38. Da desordem nas famílias pela negligência dos senhores.

A grande desordem que existe em muitas famílias é contrária a isto: pois há muitos senhores que, tendo vários servos, esperam que todas as coisas sejam bem feitas e, contudo, não designam lugar ou trabalho particular a nenhum; mas pensam e dizem que cada um deveria estar disposto a fazer tudo; e quando descobrem que nada é feito segundo o seu desejo, irritam-se e queixam-se de que mantêm tantos servos e contudo nada é bem feito. Tais servos não estão livres de toda culpa; mas certamente os senhores têm maior causa de se queixarem de si mesmos e de sua própria desordem ao governar. Pois a sua negligência em não designar trabalho fixo aos seus servos é a causa de tudo ser negligenciado. Pois onde muitas coisas a serem feitas são deixadas a muitos servos, um deixará para o outro, e este para aquele, dizendo que não lhes pertence. Assim se verifica que o que é falado a todos não é falado a ninguém; e que encargos gerais não são encargos.

39. Dos senhores supervisionarem os caminhos de seus servos.

A segunda direção é que os senhores usem de inspeção sobre seus servos e tenham um olho sobre eles, para ver como gastam o seu tempo e despacham os afazeres que lhes foram confiados. A boa dona de casa "atende ao bom andamento da sua casa" (Provérbios 31:27). Isto é notado de Boaz, que foi ao seu campo ver o que os seus segadores faziam (Rute 2:4). O olho de um senhor é um grande motivo para tornar um servo diligente e fiel: pois assim ele sabe que tanto a sua diligência quanto a sua negligência serão vistas e devidamente tratadas. Daí surgiu aquele provérbio: "O olho do dono engorda o cavalo". O pensamento que o servo mau teve de que o seu senhor demoraria a vir, e assim não poderia ver o que ele fazia, tornou-o tão infiel como foi.

Se o lugar do senhor o permitir, é proveitoso que ele esteja presente com os seus servos e, como um bom exemplo, vá à frente deles. Está registrado sobre a boa dona de casa que ela se levanta e dá a porção às suas criadas: ela está com elas pessoalmente; ela trabalha de boa vontade com as suas mãos (Provérbios 31:13, 15). Esta nota de diferença é colocada entre um senhor providente e próspero e um senhor dissoluto e descuidado: este homem diz aos seus servos "ide vós", mas aquele homem diz "vamos nós".

É contrário a isto deixar tudo "à deriva" e nunca ver o que os servos fazem. Como podem tais senhores esperar que os seus servos sejam diligentes em fazer aquilo que tende ao bem do senhor, quando eles próprios são negligentes em supervisionar aquilo que tende ao seu próprio bem? Tais senhores que se entregam ao jogo e a seguir os seus passatempos o dia todo ofendem muito nisto. O mesmo ocorre com as

senhoras que passam toda a manhã deitadas na cama e vestindo-se [um costume totalmente contrário ao que se nota da boa dona de casa (Provérbios 31:15)] e ao meio-dia, quando saem de seu quarto, ralham e brigam porque as coisas não estão mais adiantadas.

40. De provocar os servos ao seu dever tanto por meios suaves quanto rigorosos.

A terceira direção é que os senhores usem os meios que puderem para provocar e estimular os seus servos a serem diligentes e fiéis: como, em primeiro lugar, a exortação, admoestação, persuasão, promessas de recompensa, com outros meios suaves semelhantes. Tais foram os meios que Saul usou para tornar os seus servos fiéis a ele, quando disse: "Dará também o filho de Jessé a todos vós terras e vinhas..." (1 Samuel 22:7); tivesse a coisa que ele esperava deles sido boa, esta maneira de lidar com eles teria sido louvável. Mas se os meios suaves não prevalecerem, então podem e devem repreender, ameaçar e corrigir os seus servos (ver Seção 13).

E se os servos forem impudentes no pecado, e nem os meios suaves nem os rigorosos os reclamarem, devem então ser colocados para fora de casa. Note o que o senhor na parábola disse ao seu servo: "Já não podes ser meu despenseiro" (Lucas 16:2); para cujo propósito Davi também disse: "O que usa de engano não ficará dentro da minha casa; o que profere mentiras não estará firme perante os meus olhos" (Salmos 101:7). Quando Ismael tornou-se um escarnecedor da palavra de Deus, Abraão expulsou a ele e à sua mãe, e isso por determinação de Deus (Gênesis 21:9). A parábola do corte da figueira estéril pode ser perfeitamente aplicada a este ponto, e a razão ali apresentada também: "por que ocupa ela ainda a terra inutilmente?" (Lucas 13:7). Por que deveriam servos incorrigíveis ocupar o lugar de

bons servos? Sim, por que deveriam permanecer para infectar e perverter outros servos?

Objeção: Isto está tão longe de ajudar os servos no seu estado que pode significar a sua ruína total.

Resposta 1: Eles não têm então a quem culpar senão a si mesmos. A justiça [em caso de necessidade] deve seguir o seu curso, embora pela iniquidade do homem algum mal se siga a isso.

Resposta 2: A execução disto em alguns pode fazer com que outros cuidem melhor de si mesmos.

Resposta 3: Pode tornar os que são expulsos mais obedientes sob outro senhor, ou mais diligentes em outro curso de vida.

Contrário é o curso daqueles que não observam curso ou ordem ao atraírem os seus servos para cumprirem o seu dever, mas começam com aquilo que deveria ser o último; aliás, usam apenas aquele remédio que não deveria ser usado a menos que nenhum outro servisse, que é colocar os seus servos para fora de casa por qualquer pequena ocasião. Nenhuma instrução, persuasão, admoestação, repreensão ou ameaça é usada por muitos quando os seus servos ofenderam, mas este raio é lançado contra eles: "ide-vos, para fora de casa". Se isto fosse notado como uma falta, os servos poderiam permanecer mais tempo em uma casa do que ordinariamente permanecem; e mais bem poderiam senhor e servo colher um do outro: sim, e os segredos de uma casa seriam melhor guardados; pois a troca frequente de servos é o que faz com que todas as coisas feitas privadamente nas casas sejam espalhadas por toda parte.

41. Do pagamento do salário aos servos.

Uma terceira coisa exigida dos senhores em relação aos bens de seus servos é dar-lhes o seu salário justo: até mesmo isto está incluído naquele preceito geral, "dai a cada um o que lhe é devido" (Romanos 13:7): e mais particularmente expresso no exemplo daquele senhor que contratou trabalhadores para a sua vinha e, ao fim do trabalho, deu a cada um o seu salário (Mateus 20:8): sim, há uma lei expressa para este propósito (Deuteronômio 24:15).

Objeção: Estas passagens dizem respeito a trabalhadores contratados por dia.

Resposta: Os servos estão na mesma categoria: e o fundamento para ambos é o mesmo: pois ambos trabalham por salário. Sim, o argumento seguirá com mais força do menor para o maior, assim: se um trabalhador e servo por um dia deve ter seu salário justamente pago, muito mais um servo e trabalhador por um ano ou anos.

O contrato do senhor exige tal coisa: se não houvesse outro vínculo, aquele pelo qual ele voluntariamente se obriga o prende em consciência a isso. Entre os frutos do Espírito, São Paulo enumera a fê, significando com isso a fidelidade em manter a promessa e o contrato (Gl 5:22).

A equidade comum e a justiça exigem o mesmo: pois o salário é tão devido pelo trabalho quanto o dinheiro pela mercadoria. Cristo toma como princípio inegável que "digno é o operário do seu salário" (Lucas 10:7): o mesmo faz o Apóstolo (1Tm 5:18).

Este dever deve ser realizado para com aqueles que são contratados por salário; sobre aqueles que recebem todas as coisas de seu senhor, falei antes (ver Seções 23 e 25).

Ao dar aos servos o seu salário, estas três coisas devem ser observadas:

1. Que haja uma competência suficiente de salário concedida: ao menos o tanto que possa servir para prover as necessidades adequadas de um servo: pois há grande razão para que aquele que trabalha viva do seu trabalho.
2. Que seja dado no tempo devido. Deus não queria que o salário do trabalhador ficasse sem ser pago uma noite sequer após ser devido (Levítico 19:13; Deuteronômio 24:15). O tempo pactuado pelo servo para o seu salário é o tempo oportuno; é quando ele o espera; para esse tempo ele planeja suas ocasiões de usá-lo; nesse tempo, portanto, deve ser-lhe dado.
3. Que seja pago integralmente, de acordo com o contrato: a promessa do senhor e a necessidade do servo exigem tal coisa.

42. Da injustiça dos senhores quanto ao salário de seus servos.

A injustiça contrária ao dever mencionado de pagar devidamente o salário dos servos é cometida de muitas maneiras.

1. Quando os senhores retêm totalmente o salário de seus servos: este é um pecado que clama e entra nos ouvidos de Deus (Deuteronômio 24:15; Tiago 5:4).
2. Quando fazem seus servos pedirem o salário repetidamente, até ficarem envergonhados: sim, a ponto de terem de esperar e aguardar até serem forçados a suspirar diante de Deus; ou então a furtar e roubar para suprir suas necessidades. Embora esses senhores não tenham o propósito de defraudar totalmente seus servos do que lhes é devido, o adiamento e a demora em pagar

colocam os servos, que na maioria das vezes vivem o dia a dia, em grandes apertos, o que o Senhor bem sabia; e, portanto, proibiu expressamente a retenção do salário de um servo por uma noite (Levítico 19:13; Deuteronômio 24:15). Isto, portanto, é um ponto não apenas de falta de gentileza, mas também de injustiça.

3. Quando os senhores alteram e mudam o salário pactuado e buscam diminuí-lo, como fez o endurecido Labão (Gênesis 31:41): mostram com isso que se ressentem do bem-estar do servo e buscam apenas a si mesmos.

43. De permitir que os servos provejam para si mesmos.

Uma quarta coisa exigida dos senhores em relação ao patrimônio de seus servos é que, após a prestação de serviço suficiente, permitam que seus servos provejam para si mesmos. Jacó exigiu isso de Labão como um assunto muito justo e razoável, dizendo: "quando trabalharei também por minha própria casa?" (Gênesis 30:30), como foi notado anteriormente no geral (ver Seção 34). Isto diz respeito especialmente aos servos que estiveram muito tempo com os senhores como aprendizes e gastaram seu tempo, esforço e trabalho apenas e totalmente para o bem do senhor. A Lei de Deus tomou ordem expressa para tais, de que após certos anos de serviço eles deveriam sair livres (Êxodo 21:2; Deuteronômio 15:12). O mesmo fazem as leis de nossa terra.

Nisto reside uma diferença principal entre servos [que estão sob sujeição e mantidos no trabalho para o seu próprio bem] e animais [que existem apenas para o serviço e o bem do homem]. Aqueles que, portanto, têm mente contrária, mantendo os servos o máximo que podem, até mesmo por toda a vida em trabalho duro e sob servidão, merecem ser servidos por animais em vez de homens e mulheres. Este tipo de rigor dos senhores para com seus servos é notado em particular como uma das

causas daquela grande indignação de Deus contra os judeus, pela qual Ele foi provocado a entregá-los como cativos aos seus inimigos (Jeremias 34:16, 17).

44. Da bondade a ser mostrada aos bons servos.

Assim como os senhores devem dar o que é justo a todos os servos, devem dar o que é equitativo aos que o merecem (ver Seção 20); isto é, devem ter uma mente e disposição correspondente para com servos bons, honestos, amorosos, gentis e fiéis, que não se baseiam tanto no que é exigido, mas no que são capazes de fazer pelos seus senhores e, nesse sentido, conforme veem a ocasião, fazem muitas vezes muito mais do que o exigido ou esperado. A bondade exige bondade; a boa vontade, boa vontade; e isto é "fazer as mesmas coisas". Este tipo de equidade consiste nestes detalhes e outros semelhantes:

1. Os senhores devem estimar bem tais bons servos e tê-los em alta conta. Abraão considerava seu antigo, bom e fiel servo como seu filho e, até ter um filho, pensou em fazê-lo seu herdeiro (Gênesis 15:2, 3). Grande foi a estima que Potifar teve por José quando, de um escravo, o fez mordomo de sua casa (Gênesis 39:4). Por que o título de Pai é dado aos senhores (2 Reis 5:13) e o título de Filhos aos servos (Josué 7:19; 1 Samuel 24:16), senão para mostrar que os servos devem ter um afeto filial pelos seus senhores, e que os senhores devem ter um afeto paternal por tais servos?
2. Os senhores devem notar a bondade e a gentileza de tais servos e manifestar isso tanto dando-lhes o devido louvor quanto uma boa recompensa: ambos são notados no padrão daquele grande senhor que disse: "bem está, servo bom e fiel. Sobre o pouco foste fiel, sobre muito te colocarei" (Mateus 25:21). Assim, esses bons servos

serão mais encorajados a continuar, e outros serão movidos a imitá-los. Este encorajamento o Apóstolo dá a todos os que estão sob autoridade: "faze o bem e terás louvor dela" (Romanos 13:3). Frase que implica que os governantes devem louvar aqueles que agem bem.

3. Se tais servos forem acusados de qualquer crime hediondo, os senhores não devem dar crédito a isso precipitadamente, mas antes investigar e examinar minuciosamente o assunto. Nisto Potifar falhou excessivamente e, por esse meio, perdeu um servo tal como nunca mais conseguiria obter (Gênesis 39:19). Se um bom servo comete um deslize por ocasião de uma falta, seu senhor deve, em sabedoria, ou não tomar conhecimento disso ou passar por cima com alguma admoestação suave, e não tratá-lo como um servo perverso e sem graça.
4. Quando tais servos [expirado o tempo contratado] partem, seus senhores não devem deixá-los ir embora de mãos vazias (Deuteronômio 15:13), mas ajudá-los no seu casamento (Êxodo 2:21) [como o senhor de Moisés fez] ou no seu estabelecimento, como o grande senhor que fez seu servo sábio e fiel governante sobre todos os seus bens (Mateus 24:47).

45. Do trato indelicado com bons servos.

Indignos são de servos bons e gentis aqueles que têm mente contrária, como muitos senhores têm. Pois:

1. Alguns não fazem diferença entre os servos, mas estimam o mau e o bom da mesma forma: pensam que os melhores servos não fazem mais do que o seu dever, portanto, nenhum respeito extraordinário deve ser tido para com eles. Mas é um ponto de sabedoria, às vezes,

considerar um dever como uma gentileza, especialmente quando a boa vontade do coração está unida ao cumprimento externo do dever.

2. Outros pensam ser astúcia não tomar conhecimento de qualquer fidelidade e diligência extraordinária do servo para não louvar ou recompensar a mesma, temendo que isso os envaideça demais. Mas há muito mais medo de que os servos desfaleçam e se cansem de fazer o bem se não tiverem encorajamento, do que de se tornarem insolentes pelo encorajamento.
3. Outros estarão mais prontos a repreender e censurar tais servos por cada deslize e por falharem em qualquer coisa do que a outros, porque outros dão menos importância à sua repreensão; com o que mostram falta de sabedoria na boa gestão de sua autoridade.
4. Outros, quando seus servos estão prestes a partir, ou a casar, ou a estabelecer-se, buscarão alguma ocasião ou outra para brigar com eles, com o propósito de mandá-los embora de mãos vazias. Muitos manterão uma face agradável para com servos proveitosos até que chegue o tempo da recompensa, e então começarão a franzir a testa, como Labão fez (Gênesis 31:2). Sim, alguns senhores estão tão longe de buscar a prosperidade de servos fiéis, sábios, diligentes e habilidosos, que os impedirão no que puderem e os manterão em baixo, temendo que, à medida que seus servos subam, eles próprios decaiam e caiam. Estes são senhores tanto indelicados quanto ingratos. Gostariam os senhores de ser tratados assim pelos seus superiores? Deves viver com o teu inferior como gostarias que o teu superior vivesse contigo.

Até aqui tratamos dos deveres dos senhores. Seguem-se as razões para movê-los a cumprir seus deveres.

46. Da sujeição sob a qual os senhores estão.

Efésios 6:9. Sabendo que o Senhor deles e vosso está nos céus, e que para com ele não há acepção de pessoas.

Há em geral apenas uma razão alegada pelo Apóstolo para provocar os senhores a cumprirem seus deveres, mas ela é apresentada de tal forma que compreende outras razões fortes sob ela. A razão principal é tirada da sujeição na qual os senhores estão. As outras razões são tiradas da descrição daquela autoridade sob a qual os senhores estão, pois é uma autoridade tal que:

1. Em relação a ela, não há diferença entre senhor e servo.
2. Ultrapassa em muito todas as dignidades da terra.
3. Não é movida por nenhum respeito externo por qualquer coisa.

A primeira razão que declara a sujeição dos senhores, no fato de terem um senhor sobre eles, lembra-lhes daquela conta que devem prestar e do acerto que devem dar sobre o bom uso de sua autoridade e sobre seu comportamento para com os que estão sob eles. Pois eles são apenas como despenseiros sobre conservos: cada um deles, portanto, ouvirá este encargo: "dá conta da tua mordomia" (Lucas 16:2).

Nesse sentido, esta razão serve tanto como uma espora quanto como um freio para os senhores. Como espora, para incitá-los a realizar conscientemente todos aqueles deveres que lhes são exigidos: pois têm um senhor que tomará nota disso e os recompensará por isso. Assim como eles aprovam e recompensam o bom serviço que seus servos fazem, muito mais o Senhor deles os aprovará e recompensará se agirem bem. Esperam os senhores que seus servos cumpram seu dever? Que

cumpram, então, o deles: pois há a mesma razão para ambos. Que isto seja aplicado a todos os deveres particulares mencionados anteriormente.

Serve também como freio, para conter os senhores de fazerem qualquer coisa aos seus servos senão o que possam ser capazes de justificar diante de seu próprio Senhor. Com este freio Deus conteve os israelitas, dizendo: "Não dominarás sobre ele com rigor, mas temerás ao teu Deus" (Levítico 25:43). José foi contido por ele quando disse: "Fazei isso, e vivereis; porque eu temo a Deus" (Gênesis 42:18). E Neemias, quando disse: "os primeiros governadores... gravavam o povo... porém eu assim não fiz, por causa do temor de Deus" (Neemias 5:15). E Jó, quando disse: "Se desprezei o direito do meu servo... quando Deus se levantar, que farei? E, visitando ele, que lhe responderei?" (Jó 31:13, 14). Pensem nisto, ó senhores, quando estiverem prestes a exigir qualquer coisa de seus servos que não seja lícita ou adequada; quando estiverem enfurecidos e em paixão movidos a bater em seus servos injusta ou cruelmente; quando retiverem deles qualquer coisa que lhes seja devida; quando lhes impuserem mais do que são capazes de suportar; quando de qualquer forma os injustiçarem ou oprimirem: pensem e digam consigo mesmos: pode isto ser justificado? como seremos capazes de manter nossa cabeça erguida diante do nosso Senhor quando Ele nos chamar para prestar contas? Que motivo mais forte para cumprir todo o dever? que restrição mais forte contra toda a injustiça e rigor? O conceito que muitos têm de que são livres, sob ninguém, para não dar contas, torna-os tanto negligentes de seu próprio dever quanto insolentes sobre os outros; como Faraó, que disse: "Quem é o Senhor, cuja voz eu ouvirei?" (Êxodo 5:2); e Senaqueribe, que disse: "Poderá o vosso Deus livrar-vos da minha mão?" (2 Crônicas 32:15); e Nabucodonosor, que disse: "quem é o Deus que vos livrará das minhas mãos?" (Daniel 3:15). Note o desfecho desta insolência.

Faraó, após muitas pragas extraordinárias sobre ele e seu povo, foi afogado no mar Vermelho com todo o seu exército (Êxodo 14:28). Senaqueribe, após seu exército ser destruído, foi morto por seus próprios filhos (Isaías 37:36, 38). Nabucodonosor tornou-se um verdadeiro animal (Daniel 4:30). Mas para deixar passar esses blasfemadores abomináveis, há muitos senhores que, embora não pronunciem com suas bocas tais blasfêmias execráveis, pelo seu comportamento para com seus servos mostram ter mente pouco melhor, no fato de fazerem de sua própria vontade uma regra para seus servos, e quererem que façam coisas inadequadas e ilícitas, usando seus servos como escravos, ou melhor, como animais. Saibam todos esses senhores que eles têm um Senhor.

47. Da igualdade entre senhores e servos em relação a Deus.

A segunda razão nesta partícula "também" [o Senhor deles e vosso] declara uma igualdade entre senhores e servos em relação a Deus. Assim como Deus é o senhor dos servos, Ele é o senhor dos senhores também. Assim como os servos são libertos do Senhor, os senhores são servos do Senhor (1Co 7:22). Nesse sentido, aqueles que são constituídos governantes e os que estão sob eles são chamados de conservos (Mateus 24:49). Pois, embora na dignidade externa haja grande diferença entre senhor e servo, contudo, como servos de Deus, são de uma condição semelhante e em muitas coisas podem ser considerados iguais: especialmente se ambos forem da mesma fé e, portanto, irmãos em Cristo.

Esta é outra espora e também um freio. Uma espora, porque Deus aceitará com mais bondade aquela bondade que os senhores fazem aos seus servos, porque é feita aos servos de Deus. Um freio, porque os servos serão ouvidos diante de Deus tanto quanto os senhores, pois Ele é o Senhor de ambos. Muitos

pensam que toda a gentileza que se mostra aos servos é perdida, porque eles são tão humildes que não são capazes de fazer nenhuma recompensa. Mas o Senhor deles é capaz. Outros pensam que seus servos nunca poderão tomar qualquer vingança deles e, por isso, usam-nos como bem entendem. Mas o Senhor dos servos, que é também o Senhor dos senhores, pode tomar vingança, uma tal que fará os senhores se arrependerem amargamente de todo o mal que fizeram. Se os senhores pesassem devidamente este ponto de que, apesar de no governo externo haver alguma diferença entre eles e seus servos, contudo diante de Deus são como conservos, seriam eles excessivamente rigorosos e cruéis? não seriam gentis e moderados?

48. De Deus estar no céu, como isso é um motivo para provocar os senhores a respeitarem bem seus servos.

A terceira razão [tirada do lugar de Deus, no céu] declara a excelência insuperável daquele grande Senhor, que é o Senhor comum de senhores e servos: e ela adiciona força aos motivos anteriores.

Ela mostra que, embora o mal que os senhores fazem aos seus servos ocorra dentro das paredes de sua casa, de modo que nenhum olho mortal possa vê-lo, Deus, que está no céu, o vê; e embora os servos não possam ser admitidos nos tribunais dos homens para fazerem sua queixa, o céu está aberto para eles; àquele grande Senhor que está no céu eles podem ter acesso quando quiserem. O que fez o mau despenseiro tratar duramente seus companheiros foi o conceito que tinha da ausência de seu senhor (Mateus 24:48). Mas nenhum conceito tal podem ter deste grande Senhor aqueles que sabem que Ele está no céu, e que, assim como o céu está sobre todo lugar, assim os olhos do Senhor estão em todo lugar, contemplando os maus e os bons

(Provérbios 15:3): Ele vê todo o bem e todo o mal que os senhores fazem aos seus servos.

Ela mostra que a gentileza que o Senhor retribuirá, e a vingança que infligirá, é infinitamente maior do que o bem ou o mal que os senhores podem fazer aos seus servos, tanto quanto o céu é mais alto do que a terra, e como Aquele que está no céu é maior do que os que estão na terra. Tu, portanto, que és um senhor na terra, alegras ou entristeces a alma do teu servo? Deus no céu pode muito mais alegrar ou entristecer a tua alma. Desejas, portanto, o favor ou temes o desfavor do teu Senhor no céu? Mostra favor ao teu servo na terra e deixa as ameaças. Lembra-te da disparidade infinita entre o teu senhorio e o de Deus, e isto te moverá mais a tratar o teu servo como gostarias que Deus te tratasse.

Ela mostra que há muito mais razão para notarmos nossos servos, seus esforços, sua diligência e sua fidelidade, do que para Deus notar os nossos; e menos razão para desprezarmos ou negligenciarmos nossos servos do que para Deus nos desprezar ou negligenciar. Pois há uma diferença muito maior entre Deus e nós do que entre nós e nossos servos. Nós e nossos servos somos todos da terra, do mesmo molde, natureza e disposição, sujeitos às mesmas paixões e à mesma dissolução. Mas Deus está no céu, eterno, imutável, glorioso acima de tudo. Como podemos, então, esperar ser respeitados por este Senhor, se não respeitarmos nossos servos? Ó senhores, em todos os vossos tratos com vossos servos, lembrai-vos de que o vosso Senhor está no céu.

49. Do respeito imparcial de Deus por todos.

A quarta razão [nestas palavras, "e que para com ele não há acepção de pessoas"] declara a maneira justa e igual de Deus

proceder com todos os homens, de qualquer posto e grau que sejam. Deus fará as mesmas coisas a todos os tipos de senhores que eles fazem aos seus servos. Para a consideração desta justiça imparcial de Deus o Apóstolo chama os senhores, tanto por causa daquele poder externo que têm sobre seus servos quanto porque, na maioria das vezes, os senhores são apoiados pelo poder e autoridade dos Magistrados na terra, que em questões de diferença entre senhor e servo são ordinariamente parciais, respeitando mais os senhores do que os servos.

Mas que os senhores aprendam aqui a descartar todos esses conceitos tolos e esperanças vãs. Embora sejam superiores em posição, tenham mais riqueza e melhores amigos do que seus servos, e embora os homens que têm olhos carnavais possam por isso ser muito movidos a respeitá-los, Deus não se afastará nem um fio de cabelo da justiça por todo o mundo. Se o maior homem que já existiu no mundo tivesse um servo que fosse o mais humilde que já existiu, e um caso entre esse senhor e esse servo viesse diante de Deus, Deus não se inclinaria nem um pouco mais para aquele senhor do que para o servo. Se os maiores que existem abusam dos menores, não escaparão. Portanto, ó senhores, não deis causa justa de queixa a nenhum servo.

A maneira de o Apóstolo estabelecer estes pontos, notada nesta palavra ["sabendo"], implica que a ignorância de Deus, daquela autoridade que Ele tem sobre os senhores, daquela igualdade que em relação a Deus existe entre senhores e servos, e da excelência celestial de Deus e do respeito imparcial para com todos, faz os senhores abusarem de seu poder, negligenciando todo dever e insultando e tiranizando seus servos: portanto, vós que até agora ignorastes estes pontos, agora tomai conhecimento deles; e vós que os conheceis, chamai-os frequentemente à mente; e fazei o que convém aos bons

senhores, sabendo que o Senhor deles e vosso também está nos céus, e que para com Ele não há acepção de pessoas.



Uma Família Puritana